ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 31

Brasília - DF, segunda-feira, 13 de fevereiro de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

	PÁGINA
Presidência da República	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	14
Ministério da Cultura	17
Ministério da Defesa	18
Ministério da Educação	20
Ministério da Fazenda	25
Ministério da Integração Nacional	79
Ministério da Justiça	79
Ministério da Pesca e Aquicultura	84
Ministério da Previdência Social	84
Ministério da Saúde	85
Ministério das Cidades	107
Ministério das Comunicações	107
Ministério das Relações Exteriores	109
Ministério de Minas e Energia	110
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	120
Ministério do Meio Ambiente	124
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	124
Ministério do Trabalho e Emprego	126
Ministério dos Transportes	136
Conselho Nacional do Ministério Público	140
Ministério Público da União	141
Tribunal de Contas da União	149
Poder Judiciário	153
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	176

Presidência da República

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui a Tailândia da relação de países contida no art. 5º da Resolução CAMEX nº 51, de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no que dispõe o inciso XV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o que consta nos autos do Processo MDIC/SECEX 52100.002278/2009-33,

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Excluir a Tailândia da relação de países contida no art. 5º da Resolução CAMEX nº 51, de 27 de julho de 2010, cujas importações estão isentas do alcance da medida de salvaguarda aplicada às importações de coco seco, sem casca, mesmo ralado, classificado no código 0801.11.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, na forma de restrição quantitativa.

Art. 2º A exclusão decorre do que consta do art. 6º da citada Resolução, uma vez que as importações de cocos secos, sem casca, mesmo ralados, originárias da Tailândia superaram 3% do total importado pelo Brasil, entre 1º de setembro e 30 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no inciso IX do art. 2º do mesmo diploma legal, e tendo vista o disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004,

Resolve, ad referendum do Conselho**:**

Art. 1º O art. 2º da Resolução CAMEX nº 7, de 4 de março de 2004, publicada em 5 de março de 2004, e republicada em 1º de abril de 2004, alterada pela Resolução CAMEX nº 32, de 22 de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

V - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

.....

Marcela Santos de Carvalho - Suplente" (NR)

.....

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera, até 30 de junho de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando as Decisões nºs 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07, 58/08, 56/10 e 57/10 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL - CMC,

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Criar os seguintes Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações:

NCM	DESCRIÇÃO
8517.70.99	Ex 002 - Módulos montados com mostrador de cristal líquido (LCD-TFT), circuito integrado eletrônico de "driver", iluminação traseira, moldura lateral e traseira de proteção e placa de circuito impresso flexível, montada com componentes elétricos e/ou eletrônicos com formato e conexões apropriados para aparelho transceptor portátil de telefonia móvel, com tamanho igual ou inferior a 5 polegadas
8543.70.99	Ex 082 - Combinações de máquinas para produção de ozônio, com capacidade máxima de 250kg/h, na concentração mínima de 13% em peso, a partir de oxigênio gasoso e descarga de corrente em alta tensão, montadas em alojamento tipo contêiner de 52 pés, compostas de: 2 recipientes geradores de ozônio, contendo 36.576 tubos para eletrodos, fabricados em aço inoxidável, com comprimento igual ou superior a 4m e diâmetro igual ou superior a 2m dentro dos quais estão montados 36.576 tubos construídos em aço inoxidável e recobertos com malha de aço inoxidável e tubos dielétricos de vidro; analisadores de ozônio, sensores de controle de ar-ozônio, contendo monitores, exaustores, sirenes e lanternas, 1 unidade para a entrada de água de resfriamento, dotada de tubos com comprimento máximo de 5m, construídos em aço inoxidável, com válvulas, interruptor manométrico e válvulas de segurança; 1 unidade de saída de água de resfriamento, dotada de tubos de com comprimento máximo de 5m, construídos em aço inoxidável ,com válvulas, rotâmetro e sensor de temperatura com flange; 1 unidade de entrada de oxigênio, dotada de tubo de comprimento máximo de 5m, construídos em aço inoxidável, com válvula de parada,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107		



Separatas

Periódico de conteúdos extraídos do Diário Oficial da União

Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo

Informações e Vendas pelo telefone 0800 725 6787

IMPRENSA NACIONAL 1808

	interruptor manométrico, sensor de ponto de orvalho, fluxômetro com transmissores de temperatura e pressão, válvula esférica pneumática, válvulas de segurança e válvulas de controle, 1 unidade de saída de ozônio, dotada de tubos com comprimento máximo de 5 metros, construídos em aço inoxidável, com válvula esférica pneumática, transmissor e indicador de pressão, válvulas esféricas de controle
9030.89.90	Ex 024 - Aparelhos para diagnóstico de funcionamento dos módulos elétricos veiculares (freio ABS; motor; ajuda para estacionamento; airbag; alarme; rádio e GPS; câmbio automático; caixa de serviço inteligente; sensor de chuva; condicionador de ar digital; painel de instrumentos; direção elétrica; tela multifunções; rastreador; comando de funções no volante), através de testes, medições e controles, compostos de corpo principal com painel e visor, porta USB para atualização de dados e conexão de leitor óptico, cabo de diagnóstico, leitor óptico e suportes de fixação
9030.89.90	Ex 025 - Equipamentos industriais para testes funcionais de inversores de frequência e controladores inteligentes de motores elétricos de média tensão, por meio da medição de suas características elétricas em diferentes condições de operação (alimentação e carga), configurados com: 2 estações de teste ("test bays"); 2 cargas motoras/regenerativas ("Dyne") com perfis de teste programáveis; painéis elétricos de alimentação, proteção, conversão e controle; softwares de controle e operação; cabos e elementos de conexão e instalação

§ 1º Alterar para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2013, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Informática e Telecomunicações, na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação.

Art. 2º Manter em vigência os Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações criados pelas Resoluções CAMEX cujos prazos de concessão ainda não tenham expirado.

§ 1º A alteração para 2% (dois por cento) das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os referidos Bens de Informática e Telecomunicações somente poderá ser usufruída por bens importados na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação de que trata o parágrafo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera, até 30 de junho de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no disposto no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando as Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10 e 57/10 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL - CMC e os Decretos nº 5.078, de 11 de maio de 2004, e nº 5.901, de 20 de setembro de 2006,

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Criar os seguintes Ex-tarifários de Bens de Capital:

NCM	DESCRIÇÃO
8407.29.90	Ex 008 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por centelha (ciclo Otto), 4 tempos, a gasolina de fixação interna ao casco, com sistema de refrigeração a água com captação externa, com injeção eletrônica, com 8 cilindros em "V", potência no hélice de 320HP a 5.000rpm, com capacidade volumétrica de 5,7 litros
8407.29.90	Ex 010 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por centelha (ciclo Otto), 4 tempos, de fixação interna ao casco da embarcação, sistema de refrigeração a água com captação externa, com injeção eletrônica, com 8 cilindros em "V", potência no hélice de 270HP a 5.000rpm, com capacidade volumétrica de 5 litros
8408.10.90	Ex 018 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por compressão (ciclo diesel), 4 tempos, de fixação interna ao casco, com sistema de refrigeração a água com captação externa, com injeção eletrônica, com 6 cilindros em linha e potência de 700HP a 2.350rpm, capacidade volumétrica de 10,8 litros, com reversor de transmissão tipo azimutal
8408.10.90	Ex 020 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por compressão (ciclo diesel), 4 tempos, de fixação interna ao casco, com sistema de refrigeração a água com captação externa, com injeção eletrônica, com 6 cilindros em linha e potência de 900HP a 2.300rpm, capacidade volumétrica de 12,78 litros, com reversor de transmissão para pé de galinha
8413.50.90	Ex 044 - Bombas volumétricas alternativas, de aço, dotadas de êmbolo, molas, válvulas e filtro, para promover o bombeamento do fluido hidráulico de freio, gerando pressão no sistema e alimentando o sistema de frenagem do veículo, utilizado no sistema de freios ABS (anti-lock brake system) e ESP (electronic stability program)
8414.80.90	Ex 007 - Combinações de máquinas para compressão de oxigênio/ozônio, utilizadas na pressurização e entrega dos gases, compostas de: 2 compressores com vedação de anel líquido, para oxigênio, com capacidade para gerar pressão máxima de 14bar (abs) e 1.320Nm³/h de vazão, montados em 1 base metálica ("skid"), 1 subsistema de controle do processo de compressão do oxigênio e ozônio, com controlador lógico programável (CLP) e inversor de frequência, a ser instalado próximo aos compressores de oxigênio, 1 compressor com vedação de anel líquido para ozônio, com capacidade para gerar pressão máxima de 12bar (abs) e 1.450Nm³/h de vazão, montado em base metálica ("skid")
8414.90.39	Ex 004 - Conjuntos de rotores do 1º e 2º estágios do compressor centrífugo de gás combustível construído de acordo com norma API-617, montados com eixo e pinhão, balanceados e testados, acondicionados em embalagem metálica com pressurização interna de nitrogênio, com rotor do 1º estágio em liga de titânio Ti6AL4V e rotor do 2º estágio em aço inoxidável X5CrNiCuNb
8414.90.39	Ex 005 - Rotores montados para compressor centrífugo para gás de reciclo com vazão de 118.241Nm³/h (2.122m³/h), constituídos de eixo em material A-322 Gr 4140, 6 impelidores do tipo fechado com diâmetro nominal de 440 e 435mm em material 17-4PH; pistão de balanceamento em material A-479 tipo 420, acondicionado em contêiner bipartido com pressurização interna de nitrogênio
8417.90.00	Ex 041 - Anéis de rolamento para forno rotativo produzidos em aço fundido ou forjado, com diâmetro externo maior ou igual a 5.000mm, diâmetro interno maior ou igual a 4.000mm e largura igual ou maior que 400mm
8417.90.00	Ex 042 - Conjuntos de 2 rolos suporte para sustentação e movimentação de forno rotativo, com mancais, com diâmetros entre 1.400 e 1.600mm e largura maior ou igual a 700mm
8419.89.99	Ex 073 - Tubos refrigeradores de aço inox bipartidos, utilizados para arrefecimento da fibra óptica no processo da torre de puxamento, com cilindros pneumáticos para abertura e fechamento, com dimensão de 2.000 x 467 x 238,5mm
8419.89.99	Ex 098 - Reatores de hidrotratamento de diesel instável para saturação de olefinas e aromáticos, remoção de compostos de enxofre e de nitrogênio, corpo principal fabricado em chapas de aço liga Cromo-Molibdênio-Vanádio SA-542 D CL 4 A/SA-336 Gr F 22 V com espessura de 106mm, com revestimento interno por depósito de solda ("Welding Overlay") em aço inoxidável austenítico resistente à corrosão com espessura de 4,5mm, para pressão de projeto de 100kgf/cm² manométrico e temperatura de projeto de 425°C, com diâmetro interno de 4.800mm
8419.89.99	Ex 099 - Reatores de hidrotratamento de diesel instável para saturação de olefinas e aromáticos, remoção de compostos de enxofre e de nitrogênio, corpo principal fabricado em chapas de aço liga Cromo-Molibdênio-Vanádio SA-542 D CL 4 A/ SA-336 Gr F 22 V com espessura de 106mm, com revestimento interno por depósito de solda ("Welding Overlay") em aço inoxidável austenítico resistente à corrosão com espessura de 4mm para pressão de projeto de 97kgf/cm² manométrico e temperatura de projeto de 425°C, com diâmetro interno de 4.800mm
8420.91.00	Ex 003 - Cilindros em ferro fundido, coquilhado, centrifugado, com dupla fusão para o processamento de borracha, com diâmetro igual ou superior a 500mm e largura útil igual a 1.500mm ou superior até 3.000mm, contendo perfurações para circulação de água para controlar a temperatura do processo, mantendo-a estável
8421.29.90	Ex 067 - Sistemas automáticos para determinação de carbono e enxofre em fornos de calcinação, incluindo amostrador pneumático, sistema de transporte, moagem, dosagem e análise controlado por CLP
8421.39.90	Ex 017 - Filtros para remoção de partículas em suspensão do oxigênio, construídos em aço inoxidável, com pressão máxima de 5,5barg, temperatura de trabalho entre -25 a +50ºC e volume de 36L
8422.40.90	Ex 257 - Máquinas automáticas para compressão e embalagem de espumas com capacidade de comprimir pacotes de espumas com diâmetro entre 500 e 1.700mm, com fechamento hidráulico do pacote de espuma, soldagem e corte para embalagem com filme de polietileno, através da barra pneumática e dobra com sistema em frio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8422.40.90	Ex 336 - Combinações de máquinas para embalagem automática de refrigerador doméstico, tipo "Hooding Machine", com capacidade máxima para produtos com 2.000kg, compostas de: embaladora automática de refrigerador por meio de "filme tubular de polietileno elástico", com dimensão máxima para embalagem de 1.100mm de comprimento x 1.300mm de largura x 1.750mm de altura, com capacidade de ciclo de embalagem de 25 a 120produtos/hora; mesa de roletes transportadores para movimentação dos produtos acionados por fotocélulas; sistema pneumático
8422.40.90	Ex 337 - Encartuchadeiras automáticas para filtros de café, em cartuchos de papel "Kraft" com 30 unidades, com 2 esteiras de transferências, com sistema "smart belt" e 2 transferidores na esteira de gavetas, com unidade de armação máxima de 260cartuchos/minuto e carregamento dos maços de filtros, com capacidade máxima de produção de 7.800litros de café/minuto
8422.40.90	Ex 338 - Máquinas encartuchadoras horizontais de movimentos contínuos para acondicionamento de sabonetes em cartuchos, velocidade mecânica máxima de 400ciclos/minuto, com fechamento mecânico das abas, com dispositivo para troca rápida de formato, transportador de produtos, com 54 compartimentos, controle de presença de produtos no interior dos compartimentos, com dispositivo de desligamento de sobrecarga e "display" de visualização
8422.40.90	Ex 339 - Máquinas envelopadeiras alimentadas por placas automaticamente, por sistema a vácuo, para dobrar e selar eletronicamente o separador (uma fita de polietileno) em torno das placas positivas, empilhando as placas dobradas e seladas junto com placas negativas para formar as células das baterias chumbo-ácido, com velocidade máxima de 180placas/minuto
8422.40.90	Ex 340 - Máquinas para emblistamento de comprimidos e cápsulas, para aplicações em plantas-pilotos, desenvolvimento farmacêutico e pequenos lotes, recobertas em aço inoxidável revestido, painel elétrico dentro do gabinete, com produção máxima de 90blísteres/minuto
8422.40.90	Ex 341 - Máquinas para empacotar individualmente facas de aço inoxidável, com laser incorporado para efetuar a marcação do logotipo nas lâminas, com capacidade máxima de 50peças/minuto
8422.40.90	Ex 342 - Robôs industriais dotados de braços mecânicos para embalagem, com acondicionamento e alocação de peças plásticas, como talheres, velocidade de aceleração e desaceleração máxima entre 50 a 70m/s, com capacidade para retirada e empilhamento automático de peças acabadas, munidos de servomotor, com ajuste de posição de alvos, módulo de duplo sistema de orientação do rolamento, interface de segurança, movimentos lineares, com controlador lógico programável (CLP)
8424.30.90	Ex 007 - Máquinas para jatear com solução abrasiva a face metalizada de placas para produção de circuito impresso
8424.89.90	Ex 007 - Máquinas para corrosão do cobre na fabricação de placas de circuito impresso, de ação contínua, por meio de bicos dispersores "spray" de solução corrosiva, com sistema automático de preparação da solução e câmara de lavagem
8424.89.90	Ex 132 - Combinações de máquinas para pintura automática de peças de aeronaves, com sistema de visão para localização de peças pequenas, compostas de: 1 braço robótico, com 2.000mm de alcance e 0,2mm de repetibilidade, velocidade de aplicação de 900mm/s, capacidade de carga de 10kg, eixo X com curso adaptado de 5 a 7m, capacitado para trabalhar em ambiente contaminado com névoa química, com sistema de abastecimento de tinta por meio de 5 tanques de 20L
8424.89.90	Ex 133 - Máquinas automáticas para oleamento de tiras de aço por meio do princípio eletrostático, com capacidade para olear tiras de aço com largura entre 600 e 1.600mm, gramatura aplicada de 0,2 a 5g/m² para óleo preventivo de corrosão e 0,1 a 0,2g/m² para óleo protetivo ambos os lados, velocidade de processo entre 30 e 450m/min, dotadas de tanques para armazenamento de 800L e sistemas de filtragem, fonte de estado sólido com saída variável máxima de 125kV, sistema de controle e automação com controlador lógico programável (CLP)
8424.89.90	Ex 134 - Máquinas para processar, aplicar ou pulverizar composições diversas de rebocos e argamassas pastosas, com câmara seca para homogeneização contínua de componentes com granulometria máxima de 4mm, câmara úmida para mistura em leito de água projetada por sistema de alta pressão, dimensionada para uma caudal "standard" aproximada de 22L/min, com variação de 5 a 60L/min em função da consistência de mistura, alcance de transporte horizontal máximo de 60m e máximo vertical de 30m, dotadas de estrutura móvel sobre rodas para transporte, bomba de mistura, compressor com sistema automático de comando, bomba de água, acionamento elétrico, rotor/estator, máquina de projetar, dispositivos com jogo de mangueiras
8424.90.90	Ex 016 - Gotejadores integrais cilíndricos de polietileno, autocompensantes em pressões compreendidas entre 5 e 40m.c.a., com 2 entradas de água com filtro, labirinto para auto limpeza por vórtice, fluxo de água turbulento, membrana reguladora de pressão e vazões de 0,8 a 3,8litros/hora, com diâmetro de 20,4mm e comprimento de 50mm
8424.90.90	Ex 017 - Gotejadores integrais cilíndricos de polietileno, autocompensantes em pressões compreendidas entre 5 e 40m.c.a., com 2 entradas de água com filtro, labirinto para auto limpeza por vórtice, fluxo de água turbulento, membrana reguladora de pressão e vazões de 0,8 a 3,8litros/hora, com diâmetro de 16,3mm e comprimento de 45mm
8424.90.90	Ex 018 - Gotejador integral cilíndricos de polietileno, não compensante, com 2 entradas de água com filtro, labirinto para auto limpeza por vórtice de fluxo de água turbulento com vazão nominal de 0,5 a 8 litros/hora, com diâmetro de 16,3 mm e comprimento de 43 mm
8426.20.00	Ex 040 - Guindastes de torre com coroa giratória, com operação com 2/4 quedas de cabo através de 2 carrinhos na lança, com capacidade na base igual ou superior a 40.000kg e capacidade na ponta da lança igual ou superior a 4.000kg, com mecanismo de elevação de no máximo 110kW, com inversor de frequência, com torre treliçada com montantes do tipo caixa fechada, unidos por pinos e buchas cônicos
8426.41.90	Ex 029 - Máquinas hidráulicas para movimentação de materiais, autopropulsadas sobre pneus (pneumáticos), tração nas 4 rodas, acionadas por motor diesel, com 2 eixos, sapatas para fixação, braço articulado, lança compacta e pronta para receber garra ou prato magnético ou tesoura hidráulica, intercambiável, cabine com elevação ajustável e peso da máquina igual ou superior a 19t
8427.10.90	Ex 034 - Plataformas para trabalhos aéreos, para 2 pessoas, sobre base giratória, com capacidade de rotação de 355°, não contínuos, autopropulsadas sobre rodas, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias, com elevação máxima de 13m e capacidade máxima de carga de 227kg, com alcance horizontal máximo de 7m, velocidade de operação de 6,4km/h, dotado de sistema hidráulico com capacidade de 15L, com giro de 160°, com inclinação de 30% e rotação vertical da lança de 144°
8427.20.10	Ex 013 - Empilhadeiras multidirecionais para elevação, transporte e estocagem de carga, dotadas de plataforma de carga com torre de elevação retrátil, movidas por motor a combustão à base de óleo diesel, com capacidade nominal de 25.000kg, com 6 rodas (3 duplas) e tração por meio de motores hidráulicos independentes, com altura máxima de elevação de 6.000mm e potência máxima dos motores de 220HP
8427.20.90	Ex 056 - Veículos autopropulsados sobre rodas acionados por motor a diesel, para transporte e movimentação de carretéis de aço, com capacidade máxima de carga de 300t, velocidade máxima de 4km/h quando descarregados e 3km/h carregados para transporte e movimentação de carretéis com diâmetro de flange compreendido entre 7.800 a 12.000mm, com largura externa de flanges 5.000mm e largura máxima nos "hubs" de 5.890mm dotados de chassi em "U", com sistema de suspensão independente, bombas hidráulicas, motor de 2.100rpm, sistema de manuseio com 2 braços "mastros" para elevação e rotação dos carretéis, com velocidade máxima de elevação de 1,9m/min, distribuidores manuais e sistema de pesagem
8428.90.90	Ex 093 - Manipuladores hidráulicos controlados manualmente, para movimentação de peças fundidas, com capacidade operacional máxima compreendida entre 1.000 e 2.000kgf, com cabine para operador com sistema de condicionamento de ar, dotados de garra com abertura máxima igual ou inferior a 750mm e força de fechamento máxima de 1.500kgf com capacidade para manipular peças com temperatura máxima compreendida entre 600 e 700ºC
8428.90.90	Ex 091 - Alimentadoras de preformas de fibras ópticas, dotadas de movimentos nos eixos X, Y e Z, com garras de fixação e controle de velocidade de deslocamento no eixo Z e painel eletro/eletrônico
8428.90.90	Ex 140 - Combinações de máquinas para paletização de sacos de papel multifolhados, com capacidade de produção igual ou superior a 20.000sacos/hora, compostas de: estrutura básica, magazine para paletes vazios, mesa de recebimento e elevação de paletes, mesa giratória com pinças para posicionamento e transferência de pacotes de sacos, posicionadores, formador de pilhas, sistema de prensagem e esteira rolante de saída
8428.90.90	Ex 141 - Plataformas de elevação tipo tesoura autopropulsadas sobre rodas, acionadas por motor ciclo diesel com potência de 37,3kW, com altura máxima de trabalho de 15m, capacidade de levantamento para 700kg, com velocidade da unidade (recolhida) de 6km/h e velocidade da unidade (elevada) de 1km/h
8430.41.20	Ex 016 - Unidades de cabeça de corte, com disco frontal rotativo, incompletas, para construção de túneis pelo método de "Tunnel Boring Machine- Earth Pressure Balance", com diâmetro igual ou superior a 10.000mm, constituídas por: roda de corte com 4 segmentos externos do disco frontal, acompanhados dos seus pertences (cortadores, parafusos, porcas, arruelas e vedações), desprovida do segmento central do disco frontal; cabeça de corte (escudo frontal) "front shield", feito em aço estrutural, compostas de 4 segmentos projetados para suportar pressões iguais ou superiores a 4bar, contendo suportes e elementos soldados aptos para instalação de motores, flanges, tubulações, peças hidráulicas e 1 conjunto de peças de fixação para instalação da unidade principal de acionamento e do parafuso sem fim, 1 conjunto de porcas, parafusos e arruelas para fixação dos cortadores; tubulação do sistema de condicionamento e 8 bicos de espuma, para serem fixados no disco frontal "front shield"; 20 sedes de cortadores de 17 polegadas e 124 suportes de cortadores; 2 sobrecortadores; escudo intermediário "middle shield" feita em aço estrutural, capaz de suportar pressões de 4bar, contendo articulação e selagem para conectar-se à cabeça de corte "front shield", suportes e elementos soldados para receber, eretor, flanges, tubulações, cilindro de articulação, 2 cilindros de avanço com seus pertences (parafusos, porcas, arruelas etc.), 1 conjunto de juntas de vedação e peças hidráulicas; escudo de cauda "tail shield", feita em aço estrutural, capaz de suportar 4bar, com 6 ou mais linhas duplas para argamassa, 15 ou mais linhas para mástique, 2 fileiras de selos de escovas, 1 fileira interna/externa, de placas de aço, 2 cilindros de articulação com seus pertences (parafusos, porcas, arruelas etc.), um conjunto de juntas de vedação, incluindo-se seus pertences (porcas, parafusos, arruelas etc.)
8430.50.00	Ex 014 - Equipamentos autopropulsados por meio de esteiras rodantes com acionamento hidráulico, para adensamento e aumento da capacidade de carga de solos por métodos de vibro compactação e vibro substituição com instalação de colunas de brita ou colunas de concreto, profundidade máxima de penetração de até 25metros, com um módulo vibrador cilíndrico de acionamento elétrico, por injeção de água ou por injeção de ar comprimido, dotado de torre retrátil de até 30m de altura, motor diesel, com ou sem compressor de ar e gerador, bombas hidráulicas, guincho principal e auxiliar, tremonha, caçamba, tubulação de descida, cabine para operador, sistema automático informatizado de controle de qualidade e sapatas estabilizadoras
8430.69.90	Ex 001 - Equipamentos para adensamento e aumento da resistência de solos por vibro compactação e vibro substituição, para instalação de colunas de brita, com penetração de até 50metros de profundidade, com 1 ou mais módulos vibradores cilíndricos de acionamento elétrico ou por injeção de água ou por ar comprimido, tremonha de enchimento de brita, caçamba, tubulação de extensão, potencializador de pressão (booster), painel de controle, com sistema automático informatizado de controle, próprio para trabalho suspenso por guindaste
8433.20.90	Ex 002 - Plataformas ceifeiras de plantas de diversos tipos de grãos, com adaptador para serem acopladas em colheitadeiras, com sistema rígido, com tamanho de 25 pés (7,62m), com esteira transportadora de borracha, com rolamentos de roletes selados para o "draper", com "drapers" reversíveis com rastreamento de guia em "V"
8433.20.90	Ex 003 - Plataformas ceifeiras de plantas de diversos tipos de grãos, com adaptador para serem acopladas em colheitadeiras, com sistema único de flexão, com tamanho de 40 pés (12,19m) a 45 pés (13,7m), com esteira transportadora de borracha, com rolamentos de roletes selados para o "draper", com "drapers" reversíveis com rastreamento de guia em "V"
8433.20.90	Ex 004 - Plataformas ceifeiras de plantas de diversos tipos de grãos, com adaptador para serem acopladas em colheitadeiras, com sistema único de flexão, com tamanho de 30 pés (9,1m) a 35 pés (10,67m), com esteira transportadora de borracha, com rolamentos de roletes selados para o "draper", com "drapers" reversíveis com rastreamento de guia em "V"
8433.40.00	Ex 003 - Enfardadeiras-apanhadeiras de palha ou forragem, não autopropelidas, tracionadas por trator, para formação de fardos cilíndricos grandes (com diâmetro compreendido entre 813 a 1.829mm, largura máxima de 1.565mm e peso máximo de 1.100kg), controladas por monitor de controle eletrônico, com recolhedor de grande capacidade (2.200mm de largura externa), ajuste de densidade do fardo por meio de válvula reguladora, com 8 correias de formação de fardo, dotado de sistema de fechamento do fardo por amarração com fio ou por rede, com capacidade de armazenagem de 8 rolos de fio (para máquinas com sistema de fechamento de fardo por amarração com fio) e capacidade de armazenagem de 2 rolos de rede (para máquinas com sistema de fechamento de fardo por rede)
8433.51.00	Ex 001 - Ceifeiras-debulhadoras para parcelas de ensaios (experimentos agrícolas), livre de mistura, limpeza automática entre colheita de parcelas, sistema de transporte de grãos por correia transportadora anti estática, com elevação da semente para o ciclone, por sistema pneumático, diâmetro do tambor de debulha de 350mm, largura de 785mm, com capacidade de efetuar diferentes tipos de colheitas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8438.50.00	Ex 183 - Máquinas de alto vácuo para produção de presuntos de alta qualidade, desaerando, porcionando ou embutindo de forma contínua, pedaços grandes de carne ou músculos inteiros, capacidade máxima de 16.000kg/h, pressão de trabalho máxima de 10bar, alimentação da máquina por meio de sucção da carne do tanque de partida de 1.100L para o funil desaerador, por meio do tubo de 200mm mediante o vácuo gerado pela bomba de vácuo do sistema, funil de desaeração principal da massa de carne com tampa articulável, com sensores de nível e de vácuo independentes, alimentação ativa das câmaras da bomba de carne com eixo helicoide acionado por servomotor, válvula com diâmetro de 200mm para controle dinâmico da alimentação, acionada por servomotor, gerenciamento inteligente do vácuo com sensores independentes no funil e na bomba de carne, bomba de carne com volume total aproximado de 10Kg e rotor com máximo de 6 palhetas, servomotor com possível variação do volume da bomba de carne em 1,6kg, 3,3kg ou 5kg, saída de produto com diâmetro de 100mm, monitor de controle "touch screen" com 250 posições de memória e tela colorida de 12 polegadas
8438.50.00	Ex 184 - Máquinas de alto vácuo para produção de presuntos, apresuntados ou mortadelas, porcionando ou embutindo massa de carne picadas ou com pedaços de no máximo de 500g e também emulsões na fabricação de mortadelas, capacidade máxima de 14.400kg/h, pressão máxima de trabalho igual a 35bar, alimentação da máquina por meio de sucção da massa de carne do tanque de partida de 1.100L para o funil desaerador, por meio do tubo de 200mm, mediante o vácuo gerado pela bomba de vácuo, funil de desaeração principal da massa de carne com tampa articulável, com sensores de nível e de vácuo independentes, alimentação ativa das câmaras da bomba de carne com eixo helicoide acionado por servomotor, válvula de diâmetro de 200mm para controle dinâmico da alimentação acionada por servomotor, gerenciamento inteligente do vácuo com sensores independentes no funil e na bomba de carne, bomba de carne com rotor de máximo 14 palhetas, com servomotor, saída de produto com diâmetro de 60mm, monitor de controle "touch screen" com 250 posições de memória e tela colorida de 12 polegadas
8439.10.10	Ex 003 - Combinações de máquinas para dispersão de aparas de papel, compostas de: dispersor de disco, com capacidade compreendida entre 50 a 1.000toneladas/dia, com injeção de vapor direta; rosca equalizadora de descarga para fornecimento uniforme de massa
8441.10.90	Ex 035 - Combinações de máquinas para cortar e intercalar (interfolhar) toalhas de papel, com velocidade de 200m/min, compostas de: 1 desbobinador duplo de rolos; unidade de corte e dobra com separador automático de "logs"; conjunto transportador e 1 cortadeira de formatos
8441.30.90	Ex 012 - Combinações de máquinas para fabricação de caixas de papelão ondulado, com velocidade máxima de até 24.000 chapas/hora, para chapas com comprimento mínimo de 475mm e máximo de 1.800mm, e largura mínima de 200mm e máxima de 663mm, compostas de: 1 unidade de alimentação, 4 unidades de impressão flexográfica, com ou sem transporte a vácuo entre unidades; 1 unidade de entalhe "slotter" para cortar e vincar; 1 unidade de corte e vinco rotativo; 1 unidade dobradeira/coladeira com sistema de colagem de orelha, com coleiro eletrônico; 1 unidade de empilhamento, contagem e ejeção de pacotes; unidade central de controle computadorizada
8441.30.90	Ex 024 - Combinações de máquinas para aplicação de dobra e colagem sobre folhas de papel e cartão, previamente cortadas e vincadas para a produção de capas flexíveis para livros, com e sem abas (orelhas), pastas simples e tridimensionais (com lombada), envelopes simples e/ou com aplicação de fita dupla face, porta CD e/ou DVD
8443.39.10	Ex 085 - Máquinas automáticas de impressão por jato de tinta, para marcação de chapas de aço laminadas, com temperatura na superfície da chapa igual ou inferior a 1.000°C
8443.39.10	Ex 086 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrico, com 2 cabeças de impressão, para 2 ou mais cores, largura máxima de impressão igual ou superior a 1.800mm, resolução igual ou superior a 1.440dpi, próprias para impressão em tecidos planos, utilizando tintas com corantes e/ou pigmentos a base de água, obtendo a termofixação por meio de secagem por infravermelho
8443.39.10	Ex 087 - Máquinas de impressão por jato de tinta piezoelétrico, com 24 cabeças de impressão, para 4 ou mais cores, largura máxima de impressão igual ou superior a 1.600mm, manchão de estampagem a base de poliuretano, eletronicamente controladas por encoder (gerador de impulsos) de alta resolução, sistema contínuo de lavagem do manchão, com resolução igual ou superior a 600dpi, próprias para impressão em tecidos planos, malhas e falsos tecidos, podendo utilizar tintas com corantes e/ou pigmentos a base de água, ácidos e reativos, obtendo termofixação por meio de secagem por infravermelho e ventilação
8443.39.10	Ex 088 - Máquinas para impressão digital em tecidos por jato de tinta, com 64 cabeças de impressão, largura máxima de impressão compreendida entre 1,8 e 3,2mm, dotadas de poliamida "nylon", viscose, seda, algodão, linho, lã, poliéster e suas misturas entre outros de tecidos complexos, utilizando tinta com corantes à base de água, ácidos, reativos, dispersos, secador, obtendo a fixação posterior por vaporização, com velocidade máxima de impressão de 906m^2/h na resolução de 360 x 360dpi ("dot per inch") com 2 pass
8444.00.10	Ex 007 - Combinações de máquinas para fabricação de fios sintéticos de poliéster e nylon estirados, com capacidade de produção 30-60kg/h em função do diâmetro do fio, compostas de: aquecedor e extrusor de matéria-prima, 4 esticadores de fios, sendo 3 com 7 cilindros e 1 com 5 cilindros, 4 aquecedores de fios, sendo 3 com ar quente com aquecedores e ventiladores e 1 com água quente com aquecedor e bomba de água, 1 resfriador e desumidificador a vácuo com bombas e dutos, 1 equipamento para adicionar óleo no fio com motor e reservatório de óleo; 1 equipamento para enrolamento dos fios nos carretéis acionado por motores elétricos; 1 enrolador de reforço acionado por motores elétricos
8444.00.10	Ex 008 - Máquinas para fabricação de fios sintéticos de poliéster, compostas de linha de distribuição de polímero fundido ("spinning beam"), aquecedores de fluido térmico, sistema de resfriamento da fibra, sistemas de aplicação de ensimagem, sistema de controle de tensão e direcionamento das fibras por meio de roletes giratórios ("godets rolls"), sistema de deposição das fibras em latões ("sunflower wheel"), sistema de movimentação dos latões para enchimento ("can traversing unit"), cortador do feixe e conjunto de painéis elétricos de acionamento e comando
8454.30.10	Ex 037 - Máquinas injetoras para fundição de metais não ferrosos, sob pressão, tipo câmara fria, com controlador lógico programável (CLP), força máxima de fechamento de 10.500KN, curso de abertura do molde de 1.000mm, altura do molde de 562 a 1.150mm, distância livre entre colunas de 1.000mm, velocidade máxima de êmbolo de injeção de 8,38m/s, curso do êmbolo de injeção de 850mm, ajuste em tempo real da curva de injeção garantido por meio de 20 pontos para curva de enchimento e 20 pontos para fase de compressão, com aplicador de desmoldante, alimentado por bomba dosadora de desmoldante e água
8457.10.00	Ex 104 - Centros de usinagem verticais para metais, de alta precisão, com comando numérico computadorizado (CNC), com estrutura em concreto polímero, com possibilidade de fresar, furar e roscar em 5 eixos posicionados, capazes de usinar em 5 eixos simultâneos os 5 lados da peça, com sistemas de medição absolutos, cursos dos eixos X, Y e Z iguais a 650 x 600 x 500mm, respectivamente, e avanços de 45m/min, aceleração de 6m/s2 e com precisão de posicionamento de 0,008mm e resolução de 0,0001mm, mesa circular basculantes de 540 x 540mm, com variação do ângulo de trabalho do eixo A entre +30 a -115, com capacidade de carga máxima na mesa de 1.000kg em usinagem com 5 eixos simultâneos, fuso com rotação igual a 18.000rpm, potência de 15kW e torque de 130Nm, com cone "HSK A63", magazine com capacidade máxima de 32 ferramentas, com trocador automático, sistema de medição de ferramentas a laser integrado, sistema de apalpadores integrado, monitoramento de colisão
8460.90.19	Ex 021 - Retíficas para faces de bielas com 2 rebolos de eixos horizontais, com comando numérico computadorizado (CNC), capazes de executar simultaneamente a retificação, com espessuras diferentes entre olhais, dos 2 lados do furo para o munhão do virabrequim e dos lados do furo para o pino do pistão, com diâmetro permissível de trabalho de 4 a 200mm, espessura permissível da peça de 4 a 95mm, equipadas com alimentador de peças rotativo e com 2 motores de potência igual ou superior a 35kW, diâmetro externo dos rebolos de 915mm, velocidade de rotação do rebolo de 755/625rpm, velocidade periférica aproximada de 30metros/segundos
8460.90.19	Ex 031 - Máquinas automáticas de polimento robotizado, montadas em base monobloco, para trabalhar peças metálicas e componentes de ferragens/fechaduras com 3 unidades de polimento com variador de velocidade, interligados via sistema informatizado e de integração a 1 robô com 6 eixos interpolados com capacidade de 165kg, com cabeçote para fixação das peças, controles pneumáticos e elétricos, painéis móveis de comando, cabine de enclausuramento com isolamento acústico e iluminação interna e um sistema automático de aplicação de pasta líquida de polimento
8460.90.90	Ex 047 - Máquinas automáticas para lixamento e polimento, montadas em base monobloco, para trabalhar com barras de aço com diâmetros entre 5 e 35mm, dotadas de 3 unidades (cabeçotes) de trabalho com controlador individual automático de pressão e velocidade máxima de 25m/min, com mesa de alimentação e descarga, 1 painel elétrico de comando e controle, com controlador lógico programável (CLP)
8460.90.90	Ex 048 - Máquinas para rebarbar, polir e gerar raios em superfícies de difícil acesso por meio de fluxo de pasta abrasiva, utilizando 2 cilindros verticalmente opostos que deslocam um meio abrasivo de um lado para o outro (fluxo de 2 sentidos), ou 1 cilindro que desloca o meio abrasivo em apenas 1 sentido (fluxo de sentido único), com contador de fluxo de passagem de pasta e contador de ciclos, diâmetro do cilindro do meio abrasivo menor ou igual a 305mm, curso menor ou igual a 320mm, capacidade volumétrica menor ou igual a 23,2L, vazão menor ou igual a 76L/min., pressão mínima de trabalho maior ou igual a 4bar e pressão máxima de trabalho menor ou igual a 276bar
8462.10.90	Ex 088 - Máquinas para conformação das extremidades (calibragem) de tubos petrolíferos, com pressão de avanço de 500t, pressão de fixação de 865t e deslocamento do cilindro principal de 508mm para trabalhar com bitolas de tubos de 2 3/8" a 16", com espessura máxima de paredes de 22,22mm
8462.21.00	Ex 115 - Máquinas automáticas para curvar tubos, com 5 ou mais eixos elétricos digitais controlados por comando numérico computadorizado (CNC), com precisão de posicionamento dos eixos de +/-0,01mm, capazes de curvar tubos com diâmetros compreendidos de 4 a 20mm em diferentes raios de curvatura, com dispositivo para raio variável (calandra) e raios grandes, dobra direito e esquerdo em automático, com carga automática integrada ao braço de dobra do tubo
8462.29.00	Ex 135 - Máquinas automáticas para desempenar (endireitar) e desovalizar tubos de aço sem costura no estado temperado e revenido com ponta lisa, para bitolas de 4 1/2" a 16", com espessura máxima das paredes dos tubos de 38,1mm, velocidade máxima de trabalho de 60m/min, dotadas de 3 pares de rolos montados verticalmente e inclinados entre si, dispositivos auxiliares para abastecer e desabastecer os tubos de 6 a 14,5m de comprimento com controlador lógico programável (CLP)
8465.91.90	Ex 021 - Máquinas de serrar painéis de fibra ou partículas de madeira e laminados plásticos, dotadas de serra transversal, com 1 ou mais linhas de corte, com comando numérico computadorizado (CNC), contendo 2 portas pinças totalmente independentes, empurrador automático, permitindo o corte de 2 ou mais tiras de peças com medidas diferentes, num único corte, com regulagem eletrônica de ferramentas, com sistema de fechamento automático durante o corte, impedindo a entrada do refilo na exaustão
8465.92.19	Ex 021 - Máquinas para fresagem da cobertura do painel de instrumentos, com operação por meio de fresa especial de 1mm de diâmetro, com capacidade para gerar espessura residual da cobertura com variação entre 0,7 e 0,3mm, 0,15 ou 0,3mm e 0,15mm, com controle numérico de 5 eixos, velocidade de avanço da fresa de 90mm/s a uma velocidade de rotação de 25.000rpm, com deslocamento máximo de usinagem em X, Y e Z de 824 x 1.604 x 608mm, respectivamente, rotações em A= +/-110°, C= 360° +/-90°, dotadas de troca rápida de ferramenta "standard", com capacidade de produção de 550 peças/dia
8465.99.00	Ex 070 - Máquinas-ferramentas multifusos, com funcionamento hidropneumático para tornear e lixar peças de madeira com comprimento máximo de 300mm e diâmetro máximo de 95mm, com controlador lógico programável (CLP), dotadas de 6 fusos, carro porta-ferramentas, com ou sem grupo de furação
8468.90.90	Ex 001 - Máquinas autoalinhadoras de soldagem, com peso máximo de carga de 60.000kg
8468.90.90	Ex 002 - Máquinas autoalinhadoras de soldagem, com peso máximo de carga de 20.000kg
8474.20.90	Ex 060 - Combinações de máquinas para britagem e mistura de calcário, categoria semimóvel, em uma só passada, tipo britador de impacto, com sistema de filtro incorporado e transportadora de evacuação do material britado, compostas de: 1 moega de alimentação principal em chapa reforçada, em estrutura metálica, capacidade de 100m^3, espessura da chapa de 25mm, com sistema de medição de nível incorporado, tipo ultrassônico; 1 alimentador de sapatas ("aprom feeder") para máximo de 850t/h, placas de 20mm, largura de 1.800mm, comprimento de 8.500mm, ângulo de 25°, apoiados sobre corrente reforçada para arraste, distância entre elos 202,9mm, com lubrificação permanente, acionamento por redutor planetário acoplado direto, potência de 55kW, com sistema para recolher e transportar os finos passantes entre as lâminas; 1 moega lateral, com capacidade de 100m^3 em chapa reforçada, com perfis metálicos,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	sensor de nível ultrassônico incorporado e estrutura de suporte da mesma; 1 alimentador de sapatas ("aprom feeder") para máximo de 425t/h, placas de 20mm, apoiada sobre corrente especial para arraste, com lubrificação permanente, inclinação de 25°C, comprimento de centro a centro de 16.500mm, acionamento com redutor planetário, potência de 45kW, com sistema de recolher e transportar os finos passantes entre as lâminas; 1 peneira de discos excêntricos para separação da parcela fina,
	equipada com 6 rolos, acionamento por corrente, fenda entre rolos 80mm, velocidade de 85m/min, 2.400mm de comprimento e 2.200mm de largura com sistema de limpeza , acionamento de 30kW; 1 britador de impacto, com polia especial para acoplamento ao motor de 1.000kW, não incluso, placas de britagem com indicação de posição e sistema hidráulico para regulagem remota, tremonha de entrada de material e de saída
	para o transportador de extração; 1 transportador para descarga do material britado com capacidade maior que 800t/h, largura de 1.800mm, comprimento de 12.500mm, acionamento com motorredutor, potência de 30kW, montado diretamente no tambor do transportador; 1 unidade para desempoeiramento da instalação, com capacidade de 40.000m^3/h, temperatura do ar igual ou superior a 25°C, concentração de pó na entrada
	de 50g/Nm^3, teor de pó após o filtro de 20mg/Nm^3, área filtrante igual ou superior a 400m^2, equipado com compressor de parafuso, para 65m^3/h ou mais, pressão de trabalho de 10bar, reservatório de ar para 475L, eclusa rotativa 250 x 250 x 300mm, motorredutor de 0,37kW e jogo de eletroválvulas para limpeza das mangas; vigas de sustentação, plataformas e escadas para acesso e manutenção; hidráulico para auxílio à
	produção e troca de barras de impacto, capacidade de elevação de 12m, força para movimentar 2t em um raio de 4m, com giro de 360°
8475.29.90	Ex 026 - Combinações de máquinas para formação de lâmina contínua de vidro plano (processo "float" em banho de estanho), compostas de: câmaras de aço inferiores e superiores, blocos refratários, peças estruturais de aço, peças de grafite moldadas, sistema motorizado de raspagem da superfície do estanho, sistema de resfriamento à água da lâmina de vidro, sistema de injeção controlada de gás inerte (H_2+N_2), sistema
	para aquecimento controlado por resistências elétricas com cabos especiais para alta temperatura, sistema de ventilação para a parte exterior inferior das câmaras, sistema de monitoramento dos padrões estabelecidos para o produto, sistema visual com monitores e câmeras para alta temperatura, motores lineares, dispositivos de transferência do vidro fundido para banho de estanho, dispositivo capaz de realizar a passagem da lâmina do vidro plano para o próximo estágio do processo produtivo,
	interface homem máquina computadorizadas, com painéis e monitores, controlador lógico programável (CLP) e painéis elétricos
8477.10.11	Ex 018 - Combinações de máquinas para moldar pré-forma de politereftalato de etileno (PET) por injeção, compostas de: injetora hidráulica horizontal com dupla rosca e força de fechamento de 300 toneladas métricas, distanciamento entre colunas igual a 780 x 780mm, dotada de: calibração automática de altura para o molde; controle independente das servoválvulas de fechamento, tonelagem e injeção; unidade de
	potência hidráulica enclausurada com motor elétrico refrigerado à água; unidade de injeção de 2 estágios com funções de injeção e plastificação separadas para plastificação contínua, baixos níveis de geração de acetaldeido (AA); robô integrado com 4 estágios de resfriamento e acionamento por servomotor duplo; sistema pneumático de refrigeração forçada das pré-formas com desumificador de ar dedicado, com molde de 48 cavidades; capacidade produtiva igual ou superior a 11.920 pré-
	formas de 52g/h; controle baseado em PC industrial ("Windows" e "TwinCAT"); disponibilidade de monitoração e diagnóstico remoto; transdutores de posição com resolução de 5µ, "Profibus" e "EtherCAT" para os circuitos de entradas e saídas
8477.10.11	Ex 019 - Máquinas de moldar por injeção termoplásticos (polipropileno ou poliestireno), dotadas de rosca de plastificação acionada por motor elétrico, com diâmetro de 55mm, relação comprimento L/D 25:1, acumulador de pressão a gás nitrogênio, força máxima de fechamento de 280 toneladas ou 2.746kN, 40 zonas de controle de temperatura para moldes, duplo trocador de calor majorado e sistema de fechamento de molde diferenciado, com placa intermediária
8477.10.99	Ex 026 - Máquinas para moldagem ou encabeçamento de tubos plásticos, com injeção de termoplásticos, com acionamento elétrico, hidráulico e pneumático, com abastecimento, injeção, perfuração e extração com velocidade de 40peças/minuto, transporte automático dos tubos, interface computadorizada com monitor "touch screen", dispositivo automático de perfuração do orifício, sensores de segurança para
	operação e unidade de extração por "Clipper", com molduras redondas de 40 e 50mm de diâmetro, com dispositivo de orientação

8477.20.10	Ex 107 - Combinações de máquinas para produção de tubos de Polibutileno Tereftalato (PBT) ou Polipropileno (PP) com geleia e fibras ópticas no seu interior
	com controle preciso de sobra de fibra, com velocidade de produção máxima de 500m/min, compostas de: 1 conjunto de alimentadores para 12 fibras ópticas; 1 cortador rápido de fibra; 1 controlador de diâmetro de tubo por fluxo de ar comprimido; 1 bomba para sistema de enchimento de geleia; 1 sistema de secagem de material de extrusão; 1 extrusora monorosca com cabeçote; 1 sistema de dosagem e coloração de material; 1 sistema de calha de resfriamento; 1 caterpillar de fixação; 1
	cabrestante de polia dupla; 1 medidor de diâmetro; 1 detector de evento; 1 caterpillar de puxamento; 1 bobinador duplo automático; 1 painel de distribuição e 1 sistema de controle da linha computadorizado
8477.20.10	Ex 107 - Máquinas para co-extrusão de PET (polietileno tereftalato), para 1 linha contínua de produção de filme de poliéster bi-orientado, sem secagem prévia do grão e com capacidade de processamento uniforme no intervalo vazão entre 100kg/h e 600kg/h de polímero fundido
8477.20.10	Ex 108 - Máquinas para produção de plástico-bolha coextrusado em 10 camadas com nylon (barreira a saída do ar) mais laminação para 4° ou 5° filme, largura útil de 2.600mm, com dosador gravimétrico, bomba dosadora de pressão, rebobinador automático de 3 estágios e corte com descarga automática de bobinas
8477.51.00	Ex 020 - Confeccionadoras eletropneumáticas, para fabricação de pneus de kart, com aro de 5 polegadas, semi-automáticas, com tambor de confecção, bancada de rolador, canhão de luzes para centralizar os componentes do pneu durante a montagem, desenrolador e alimentador de telas e prensa para junta de banda de rolamento, controladas por comandos elétricos e relés
8477.51.00	Ex 028 - Máquinas para fabricação de pneus de caminhão leve, camioneta ou agrícola dianteiro, tipo bexiga expansiva, com capacidade do aro de pneus entre 15" a 18" com até 11 segmentos estruturais, sendo 6 lonas estruturais, 2 lonas antiquebra ("breakers"), 2 almofadas estruturais de enchimento dos talões ("chafer"), 1 forno interno selante, com mandris com diâmetro de 7,5 a 16" e 7,5 a 18"
8477.59.90	Ex 072 - Combinações de máquinas para fabricação de luvas de látex, cirúrgicas ou para procedimentos, compostas de: transportadores de correntes paralelas, tanques para banhos de imersão dos moldes; equipamento de limpeza com escovas horizontais e verticais; tanques de compostos químicos e rinsagem; tanques de látex; aquecedores a gás com infravermelho e por sopradores; estufas para vulcanização; equipamento para produção de cordão; equipamento de desmoldagem; conjunto de formas e painéis
	elétricos
8477.59.90	Ex 073 - Máquinas de rotomoldagem, para fabricação de peças de plástico, dotadas de forno a gás natural ou gás propano, para temperatura de 370°C, com sistema de balanço e giro máximo de molde de 45°, comandado por motor elétrico, com 3 queimadores de 185.000kcal, independentes, câmara de combustão avançada (sistema de convecção de ar quente), 2 estações de refrigeração, capacidade máxima de moldes
	de 5.500 x 2.500mm, temperatura máxima do forno de 370°C, temperatura interna dos moldes monitorada por sistema eletrônico, equipadas com controlador lógico programável (CLP) e tela sensível ao toque
8477.80.90	Ex 217 - Máquinas automáticas de corte e solda para produção de sacos plásticos do tipo stand-up pouches em formato geométrico personalizado com figuras, com capacidade máxima de produção de 400sacos/minuto (variável de acordo com o tamanho dos sacos), com disponibilidade para produção em 2 linhas paralelas e
	simultâneas, dotadas de: desbobinador para 3 bobinas (1 para produção da frente e verso e 2 para produção da base dos sacos), 4 jogos de barras de selagens verticais, 3 barras de selagem horizontal, 3 barras de resfriamento verticais, com sistema de corte dos formatos personalizados no perímetro dos sacos com 3 barras de acumuladores de descartes; sistema puxador dos filmes plásticos com 3 jogos de servo motores; guias de
	borda para o alinhamento dos filmes; estação de corte e solda acionada por servo motor e esteira transportadora para retirada dos sacos acabados, com controlador lógico programável (CLP)
8479.10.90	Ex 007 - Máquinas do tipo "walk behind" para nivelamento de concreto, controlada por laser, com motor 4 tempos com 1 cilindro, refrigerado a ar e potência do motor de 6HP a 3.600rpm
8479.89.12	Ex 041 - Máquinas para dosagem em linha de ingredientes em produtos assépticos líquidos tipo "longa vida", sob condições assépticas, dotadas de válvulas, tanque de equilíbrio, filtros, medidores de vazão, sensores de pressão e painel de controle com sistema de intertravamento ingrediente/produto automatizado, formando um corpo único, com capacidade de dosagem de 5 a 150litros/hora
8479.89.12	Ex 042 - Máquinas para dosagem em linha de ingredientes pré-tratados em produtos assépticos líquidos tipo longa vida, sob condições assépticas, dotadas de válvulas, câmara de injeção, bombas de dosagem, filtros, medidores de vazão, sensores de pressão, transmissores de temperatura e painel de controle com sistema de intertravamento ingrediente/produto automatizado, formando um corpo único, com capacidade de dosagem de 0,5 a 30litros/hora
8479.89.99	Ex 380 - Bobinadores para fibra óptica, com controle automático de tensionamento e sistema de ajuste do passo de espalhamento, com velocidade máxima igual ou superior a 1.000metros/minuto, com painel eletro/eletrônico
8479.89.99	Ex 387 - Puxadoras para fibra óptica, com velocidade igual ou superior a 1.000metros/minuto e controle eletrônico
8481.30.00	Ex 003 - Válvulas de retenção, 10 polegadas de diâmetro, para serviço de polpa de minério sob alta pressão, tipo retenção oscilante, controladas por meio de cilindro pneumático, com sede removível revestida em carbeto de cromo
8481.80.92	Ex 001 - Válvulas moduladoras, de alta pressão, com regulador de pressão para sistema de freios hidráulicos ABS (anti-lock brake system) e ESP (electronic stability program), atuadas e controladas por força magnética criada por bobinas elétricas, utilizadas para restringir ou permitir a vazão de forma proporcional à corrente aplicada ou através de cortes fixos, dotadas de componentes cravados, estampados e forjados, além de plástico moldado como filtros de malha fina
8481.80.99	Ex 036 - Conjuntos de válvulas sanitárias montadas matricialmente ("manifold") para distribuição, contendo no mínimo 4 válvulas sanitárias confeccionadas em aço inox usinado em peça única, constituindo 1 monobloco de 2 gomos esféricos contíguos, interligadas sobre base única e dispostas em matriz
8481.80.99	Ex 037 - Válvulas sanitárias de dupla sede, à prova de mistura, com corpo em aço inox usinado em peça única constituindo 1 monobloco de 2 gomos esféricos contíguos e de 2 a 4 vias, com rugosidade (Ra) das superfícies em contato com o produto de 0,8µm, livres de soldas internas e com formatos internos esféricos para a redução de perda de carga, com comando de acionamento pneumático e retorno por mola, pressão de
	operação de 10bar, fechos balanceados e fecho inferior com vedação radial que evita quaisquer vazamentos e perda de produto durante a operação, com sistema de limpeza dos assentos e câmara de detecção de vazamentos por meio do levantamento independente das sedes
8486.40.00	Ex 008 - Equipamentos automáticos para metalização de placas de circuitos impressos horizontais, através de aplicação de camada de polímero condutor para posterior deposição de cobre eletrolítico com capacidade de processamento de 1m/min
8501.33.20	Ex 001 - Módulos geradores de energia elétrica para uso em veículos pesados compostos de 2 conjuntos de pilhas combustível com 150kW de potência total, subsistemas auxiliares responsáveis pelo condicionamento dos gases necessários para a reação eletroquímica entre hidrogênio e ar; possui densidade de potência nominal de 240W/L e máxima de 288W/L, controlador eletrônico para comando de todos os sistemas internos garantindo que a reação ocorra produzindo eletricidade de forma
	segura, eficiente e suficiente para suprir as necessidades energéticas de um veículo
8514.20.11	Ex 006 - Máquinas de indução para tratamento térmico (têmpera) aplicadas a molas helicoidais para válvulas, diâmetro de arame compreendido de 1,5 a 6mm, com ciclo de produção de 1,2segundo/peça (50molas/minuto), temperatura máxima de 910°C, com resfriamento por meio de banho com polímeros, potência da fonte de alimentação de 150kW, frequência máxima de saída de 100kHz, painel de comando com controlador lógico programável(CLP)
8514.90.00	Ex 014 - Rolos móveis com alta resistência a choques térmicos, para elevadas temperaturas variando de 700 a 1.200°C, com luva, incluindo mandril oco de aço resistente ao calor, diâmetro de 56/40 x 2.272mm, centragem interna, com extremidades em barra, diâmetro de 49,5 x 287mm, conexão de aço para uso em fornos elétricos nos processos de tratamento contínuo a quente e recozimento de tiras de aço
	silício, tiras de aço carbono, de produtos galvanizados ou outras aplicações de recozimento contínuo de tiras de aço
8515.21.00	Ex 096 - Combinações de máquinas para produção de telas soldadas (tipo Pop) e telas para concreto, com largura entre 1.100 e 3.000mm, comprimento entre 2.000 e 6.000mm, com arames longitudinais com diâmetros de 3,4 a 8mm e transversais de 3,40 a 8mm, compostas de: 60 desbobinadores de arames longitudinais; 1 sistema de monitoramento dos arames; 2 unidades para endireitamento em 2 planos do arame

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	longitudinal; 1 unidade de tracionamento e "looping"; 1 endireitador de tendência de arame longitudinal; 1 unidade de avanço por roletes; 4 desbobinadores de arames transversais; 1 jogo de guias; 1 unidade de tracionamento e "looping" para o arame transversal; 2 dispositivos injetores de arames transversais com endireitamento e corte; 1 máquina de solda telas de arames, com capacidade para produzir 2 telas simultaneamente, em 2 planos; 1 guilhotina de arames longitudinais; 1 estação de amarração de painéis; 1 empilhador de painéis; 2 desbobinadores para a estação de amarração de painéis; 1 empilhador automático para pacotes de painéis; 1 mesa de rolos motorizada para descarga dos pacotes de painéis; 2 púlpitos de comando da linha; painéis elétricos.
8515.21.00	Ex 097 - Combinações de máquinas para fabricação de painéis utilizados na construção civil, compostos de EPS (Poliestireno Expansível) mais telas de arames galvanizados, constituídas por: 1 equipamento de solda para produção de malha de aço com largura de 1.300mm, espaço entre os arames longitudinais 40mm e espaço entre os arames transversais 25mm, com velocidade máxima de produção de 120 ciclos de solda/minuto e 1 montadora automática de painéis "concrewall" composta de bancada de carregamento, bancada de soldagem, 6 pontos de arames conectores verticais, painel de controle e bancada de saída de painéis produzidos
8515.21.00	Ex 098 - Máquinas automáticas para soldar, por resistência, sapatas de freios metálicas com raio compreendido entre 7 e 12 polegadas, com capacidade de produção de 800 a 1.000peças/hora, compostas de: unidade de calibração com acionamento hidráulico automático para conformação do raio da sapata após a soldagem, sistema automático de alimentação, manipulador mecânico para posicionamento de peças, sistema de refrigeração de eletrodos e painel elétrico
8515.31.90	Ex 050 - Combinações de máquinas para movimentação de peças e tocha de solda, compostas de: 1 robô com capacidade de manipulação de 20kg, raio de alcance de 3.106mm, precisão de posicionamento de +/- 0,15mm, com braços mecânicos para movimentos orbitais de 6 ou mais graus de liberdade; 1 posicionador com capacidade de carga de 2.000kg, abertura entre flanges de 4m, precisão de posicionamento de +/- 0,1mm, com 2 graus de liberdade; painel de comando computadorizado com controlador lógico programável (CLP), com sensores para identificação dos múltiplos pontos de soldagem, com capacidade para correção automática da trajetória da tocha
8515.80.90	Ex 047 - Simuladores de soldagem VRTEX 360, equipamentos projetados para acelerarem o treinamento de soldagem por meio da utilização da realidade virtual
9027.10.00	Ex 028 - Analisadores de emissão de gás, para determinação de potencial real de produção de metano (ou atividade metanogênica específica AME), perfil da dinâmica de degradação de qualquer substrato, específico para análise e monitoramento contínuo da geração de gás metano provenientes da digestão anaeróbica de matéria orgânica de qualquer natureza por meio de microrganismos, com controle máximo de temperatura de 95°C, velocidade máxima do reator de 140rpm, dotados de 1 bancada de medição de gás metano, 1 banho termostato, 1 agitador mecânico, 1 agitador magnético, 1 célula fluxo, PC, hardware e software
9027.30.19	Ex 008 - Espectrômetros a laser, portáteis, para análise e identificação de matérias-primas e/ou inspeção de produtos acabados, com possibilidade de verificação por meio de embalagens fechadas, com faixa espectral de 250 a 2.875cm^{-1}, resolução espectral de 8 a 10,5cm^{-1}, comprimento de onda do laser de excitação 785nm +/-0,5nm, estabilidade inferior a 0,1cm^{-1} e potência de saída do laser 250mW +/-25mW
9027.50.90	Ex 071 - Sistemas automatizados para triagem de doadores de sangue por meio da metodologia de Amplificação Mediada por Transcrição (TMA)
9027.80.20	Ex 036 - Espectrômetros de massa dotados de bomba de seringa integrada, interface por cortina de gás, célula de colisão Q2 e taxa de fluxo compatível de 5 a 3.000 microlitros/minuto
9027.80.20	Ex 037 - Espectrômetros de massa híbrido triplo quadruplo/íon "trap" linear, dotados de célula de colisão Q2 e interface por gás contínua
9027.80.99	Ex 130 - Equipamentos para teste de dissolução de medicamentos, com fluxo contínuo e capacidade para 2 testes simultâneos, dotados de sistema de coleta automática, 14 eixos de agitação com vasos, pás e cestos, bomba de pistão de cerâmica equipada com cabeças de bombeamento individuais para cada célula de dissolução, com capacidade para ajuste de fluxo de 1,5 a 35ml/min e ajuste de fluxo independente de cada canal, com seletor automático com o máximo de 3 meios e coletor de frações para posterior análise, temperatura de trabalho de 37°C, velocidade de rotação de 25 a 200rpm
9027.80.99	Ex 131 - Equipamentos para teste de dissolução de medicamentos, com fluxo contínuo e capacidade para 2 testes simultâneos, dotados de sistema de coleta automática, bomba de pistão de cerâmica equipada com 7 cabeças de bombeamento em cerâmica sem válvula para assegurar alto nível de reprodutibilidade e consistência do fluxo, com capacidade para ajuste de fluxo de 1,5 a 35ml/min e ajuste de fluxo independente de cada canal, com seletor automático com o máximo de 3 meios e coletor de frações para posterior análise
9027.80.99	Ex 132 - Sistemas de monitoramento da tensão elétrica ("VMS") em tempo real para os principais índices envolvidos na avaliação do uso da energia elétrica na eletrólise à membrana para produção de soda cáustica, hidrogênio e cloro, com programas ("softwares"), consistindo de: unidades de aquisição de dados; unidades de comunicação e alarme; unidade eletrônica de aquisição centralizada de dados e unidade eletrônica de comunicação de dados
9031.20.10	Ex 009 - Bancos de ensaio a frio para análise de funcionamento de motores de combustão interna sem queima de combustível, acionados por motor elétrico, com transportador, sistema pneumático, bandeja coletora de óleo, painel eletrônico de comando com controlador lógico programável (CLP), gabinete para equipamento de medição para aplicação de testes mecânicos, teste de componentes elétricos, teste de funcionamento e verificação de vibração, torque, entrada e saída de pressão de óleo, pressão de escape, funcionalidade de válvulas reguladoras de pressão de injeção do combustível e temperatura do óleo de lubrificação
9031.49.90	Ex 078 - Aparelhos para medição da espessura da parede fina e da parede grossa de latas de alumínio de volumes de 350 ml (12 oz) e 473 ml (16 oz), com cabeçotes de medição retráteis e pneumáticos, sensores automáticos, ciclo de leitura entre 6 e 8 segundos e capacidade de até 1.000 leituras por segundo
9031.49.90	Ex 163 - Máquinas automáticas para medição de perfil, largura e comprimento de chapas de aço, por meio da captação e análise de imagens, utilizadas na linha de laminação de chapas grossas, para otimização de processo de corte, dotadas de câmeras "CCD", sensores de imagens, unidades de laser, sistemas "backlight", pirômetros, gabinete eletrônico, unidade de calibração, secador de ar, soprador de ar, resfriadores a água, estruturas de aço para suporte, transformador, unidades de visualização "IHM", instrumentação, sistemas elétrico, de controle e automação
9031.49.90	Ex 164 - Máquinas de inspeção para detecção de defeitos em embalagens de vidro, modular, dotadas de mecanismo para a rejeição de produtos defeituosos, com uma ou mais das seguintes inspeções: diâmetro interno da boca e do fundo do produto, tensão no fundo e na boca, verificação de boca falhada/abaulada, defeitos dimensionais e embalagens de vidro não redondas, com leitor de número de moldes, capacidade máxima para 30 câmaras com velocidade máxima de 600garrafas/minuto
9031.49.90	Ex 165 - Máquinas de inspeção para detecção de defeitos em embalagens de vidro, modular de alta velocidade, com monitor sensível ao toque, dotadas de mecanismo para a rejeição de produtos defeituosos, com velocidade máxima de 400garrafas/minuto, com uma ou mais das seguintes inspeções: diâmetro interno e externo da boca do produto; detecção de trincas na boca, pescoço, tronco e fundo do produto; leitura do número de moldes; inspeção do acabamento da boca do produto; inspeção da altura; detecção de parede fina e ovalização e inspeção dimensional da boca do produto por meio de câmera ou por meio de calibres mecânicos; inspeção da lateral do tronco do produto, inspeção de verticalidade do produto; inspeção de tensão no fundo e tronco do produto e inspeção de produtos não redondos
9031.80.99	Ex 376 - Equipamentos automáticos de inspeção não destrutiva por meio de ultrassom em tanque de imersão com unidade de filtragem em circuito fechado, dotados de porta transdutores intercambiáveis montados em sistemas de suspensão (cabeçote flutuante), tecnologia "phased array", microprocessadores para detecção de defeitos internos em barras de aço redondas com diâmetros de 50 a 254mm e comprimento mínimo de 3.000mm, capazes de detectar defeitos internos de 1mm de diâmetro por 12mm de comprimento com repetibilidade de detecção de +/-2 DB, com sistema de guias de atuação hidráulica e tracionamento elétrico de entrada e saída de barras, 1 microcomputador para coleta e armazenamento de dados, 3 painéis elétricos de comando e controle, com controlador lógico programável (CLP)
9031.80.99	Ex 377 - Máquinas automáticas para teste de microvazamento e resistência mecânica a alta pressão em embalagens metálicas tipo galão/3,6litros, com 15 cabeçotes, operando através de sensores eletro-pneumático, com sistema de rejeição automático

§ 1º Alterar para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2013, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os referidos Bens de Capital, na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação.

Art. 2º Criar o seguinte Ex-tarifário de Bens de Capital:

NCM	DESCRIÇÃO
8423.30.11	Ex 001 - Combinações de máquinas para dosagem de cargas reforçantes e produtos químicos em pó, compostas de 1 conjunto de dosagem de cargas com 10 dosadores de roscas equipados, cada um, com um elemento de aquecimento; 2 balanças para negro de carbono; 2 conjuntos de sucção para correção dos pesos fora de tolerância superior; 1 conjunto de estocagem e dosagem de produtos químicos em pó com tremonha de estocagem, dosador vibrante e balança; 1 conjunto de passarelas, suportes e acessórios; e 1 conjunto de armários elétricos de controle

§ 1º Alterar para 6% (seis por cento), até 30 de junho de 2013, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre o referido Bem de Capital, na condição de novo.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação.

Art. 3º Criar Ex-tarifários de Bens de Capital para os seguintes componentes dos Sistemas Integrados (SI):

(SI-888) : Sistema integrado para conversão, geração e monitoramento de energia (PSU - "Power Supply Unit") em alta tensão e alta frequência, próprios para trabalhar com 2 geradores de ozônio com capacidade de produção de 250kg/h de ozônio com concentração de 13% em peso, montados em contêiner de 52 pés, constituído por:

CÓDIGO	EX	DESCRIÇÃO
8419.89.99	863	4 sistemas de refrigeração a água para conversores e tiristores
8504.22.00	701	4 transformadores de alta tensão, com primário em 1.240V e secundário em 5.500V, potência de 2,1MVA, dielétrico líquido e refrigeração a água gelada
8504.34.00	701	4 transformadores secos com primário em Delta 690V e secundário em Delta Y 1.240V, 12 pulsos com defasagem de 60º e potência de 810kVA
8504.40.90	701	4 conversores, de média frequência, potência máxima 700kW, tensão de entrada 690V, tensão de saída 5.500V
8531.10.10	701	1 sistema eletrônico de alarme de incêndio
8537.10.20	964	2 controladores lógicos programáveis (CLP) para controle do processo de produção de ozônio com microcomputador, tensão de trabalho de 24Vcc
8537.10.90	952	4 módulos eletrônicos para controle, monitoramento de energia e segurança dos geradores de ozônio e das próprias PSU, tensão de trabalho 24Vcc

(SI-889) : Sistema integrado para escavação mecanizada de túnel, para diâmetro de 2.210mm, com capacidade de escavar em qualquer condição geológica incluindo rocha ou material de terceira categoria, com acesso à cabeça de corte por meio de escotilha que permite troca das ferramentas de escavação em rocha durante a operação enquanto a máquina está sob o solo e sistema de injeção de água de alta pressão de 250bar para escavação em solo argiloso, constituído por:

CÓDIGO	EX	DESCRIÇÃO
7309.00.90	703	2 tanques de sedimentação
8425.42.00	701	1 sistema de cravação dotada de macaco principal com capacidade de 12.980kN e 3 macacos intermediários de 6.000kN
8430.39.90	701	1 máquina de escavação com a cabeça de corte para rocha e solo, diâmetro de 2.210mm, equipada com discos de corte para rocha e dentes de escavação intercambiáveis para solo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8474.10.00	703	1 planta de separação com remoção do material escavado por meio de circulação de lama e bentonita
8479.89.99	953	1 sistema de circulação de lama e bentonita para túneis com alcance máximo de 450m de comprimento, dotado de 4 bombas para lama, 1 bomba para bentonita, 1 bomba para água de alta pressão e duplo medidor de vazão
8537.10.90	999	1 contêiner de comando que permite operação remota e em trechos em curva

§ 1º Alterar para 2% (dois por cento), até 30 de junho de 2013, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os referidos componentes dos Sistemas Integrados (SI):

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação.

§ 3º O tratamento tributário previsto neste artigo somente se aplica quando se tratar da importação da totalidade dos componentes especificados em cada sistema, a serem utilizados em conjunto na atividade produtiva do importador.

§ 4º Os componentes referidos no parágrafo anterior podem estar associados a instrumentos de controle ou de medida ou a acessórios, tais como condutos e cabos elétricos, que se destinem a permitir a sua operação, desde que mantida a respectiva classificação na Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) indicada.

Art. 4º Manter em vigência os Ex-tarifários de Bens de Capital criados pelas Resoluções CAMEX cujos prazos de concessão ainda não tenham expirado.

§ 1º A alteração para 2% (dois por cento) das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os referidos Bens de Capital somente poderá ser usufruída por bens importados na condição de novos.

§ 2º Os bens que se enquadrem nas descrições dos Ex-tarifários a que se refere este artigo e que sejam usados ou remanufaturados, ou recondicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto de importação de que trata o parágrafo anterior.

Art. 5º. O Ex-tarifário nº 001 da NCM 8602.90.00, constante da Resolução CAMEX nº 22, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

8602.90.00	Ex 001 - Locomotivas com acionamento diesel-hidrostático, dotadas ou não de conversor catalítico, filtro de partículas e sistema de vídeo com fio, utilizadas para rebocar vagões de carga e de pessoal dentro de túneis em construção, com velocidade máxima igual ou superior a 25km/h, potência do motor igual ou inferior a 250kW em rotações iguais ou maiores que 2.000rpm, para linha férrea de bitola de 900mm, com peso igual ou inferior a 40 toneladas

Art. 6º. O Ex-tarifário nº 114 da NCM 8477.80.90, constante da Resolução CAMEX nº 04, de 4 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 5 de fevereiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

8477.80.90	Ex 114 - Combinações de máquinas para produção contínua de painéis ou telhas termoisolantes, do tipo "sanduíche", com folha de aço pré-pintado, e alternativamente em alumínio, aço galvanizado ou aço inoxidável, com núcleo de poliuretano expandido, de largura compreendida entre 1.000 e 1.200mm, espessura compreendida entre 15 e 200mm e comprimento entre 1.600 e 15.000mm, compostas de: unidade para perfilamento de tiras de metal (GLL); unidade para conformação do painel com poliuretano (GLP); unidade para corte do painel com poliuretano com controlador lógico programável (CLP)

Art. 7º. O Ex-tarifário nº 005 da NCM 8465.91.20, constante da Resolução CAMEX nº 34, de 26 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

8465.91.20	Ex 005 - Máquinas ferramentas para serrar madeiras maciças, de comando numérico, com otimizadora eletrônica de cortes transversais, com ou sem leitor óptico de defeitos, com ou sem carregador e descarregador automáticos.

Art. 8º. Os Ex-tarifários nº 009 da NCM 8479.10.90, nº 021 da NCM 8479.50.00 e nº 033 da NCM 8479.89.99, constantes da Resolução CAMEX nº 53, de 5 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

8479.10.90	Ex 009 - Combinações de máquinas de geometria variável, com ou sem sistema de fundo móvel, para produção de trilhos em concreto armado e protendido, de seção transversal variável (máxima igual ou superior a 2,2m nas extremidades e de até, no mínimo, 1,5±0,1m na parte central do vão), com tolerâncias dimensionais que atendam a norma ACI 358.1R-92, retas e curvas, para veículos leves sobre pneumáticos (VLP's) em sistema de monotrilho de via elevada, com comprimentos entre 15 e 35m e raios de curvatura horizontal mínimos igual ou superior a 50m com superelevação máxima de até 12% e raio de curvatura vertical mínimo igual ou superior a 450m, compostas de: 1 ou mais conjuntos de formas retas com suporte, em aço carbono, de comprimento igual ou superior a 30m; 1 ou mais conjuntos de formas curvas, com suporte, em aço carbono, raios curvatura horizontal mínimo igual ou superior a 50m com superelevação máxima de até 12% e raio de curvatura vertical mínimo igual ou superior a 450m.

8479.50.00	Ex 021 - Paletizadores automáticos robotizados, para caixas de pisos cerâmicos com transportadoras de caixas, capacidade igual ou inferior a 9caixas/minuto e dimensão dos paletes igual a 800 x 1.200mm
8479.89.99	Ex 033 - Combinações de máquinas para montagem do módulo do sistema de airbag, composto de cobertura frontal, bolsa inflável de segurança e placa de reação, compostas de: 1 máquina com dispositivo limitador de altura para dobra da bolsa inflável de segurança; 1 máquina com mesa giratória para montagem final do módulo do sistema de airbag e verificação automática do torque aplicado na montagem e verificação de presença de componentes

Art. 9º. O Sistema integrado SI-815, constante da Resolução CAMEX nº 90, de 14 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

(SI-815) : Sistema integrado para produção de tubos para transporte de gás ou água sob alta pressão, com diâmetro externo compreendido entre 280 e 1.600mm e capacidade máxima de produção de 950kg/h de HDPE e 800kg/h de PP, constituído por:

CÓDIGO	EX	DESCRIÇÃO
8419.89.99	848	1 conjunto de refrigeração de tubo composto de 2 ou 4 ou 5 banheiras de resfriamento por spray de água e acessórios
8423.30.19	711	1 balança dosadora gravimétrica
8428.90.90	949	2 ou 3 mesas de tombamento
8443.99.49	702	1 equipamento para marcação de tubos
8465.91.90	705	1 serra de corte planetária
8477.20.10	730	1 extrusora monorrosca com rosca de diâmetro nominal de 75mm ou 90mm, razão L/D 37:1, com adaptador e controlador lógico programável (CLP)
8477.20.10	731	1 coextrusora monorrosca com rosca de diâmetro nominal de 30mm, razão L/D 25:1
8477.40.90	702	1 ou 2 banheiras de vácuo com conjunto de calibradores de tubos e acessórios
8477.90.00	714	1 cabeçote de coextrusão com ferramental para tubos com diâmetros externos de 280, 315, 355, 400, 450, 500, 560, 630, 710, 800, 900, 1.000, 1.200, 1.400 e 1.600mm, montado em suporte sobre rodas, com aplicador de listras coloridas e acessórios
8479.89.99	843	1 ou 2 puxadores
9031.80.99	789	1 medidor de espessura de tubos por ultrassom

Art. 10. Os Ex-tarifários nº 027 da NCM 8441.80.00 e nº 009 da NCM 8479.89.99, constantes da Resolução CAMEX nº 4, de 16 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

8441.80.00	Ex 027 - Máquinas automáticas para corte, vinco com ou sem aplicação de "hot-stamping" na superfície de papéis com gramatura igual ou superior a 80g/m2, velocidade igual ou superior a 4.500 folhas por hora e formato máximo igual ou superior a 740 x 560mm

8479.89.99	Ex 009 - Extratores de revestimentos e parafusos de revestimentos de moinhos de bolas baseados em martelo de impacto pneumático semi-automático composto por conjunto do cilindro e 1 botoeira, que, acionado, dispara energia de impacto entre 61 a 4.340J, operado pneumaticamente, consumindo 2.286 lpm com pressões entre 340 a 1.030kPa

Art. 11. Os Ex-tarifários nº 192 da NCM 8422.30.29 e nº 007 da NCM 8433.59.90, constantes da Resolução CAMEX nº 29, de 5 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

8422.30.29	Ex 192 - Combinações de máquinas para escolha e encaixotamento de revestimentos cerâmicos, com controle de tamanho e planicidade automático, "scanner" de seleção, esteiras transportadoras, com 4 ou mais empilhadores, com velocidade superior a 180peças/min

8433.59.90	Ex 007 - Colhedoras de forragem, autopropelidas, com potência no motor igual ou superior à 449HP, capacidade de colheita igual ou superior a 120toneladas/hora, com ou sem plataformas de corte, sistema variável de processamento e corte da massa colhida em partículas de 5 a 22mm, com capacidade para acoplamento de plataformas de corte de 6m de largura e/ou de 8 unidades de colheita em linhas

Art. 12. O Ex-tarifário nº 340 da NCM 9031.80.99, constante da Resolução CAMEX nº 36, de 1° de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

9031.80.99	Ex 340 - Máquinas para medição e ajuste (pré-set) de ferramentas de usinagem para realizar medições absolutas e relativas, ambas por contato simultâneo de apalpadores micrométricos, com resolução de 0,001mm, torre vertical com guias de alta precisão para posicionamento motorizado no eixo Z, 2 dispositivos de medição com carga de contato de 200mN, alcance variável do medidor de 4 a 20mm, proteção contra colisão dos apalpadores, deslize motorizado no eixo X e Z para posicionamento, "joystick" para ajuste rápido, régua de medição micrométrica, ponte flutuante para medição destacável, com projetor ótico ou câmera de visualização eletrônica

Art. 13. Os Ex-tarifários nº 061da NCM 8465.99.00, nº 054 da NCM 8479.82.10 e nº 055 da NCM 8479.82.10, constantes da Resolução CAMEX nº 48, de 11 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

8465.99.00	Ex 061 - Máquinas-ferramentas para trabalhar madeira, com comando numérico computadorizado (CNC), capazes de fazer furos, furos oscilantes, fresar, podendo usinar as 2 ou mais faces da peça, com capacidade de trabalhar 1 ou mais peças simultaneamente, com ou sem carregador e descarregador automático ou manual, com ou sem magazine de alimentação, com cursos no eixo X de 3.000mm ou superior, eixo Y de 220mm e eixo Z de 180mm

8479.82.10	Ex 054 - Combinações de máquinas para mistura, granulação e homogeneização de materiais farmacêuticos para fabricação de comprimidos, com controlador lógico programável (CLP), compostas de: 1 processador de leito fluidizado com resistência à pressão e choque de 12bar e capacidade bruta do recipiente do produto de 525L,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	incluindo unidade de tratamento de ar de entrada e saída, ventilador, silenciador e válvulas de segurança; 1 moinho/peneira, com taxa de fluxo de 1.500kg/h (dependendo do produto), velocidade do rotor de até 1.000rpm e nível de ruído permanente menor que 72dB (A); 1 estação de acoplamento para descarga do leito fluidizado, com diâmetro nominal de 200mm; 1 estação de limpeza contendo unidades de mistura, sistema de dosagem e distribuição de detergentes; 1 estação de supervisão e controle para monitoração do processo produtivo
8479.82.10	Ex 055 - Combinações de máquinas para secagem, mistura, granulação, revestimento, incorporação e homogeneização de materiais farmacêuticos para fabricação de comprimidos, com controlador lógico programável (CLP), compostas de: 1 processador de leito fluidizado com resistência a pressão e choque de 12bar e capacidade bruta do recipiente do produto de 726L, incluindo unidade de tratamento de ar de entrada e saída, ventilador, silenciador e válvulas de segurança; 1 moinho/peneira, com taxa de fluxo de até 1.500kg/h (dependendo do produto), velocidade do rotor de até 1.000rpm e nível de ruído permanente menor que 72dB (A); 1 sistema de transporte de vácuo acoplado para descarga do leito fluidizado, com capacidade 3.100kg/h (dependendo do produto); 1 coluna de elevação e suporte para sistema de transporte a vácuo

Art. 14. O Ex-tarifário nº 085 da NCM 8515.21.00, constante da Resolução CAMEX nº 68, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

8515.21.00	Ex 085 - Robôs industriais de solda a ponto, com 4 ou mais graus de liberdade, dotado ou não de terminal portátil de programação, equipado com ponteadeira, dotada de transformador de voltagem, 1 ou mais painéis elétricos

Art. 15. O Ex-tarifário nº 017 da NCM 8456.10.19, constante da Resolução CAMEX nº 85, de 9 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

8456.10.19	Ex 017 - Máquinas para corte a laser de chapas metálicas, com cabeçote móvel de potência de 1kW, para chapas de espessura máxima de 6mm (0,25") ou 2kW para chapas de espessura máxima de 12mm (0,50"), sensor de rastreamento sem contato para o eixo Z, predispostas para trabalhar com nitrogênio ou oxigênio, velocidade de trabalho de 0 a 10m/min, distância de deslocamento no eixo de 1.260mm para os eixos X e Y e 100mm para o eixo Z, avanço rápido de 30m/min para o eixo X e Y e 15m/min para o eixo Z, precisão de repetibilidade de posicionamento de +/-0,01mm, com comando numérico computadorizado (CNC)

Art. 16. Os Ex-tarifários nº 022 da NCM 8207.30.00, nº 003 da NCM 8426.49.90, nº 099 da NCM 8457.10.00, nº 101 da NCM 8457.10.00, nº 006 da NCM 8477.40.90, nº 002 da NCM 8515.29.00, nº 048 da NCM 8515.31.90 e o Sistema Integrado SI-881, constantes da Resolução CAMEX nº 96, de 9 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

8207.30.00	Ex 022 - Conjuntos de ferramental intercambiável para fabricação de painel externo do paralama direito ou painel externo do paralama esquerdo ou ambas na mesma base de veículos automotores, executado em apenas 3 operações de estampagem sequenciais

8426.49.90	Ex 003 - Guindastes sobre esteiras, dotados de lança lateral, para assentamento de tubos, com tamanho de lança entre 5,49 a 7,3 m, com capacidade de içamento entre 18.145 a 63.504kg e contrapesos ajustáveis

8457.10.00	Ex 099 - Centros de usinagem universais, tipo portal, com comando numérico computadorizado (CNC), para fresar, furar e roscar, capaz de usinar os 5 lados da peça em uma única fixação, executar usinagem com interpolação, utilizando os 5 eixos simultâneos, sendo 3 eixos com deslocamento X, Y e Z com curso de 3.400, 3.400 e 2.000mm respectivamente, com velocidade de deslocamento de 60, 30 e 40m/min respectivamente, eixo B com amplitude de giro de 190° (-10 a +180°), máquina com 2 paletes com sistema de troca automático controlado pelo comando numérico computadorizado (CNC) denominado eixo C com dimensões de 2.000 x 2.500 mm, com capacidade máxima de carga de 10.000kg, dotada de cabeçote de fresamento com cone tipo HSK A 100, com rotação de 6.300 rpm, potência de 44kW, torque de 1.550Nm, com sistema de troca de ferramenta automática, com magazine de 60 ferramentas
8457.10.00	Ex 101 - Centros de usinagem verticais com coluna móvel, com comando numérico computadorizado (CNC), com 5 eixos controlados, capaz de trabalhar os 5 lados da peça em uma única fixação, cursos não eixos X, Y e X iguais ou superiores a 2.600, 700 e 700mm respectivamente, avanço rápido nos eixos X, Y e Z iguais ou superiores a 80m/min, com acionamento linear no eixo X, equipados com mesa fixa extra pesada, dimensões da mesa de 2.900 por 700mm com capacidade de carga de 2.150kg. mesa rotativa controlada pelo comando numérico computadorizado (CNC), integrada a mesa principal com diâmetro de 750mm e capacidade de carga de 500kg, fuso principal com rotação de 18.000rpm, com torque e potência disponíveis respectivamente de 130Nm e 35kW e capacidade de variação do ângulo do fuso (eixo B) de +/-100°, com sistema de medição de ferramentas a laser e sistema de medição de peças com apalpador, equipado com transportador de cavacos
8477.40.90	Ex 006 - Combinações de máquinas para produção de contra portas e caixas internas de refrigeradores domésticos por termoformagem de chapas plásticas ABS ou PSAI (Poliestireno de Alto Impacto), com capacidade para espessuras máximas de 8mm e dimensões máximas (C x L x A) de 2.000 x 1.000 x 650mm, com capacidade de produção horária de 200 ciclos para contra portas ou 100 ciclos para caixas internas, composta de: 1 estação de alimentação por suspensão das chapas por meio de ventosa s e posicionamento automático por servomotor; 1 estação de pré-aquecimento e 1 estação de aquecimento por resistência elétrica de quartzo, com controle de temperatura e fotocélula de segurança para impedir a deflexão excessiva da chapa; 1 estação de termoformagem com 1 bomba de vácuo rotativa, com capacidade de 8.000 litros/min (equivalente a 480m³/hora) e grau de vácuo 10Torr; 1 estação de refilamento das abas com prensa rebarbadora e de corte a largura e ao comprimento das peças termoformadas; 1 estação de descarga das peças por sistema de vácuo (ventosas), controlado por controlador lógico programável (CLP)
8515.29.00	Ex 002 - Máquinas de solda a ponto por resistência, próprias para montagem de carroceria de automóveis, compostas de: transformador conjugado com controle eletrônico programável e sistema de compensação no secundário, uma ou mais pistolas e dispositivo de suspensão
8515.31.90	Ex 048 - Combinações de máquinas para soldagem de partes de veículos automotores, compostas de: 1 ou 2 robôs sendo cada robô com capacidade de manipulação de 3kg e com 06 ou mais de liberdade , 1 ou 2 painéis de controle para 1 ou 2 robôs , com terminal portátil de programação para 1 ou 2 rôbos; 1 ou 2 equipamentos de soldagem (processo MIG ou MAG); dispositivo de fixação com eixo de rotação; painel de controle por controlador lógico programável (CLP); cortina de luz de segurança, cerca de segurança ; dotada ou não de gabarito para verificação de geometria de partes soldadas de veículos automotores

(SI-881) : Sistema integrado para produção de partes de refrigeradores industriais, por processo de dobra e puncionamento, a partir de chapas metálicas, com comando lógico programável (CLP), constituído por:

CÓDIGO	EX	DESCRIÇÃO
8428.90.90	705	1 alimentador de chapas (3 posições de alimentação), com mesa de centragem (estação de alimentação)
8428.90.90	706	1 mesa de troca de dispositivo de fixação (estação de bloqueio/estação de espera)
8428.90.90	708	1 mesa descarregadeira (unidade de descarga 1 - sem dobra transversal e unidade de descarga 2 - com dobra transversal)
8462.29.00	828	1 dobradeira para borda transversal
8462.29.00	829	1 dobradeira para borda longitudinal
8462.49.00	707	1 puncionadeira com 2 estações (1ª e 2ª estações de puncionadeiras)
8479.89.99	998	1 unidade inclinadora de chapas 180° com mesa de centragem
8537.10.20	959	1 equipamento de controle elétrico com controlador lógico programável (CLP) para gestão e controle de todo o sistema integrado

Art. 17. O Sistema Integrado SI-884 e os Ex-tarifários nº 046 da NCM 8458.91.00 e nº 125 da NCM 8462.29.00, constantes da Resolução CAMEX nº 01, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

(SI-884) : Sistema integrado para produção de perfis de alumínio, constituído por:

CÓDIGO	EX	DESCRIÇÃO
8461.50.90	701	combinações de máquinas para manuseio e corte de perfis de alumínio de comprimento útil de 42 a 50m, compostas de sistema de resfriamento, tracionamento mecânico, mesa de saída e transferência, estiradeira a frio superior a 25toneladas com mesa de transferência, mesa de corte e serra de perfis e carros para carga de perfis para envelhecimento
8462.39.90	739	tesouras para corte a quente de tarugos de alumínio de diâmetro de 7polegadas, comprimento compreendido entre 200 e 960mm
8462.99.20	703	prensas hidráulicas horizontais para extrusão de perfis de alumínio, com capacidade de força entre 1.705 a 1.880 toneladas e pressão hidráulica de 257,5kg/cm²
8537.10.20	963	sistema de controle e supervisão com controlador lógico programável (CLP)

8458.91.00	Ex 046 - Centros de torneamento vertical para peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), com diâmetro máximo de usinagem de 1.250mm, altura máxima da peça a trabalhar de 1.250mm, cursos dos eixos X de 1.875mm, eixo Y de 1.060mm e Z de 1.345mm respectivamente, eixo B com inclinação de 150° (-30° a +120°) e incremento de indexação mínimo de 0,0001°, eixo C com rotação de 360° (contínuos) e incremento de indexação mínimo de 0,0001°, rotação máxima do fuso de 10.000rpm, mesa com capacidade de carga uniformemente distribuída de 2.700kg (palete incluído), velocidade de avanço rápido nos eixos X, Y e Z de 42.000mm/min, com função de interpolação de 5 eixos simultâneos, magazine com capacidade para 40 ferramentas com troca automática, com trocador automático para paletes

8462.29.00	Ex 125 - Prensas hidráulicas para processo de grafagem (união de parte interna e externa) de capôs, ou portas, ou porta malas de veículos automotores, com acionamento por 4 cilindros hidráulicos, com capacidade de 150t de pressurização e tempo de ciclo de 60s, dotadas de conjunto ferramental para grafagem, com ou sem sistema alimentador de peças, com ou sem sistema descarregador de peças e sistema de segurança de operação

Art. 18. No art. 6º da Resolução CAMEX nº 1, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012, Seção 1, páginas 2 a 7, onde se lê "Os Ex-tarifários nº 083 da NCM 8458.11.99, nº 067 da NCM 8460.31.00, nº 125 da NCM 8462.29.00 e nº 454 da NCM 8479.89.99, constantes da(...)", leia-se "Os Ex-tarifários nº 083 da NCM 8458.11.99, nº 067 da NCM 8460.31.00, nº 125 da NCM 8462.29.00 e nº 216 da NCM 8477.80.90, constantes da(...)"

Art. 19. Revogar o Ex-tarifário abaixo relacionado, constante da Resolução CAMEX nº 1, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012:

8426.30.00	Ex 007 - Descarregadores de embarcações, com capacidade nominal (escavação livre) de 2.200t/h por grua (para carvão 0,8t/m³ em modo totalmente automático), embarcação a ser manuseada 15.000 a 250.000DWT, capacidade de levantamento 50t, velocidade de levantamento/fechamento de 160/180m/min., levantamento total 52m, alcance a partir do trilho no lado do mar de 42m, alcance traseiro a partir do trilho em terra de 18,5m, distância de curso de aproximadamente 380m (comprimento total de 760m), tempo de levantamento do guincho de 6min, carga máxima de roda (mar e terra) de 40t, compostos de pórtico estrutural PLC e sistema de controle e proteção

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 20. Revogar os Ex-tarifários abaixo relacionados, constantes da Resolução CAMEX nº 54, de 5 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2010:

8541.40.32	Ex 002 - Módulos fotovoltaicos de dimensões de 1.584 x 790 x 35mm, com potência máxima de 175W, compostos de 72 células cada
8541.40.32	Ex 003 - Módulos fotovoltaicos de dimensões de 1.586 x 1.056 x 35mm, com potência máxima de 235W, compostos de 96 células cada
8541.40.32	Ex 004 - Módulos fotovoltaicos de dimensões de 1.647 x 977 x 35mm, com potência máxima de 235W, compostos de 60 células cada

Art. 21. Revogar os Ex-tarifários abaixo relacionados, constantes da Resolução CAMEX nº 67, de 2 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2010:

8541.40.32	Ex 005 - Módulos fotovoltáicos de dimensões de 1.209 x 548 x 35mm, com potência máxima de 95W, compostos de 36 células cada
8541.40.32	Ex 006 - Módulos fotovoltáicos de dimensões de 1.488 x 672 x 35mm, com potência máxima de 140W, compostos de 36 células cada

Art. 22. Revogar os Ex-tarifários abaixo relacionados, constantes da Resolução CAMEX nº 3, de 16 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2011:

8541.40.32	Ex 007 - Módulos fotovoltaicos de dimensões de 1.500 x 990 x 46mm, com potência máxima de 215W, compostos de 54 células cada
8541.40.32	Ex 008 - Módulos fotovoltaicos de dimensões de 1.646 x 991 x 38mm, com potência máxima de 240W, compostos de 60 células cada

Art. 23. A partir de 1º de janeiro de 2013 as reduções tarifárias de que tratam a presente Resolução deverão ser adaptadas ao novo regime especial comum e aos procedimentos que vierem a ser estabelecidos pelo MERCOSUL.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Promove ajustes à Resolução CAMEX nº 94, de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento nos incisos XIV e XIX do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando a Decisão nº 36/11, do Conselho Mercado Comum do Mercosul e a Resolução CAMEX nº 94, de 8 de dezembro de 2011,

Resolve, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução CAMEX nº 94, de 2011:

I - alterar a descrição dos códigos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM 3102.10.10, 3105.20.00, 3105.51.00, 3821.00.00, 8903.92.00 e 9021.50.00, que passa a vigorar com a seguinte redação:

NCM	DESCRIÇÃO	Alíquota do I.I. (%)
3102.10.10	Com teor de nitrogênio (azoto) superior a 45 %, em peso, calculado sobre o produto anidro no estado seco	0
3105.20.00	- Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, que contenham os três elementos fertilizantes: nitrogênio (azoto), fósforo e potássio	0
3105.51.00	-- Que contenham nitratos e fosfatos	0
3821.00.00	Meios de cultura preparados para o desenvolvimento e a manutenção de microrganismos (incluindo os vírus e os organismos similares) ou de células vegetais, humanas ou animais.	0
8903.92.00	-- Barcos a motor, exceto com motor fora-de-borda	35
9021.50.00	- Marca-passos cardíacos, exceto as partes e acessórios	0

II - alterar a descrição do código da NCM 3004.90.78, e do seu Ex 001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

NCM	DESCRIÇÃO	Alíquota do I.I. (%)
3004.90.78	Amprenavir; aprepitanto; delavirdina ou seu mesilato; efavirenz; emtricitabina; etopósido; everolimus; fosamprenavir cálcico; fosfato de fludarabina; gencitabina ou seu cloridrato; raltitrexida; ritonavir; sirolimus; tacrolimus; tenipósido	2
	Ex 001 - Amprenavir; aprepitanto; delavirdina ou seu mesilato; efavirenz; emtricitabina; etopósido; everolimus; fosamprenavir cálcico; fosfato de fludarabina; gencitabina ou seu cloridrato; raltitrexida; ritonavir; sirolimus; tenipósido	0

Art. 2º No Anexo I da Resolução CAMEX nº 94, de 2011, alterar a alíquota do imposto de importação aplicada ao código da NCM 2008.70.90, de 14% para 35%.

Art. 3º A alíquota correspondente ao código NCM 7220.90.00 constante do Anexo I da Resolução CAMEX nº 94, de 2011, deixa de ser assinalada com o sinal gráfico "**".

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETARIA EXECUTIVA faz saber que, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução nº. 3, de 29 de julho de 2003, com as alterações realizadas pela Resolução nº. 3, de 15 de junho de 2005, da CMED, e com base no inciso XIV, do art. 6º da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003, decidiu instaurar o seguinte Processo Administrativo:

Processo nº. 25351.037142/2012-49, para apurar possível ocorrência de infração aos arts. 2º e 8º caput da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº. 4, de 18 de dezembro de 2006. Resolução CMED nº. 4, de 7 de agosto de 2008 e Resolução nº. 3, de 2 de março de 2011, por parte da PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S/A., CNPJ nº.: 33.009.945/0002-04.

IVO BUCARESKY
Secretário Executivo

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 119, de 03 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº.210, Seção 1, págs. 2 e 3, do dia 04 de novembro de 2009, resolve:

Nº 302 - Autorizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com sede em Brasília - DF, a ministrar o Curso de Familiarização em Segurança da Aviação Civil; e

Nº 303 - Autorizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com sede em Brasília - DF, a ministrar o Curso Básico em Segurança da Aviação Civil e Supervisão de Segurança de Aviação Civil.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

VALÉRIA PEREIRA BASTOS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 14, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21026.002363/2009-16, resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa Bocalan & Carrijo Ltda. - ME, CNPJ nº 07.906.577/0001-06, situado na Rua Antônio Bocalan, nº 90, Centro, CEP 79.550-000, Costa Rica/MS, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 108, de 21/05/2009, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 97, de 25/05/2009, Seção 1, pág.: 4.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21012.001136/2009-14, resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa Vet Center Saúde Animal Ltda., CNPJ nº 09.448.839/0001-61, situado na Rua 02 de Julho, nº 173, Centro, CEP 44.380-000, Cruz das Almas/BA, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 2, DE 11 DE JENEIRO DE 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 9, de 12/01/2012, Seção 1, página 9, onde se lê "Portaria nº 2, de 11 de janeiro de 2011" leia-se "Portaria nº 2, de 11 de janeiro de 2012".

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2012

01.De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Du Pont Austrália Limited - Girraween Plant 179, Magowar Road - Girraween, NSW - Austrália no produto Garbor registro nº 06507.

02. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Du Pont Agricultura Chemicals Ltd - Shanghai (DUPAC) 3055 Pudong Bei Lu - Pudon - Shanghai - China no produto Garbor registro nº 06507.

03. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão da cultura da mandioca , no produto Clomanex 500 EC registro nº 10608.

04. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Fegatex registro nº 03001, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas da soja, milho, maçã, e inclusão dos alvos biológicos Cancro Cítrico (Xanthonomas citri subsp. Citri) e Mancha preta dos frutos cítricos (Guignardia citricarpa) na cultura do citros, Septoriose (Septoria lycorpersici) na cultura do tomate.

05. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária do produto Paclobutrazol Técnico SYN cancelamos o pleito de registro processo nº 21000.013181/2006-16.

06. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária do produto Nemix C cancelamos o pleito de registro processo nº 21000.011004/2011-54.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

07. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Indesso Aroma - Jalan Alternatif Cibubur - Cileungsi Km 9, Cileungsi, Bogor 16820 - Indonésia no produto Bio Carambolae registro nº 09506.

08. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante SC Enviro Agro Índia Private Limited - T-137/138 & 133, MIDC, Tarapur Boisar, Taluka-Palghar, District Thane 401 056, Maharashtra - Índia no produto Meothrin 300 registro nº 01248591.

09. De acordo com o Artigo 22 § 2º, Inciso I, do Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Tagma Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia / SP no produto Meothrin 300 registro nº 01248591.

10. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos registrantes a alteração da composição quali-quantitativa do produto Meothrin 300 registro nº 01248591.

11. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos registrantes a alteração da composição quali-quantitativa do produto Czar registro nº 010606.

12. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2001, foi aprovado pelos órgãos registrantes a alteração da composição quali-quantitativa do produto Staple 280 CS registro nº 04897.

13. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Gowan Milling 12300 East County Eighth Street, 85365 - Yuma Arizona - EUA no produto Vantigo registro nº 010199.

14. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto CertoBR pleito de registro proc. 21000.001366/2009-12 para CapatazBR.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

ATO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002,que regulamenta a Lei nº 7802,de 11 de julho de 1989.

01. Motivo da solicitação: Registro (29/12/2011)
Requerente: Milênia Agrociências S.A.
Marca comercial: Galil
Nome comum: Imidacloprido + Bifentrina
Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine + 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, feijão, melão, milho, palma forrageira, soja e trigo.
Processo nº: 21000.015842/2011-05

02. Motivo da solicitação: Registro (27/12/2011)
Requerente: Basf S.A.
Marca comercial: Versatilis XE
Nome comum: Epoxiconazol + piraclostrobina + fluxapiroxade
Nome químico: (2RS, 3SR)-1-[3-(2-chlorophenyl)-2,3-epoxy-2-(4-fluorophenyl)propyl]-1H-1,2,4-triazole + Methyl 2-[1-(4-chlorophenyl) pyrazol-3-yloxymethyl]-N-methoxycarbanilate + 3-(difluoromethyl)-1-methyl-N-(3',4',5'-trifluorobiphenyl -2-yl)pyrazole-4-carboxamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de algodão, amendoim, aveia, café, canola, cevada, girassol, milho, soja e trigo.
Processo nº: 21000.015809/2011-77

03. Motivo de solicitação: Registro (09/01/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Diquat 200 SL Rainbow
Nome comum: Dibrometo de diquate
Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de batata, café, citros, feijão e soja.
Processo nº: 21000.011712/2011-95

04. Motivo da solicitação: Registro (09/01/2012)
Requerente: Dow AgroSciences Industrial Ltda.
Marca comercial: Outliner
Nome comum: Fluroxipir-meptílico + Triclopir-butotílico
Nome químico: 1-methylheptylester (4-amino-3,5-dichloro-6-dichloro-6-fluoro-2-pyridyloxy)acetate + Butoxyethyl 3,5,6-trichloro-2-pyridyl oxyacetate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura do eucalipto
Processo nº: 21000.000587/2012-79

05. Motivo da solicitação: Registro (28/12/2011)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos LTDA.
Marca comercial: Flutriafol Tradecorp Técnico
Nome comum: Flutriafol
Nome químico: (RS)-2,4'-difluoro-a-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl) benzhydryl alcohol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico por equivalência
Processo nº: 21000.015830/2011-72

06. Motivo da solicitação: Registro (30/12/2011)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: Shyper 250 EC
Nome comum: Cipermetrina
Nome químico: (1RS, 3RS; 1RS, 3SR)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethyl cyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, café, milho, soja e tomate.
Processo nº: 21000.016005/2011-95

07. Motivo da solicitação: Registro (03/01/2012)
Requerente: Milenia Agrociência S/A
Marca comercial: Ravina
Nome comum: Imidacloprido
Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, cana-de-açúcar, citros, eucalipto e palma forrageira
Processo nº: 21000.000007/2012-43

08. Motivo da solicitação: Registro (09/01/2012)
Requerente: Helm do Brasil Mercantil Ltda.
Marca comercial: Lambda-Cyhalothrin JY Técnico Helm
Nome comum: Lambda-cialotrina
Nome químico: (S)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1R, 3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate e (R)-alfa -cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1S, 3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate (1:1)
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.001121/2012-91

09. Motivo da solicitação: Registro (28/12/2011)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: Clorimuron Técnico Nortox
Nome comum: Chlorimuron-ethyl
Nome químico: Ethyl 2-(4-chloro-6-methoxypyrimidin-2-ylcarbamoyl sulfamoyl) benzoate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015835/2011-03

10. Motivo da solicitação: Registro (29/12/2011)
Requerente: Dow Agrosciences Industrial Ltda.
Marca comercial: Sector
Nome comum: Triclopir-butotílico
Nome químico: Butoxyethyl-3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetate
Indicação de uso pretendido: Para a cultura do eucalipto
Processo nº: 21000.015854/2011-21

11. Motivo da solicitação: Registro (30/12/2011)
Requerente: Promip Comércio, pesquisa e Desenvolvimento de Agentes Biológicos Ltda.
Marca comercial: Neomip
Nome comum: Não se aplica; trata-se de agente biológico de controle
Nome científico: Neoseiulus californicus
Classe de uso: Agente biológico de controle
Indicação de uso pretendido: Para todas as culturas com ocorrência do alvo biológico (ácaro rajado)
Processo nº: 21000.016007/2011-84

12. Motivo da solicitação: Registro (19/12/2011)
Requerente: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda
Marca comercial: Flucarb 70 WG
Nome comum: Flucarbazone-sódico
Nome químico: 4,5-dihydro-3-methoxy-4-methyl-5-oxo-N-(2-trifluor methoxyphenylsulfonyl)-1H-1,2,4-triazole-1-carboxamide sodium salt
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de trigo.
Processo nº: 21000.015591/2011-51

13. Motivo da solicitação: Registro (22/12/2011)
Requerente: FMC Química do Brasil Ltda.
Marca comercial: Locker Premium
Nome comum: Carbendazim + Tebuconazol + Azoxistrobina
Nome químico: Methyl-benzimidazol-2-ylcarbamate + (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol + Methyl(E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, citros, feijão, soja e trigo
Processo nº: 21000.015680/2011-05

14. Motivo da solicitação: Registro (21/12/2011)
Requerente: Fersol Indústria e Comércio S.A.
Marca comercial: Atrazina Fersol 500 SC
Nome comum: Atrazina
Nome químico: 6-chloro-N_2-ethyl-N_4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de cana-de-açúcar, milho e sorgo
Processo nº: 21000.015663/2011-60

15. Motivo da solicitação: Registro (19/12/2011)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: Clorotalonil Técnico CN
Nome comum: Clorotalonil
Nome químico: tetrachloroisophthalonitrile
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015569/2011-19

16. Motivo da solicitação: Registro (20/12/2011)
Requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda
Marca comercial: Alvane
Nome comum: Abamectin + thiametoxam
Nome químico: (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R, 24S)-6'-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-(3,7, 19-trioxatetracyclo[15.6.1.$1^{4,8}$.$0^{20,24}$]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O-(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopiranoside (i) mixture with (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxi-6'-isopropyl-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo [15.6.1.$1^{4,8}$.$0^{20,24}$]pentacosa-10, 14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O-(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexo pyranoside (ii) (4:1) + 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene(nitro)amine
(i) R = -CH_2CH_3 (avermectin B1a)
(ii) R = -CH_3 (avermectin B1b)
Classe de uso: Inseticida e acaricida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de amendoim, batata, berinjela, cana-de-açúcar, cebola, pimentão e tomate
Processo nº: 21000.015616/2011-16

17. Motivo da solicitação: Registro (20/12/2011)
Requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda
Marca comercial: Clavium
Nome comum: Abamectin + thiametoxam
Nome químico: (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R, 24S)-6'-[(S)-secbutyl]-21,24-dihidroxy-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-(3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.$1^{4,8}$.$0^{20,24}$]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O-(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-L-arabino- hexopiranoside(i) mixture with (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6'- isopropyl-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo [15.6.1.$1^{4,8}$.$0^{20,24}$]pentacosa-10, 14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy- 4-O-(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexo pyranoside(ii) (4:1) + 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinam-4-ylidene(nitro)amine
(i) R = -CH_2CH_3 (avermectin B1a)
(ii) R = -CH_3 (avermectin B1b)
Classe de uso: Inseticida e acaricida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de amendoim, batata, berinjela, cana-de-açúcar, cebola, pimentão e tomate
Processo nº: 21000.015617/2011-61

18. Motivo da solicitação: Registro (02/01/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda
Marca comercial: Picloram 240 SL Rainbow
Nome comum: Picloram
Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloropyridine-2-carboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de pastagem
Processo nº: 21000.000005/2012-54

19. Motivo da solicitação: Registro (02/01/2012)
Requerente: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda
Marca comercial: Pireo
Nome comum: Lufenuron
Nome químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoro-propoxy)-phenyl-3-(2,6-difluorobenzoil)-urea
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata. citros, côco, milho, pepino, repolho, soja, tomate e trigo
Processo nº: 21000.000004/2012-18

20. Motivo da solicitação: Registro (02/01/2012)
Requerente: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Fezan Gold
Nome comum: Clorotalonil + tebuconazole
Nome químico: Tetrachloroisophtalonitrile + (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de soja e trigo
Processo nº: 21000.000003/2012-65

21. Motivo da solicitação: Registro (30/12/2011)
Requerente: Consagro Agroquímica Ltda.
Marca comercial: Preciso
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl) glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, ameixa, arroz, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citros, maçã, milho, nectarina, pastagens, pêra, pêssego, soja, trigo, uva, pinus e eucalipto
Processo nº: 21000.015926/2011-31

22. Motivo da solicitação: Registro (30/12/2011)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: Alvo 750 WG
Nome comum: Mancozebe
Nome químico: Manganese ethylenebis (dithiocarbamate) (polymeric) complex with zinc salt
Classe de uso: Fungicida e acaricida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de batata, café, citros, feijão, maçã, tomate e uva.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº: 21000.015927/2011-85
23. Motivo da solicitação: Registro (27/12/2011)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda
Marca comercial: Clorpiri 480 SL
Nome comum: Clorpirifós
Nome químico: O,O-diethyl O-3,5,6-trichloro-2-pyridyl phosphorothioate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, café, citros, feijão, milho, soja, tomate e trigo.
Processo nº: 21000.014453/2011-69
24. Motivo da solicitação: Registro (27/12/2011)
Requerente: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A
Marca comercial: Diquat Nufarm 200 SL
Nome comum: Dibrometo de diquate
Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de batata, café, citros, feijão e soja.
Processo nº: 21000.015791/2011-11
25. Motivo da solicitação: Registro (26/12/2011)
Requerente: Basf S/A
Marca comercial: Dicamax
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3,6-dihloro-O-anisic acid; 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de soja.
Processo nº: 21000.015756/2011-94
26. Motivo da solicitação: Registro (15/12/2011)
Requerente: Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda.
Marca comercial: Crusader
Nome comum: Lufenurom
Nome químico: Dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea
Classe de uso: Inseticida e acaricida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, cana-de-açúcar, citros, côco, maçã, milho, pepino, pêssego, repolho, soja, tomate e trigo
Processo nº: 21000.015457/2011-50
27. Motivo da solicitação: Registro (09/12/2011)
Requerente: DVA Agro do Brasil - Comércio, Importação e Exportação de Insumos Agropecuários Ltda
Marca comercial: Fomesafen 250 SL DVA
Nome comum: Fomesafem
Nome químico: 5-(2-chloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyloxy)-N-methyl sulfonyl-2-nitrobenzamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de soja e feijão
Processo nº: 21000.014922/2011-35
28. Motivo da solicitação: Registro (06/01/2012)
Requerente: BIOTECH Controle Biológico Ltda.
Marca comercial: Tricho-Strip G
Nome comum: Trichogramma galloi
Nome químico: Não se aplica; trata-se de agente biológico de controle
Classe de uso: Inseticida biológico
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de cana-de-açúcar
Processo nº: 21000.001124/2012-24
29. Motivo da solicitação: Registro (11/01/2012)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: Paraquat Técnico Nortox
Nome comum: Dicloreto de paraquate
Nome químico: 1,1'- dimethyl-4,4'-bipyridinium dichloride
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.001193/2012-38
30. Motivo da solicitação: Registro (26/12/2011)
Requerente: Basf S/A
Marca comercial: Atectra
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3,6-dichloro-o-anisic acid; 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: para as culturas de cana-de-açúcar
Processo nº:21000.015755/2011-40
31. Motivo da solicitação: Registro (18/01/2012)
Requerente: Helm do Brasil Mercantil Ltda
Marca comercial: Cifrão
Nome comum: Imidacloprido + Lambda-cyhalothrin
Nome químico: (E)-1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine + reaction product comprising equal quantities of (S)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (R)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl (Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, feijão, milho, soja, tomate e trigo
Processo nº: 21000.001283/2012-29
32. Motivo da solicitação: Registro (26/12/2011)
Requerente: Basf S/A
Marca comercial: Atectra Soy
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3-6-dichloro-o-anisic-acid; 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de soja
Processo nº: 21000.015754/2011-03
33. Motivo da solicitação: Registro (26/12/2011)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: Azoxistrobin CCAB 250 SC
Nome comum: Azoxistrobin
Nome químico: (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Algodão, arroz, aveia, banana, cevada, soja e trigo.
Processo nº: 21000.015764/2011-31
34. Motivo da solicitação: Registro (26/12/2011)
Requerente: Genbra Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Azoxistrobina 250 SC Genbra
Nome comum: Azoxistrobin
Nome químico: (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, aveia, banana, cevada, soja e trigo.
Processo nº: 21000.015766/2011-20
35. Motivo da solicitação: Registro (26/12/2011)
Requerente: Sinon do Brasil Ltda
Marca comercial: Assaris
Nome comum: Metomil
Nome químico: S-methyl-N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, milho, soja e tomate.
Processo nº: 21000.015765/2011-85
36. Motivo da solicitação: Registro (12/12/2011)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: Azoshy
Nome comum: Azoxistrobina
Nome químico: (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, banana, soja e trigo.
Processo nº: 21000.014951/2011-05
37. Motivo da solicitação: Registro (12/12/2011)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: Ashy
Nome comum: Azoxistrobina
Nome químico: (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, banana, soja e trigo.
Processo nº: 21000.015153/2011-92
38. Motivo da solicitação: registro (07/12/2011)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: Metomil Técnico Nortox
Nome comum: Metomil
Nome químico: S-methyl-N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate
Classe de uso: Inseticida e acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.014783/2011-40
39. Motivo da solicitação: registro (07/12/2011)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: Lufenurom CCAB 50 EC
Nome comum: Lufenurom
Nome químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy) phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl) urea
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, cana-de-açúcar, citros, côco, maçã, milho, pepino, pêssego, repolho, soja, tomate e trigo.
Processo nº: 21000.014781/2011-51
40. Motivo da solicitação: Registro (07/12/2011)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: Azoshy SC
Nome comum: Azoxistrobina
Nome químico: Methyl(E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy] phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, arroz, soja e trigo.
Processo nº: 21000.014815/2011-15
41. Motivo da solicitação: Registro (28/12/2011)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: Abamectin Nortox WG
Nome comum: Abamectina
Nome químico: (10E, 14E, 16E, 22Z)-(1R, 4S, 5'S, 6S, 8R, 12S, 13S, 20R, 21R, 24S)- 6'-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5',11, 13,22-tetramethyl-2-oxo-(3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^{4,8}.0^{20,24}]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O-(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranoside (I) mixture with (10E, 14E, 16E, 22Z)-(1R, 4S, 5'S, 6S, 6'R, 8R, 12S, 13S, 20R, 21R, 24S)-21,24)-dihydroxy-6'-isopropy-5', 11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo [15.6.1.1^{4,8}.0^{20,24}] pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O-(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranoside (II) (4:1)
(I) R = -CH_2CH_3 (avermectin B1a)
(II) R = -CH_3 (avermectin B1b)
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de batata, café, citros, feijão, mamão, tomate e uva.
Processo nº: 21000.015836/2011-40
42. Motivo da solicitação: Registro (29/12/2011)
Requerente: Dow Agrosciences Industrial Ltda.
Marca comercial: Combinado*
Nome comum: Tebutiurom + Hexazinona
Nome químico: 1-(5-tert-butyl-1,3,4-thiadiazol-2-yl)-1,3-dimethylurea + 3-cyclohexyl-6-dimethylamino-1-methyl-1,3,5-triazine-2,4(1H, 3H)-dione
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de cana-de-açúcar
Processo nº: 21000.015855/2011-76
43. Motivo da solicitação: Registro (22/12/2011)
Requerente: Ouro Fino Química Ltda
Marca comercial: Singular BR
Nome comum: Fipronil
Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa_trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de algodão, batata, cana-de-açúcar, milho e soja.
Processo nº: 21000.015711/2011-10
44. Motivo da solicitação: Registro (13/01/2012)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: Raindon
Nome comum: 2,4-D + picloram
Nome químico: (2,4-diclorophenoxy) acetic acid + 4-amino-3,5,6-trichloro- 2-pyridinecarboxylic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de pastagens.
Processo nº: 21000.001243/2012-87
45. Motivo de solicitação: registro (30/12/2011)
Requerente: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
Marca comercial: Fergus
Nome comum: Paraquate + diurom
Nome químico: 1,1'- dimethyl-4,4'- bipyridinium + 3-(3,4-dichlorophenyl) -1,1-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, banana, citros e uva.
Processo nº: 21000.016009/2011-73
46. Motivo da solicitação: Registro (30/12/2011)
Requerente: Syngenta proteção de Cultivos Ltda.
Marca comercial: Cerillo
Nome comum: Paraquate + diurom
Nome químico: 1,1'-dimethyl-4,4'-bipyridinium + 3-(3,4- dichlorophenyl) -1,1-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de abacaxi, algodão, banana, café, cana-de-açúcar, citros, milho, seringueira, soja, trigo e uva.
Processo nº: 21000.016008/2011-29
47. Motivo da solicitação: Registro (30/12/2011)
Requerente: Milenia Agrosciências S.A.
Marca comercial: Dorado EC
Nome comum: Triclopir-butotílico
Nome químico: Butoxyethyl-3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para a cultura de pastagens.
Processo nº: 21000.016010/2011-06
48. Motivo da solicitação: Registro (27/12/2011)
Requerente: CCAB Agro S/A
Marca comercial: Glifosato CCAB BR
Nome comum: Glifosato
Nome químico: Sal de isopropilamina N-(fosfonometil)-glicina
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Para as culturas de ameixa, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, citrus, maçã, nectarina, pêra, pêssego, pastagem, pinus e eucalipto, uva, arroz, soja, milho e trigo

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

ATO Nº 3, DE 31 DE JANEIRO DE 2012

Resumos dos pedidos de Registro Especial Temporário atendendo aos dispositivos legais do artigo 27 do Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei 7.082, de 11 de julho de 1989.

1. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: HEADS UP
Grupo Químico: Éster de ácidos graxos.
Ingrediente Ativo: Estrato de Chenopodium quinoa
Nome do Requerente: BAYER S/A
Número do Processo: 21000.001275/2012-82
Data do protocolo: 16/01/2012.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar ensaio de eficácia e praticabilidade agronômica, definir alvo biológico, doses e compatibilidade com as culturas de algodão, feijão, soja e milho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Carbofuran técnico 970
Grupo Químico: Metilcarbamato de benzofuranila
Ingrediente Ativo: Carbofuran técnico 970
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.015762/2011-41
Data do protocolo: 26/12/2011
Indicação de Uso Pretendido: Inclusão de fabricante.
3. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: F 9600-1; F 9600-2, F 9600-3; F 9602-1; F 9602-2; F 9602-3.
Grupo Químico: Não definido.
Ingrediente Ativo: Clomazone.
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.015759/2011-28
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químicos; análises químicas e estudo de eficácia agronômica e resíduos nas culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melão, pimentão e soja.
4. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BF 600; BF 601.
Grupo Químico: Não definido.
Ingrediente Ativo: Pyraoxystrobin técnico.
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.015761/2011-05
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: : Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas.
5. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Carbofuran técnico Fmc
Grupo Químico: Metilcarbamato de benzofuranila
Ingrediente Ativo: Carbofuran técnico Fmc
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.015763/2011-96
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Inclusão de fabricante.
6. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BF 421
Grupo Químico: Éster Piretróide + Benzoiluréia.
Ingrediente Ativo: Bifentrina + Novalurom.
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.001168/2012-54
Data do protocolo: 10/01/2012.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de soja, feijão, milho, arroz, cevada e trigo.
7. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BF 431
Grupo Químico: Éster Piretróide + Dimetilditiocarbamato.
Ingrediente Ativo: Bifentrina + Tiram.
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.001169/2012-07
Data do protocolo: 10/01/2012.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, girassol, mandioca, milheto, pastagem ,soja, sorgo e trigo.
8. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BF 490;. BF 491 e BF 501.
Grupo Químico: Não definido.
Ingrediente Ativo: Carbosulfan + Fipronil; Carbosulfan + Imidacloprido ; Imidacloprido + Fipronil.
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.015758/2011-83
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, arroz,arroz irrigado, batata, cana-de-açúcar, cevada, eucalipto, feijão, milho, pastagem, soja, trigo, citros, tomate, café, abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, alho, almeirão, amendoim, aveia, banana, berinjela, brócolis, cebola, chicória, couve, couve-flor, crisântemo, fumo, gérbera, girassol, goiaba, jiló, mamão, mamona, manga, maracujá, melancia, melão, milho, pepino, pêssego, pimentão, pinus, poinsétia, repolho, soja, tomate, trigo e uva.
9. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BF 576; BF 577, BF 578; BF 579; BF 580; BF 581; BF 582; BF 583; BF 584; BF 585; BF 586; BF 587; BF 588; BF 589; BF 590; BF 591; BF 592; BF 593; BF 594; BF 595; BF 596; BF 597; BF 598; BF 599.
Grupo Químico: Não definido.
Ingrediente Ativo: Pyraoxystrobin.
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.015760/2011-52
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacaxi, abóbora, abobrinha, alface, algodão, alho, almeirão, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, banana, batata,berinjela, brócolis, café, cana-de-açúcar, cebola, cevada, chicória, citros, couve, couve-flor, crisântemos, eucalipto, feijão, fumo, gérbera, girassol, goiaba, jiló, mamão, mamona, manga, maracujá, melancia, melão, milho, pepino, pêssego, pimentão, pinus, poinsétia, repolho, seringueira, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.
10. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: F 8200-60; F8200-102; F8200-103
Grupo Químico: Não definido.
Ingrediente Ativo: Bifentrina
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
Número do Processo: 21000.015757/2011-39
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de algodão, arroz, banana, batata, cana-de-açúcar, canola, cevada, citros, couve, crisântemo, feijão, fumo, manga, mamão, melão, milho, pepino, rosa, soja, tomate, trigo e uva.
11. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BTK-03 OD
Grupo Químico:Produto Biológico.
Ingrediente Ativo: *Bacillus thuringiensis.*
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015292/2011-16
Data do protocolo: 14/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de abacate, abacaxi, acácia negra, alface, algodão, arroz, banana, batata, brócolis, café, caju, cana-de-açúcar, caqui, citros, couve, couve de Bruxelas, dendê, erva-mate, eucalipto, feijão, fumo, maçã, mandioca, maracujá, melancia, melão, palma, pastagem, pepino, pêra, pêssego, repolho, seringueira, soja, sorgo, tomate e uva.
12. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: ASFR
Grupo Químico: Hidrocarbonetos alifáticos.
Ingrediente Ativo: óleo mineral parafínico
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015624/2011-62
Data do protocolo: 20/12/2011
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de maçã, cevada, cenoura, citros, milho, algodão, pepino, soja, feijão, ervilha, alho,alface, cebola, uva, manga, melão, melancia, aveia, ornamentais, mamão, pinhão manso, amendoim, pimentão, batata, sorgo, mamona girassol, tomate, berinjela, fumo, canola, abóbora, cana-de-açúcar, trigo, eucalipto, acácia, seringueira, pinus, banana, café, arroz.
13. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: OVOM
Grupo Químico: Ácido Carboxílico + Hidrocarbonetos alifáticos.
Ingrediente Ativo: Óleo de Soja + Óleo mineral parafínico.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015625/2011-15
Data do protocolo: 20/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas de maçã, cevada, cenoura, citros, milho, algodão, pepino, soja, feijão, ervilha, alho,alface, cebola, uva, manga, melão, melancia, aveia, ornamentais, mamão, pinhão manso, amendoim, pimentão, batata, sorgo, mamona ,girassol, tomate, berinjela, fumo, canola, abóbora, cana-de-açúcar, trigo, eucalipto, acácia, seringueira, pinus, banana, café, arroz.
14. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TRFR
Grupo Químico: Hidrocarbonetos alifáticos
Ingrediente Ativo: Óleo mineral parafínico.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015771/2011-32
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas maçã, cevada, cenoura, citros, milho, algodão, pepino, soja, feijão, ervilha, alho,alface, cebola, uva, manga, melão, melancia, aveia, ornamentais, mamão, pinhão manso, amendoim, pimentão, batata, sorgo, mamona, girassol, tomate, berinjela, fumo, canola, abóbora, cana-de-açúcar, trigo, eucalipto, acácia, seringueira, pinus, banana, café, arroz.
15. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: OVME
Grupo Químico: Ácido carboxílico + ésteres.
Ingrediente Ativo: Óleo de Soja + Éster metílico do óleo de soja.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015768/2011-19
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas maçã, cevada, cenoura, citros, milho, algodão, pepino, soja, feijão, ervilha, alho,alface, cebola, uva, manga, melão, melancia, aveia, ornamentais, mamão, pinhão manso, amendoim, pimentão, batata, sorgo, mamona, girassol, tomate, berinjela, fumo, canola, abóbora, cana-de-açúcar, trigo, eucalipto, acácia, seringueira, pinus, banana, café, arroz.
16. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: OMME
Grupo Químico: Hidrocarbonetos alifáticos + ésteres.
Ingrediente Ativo: Óleo mineral + Éster metílico do óleo de soja.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015767/2011-74
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas maçã, cevada, cenoura, citros, milho, algodão, pepino, soja, feijão, ervilha, alho,alface, cebola, uva, manga, melão, melancia, aveia, ornamentais, mamão, pinhão manso, amendoim, pimentão, batata, sorgo, mamona, girassol, tomate, berinjela, fumo, canola, abóbora, cana-de-açúcar, trigo, eucalipto, acácia, seringueira, pinus, banana, café, arroz.
17. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: MEES
Grupo Químico: Ésteres
Ingrediente Ativo: Éster metílico do óleo de soja.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015623/2011-18.
Data do protocolo: 20/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas maçã, cevada, cenoura, citros, milho, algodão, pepino, soja, feijão, ervilha, alho,alface, cebola, uva, manga, melão, melancia, aveia, ornamentais, mamão, pinhão manso, amendoim, pimentão, batata, sorgo, mamona, girassol, tomate, berinjela, fumo, canola, abóbora, cana-de-açúcar, trigo, eucalipto, acácia, seringueira, pinus, banana, café, arroz.
18. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: MENP
Grupo Químico: Ésteres
Ingrediente Ativo: Éster metílico do óleo de soja
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015770/2011-98
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas maçã, cevada, cenoura, citros, milho, algodão, pepino, soja, feijão, ervilha, alho,alface, cebola, uva, manga, melão, melancia, aveia, ornamentais, mamão, pinhão manso, amendoim, pimentão, batata, sorgo, mamona, girassol, tomate, berinjela, fumo, canola, abóbora, cana-de-açúcar, trigo, eucalipto, acácia, seringueira, pinus, banana, café, arroz.
19. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: OVEG
Grupo Químico: Ácido Carboxílico.
Ingrediente Ativo: Óleo de soja.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.015769/2011-63
Data do protocolo: 26/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas maçã, cevada, cenoura, citros, milho, algodão, pepino, soja, feijão, ervilha, alho,alface, cebola, uva, manga, melão, melancia, aveia, ornamentais, mamão, pinhão manso, amendoim, pimentão, batata, sorgo, mamona, girassol, tomate, berinjela, fumo, canola, abóbora, cana-de-açúcar, trigo, eucalipto, acácia, seringueira, pinus, banana, café, arroz.
20. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: AF-777
Grupo Químico: Cicloalqueno
Ingrediente Ativo: 1-metilciclopropeno.
Nome do Requerente: ROHM AND HAAS QUIMICA LTDA.
Número do Processo: 21000.001195/2012-27
Data do protocolo: 11/01/2012.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas: abacate, abóbora, alface, almeirão, ameixa, banana, brócolis, caqui, cenoura, chicória, couve, couve-flor, goiaba, kiwi, limão, maçã, mamão, manga, melão, nectarina, pepino, pêra, pimentão, pinha e tomate.
21. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: IHB 217
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: Bacillus thurigiensis SSP. kurstaki
Nome do Requerente: IHARABRAS S/A INDÚSTRIA QUÍMICAS
Número do Processo: 21000.015192/2011-90
Data do protocolo: 13/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos nas culturas: alface, alfafa, algodão, amendoim, arroz, arroz irrigado, aveia, batata, brócolis, cana-de-açúcar,cevada, citrus, côco, couve, couve-flor, dendê, feijão, fumo, girassol, maça, mandioca, maracujá, melão,milho, morango, pastagem, repolho, soja, sorgo, tomate estaqueado, tomate industrial, trigo e uva.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

22. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: Isca Tamanduá Bandeira-S
Grupo Químico: Sulfonamida fluoroalifática
Ingrediente Ativo: Sulfluramida
Nome do Requerente: BIO SOJA INDÚSTRIA QUÍMICAS E BIOLÓGICAS LTDA
Número do Processo: 21000.015594/2011-94
Data do protocolo: 19/12/2011
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica no controle das formigas *Atta capiguara, Atta laevigata e Atta sexdens rubropilosa.*
23. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: FORTMEX-S
Grupo Químico: Sulfonamida fluoroalifática
Ingrediente Ativo: Sulfluramida
Nome do Requerente: BIO SOJA INDÚSTRIA QUÍMICAS E BIOLÓGICAS LTDA
Número do Processo: 21000.015595/2011-39
Data do protocolo: 19/12/2011
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica no controle das formigas *Atta capiguara e Atta sexdens rubropilosa.*
24. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: VBC-30054
Grupo Químico: Sesquiterpenos
Ingrediente Ativo: Ácido Abscísico.
Nome do Requerente: SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA
Número do Processo: 21000.001194/2012/82
Data do protocolo: 11/01/2012.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e mutagênico, bem como realizar testes de formulação.
25. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BIOMETHA WP
Grupo Químico: Não Pertinente.
Ingrediente Ativo: *Metarhizium anisopliae* (Metsch) Sorakin, cepa PL 43.
Nome do Requerente: BIOTECH CONTROLE BIOLÓGICO LTDA.
Número do Processo: 21000.015690/2011-32
Data do protocolo: 22/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos na cultura da cana-de-açúcar.
26. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BIOMETHA GR
Grupo Químico: Não Pertinente.
Ingrediente Ativo: *Metarhizium anisopliae* (Metsch) Sorakin, cepa PL 43.
Nome do Requerente: BIOTECH CONTROLE BIOLÓGICO LTDA.
Número do Processo: 21000.015689/2011-16
Data do protocolo: 22/12/2011
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico e análises químicas, em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos na culturas da cana-de-açúcar.
27. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BRC-00001; BRC-00002; BRC-00003; BRC-00004; BRC-00005; BRC-00006; BRC-00007; BRC-00008; BRC-00009; BRC-00010; BRC-00011; BRC-00012; BRC-00013; BRC-00014; BRC-00015;
BRC-00016; BRC-00017; BRC-00018; BRC-00019; BRC-00020; BRC-00021; BRC-00022; BRC-00023;
BRC-00024; BRC-00025; BRC-00026; BRC-00027; BRC-00028; BRC-00029; BRC-00030; BRC-00031;
BRC-00032; BRC-00033; BRC-00034; BRC-00035; BRC-00036; BRC-00037; BRC-00038; BRC-00039;
BRC-00040; BRC-00041; BRC-00042; BRC-00043; BRC-00044; BRC-00045; BRC-00046; BRC-00047;
BRC-00048; BRC-00049; BRC-00050;MBRC-00051; BRC-00052; BRC-00053; BRC-00054; BRC-00055;
BRC-00056; BRC-00057; BRC-00058; BRC-00059; BRC-00060.
Grupo Químico: substituted brassinosteroids; 2-pyridylamino; purine.
Ingrediente Ativo: Não definido.
Nome do Requerente: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA.
Número do Processo: 21000.015731/2011-91
Data do protocolo: 20/12/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico, análises químicas, de desenvolvimento de formulações e embalagens ,em laboratório; bem como realizar testes de eficácia agronômica e de análise de resíduos na culturas de milho, algodão e soja.
28. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BUEXP1778
Grupo Químico: Não se aplica.
Ingrediente Ativo: *Beauveria bassiana* Cepa PPRI 5339
Nome do Requerente: NITRAL URBANA LABORATÓRIOS LTDA
Número do Processo: 21000.001467/2012-99
Data do protocolo: 23/01/2012
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficiência e praticabilidade agronômica nas culturas: abobrinha, algodão, amendoim, arroz, banana, batata, berinjela, beterraba, cacau, café, cana-de-açúcar, cebola, citros, crisântemo, erva-mate, eucalipto, feijão, fumo, milho, morango, orquídeas, pastagens, pepino, pimentão, pinus, repolho, rosa, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.
29. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BYF 00587 TC; AEC 656948 TC; BYF 14182 TFS; AEC 656948 500SC; PONCHO; WINNER; ENVIDOR; ALION; INDAZIFLAN & IXOXAFLUTOLE; INDAZIFLAN TÉCNICO.
Grupo Químico: Carboxamida; Piridetilamida; Carboxamida (Penflufen) + Estribirulina (Trifloxistrobina); ; Neonicotinoide; ; Cetoenol; Alquilazinas; Alquilazinas + Isoxazol.
Ingrediente Ativo: Bixafen; Fluopyran; Penflufen + Trifloxistrobina; Fluopyran; Clotianidina; Imidacloprid; Esperodiclofen; Indaziflan; Indaziflan/Isoxaflutole; Indaziflan.
Nome do Requerente: BAYER S.A
Número do Processo: 21000.001484/2012-26
Data do protocolo: 24/01/2012
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos toxicológicos, ecotoxicológicos, físico-químico, para suporte de alterações de composição dos produtos já registrados e para fins de registro dos novos produtos.
30. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BCS-CN 72995 100 EC; BCS-CN 72995 100 SC; BCS-CN 72995 125 EC; BYF 01047 200 SC; BYF 00587 450 SC; BYF 00587 125 EC; BYF 00587 SC; BCS-CF 37810 100 SC; BCS-CF 37810 125 EC; TWIST 125 EC; LEM 17 200 SC; BYF 14182 200 SC; NATIVO 75 WG; PROLINE 480 SC; BCS-CN 88460 100 SC; BCS-CN 88460 100 EC; BCS-CN 88460 125 EC; BCS-CO 79242 100 EC; PTZ&TFS&BIX 480 SC; BCS-AB 18304 SC; BCS-CM 74807 100 EC; BCS-CM 74807 125 EC; BCS-CM 74807 100 SC; BCS-BB98685 400 SC; PTZ&TFS&BIX 450 SC; PTZ&TFS&BIX 475 SC; BCS-CQ 22409 EC; BCS-CQ 22409 SC; BCS-CO 79991 SC; BCS-CO 79991 EC.
Grupo Químico: Carboxamida; Anilidas; Atrobirulina; Trifloxystrobin & Tebuconazol; Trizolinthion; Triazolinthion & Strobilurina + carboxamida; Amidocarboxylicacids; Imida maleica; Pyrimidinamide.
Ingrediente Ativo:Não definido; Isotianil; Trifloxystrobin; Penflufem; Strobilurina & TrIAZOL; Prothioconazol; Prothioconazol & Trifloxystrobin & Bixafen.
Nome do Requerente: BAYER S.A
Número do Processo: 21000.013652/2011-45
Data do protocolo: 22/11/2011
Indicação de Uso Pretendido: Realizar ensaios de eficiência e praticabilidade agronômica, definir alvo biológico, dose e compatibilidade com as culturas : citrus, café, trigo, alho, feijão, batata, tomate, soja, milho, algodão, cevada e manga.
31. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: FLUOXASTROBIN 480 SC; TWIST 500 SC; BCS-CQ 66100 EC; BCS-CQ 66100 100 SC; BCS-CQ 72249 100 EC; BCS-CQ 72249 100 SC; BCS-CO 79242 100 EC; BCS-CO 79242 100 SC; BCS-CO 75615 50 EC; BCS-CO 75615 EC; BCS-CO 64558 100 EC; BCS-CN 95775 100 EC; BCS-CN 95775 100 SC; BCS-CQ 44375 100 EC; BCS-CQ 44375 100 SC; TRIAZOL 83 EC; BCS-CQ 49560 100 EC; BCS-CR 64643 100 EC; BCS-CS 71773 100 EC; BCS-CQ 42175 100 EC; PIRIDINA EC; THIENYLETHER 025 SC; THIENYLETHER 050 SC; THIENYLETHER 025 SC; THIENYLETHER 100 SC; THIENYLETHER 200 SC; THIENYLETHER 100 EC; THIENYLETHER 050 EC; THIENYLETHER WP ; AMIDOCARBOXYLICACIDS WG.
Grupo Químico: Strobilurina; Carboxamida; Triazolinon; Piridina; Thienylether; Amidocarboxylicacids.
Ingrediente Ativo: Fluoxastrobin; Trifloxystrobin; Não definido.
Nome do Requerente: BAYER S.A
Número do Processo: 21000.013653/2011-90
Data do protocolo: 22/11/2011
Indicação de Uso Pretendido: Realizar ensaios de eficiência e praticabilidade agronômica, definir alvo biológico, dose e compatibilidade com as culturas : citrus, café, trigo, alho, feijão, batata, tomate, soja, milho, algodão, cevada e manga.

LUÍS EDUARDO PACÍFICI RANGEL
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No Ato nº 31, de 25-7-2008, item 8, publicado no DOU de 31-7-2008, onde se lê: "Sumigard", leia-se "Sumiguard".

ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O INCom agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.
Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias.
O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.
A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema INCom.

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787.

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 113, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003681/2010-54, de 08/10/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Visum Sistemas Eletrônicos S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 72.164.734/0001-17, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho para rastreamento de sentenciados por meio de GPS, com sistema para comunicação com a central de rastreamento e com a tornozeleira individual, via RF ou GPRS.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 475, de 27 de setembro de 2004.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.003681/2010-54, de 08/10/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA N° 111, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, bem como no art. 12 c/c o caput do art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, para o período compreendido entre 5 de março a 13 de abril de 2012, a autorização concedida pela Portaria MCT nº 751, de 22 de setembro de 2011, ao representante da contraparte brasileira, DR. OLINTO LIPARINI PEREIRA, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), com o objetivo de realizar coleta e acesso no âmbito do projeto de pesquisa científica intitulado "Systematics off ungi associated to wild rubber (Hevea spp.) trees in the Amazon basin", Processo nº 001361/2011-2, a ser executado na região do Parque Nacional de Anavilhanas, no Município de Novo Airão, no Estado do Amazonas, em cooperação com o Department of Plant Sciences and Landscape, da University of Maryland (EUA), representado pela norte-americana, DRA. PRISCILA CHAVERRI ECHANDI, contraparte estrangeira.

§ 1º. A autorização prevista neste artigo compreende a participação dos pesquisadores estrangeiros abaixo relacionados nos trabalhos de campo.

Equipe estrangeira	Nacionalidade	Instituição
Priscila Chaverri Echandi	Norte-americana	University of Maryland - EUA
Demetra Nicoletta Skaltsas	Norte-americana	University of Maryland - EUA
Kenneth John Wurdack	Norte-americana	University of Maryland - EUA

§ 2º. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

Art. 2º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCTI nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 112, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003580/2011-64, de 7 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Wise Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 24.909.160/0001-16, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 862, de 16 de novembro de 2011, publicada no DOU de 22 de novembro de 2011, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 862, de 16 de novembro de 2011, publicada no DOU de 22 de novembro de 2011.

MARCO ANTONIO RAUPP

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE RADIOPROTEÇÃO E DOSIMETRIA

PORTARIA Nº 5, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

A DIRETORA DO INSTITUTO DE RADIOPROTEÇÃO E DOSIMETRIA (IRD), DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria CNEN/PR nº 77, de 24 de novembro de 2011, publicada no DOU nº 227, de 28 de novembro de 2011, Seção 1, Págs. 6 e 7, resolve:

1.Subdelegar competência ao Chefe da Seção Financeira e ao substituto eventual, nos impedimentos legais, para atuarem como Gestores Financeiros, no que se refere aos atos necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade Gestora 113204.

2.A presente delegação não impede ao delegante de praticar os mesmos atos, em juízo de conveniência e oportunidade, sem que tal ato implique em revogação ou perda de validade desta Portaria.

3.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEJANIRA DA COSTA LAURIA

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.191/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003701/2011-78
Requerente: Syngenta Seeds Ltda.
CNPJ: 49.156.326/0001-00
Endereço: Rodovia BR 452 km 142, CP 585 Uberlândia MG
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente.
Extrato Prévio: 3.020 /2011
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração de localização de experimento de liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A Syngenta Seeds, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB- 01/96, solicita à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado, contendo os eventos Bt11 x MIR162 x MIR604 x TC1507 x 5307 x GA21. Os experimentos serão realizados em Uberlândia-MG, Cruz Alta-RS, Holambra-SP, Lucas do Rio Verde-MT e Formosa-GO e Ituiutaba-MG e ocuparão uma área total de 1,4 ha, os OGMs ocuparão uma área de 0,0346 ha.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.192/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003863/2011-14
Requerente: Du Pont do Brasil SA - Divisão Pioneer Sementes
CNPJ: 61.064.929/0043-28
Endereço: SGAS 902, Lt. 74, Conjunto B, Salas 2221-224, Bloco A Ed. Athenas, Asa Sul, Brasília-DF
Assunto: Liberação planejada e importação de milho geneticamente modificado.
Extrato Prévio: 3.026/2011
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração de localização de experimento de liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A Du Pont do Brasil SA - Divisão Pioneer Sementes, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB 13/97, solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas contendo o evento individual DAS-01507-1 e os eventos combinados por cruzamento convencional MON810 x DAS-01507-1 e MON810 x DAS-01507-1 x MIR-162. Os experimentos serão realizados nos Centros de Pesquisa da Du Pont do Brasil S. A. - Divisão Pioneer Sementes de Palmas - TO e Itumbiara - GO e ocuparão uma área total de 0,5347 ha, os OGMs ocuparão uma área de 0,0464 ha. Fica autorizada a importação de 1,44 quilogramas de sementes de milho geneticamente modificada da Pioneer Overseas Corporation, EUA. O local de desembarque será Brasília - DF e a estação quarentenária, CENARGEN/EMBRAPA. O destino do material será a Unidade de Pesquisa e Beneficiamento Brasília Planaltina / DF.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.193/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003689/2011-00
Requerente: Du Pont do Brasil SA - Divisão Pioneer Sementes
CNPJ: 61.064.929/0043-28
Endereço: SGAS 902, Lt. 74, Conjunto B, Salas 2221-224, Bloco A Ed. Athenas, Asa Sul, Brasília-DF
Assunto: Liberação planejada e importação de milho geneticamente modificado.
Extrato Prévio: 3025/2011
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração de localização de experimento de liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A Du Pont do Brasil SA - Divisão Pioneer Sementes, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB 13/97, solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas contendo os eventos DAS-01507-1, DAS-59122-7, MON810, MIR162, NK603, bem como os eventos combinados TC1507 x DAS-59122-7 x MON810 x NK603 e TC1507 x DAS-59122-7 x MON810 x MIR162 x NK603. Os experimentos serão realizados nos Centros de Pesquisa da Du Pont do Brasil S. A. - Divisão Pioneer Sementes de Brasília - DF, Palmas - TO e Itumbiara - GO e na Unidade Operativas da Gravena Pesquisa, Consultoria e Treinamento Agrícola Ltda. em Rolândia/PR e ocuparão uma área total de 1,447 ha, os OGMs ocuparão uma área de 0,288 ha. Fica autorizada a importação de 7,2 quilogramas de sementes de milho geneticamente modificado da Pioneer Overseas Cor-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

poration, EUA. O local de desembarque será Brasília - DF e a estação quarentenária, CENARGEN/EMBRAPA. O destino do material será o Centro de Pesquisa de Itumbiara - Fazenda Santa Maria de Baixo Itumbiara, GO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.194/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000015/2012-26
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 12901, Torre Norte 7º Andar, São Paulo-SP
Assunto: Liberação planejada de cana de açúcar geneticamente modificada.
Extrato Prévio: 3.056/2012
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração de localização de experimento de liberação planejada no meio ambiente de cana geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante ao glifosato concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A Monsanto do Brasil Ltda., detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB - 003/96, solicita à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de cana-de-açúcar geneticamente modificada tolerante ao glifosato e cana-de-açúcar geneticamente modificada resistente a inseto e tolerante ao glifosato. Os experimentos serão conduzidos na Estação Experimental da Monsanto localizada em Santa Helena de Goiás-GO. A área total dos experimentos será de 0,85 ha e a área contendo OGM será de 0,72 ha.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.195/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000032/2011-82
Requerente: Dow Agrosciences Industrial Ltda.
CNPJ: 47.180.625/0009-01
Endereço Rua Alexandre Dumas, 1671, 1º Andar Ala A, São Paulo-SP
Requerente: Gravena Pesquisa, Cons. E Trein. Agr. Ltda.
CNPJ: 96.435.805/0001-37
Endereço Rodovia Deputado Cunha Bueno SP 253, KM 221,5 Jabotical - SP
Requerente: COODETEC - Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola
CNPJ: 00.685.383/0001-89
Endereço: BR 467 Km 98 - Caixa Postal 301, Cascavel-PR
Assunto: Alteração de localização experimento.
Extrato Prévio: /2011
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração de localização de experimento de liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado, milho MON 89034 x TC 1507 x MON 88017 x DAS-59122-7, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A Dow Agrosciences Industrial Ltda. e a Gravena Pesquisa, Consultoria e Treinamento Agrícola Ltda., detentoras dos Certificados de Qualidade em Biossegurança - CQB 107/99, 281/09 e a COODETEC - Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, detentoras dos Certificados de Qualidade em Biossegurança - CQB 107/99, 281/09 e 18/97, respectivamente, solicitaram à CTNBio autorização para alteração de localidade do experimento 777-HTR-CRN-R-1 previsto para a Unidade Operativa de Castro - PR para Cravinhos - SP. O experimento a ser realizado na Unidade Operativa de Cravinhos ocupará uma área total de 0,7898 ha, os OGMs ocuparão uma área de 0,1103 ha.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.196/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003722/2011-93
Requerente: BASF SA
CNPJ: 48.539.407/0001-18
Endereço: Av. Faria Lima 3600, São Paulo-SP
Assunto: Liberação planejada e importação de arroz geneticamente modificado.
Extrato Prévio: 3.023/2011
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração de localização de experimento de liberação planejada no meio ambiente de arroz geneticamente modificado para aumento da produtividade concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A BASF SA, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB - 031/97, solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de arroz geneticamente modificado com genes que conferem aumento de produtividade. Os experimentos serão realizados nas Unidades Operativas de: Içara, SC; Itajaí, SC; Navegantes, SC e Pouso Redondo, SC e a área total será de 7,47 ha e a área com OGM será de 3,34 ha.Fica autorizada a importação de 774 amostras totalizando 110 kg de sementes da BASF Plant Science, EUA. O local de desembarque será Campinas-SP e o destino será a Área Experimental de Jaguaruana - CE.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.197/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 9 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.003614/2011-11
Requerente: Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola - Coodetec
CNPJ: 00.685.383/0001-89
Endereço: BR 467 Km 98, CP 301, 85813-450, Cascavel, PR
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de trigo geneticamente modificado para tolerância ao estresse hídrico. Os ensaios serão conduzidos nas Unidades Operativas da requerente em Cascavel/PR e Palotina/PR.

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.198/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.000187/2012-08
Requerente: Syngenta Seeds Ltda
CNPJ: 49.156.326/0001-00
Endereço: Rod. BR 452 km 142, C.P. 585, 38400-974, Uberlândia, MG
Assunto: Liberação planejada (RN8)
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicida Bt11 x MIR162 x MIR604 x TC1507 x 5307 x GA21. Os ensaios serão conduzidos nas Unidades Operativas da requerente em Uberlândia/MG e Ituiutaba/MG.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.199/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 9 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.003688/2011-57
Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes
CNPJ: 61.064.929/0043-28
Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B Salas 221-224, Bloco A, Ed. Athenas, Brasília, DF
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8) e importação
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas e importar 2,88kg de sementes de milho geneticamente modificado provenientes dos Estados Unidos da América e/ou Havaí e/ou Porto Rico. Os ensaios serão conduzidos nos Centros de Pesquisa da requerente em Brasília/DF, Itumbiara/GO e Passo Fundo/RS.

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.200/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003699/2011-37

Requerente: Syngenta Seeds Ltda

CNPJ: 49.156.326/0001-00

Endereço: Rodovia BR 452 km 142, Caixa Postal 585, 38400-974, Uberlândia, MG

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicida Bt11 x MIR162 x TC1507 x GA21. O ensaio será conduzido na Fazenda Catuçaba em Uberlândia/MG.

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este Extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.201/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003942/2002-26

Requerente: Alellyx S.A.

CNPJ: 04.893.531/0001-01

Endereço: Rua James Clerk Maxwell 320/360, 13069-380, Campinas, SP.

Assunto: Alteração de CIBio

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de Alteração da Comissão Interna de Biossegurança (CIBio) concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A requerente informou à CTNBio, a exclusão de Eugênio C. Ulian, Hellen Abreu e Kelly Seligman de sua CIBio.

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a presente Comissão Interna de Biossegurança atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal, estando apta a gerir os riscos associados às atividades propostas no CQB em questão.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.202/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000184/2010-02

Requerente: Embrapa Florestas

CNPJ: 00.348.003/0089-52

Endereço: Estrada da Ribeira km 111, CP 319, 83411-000, Colombo, PR

Assunto: Alteração de CIBio

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da requerente concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A requerente informou a inclusão de Isabel Rodrigues Gerhardt como novo membro de sua CIBio.

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a presente Comissão Interna de Biossegurança atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal, estando apta a gerir os riscos associados às atividades propostas no CQB em questão.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.203/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.003857/2011-59

Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B, Salas 221 a 224, Bloco A, Ed. Athenas, Brasília, DF

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8) e importação

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas. Os ensaios serão conduzidos nos Centros de Pesquisa da requerente em Brasília/DF, Itumbiara/GO e Palmas/TO. Fica também autorizada a importação de 0,972 kg de sementes de milho geneticamente modificado oriundas dos Estados Unidos da América, Havaí e/ou Porto Rico.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.204/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01200.003862/2011-61

Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B, Salas 221 a 224, Bloco A, Ed. Athenas, Brasília, DF

Assunto: Liberação planejada no meio-ambiente (RN8) e importação

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas. Os ensaios serão conduzidos nos Centros de Pesquisa da requerente em Brasília/DF, Itumbiara/GO e Palmas/TO. Fica também autorizada a importação de 0,648 kg de sementes de milho geneticamente modificado oriundas dos Estados Unidos da América, Havaí e/ou Porto Rico.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.205/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 9 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.004012/2011-81

Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B Salas 221-224, Bloco A, Ed. Athenas, Brasília, DF

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8) e importação

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada tolerante a herbicida (evento A5547-127 x MON-04032-6) Os ensaios serão conduzidos no Centro de Pesquisa da requerente em Brasília/DF e Sorriso/MT. Fica também autorizada a importação de 4,0 kg de sementes de soja provenientes dos Estados Unidos da América e/ou Havaí e/ou Porto Rico.

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.206/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003944/2011-14

Requerente: Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B salas 221 a 224, bloco A - Ed. Athenas, Brasilia - DF

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente e importação

Extrato Prévio: nº 3016/2011, publicado em 22/11/2011

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A DuPont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes solicitou à CTNBio liberação planejada no meio ambiente e importação de soja geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante a herbicidas PHP30987A (eventos DP-082117-3, DP-084715-9 e DP-008521-9) com soja contendo o evento MON-04032-6 (RR1); PHP34617A (eventos DP-063915-8, DP-063923-7, DP-063963-2, DP-064127-4, DP-088122-5, DP-068862-5, EAFS 5675.4.1, EAFS 5677.4.5, EAFS 5675.3.5, EAFS 5677.3.6, EAFS 5685.12.3 e EAFS 5685.9.3) com soja contendo o evento MON-04032-6 (RR1); PHP35683A (eventos EAFS 5782.10.5, EAFS 5782.5.5, EAFS 5782.9.9, EAFS 5782.11.4, EAFS 5785.4.2, EAFS 5787.1.4, EAFS 5787.1.7, EAFS 5782.5.6 e EAFS 5782.10.4). Os experimentos serão conduzidos nos Centros de Pesquisa da Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes em Brasília-DF e Sorriso-MT. Fica autorizada a importação de 68 Kg de sementes oriundas da Pioneer Overseas Corporation (EUA e/ou Porto Rico e/ou Havaí) com local de quarentena previsto para CENARGEN. A requerente deverá obedecer as Normas para o Transporte de Organismos Geneticamente Modificados (Instrução Normativa 04/1996) na ocasião da movimentação do material em território nacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.207/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004011/2011-36

Requerente: Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902 Lt 74 Cj B salas 221 a 224, bloco A - Ed. Athenas, Brasilia - DF

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente e importação

Extrato Prévio: nº 3017/2011, publicado em 22/11/2011

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A DuPont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes solicitou à CTNBio liberação planejada no meio ambiente e importação de soja geneticamente modificada tolerante a herbicidas (eventos DAS-68416-4 x MON-04032-6). Os experimentos serão conduzidos nos Centros de Pesquisa da Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes em Brasília-DF e Sorriso-MT. Fica autorizada a importação de 27,5 Kg de sementes oriundas dos Estados Unidos (Havaí e/ou Porto Rico) com local de quarentena previsto para CENARGEN. A requerente deverá obedecer as Normas para o Transporte de Organismos Geneticamente Modificados (Instrução Normativa 04/1996) na ocasião da movimentação do material em território nacional.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.208/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004070/2011-12

Requerente: BASF SA

CNPJ: 48.539.407/0001-18

Endereço: Av. Faria Lima 3600, São Paulo-SP

Assunto: Liberação planejada e importação de arroz geneticamente modificado.

Extrato Prévio: 3.024/2011

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração de localização de experimento de liberação planejada no meio ambiente de arroz geneticamente modificado para aumento da produtividade concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A BASF SA, detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB - 031/97, solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de arroz geneticamente modificado com genes que conferem aumento de produtividade. Os experimentos serão realizados nas Unidades Operativas de Jaguaruana e Limoeiro e a área total será de 6,61 ha e a área com OGM será de 3,34 ha. Fica autorizada a importação de 774 amostras totalizando 112,7 kg de sementes de arroz geneticamente modificadas da BASF Plant Science, EUA. O local de desembarque será Campinas-SP e o destino será a Área Experimental de Jaguaruana - CE.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.209/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002409/1997-28

Requerente: UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

CNPJ: 80.257.355/0001-08

Endereço: Avenida Carlos Cavalcanti nº 4748 - Uvaranas, Ponta Grossa - PR

Assunto: Alteração da CIBio

Extrato Prévio: 3.032/2011

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico. A entidade informa que a nova CIBio será formada por: Rafael Bertoni da Silveira (Presidente), Alessandro Nogueira, Ricardo Antonio Ayub e Silvio Luiz Rutz da Silva que tem experiência em biossegurança para conduzir atividades com organismos geneticamente modificados na instituição.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.210/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 149ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de fevereiro de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002918/2001-99

Requerente: Agrogenética - Laboratórios de Análises Genética

CNPJ: 01.892.151/0001-64

Endereço: Av. Olivia de Castro Almeida, 273, Viçosa - MG

Assunto: Alteração da CIBio

Extrato Prévio: 3.015/2011

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico. A requerente solicitou a inclusão de Dahyana Santos Britto que tem experiência em biossegurança para conduzir atividades com organismos geneticamente modificados na instituição.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

ALUÍZIO BOREM
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 6 de fevereiro de 2012

439ª Relação de Revalidação de Credenciamento - Lei 8.010/90.

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI	900.0846/2002	04.822.500/0001-60
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	900.0087/1990	95.591.764/0001-05
Fundação Universitária de Cardiologia	900.0324/1992	92.898.550/0001-98

ERNESTO COSTA DE PAULA

RETIFICAÇÃO

No despacho do Diretor, publicado no DOU Seção 1, página 14, do dia 23 de dezembro de 2011, na 432ª Relação de Revalidação de Credenciamento - LEI 8.010/90, onde se lê: Fundação Nacional de Telecomunicações, leia-se: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações .

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 25, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008, Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011 e pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313, de 23/12/1991.

07-0288 - Música, Filosofia e Vinho
Processo: 01580.027296/2007-70
Proponente: Jaguar Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.127.762/0001-89
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 14, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto N° 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória N° 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei N° 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo I desta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei N° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória N° 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual, relacionado no anexo II a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 0704 - Vamos ao Cinema
CNPJ/CPF: 08.359.545/0001-09
DF - Brasília
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012.
08 10780 - O Passo de um Vencedor "O"
CNPJ/CPF: 05.700.917/0001-12
SP - Santos
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012.
10 8839 - A CANÇÃO PERDIDA DE WALDEMAR HENRIQUE
CNPJ/CPF: 585.544.592-53
PA - Belém
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012.
11 2796 - ESTRO
CNPJ/CPF: 07.669.418/0001-35
SP- São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 11741 - CINE ABERTO 104
CNPJ/CPF: 09.282.527/0001-20
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 1267 - Festival do Rio 2011
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/03/2012
10 11492 - Cinema no Rio - 7ª Edição
CNPJ/CPF: 07.137.708/0001-38
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 12169 - Na Tela do Cinema - 3ª Edição
CNPJ/CPF: 00.079.647/0001-50
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
07 11417 - Restauração e Digitalização dos Acervos do Ince e Do Inc - Equipamento Hdcam - CTAV
CNPJ/CPF: 40.345.282/0001-83
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 30/06/2012
11 0756 - Mostra de Cinema Infantil da Serra Catarinense
CNPJ/CPF: 025.700.519-69
SC- Florianópolis
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

ANEXO II

10 11572 - PROGRAMA ORI - FREQUÊNCIA CULTURAL AFRO-RELIGIOSA
CNPJ/CPF: 005.914.217-04
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA N° 76, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
07 4864 - Oigalê - 10 anos de Teatro de Rua - A busca de um teatro regional pampiano
Hamilton Garcia Leite Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 03.604.248/0001-50
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
08 8923 - Altruístas (Os)
Maxi Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 04.358.634/0001-71
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/08/2012
09 4306 - O PRIMO BASILIO - Prorrogação
Shirlei Machado Pires
CNPJ/CPF: 806.888.378-91
SP - São Bernardo do Campo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 3 MUSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 10246 - Arte na Vida
produções suburbanas de musica ltda me
CNPJ/CPF: 12.388.052/0001-66
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 0795 - ORQUESTRAS QUE CONVIDAM
Art Bhz Produtora de Espetáculos Ltda.
CNPJ/CPF: 01.627.636/0001-20
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 10/02/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 0759 - Márcio Pannunzio - Gravuras
Márcio de Andrade Pannunzio
CNPJ/CPF: 002.859.258-14
SP - Ilhabela
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 1023 - Projeto CULTURAL VITÓRIA AMAZÔNICA PRESERVE a VIDA comArte
Maria Margarete de Moura
CNPJ/CPF: 818.387.868-72
SP - Embu-Guaçu
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 0950 - Tiradentes por Oscar Araripe
Fundação Oscar Araripe
CNPJ/CPF: 09.008.252/0001-31
MG - Tiradentes
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 1131 - Sonar
Andréa Fátima Dos Santos
CNPJ/CPF: 262.543.778-29
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 0781 - OLHAR INDÍGENA
andrea ribeiro vianna
CNPJ/CPF: 126.290.788-84
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
09 4009 - As Fronteiras da Medicina no País
Núcleo de Estudos do Futuro - PUC/SP
CNPJ/CPF: 06.200.310/0001-36
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
04 2825 - História da Caricatura Brasileira
Gala Edições de Arte Ltda.
CNPJ/CPF: 03.280.616/0001-51
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/07/2012

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 0949 - É ... Lucila Novaes
MMP Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 61.398.780/0001-64
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 0840 - SIMONE TURNÊ 2010
Cigarra Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 27.913.227/0001-84
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 10/02/2012 a 31/12/2012
10 0914 - Johnny Brechó - Foi seu, agora é meu
Rodrigo Linardi de Oliveira Brandão
CNPJ/CPF: 226.502.638-73
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
10 0917 - Festival de Cultura e Artes de João Monlevade
Associação No Ato Cultura, Educação e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 07.984.309/0001-02
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
09 3552 - Tom do Cerrado
Fundação Roberto Marinho
CNPJ/CPF: 29.527.413/0001-00
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 6141 - Livro Recanto de Cada Canto - Um registro das Músicas de Tradições Orais Nordestinas
TREVO COMUNICACAO E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.486.323/0001-53
BA - Salvador
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

RETIFICAÇÃO

No prazo de captação do projeto na Portaria de aprovação Nº 1, de 2-1-2012, publicada no DOU em 03/01/2012, Seção 1, referente ao Processo: 01400.027513/2009-64, Projeto "Exposição dos painéis Guerra e Paz, de Candido Portinari" - Pronac: 09 7999.

Onde se lê: Prazo de captação:01/01/2012 a 31/01/2012
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 38/EMA, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB/2004, e de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto nº 96.000/1988, resolve:

Art. 1º Conceder autorização à Embarcação de Pesquisa "ICE LADY PATAGONIA II", de bandeira argentina, para realizar trabalhos de investigação científica em AJB, obedecendo à derrota previamente apresentada à MB.

Parágrafo único - O navio fica obrigado a aderir ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), conforme preconizado nas Normas da Autoridade Marítima para o Tráfego e Permanência de Embarcações em AJB - NORMAM-08/DPC. Qualquer alteração na derrota a ser cumprida em AJB deverá ser submetida à apreciação da MB.

Art. 2º A finalidade principal é a obtenção de perfis contínuos de temperatura e condutividade, mediante um CTD ("Conductivity, Temperature and Depth") com a retirada de amostras de água em diferentes níveis, a coleta de dados superficiais de temperatura e salinidade ao longo da derrota, mediante um termosalinógrafo, medição de CO_2 e telemetria de dados, a fim de contribuir para o projeto Consórcio Internacional para o Estudo do Câmbio Global no Atlântico Sul.

Art. 3º A autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 13 a 25 de fevereiro de 2012.

Art. 4º A instituição responsável pela pesquisa deverá fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) todos os dados, informações e resultados obtidos pela pesquisa realizada, dentro dos prazos previstos no Decreto nº 96.000/1988, encaminhando para a rua Barão de Jaceguai, s/nº, Ponta da Armação, Ponta D'Areia, Niterói, RJ, CEP 24048-900.

Art. 5º Para a remessa dos dados coletados, devem ser observados os aspectos técnicos e de documentação detalhados nas "ORIENTAÇÕES PARA A REMESSA DOS DADOS COLETADOS" que a esta acompanham.

Art. 6º O não cumprimento, pelas entidades interessadas, do estabelecido nesta Portaria implicará no cancelamento automático da presente autorização, respondendo as referidas entidades pelos prejuízos causados e ficando sujeitas, a critério do Governo Brasileiro, a terem recusadas futuras solicitações de pesquisa em AJB.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Almirante-de-Esquadra JOÃO AFONSO PRADO MAIA DE FARIA

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Proc. nº 25.458/2010
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : B/M "COMANDANTE ARAUJO". Queda de passageiro na água sem testemunhas oculares. Óbito por afogamento. Indícios de que o acidente se deu por descuido da própria vítima. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do fato da navegação: queda de passageiro na água com sua conseqüente morte por afogamento, sem danos à embarcação ou poluição; b) quanto à causa determinante: provável ato imprudente da própria vítima, que circulava a bordo em estado de embriagues; e c) decisão: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada mandando arquivar o processo, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de setembro de 2011.

Proc. nº 25.057/2010
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : R/E "JUBILOSO" e balsa "SANAVE V". Assalto ao comboio por meliantes a bordo de canoas a remo. Uso de embarcação para cometimento de crime previsto no Código Penal perpetrado por pessoas não identificadas. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: assalto a mão armada de um comboio formado por um rebocador/empurrador e uma balsa que transpunha o estreito de Breves, PA, por meliantes a bordo de canoas a remo, com danos à carga, aos pertences do navio e da tripulação e danos físicos a tripulantes; b) quanto à causa determinante: atitude dolosa dos tripulantes das canoas no sentido de cometerem crime previsto no Código Penal Brasileiro; e c) decisão: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "f", da Lei nº 2.180/54, como decorrente do dolo de pessoas cuja identidade não foi apurada, mandando arquivar os Autos, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de setembro de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proc. nº 23.753/2008
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA : R/E "JEAN SARON LIII" e duas balsas. Abalroamento com uma balsa amarrada. Imperícia do condutor. Alegação de que a boia de amarração teria se deslocado de sua posição original não comprovada. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Laércio Guimarães da Silva (Comandante) (Adv. Dr. Jamys Douglas de Oliveira Bermeu - OAB/AM 6.572) e Transportes Bertolini Ltda. (Adv. Dr. Pedro Calmon Filho - OAB/RJ 9.142).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento de comboio formado entre um empurrador e duas balsas com uma balsa vazia amarrada a uma boia, causando danos à carga e a morte de um passageiro, sem danos às embarcações ou poluição; b) quanto à causa determinante: erro de manobra do condutor do comboio durante a aproximação do porto onde pretendia atracar; c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imperícia e imprudência do primeiro representado, Laércio Guimarães da Silva, responsabilizando-o para condená-lo à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) e ao pagamento das custas processuais, com base no art. 121, inciso VII, c/c artigos 124, inciso I e 135, inciso II, todos da Lei nº 2.180/54. Exculpar a segunda representada, Transportes Bertolini Ltda., julgando improcedente a representação contra ela apresentada. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente da Autoridade Marítima, noticiando a transgressão por parte da empresa J.F.Oliveira Navegação Ltda., armadora do comboio formado entre o R/E "JEAN FILHO LIII" e as balsas "JEANY SARON XXIV" e "CONAVE XVI", ao art. 22, inciso V, do Decreto nº 2.596/98 (RLESTA), por descumprir a NPCP/2006 da Amazônia Oriental relativa à proibição de transporte de pessoas não tripulantes a bordo de balsas, para que imponha a penalidade cabível. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de setembro de 2011.

Proc. nº 23.992/2009
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Lancha "MENINA DO RIO" X Bote "RIQUELME E ANDRESSA". Abalroação, com uma vítima fatal. Imprudência. Condenar o 1º Representado e exculpar o 2º Representado.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Fabrício Costa Martinez (Condutor) (Adv. Dr. Fabrício Fazolli - OAB/PR 46.160) e Enéias Faustino Lopes (Proprietário/Condutor) (Adv. Dr. Antonio Darienso Martins - OAB/PR 11.609).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade; a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação entre lancha e bote, com uma vítima fatal; b) quanto à causa determinante: navegação em período noturno, sem luzes de navegação e material de salvatagem; c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência do 1º Representado, condenando-o à pena de multa de R$1.000,00 (mil reais) e custas. Exculpar o 2º Representado. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 09 de agosto 2011.

Proc. nº 24.766/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Lancha "NIKI". Naufrágio. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de Arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha.
Representação de Parte:
Autora: Paula Marinho de Azevedo (Proprietária) (Adv. Dr. Henrique Oswaldo Mota - OAB/RJ 18.171).
Representado: Resort Portobello Ltda. (Adv. Dr. Alexandre José de Souza Thiago - OAB/RJ 74.818).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade; a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: naufrágio com danos materiais e possível falta de vigilância; b) quanto à causa determinante: do acidente não apurada; do fato: não demonstrado; e c) decisão: indeferir a Preliminar. Julgar o acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada e pela não comprovação do fato da navegação, arquivando-se os Autos e exculpando-se a Representada de Parte. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 11 de outubro de 2011.

Proc. nº 25.790/2011
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : B/M "SEM LIMITES I". Naufrágio parcial. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de B/M com danos materiais; b) quanto à causa determinante: não apurada; e c) decisão: arquivar os Autos, considerando o acidente da navegação como previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de outubro de 2011.

Proc. nº 25.816/2011
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : B/M "SEM LIMITES I". Naufrágio parcial. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de B/M com danos materiais; b) quanto à causa determinante: não apurada; e c) decisão: arquivar os Autos, considerando o acidente da navegação como previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de outubro de 2011.

Proc. nº 24.660/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : L/M "BAHIA STAR" e catamarã "VICTORIA". Abalroamento envolvendo um catamarã atracado e uma lancha em manobra, com danos materiais no catamarã. Erro de manobra do condutor da lancha. Imprudência. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: João Lucas Sousa (Mestre) (Adv. Dr. Cristiano Alves Fernandes Ribeiro - OAB/MA 6.146).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento envolvendo duas embarcações nacionais, com danos materiais no catamarã "VICTORIA", que estava atracado, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do representado, João Lucas Sousa, MNC, Mestre da L/M "BAHIA STAR", acolhendo os termos da representação da D. Procuradoria Especial da Marinha e, considerando as circunstâncias e consequências do acidente, com fulcro nos artigos 121, 124, inciso I, 127, e 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei nº 2.180/54, aplicar-lhe a pena de suspensão por 15 dias, cumulativamente com a pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais). Custas processuais na forma da Lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de outubro de 2011.

Proc. nº 23.932/2009
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Embarcação "EVOLUTION II". Acidente da navegação. Colisão de embarcação brasileira com mergulhador amador em águas brasileiras, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Balneário Camboriú, Santa Catarina. Infrações ao RLESTA. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Jakson Macelai (Advª Drª Fabrízia da Fonseca Passos Bittencourt, DPU/RJ).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de lancha não inscrita, sem nome, com o mergulhador amador Jackson Macelai, ao suspender do fundeio nas proximidades do costão da praia de Taquaras, Balneário Camboriú, SC, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de normas de segurança na prática de mergulho; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência do Representado, responsabilizando Jackson Macelai, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, I, da mesma lei. Sem custas. Oficiar a Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí, agente da Autoridade Marítima, as infrações aos art. 16, inciso I e art. 19, inciso I, do RLESTA, cometidas pelo proprietário da embarcação e a infração ao art. 24, do RLESTA, cometida por José Francisco de Souza. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 13 de outubro de 2011.

Proc. nº 22.772/2007
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Escuna "DONGUINHO I" x "baleeira NINA". Abalroação durante navegação nas proximidades da ponte da Praticagem. Canal de acesso ao porto de Santos, SP. Danos materiais, sem registros de acidentes pessoais ou poluição ao meio ambiente hídrico. Erro de manobra cometido por ambos os condutores, quando deixaram de cumprir as regras básicas para uma navegação segura (REGRAS 5 e 9 (b) e (d) c/c itens 1005,1009 (b) e (d), Capítulo 11, NORMAM-02/DPC) a fim de se obter uma íntegra apreciação da situação do risco de um abalroamento, durante a navegação no canal do Estuário de Santos, SP. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Almir Rogério de Carvalho (Condutor) - Revel; e Nivaldo dos Santos Inácio (Condutor) (Advª Drª Fabrízia da Fonseca Passos Bittencourt, DPU/RJ).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação. Proximidades da ponte da Praticagem. Canal do Estuário, porto de Santos, SP. Houve danos à embarcação. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: erro de manobra por parte de ambos os condutores, quando deixaram de cumprir as regaras básicas para uma navegação segura, em canal de estuário (regras 5 e 9 letras "b" e "c", c/c os itens 1005, 1009 letras "b" e "d", Capítulo 11, da NORMAM/02-DPC. Imprudência, imperícia; e c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 94/96), e considerando o acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54e suas consequências, como decorrente da conduta imprudente e imperita de Almir Rogério de Carvalho e imprudente de Nivaldo dos Santos Inácio, aplicar a pena de repreensão, para o primeiro, prevista no artigo 121, inciso I, e a pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) para o segundo, prevista no artigo 121, inciso VII, c/c o art. 127 e 139, inciso II, todos da mesma Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas ao primeiro Representado. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de julho de 2011.

Proc. nº 25.326/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Draga "COPACABANA". Queda na água, seguida de desaparecimento e morte de Tripulante, durante percurso entre o cais e a draga, atracada ao cais do Porto Novo, Rio Grande, RS. Sem registro de danos materiais ou registro de poluição hídrica. Reais Circunstâncias não apurada acima de qualquer dúvida. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade; a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água, seguida de desaparecimento e conseqüente morte, vítima de afogamento de tripulante, durante o seu deslocamento do cais para bordo de draga atracada no cais do Porto Novo, Rio Grande, RS. Sem registros de danos materiais ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida; c) decisão: determinarmos o arquivamento dos Autos considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, conforme requerido pela Douta Procuradoria Especial da Marinha em sua promoção de fls. 169/170. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de agosto de 2011.

Proc. nº 25.347/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : R/E "JEAN FILHO XXXII" / balsas sem propulsão "JEANY SARON XXVII" e "JEANY SARON XXIX", adernamento seguido de naufrágio de empurrador seguido de morte do seu Condutor no interior da embarcação, durante navegação no rio Pará, nas proximidades do Furo do Arrozal, Município de Barcarena, Baía de Marajó, PA. Empurrador resgatado apresentando avarias. Danos às balsas e parte de sua carga. Derramamento de 15.000 mil litros de óleo diesel nas águas do rio Pará. Causa determinante: Não apurada acima de qualquer dúvida, a despeito de fortes indícios de fortuidade no evento (mudança das condições climáticas provocando fortes ventos e altas ondas), não se podendo, no entanto, afirmar que esta foi causa ou concausa para o rompimento dos cabos de amarração das balsas, conjugando o fato de não possuírem os cabeços reforço estrutural, estando estes fixados diretamente na chapa do convés, o que teria provocado o adernamento e naufrágio do rebocador, ainda com o seu condutor no interior da cabine de comando, aonde foi encontrado sem vida, dias depois, provavelmente vitima de asfixia mecânica (afogamento). Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade; a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: adernamento seguido de naufrágio de empurrador seguido de morte do seu condutor no interior da embarcação, durante navegação no rio Pará, nas proximidades do Furo do Arrozal, Município de Barcarena, Baía de Marajó, PA. Empurrador resgatado apresentando avarias. Danos às balsas e parte de sua carga. Derramamento de 15.000 litros de óleo diesel nas águas do rio Pará; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida, a despeito de fortes indícios de fortuidade no evento (mudança das condições climáticas provocando fortes ventos e altas ondas), não se podendo, no entanto, afirmar que esta foi causa ou concausa para o rompimento de cabos de amarração das balsas, conjugando o fato de não possuírem os cabeços reforço estrutural, estando estes fixados diretamente na chapa do convés, o que teria provocado o adernamento e naufrágio do rebocador, ainda com o seu condutor no interior da cabine de comando, aonde foi encontrado sem vida, dias depois, provavelmente vítima de asfixia mecânica por meio líquido (afogamento); c) decisão: arquivar os Autos como requerido pela Douta Procuradoria Especial da Marinha-PEM (fls. 377/379), considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como mais um daqueles eventos de origem fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de agosto de 2011.

Proc. nº 25.498/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "NORTHERN PRELUDE". Queda seguida de morte de comandante de mercante estrangeiro, do convés "G" para o convés "B", uma altura de, aproximadamente nove metros, durante navegação de Singapura para o porto nacional de Santos, SP. Sem registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda seguida de morte de comandante de mercante estrangeiro, do convés "G"para o convés "B", uma altura de, aproximadamente nove metros, durante navegação de Singapura para o porto nacional de Santos, SP. Sem registro de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida; e c) decisão: determinar o arquivamento dos Autos considerando o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, conforme requerido pela Douta Procuradoria Especial da Marinha em sua de fl. 114. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de julho de 2011.

Proc. nº 25.748/2011
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Barco "MARTIM AFONSO". Avaria. Fortuidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria de balsa com danos materiais de pequena monta; b) quanto à causa determinante: fortuidade; e c) decisão: arquivar os Autos, considerando o acidente da navegação como previsto no art. 14, letra "b", da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de outubro de 2011.

Proc. nº 25.830/2011
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Bote "SEIS AMIGOS". Escalpelamento. Prescrição. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpelamento de passageira a bordo de barco a motor; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: arquivar os autos, considerando o fato da navegação como previsto no art. 15, letra "e" da Lei nº 2.180/54, diante da prescrição da pretensão punitiva na forma da Lei nº 9.873/99. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de outubro de 2011.

Proc. nº 25.956/2011

Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA : B/P "PAVULAGEM". Desaparecimento de pescador. Inexistência de fato ou acidente da navegação. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente ou fato da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: arquivar os Autos: inexistência de fato ou acidente da navegação. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de outubro de 2011.

Proc. nº 25.045/2010

Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel

EMENTA : N/M "CHRISMIR". Colisão de navio mercante estrangeiro com calha coletora de água de chuva do cais, durante manobra de atracação do navio, provocando avaria na referida calha. Erro de manobra. Imperícia. Condenação.

Autora : A Procuradoria.

Representado: Waldir Alves de Jesus (Prático) (Adv. Dr. Caio César da Silva Carvalho - OAB/RJ 145.031).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente: colisão de navio mercante estrangeiro com calha coletora de água de chuva do cais, durante manobra de atracação do navio, provocando avaria na referida calha; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia, condenando o prático Waldir Alves de Jesus à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. A Delegacia Capitania dos Portos de Itacuruçá, agente da Autoridade Marítima, deverá oficiar à Autoridade Portuária, em razão destes acidentes, embora com resultados de pequenas avarias, e independentemente das responsabilidades apuradas, para que sejam avaliados os posicionamentos da referida calha coletora de água de chuva do cais e das defensas, a fim de evitar a ocorrência de novos acidentes, dando ciência de suas conclusões ao referido agente da Autoridade Marítima, no prazo de 90 dias. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de outubro de 2011.

Proc. nº 24.051/2009 - Embargos Infringentes

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : L/M "ZEUS I" e L/M "PILOT 07". Abalroação. Conhecer e julgar procedente o recurso reformando o Acórdão atacado quanto às penas fixadas.

Embargante: Antônio da Costa Nascimento (Comandante) (Adv. Dr. José Washington Castro Freire - OAB/RJ 157.961.

Embargada: Procuradoria Especial da Marinha.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por maioria nos termos do voto do Exmº Sr. Juiz-Relator: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; c) decisão: por maioria nos termos do voto do Exmº Sr. Juiz-Relator. Conhecer e julgar procedente o recurso, retirando da condenação, a pena de suspensão de 30 dias e mantendo a pena de multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais). Vencido o Exmº Sr. Juiz-Revisor que nos termos do seu voto mandava conhecer os embargos infringentes interpostos por Antônio da Costa Nascimento, negando-lhes provimento, mantendo-se integralmente a decisão atacada, no que foi acompanhado pelo Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de julho de 2011.

Proc. nº 24.906/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : L/M "PIERRE". Naufrágio. Danos materiais. Rompimento da ponteira que unia os mangotes de refrigeração do motor. Caso fortuito. Arquivar.

Autora : A Procuradoria.

Representados: Alexsandro Moreira de Oliveira (MAC) Revel; e GLJ Hotéis Ltda. (Adv. Dr. Richard Passagli M. Borges OAB/RJ 102.551).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de embarcação nacional, enquanto amarrada a uma boia, em local abrigado, com danos materiais, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente marinho; b) quanto à causa determinante: rompimento da ponteira que unia os dois mangotes da parte de refrigeração do motor, ocasionando, com isso, a entrada de água na embarcação; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, exculpando os representados, Alexsandro Moreira de Oliveira, Marinheiro Auxiliar de Convés, e GLJ Hotéis Ltda., proprietária da embarcação "PIERRE", mandando arquivar os presentes autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 1º de novembro de 2011.

Proc. nº 25.034/2010

Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA : L/M "TCHUTCHUCA" e uma moto aquática sem nome. Abalroamento, com danos materiais e lesões corporais no condutor da moto aquática. Erro de navegação e de manobra do condutor da lancha. Negligência. Atenuantes. Infrações ao RLESTA. Condenação.

Autora : A Procuradoria.

Representado : Marcelo de Freitas Marques (Proprietário) (Adv. Dr. Pablo Luís Paiva - OAB/MG 114.922).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento envolvendo duas embarcações nacionais, com lesões corporais no condutor da moto aquática e danos materiais, sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: erro de navegação e de manobra do condutor da lancha; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência do Representado, Marcelo de Freitas Marques, Arrais Amador, condutor e proprietário da L/M "TCHUTCHUCA", acolhendo os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha e, considerando as circunstâncias e consequências do acidente, além das atenuantes previstas no art. 139, inciso IV, letras "a" e "d", com fulcro no art. 124, inciso I, c/c o art. 127, todos da Lei nº 2.180/54, aplicar-lhe a pena de suspensão por 30 dias, cumulativamente com a pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais). Custas processuais na forma da Lei. Oficiar à Capitania Fluvial do Tietê-Paraná, agente da Autoridade Marítima, para que tome ciência do cometimento de infrações ao RLESTA e para a aplicação das penas cabíveis: art. 11 (conduzir embarcação sem habilitação) a ser imputada ao condutor não habilitado da moto aquática, Hugo Gregório da Silva, e art. 16, inciso I (por não inscrever, na Capitania, a moto aquática) a ser imputado ao seu proprietário, Frances Alves Prudêncio. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de outubro de 2011.

Tribunal Marítimo, em 10 de fevereiro de 2012.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 117, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007 e no Parecer nº 118/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20075053, bem como a conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação aplicável, resolve

Art. 1º Recredenciar a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema, instalada na Estrada Municipal Pedro Rosa da Silva s/nº, bairro Vila Rica, Município de Extrema, Estado de Minas Gerais e mantida pela Sociedade Unificada de Educação de Extrema, sediada no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12/12/2007, os atos autorizativos são validos até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

DESPACHO DO MINISTRO
Em 10 de fevereiro de 2012

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 118/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que é favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema, instalada na Estrada Municipal Pedro Rosa da Silva s/nº, bairro Vila Rica, Município de Extrema, Estado de Minas Gerais e mantida pela Sociedade Unificada de Educação de Extrema, sediada no mesmo endereço, até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após a homologação deste Parecer, nos termos do artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme fixado no inciso II do artigo 59 daquele Decreto, conforme consta do processo e-MEC nº 20075053.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 6, 7 E 8 DE DEZEMBRO/2011

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 23001.000073/2011-58 Parecer: CNE/CEB 14/2011 Relatoras: Rita Gomes do Nascimento e Nilma Lino Gomes Interessado: Conselho Municipal de Educação de Canguçu - Canguçu/RS Assunto: Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância Voto do relator: Nos termos deste parecer reafirmamos que o direito a educação de estudantes em situação de itinerância deve ser garantido, entendendo que cabe ao poder público uma dupla obrigação positiva: I - assegurar ao estudante itinerante matrícula, com permanência e conclusão de estudos, na Educação Básica, respeitando suas necessidades particulares; II - proteger o estudante itinerante contra qualquer forma de discriminação que coloque em risco a garantia dos seus direitos fundamentais. Os estabelecimentos de ensino públicos ou privados de Educação Básica, por sua vez, deverão assegurar a matrícula desse estudante sem a imposição de qualquer forma de embaraço, pois se trata de direito fundamental. Reconhecendo a complexidade do tema, é preciso, portanto, que haja um conjunto de esforços coletivos para possibilitar que o estudante pertencente a comunidades itinerantes tenha acesso à educação escolar. Visando à garantia do direito desse estudante, algumas orientações deverão ser seguidas: I - quanto ao poder público: a) deverá ser garantida vaga às crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância nas escolas públicas próximas do local de moradia declarado; b) o protocolo de requerimento para expedição do alvará de funcionamento do empreendimento de diversão itinerante deverá estar condicionado à efetivação de matrícula das crianças, adolescentes e jovens supracitados na escola. II - quanto às escolas: a) as escolas que recebem esses estudantes deverão informar a sua presença aos Conselhos Tutelares existentes na região. Estes deverão acompanhar a vida das crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância no que se refere ao respeito, à proteção e à promoção dos seus direitos sociais, sobretudo ao direito humano à educação; b) as escolas deverão também garantir documentação de matrícula e avaliação periódica mediante expedição imediata de memorial[1] e/ou relatório das crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância. III - quanto às famílias e/ou responsáveis: a) caso a família e/ou responsável pelo estudante em situação de itinerância não disponha, no ato da matrícula, de certificado de origem da escola anterior, bem como do memorial e/ou relatório, a criança, adolescente ou jovem deverá ser inserido no grupamento correspondente aos seus pares de idade. Para tal, a escola deverá desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem. IV - quanto ao Ministério da Educação e aos sistemas de ensino: a) deverão ser criados, no âmbito do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação, programas especiais destinados à escolarização e à profissionalização da população itinerante, prevendo, inclusive, a construção de escolas itinerantes como, por exemplo, as escolas de acampamento; b) é dever do Estado e dos sistemas de ensino o levantamento e a análise de dados relativos à especificidade dos estudantes em situação de itinerância; c) o Ministério da Educação e os sistemas de ensino deverão orientar as escolas quanto a sua obrigação de garantir não só a matrícula, mas, também, a permanência e conclusão dos estudos à população em situação de itinerância, independente do período regular da matrícula e do ano letivo; d) Os sistemas de ensino, por meio de seus diferentes órgãos, deverão definir normas complementares para o ingresso, permanência e conclusão de estudos de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância. V - quanto à formação de professores: a) é dever das instituições de Educação Superior que ofertam cursos de formação inicial e continuada de professores proporcionar aos docentes o conhecimento de estratégias pedagógicas, materiais didáticos e de apoio pedagógico, bem como procedimentos de avaliação que considerem a realidade cultural, social e profissional das crianças e adolescentes circenses, assim como de outros coletivos em situação de itinerância, e de seus pais, mães e/ou responsáveis como parte do cumprimento do direito à educação. Nos termos deste Parecer e do anexo Projeto de Resolução, responda-se ao presidente do Conselho Municipal de Educação de Canguçu, RS, e aos demais citados Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade. [1]Memória que descreve cumulativamente o percurso escolar do estudante ou registros cumulativos da vida de cada estudante, do ponto de vista quantitativo (rendimentos, notas ou conceitos de avaliação) e, principalmente, do ponto de vista qualitativo, isto é, presença em sala de aula, participação nas atividades pedagógicas, culturais e socioeducativas.Processo: 23001.000115/2011-51 Parecer: CNE/CEB 15/2011 Relator: Francisco Aparecido Cordão Interessado: Wagner Machado Gonçalves - Campinas/SP Assunto: Equivalência de estudos realizados no exterior, em nível de conclusão de Ensino Médio Voto do relator: À vista do exposto, considera-se o conjunto dos estudos realizados por Wagner Machado Gonçalves no Brasil e no Canadá como equivalentes aos de nível de conclusão do Ensino Médio, para fins de continuidade de estudos, regularizando-se, assim, seus atos escolares praticados no Brasil. Responda-se ao interessado nos termos deste Parecer, com copia para o Conselho Estadual de Educação de São Paulo e para a Faculdade de Ciências Econômicas (FACAMP), em Campinas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23000.008969/2008-90 Parecer: CNE/CES 502/2011 Relator: Paulo Speller Interessada: Fundação Educacional Dom André Arcoverde (FAA) - Valença/RJ Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Educação Superior (SESu) que, por meio do Despacho n° 92/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, determinou a redução de 20 (vinte) vagas no curso de Medicina do Centro de Ensino Superior de Valença, passando de 80 (oitenta) para 60 (sessenta) vagas totais anuais Voto do Pedido de Vista: Considerando que a instituição vem superando todas as suas dificuldades, obtendo conceitos satisfatórios no processo de regulação e supervisão; considerando que o curso de Medicina obteve clara evolução nos elementos que compõem os indicadores de qualidade dos cursos de graduação, inclusive a nota "4" (quatro) obtida no Enade 2010; considerando que o corpo docente do curso de Medicina tem boas condições para a oferta do referido curso e, principalmente, considerando que o curso de Medicina do Centro de Ensino Superior de Valença tem a sua disposição 546 (quinhentos e quarenta e seis) leitos, nú-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mero este mais do que suficiente para a oferta do Curso com 80 (oitenta) vagas anuais, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento suspendendo todos os efeitos da decisão da Secretária de Educação Superior, expressa no Despacho nº 92/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, de 23/11/2010, publicado no Diário Oficial da União de 25/11/2010, que reduziu em 20 (vinte) vagas a oferta do curso de Medicina ministrado pelo Centro de Ensino Superior de Valença, no Município de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, passando a ser ministrado com 80 (oitenta) vagas totais anuais. Determino, ainda, o arquivamento definitivo do processo de supervisão instalado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23000.008965/2008-10 Parecer: CNE/CES 503/2011 Relator: Antonio Carlos Caruso Ronca Interessada: Fundação Educacional Severino Sombra - Vassouras/RJ Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Educação Superior que, por meio do Despacho nº 96/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, determinou que seja reduzida em 80 (oitenta) vagas a oferta do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra, que passará a ofertar 80 (oitenta) vagas totais anuais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, suspendendo os efeitos da decisão contida no Despacho nº 96/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, de 23 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, de 25 de novembro de 2010, para determinar o arquivamento definitivo do processo de supervisão nº 23000.008965/2008-10, relativo ao curso de Medicina, bacharelado, da Universidade Severino Sombra (USS), ofertado no Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, e para autorizar a oferta de 100 (cem) vagas totais anuais até a próxima avaliação in loco para fins de renovação de reconhecimento do referido curso, quando então deverá a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) decidir, com base nos resultados dessa avaliação, sobre a restituição da condição original do ato de autorização do curso Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.Processo: 23001.000062/2010-97 Parecer: CNE/CES 504/2011 Relator: Milton Linhares Interessada: Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo/SP Assunto: Convalidação de estudos e validação nacional de títulos obtidos no curso de arquitetura e urbanismo, mestrado e doutorado, ministrado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie Voto do relator: Favorável à convalidação dos estudos e à validação nacional do título de mestre e doutor obtido no curso de mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo, ministrado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, dos 14 (catorze) alunos de mestrado e dos 3 (três) alunos de doutorado relacionados em anexo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000069/2010-17 Parecer: CNE/CES 505/2011 Relator: Milton Linhares Interessado: Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo/SP Assunto: Convalidação de estudos e validação nacional de títulos outorgados pela Universidade Mackenzie, no curso de mestrado e doutorado em Saneamento Ambiental Voto do relator: Favorável à convalidação dos estudos e à validação nacional dos títulos obtidos no curso de pós-graduação stricto sensu em Saneamento Ambiental, em nível de mestrado e doutorado, ministrado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, pelos 53 (cinquenta e três) egressos do curso de mestrado e pelos 3 (três) egressos do curso de doutorado, relacionados em anexo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000058/2010-29 Parecer: CNE/CES 506/2011 Relator: Milton Linhares Interessada: Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo/SP Assunto: Convalidação de estudos e validação nacional de títulos obtidos no curso de pós-graduação stricto sensu em Telecomunicações, em nível de mestrado e doutorado, outorgados pela Universidade Presbiteriana Mackenzie Voto do relator: Favorável à convalidação dos estudos e à validação nacional dos títulos obtidos pelos alunos do curso de pós-graduação stricto sensu em telecomunicações, relacionados em anexo, que abrange 11 (onze) egressos de mestrado e 5 (cinco) egressos de doutorado, ministrado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000108/2010-78 Parecer: CNE/CES 507/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 162/2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Economia Doméstica Voto do relator: Voto pela manutenção do inteiro teor do Parecer CNE/CES nº 162/2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Economia Doméstica, na forma apresentada no Projeto de Resolução anexo a este parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23000.019222/2006-03 Parecer: CNE/CES 508/2011 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de Minas Gerais - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia Senai Poços de Caldas, a ser instalada no Município de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade Senai de Tecnologia de Poços de Caldas (Fatec Poços), a ser instalada na Av. Padre Cletus Francis Cox, nº 300, bairro Jardim Country Club, no Município de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de Tecnologia em Alimentos, com 80 (oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 20074681 Parecer: CNE/CES 509/2011 Relator: Antonio Carlos Caruso Ronca Interessada: Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda. - Maringá/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade Ingá, com sede no Município de Maringá, no Estado do Paraná Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Ingá, com sede na Avenida Colombo, nº 9.727, bairro Parque Industrial Bandeirantes, no Município de Maringá, no Estado do Paraná, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 201000851 Parecer: CNE/CES 510/2011 Relator: Paulo Speller Interessado: Faculdade de Ciências do Tocantins Ltda. - Araguaína/TO Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT), com sede no Município de Araguaína, no Estado do Tocantins Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade de Ciências do Tocantins, a ser instalada na Rua D, nº 25, Quadra 11, Lote 10, bairro George Yunes, no Município de Araguaína, no Estado do Tocantins, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de graduação em Administração, bacharelado, e Odontologia, bacharelado, cada um com 80 (oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.Processo: 23001.000086/2011-27 Parecer: CNE/CES 511/2011 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Raíssa Cardoso Fernandes - Salvador/BA Assunto: Solicita autorização para cursar 75% (setenta e cinco por cento) do regime de internato do curso de Medicina, fora da unidade federativa de origem, junto ao Hospital Santo Antônio, localizado no Município de Salvador, no Estado da Bahia Voto do relator: Favorável à autorização para que Raíssa Cardoso Fernandes, portadora da cédula de identidade R.G. nº 0891675388, inscrita no CPF sob o nº 009.560.285-27, aluna do curso de Medicina das Faculdades Unidas Norte de Minas, situada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, realize, em caráter excepcional, 100% (cem por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (Internato), no Hospital Santo Antônio, no Município de Salvador, Estado da Bahia, devendo a requerente cumprir as atividades do estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da Faculdades Unidas Norte de Minas, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200906870 Parecer: CNE/CES 512/2011 Relator: Reynaldo Fernandes Interessado: Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade Pitágoras de Poços de Caldas, com sede no Município de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Pitágoras de Poços de Caldas, com sede na Avenida João Pinheiro, nº 1.046, Jardim do Ginásio, no Município de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200906757 Parecer: CNE/CES 513/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Sociedade Paraibana de Ensino Superior e de Pesquisa S/A Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Recredenciamento da Faculdade Unida da Paraíba (UNIPB), com sede no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Unida da Paraíba, com sede na Avenida Monsenhor Walfredo Leal, nº 512, Bairro Tambiá, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200712945 Parecer: CNE/CES 514/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Escola São Geraldo Ltda. - Cariacica/ES Assunto: Recredenciamento da Faculdade São Geraldo, com sede no Município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade São Geraldo, com sede na Rua 13 de Maio, nº 40, bairro São Geraldo, no Município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 20074292 Parecer: CNE/CES 515/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Instituição de Educação Superior Santa Izildinha S/C Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade Santa Izildinha, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Santa Izildinha, com sede na Rua Tetis, s/n, Bairro Cidade Satélite Santa Bárbara, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 20073443 Parecer: CNE/CES 516/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: IBGEN Educacional Ltda. - Porto Alegre/RS Assunto: Recredenciamento da Faculdade IBGEN - Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios, com sede no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade IBGEN - Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios, com sede na Av. Protásio Alves, nº 2.493, bairro Petrópolis, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade. e-MEC: 200906578 Parecer: CNE/CES 517/2011 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: Centro de Ensino Superior de Ibitinga (CESI) - Ibitinga/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade Centro Paulista de Ibitinga (FACEP), com sede no Município de Ibitinga, no Estado de São Paulo Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Centro Paulista de Ibitinga (FACEP), com sede na Av. Prefeito Alberto Alves Casemiro, nº 1.747, bairro Jardim Ternura, no Município de Ibitinga, no Estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, parágrafo 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200803803 Parecer: CNE/CES 518/2011 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: TCC - Educação Ciência e Cultura S/C Ltda. - Juazeiro do Norte/CE Assunto: Recredenciamento da Faculdade do Vale do Salgado (FVS), com sede no Município de Icó, no Estado do Ceará Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Vale do Salgado, com sede na Rua Monsenhor Frota, nº 609, bairro Centro, no Município de Icó, no Estado do Ceará, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23000.008976/2008-91 Parecer: CNE/CES 519/2011 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessado: Centro Universitário Nilton Lins - Manaus/AM Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Educação Superior, que, por meio do Despacho nº 94/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, determinou a redução de 40 (quarenta) vagas na oferta do curso superior de bacharelado em Medicina, que passará a ofertar 60 (sessenta) vagas totais anuais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretária de Educação Superior, do Ministério da Educação, expressa no Despacho nº 94/2010-MEC/SESu/DESUP/CGSUP, publicado no DOU de 1/5/2011, para restituir o número de 100 (cem) vagas totais anuais do curso de Medicina, bacharelado, ministrado pelo Centro Universitário Nilton Lins, transformado em Universidade Nilton Lins, instalado na Avenida Professor Nilton Lins, nº 3.259, bairro Parque Laranjeiras, no Município de Manaus, no Estado do Amazonas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000147/2010-75 Parecer: CNE/CES 520/2011 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Centro de Ensino Superior de Ariquemes (CESUAR) - Ariquemes/RO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretária de Educação Superior que, por meio da Portaria SESu nº 800/2010, indeferiu o pedido de autorização do curso de graduação em Direito, modalidade bacharelado, pleiteado pelas Faculdades Integradas de Ariquemes, com sede no Município de Ariquemes, no Estado de Rondônia Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SESu, nº 800/2010, de 30 de junho de 2010, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Direito, bacharelado, que seria ministrado pelas Faculdades Integradas de Ariquemes (FIAR), localizada na Av. Guaporé, nº 3.577, Setor Institucional, bairro Setor 6, no Município de Ariquemes, no Estado de Rondônia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200802853 Parecer: CNE/CES 522/2011 Relator: Reynaldo Fernandes Interessada: Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio - Itu/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Educação Superior que, por meio da Portaria nº 1.237/2010, indeferiu pedido de autorização do curso de Direito, bacharelado, pleiteado pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, com sede no Município de Itu, Estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 1.237/2010, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, situado na Rua do Patrocínio, nº 716, Centro, no Município de Itu, no Estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 20077902 Parecer: CNE/CES 523/2011 Relator: Reynaldo Fernandes Interessado: Centro de Ensino Superior do Paraná (CESPAR) - Maringá/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade Maringá, com sede no Município de Maringá, no Estado do Paraná Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Maringá, com sede na Avenida Presidente de Moraes nº. 815, bairro Zona 7, no Município de Maringá, no Estado do Paraná, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 20072510 Parecer: CNE/CES 526/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC) - Foz do Iguaçu/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Dinâmica, a ser instalada no Município de Maringá, no Estado do Paraná Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade Dinâmica de Maringá, a ser instalada na Rua Piratininga, nº 879, bairro Novo Centro, no Município de Maringá, no Estado do Paraná, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta inicial dos cursos de bacharelado em Administração e em Sistemas de Informação e de licenciatura em Pedagogia e em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, com 120 (cento e vinte) vagas anuais cada Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200913825 Parecer: CNE/CES 527/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Instituto de Pesquisa e Ensino Ltda. ME - Cuiabá/MT Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia do Ipê, com

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sede no Município de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia do Ipê, a ser instalada na Av. Presidente Artur Bernardes, nº 398, Bairro Duque de Caxias, no Município de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta inicial do curso superior de Tecnologia em Marketing, com 70 (setenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200910566 Parecer: CNE/CES 529/2011 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessada: Faculdade de Administração e Contabilidade Ltda. - Nossa Senhora das Dores/SE Assunto: Credenciamento da Faculdade de Administração e Contabilidade (FAC), com sede no Município de Nossa Senhora das Dores, no Estado do Sergipe Voto do relator: Desfavorável ao credenciamento da Faculdade de Administração e Contabilidade (FAC), que seria instalada na Rua Benjamin Constant, nº 466, bairro Centro, no Município de Nossa Senhora das Dores, no Estado do Sergipe Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200902399 Parecer: CNE/CES 530/2011 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessado: Clínica e Estética Odontológica CEO Ltda. - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia Futuro (Fatec Futuro), com sede no Município de Curitiba, no Estado do Paraná Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Futuro (Fatec Futuro), a ser instalada na Rua 24 de maio, nº 1.129, Bairro Rebouças, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade. e-MEC: 200910300 Parecer: CNE/CES 531/2011 Relator: Antonio Carlos Caruso Ronca Interessado: Associação de Apoio à Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe (APEC) - Aracaju/SE Assunto: Credenciamento das Faculdades Integradas de Sergipe (FISE), a serem instaladas no município de Tobias Barreto, no Estado de Sergipe Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Instituição Faculdades Integradas de Sergipe, a ser instalada na Rua Largo do Glicerino Cerqueira, nº 387, Centro, no Município de Tobias Barreto, no Estado de Sergipe, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais; em Administração, bacharelado; em Letras, licenciatura; em Pedagogia, licenciatura; e em Ciências Biológicas, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais cada um Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200911291 Parecer: CNE/CES 532/2011 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: PRO-FAC Ensino Superior (Ltda. - ME) - Guarulhos/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Progresso (FAP), com sede no Município de Guarulhos, no Estado de São Paulo Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade Progresso - FAP, a ser instalada na Avenida Doutor Timóteo Penteado, nº 4.383, bairro Vila Galvão, no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso de Administração, bacharelado, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, e do curso de Pedagogia, licenciatura, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200908493 Parecer: CNE/CES 533/2011 Relator: Milton Linhares Interessado: Governo do Estado de São Paulo - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Universidade de São Paulo (USP), com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Universidade de São Paulo para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua da Reitoria, nº 109, bairro Butantã, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos seguintes polos de apoio presencial: Polo Luiz de Queiroz - Avenida Pádua Dias, 11, bairro Agronomia, Piracicaba/SP, CEP 13418-900; Polo Ribeirão Preto - Avenida dos Bandeirantes, 3.900, bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP 14040-901; Polo São Carlos - Av. Trabalhador São-carlense, 400, bairro Centro, São Carlos/SP, CEP 13566-590; Polo Campus da Capital - Rua da Reitoria, 109, bairro Butantã, São Paulo/SP, CEP 05508-900, a partir da oferta do curso de Ciências, licenciatura Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade. e-MEC: 20079732 Parecer: CNE/CES 534/2011 Relatora: Maria Beatriz Luce Interessado: Sociedade de Ensino Superior Mozarteum - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade Mozarteum de São Paulo, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo Voto da relatora: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Mozarteum de São Paulo, com sede na Rua Nova dos Portugueses, nº 365, bairro Santa Terezinha, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200813024 Parecer: CNE/CES 554/2011 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) - Criciúma/SC Assunto: Credenciamento da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com sede no Município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com abrangência de atuação em sua sede, que é também o local do Polo de Apoio Presencial, situado na Avenida Universitária, nº 1.105, bairro Universitário, no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de Tecnologia em Gestão Comercial, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200808202 Parecer: CNE/CES 555/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Faculdade de Tecnologia e Ciências da Bahia Ltda. - Alagoinhas/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia e Ciências da Bahia, com sede no Município de Alagoinhas, no Estado da Bahia Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia e Ciências da Bahia, a ser estabelecida na Rua José Galdino Maia, nº 10, Centro, no Município de Alagoinhas, no Estado da Bahia, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta inicial dos cursos superiores de Tecnologia em Segurança no Trabalho e em Petróleo e Gás e do curso de bacharelado em Engenharia Mecânica, com 200 (duzentas) vagas anuais cada Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23000.008959/2008-54 Parecer: CNE/CES 556/2011 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: União Educacional do Planalto Central - Brasília/DF Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Educação Superior que, por meio do Despacho nº 95/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, reduziu em 10 (dez) vagas, até a renovação de seu ato autorizativo no próximo ciclo avaliativo do SINAES, após a publicação do novo Conceito Preliminar do Curso satisfatório, a oferta do curso de Medicina das Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central, localizada em Brasília/DF Voto do relator: Considerando que a instituição vem superando as suas dificuldades e obtendo conceitos satisfatórios nos processos de regulação e supervisão, esta acorrendo em aprimoramento do curso como atestam os conceitos 3 obtidos no ENADE 2010 pelo curso de Medicina e o IGC também 3 da IES, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo todos os efeitos da decisão da Secretária de Educação Superior, expressa no Despacho nº 95/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, de 23/11/2010, publicado no Diário Oficial da União de 25/11/2010, que reduziu em 10 (dez) vagas a oferta do curso de medicina ministrado pelas Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central (FAMEPLAC), com sede no SIGA, área especial nº 2, Setor Leste, Região Administrativa do Gama, Distrito Federal, mantido pela União Educacional do Planalto Central - UNIPLAC, com sede no SHIS QI 7, conjunto 10, bloco 'E', Lago Sul, Brasília, Distrito Federal. Em vista do exposto, dou provimento ao recurso, restituindo as 10 (dez) vagas suprimidas pela SESu e o curso passa a oferecer 80 (oitenta) vagas totais anuais na cidade de Brasília, Distrito Federal. Determino, ainda, o arquivamento definitivo do processo de supervisão instalado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.e-MEC: 200910262 Parecer: CNE/CES 557/2011 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: CENTEFF - Centro Técnico e Faculdade Futurão Ltda. ME - Araranguá/SC Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria nº 243/2011, indeferiu o pedido de autorização do curso de Farmácia, bacharelado, pleiteado pelas Faculdades Futurão, no Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 243, de 4/7/2011, para autorizar o funcionamento do curso de Farmácia, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdades Futurão, instalada à Avenida XV de Novembro, nº 1.746, Centro, no Município de Araranguá, no Estado de Santa Catarina, com 100 (cem) vagas totais anuais, com duas entradas semestrais de 50 (cinquenta) alunos Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.e-MEC: 20078219 Parecer: CNE/CES 558/2011 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessada: Fundação Educacional Severino Sombra - Vassouras/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Educação Superior que, por meio da Portaria nº 1.914/2010, reconheceu para fins de expedição e registro de diploma dos alunos ingressantes até o ano de 2007, o curso de Turismo, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, no turno noturno, ministrado pela Universidade Severino Sombra Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 1.914/2010, para autorizar a expedição e registro de diploma dos ingressantes até o ano de 2008 do curso de Turismo, bacharelado, oferecido pela Universidade Severino Sombra, instalada na Avenida Expedicionário Oswaldo de Almeida Ramos, nº 280, bloco 7, bairro Centro, no Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.Processo: 23001.000222/2008-83 Parecer: CNE/CES 559/2011 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Instituto Leão Sampaio de Ensino Universitário Ltda. - Juazeiro do Norte/CE Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 129/2009, que trata de recurso contra a decisão da Secretaria de Educação Superior, que indeferiu a autorização do curso de graduação em Direito, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 719/2008, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio, instalada na Av. Padre Cícero, nº 2.830, Bairro Triângulo, no Município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 10 de fevereiro de 2012.
ATAÍDE ALVES
Secretário Executivo

ANEXO DO PARECER CNE/CES 504/2011

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

	NOME	REGISTRO GERAL
1	Ana Vírginia Carvalhaes de Faria Sampaio	RG 0066060190 SSP - SP
2	Daniel Berciano Sanjurjo	RG 6256866 SSP - SP
3	Denise Polônio	RG 15165962 SSP - SP
4	Eduardo Höfling Milani	RG 6304029 SSP- SP
5	Eduardo Sampaio Nardelli	RG 5204294 SSP - SP
6	Eduardo Tumkus	RG13898656 SSP - SP
7	Júlio Cezar Bernardes Pinto	RG 2010384 SSP- SP
8	Jun Okamoto	RG 0014605781 SSP - SP
9	Ladislao Pedro Szabo	RG 6278881-4 SSP - SP
10	Luiz Gonzaga Montans Ackel	RG 3792961 SSP - SP
11	Maria Elena Merege Vieira	RG 2417499 SSP - SP
12	Maria Tereza de Stockler e Bría e Szolnoky	RG 6725269 SSP- SP
13	Mônica Junqueira de Camargo	RG 0043999941 SSP- SP
14	Rosana Maciel Gonçalves	RG 11583143-5 SSP- SP

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo

	NOME	REGISTRO GERAL
1	Célio Pimenta	RG 2585287-5 SSP - SP
2	Eduardo Sampaio Nardelli	RG 5204294 SSP - SP
3	Maria Elena Merege Vieira	RG 2417499 SSP - SP

ANEXO DO PARECER CNE/CES 505/2011

Mestrado em Saneamento Ambiental

N°	NOME	CÉDULA DE IDENTIDADE
1.	Alfonso Gomés Paiva	18692513-X SSP/SP
2.	Ana Cristina Lordello de Aguiar Wolmer	6034779 SSP/SP
3.	Ana Lúcia da Fonseca B. P. André Monteiro	0059072791 SSP/SP
4.	Ana Lúcia Viegas	0179087160 SSP/SP
5.	Ana Maria Campiglia Babbini Marmo	4995269 SSP/SP
6.	André Luiz Ré	9005583 SSP/SP
7.	Antonia Prada Mato	3661302 SSP/SP
8.	Antonio Espíndola Filho	2012071748 SSP/RS
9.	Ariovaldo Casimiro Nesso	9024819 SSP/SP
10.	Ary Fonseca Marcondes do Amaral	5149693 SSP/SP
11.	Belinda de Cassia Manfredini Silva	0157524950 SSP/SP
12.	Carmem Beatriz Rebolledo Moller	W481233 Chile/CH
13.	Dante Ragazzi Pauli	0094035690 SSP/SP
14.	Edmilson Justino de Oliveira	4416813-8 SSP/PR
15.	Edson Marcus Bucci	11916499-1 SSP/SP
16.	Eduardo André Conchon	18859048 SSP/SP
17.	Eneida Pescadinha Emery de Carvalho	9957082 SSP/SP
18.	Flauberto Moraes	0019365030 SSP/SP
19.	Hélio Morrone Cosentino	0077796620 SSP/SP
20.	Hilton Felício dos Santos	0096172580 SSP/SP
21.	Horácio Bernardo Rosário	2260122 SSP/SP
22.	João Batista Reus Lopes	20/R 513.720 SSP/SC
23.	José Aparecido Saraceni	8588382 SSP/SP
24.	José Leildon de Souza Pereira	137479487/CE
25.	Juan Manuel Iglesias Pascoal	9885668 SSP/SP
26.	Júlio César Tonon	49192078 SSP/SP
27.	Jurandyr José de Carvalho	4370429 SSP/SP
28.	Kurt Federico Rüger	0040631121 SSP/SP
29.	Loide Corina Chaves	0019340020 SSP/SP
30.	Luiz Felipe Proost de Souza	3517221 SSP/SP
31.	Marcelo dos Santos Paula	17960666 SSP/SP
32.	Marcia Vansan Ignácio	0102084630 SSP/SP
33.	Margarete Braz de Oliveira	11966104 SSP/SP
34.	Maria de Fátima Soares Ribeiro	7392021 SSP/SP
35.	Maria Lucila Ujvari de Teves	45345436 SSP/SP
36.	Maria Teresa Cardinale Focaccia	5437144 SSP/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

37.	Maria Tereza Aparecida Moi Gonçalves	10822937 SSP/SP
38.	Maria Tereza Pepe Razzolini	126175251 SSP/SP
39.	Mônica Teodoro Abreu	11512121 SSP/SP
40.	Mylene Pareja Najar	188828795 SSP/SP
41.	Nelson Cesar Fernando Bonetto	3206022 SSP/SP
42.	Odival José Dias Junior	15870133 SSP/SP
43.	Orlando Monezi Junior	3922157 SSP/SP
44.	Oscar do Carmo Junior	136980120 SSP/SP
45.	Pedro José da Silva	09628787 SSP/SP
46.	Rogerio Aparecido Machado	109202363 SSP/SP
47.	Sérgio Roberto Tomps	16223972 SSP/SP
48.	Sohati Kondo	98515553 SSP/SP
49.	Solange Maria Franco de Vasconcelos	0093748960 SSP/SP
50.	Tania Regina Seixas Estevam	129593588 SSP/SP
51.	Teresa Redondo Soares Uyvari	135427034 SSP/SP
52.	Vandelino Ribeiro dos Reis	108302337 SSP/SP
53.	Vera Lucia Siqueira Petillo	0131123650 SSP/SP

Doutorado em Saneamento Ambiental

N°	NOME	CÉDULA DE IDENTIDADE
1.	Antonio Espíndola Filho	2012071748 SSP/RS
2.	Nelson Cesar Fernando Bonetto	3206022 SSP/SP
3.	Regis Nieto	0044356950 SSP/SP

ANEXO DO PARECER CNE/CES 506/2011

Mestrado em Telecomunicações

	NOME	REGISTRO GERAL
1	Carlos Richards Júnior	8060590 SSP/SP
2	Henrique Viner	0038412020 SSP/SP
3	Ivair Reis Neves Abreu	12276549 SSP/SP
4	João Bustamante	2658558 SSP/SP
5	José Roberto Moura	0076522280 SSP/SP
6	José Roberto Palmeira	8502735 SSP/SP
7	Luís Tadeu Mendes Raunheitte	14611214 SSP/SP
8	Paulo Guerra Junior	3824175 SSP/SP
9	Paulo Sergio Marin	16963550 SSP/SP
10	Ricardo Rodrigues	18626709 SSP/SP
11	Roque Theóphilo Junior	7575861 SSP/SP

Doutorado em Telecomunicações

	NOME	REGISTRO GERAL
1	Ivanilda Matile	0067479030 SSP/SP
2	Luis Tadeu Mendes Raunheitte	14611214 SSP/SP
3	Paulo Sergio Marin	16963550 SSP/SP
4	Roque Theóphilo Junior	7575861 SSP/SP
5	Yara Maria Botti Mendes de Oliveira	7764440-2 SSP/SP

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 9, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 26, incisos II, III e IX do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.316, de 20.12.2007, e considerando a autorização contida no artigo 2º, § 1º da Lei 8.405 de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Estágio Sênior no Exterior, constante como anexo dessa Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º O regulamento aprovado por esta portaria, poderá ser acessado a partir desta data, no endereço: www.capes.gov.br.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

PORTARIA Nº 10, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 26, incisos II, III e IX do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.316, de 20.12.2007, e considerando a autorização contida no artigo 2º, § 1º da Lei 8.405 de 1992, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Estágio Pós-doutoral no Exterior, constante como anexo dessa Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação em Diário Oficial da União.

Art. 3º O regulamento aprovado por esta portaria, poderá ser acessado a partir desta data, no endereço: www.capes.gov.br.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 71, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 8, de 11 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2011, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o Art. 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Lei nº. 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Portaria Interministerial nº. 507 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, para fins de apoio à Instituição relacionada no anexo I, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001 - Complementação para o Funcionamento das Entidades de Ensino Superior Federais.

PTRES: 013847

EXERCÍCIO: 2011

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.445, de 01 de março de 2011.

Parágrafo Único - O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2011.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior -DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão a prestação de contas anual da Instituição de Ensino Superior, a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

JOSÉ RUBENS REBELATTO

SESu/MEC

ANEXO I - DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DA AÇÃO 8551 - APOIO

Instituição Beneficiada	Processo nº.	Objeto	Valor Total R$	Fonte	Nota de Crédito
Universidade Federal da Grande Dourados	23000.017222/2011-28	Descentralização de Crédito destinado a "Construção de Edifício destinado a abrigar o Centro de Estudos Indignas da UFGD na unid. II".	400.000,00	0100915006	2011NC002280

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 126, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pelas disposições legais e estatutárias, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de professor Substituto/Temporário, conforme ao abaixo discriminado:

1 - Edital nº. 001/2012 - GRST/CFAP/PRORH - Professor Substituto/Temporário

1.1 - INSTITUTO DE ARTES E DESIGN

1.1.1 - Seleção 12 - Depto. de Artes e Design - Processo nº 23071.000075/2012-02

Classificação	Nome	Nota
1º	FRANCISCO HENRIQUE SIMÕES CARDOSO DE MELO	9,5
2º	SELMA FLUTT BARBOSA	8,6
3º	GUSTAVO DE MOURA VALENÇA MOTTA	8,5
4º	VIVIAN PALMA BRAGA DOS SANTOS	8,4
5º	PATRICIA FERREIRA MORENO CHRISTOFOLETTI	8,2

1.2 - FACULDADE DE MEDICINA

1.2.1 - Seleção 11 - Depto. de Patologia - Processo nº 23071.014682/2011-61

Classificação	Nome	Nota
1º	ADRIANO DE CARVALHO NASCIMENTO	8,5

2 - Edital nº. 034/2011 - GRST/CFAP/PRORH - Professor Substituto/Temporário

2.1 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

2.1.1 - Seleção 52 - Depto. de Desportos - Processo nº 23071.015135/2011-01

Classificação	Nome	Nota
1º	ROBERTO CARLOS LACORDIA	82,3
2º	HELDER BARRA DE MOURA	77,4
3º	VALTER PAULO MIRANDA NEVES	68,3

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIAS NORMATIVAS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Nº 2 - Alterar, conforme quadro anexo, a Portaria Normativa n.º 01/97, que trata da Distribuição dos cargos de Direção-CD e Funções Gratificadas-FG da Universidade Federal de Pernambuco, publicada no Diário Oficial da União nº 10, seção 2, página 304, de 15 de janeiro de 1997, republicada no Diário Oficial da União nº 142, seção 2, página 5155, de 28 de julho de 1997. (Processo n° 23076.037836/2011-42)

ANEXO

SITUAÇÃO NOVA
FUNCÃO: Coordenador das Licenciaturas, do Núcleo de Formação de Docentes, do Centro Acadêmico do Agreste
CD/FG: FG-01
SITUAÇÃO NOVA
FUNCÃO: Coordenador do Curso de Graduação de Licenciatura em Física, do Núcleo de Formação de Docentes, do Centro Acadêmico do Agreste.
CD/FG: FG-01

Nº 4 - Alterar, conforme quadro anexo, a Portaria Normativa n.º 01/97, que trata da Distribuição dos cargos de Direção-CD e Funções Gratificadas-FG da Universidade Federal de Pernambuco, publicada no Diário Oficial da União nº 10, seção 2, página 304, de 15 de janeiro de 1997, republicada no Diário Oficial da União nº 142, seção 2, página 5155, de 28 de julho de 1997. (Processo n° 23076.056660/2011-28)

ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL
FUNCÃO: Presidente da Junta Médica do Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor - NASS, da Diretoria de Qualidade de Vida, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida
CD/FG: FG-06
SITUAÇÃO NOVA
FUNCÃO: Secretário da Coordenação do Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor - NASS, da Diretoria de Qualidade de Vida, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida
CD/FGFG-06

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

PORTARIA Nº 810, DE 7 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Leandro Nogueira Salgado Filho, nomeado pela Portaria nº 4766, publicada no DOU nº 136, de 18/07/2011, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao edital 06 de 06 de janeiro de 2012, publicado no DOU nº 06, Seção 3, páginas 68 a 70 de 09 de janeiro de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos aprovados:

Departamento: Biociências da Atividade Física
Setorização: Fisiologia do Exercício
1º lugar: Tiago Costa Leira
2º lugar: Fernando dos Santos Nogueira
3º lugar: Raquel Guimarães Coelho

LEANDRO NOGUEIRA S. FILHO

PORTARIA Nº 865, DE 9 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Leandro Nogueira Salgado Filho, nomeado pela Portaria nº 4766, publicada no DOU nº 136, de 18/07/2011, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao edital 06 de 06 de janeiro de 2012, publicado no DOU nº 06, Seção 3, páginas 68 a 70 de 09 de janeiro de 2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos aprovados:

Departamento: Biociências da Atividade Física
Setorização: Cinesiologia e Bioestatística
1º lugar: Sandro L.M. Sperandei
2º lugar: Carolina Carneiro Peixinho
3º lugar: Thiago Torres da Matta

LEANDRO NOGUEIRA S. FILHO

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

PORTARIA Nº 900, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor da Faculdade Nacional de Direito, Professor Flávio Alves Martins, nomeado pela Portaria nº 4688 de 12 de novembro de 2009, publicada no DOU de 13/11/2009, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao artigo 17 da Resolução CEG/UFRJ nº 07/2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto, conforme Edital nº 6 de 6 de janeiro de 2012, publicado no DOU de 09/01/2012, e de acordo com decisão do Departamento de Direito do Estado, de 26/1/12, divulgando em ordem de classificação o(s) nome(s) do(s) candidato(s) aprovado(s):

DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO
SETOR: DIREITO PROCESSUAL CIVIL
CARGO: Professor Substituto 20 horas; contratação até 31/07/2012, 1 vaga
1º - UBIRAJARA DA FONSECA NETO

FLÁVIO ALVES MARTINS

PORTARIA Nº 901, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor da Faculdade Nacional de Direito, Professor Flávio Alves Martins, nomeado pela Portaria nº 4688 de 12 de novembro de 2009, publicada no DOU de 13/11/2009, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao artigo 17 da Resolução CEG/UFRJ nº 07/2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto, conforme Edital nº 6 de 6 de janeiro de 2012, publicado no DOU de 09/01/2012, e de acordo com decisão do Departamento de Direito do Estado, de 26/1/12, divulgando em ordem de classificação o(s) nome(s) do(s) candidato(s) aprovado(s):

DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO
SETOR: SETOR: DIREITO PENAL
CARGO: Professor Substituto 20 horas; contratação até 31/07/2012, 1 vaga
1º - CHRISTIANO FALK FRAGOSO
2º - ELLEN CRISTINA CARMO RODRIGUES

FLÁVIO ALVES MARTINS

PORTARIA Nº 902, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor da Faculdade Nacional de Direito, Professor Flávio Alves Martins, nomeado pela Portaria nº 4688 de 12 de novembro de 2009, publicada no DOU de 13/11/2009, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao artigo 17 da Resolução CEG/UFRJ nº 07/2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto, conforme Edital nº 6 de 6 de janeiro de 2012, publicado no DOU de 09/01/2012, e de acordo com decisão do Departamento de Direito do Estado, de 26/1/12, divulgando em ordem de classificação o(s) nome(s) do(s) candidato(s) aprovado(s):

DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO
SETOR: PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL
CARGO: Professor Substituto 20 horas; contratação até 31/12/2012, 2 vagas
NÃO HOUVE CANDIDATOS APROVADOS.

FLÁVIO ALVES MARTINS

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

PORTARIA Nº 880, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O Vice-Diretor em exercício da Escola de Comunicação Professor Amaury Fernandes da Silva Junior torna público o resultado dos concursos para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital n°06 de 6 de janeiro de 2012, publicado no DOU nº06 de 9 de janeiro de 2012 para os seguintes Departamentos e Setores específicos:

Departamento de Expressão e Linguagens
Setor de Fotografia
Data: 25 e 26 de janeiro de 2012
Classificado em 1º lugar e indicado para a vaga - Leandro Pimentel
Classificado em 2° lugar - Michele Pucarelli
Classificado em 3° lugar - Ivan Luna
Setor de Redação Jornalística
Data: 27 a 31 de janeiro de 2012-02-09
Classificado em 1° lugar e indicado para a vaga - Fernando Ewerton Fernandes
Classificado em 2° lugar - Augusto Henrique Gazir Martins Soares
Classificado em 3° lugar - Marcio de Souza Castilho
Setor de Redação Técnica
Data: 31 de janeiro a 3 de fevereiro de 2012
Classificado em 1° lugar e indicado para a vaga - Phellipe Marcel da Silva Esteves
Classificado em 2° lugar - Luciana Bastos Figueiredo
Departamento de Métodos e Áreas Conexas
Setor de Sistemas e Tecnologias da Informação
Data: 30 de janeiro a 2 de fevereiro de 2012
Classificado em 1° lugar e indicado para a vaga - Marcela Canavarro Rodrigues Martins
Classificado em 2° lugar - Pablo Cezar Laignier de Souza
Classificado em 3° lugar - Tatiana Maria Wells

AMAURY FERNANDES DA SILVA JUNIOR

CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES

PORTARIA Nº 874, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

A Vice-Diretora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Helenise Monteiro Guimarães, no uso de suas atribuições, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referentes ao Edital nº 6 de 06/01/2012, publicado no DOU nº Edital nº 6 de 09/01/2012, Seção 3, págs. 68-70, divulgado, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados.

Departamento: BAH
Setor: História e Teoria da Arte - História das Artes Visuais - História da Arte I.
1 - Evelyne Azevedo

HELENISE MONTEIRO GUIMARAES

PORTARIA Nº 875, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

A Vice-Diretora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Helenise Monteiro Guimarães, no uso de suas atribuições, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referentes ao Edital nº 6 de 06/01/2012, publicado no DOU nº Edital nº 6 de 09/01/2012, Seção 3, págs. 68-76, divulgado, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados.

Departamento: BAH
Setor: História e Teoria da Arte - História da Computação Gráfica e Novas Mídias - Informática Aplicada à História da Arte
1 - Fernanda de Oliveira Gomes

HELENISE MONTEIRO GUIMARAES

PORTARIA Nº 876, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

A Vice-Diretora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Helenise Monteiro Guimarães, no uso de suas atribuições, Resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referentes ao Edital nº 6 de 06/01/2012, publicado no DOU nº Edital nº 6 de 09/01/2012, Seção 3, págs. 68-70, divulgado, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados.

Departamento: BAV
Setor: Comunicação Visual - Projetos em Comunicação e Teoria do Design
1 - Daniel Bittencourt Portugal

HELENISE MONTEIRO GUIMARAES

PORTARIA Nº 877, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

A Vice-Diretora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Helenise Monteiro Guimarães, no uso de suas atribuições, Resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referentes ao Edital nº 6 de 06/01/2012, publicado no DOU nº Edital nº 6 de 09/01/2012, Seção 3, págs. 68-70, divulgado, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados.

Departamento: BAV
Setor: História e Teoria da Arte - História da Arte no Brasil - História da Arte - Estética
1 - Carlos de Faria Junior

HELENISE MONTEIRO GUIMARAES

FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 903, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 5083, de 14/12/2009, publicada no DOU nº 239, Seção 2, de 15/12/2009, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 06, de 06/01/2012, publicado no DOU nº 06, de 09/01/2012, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Letras Ânglo-Germânicas
Setorização: Literaturas de Língua Inglesa
Tarso do Amaral de Souza Cruz
Silvia Maria Pereira

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 72 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 257, de 23 de junho de 2009, e o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, resolvem:

Art. 1º Os arts. 6º, 23 e 25 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º ….....

§ 2º ….....

c) cópia da Planilha de débitos da Procuradoria-Geral Federal (PGF) ou Planilha do Sistema de Execução Fiscal Trabalhista (SEFT), se houver, com os valores das bases de cálculo; e

…......" (NR)

"Art. 23 ….....

§ 1º O pagamento da 1ª (primeira) parcela deverá ser efetuado por meio de Darf ou GPS.

….....

§ 3º As retenções realizadas a partir da 2ª (segunda) parcela poderão ocorrer, dentro do mês, em data anterior ao vencimento da prestação, conforme a legislação de repasse do FPE ou do FPM.

…......" (NR)

"Art. 25. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando do requerimento do parcelamento, autorizarão o repasse à União dos valores retidos a título de pagamento das prestações do parcelamento, ou quitação deste, das obrigações previdenciárias correntes e da mora.

….....

§ 4º O repasse não será efetivado se o ente político protocolar manifestação expressa em sentido contrário, devendo o pagamento das parcelas ser feito por meio de Darf ou GPS, sem prejuízo da retenção do respectivo Fundo de Participação na forma dos arts. 23 e 24.

…......" (NR)

Art. 2º Os Anexos IV e IX da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 2009, ficam substituídos pelos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o § 2º do art. 23 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

ANEXO I

Identificação da Entidade do Poder Público (Estado, Distrito Federal e Município)	
01- NOME	
02- CNPJ	03- TELEFONE
04- SEDE	
05- REPRESENTANTE LEGAL (NOME):	
06- CARGO OU FUNÇÃO:	07- CPF

O ente político acima identificado declara estar de acordo com as seguintes cláusulas, que farão parte do processo de parcelamento solicitado por meio dos formulários Pedido de Parcelamento de Débitos - Pépar e Discriminação do Débito a Parcelar - Dipar:

Cláusula 1ª O ente político autoriza a retenção do valor da parcela, acrescido da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) acumulada mensalmente, na cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou na cota do Fundo de Participação dos Estados (FPE), bem como a retenção em cota(s) posterior(es) de diferença, caso não tenha sido a parcela plenamente quitada.

Cláusula 2ª O ente político autoriza que seja efetuada a retenção no FPM e/ou FPE do valor das suas obrigações previdenciárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação.

Cláusula 3ª O ente político autoriza, quando houver atraso no cumprimento das obrigações previdenciárias correntes, inclusive de prestações de parcelamento em atraso, que seja efetuada a retenção no FPM e/ou FPE do valor correspondente à mora.

Cláusula 4ª O ente político autoriza o repasse dos valores retidos na forma das cláusulas 1ª, 2ª e 3ª à União.

_____
Local e data

_____
Assinatura do Representante Legal
Telefone para contato: _____

ANEXO II

TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO
ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO N°_____

Ao(s) _____ (_____) dia(s) do mês de _____ do ano de _____, nesta unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, perante o Procurador da Fazenda Nacional abaixo assinado, compareceu _____, doravante denominado(a) DEVEDOR, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o n° _____, estabelecido(a)/residente e domiciliado(a) em _____ _____ e neste ato regularmente representado(a) pelo(a) Sr.(a.) _____, restou acordado que:

PRIMEIRO - O DEVEDOR confessa, irretratavelmente, perante a Fazenda Nacional, o débito referente ao Processo Administrativo n° _____, inscrito como Divida Ativa da União sob o n° _____.

SEGUNDO - Pleiteado com fundamento nos arts. 10 a 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, o parcelamento da dívida mencionada no item anterior foi deferido em _____(_____) parcelas;

TERCEIRO - A dívida consolidada em ___/___/____, alcança o valor de R$_____, sendo cada prestação mensal de valor igual a R$_____, composta das seguintes parcelas: Principal - R$_____; Multa - R$ _____ ; Juros de Mora consolidados - R$_____; e do encargo previsto no Decreto-Lei n° 1.025, de 21 de outubro de 1969, e alterações posteriores - R$_____.

QUARTO - As referidas prestações, para efeito de pagamento, serão acrescidas dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subseqüente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

QUINTO - O DEVEDOR autoriza a retenção do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do valor correspondente:

a) a cada prestação mensal do parcelamento, por ocasião de seu vencimento;

b) às obrigações previdenciárias correntes;

c) à mora, quando verificado atraso no cumprimento das obrigações previdenciárias correntes, inclusive prestações de parcelamento em atraso.

SEXTO - O DEVEDOR autoriza o repasse dos valores retidos à União na forma da cláusula anterior.

SÉTIMO - O DEVEDOR declara-se ciente de que a rescisão do presente acordo acarretará, de pleno direito e independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, o vencimento do débito total remanescente, com a imediata apuração do saldo devedor, para fins de ajuizamento ou prosseguimento da execução judicial, na forma da legislação pertinente.

E para constar e fazer prova do que foi ajustado, foi lavrado o presente Termo em 3 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

_____
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
(carimbo com nome e matrícula)

_____
DEVEDOR

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.052, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura familiar (PGPAF).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 9 de fevereiro de 2012, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, do art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, resolveu:

Art. 1º Fica definido em R$0,57/kg (cinquenta e sete centavos por quilograma) o preço garantidor da uva, no período 10 de janeiro de 2012 a 9 de janeiro de 2013, no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, devendo esse produto ser incluído na Tabela 3 do Anexo I do MCR 10-15, da seguinte forma:

"Produto	Regiões e Estados	Unidade de Medida	Preço Garantidor (R$)
Uva	Sul, Sudeste e Nordeste	Kg	0,57" (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.053, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera o fator de ponderação previsto no Capítulo 6, Seção 4, item 18, do Manual de Crédito Rural (MCR).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 9 de fevereiro de 2012, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida lei, e 4º, 14, 15, inciso I, e 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 81, inciso III, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, resolveu:

Art. 1º A Seção 4 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR) fica acrescida do item 19, com a seguinte redação:

"19 - Os saldos das operações previstas no item 18 ficam sujeitos à incidência de fatores de ponderação, segundo os períodos a seguir indicados:

a) de 1º de julho a 31 de dezembro de 2011: 1,0 (um inteiro);

b) a partir de 1º de janeiro de 2012: 1,3 (um inteiro e três décimos)." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.054, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera os percentuais de exigibilidade de aplicação em operações de crédito rural dos recursos obrigatórios de que trata o MCR 6-2-2, a partir do período de cumprimento de julho/2012 a junho/2013.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 9 de fevereiro de 2012, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, e 4º, 14, 15, inciso I, e 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de exigibilidade de aplicação de recursos obrigatórios em operações de crédito rural, de que trata o item 6-2-2 do Manual de Crédito Rural (MCR), segundo o período de cumprimento:

I - de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013: 28% (vinte e oito por cento);

II - de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014: 27% (vinte e sete por cento);

III - de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015: 26% (vinte e seis por cento);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - a partir do período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016: 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. Em consequência, a alínea "c" do MCR 6-2-2 passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) a exigibilidade prevista no caput deste item fica sujeita aos percentuais abaixo nos períodos de cumprimento:

I - de 1º/7/2011 a 30/6/2012: 28% (vinte e oito por cento) da média aritmética do VSR apurado no período de cálculo de 1º/6/2011 a 31/5/2012;

II - de 1º/7/2012 a 30/6/2013: 28% (vinte e oito por cento) da média aritmética do VSR apurado no período de cálculo de 1º/6/2012 a 31/5/2013;

III - de 1º/7/2013 a 30/6/2014: 27% (vinte e sete por cento) da média aritmética do VSR apurado no período de cálculo de 1º/6/2013 a 31/5/2014;

IV - de 1º/7/2014 a 30/6/2015: 26% (vinte e seis por cento) da média aritmética do VSR apurado no período de cálculo de 1º/6/2014 a 31/5/2015." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 69.485, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O Procurador-Geral do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, incisos I, alínea "b", XVII e XVIII, e pelo art. 37, incisos I e IX, ambos do Regimento Interno, anexo à Portaria 29.971, de 4 de março de 2005, considerando sua competência para definir as áreas de atuação do Procurador-Geral Adjunto e dos Subprocuradores-Gerais, bem como para planejar e organizar as atividades da Procuradoria-Geral, e tendo em vista o disposto no Voto 188/2010-BCB, de 19 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º - Ficam alterados os arts. 4º e 11 da Portaria 66.931, de 31 de agosto de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

I - .....

.....

d) a supervisão de demandas relacionadas a Requerimentos de Informação dirigidos ao Presidente do Banco Central na forma do art. 50, § 2º, da Constituição, bem como a supervisão de propostas de atos normativos da competência do Procurador-Geral;

.....

§ 1º - As demandas relacionadas a anteprojetos e projetos de medidas legislativas e as matérias relativas a demandas de Comissões Parlamentares de Inquérito, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e de outros órgãos de controle interno e externo serão supervisionadas pelo Procurador-Geral Adjunto e pelos Subprocuradores-Gerais de acordo com as respectivas áreas temáticas, submetendo-se as manifestações jurídicas correspondentes à apreciação do Procurador-Geral.

....." (NR)

"Art. 11 - O Procurador-Geral Adjunto e os Subprocuradores-Gerais titulares da CC1PG e da CC4PG adotarão as medidas complementares necessárias à instituição e ao efetivo funcionamento da CONOR, da COPIM e da COORF." (NR)

Art. 2º - Fica a Câmara de Gestão Legal (CC4PG) incumbida de divulgar, no Portal da Procuradoria-Geral, a Portaria 66.931, de 31 de agosto de 2011, de forma consolidada, com as alterações introduzidas pela Portaria 67.118, de 13 de setembro de 2011, pela Portaria 69.399, de 2 de fevereiro de 2012, e por esta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.576, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Circular nº 3.144, de 14 de agosto de 2002, e a Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, que tratam do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo e da exigibilidade adicional sobre depósitos.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão extraordinária realizada em 9 de fevereiro de 2012, com base nos arts. 10, incisos III e IV, e 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos arts. 66 e 67 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, e na Circular nº 3.529, de 29 de março de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 4º-A da Circular nº 3.144, de 14 de agosto de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º-A .....

.....

III - R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para as instituições financeiras independentes ou integrantes de conglomerado financeiro cujo Nível I do PR seja igual ou superior a R$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) e inferior a R$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais);

IV - zero, para as instituições financeiras independentes ou integrantes de conglomerado financeiro cujo Nível I do PR seja igual ou superior a R$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais).

....." (NR)

Art. 2º O art. 5º da Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º .....

.....

III - R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para as instituições financeiras independentes ou integrantes de conglomerado financeiro cujo Nível I do PR seja igual ou superior a R$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) e inferior a R$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais);

IV - zero, para as instituições financeiras independentes ou integrantes de conglomerado financeiro cujo Nível I do PR seja igual ou superior a R$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais).

....." (NR)

Art. 3º O art. 10 da Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O saldo de encerramento diário da conta de recolhimento no Banco Central do Brasil, observado o limite de que trata o § 3º, receberá a seguinte remuneração, calculada com base na Taxa Selic, de que tratam os §§ 1º e 3º do art. 2º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999:

$$R = S \times [(1+Selic)^{1/252} - 1], \text{ onde}$$

R = remuneração a ser creditada, expressa com duas casas decimais, com arredondamento matemático;

S = saldo de encerramento da conta de recolhimento, limitado de acordo com o § 3º;

Selic = Taxa Selic anual, no formato unitário, expressa com quatro casas decimais, referente à data do saldo a ser remunerado.

§ 1º .....

.....

§ 3º O saldo de recolhimento a ser remunerado, conforme o caput, está limitado ao menor entre os seguintes valores:

I - da exigibilidade subtraída das deduções previstas no art. 11 desta Circular;

II - da exigibilidade multiplicada pelo percentual de:

a) 80% (oitenta por cento) a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 13 e 24 de fevereiro de 2012;

b) 75% (setenta e cinco por cento) a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 9 e 20 de abril de 2012;

c) 70% (setenta por cento) a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 11 e 22 de junho de 2012;

d) 64% (sessenta e quatro por cento) a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 13 e 24 de agosto de 2012;

e) 73% (setenta e três por cento) a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 10 e 21 de fevereiro de 2014;

f) 82% (oitenta e dois por cento) a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 14 e 25 de abril de 2014; e

g) 100% (cem por cento) a partir dos períodos de cálculo e de cumprimento com início, respectivamente, em 9 e 20 de junho de 2014." (NR)

Art. 4º O art. 11 da Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.11. .....

I - aquisição de operações de crédito originadas na instituição financeira cedente e registradas na rubrica contábil 3.1.0.00.00-0 Classificação das Carteiras de Crédito, do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), admitida a coobrigação do cedente;

II - aquisição de direitos creditórios oriundos de operações de arrendamento mercantil contabilizadas na instituição financeira cedente;

.....

VI - aplicação primária em depósitos interfinanceiros com garantia dos ativos de que tratam os incisos I e II, contratados até 10 de agosto de 2012;

VII - aplicação primária em depósitos interfinanceiros de instituições não-ligadas, contratados até 10 de agosto de 2012; e

.....

§ 1º .....

.....

II - são consideradas elegíveis, na condição de cedentes, vendedoras, depositárias ou emissoras, as instituições financeiras independentes e instituições financeiras integrantes de conglomerados financeiros que atendam, relativamente ao mês de junho ou de dezembro de 2011, aos seguintes critérios, cumulativamente:

a) Patrimônio de Referência (PR), Nível I, apurado na forma estabelecida pela Resolução nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, inferior a R$2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais); e

b) resultado superior a 0,20 (vinte centésimos) da divisão do valor correspondente ao somatório dos saldos das rubricas contábeis 1.6.0.00.00-1 - Operações de Crédito, 1.7.0.00.00-0 - Operações de Arrendamento Mercantil e 3.0.1.85.00-5 - Coobrigações em Cessões de Crédito, pelo valor correspondente à soma dos saldos das rubricas contábeis 1.0.0.00.00-7 - Circulante e Realizável a Longo Prazo, 2.0.0.00.00-4 - Permanente e 3.0.1.85.00-5 - Coobrigações em Cessões de Crédito, do Cosif;

.....

IV -

.....

a) 2% (dois por cento) da exigibilidade diária da cessionária, depositante ou adquirente relativa ao período de cálculo de 27 de junho a 1º de julho de 2011;

b) .....

c) 50% (cinquenta por cento) do valor do Nível I do PR, relativo ao mês de junho de 2011, da instituição financeira independente ou do conglomerado financeiro ao qual pertença a instituição, na condição de cedente, vendedora, emissora ou depositária.

§ 2º Os critérios de elegibilidade estabelecidos no inciso II do § 1º deste artigo não se aplicam às instituições financeiras, na condição de vendedoras no mercado secundário, dos ativos de que trata o inciso VIII deste artigo.

§ 3º As operações de que tratam os incisos I a VIII deste artigo, em que figure na condição de cedente, vendedora, depositária ou emissora, instituição financeira elegível pelos critérios do inciso II do § 1º, exclusivamente em razão dos parâmetros referentes a dezembro de 2011, somente poderão ser utilizadas para dedução do recolhimento compulsório a partir dos períodos de cálculo e cumprimento com inícios, respectivamente, em 9 e 20 de abril de 2012.

§ 4º A instituição financeira independente ou o conglomerado financeiro que, ao final de cada semestre, a começar por junho de 2012, não atender ao disposto no inciso II, alínea "b", do § 1º, tornar-se-á inelegível à condição de cedente, vendedora, depositária ou emissora, a partir:

I - do mês de outubro, para a posição do mês de junho; e

II - do mês de abril, para a posição de dezembro.

§ 5º A condição de inelegibilidade de que trata o § 4º será revista nas datas referidas em seus incisos I e II." (NR)

Art. 5º O art. 15 da Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Os valores computados até 29 de dezembro de 2011, na forma da Circular nº 3.427, de 19 de dezembro de 2008, e alterações posteriores, relativos a operações contratadas até 22 de dezembro de 2011, permanecem válidos para fins de dedução do recolhimento estabelecido em seu art. 3º, incisos I a XI, até o final dos respectivos prazos definidos em seu art. 4º." (NR)

Art. 6º Esta circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para a exigibilidade adicional sobre depósitos a partir do período de cálculo com início em 13 de fevereiro e término em 17 de fevereiro de 2012, cujo ajuste ocorrerá em 27 de fevereiro de 2012.

ANTHERO DE MORAES MEIRELLES
Diretor de Política Monetária
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BALANÇO CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA, relativas ao Exercício de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração – Exercício de 2011

INTRODUÇÃO

No ano em que completou 150 anos, a Caixa Econômica Federal superou várias marcas. No fechamento de 2011, a Empresa era responsável pela administração de mais de R$ 1 trilhão de ativos, dos quais mais de R$ 500 bilhões eram ativos próprios, se consolidando como um dos maiores bancos do Brasil e o maior banco 100% público da América Latina.

Criada para ser o cofre seguro das classes menos favorecidas, a CAIXA continua cumprindo sua missão e, em 2011, foi recorde na Poupança, representando 1/3 do mercado, com mais de R$ 150 bilhões em depósitos. Também é o banco mais presente no Brasil, alcançando 100% dos municípios, com 44,6 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, parceiros e rede compartilhada, 15 unidades itinerantes e 1 agência-barco.

A CAIXA atuou na oferta de crédito com as melhores taxas do mercado e demonstrou que o espírito público e de livre concorrência trazem rentabilidade ao patrimônio investido. Isso se confirma com o lucro líquido de R$ 5,2 bilhões no ano, 37,7% a mais do que o registrado em 2010, e o retorno sobre o investimento de 29,6%.

Como referência em juros baixos e buscando inovar e diversificar produtos e serviços, a Instituição consegue atender a todas as classes sociais e empresas de diversos portes. As operações de crédito apresentaram saldo de R$ 249,5 bilhões, crescimento de 42,0% em 12 meses. Somente o crédito habitacional evoluiu 41,1% em 12 meses, somando R$ 152,9 bilhões, o que representa 73,7% do mercado e demonstra que a Instituição continua tendo a preferência da população na realização do sonho da casa própria.

Além do banco da habitação, a CAIXA já é reconhecida como o banco da micro e pequena empresa, e comemorou a abertura de mais de 1 milhão de contas para estes clientes, que também contam com um portfólio completo de serviços e produtos para investimento no crescimento e manutenção destes empreendimentos. Em 2011, bateu recorde na concessão de crédito às pequenas, médias e grandes empresas, com R$ 65,7 bilhões contratados.

Como principal agente de políticas públicas do Governo Federal e ampliando as relações com os governos estaduais e municipais, participa como agente financeiro na execução dos principais programas do Governo, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e o Bolsa Família. Este último foi destaque entre os programas sociais, beneficiando 13,3 milhões de famílias no total de R$ 16,7 bilhões distribuídos, um recorde de pagamentos do Programa.

A CAIXA foi responsável pela distribuição de 157 milhões de benefícios ao trabalhador, notadamente previdência social, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, e pelo repasse de R$ 3,0 bilhões arrecadados pelas loterias.

Participou ativamente na expansão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado, lançada pelo Governo Federal em agosto para incentivar a geração de trabalho e renda para empreendedores formais e informais.

O presente relatório apresenta os resultados da CAIXA em 2011, os quais referendam seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justificam o reconhecimento pela sociedade como uma das empresas que mais contribuem para o crescimento do país.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Na economia internacional, em 2011 os Estados Unidos pareceram afastar o risco de recessão. Indicadores relativos ao desempenho do mercado de trabalho, da indústria e da demanda doméstica mostravam sinais de recuperação, porém sem que isso represente ainda uma significativa retomada da economia americana.

A Europa continuou em crise fiscal e com restrição da oferta de crédito por parte dos bancos. As ações conjuntas adotadas pelos governos locais não pareceram capazes de reverter a desconfiança dos investidores, dificultando as condições de financiamento das dívidas públicas. Medidas coordenadas dos governos, como a proposta de uma união fiscal, com a imposição de penalidades mais severas aos países que descumprirem as metas fiscais definidas para o bloco, são uma boa sinalização para os investidores e, em certa medida, afastam, por ora, os riscos de um colapso da Zona do Euro.

O fraco desempenho da economia europeia, principal destino das exportações chinesas, já afeta o desempenho comercial daquele país asiático. O crescimento das exportações e, principalmente, das importações, reduziu-se significativamente ao longo do último ano. Outros dados, como produção industrial e inflação, também mostraram desaceleração, o que, contudo, não é ainda motivo de maiores preocupações dada a grande margem que os países em desenvolvimento possuem em termos de política monetária como instrumento de estímulo à economia.

No âmbito doméstico, o setor externo da economia brasileira continuou apresentando, em 2011, déficit em transações correntes, principalmente em decorrência do elevado nível das remessas de rendas e dos pagamentos por serviços ao exterior. No câmbio, o dólar deve continuar mostrando volatilidade conforme os desenvolvimentos da crise no cenário externo, porém o real tende a continuar apreciado frente à divisa norte-americana em função da continuidade do ingresso de recursos externos no Brasil.

O período de 2011 iniciou com inflação elevada, muito em função de adversidades climáticas, no entanto, os índices recuaram ao longo do ano e o IPCA finalizou o período no teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, em 6,5%. Para 2012, as projeções indicam inflação menor, pois o cenário internacional pode ter influência redutora da inflação na economia doméstica e com a diminuição do descompasso entre oferta e demanda.

Quanto à atividade econômica brasileira, os indicadores mostraram desaceleração e o crescimento do PIB em 2011 deve ser próximo de 3,0%. Embora a taxa de desemprego registrada ao final do ano tenha sido a menor de toda a série histórica, ficando em 5,2% no mês de novembro, os efeitos da perda de ritmo da atividade começam a ser sentidos no mercado de trabalho. A criação de novos empregos formais foi menor do que em 2010 e emite sinais de arrefecimento. Apesar disso, fatores propulsores da demanda seguem robustos, como a renda e o crédito. Isto, associado às medidas que vem sendo adotadas pelo governo para estimular a economia, deve fazer com que o PIB de 2012 supere o do ano passado.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

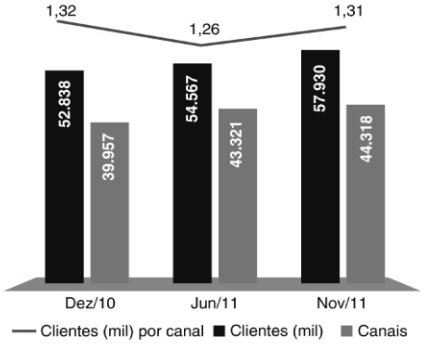
Em seu Planejamento Estratégico, a Visão de Futuro para 2015 é ser referência mundial como banco público integrado, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação, e consolidação da sua posição como banco da maioria da população brasileira.

Em 2011, a CAIXA atualizou os cenários prospectivos para o período de 2012/2023 de maneira a estabelecer as condicionantes de futuro do ambiente internacional, nacional e de negócios da Instituição. Foram desenvolvidos diagnósticos do ambiente interno, incluindo pesquisas de clima e a avaliação da superação dos desafios estratégicos, possibilitando a revisão da sua matriz estratégica.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

Atributos como segurança, solidez e inovação têm feito com que cada vez mais pessoas e empresas optem pelos produtos e serviços da CAIXA. Até novembro de 2011, a Empresa alcançou 58 milhões de clientes, entre correntistas e poupadores, apresentando um crescimento de 9,6% em relação a dez/10. No fim do ano, somou 19 milhões de contas correntes ativas, entre pessoas físicas e jurídicas, 16,4% a mais do que o registrado no ano anterior.

Clientes e Canais de Atendimento



continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Para atender correntistas, empresas ou cidadãos que utilizam os seus serviços, a Instituição disponibiliza uma rede de 44,6 mil pontos de atendimento, nos quais foram realizados 4,1 bilhões de transações bancárias, no ano. São 7,8 mil unidades próprias, entre agências, postos e salas de autoatendimento e 36,8 mil correspondentes, dos quais 11 mil são lotéricos. Além destes, os clientes da CAIXA podem utilizar os pontos do Banco24H.

No *Internet Banking* CAIXA foram realizadas 611,2 milhões de transações, entre consulta a saldos, extratos, pagamento de contas e transferências, por 7,3 milhões de clientes cadastrados.

Os serviços de mensagens por meio de dispositivos móveis atingiram a marca de 164 mil clientes, posicionando a Empresa como um dos maiores participantes do mercado de serviços bancários móveis do país, com envio de 13,7 milhões de mensagens SMS.

Com tecnologia de comunicação via satélite, o atendimento aos clientes foi estendido por meio da Agência Chico Mendes, agência-barco que leva cidadania e serviços bancários às populações ribeirinhas da região amazônica. Esta agência efetivou, somente em 2011, quase 2 mil transações bancárias de diversos tipos como transferências, depósitos, saques, consultas a saldo e extrato de FGTS e pagamentos de Seguro-Desemprego.

A CAIXA também inovou com os atendimentos itinerantes realizados por unidades abrigadas em caminhões, as quais oferecem serviços bancários de uma agência normal, exceto depósitos, e podem ser instaladas em regiões que sofreram calamidades, decorrentes de fatos naturais e que necessitam de atendimento bancário emergencial. Além disso, podem funcionar durante feiras, eventos, ações de relacionadas ao programa Minha Casa Minha Vida ou durante ações de pagamentos de benefícios do Governo Federal.

Os modelos possuem toda a logística e infraestrutura necessárias ao seu funcionamento, com serviços de transporte, manutenção, limpeza, combustível, montagem e desmontagem, equipamentos, mobiliário, sistema de localização e rastreamento, monitoramento de imagens, controle de acesso, energia, condicionamento de ar e acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos, gestantes ou mobilidade reduzida.

Com 15 unidades itinerantes em todo o Brasil, o projeto consolida o papel da Instituição de ser o principal agente de pagamento e transferência de benefícios às camadas menos favorecidas da sociedade brasileira.

A CAIXA tem desenvolvido diversas ações como forma de atingir o objetivo estratégico de ser referencial de excelência no atendimento e ampliar as alternativas de distribuição.

A exemplo disso, criou o novo modelo de atendimento CAIXA traduzido em um conjunto de dimensões inter-relacionadas que orienta a forma como a Empresa atende seus clientes, com foco na agilidade e qualificação do atendimento, redução das filas, padronização da arquitetura organizacional, diretrizes para ambientação, melhoria das condições de negócio e adaptação às especificidades regionais, culturais, econômicas e sociais.

Em 2011, com o intuito de criar novas soluções construtivas para os canais físicos de atendimento da CAIXA, proporcionando maior diversidade de opções de acesso aos clientes, foram desenvolvidos projetos de agências padronizados, distribuídos em diversos tamanhos.

A grande vantagem na adoção desse sistema, além da qualidade inerente aos sistemas construtivos industrializados é a velocidade de execução, com redução de cerca de 1/3 no tempo de construção quando comparado com o sistema convencional.

Dentro desse princípio, foi desenvolvido um novo modelo para os ambientes de autoatendimento, o qual utiliza materiais ambientalmente mais sustentáveis e um *design* mais moderno, possibilita maior mobilidade de leiautes e aproveita melhor o espaço.

Estas ações, que buscam garantir agilidade e comodidade dos clientes, bem como aquelas que visam aumentar a segurança, exigem investimentos contínuos em novas tecnologias e manutenção da rede. Em 2011, foram gastos R$ 3,8 bilhões em serviços de processamento de dados, comunicações e segurança, bem como para manutenção do parque de equipamentos. Além destes investimentos foram aplicados R$ 499,0 milhões em novas tecnologias.

Despesas Manutenção Rede de Atendimento (em R$ milhões)	**2009**	**2010**	**2011**	**Δ% 2010/11**
Instalações	1.323	1.480	1.757	32,8
Comunicações	443	428	569	28,3
Processamento de Dados	815	878	948	16,4
Segurança	422	464	554	31,4
Total	3.003	3.250	3.828	27,5

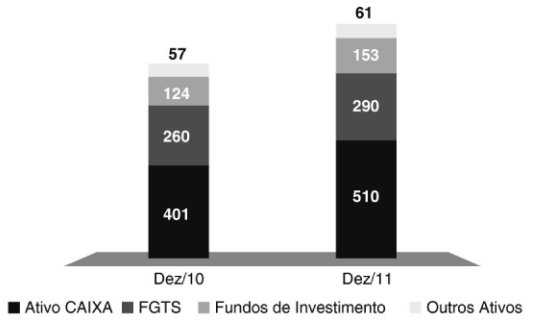
Os clientes também dispõem do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC CAIXA. Durante o ano, foram realizados 64,6 milhões de atendimentos, dos quais 0,35% correspondem a reclamações. A principal demanda refere-se a informações voltadas ao cidadão e ao trabalhador, dentre as quais 11,1 milhões estão relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, 8,8 milhões aos programas de transferência de renda do Governo Federal e 11,3 milhões ao Programa de Integração Social – PIS.

É importante ressaltar que os atendimentos prestados pelo SAC CAIXA estão de acordo com a legislação específica (Decreto 6.523/2008), que regulamenta, entre outros aspectos, o tempo máximo de espera e o retorno em até 5 dias úteis para os casos de reclamação.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CAIXA ultrapassou a marca de R$ 1 trilhão em ativos administrados, destacando-se R$ 292,1 bilhões do FGTS e R$ 152,5 bilhões em fundos de investimentos. Os ativos próprios somavam R$ 510,2 bilhões e o patrimônio líquido era de R$ 19,6 bilhões, expansões de 27,4% e de 26,7%, respectivamente, se comparados ao ano anterior.

Composição dos Ativos Administrados
(R$ bilhões)



No exercício, o lucro líquido auferido foi de R$ 5,2 bilhões, crescimento de 37,7% em relação ao registrado em 2010, com retorno sobre o patrimônio líquido médio de 29,6% e índice de eficiência de 70,7%.

Os valores repassados à União, estados e municípios, a título de tributos, encargos sociais, dividendos e juros sobre o capital próprio, somaram R$ 7,6 bilhões.

Indicadores em %	**2010**	**2011**
Retorno sobre Ativo Médio	1,0	1,1
Índice de Solvabilidade – Basileia	15,4	13,4
Endividamento Setor Público	30,5	31,0
Provisão sobre Operações de Crédito	6,3	6,3
Cobertura de Desp. Administrativas	65,4	66,8
Cobertura de Desp. de Pessoal	105,3	108,6
Retorno sobre o PL Médio	26,3	29,6
Índice de Eficiência	70,3	70,7

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários – TVM possuía, ao final do exercício, saldo de R$ 119,7 bilhões, dos quais 95,6% eram títulos públicos federais e 4,4% correspondiam a títulos de emissão privada.

Os títulos classificados na Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento – totalizaram R$ 58,7 bilhões e a CAIXA declara possuir capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

O resultado apurado para TVM e Derivativos, referente às remunerações dos papéis, negociações e pagamentos de amortizações e juros, foi de R$ 18,2 bilhões em 2011, 19,4% maior do que o registrado no ano anterior, R$ 15,3 bilhões.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito total da CAIXA registrou saldo de R$ 249,5 bilhões ao final de 2011, evolução de 42,0% em relação ao exercício anterior, com destaque para as contratações imobiliárias, que expandiram 41,1% e encerraram o ano com saldo de R$ 152,9 bilhões.

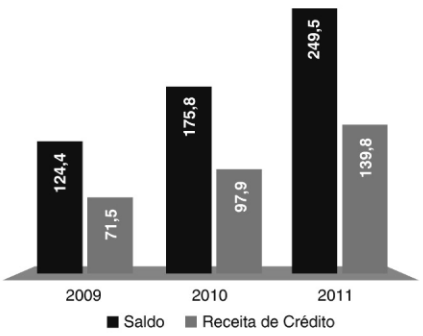
continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Crédito Total
(Em R$ milhões)



No fechamento do exercício, o crédito comercial apresentou saldo de R$ 79,3 bilhões, crescimento de 43,0% em 12 meses. As operações com pessoas físicas registraram saldo de R$ 35,0 bilhões, evolução de 30,0%, enquanto as com pessoas jurídicas encerraram 2011 com saldo de R$ 44,3 bilhões, 55,2% superior ao registrado no ano anterior.

Além de crédito habitacional, a Empresa também se destaca no financiamento de infraestrutura como saneamento e melhoria nas redes de transportes urbanos. Em dezembro de 2011, o saldo dessas operações era de R$ 16,9 bilhões, expansão de 48,0% em 12 meses.

A CAIXA atuou com as taxas mais competitivas do mercado, acompanhando a trajetória de queda da SELIC, criou novos produtos, simplificou processos de concessão, alterou prazos e garantias, permitindo assim maior agilidade no atendimento ao cliente e aumento no volume de negócios.

Tais inovações contribuíram para o aumento nas contratações. No ano, os contratos comerciais com pessoas físicas cresceram 26,8% e totalizaram R$ 59,8 bilhões. Os realizados com pessoas jurídicas atingiram volume de R$ 65,7 bilhões, evolução de 19,3% em 12 meses.

Para o segmento de pessoas jurídicas, foram criadas condições diferenciadas para Médias e Grandes Empresas nasções de Cheque Empresa CAIXA, com redução dos juros ao nível que posiciona a Instituição entre as menores taxas do mercado em operações de crédito rotativo – Cheque Especial.

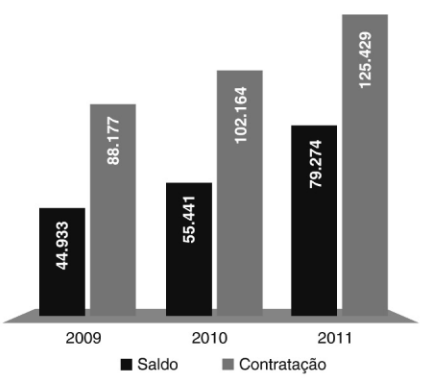
Além disso, passou a financiar a aquisição de imóveis comerciais ou terrenos urbanos por meio do Crédito Especial Empresa – Grandes Corporações – Investimento. A nova modalidade do produto é mais uma opção de financiamento disponibilizada aos clientes, em que a operação é estruturada de acordo com as suas necessidades.

A CAIXA também participa da expansão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado, lançado em agosto de 2011, para incentivar a geração de trabalho e renda para empreendedores formais e informais com faturamento anual de até R$ 120 mil.

As contratações do Programa começaram em setembro de 2011 e fecharam o ano com 1,3 mil contratos realizados, no montante de R$ 6,3 milhões. Inicialmente, a Instituição procurou atuar nas capitais, regiões metropolitanas e demais centros urbanos, expandindo gradualmente suas operações para o resto do país e operando, também, por meio de bancos comunitários, organizações sociais e prefeituras, parceiros da CAIXA.

Além de atuar no setor privado, a Empresa possui um portfólio de créditos a pessoas jurídicas públicas, como o crédito rotativo e financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Crédito Comercial
(Em R$ milhões)



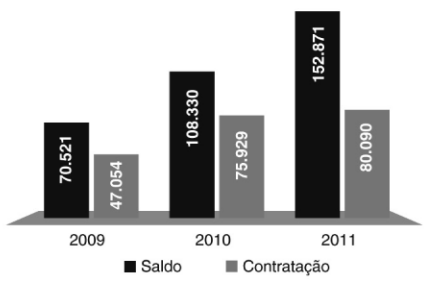
Em virtude da realização da Copa do Mundo, a CAIXA lançou a linha de financiamento PROCOPA Turismo, com recursos BNDES, para atendimento das necessidades de recursos para construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis e outros meios de hospedagem. Em 2011, houve também a ampliação do prazo das operações de Capital de Giro com recurso do BNDES.

Também foram lançadas novas linhas para empresas públicas e sociedades de economia mista: o BNDES Automático, que abrange os projetos de financiamento, em diversas modalidades, e o BNDES PROESCO – Programa de Apoio à Eficiência Energética, com vantagens exclusivas para o financiamento de projetos que visam a melhoria da eficiência energética.

Em 2011 houve a reformulação do Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT. O Programa foi idealizado para apoiar a melhoria da qualidade do gasto público dentro da perspectiva de desenvolvimento local sustentável e de potencializar a aplicação dos recursos nas áreas sociais.

Essa linha de crédito é utilizada para financiar projetos que contenham ações de modernização, incluindo aquisição de sistemas, aplicativos, equipamentos de informática, capacitação de servidores e desenvolvimento de programas de treinamentos. No Novo PMAT a CAIXA passa a atuar como agente financeiro.

Crédito Habitacional
(Em R$ milhões)



Até dezembro, no segmento habitacional, as contratações imobiliárias somaram R$ 80,1 bilhões, incluindo repasses, evolução de 5,5% em relação ao realizado em 2010. Foram R$ 67,8 bilhões em financiamentos, R$ 7,5 bilhões com subsídios do FGTS e R$ 4,9 milhões em arrendamentos, repasse e consórcios.

As operações com recursos das cadernetas de poupança – SBPE totalizaram R$ 36,4 bilhões e, nas linhas que utilizam recursos do FGTS, incluindo os subsídios, alcançaram R$ 38,8 bilhões, crescimentos respectivos de 13,3% e 20,0%.

Já no âmbito internacional, a Empresa expandiu a comercialização dos produtos Câmbio Pronto Exportação e de Importação a fim de operar em todas as unidades da federação. Em 2011, a CAIXA movimentou R$ 4,0 bilhões, em operações de câmbio e capital de giro para financiamento à produção e apoio ao comércio exterior brasileiro, marcando sua presença como apoiadora das empresas brasileiras no comércio internacional.

O avanço das contratações é acompanhado de critérios claros e bem definido de concessão de crédito. A melhoria dos níveis de risco da carteira e dos índices de inadimplência é uma preocupação constante da Empresa.

O índice de inadimplência das operações comerciais ficou estável no ano, e encerrou o mês de dezembro com 3,0%, enquanto o crédito imobiliário manteve o índice em 1,7%. O atraso total do crédito na CAIXA fechou o exercício de 2011 com percentual de 2,0%, indicador semelhante ao registrado em 2010.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa continuou estável em 6,3% da carteira de crédito em dezembro de 2011, mesmo valor verificado em 2010. Estes dados demonstram que mesmo com o crescimento da carteira em ritmo superior ao do mercado bancário, a qualidade do crédito ofertado é uma das prioridades da Instituição.

Durante o exercício, no que se refere à carteira comercial, foi recuperado R$ 1,4 bilhão em créditos à vista e R$ 317,7 milhões em contratos em prejuízo, houve a regularização de contratos parcelados no total de R$ 728,4 milhões, e reversão de provisão de contratos com atraso superior a 60 dias no total de R$ 2,6 bilhões.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Em 2011, a CAIXA alcançou a marca de 1 milhão de contas para micro e pequenas empresas e atingiu 1,2 milhão de contas correntes para pessoa jurídica, aumento de 11,9% em relação ao

continua...

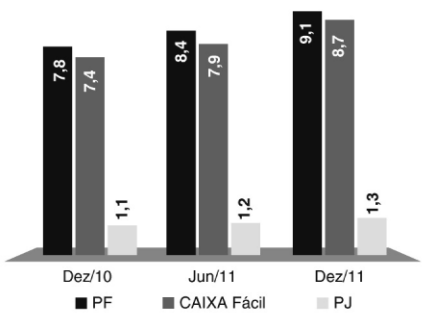
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

obtido em 2010. As contas correntes para pessoas físicas totalizaram 17,8 milhões, incluindo a modalidade Conta CAIXA Fácil.

Quantidade de Contas
(Em milhões)

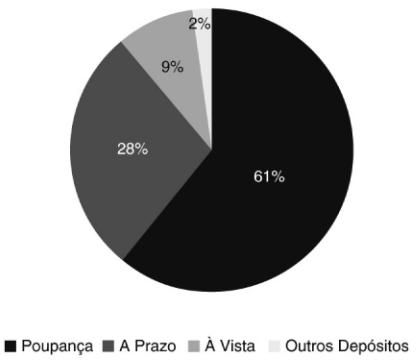


A CAIXA é a instituição financeira com maior participação na inclusão bancária do Brasil. No ano, foram abertas 1,9 milhão de novas contas CAIXA Fácil, atingindo a marca de 8,7 milhões de contas ativas, dentre os quais 2,6 milhões dos clientes são beneficiários do Programa Bolsa Família.

A evolução na quantidade de contas foi acompanhada pelo crescimento da captação de recursos. Ao final de dezembro, os depósitos somavam R$ 259,8 bilhões, crescimento de 20,7% em 12 meses. Destes, R$ 22,9 bilhões eram depósitos à vista, exceto os de moedas estrangeiras, com aumento de 16,9% no saldo em um ano.

A Poupança foi um dos destaques de 2011 com captação líquida de R$ 11,3 bilhões, equivalente a 80% da captação líquida total do mercado, com R$ 14,2 milhões ao final do ano, o que demonstra a confiança dos cidadãos brasileiros na solidez da Instituição.

Composição dos Depósitos em Dezembro/2011



O saldo das cadernetas da CAIXA ao final de 2011 somava R$ 150,4 bilhões, o que representa 35,8% de todos os depósitos desse tipo no país e um crescimento de 16,2 % em relação ao saldo registrado em dezembro de 2010.

No ano, foi reduzida a aplicação inicial dos Certificados de Depósito Bancário – CDB Flex da CAIXA, para R$ 200,00, o que torna o investimento acessível a um maior número de clientes, para que possam, além de obter rentabilidade atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, contar com vantagens como resgate automático creditado na conta de vinculação, transferência de titularidade a qualquer tempo, liquidez e rentabilidade diárias no prazo definido pelo investidor. Também foi criada a modalidade CDB/RDB Flex Empresarial, com mais uma forma de aplicação para pessoas jurídicas.

Estas inovações contribuíram para o crescimento dos depósitos a prazo, 25,7% em 12 meses, alcançando R$ 68,2 bilhões. Os demais depósitos encerraram 2011 com um montante de R$ 18,4 bilhões.

As Letras Imobiliárias e Financeiras, que constituem mais uma forma de obter recursos, captaram R$ 8,5 bilhões no ano e apresentaram saldo de R$ 21,1 bilhões ao final de 2011.

Como o quarto maior administrador de fundos de investimentos (rede e exclusivos) do país, segundo a ANBIMA, respondendo por 6,64% do mercado, a CAIXA disponibiliza um portfólio variado para atender aos diferentes tipos de investidores.

Em 2011, houve aumento de 32% no número de fundos de investimentos e carteiras, totalizando 263 produtos. Ao final de dezembro, o patrimônio administrado era de R$ 325,1 bilhões em fundos de renda, de varejo, exclusivos, carteiras administradas, FI FGTS e outros, um aumento de 12,0% em relação ano anterior.

Para ampliar o portfólio e atender o segmento de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, a Instituição lançou mais três fundos da família CAIXA Brasil IPCA, que é composta por 15 fundos com patrimônio de R$ 157,0 milhões e característica de aquisição de Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) atrelados ao Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo – IPCA.

No segmento de varejo, foram lançados dois fundos do tipo Capital Protegido, que somaram captação de R$ 89,0 milhões em 2011.

A CAIXA também constituiu o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEDAE – FIDC CEDAE com objetivo de viabilizar investimentos da Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, captados em dezembro de 2011, via emissão de R$ 1,1 bilhão em cotas seniores, estabelecendo-se com a maior oferta pública de FIDC fechado do ano de 2011.

Na classe de fundos de participações, foi lançado o Fundo de Investimento em Participações Sondas – FIP SONDAS com volume subscrito de R$ 1,8 bilhão e que viabilizará a construção de 7 sondas de perfuração em águas ultra profundas para exploração da camada de pré-sal brasileiro.

Em 2011, a CAIXA se tornou líder na gestão de investimentos imobiliários via fundos de investimento, com a constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, que possui patrimônio de cerca de R$ 3,5 bilhões em ativos.

O FI-FGTS, por sua vez, vem se consolidando como relevante fonte de recursos para investimentos em infraestrutura no país e já comprometeu R$ 17,6 bilhões em operações de mercado de capitais (debêntures, ações e fundos de investimento), destinado a investir em construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos em infraestrutura nos setores de rodovia, porto, hidrovia, ferrovia, energia e saneamento.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

A Caixa Participações S.A. é o braço estratégico da CAIXA nos negócios relativos a participações em outras sociedades, atuando em setores da economia e em atividades complementares e similares aos negócios da Instituição.

As principais atividades dizem respeito à prospecção de novos negócios, a gestão e governança das participações societárias investidas. Atualmente constam na carteira de participações da CAIXAPAR as seguintes empresas: Caixa Seguradora S.A., Companhia Brasileira de Securitização S.A. (Cibrasec), Tecnologia Bancária S.A. (Tecban), Cielo S.A. e Banco PanAmericano S.A.

Em dezembro de 2011 foi finalizado o Projeto Holding na empresa Caixa Seguradora S.A, tendo em vista a reorganização societária do Grupo Caixa Seguros e, consequentemente, o crescimento do grupo a partir de uma nova estrutura societária ágil e moderna, além de melhor atender às exigências regulatórias estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Durante o exercício de 2011, foram realizadas 4,0 bilhões de transações bancárias, entre saques, depósitos, consultas e pagamentos, com receitas de prestação de serviço da ordem de R$ 4,2 bilhões, 13,4% a mais do que em 2010.

Com o objetivo de facilitar o acesso às transações bancárias e às informações, bem como trazer maior comodidade e agilidade aos clientes, a CAIXA apresentou diversas inovações nos serviços prestados.

No ano, foi criada a cesta de serviços pelo *Internet Banking* CAIXA, com as funcionalidades de adesão, escolha e alteração da modalidade de Cesta de Serviços, da data de débito da tarifa e da conta que deseja obter tarifa diferenciada.

Em junho, foi lançada a Folha CAIXA Web, solução no *Internet Banking* para cadastrar e gerenciar o pagamento dos salários de forma mais ágil e fácil. É direcionada às empresas com até 150 empregados e apresenta pacote de benefícios com juros e taxas diferenciadas, tanto para empresas, quanto para empregados.

Para ampliar a prestação de serviços de arrecadação sem a emissão de papel, foi criado o Pagamento Eletrônico CAIXA, que trouxe benefícios como a confirmação *on-line* de pagamentos, evitando a interrupção de serviços e agilizando o seu restabelecimento, quando for o caso, e a apresentação de contas, inclusive vencidas, sem a necessidade de cálculos manuais dos acréscimos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Para o poder judiciário, foi inaugurado o serviço de liquidação eletrônica, composto de depósito eletrônico e alvará eletrônico. O *software* interliga os sistemas da CAIXA e dos tribunais, oferece mais conformidade e qualificação dos dados cadastrais, agilidade na comprovação dos depósitos e levantamentos, segurança na emissão de ordens de pagamento, sem a necessidade do trâmite de papel para efetivação das transações.

A CAIXA também oferece produtos de seguro de vida, residenciais e automobilísticos, capitalização, previdência privada e consórcios aos clientes da Instituição, por meio da parceria com o Grupo Caixa Seguros. Os recursos movimentados renderam R$ 143 milhões em tarifas no ano, quase o dobro do registrado em 2010.

Para os clientes residentes no exterior a Empresa disponibiliza o Programa de Remessas Internacionais por meio do qual eles podem enviar fundos ao Brasil. No ano, o Programa recebeu R$ 259,6 milhões por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros, um crescimento de 34,4% em relação ao ano anterior.

CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

A Instituição mantém uma base de 6,5 milhões de cartões de crédito das bandeiras MasterCard e VISA, um aumento de 22,3% em 12 meses, com R$ 16,8 bilhões movimentados.

Para os cartões de débito das bandeiras MasterCard Maestro, VISA Electron e Elo débito, são quase 80 milhões de cartões emitidos e movimentação financeira na ordem de R$ 25,0 bilhões. A CAIXA detém 28,6% da base de cartões de débito do mercado e participa com 13,9% do total movimentado no mercado com o cartão de débito.

A Bandeira Elo, lançada em março, é uma parceria entre CAIXA, Banco do Brasil e Bradesco. Trata-se de uma bandeira nacional de cartões multiserviços, englobando cartões de débito, crédito e pré-pago, inclusive cartões alimentação e refeição, contribuindo para o funcionamento do sistema de pagamentos no país em termos de ampliação das opções de mercado para os consumidores, contemplando os segmentos menos favorecidos da população brasileira.

Ao final de dezembro, a CAIXA possuía uma base de 700 mil cartões de débito na bandeira ELO. Esta bandeira é uma marca nacional de cartões multiserviços, englobando cartões de crédito, débito e pré-pagos, inclusive cartões alimentação e refeição.

No ano, foram lançados ainda os cartões VISA Infinite e MasterCard Black, voltados ao perfil de alta renda, e do Cartão Aluguel, que é um cartão de crédito de uso internacional que também permite o pagamento de aluguéis de imóveis e é substituto de garantias tradicionais para esses contratos, tais como fiador, seguro fiança e caução, apresentando menor custo e maior comodidade para o cliente e para a imobiliária. Neste início do projeto já existem cerca de 500 Imobiliárias no Brasil credenciadas para aceitar o cartão aluguel.

Em 2011, iniciou-se a fase piloto do projeto de pagamento de compras pelo celular. Realizado em Brasília e na comunidade do Conjunto Palmeira, na cidade de Fortaleza/CE, o piloto do projeto prevê o cadastramento de 1,0 mil clientes nos primeiros 03 meses, inclusive beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

O projeto, em parceria com a MasterCard, Redecard e Vivo, baseia-se no aplicativo desenvolvido pela MasterCard e inserido no chip do telefone que acessa o cartão de débito do cliente. Funciona em aparelhos tradicionais ou smartphones e proporcionará aos clientes acesso a novos serviços financeiros, bem como incrementará a bancarização promovida pela CAIXA. Na fase de piloto é possível pagar compras em estabelecimentos comerciais credenciados Redecard e fazer recargas de celulares.

SERVIÇOS DE GOVERNO

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA foi responsável pelo pagamento de 312,5 milhões de benefícios em 2011, totalizando R$ 156,2 bilhões.

Os pagamentos relacionados aos programas de transferência de renda totalizaram R$ 17,6 bilhões, referentes a 155,1 milhões de benefícios distribuídos. Destaca-se o Programa Bolsa Família, com o pagamento de 150,5 milhões de benefícios no total de R$ 16,7 bilhões, um aumento de 24,6% em relação ao ano de 2010, contemplando, aproximadamente, 13,3 milhões de famílias.

Das famílias beneficiárias do Programa, mais de 2 milhões tem acesso a uma conta bancária, movimentação de seus benefícios de forma parcial, além da opção de compras em todos os estabelecimentos comerciais conveniados.

Ainda no âmbito do Bolsa Família, foram implantados mais dois tipos de benefícios variáveis voltados para a gestante e nutriz e firmados contratos com entes estaduais e Distrito Federal para melhoria de vida das famílias que estão na linha da pobreza e extrema pobreza. Os benefícios devem atender, até 2014, cerca de 490 mil famílias com complementação de valores aos benefícios já recebidos do Programa e estão em sinergia com os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria.

No contexto do Plano, também foi implementado o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, sob gestão do Ministério do Meio Ambiente, que tem como público-alvo famílias em situação de extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único e que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural.

Outra novidade foi a implantação de nova solução sistêmica para o Cadastro Único na internet, em uso por 5.299 municípios, a qual agregou novas funcionalidades e facilidades ao processo, modificou rotinas operacionais das prefeituras e deu instrumentos para elevar a gestão sobre o cadastro. Ações dessa natureza visam ampliar a efetividade das políticas públicas do Governo Federal e dar suporte ao Plano Brasil sem Miséria.

Para oferecer maior conforto e comodidade à população e beneficiários dos programas sociais, a Empresa implantou, em julho de 2011, o cadastramento da Senha Cidadão na rede parceira. Com 1,5 milhão de senhas cadastradas, a iniciativa propicia ao cidadão, mesmo nos municípios sem agências da CAIXA, efetuar o saque dos seus benefícios em seu próprio município, por meio da rede lotérica, movimentando a economia local.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, em 2011, a CAIXA foi responsável pelo pagamento de 157,4 milhões de benefícios a título de previdência social, seguro desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos), no total de R$ 80,5 bilhões. Os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço somaram R$ 57,5 bilhões.

No ano, foi implantado o envio de mensagem SMS aos beneficiários que não haviam recebido o Abono Salarial, totalizando 17 mil mensagens encaminhadas aos trabalhadores que possuem números de celulares cadastrados na Instituição. E, a partir de julho, os participantes do PIS passaram a acessar o extrato previdenciário nas agências da CAIXA, que demonstra as movimentações financeiras no Programa desde 1996, resultando em atendimento mais ágil e eficaz nas agências para prestar as informações solicitadas pelo trabalhador.

Enquanto administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a Empresa efetuou a novação de aproximadamente 147 mil contratos no ano, totalizando mais de R$ 5,6 bilhões. Em novembro, o FCVS assumiu todos os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH e passou a oferecer cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice do SH/SFH.

Também em 2011, cerca de 300 mil brasileiros tiveram seus contratos firmados por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, no valor aproximado de R$ 19,4 bilhões, cobertos pelo Fundo Garantidor de Habitação Popular – FGHab.

FGTS – 45 ANOS

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado em 13 de setembro de 1966 com o intuito de garantir uma poupança ao trabalhador demitido sem justa causa, em troca da estabilidade de emprego. Ao longo dos anos passou por muitas mudanças e continua garantido ao trabalhador a oportunidade de formar um patrimônio que pode ser sacado em 30 situações diferentes. Em momentos especiais, como a aquisição da casa própria (13,2%) ou da aposentadoria (14,1%), e em situações de dificuldades, que podem ocorrer no caso de demissão sem justa causa (61,7%), além de doenças graves.

No papel de Agente Operador do FGTS, a CAIXA mantém sua atuação na busca pela excelência na gestão do patrimônio do trabalhador e na aplicação dos recursos, comprometida com o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Assim, em 2011, foi alocado o orçamento recorde do FGTS aos agentes financeiros para aplicação em habitação popular, no valor de R$ 36,6 bilhões, e consolidou o novo perfil de investimentos do Fundo em operações estruturadas de mercado, por meio do FI-FGTS, que atingiu saldo de aplicações de R$ 20,9 bilhões, e das carteiras administradas de habitação, saneamento e transporte urbano, que atingiu saldo de investimentos de mais de R$ 11 bilhões. Os recursos aplicados geraram 1,4 milhão de empregos diretos e beneficiou 21,5 milhões de brasileiros.

Foi relevante a liberação de R$ 1,1 bilhão de recursos do FGTS para atender saques na modalidade de desastres naturais, com 971,3 mil atendimentos, decorrentes das tragédias naturais ocorridas nos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Em janeiro de 2012, por meio do Decreto 7.664/2012 foi regulamentada a elevação do valor-limite de saque do FGTS por trabalhador residente em áreas atingidas por desastre natural, de R$ 5,4 mil para R$ 6,2 mil.

A Empresa inovou com o serviço de saque do Fundo para brasileiros residentes no exterior. Com intuito de valorizar o trabalhador brasileiro residente nos Estados Unidos da América, a CAIXA e o Ministério das Relações Exteriores lançaram oficialmente, o serviço de saque do FGTS para brasileiros em solo americano. A possibilidade de solicitação de saque sem a necessidade de vinda ao Brasil era uma demanda antiga da comunidade brasileira que iniciou com atendimento no Japão em agosto de 2010 e agora expandiu para os EUA. Em 2012 iniciará o atendimento aos brasileiros residentes em países da Europa.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

No ano, a arrecadação de contribuições do FGTS atingiu R$ 72,3 bilhões e os saques efetuados por cerca de 35 milhões de trabalhadores somaram R$ 57,5 bilhões.

Em janeiro de 2012, o Conselho Curador do FGTS aprovou o orçamento financeiro, operacional e econômico do Fundo para o ano. Destaca-se a destinação de R$ 26 bilhões à habitação popular e de R$ 10,0 bilhões para saneamento básico e infraestrutura urbana.

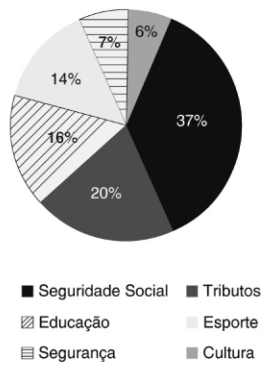
Adicionalmente a estes recursos, o FGTS subsidiará descontos destinados às famílias de menor poder aquisitivo. Dos quase R$ 4,5 bilhões alocados para descontos para moradia popular, R$ 3,0 bilhões serão utilizados exclusivamente em empréstimos pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Os recursos investidos pelo FGTS, além de atender necessidades específicas de regiões e famílias, também criam empregos, melhoram a qualidade de vida da população e fazem girar a economia do país.

LOTERIAS

As loterias da CAIXA, voltadas para a arrecadação de recursos para áreas de interesse social, destinaram ao Governo Federal e demais beneficiários legais R$ 3,5 bilhões no ano. Os recursos são aplicados em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança pública.

Destinação Social das Loterias em 2011



No ano, as loterias pagaram prêmios da ordem de R$ 3,4 bilhões em todas as modalidades, e arrecadaram R$ 9,7 bilhões, dos quais somente a Mega-Sena aferiu R$ 4,6 bilhões, enquanto R$ 2,1 bilhão refere-se à Lotofácil.

Com R$ 177,6 milhões, a Mega da Virada de 2011 teve o segundo maior prêmio já pago pelas Loterias CAIXA. O Concurso Especial de Fim de Ano foi recorde em venda por concurso – R$ 549,3 milhões, em emissão de bilhetes em um só concurso – 88,0 milhões e em quantidade de apostas em um só concurso – 274,6 milhões.

O ano de 2011 foi marcado por grandes vitórias e avanços nas Loterias da CAIXA, em virtude da inovação e implantação de mudanças em diversos produtos.

Dentre os lançamentos efetuados, destaca-se a comercialização da Mega-Sena em ambiente virtual, por meio do *Internet Banking* CAIXA, no intuito de alcançar um novo patamar de modernização e inovação, para atingir novos públicos apostadores. O propósito é ampliar os canais de comercialização das loterias até então vendidas exclusivamente na rede de casas lotéricas.

Foi inaugurada, também, a nova família da Loteria Instantânea, em que são oferecidos prêmios em dinheiro e bens como carros, casa e motocicletas, o que aumentou as vendas da modalidade, somando 67,2 milhões de bilhetes no total de R$ 76,0 milhões. Outra nova loteria foi a Quina de São João, que arrecadou R$ 61,8 milhões em 20 milhões de bilhetes. Tal modalidade, a exemplo da Mega da Virada, tem período de apostas diferenciado e um prêmio especial.

Além disso, a partir do dia 10 de outubro, começou a transmissão de sorteios das loterias federais pela TV Bandeirantes e BandNews. O programa, denominado Momento da Sorte, vai ao ar todas as noites de segunda à sexta-feira e apresenta o sorteio de um produto lotérico por dia.

Durante o ano, a CAIXA atuou junto ao segmento mundial de loterias estatais, participando de seminários e feiras internacionais, com o intuito de adquirir conhecimentos e informações sobre as melhores práticas do mercado lotérico. Em conjunto com representantes da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, participou também de visitas de *benchmarking* a algumas das principais loterias estatais do mundo, as quais são líderes em vendas de loterias, serviço que cumpre um importante papel ao gerar recursos para investimentos sociais.

No mês de outubro, em parceria com a Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado (CIBELAE), a CAIXA promoveu o XIII Congresso Loterias de Estado: Construindo o Futuro. A programação do congresso abrangeu temas atuais, como a modernização das loterias de estado; apostas esportivas e o Jogo Público x Privado, além da feira onde foram apresentadas as novidades e tendências do mercado de jogos.

Ao final do evento a CAIXA foi eleita para a Presidência da Corporação no biênio 2012-2013. Com a eleição, o Brasil passa a participar ativamente das deliberações relativas ao segmento lotérico na Ibero América, além de assumir uma cadeira no comitê executivo da World Lottery Association (WLA), órgão internacional de maior relevância no segmento de loterias.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A CAIXA vem atuando com Cooperação Técnica Internacional desde 2003, a convite da Agência Brasileira de Cooperação, por meio de Projetos com países da África, tais como, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Marrocos e Namíbia, e da América do Sul, envolvendo Guatemala, Venezuela e Peru, voltados ao desenvolvimento urbano, bancarização, programas sociais e microcrédito, entre outros temas.

Em 2011, a CAIXA deu continuidade ao desenvolvimento de Projetos de Cooperação com Moçambique, São Tomé e Príncipe e Venezuela. Foi concluído um Projeto de Cooperação com Cabo Verde e realizada missão de prospecção para a fase II do Projeto. Foi assinado Projeto de Cooperação com a Namíbia, para a fase II, em tema ligado ao desenvolvimento urbano e constituído Grupo de Trabalho para sua implementação, tendo sido assinado, também, um Projeto com o Peru, em temas voltados a microfinanças, programas sociais e desenvolvimento fronteiriço.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA tem compromisso histórico e uma gestão corporativa contemporânea, convergente com o disposto no Decreto nº 6.021/07, que se traduzem em honestidade, respeito, responsabilidade e transparência – na condução dos negócios, nos relacionamentos com as partes interessadas e na prestação de contas de suas atividades.

Conforme o Estatuto da Instituição, são Órgãos de Administração da CAIXA o Conselho de Administração e a Diretoria, esta constituída pela Presidência, Conselho Diretor, Vice-Presidência responsável pela gestão de ativos de terceiros e Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, nestes incluído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que compartilham a representação orgânica e a gestão da Empresa.

Como parte de seu sistema de governança corporativa, a CAIXA dispõe de instrumentos que inibem os conflitos de interesses entre suas instâncias de gestão. Além das regras relativas a não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o estatuto contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos de administração.

Alinhada à boa prática de governança, a Instituição dispõe de colegiados e unidade específica que executam as atribuições relativas à supervisão e fiscalização da gestão dos administradores da Empresa, além dos órgãos de fiscalização e controle externos, quais sejam: Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Auditoria Interna.

Um marco relacionado com as práticas de governança corporativa adotadas pela CAIXA em 2011 foi a criação do cargo de dirigente de Diretor Executivo, de maneira a possibilitar aos órgãos de administração melhor gerenciamento e monitoramento das estratégias da CAIXA.

O cargo de Diretor Executivo é privativo aos empregados ativos da Empresa e os titulares são nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, por indicação do Presidente da CAIXA. O Diretor Executivo tem como atribuição administrar, supervisionar e coordenar as atividades da Diretoria e unidades sob sua responsabilidade, prestar assessoria aos trabalhos do Conselho Diretor e executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Presidente ou Vice-Presidente ao qual estiver vinculado.

A Empresa continuou sua busca em se tornar referência em práticas de governança corporativa, seja pelo modelo de gestão vigente, que tem a governança corporativa como uma de suas vertentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade social empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade, os quais se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética e as Políticas de Atuação da CAIXA.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos da CAIXA (SCI CAIXA) é o conjunto de elementos composto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Empresa para que alcance seus objetivos; mantenha e forneça consistentes informações gerenciais e financeiras; tenha todas as suas atividades realizadas de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis e reduza o risco de danos a sua imagem.

O SCI está estruturado em 5 componentes, conforme padrão do Comitê das Organizações Patrocinadoras – COSO:

- Ambiente de controle;
- Avaliação de risco;
- Atividades de controle e conformidade;
- Comunicação e informação;
- Monitoramento.

Ambiente de Controle

O ambiente de controle, primeiro princípio da Política de Controle Interno e *Compliance,* visa estabelecer atitude, consciência e ações globais pela alta administração e empregados com relação à constituição e à manutenção de uma cultura de controle na CAIXA.

Suas diretrizes estão relacionadas ao estabelecimento de objetivos e metas, ao cumprimento do Código de Ética e à qualificação das pessoas.

A Instituição conta com um Comitê de Controle Institucional, órgão colegiado não-estatutário, de caráter propositivo, com a finalidade de assessorar o Conselho Diretor e o Conselho de Administração na promoção e no desenvolvimento de um efetivo ambiente e estrutura de controle institucional.

Avaliação de Risco

Refere-se à verificação quanto aos riscos dos produtos, serviços e atividades das áreas considerando a frequência e a severidade com que afetam o alcance dos objetivos e o resultado da Empresa, bem como ao respectivo tratamento quanto ao controle, transferência ou assunção de riscos.

Atividades de Controle e Conformidade

Controles de procedimentos referem-se àqueles obtidos por meio da observância de políticas e diretrizes, o que requer que estejam definidas e documentadas, de forma que possam ser amplamente conhecidas e uniformemente aplicadas. São atividades que, quando executadas a tempo e maneira adequados, permitem a redução ou administração de riscos.

O controle também requer segregação de funções, para que não sejam delegadas às pessoas responsabilidades que possam criar conflito de interesse entre as áreas de administração de recursos, de processamento, contabilização ou controle. O norteador para a segregação de funções encontra-se definido, inclusive, no Estatuto da Empresa.

Destacam-se as ações neste componente, dentre elas a prevenção à lavagem de dinheiro, em que a CAIXA, como instituição financeira, reconhece seu papel na prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro. Nesse sentido, tem adotado estratégias com vistas a qualificar seu corpo funcional para identificar situações com indícios deste ilícito e, consequentemente, evitar a utilização de seus produtos e serviços na prática de crimes dessa natureza.

Da mesma forma, são acompanhadas as publicações de novas normas externas e verificado junto aos gestores da CAIXA a adequação dos processos e normativos internos, para que a Empresa esteja em conformidade.

As normas e procedimentos internos, relacionados aos produtos, sistemas e atividades ficam disponibilizados em sistema corporativo na intranet, garantindo a tempestividade e disponibilidade no acesso às informações necessárias para o desenvolvimento das atividades da Instituição.

A validação dos modelos de risco contempla, entre outros, os seguintes aspectos: fundamentos teóricos, metodologias; adequação dos testes realizados; compatibilidade dos cálculos do sistema de risco; integridade, adequação dos documentos; abrangência dos relatórios de mensuração de risco e nível de acurácia dos modelos.

A Empresa monitora seus modelos de avaliação dos riscos de mercado, de crédito e operacional, observando as diretrizes, princípios e procedimentos aprovados pelo Comitê de Riscos, bem como as normas externas publicadas pelo Banco Central do Brasil e Banco de Compensações Internacionais – BIS.

Outra ação é realizada por intermédio da matriz de conformidade, instrumento pelo qual é avaliado e divulgado mensalmente o índice de conformidade das unidades da CAIXA nos indicadores definidos. Busca estimular a melhoria contínua e a disseminação da cultura de controle e *compliance,* tendo como meta 100% de conformidade.

Comunicação e Informação

Este componente contempla as atividades destinadas à identificação, elaboração e disponibilidade de informações necessárias à realização das operações em todos os níveis. As informações são utilizadas para o alcance dos objetivos, na medida em que as pessoas estão cientes das regras às quais estão sujeitas.

São características deste componente:

- Disponibilidade e confidencialidade das informações;
- Utilização dos canais formais de comunicação e atendimento;
- Integridade das informações.

Monitoramento

Tem como objetivo verificar a eficácia do Sistema de Controle Interno por meio do acompanhamento dos demais componentes. Suas características são a comunicação imediata em nível gerencial apropriado e adoção tempestiva de medidas corretivas de qualquer deficiência de controle e risco de *compliance* identificados.

A Instituição atua no monitoramento do SCI com o objetivo de avaliar se os princípios da Política de Controles Internos e *compliance* estão sendo cumpridos, evidenciando o nível de maturidade do Sistema.

A auditoria interna, por sua vez, emite posicionamento periódico quanto à efetividade do Sistema de Controle Interno, que é avaliado pela área responsável pela gestão do SCI e pela alta administração.

GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Gestão de Riscos

O gerenciamento de risco da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O crescimento das operações de crédito da Empresa em 2011 teve acompanhamento sistemático da gestão de risco, em especial aquelas que apresentaram aumento mais significativo, como é o caso da carteira imobiliária. No ano, os indicadores de inadimplência, provisão para devedores duvidosos e perda da carteira se mantiveram estáveis e em patamares satisfatórios.

Os modelos de monitoramento das carteiras de crédito consignado, créditos adquiridos e carteiras habitacionais securitizados foram aperfeiçoados de forma a garantir mais celeridade ao monitoramento do risco, na granularidade adequada e com maior aderência às linhas de negócios.

No ano, foram implantadas alterações no modelo regulamentar de cálculo das parcelas de risco de mercado do Patrimônio de Referência Exigido – PRE em atendimento às Circulares BACEN nº. 3.498/10 e 3.568/11 e ao Comunicado nº. 21.837/11.

Gerenciamento de Risco de Crédito de Tomador e Operação

A CAIXA estabelece as responsabilidades norteadoras da avaliação do risco de crédito, em conformidade com as estratégias, as boas práticas de governança corporativa, a legislação e com as políticas de gerenciamento de riscos e de crédito vigentes.

A expansão segura do crédito requer ações da unidade responsável pelo gerenciamento do risco de crédito de forma a garantir a boa qualidade das concessões, visando impacto positivo nas carteiras de crédito, com consequente resultado positivo no balanço da Empresa.

As ações realizadas fazem parte de um processo contínuo de revisão dos modelos utilizados para a avaliação do risco de crédito com o intuito de simplificá-los, sem aumentar a exposição ao risco.

Em 2011, foram realizadas diversas ações, entre elas, a prospecção de novos clientes, ampliação de limites para clientes que possuem operação na CAIXA, revisão na metodologia de avaliação do tomador e operação nos segmentos de micro e pequeno, médio e grande porte, construção civil e pessoa jurídica pública.

A partir de outubro de 2011, a CAIXA adotou solução para identificar situações com características de fraude nas avaliações de risco de crédito de pessoas físicas e jurídicas até R$ 15 milhões. Esta solução permitiu maior acurácia dos modelos de risco de crédito, melhorias na qualidade da prospecção e concessão de crédito, expansão do crédito de varejo com maior segurança, redução de custos operacionais e de

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

perdas financeiras em transações de crédito, com consequente aumento da rentabilidade e mitigação dos riscos à imagem da Instituição.

Também em 2011, foi estabelecido o acompanhamento do desempenho dos modelos comercial e habitacional, no âmbito do projeto Renda Presumida, com periodicidade trimestral.

Gerenciamento de Risco de Liquidez e Operacional

A gestão de risco de liquidez assegura a solvência e a liquidez da CAIXA, o que permite o aumento das operações de crédito da Empresa. Em consonância às novas exigências de Basiléia III foi estruturada a apuração dos índices de liquidez de curto e longo prazo, o que permitiu à Instituição informar ao Órgão Supervisor os principais componentes destes índices em conformidade ao Comunicado nº 20.615/11. O Índice de Basiléia encerrou o ano em 13,4%, acima do mínimo exigido de 11%.

No decorrer de 2011 foram implantadas e desenvolvidas ações de gestão de risco operacional, dentre as quais, destaca-se a qualificação de cem mil empregados com o Curso de Risco Operacional – Básico e Avançado – feito por meio da Universidade Corporativa CAIXA, mostrando a importância da disseminação, dentro da Empresa, de informações sobre essa categoria de risco.

Para mais informações sobre a gestão de riscos na CAIXA, está disponível ao cidadão no sítio da CAIXA, na internet, o relatório Informações Referentes à Gestão de Riscos na CAIXA, o qual pode ser acessado pelo endereço:
http://www.caixa.gov.br/acaixa/administracao_riscos.asp.

GESTÃO DE PESSOAS

A CAIXA contava com mais de 85,6 mil colaboradores concursados e quase 14 mil estagiários e aprendizes ao final de dezembro de 2011.

A remuneração fixa do pessoal, somada aos encargos e benefícios, totalizou R$ 11,6 bilhões no ano, destacando-se os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R$ 1,3 bilhão. Adicionalmente, foram investidos R$ 92,5 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

Durante o ano, foi dada continuidade ao Workshop Conversando sobre Gestão com Pessoas que tem permitido a integração e sinergia das políticas e soluções de gestão de pessoas, a partir do investimento em formação do corpo funcional e ampliação dos espaços de comunicação e diálogo com os empregados.

Ainda no esforço de ser um referencial na promoção dos direitos humanos, no mercado financeiro e na sociedade, bem como ancorada nos valores corporativos, respeito à diversidade e valorização do ser humano, o Programa CAIXA de Diversidade propõe a cada ano ações que propiciem a reflexão dos empregados acerca de suas atitudes diante das diferenças. Foi lançada a coleção Refletindo sobre Diversidade, coletânea de quatro cartilhas que abordam os temas equidade de gênero, igualdade racial, orientação sexual e pessoas com deficiência.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Em agosto de 2011, a CAIXA, em parceria com o Governo Federal, instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Orientado – CRESCER, destinado a empreendedores formais e informais com faturamento anual de até 120 mil reais, afim de incentivar a geração de trabalho e renda de trabalhadores autônomos, com taxas de juros reduzidas.

A participação da Empresa no programa teve um elemento inovador: a atuação nas comunidades dos grandes centros urbanos, com agentes de microcrédito contratados entre os jovens das localidades atendidas, supervisionados diretamente por empregados da CAIXA dedicados exclusivamente a esta tarefa.

Foram contratados mais de 500 jovens, em 2011, oriundos do Programa Jovem Aprendiz do Ministério do Trabalho e Emprego e a previsão é ampliar para 2,5 mil jovens até o final de 2012. Desta forma, a CAIXA pretende ser um agente na formação desses jovens no setor bancário para a inserção no mercado de trabalho.

Em agosto de 2011, iniciou-se a formalização e acordos de cooperação no âmbito da chamada pública para o Fundo Socioambiental CAIXA – FSA. Instituído em 2010, o Fundo tem como objetivo fortalecer e ampliar a atuação da Empresa no incentivo a ações que visem à consolidação de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente equilibrada, com recursos correspondentes a até 2% do lucro anual.

Ainda em 2011, foram investidos, aproximadamente, R$ 1,5 milhão em 74 projetos do Programa CAIXA ODM, distribuídos nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, beneficiando mais de 62 mil pessoas em todas as regiões do país.

O Programa foi criado em 2006 e tem como objetivo implantar e apoiar projetos sociais em comunidades visando à organização comunitária, articulação de parcerias e ao desenvolvimento de estratégias para a implantação de arranjos produtivos. Promove a geração de trabalho e renda, a inclusão bancária, a melhoria da qualidade de vida das pessoas e acesso à educação formal e à qualificação profissional e contribui para o fortalecimento da cidadania e da sustentabilidade econômica e socioambiental brasileira.

Os projetos executados em 2011 tiveram como foco o empreendedorismo da mulher; a aquisição de equipamentos aliada à capacitação profissional; a capacitação de pessoas com deficiência; os catadores de resíduos sólidos; a educação ambiental; a educação cidadã (ética e cidadania) de crianças, adolescentes e jovens; as relações humanas e sociais.

A Instituição também é a gestora financeira dos recursos aportados ao Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade – PROBIO II e das Contas de Compensação Ambiental. Em 2011, foram alocados R$ 66,5 milhões em 2,4 mil pagamentos destinados ao PROBIO II e em 100 empreendimentos das Contas de Compensação Ambiental.

O PROBIO II é uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO e CAIXA, com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF, que tem o Banco Mundial como agência implementadora no Brasil.

Já as contas de compensação ambiental, é uma parceria entre a CAIXA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, responsável pela aplicação/execução em Unidades de Conservação ambiental, inclui, também, os recursos decorrentes de acordos judiciais. Os recursos referem-se à compensação financeira pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e são identificados no processo de licenciamento ambiental.

Além da gestão de projetos e programas de cunho ambiental e social, a Empresa também apoia a gestão pública. Em 2011, ampliou sua atuação em Assistência Técnica para a Melhoria da Gestão, passando de 58 para 70 unidades distribuídas em todo o país. As Coordenadorias de Assistência Técnica são unidades compostas por equipes multidisciplinares de engenheiros, arquitetos, técnicos sociais e analistas com o objetivo de oferecer aos municípios um conjunto de ações de apoio técnico e operacional, relativas ao desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental em uma visão integrada do território.

Com a Assistência Técnica, os municípios tem a oportunidade de viabilizar a implementação de políticas públicas integradas e articuladas com recursos de programas do Governo Federal, potencializando e qualificando a aplicação desses recursos.

No ano, foi lançado o piloto do projeto Representante CAIXA, nos Municípios com mais de 100 mil habitantes. O projeto deverá chegar aos 283 municípios em 2012 e contará com um empregado da CAIXA capacitado exclusivamente para articular as soluções dos contratos e convênios que o município tenha com a Empresa.

A Instituição ainda disponibiliza aos estados e municípios o portal segmentado da Universidade CAIXA, um ambiente de aprendizagem utilizado por gestores públicos e técnicos das prefeituras municipais, governos estaduais e respectivas câmaras legislativas.

O portal é mais uma ferramenta de assistência técnica criado para auxiliar na capacitação desses profissionais e proporcionar melhorias da gestão pública dos parceiros.

Atualmente existem 2.022 usuários ativos no Portal da Universidade, por meio desse ambiente, a CAIXA pode estar presente em todos os municípios brasileiros e cumpre a sua missão de promover a cidadania e o desenvolvimento sustentável do país.

Entre as ações da CAIXA, em 2011, para apoio à implementação e à operacionalização de consórcios públicos no Brasil está a disponibilização gratuita do Guia de Consórcios Públicos, lançado na Marcha dos Prefeitos.

O Guia reúne informações sobre as etapas necessárias à constituição e ao funcionamento de consórcios, bem como levantamentos sobre os principais problemas a serem enfrentados e sobre as formas para solucioná-los e apresenta experiências de conversão de consórcios administrativos em consórcios públicos. Contém minutas de documentos necessários à formalização, ao funcionamento e ao detalhamento das formas de gestão financeira e administrativa.

Apoio ao Esporte

A CAIXA faz investimentos contínuos no esporte brasileiro. Em 2011, como patrocinadora oficial das Confederações Brasileiras de Atletismo (CBAt), de Ginástica (CBG) e de Lutas Associadas (CBLA), a Empresa destinou cerca de R$ 20,0 milhões para o desenvolvimento destes esportes e de seus atletas. Para o Comitê Paralímpico Brasileiro foram destinados cerca de R$ 9,2 milhões. Foram investidos, também, cerca de R$ 22,0 milhões em corridas de rua e projetos sociais com foco em atletismo.

Graças ao patrocínio da CAIXA, a ginástica brasileira encerrou o ano com conquistas

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

inéditas e momentos marcantes. Entre os destaques, além dos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara, estão os mundiais de trampolim e de artística.

Na Copa do Mundo de Ginástica Artística de Doha, Daniele Hypolito conquistou o ouro no salto, e bronze no solo, Sérgio Sasaki conseguiu o segundo lugar no solo e também foi campeão no salto. Giovanna Matheus conquistou medalha inédita na etapa japonesa da copa do mundo, com o bronze no trampolim.

A Ginástica Rítmica de Conjunto conquistou ouro no Sul-Americano de Maracaibo, na Venezuela. A Ginástica Artística ganhou 2 medalhas de ouro e 3 de bronze na Copa do Mundo de Ghent, na Bélgica.

No Mundial da modalidade, no Japão, as seleções masculina e feminina garantiram vaga no evento-teste de janeiro, que vale vaga para as olimpíadas. Arthur Zanetti e Diego Hypolito se classificaram diretamente para Londres-2012, com prata nas argolas e bronze no solo, respectivamente.

As três categorias patrocinadas pela CAIXA fecharam o Pan de Guadalajara, no México, com um total de 39 medalhas, com 16 de ouro, 10 de prata e 13 de bronze. A participação do atletismo resultou em 10 medalhas de ouro e a ginástica subiu no primeiro lugar do pódio 6 vezes. Nas lutas associadas, foram conquistadas uma medalha de prata e uma de bronze.

O Brasil ficou em terceiro lugar na classificação geral, com 48 medalhas de ouro, 35 de prata e 58 bronze, totalizando 141 medalhas.

No atletismo a participação no Pan representou um recorde para o Brasil. Foram 10 medalhas de ouro, 6 de prata e 7 de bronze.

O Atletismo Brasileiro está no *Ranking* Mundial da Associação Internacional das Federações de Atletismo, com 97 atletas, citados 112 vezes nas listas oficiais. Destes atletas, 37 no masculino e 40 no feminino integram a categoria principal e entram no *Ranking* em 39 das 47 provas olímpicas. No *Ranking* Mundial Indoor, 3 atletas da lista aparecem entre os primeiros colocados e nas categorias juvenil (até 19 anos) e menor (até 17 anos) entram mais 20 atletas, em 15 provas.

Em 9 das provas olímpicas, atletas do País estão entre os top 10 mundiais. Também estão entre os 10 melhores em 8 provas de juvenis e menores. A melhor posição entre todos é a de Fabiana Murer, no salto com vara feminino, com 4,85 metros, marca com que igualou o recorde sul-americano e que garantiu ao Brasil o título mundial e Maurren Maggi, salto em distância feminino com 6,94 metros.

Também graças ao patrocínio da CAIXA, o ano de 2011 foi marcado por muitas conquistas para o Esporte Paralímpico do Brasil. Além de mostrar crescimento dentro do país – com a revelação de novos talentos e aumento de participantes e nível técnico em competições nacionais – o paradesporto brasileiro provou sua força e potencial em disputas internacionais.

A participação brasileira nos Jogos Parapan-Americanos de Guadalajara registrou a marca de 81 medalhas de ouro, 61 de prata e 55 de bronze. Com isso os atletas brasileiros, patrocinados pela Loterias CAIXA, repetiram o primeiro lugar no quadro geral de medalhas conquistado no Rio de Janeiro, há quatro anos.

Mais do que propiciar aos atletas condições essenciais de treinamento para participar de competições e torneios nacionais e internacionais, o patrocínio da CAIXA valoriza a inclusão social, a educação e a descoberta de novos talentos.

Por meio do Programa Centros de Excelência CAIXA – Jovens Promessas de Ginástica, 3,6 mil crianças, entre 05 e 09 anos, que apresentem potencial para integrar a seleção brasileira no futuro, a médio e longo prazo, receberão orientação de monitores e uniformes específicos para a prática da modalidade e terão equipamentos de qualidade. As crianças, cuja seleção está sob a responsabilidade da CBG, serão distribuídas em 24 Centros de Excelência CAIXA distribuídos nas cinco regiões do país.

O projeto social Escolinhas de Luta, elaborado pela CBLA, beneficia 500 crianças, selecionadas a partir de avaliação de questionário de perfil socioeconômico. A CAIXA também patrocina outros projetos sociais que incentivam a prática desportiva de crianças, como os projetos: Um Sonho Olímpico – Clube dos DescalSOS, do Instituto Joaquim Cruz – IJC; Equipe CAIXA Sercomtel; Futuro Olímpico – Arnaldo de Oliveira; Talento Olímpico – Cidadania em 1º Lugar – Herói Claudinei Quirino e o Projeto Olímpico Edson Luciano Ribeiro – Correndo para Vencer:

Parceiras do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) desde os Jogos Paralímpicos de Atenas em 2004, as Loterias CAIXA promovem as etapas regionais e nacionais do Circuito Loterias CAIXA Brasil de Atletismo, Halterofilismo e Natação. As disputas, que reuniram atletas brasileiros e internacionais, triplicaram nos últimos cinco anos. O número de recordes brasileiros quebrados nas etapas do Circuito superou a marca de 300.

O Circuito de Corridas CAIXA 2011 contou com um número maior de fundistas da elite e grupos amadores mais numerosos. O aumento da premiação tornou as disputas mais acirradas e ajudou a acelerar o ritmo dos fundistas brasileiros. Os dez primeiros colocados no *ranking,* masculino e feminino, garantiram patrocínio da CAIXA em 2012.

Incentivo à Cultura

Em 2011 foram investidos cerca de R$ 50 milhões em patrocínio cultural, o que possibilitou a realização de mais de 100 exposições de arte, cerca de 650 espetáculos de teatro e dança, 140 espetáculos de música, alcançando um público de mais de 2 milhões de pessoas.

A Empresa disponibiliza para a população brasileira 5 espaços culturais nas cidades de Brasília, Curitiba, Rio de janeiro, Salvador, São Paulo e investiu de R$ 34 milhões por meio de editais, cujo propósito é a seleção para patrocínio de produções culturais em todo o país, para serem apresentadas em espaços próprios e de terceiros.

A cada ano, os editais publicados pela CAIXA para a concessão de patrocínio, mobilizam mais de 4 mil inscrições, o que denota que o apoio da Instituição fomenta e promove a produção cultural brasileira, além de possibilitar a circulação de um grande número de espetáculos, exposições, performances e outras tantas manifestações culturais dos mais diversos segmentos e regiões do Brasil.

A Empresa detém, cuida e disponibiliza para a sociedade, em forma de exposições, um acervo de mais de 1,9 mil obras de arte, mostradas em todas as capitais do país.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

O Guia Exame de Investimentos Pessoais 2011, publicado pela Revista Exame, premiou a CAIXA pelo oitavo ano consecutivo. Em 2º lugar na categoria de Melhor Gestor de Fundos de Varejo e em 3º lugar na categoria Melhor Gestor de Fundos Renda Fixa com Gestão Ativa.

Além disso, 25 fundos da CAIXA foram indicados dentre os melhores no Star Ranking 2011, elaborado pela Standard & Poor's, agência de classificação de risco, e publicado anualmente na Revista ValorInveste, do Jornal Valor Econômico.

A CAIXA foi considerada a marca mais forte dentre os bancos brasileiros pela pesquisa da IstoÉ Dinheiro em parceria com a BrandAnalytics/Millward Brown, ficando em 17º lugar na classificação geral, a qual considera empresas de todos os ramos de atividade.

A Poupança da CAIXA foi eleita, pelo 10º ano consecutivo, Top of Mind da Categoria pelo Instituto DataFolha/2011, com 45% de lembrança da marca.

A Empresa foi vencedora do Prêmio Ibero-Americano na Categoria Empresas Públicas – AIAREC, considerada o maior banco 100% público da América Latina e se orgulha em levar a 190 milhões de brasileiros, produtos e serviços de qualidade.

Nesse contexto, de prezar pela qualidade e do respeito ao cliente, foi selecionada como a empresa que mais respeita o consumidor nas categorias banco de varejo, previdência privada e seguros em 2011, pela Revista Consumidor Moderno/Grupo Padrão.

A CAIXA também foi vencedora da categoria comunicação integrada, pela Associação Brasileira de Marketing e Negócios, com o *case* dos Poupançudos. Estes personagens se tornaram referência da poupança da CAIXA nos quase seis anos de uma comunicação que contou com diversas fases e conquistaram destaque e lembrança principalmente por se manterem consistentes e coerentes com seu propósito. Na categoria Produtos, também foi vencedora com os *cases* Crédito Pessoa Física Paraná 2011 e Mega da Virada 2010.

Outro reconhecimento foi o Prêmio Época Empresa Verde 2011, em que a CAIXA é reconhecida como uma das empresas com melhores práticas ambientais. Criado pela Revista Época, o prêmio visa reconhecer as empresas com as melhores políticas voltadas ao meio ambiente e especificamente às mudanças climáticas.

Na área do atendimento ao cliente, recebeu o Prêmio Padrão de Qualidade em Relacionamento Multicanal na categoria Empresas Públicas/BCX 2011 – Best Customer Experience da revista Consumidor Moderno e a Consultoria IZO BRASIL, que reconhece as que melhor agregam tecnologia e eficiência no relacionamento com os clientes. O foco inclui as práticas internas e os melhores produtos e soluções tecnológicas desenvolvidas nos diferentes canais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

ATIVO	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE	**232.501.247**	**186.514.012**	**232.958.694**	**186.495.832**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**4.942.335**	**3.490.993**	**4.942.335**	**3.490.993**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**29.746.967**	**12.207.242**	**29.746.967**	**12.207.242**
Aplicações no Mercado Aberto	27.683.377	12.005.555	27.683.377	12.005.555
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.063.665	202.058	2.063.665	202.058
Provisões para Perdas	(75)	(371)	(75)	(371)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**77.898.059**	**57.737.196**	**78.231.164**	**57.737.196**
Carteira Própria	51.160.690	43.969.630	51.493.795	43.969.630
Vinculados a Compromissos de Recompra	25.433.206	13.757.826	25.433.206	13.757.826
Vinculados a Prestação de Garantias	1.053.552	9.739	1.053.552	9.739
Títulos Objeto de Oper Comprom com Livre Movimentação	250.611		250.611	
Instrumentos Financeiros Derivativos		1		1
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**62.665.106**	**54.649.646**	**62.665.106**	**54.649.646**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	157.486	156.494	157.486	156.494
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central (Nota 7)	62.172.025	53.927.391	62.172.025	53.927.391
Correspondentes	335.595	565.761	335.595	565.761
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**126.699**	**105.508**	**126.699**	**105.508**
Recursos emTrânsito de Terceiros	177	433	177	433
Transferências Internas de Recursos	126.522	105.075	126.522	105.075
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**36.252.452**	**38.879.196**	**36.252.492**	**38.879.196**
Setor Público	1.382.137	1.611.398	1.382.177	1.611.398
Setor Privado	40.549.328	41.610.958	40.549.328	41.610.958
Provisão para Operações de Créditos	(5.679.013)	(4.343.160)	(5.679.013)	(4.343.160)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**19.882.210**	**18.161.291**	**20.006.512**	**18.143.111**
Créditos por Avais e Fianças Honrados	32.142	28.223	32.142	28.223
Carteira de Câmbio	16.809	28.055	16.809	28.055
Rendas a Receber	1.630.259	1.065.273	1.754.233	1.046.436
Negociação e Intermediação de Valores	128	484	128	484
Créditos Específicos	136.123	141.650	136.123	141.650
Diversos	18.186.804	17.044.133	18.187.132	17.044.790
Provisão para Outros Créditos	(120.055)	(146.527)	(120.055)	(146.527)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**987.419**	**1.282.940**	**987.419**	**1.282.940**
Outros Valores e Bens	742.994	874.487	742.994	874.487
Provisões para Perdas	(122.953)	(148.527)	(122.953)	(148.527)
Despesas Antecipadas	367.378	556.980	367.378	556.980
NÃO CIRCULANTE	**278.529.801**	**214.898.478**	**277.254.899**	**214.117.712**
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**41.506.816**	**50.838.077**	**41.506.816**	**50.838.077**
Carteira Própria	30.603.550	30.105.480	30.603.550	30.105.480
Vinculados a Compromissos de Recompra	10.896.590	20.426.795	10.896.590	20.426.795
Vinculados a Prestação de Garantias	5.492	304.587	5.492	304.587
Vinculados ao Banco Central	1.184	1.215	1.184	1.215
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7)	**18.333.916**	**20.987.128**	**18.333.916**	**20.987.128**
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	18.333.916	20.987.128	18.333.916	20.987.128
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**197.595.203**	**125.758.305**	**197.595.163**	**125.758.305**
Setor Público	20.804.015	13.972.393	20.803.974	13.972.393
Setor Privado	186.813.296	118.588.926	186.813.297	118.588.926
Provisão para Operações de Créditos	(10.022.108)	(6.803.014)	(10.022.108)	(6.803.014)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**13.615.699**	**11.064.183**	**13.615.699**	**11.064.183**
Rendas a Receber		21.847		21.847
Diversos	13.631.616	11.049.565	13.631.616	11.049.565
Provisão para Outros Créditos com Característica de Concessão	(15.917)	(7.229)	(15.917)	(7.229)
PERMANENTE	**7.478.167**	**6.250.785**	**6.203.305**	**5.470.019**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**3.407.634**	**2.930.349**	**2.132.771**	**2.149.582**
Participações em Coligadas e Controladas	3.215.248	2.868.733	1.940.385	2.087.966
- No país	3.214.258	2.867.884	1.939.395	2.087.117
- No exterior	990	849	990	849
Outros Investimentos	211.108	72.709	211.108	72.709
Provisão para Perdas	(18.722)	(11.093)	(18.722)	(11.093)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**1.975.401**	**1.982.438**	**1.975.402**	**1.982.439**
Imóveis de Uso	268.091	202.591	268.091	202.591
Reavaliações de Imóveis de Uso	810.437	819.507	810.437	819.507
Outras Imobilizações de Uso	4.028.123	3.681.171	4.028.125	3.681.172
Depreciações Acumuladas	(3.131.250)	(2.720.831)	(3.131.251)	(2.720.831)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**2.072.059**	**1.259.958**	**2.072.059**	**1.259.958**
Ativos Intangíveis	2.583.979	1.622.537	2.583.979	1.622.537
Amortizações Acumuladas	(511.920)	(362.579)	(511.920)	(362.579)
DIFERIDO (Nota 14)	**23.073**	**78.040**	**23.073**	**78.040**
Gastos de Organização e Expansão	170.023	336.198	170.023	336.198
Amortizações Acumuladas	(146.950)	(258.158)	(146.950)	(258.158)
TOTAL	**511.031.048**	**401.412.490**	**510.213.593**	**400.613.544**

PASSIVO	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE	**358.102.281**	**297.816.041**	**357.284.826**	**297.017.095**
DEPÓSITOS (Nota 15 (a), (b), (c) e (f))	**248.023.653**	**214.496.772**	**248.005.716**	**214.490.066**
Depósitos à Vista	22.943.005	19.626.291	22.943.003	19.626.215
Depósitos de Poupança	150.362.663	129.429.635	150.362.663	129.429.635
Depósitos Interfinanceiros	5.097.544	1.203.585	5.097.544	1.203.585
Depósitos a Prazo	56.365.520	53.524.898	56.347.585	53.518.268
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	13.254.921	10.594.286	13.254.921	10.594.286
Outros Depósitos		118.077		118.077
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15 (d))	**56.291.291**	**46.012.658**	**55.407.958**	**45.210.885**
Carteira Própria	36.825.873	34.684.793	35.942.540	33.883.020
Carteira de Terceiros	19.215.316	11.327.865	19.215.316	11.327.865
Carteira Livre Movimentação	250.102		250.102	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**12.966.352**	**2.533.901**	**12.966.352**	**2.533.901**
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de Crédito e Similares	12.966.352	2.533.901	12.966.352	2.533.901
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**203.344**	**103.585**	**203.344**	**103.585**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	193.143	94.281	193.143	94.281
Correspondentes	10.201	9.304	10.201	9.304
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**1.221.057**	**1.064.503**	**1.221.057**	**1.064.503**
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.193.795	1.055.944	1.193.795	1.055.944
Transferências Internas de Recursos	27.262	8.559	27.262	8.559
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)		**83.340**		**83.340**
Empréstimos no Exterior		83.340		83.340
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**810.500**	**636.879**	**810.500**	**636.879**
Tesouro Nacional - PIS	483.010	595.447	483.010	595.447
BNDES	240.001	19.364	240.001	19.364
FGTS	87.489	22.068	87.489	22.068
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**827**	**1.644**	**827**	**1.644**
Instrumentos Financeiros Derivativos	827	1.644	827	1.644
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**38.585.257**	**32.882.759**	**38.669.072**	**32.892.292**
Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	207.391	143.912	207.391	143.912
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	17.002	28.193	17.002	28.193
Sociais e Estatutárias	3.142.448	1.950.196	3.142.448	1.950.196
Fiscais e Previdenciárias (Nota 18 (a))	1.262.434	1.130.507	1.346.225	1.139.478
Negociação e Intermediação de Valores	6.956	7.790	6.956	7.790
Recursos para Destinação Específica: (Nota 18 (b))				
Obrigações de Operações com Loterias	725.499	920.316	725.499	920.316
Obrigações por Fundos e Programas Sociais	4.718.055	2.978.609	4.718.055	2.978.609
Obrigações por Fundos Financ. e de Desenvolvimento	945.469	937.561	945.469	937.561
Diversas	27.560.003	24.785.675	27.560.027	24.786.237
NÃO CIRCULANTE	**133.367.387**	**88.159.499**	**133.367.387**	**88.159.499**
DEPÓSITOS (Nota 15 (a), (b), (c) e (f))	**11.823.322**	**692.230**	**11.823.322**	**692.230**
Depósitos a Prazo	11.817.258	689.145	11.817.258	689.145
Depósitos Interfinanceiros	6.064	3.085	6.064	3.085
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**8.111.192**	**8.781.619**	**8.111.192**	**8.781.619**
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de Crédito e Similares	8.111.192	8.781.619	8.111.192	8.781.619
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**4.601**	**6.040**	**4.601**	**6.040**
Empréstimos no Exterior	4.601	6.040	4.601	6.040
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**90.805.224**	**60.374.094**	**90.805.224**	**60.374.094**
Tesouro Nacional - PIS	84.612		84.612	
BNDES	10.032.736	6.004.490	10.032.736	6.004.490
FGTS	80.511.694	54.150.523	80.511.694	54.150.523
Outras	176.182	219.081	176.182	219.081
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**22.623.048**	**18.305.516**	**22.623.048**	**18.305.516**
Fiscais e Previdenciárias (Nota 18 (a))	187.787	200.165	187.787	200.165
Dívidas Subordinadas - Elegíveis a Capital (Nota 18 (d))	8.550.802	5.089.202	8.550.802	5.089.202
Instrum. Híbridos de Capital e Dívida - Elegíveis a Capital (18 (e))	13.884.459	13.016.149	13.884.459	13.016.149
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**19.561.380**	**15.436.950**	**19.561.380**	**15.436.950**
Capital Social	15.154.802	12.473.724	15.154.802	12.473.724
Capital de Domiciliados no País	13.562.443	13.562.443	13.562.443	13.562.443
Aumento de Capital	5.464.821	2.783.743	5.464.821	2.783.743
Capital a Realizar	(3.872.462)	(3.872.462)	(3.872.462)	(3.872.462)
Reserva de Reavaliação	464.595	478.318	464.595	478.318
Reservas de Lucros	4.079.781	2.652.206	4.079.781	2.652.206
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(137.798)	(167.298)	(137.798)	(167.298)
TOTAL	**511.031.048**	**401.412.490**	**510.213.593**	**400.613.544**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**28.486.618**	**52.913.064**	**39.387.205**	**28.486.618**	**52.913.064**	**39.387.205**
Operações de Crédito (Nota 8 (f))	15.278.811	27.967.053	19.573.718	15.278.811	27.967.053	19.573.718
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6 (e))	10.443.150	18.896.375	15.381.864	10.443.150	18.896.375	15.381.864
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(633.154)	(669.979)	(119.147)	(633.154)	(669.979)	(119.147)
Resultado de Câmbio (Nota 9 (c.1))	6.201	6.701	2.570	6.201	6.701	2.570
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7 (c))	3.391.125	6.711.847	4.546.011	3.391.125	6.711.847	4.546.011
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	485	1.067	2.189	485	1.067	2.189
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(21.591.120)**	**(38.788.985)**	**(27.056.383)**	**(21.534.707)**	**(38.685.846)**	**(26.986.018)**
Operações de Captação no Mercado (Nota 15(c) e (e) Nota 16 (b))	(14.361.682)	(26.026.856)	(19.172.304)	(14.305.269)	(25.923.717)	(19.101.939)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses (Nota 17 (c))	(3.389.527)	(5.946.394)	(3.834.038)	(3.389.527)	(5.946.394)	(3.834.038)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.839.911)	(6.815.735)	(4.050.041)	(3.839.911)	(6.815.735)	(4.050.041)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**6.895.498**	**14.124.079**	**12.330.822**	**6.951.911**	**14.227.218**	**12.401.187**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.293.536)**	**(9.586.005)**	**(9.632.240)**	**(4.316.012)**	**(9.624.452)**	**(9.684.337)**
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 23)	5.553.639	11.122.424	9.491.226	5.553.639	11.122.424	9.491.226
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 23)	956.248	1.523.643	985.920	956.248	1.523.643	985.920
Despesas de Pessoal (Nota 24)	(6.028.736)	(11.641.388)	(9.953.186)	(6.028.967)	(11.642.233)	(9.954.278)
Outras Despesas Administrativas (Nota 25)	(3.818.613)	(7.278.391)	(6.073.027)	(3.821.957)	(7.282.797)	(6.075.258)
Despesas Tributárias (Nota 29)	(936.292)	(1.796.818)	(1.470.127)	(942.872)	(1.808.495)	(1.470.462)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11)	178.461	280.071	480.961	108.562	138.660	428.190
Outras Receitas Operacionais (Nota 26)	4.300.093	7.444.467	5.487.484	4.357.672	7.564.374	5.502.926
Outras Despesas Operacionais (Nota 27)	(4.498.336)	(9.240.013)	(8.581.491)	(4.498.337)	(9.240.028)	(8.592.601)
RESULTADO OPERACIONAL	**2.601.962**	**4.538.074**	**2.698.582**	**2.635.899**	**4.602.766**	**2.716.850**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(124.573)**	**(234.596)**	**(150.997)**	**(124.573)**	**(234.596)**	**(150.997)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**2.477.389**	**4.303.478**	**2.547.585**	**2.511.326**	**4.368.170**	**2.565.853**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (d))	**1.114.590**	**1.670.013**	**1.894.086**	**1.080.653**	**1.605.321**	**1.875.818**
Despesa de Imposto de Renda	(351.284)	(422.718)	(84.618)	(376.230)	(470.277)	(98.047)
Valores correntes	(209.746)	(277.305)	(84.237)	(234.692)	(324.864)	(97.666)
Valores diferidos	(141.538)	(145.413)	(381)	(141.538)	(145.413)	(381)
Despesa de Contribuição Social	(177.554)	(210.493)	(38.550)	(186.538)	(227.621)	(43.391)
Valores correntes	(92.631)	(123.245)	(38.321)	(101.615)	(140.373)	(43.164)
Valores diferidos	(84.923)	(87.248)	(229)	(84.923)	(87.248)	(227)
Ativo Fiscal Diferido	1.643.428	2.303.224	2.017.254	1.643.421	2.303.219	2.017.256
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(683.762)**	**(790.966)**	**(677.260)**	**(683.762)**	**(790.966)**	**(677.260)**
LUCRO LÍQUIDO	**2.908.217**	**5.182.525**	**3.764.411**	**2.908.217**	**5.182.525**	**3.764.411**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2º semestre	Exercício-2011	Exercício-2010	2º semestre	Exercício-2011	Exercício-2010
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**5.675.307**	**11.545.216**	**6.841.000**	**5.745.213**	**11.686.632**	**6.893.769**
Lucro Líquido	2.908.217	5.182.525	3.764.411	2.908.217	5.182.525	3.764.411
Ajustes ao Lucro Líquido:	2.767.090	6.362.691	3.076.589	2.836.996	6.504.107	3.129.358
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(643.988)	(555.226)	(206.469)	(643.988)	(555.226)	(206.469)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.839.911	6.815.735	4.050.041	3.839.911	6.815.735	4.050.041
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	238.111	488.316	306.110	238.111	488.316	306.110
Depreciações e Amortizações	373.586	752.559	680.969	373.586	752.559	680.969
Tributos Diferidos	(1.643.428)	(2.303.224)	(2.017.254)	(1.643.421)	(2.303.219)	(2.017.256)
Despesas com provisões para passivos contingentes	57.312	185.363	744.153	57.312	185.363	744.153
Resultado de Participação em Coligadas	(178.461)	(280.071)	(480.961)	(108.562)	(138.660)	(428.190)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	724.047	1.259.239		724.047	1.259.239	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**(17.062.518)**	**8.192.377**	**(23.659.841)**	**(17.114.146)**	**8.069.239**	**(23.923.922)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.063.590)	(1.861.903)	(109.352)	(2.063.590)	(1.861.903)	(109.352)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(8.551.924)	(17.612.544)	8.919.760	(8.551.924)	(17.612.544)	8.919.760
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	(3.162.212)	(4.011.685)	(111.784)	(3.495.317)	(4.344.790)	(111.785)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	(451.951)	10.794.626	1.066.975	(451.951)	10.794.626	1.066.976
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(5.115.622)	(8.244.634)	(28.887.625)	(5.115.622)	(8.244.634)	(28.887.625)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	2.656.644	2.982.144	3.159.142	2.656.644	2.982.144	3.159.142
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	933.666	135.363	(116.409)	933.666	135.363	(116.409)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(43.695.770)	(73.765.101)	(53.171.520)	(43.695.770)	(73.765.101)	(53.171.520)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.481.502)	(1.773.578)	(10.657.141)	(3.549.022)	(1.962.458)	(10.642.483)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	202.033	295.521	199.302	202.033	295.521	199.302
(Redução) Aumento em Depósitos	25.385.466	44.657.973	34.519.281	25.384.453	44.646.742	34.512.590
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(6.132.572)	10.278.633	(19.023.523)	(6.002.907)	10.197.073	(19.077.905)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	5.514.580	9.762.024	8.840.079	5.514.580	9.762.024	8.840.079
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	(25)	(817)	661	(25)	(817)	662
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	19.966.923	33.519.972	19.980.849	19.966.923	33.519.972	19.980.849
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	933.338	3.036.383	11.731.464	1.153.683	3.528.021	11.513.797
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(11.387.211)**	**19.737.593**	**(16.818.841)**	**(11.368.933)**	**19.755.871**	**(17.030.153)**
Alienação de Imobilizado de Uso	8.057	99.578	17.651	8.057	99.578	17.651
Aquisição de Investimentos			(6.464)	(18.278)	(18.278)	204.848
Aquisição de Imobilizado de Uso	(230.939)	(504.822)	(535.185)	(230.939)	(504.822)	(535.185)
Aquisição de Intangível	(1.000.728)	(1.090.472)	(703.320)	(1.000.728)	(1.090.472)	(703.320)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.223.610)**	**(1.495.716)**	**(1.227.318)**	**(1.241.888)**	**(1.513.994)**	**(1.016.006)**
Adiantamento para antecipação de dividendos		(110.231)			(110.231)	
Dividendos/remuneração		(1.002.482)	(1.698.339)		(1.002.482)	(1.698.339)
Aumento de Capital			439.593			439.593
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(1.112.713)**	**(1.258.746)**		**(1.112.713)**	**(1.258.746)**
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(12.610.821)**	**17.129.164**	**(19.304.905)**	**(12.610.821)**	**17.129.164**	**(19.304.905)**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do período	45.236.533	15.496.548	34.801.453	45.236.533	15.496.548	34.801.453
Caixa e Equivalentes no fim do período	32.625.712	32.625.712	15.496.548	32.625.712	32.625.712	15.496.548
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	**(12.610.821)**	**17.129.164**	**(19.304.905)**	**(12.610.821)**	**17.129.164**	**(19.304.905)**
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
Juros pagos	18.537.168	34.523.078	25.278.294	18.537.168	34.523.078	25.278.294
Juros recebidos	26.417.749	48.356.986	40.748.017	26.417.749	48.356.986	40.748.017
Dividendos recebidos	124	328	29.129	77.433	142.249	29.031

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	**14.673.724**	**471.959**	**1.944.114**	**(8.121)**	**1.119.857**	**18.201.533**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				(129.677)		(129.677)
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRAS ON (Nota 19 (a))	481.078					481.078
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		5.183			(4.659)	524
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(12.547)			12.547	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE					2.908.217	2.908.217
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					371.181	371.181
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 19(d))						
Reserva Legal			145.410		(145.410)	
Reserva de loterias			226.521		(226.521)	
Reserva de margem operacional			1.763.736		(1.763.736)	
Juros sobre o capital próprio propostos					(424.046)	(424.046)
Dividendos propostos					(1.847.430)	(1.847.430)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**15.154.802**	**464.595**	**4.079.781**	**(137.798)**	**0**	**19.561.380**

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**12.473.724**	**478.318**	**2.652.206**	**(167.298)**	**0**	**15.436.950**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				29.500		29.500
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	768.334					768.334
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS PN (Nota 19 (a))	1.702.155					1.702.155
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES ELETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	210.589					210.589
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		12.378			(10.081)	2.297
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(26.101)			26.101	
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO					5.182.525	5.182.525
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					(1.002.482)	(1.002.482)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 19 (d))						
Reserva Legal			259.125		(259.125)	
Reserva de loterias			407.196		(407.196)	
Reserva de margem operacional			761.254		(761.254)	
Juros sobre o capital próprio propostos					(852.865)	(852.865)
Dividendos propostos					(1.915.623)	(1.915.623)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**15.154.802**	**464.595**	**4.079.781**	**(137.798)**	**0**	**19.561.380**

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**11.676.683**	**509.236**	**918.677**	**39.171**	**0**	**13.143.767**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				(206.469)		(206.469)
AUMENTO DE CAPITAL - LOTERIAS 2010	357.448					357.448
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRAS (Nota 19 (a))	2.426.294					2.426.294
AUMENTO DE CAPITAL - REVERS RESERVA MARG OPER	(2.384.683)					(2.384.683)
AUMENTO DE CAPITAL - LOTERIAS 2009	397.982					397.982
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		10.590			(16.603)	(6.013)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(41.508)			41.508	
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO					3.764.411	3.764.411
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 19 (d))						
Reserva Legal			188.221		(188.221)	
Reserva de loterias (Aumento de Capital)					(357.448)	(357.448)
Reserva de margem operacional			1.545.308		(1.545.308)	
Juros sobre o capital próprio propostos					(756.406)	(756.406)
Dividendos propostos					(941.933)	(941.933)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**12.473.724**	**478.318**	**2.652.206**	**(167.298)**	**0**	**15.436.950**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual						CAIXA - Consolidado					
	2º semestre - 2011		Exercício - 2011		Exercício - 2010		2º Semestre - 2011		Exercício - 2011		Exercício - 2010	
DESCRIÇÃO	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**35.332.114**	**361,19**	**65.953.268**	**357,75**	**51.150.797**	**350,61**	**35.389.694**	**360,27**	**66.073.176**	**356,90**	**51.166.240**	**350,26**
Intermediação financeira	32.786.711	335,16	60.357.532	327,40	44.874.689	307,59	32.844.290	334,36	60.477.439	326,69	44.890.132	307,29
Prestação de serviços	6.509.887	66,55	12.646.067	68,61	10.477.146	71,81	6.509.887	66,27	12.646.067	68,31	10.477.146	71,72
Provisão p/ deved. duvidosos - Reversão/(Constituição)	(3.839.911)	(39,25)	(6.815.735)	(36,97)	(4.050.041)	(27,76)	(3.839.911)	(39,09)	(6.815.735)	(36,82)	(4.050.041)	(27,72)
Não operacionais	(124.573)	(1,27)	(234.596)	(1,27)	(150.997)	(1,03)	(124.573)	(1,27)	(234.596)	(1,27)	(150.997)	(1,03)
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**17.751.209**	**181,46**	**31.973.250**	**173,43**	**23.006.342**	**157,69**	**17.694.796**	**180,13**	**31.870.111**	**172,15**	**22.935.977**	**157,01**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**7.603.300**	**77,72**	**15.071.924**	**81,75**	**13.355.307**	**91,54**	**7.606.644**	**77,43**	**15.076.344**	**81,44**	**13.369.208**	**91,52**
Materiais, energia e outros	1.510.017	15,44	2.831.312	15,36	2.233.427	15,31	1.510.017	15,37	2.831.312	15,29	2.233.444	15,29
Serviços de terceiros	1.594.947	16,30	3.000.599	16,28	2.540.389	17,41	1.598.291	16,27	3.005.005	16,23	2.540.389	17,39
Outras	4.498.336	45,98	9.240.013	50,12	8.581.491	58,82	4.498.336	45,79	9.240.027	49,91	8.595.375	58,84
Outras despesas operacionais - atual. Monetária	460.709	4,71	1.132.276	6,14	1.228.861	8,42	460.709	4,69	1.132.276	6,12	1.228.861	8,41
Outras despesas operacionais - juros	476.825	4,87	903.337	4,90	781.787	5,36	476.825	4,85	903.337	4,88	781.787	5,35
Despesas de contribuição ao SFH	554	0,01	382.634	2,08	1.022	0,01	554	0,01	382.634	2,07	1.022	0,01
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	375.375	3,84	690.766	3,75	586.755	4,02	375.375	3,82	690.766	3,73	586.755	4,02
Outras desp. operacionais - benefícios pós-emprego	281.428	2,88	562.856	3,05	537.707	3,69	281.428	2,86	562.856	3,04	537.707	3,68
Comissões e tarifas	226.417	2,31	449.689	2,44	412.538	2,83	226.417	2,30	449.689	2,43	412.538	2,82
Despesa de administração de loterias	95.463	0,98	193.430	1,05	190.402	1,31	95.463	0,97	193.430	1,04	190.402	1,30
Demais	2.581.565	26,39	4.925.025	26,71	4.842.419	33,19	2.581.565	26,28	4.925.039	26,60	4.856.303	33,25
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**9.977.605**	**102,00**	**18.908.094**	**102,56**	**14.789.148**	**101,37**	**10.088.254**	**102,70**	**19.126.721**	**103,32**	**14.861.055**	**101,73**
5. RETENÇÕES	**373.586**	**3,82**	**752.559**	**4,08**	**680.969**	**4,67**	**373.586**	**3,80**	**752.559**	**4,07**	**680.969**	**4,66**
Depreciação, amortização e exaustão	373.586	3,82	752.559	4,08	680.969	4,67	373.586	3,80	752.559	4,07	680.969	4,66
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**9.604.019**	**98,19**	**18.155.535**	**98,48**	**14.108.179**	**96,70**	**9.714.668**	**98,89**	**18.374.162**	**99,25**	**14.180.086**	**97,07**
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**178.461**	**1,81**	**280.071**	**1,52**	**480.961**	**3,30**	**108.562**	**1,11**	**138.660**	**0,75**	**428.190**	**2,93**
Resultado da equivalência patrimonial	178.461	1,81	280.071	1,52	480.961	3,30	108.562	1,11	138.660	0,75	428.190	2,93
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**9.782.480**	**100,00**	**18.435.606**	**100,00**	**14.589.140**	**100,00**	**9.823.229**	**100,00**	**18.512.821**	**100,00**	**14.608.276**	**100,00**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**9.782.480**	**100,00**	**18.435.606**	**100,00**	**14.589.140**	**100,00**	**9.823.229**	**100,00**	**18.512.821**	**100,00**	**14.608.276**	**100,00**
Pessoal e encargos	5.887.487	60,19	10.831.943	58,76	9.279.464	63,61	5.887.717	59,93	10.832.788	58,52	9.279.992	63,53
- Salários	3.916.910	40,04	7.576.111	41,09	6.539.978	44,83	3.917.141	39,88	7.576.957	40,93	6.540.506	44,77
- Encargos previdênciários	355.676	3,64	681.445	3,70	578.524	3,97	355.676	3,62	681.445	3,68	578.524	3,97
- Previdência privada	225.533	2,31	443.037	2,40	365.484	2,51	225.533	2,30	443.037	2,39	365.484	2,50
- Benefícios	705.606	7,21	1.340.384	7,27	1.118.218	7,66	705.606	7,18	1.340.384	7,24	1.118.218	7,65
- Participação nos resultados	683.762	6,99	790.966	4,29	677.260	4,64	683.762	6,96	790.966	4,27	677.260	4,64
Impostos, taxas e contribuições	646.713	6,61	1.727.217	9,37	927.025	6,35	687.231	7,00	1.803.587	9,74	945.633	6,47
- Federais	465.261	4,76	1.328.357	7,21	587.524	4,03	505.779	5,15	1.404.727	7,59	606.060	4,15
- Municipais	181.452	1,85	398.860	2,16	339.501	2,33	181.452	1,85	398.860	2,15	339.573	2,32
Aluguéis	340.063	3,48	693.921	3,77	618.240	4,24	340.064	3,46	693.921	3,75	618.240	4,23
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.271.476	23,22	2.768.488	15,02	1.698.339	11,64	424.046	4,32	852.865	4,61	1.698.339	11,63
Lucros retidos	636.741	6,51	2.414.037	13,09	2.066.072	14,16	2.484.171	25,29	4.329.660	23,39	2.066.072	14,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 1 – Contexto Operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela. O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria (Nota 34 (a)).

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima, com capital social de R$ 2,5 bilhões, representado por 2,5 bilhões de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado pela CAIXA.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração.As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Instituição Financeira CAIXA e de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações contábeis individuais e consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas informações contábeis.

Para clareza nas informações evidenciadas quando apresentamos a nomenclatura CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO denota que as informações são coincidentes tanto na demonstração individual quanto na demonstração consolidada.

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução do CMN nº 3989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução do CMN nº 4007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011; e
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador. O pronunciamento CPC 10 não produz efeitos na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA. O pronunciamento CPC 23 produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012 e será adotado nas demonstrações contábeis elaboradas a partir desta data.

A aprovação e autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi concedida de acordo com a deliberação do Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2012.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As informações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Nas demonstrações contábeis, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados não realizados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas informações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados, pelo seu valor de face, e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das informações contábeis.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras e compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.
- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado, sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 33).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo especial (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(1) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução do CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 submetido a testes de redução ao valor recuperável e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções do CMN nº. 3.642/2008 e nº. 3.566/2008.

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – *software*	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento [1]	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível "Aquisição de Folha de Pagamento" da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(1) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

(2) Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(3) Passivos contingentes – classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia).

(t) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ('um evento de perda' incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações contábeis, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceda, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e

ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pela IAS 19.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**2011**	**2010**
	31 de dezembro	**31 de dezembro**
Caixa	2.247.796	1.767.713
Disponibilidade em moeda nacional	2.638.133	1.686.505
Disponibilidade em moeda estrangeira	56.406	36.775
Total de Disponibilidades (caixa)	**4.942.335**	**3.490.993**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	27.683.377	12.005.555
Total	**32.625.712**	**15.496.548**

(1) Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Aplicações no mercado aberto	**1 a 30 dias**	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**31/12/2011**	**%**	**31/12/2010**	**%**
Posição bancada	**8.469.148**	**-**	**-**	**-**	**8.469.148**	**28,47**	**677.690**	**5,55**
Letras Financeiras do Tesouro	7.551.669	-	-	-	7.551.669	25,39	120.684	0,99
Letras do Tesouro Nacional	805.109	-	-	-	805.109	2,71	507.006	4,15
Notas do Tesouro Nacional	112.370	-	-	-	112.371	0,38	50.000	0,41
Posição financiada	**19.214.229**	**-**	**-**	**-**	**19.214.229**	**64,59**	**11.327.865**	**92,80**
Letras Financeiras do Tesouro	19.214.229	-	-	-	19.214.229	64,59	11.026.875	90,33
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	300.990	2,47
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**524.719**	**1.538.871**	**-**	**-**	**2.063.590**	**6,94**	**201.687**	**1,65**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	524.719	1.538.946	-	-	2.063.665	6,94	202.058	1,66
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	(75)	-	-	(75)	-	(371)	(0,00)
Total	**28.208.096**	**1.538.871**	**-**	**-**	**29.746.967**	**100,00**	**12.207.242**	**100,00**
Ativo circulante	**28.208.096**	**1.538.871**	**-**	**-**	**29.746.967**	**100,00**	**12.207.242**	**100,00**
Ativo não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	**2011**		**2010**
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	**3.284.265**	**5.604.211**	**3.889.579**
Posição bancada	1.008.455	1.809.721	315.793
Posição financiada	2.275.810	3.794.490	3.573.786
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**63.590**	**70.324**	**7.898**
Total	**3.347.855**	**5.674.535**	**3.897.477**

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
I – Títulos para negociação	**55.144.135**	**46,18**	**37.531.591**	**34,57**	**55.144.135**	**46,05**	**37.531.591**	**34,57**
Letras Financeiras do Tesouro	4.548.577	3,81	7.132.082	6,57	4.548.577	3,80	7.132.082	6,57
Letras do Tesouro Nacional	39.649.308	33,21	22.134.575	20,39	39.649.308	33,11	22.134.575	20,39
Notas do Tesouro Nacional	10.861.159	9,10	8.197.330	7,55	10.861.159	9,07	8.197.330	7,55
Debêntures	55.266	0,05	50.084	0,05	55.266	0,05	50.084	0,05
Cotas de Fundos	22.877	0,02	17.520	0,02	22.877	0,02	17.520	0,02
Certificados de Recebíveis Imobiliários	6.948	0,01	-	-	6.948	0,01	-	-
II – Títulos disponíveis para venda	**5.594.541**	**4,69**	**1.582.856**	**1,46**	**5.927.646**	**4,95**	**1.582.856**	**1,46**
Letras Financeiras do Tesouro	152.848	0,13	211.313	0,19	152.848	0,13	211.313	0,19
Notas do Tesouro Nacional	6.516	0,01	6.196	0,01	6.516	0,01	6.196	0,01
Títulos da Dívida Agrária	279	-	266	-	279	-	266	-
Tesouro Nacional/Securitização	725.416	0,61	-	-	725.416	0,61	-	-
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	64.318	0,06	-	-	64.318	0,06
Debêntures	2.030.111	1,70	301.802	0,28	2.030.111	1,70	301.802	0,28
Notas Promissórias	-	-	723.966	0,67	-	-	723.966	0,67
Cotas de Fundos	7.864	0,01	7.880	0,01	7.864	0,01	7.880	0,01
Certificados de Recebíveis Imobiliários	419.271	0,35	64.235	0,06	419.271	0,35	64.235	0,06
Ações	2.252.236	1,89	202.880	0,19	2.585.341	2,16	202.880	0,19
III – Títulos mantidos até o vencimento	**58.666.199**	**49,13**	**69.460.825**	**63,97**	**58.666.199**	**49,00**	**69.460.825**	**63,97**
Letras Financeiras do Tesouro	4.552.399	3,81	5.494.117	5,06	4.552.399	3,80	5.494.117	5,06
Letras do Tesouro Nacional	4.765.860	3,99	9.683.462	8,92	4.765.860	3,98	9.683.462	8,92
Notas do Tesouro Nacional	49.149.472	41,16	54.114.797	49,84	49.149.472	41,05	54.114.797	49,84
Tesouro Nacional/Securitização	1.230	-	168.449	0,16	1.230	-	168.449	0,16
Certificados de Recebíveis Imobiliários	197.238	0,17	-	-	197.238	0,16	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**
Total	**119.404.875**	**100,00**	**108.575.273**	**100,00**	**119.737.980**	**100,00**	**108.575.273**	**100,00**
Ativo circulante	**77.898.059**	**65,24**	**57.737.196**	**53,18**	**78.234.953**	**65,34**	**57.737.196**	**53,18**
Ativo não circulante	**41.506.816**	**34,76**	**50.838.077**	**46,82**	**41.503.027**	**34,66**	**50.838.077**	**46,82**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I – Títulos para negociação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31 de dezembro de 2011										31 de dezembro de 2010		
	Sem vencimento	0 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	**-**	**8.198.928**	**1.797**	**3.362.353**	**10.391.830**	**21.626.814**	**11.477.321**	**54.416.592**	**642.451**	**55.059.043**	**37.506.384**	**(42.397)**	**37.463.987**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.797	-	1.672.050	1.527.971	1.346.759	4.549.108	(531)	4.548.577	7.133.001	(919)	7.132.082
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	3.362.353	8.719.780	17.436.612	10.130.562	39.031.724	617.583	39.649.307	22.158.813	(24.238)	22.134.575
Notas do Tesouro Nacional	-	8.198.928	-	-	-	2.662.231	-	10.835.760	25.399	10.861.159	8.214.570	(17.240)	8.197.330
Títulos – Empresas	**22.877**	**-**	**-**	**-**	**6.396**	**23.994**	**31.825**	**83.554**	**1.538**	**85.092**	**67.078**	**526**	**67.604**
Debêntures	-	-	-	-	6.396	23.994	24.877	53.840	1.427	55.267	49.558	526	50.084
Cotas de Fundos	22.877	-	-	-	-	-	-	22.877	-	22.877	17.520	-	17.520
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	6.948	6.837	111	6.948	-	-	-
Total	**22.877**	**8.198.928**	**1.797**	**3.362.353**	**10.398.226**	**21.650.808**	**11.509.146**	**54.500.146**	**643.989**	**55.144.135**	**37.573.462**	**(41.871)**	**37.531.591**
% Pz Venc.	0,04	14,87	-	6,10	18,86	39,26	20,87	-	-	100,00	-	-	-

(b.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	31 de dezembro de 2011										31 de dezembro de 2010		
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	**-**	**-**	**-**	**279**	**-**	**152.848**	**731.932**	**1.024.891**	**(139.832)**	**885.059**	**770.105**	**(342.193)**	**427.912**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	152.848	-	152.665	183	152.848	210.757	556	211.313
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	6.516	4.187	2.329	6.516	3.998	2.198	6.196
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	279	-	-	-	274	5	279	254	12	266
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	-	-	-	725.416	867.765	(142.349)	725.416	-	-	-
Certificado Financeiras Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.604	714	64.318
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	491.492	(345.673)	145.819
Títulos – Empresas	**2.260.100**	**2.558**	**-**	**-**	**76.745**	**88.901**	**2.281.178**	**5.123.071**	**(413.589)**	**4.709.482**	**1.114.363**	**40.581**	**1.154.944**
Debêntures	-	2.558	-	-	76.745	88.901	1.861.907	2.035.109	(4.998)	2.030.111	294.388	7.414	301.802
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	724.187	(221)	723.966
Cotas de Fundos	7.864	-	-	-	-	-	-	7.864	-	7.864	7.880	-	7.880
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	419.271	452.165	(32.894)	419.271	62.952	1.283	64.235
Ações	2.252.236	-	-	-	-	-	-	2.627.933	(375.697)	2.252.236	24.956	32.105	57.061
Total	**2.260.100**	**2.558**	**-**	**279**	**76.745**	**241.749**	**3.013.110**	**6.147.962**	**(553.421)**	**5.594.541**	**1.884.468**	**(301.612)**	**1.582.856**

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	31 de dezembro de 2011										31 de dezembro de 2010		
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	**-**	**-**	**-**	**279**	**-**	**152.848**	**731.932**	**1.024.891**	**(139.832)**	**885.059**	**770.105**	**(342.193)**	**427.912**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	152.848	-	152.665	183	152.848	210.757	556	211.313
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	6.516	4.187	2.329	6.516	3.998	2.198	6.196
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	279	-	-	-	274	5	279	254	12	266
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	-	-	-	725.416	867.765	(142.349)	725.416	-	-	-
Certificado Financeiras Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.604	714	64.318
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	491.492	(345.673)	145.819
Títulos – Empresas	**2.593.205**	**2.558**	**-**	**-**	**76.745**	**88.901**	**2.281.178**	**5.220.714**	**(178.127)**	**5.042.587**	**1.114.363**	**40.581**	**1.154.944**
Debêntures	-	2.558	-	-	76.745	88.901	1.861.907	2.035.109	(4.998)	2.030.111	294.388	7.414	301.802
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	724.187	(221)	723.966
Cotas de Fundos	7.864	-	-	-	-	-	-	7.864	-	7.864	7.880	-	7.880
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	419.271	452.165	(32.894)	419.271	62.952	1.283	64.235
Ações	2.585.341	-	-	-	-	-	-	2.725.576	(140.235)	2.585.341	24.956	32.105	57.061
Total	**2.593.205**	**2.558**	**-**	**279**	**76.745**	**241.749**	**3.013.110**	**6.245.605**	**(317.959)**	**5.927.646**	**1.884.468**	**(301.612)**	**1.582.856**

(b.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31 de dezembro de 2011							31 de dezembro 2010	
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	**7.779.961**	**-**	**-**	**12.634.283**	**6.935.524**	**31.119.193**	**58.468.961**	**61.037.797**	**69.460.825**	**71.639.162**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.506.138	26.205	3.020.056	4.552.399	4.552.233	5.494.117	5.493.604
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	4.765.860	4.765.860	4.844.966	9.683.462	9.682.131
Notas do Tesouro Nacional	7.779.961	-	-	11.128.145	6.909.319	23.332.047	49.149.472	51.639.564	54.114.797	56.322.296
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	-	-	1.230	1.230	1.034	168.449	140.131
Títulos – Empresas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**197.238**	**197.238**	**207.784**	**-**	**-**
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	197.238	197.238	207.784	-	-
Total	**7.779.961**	**-**	**-**	**12.634.283**	**6.935.524**	**31.316.431**	**58.666.199**	**61.245.581**	**69.460.825**	**71.639.162**

(c) Classificação consolidada por prazos

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	31 de dezembro de 2011											
	Custo	Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor Contábil	Valor de Mercado[a]	Sem vencimento	00 – 30	31 – 90	91 – 180	181 – 360	361 – 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio líquido									
Títulos Públicos – Brasil	**113.910.445**	**642.451**	**(139.832)**	**114.413.064**	**116.981.900**	**-**	**15.978.889**	**1.797**	**3.362.632**	**23.026.114**	**28.715.187**	**43.328.447**
Letras Financeiras do Tesouro	9.254.173	(531)	183	9.253.825	9.253.658	-	-	1.797	-	3.178.188	1.707.025	4.366.815
Letras do Tesouro Nacional	43.797.584	617.583	-	44.415.167	44.494.273	-	-	-	3.362.353	8.719.780	17.436.612	14.896.423
Notas do Tesouro Nacional	59.989.419	25.399	2.329	60.017.147	62.507.239	-	15.978.889	-	-	11.128.145	9.571.550	23.338.563
Tesouro Nacional/Securitização	868.995	-	(142.349)	726.646	726.450	-	-	-	-	-	-	726.646
Títulos da Dívida Agrária	274	-	5	279	279	-	-	-	279	-	-	-
Títulos – Empresas	**5.403.863**	**1.537**	**(413.589)**	**4.991.811**	**5.002.357**	**2.282.977**	**2.558**	**-**	**-**	**83.141**	**112.895**	**2.510.239**
Debêntures	2.088.949	1.426	(4.998)	2.085.377	2.085.377	-	2.558	-	-	83.141	112.895	1.886.782
Cotas de Fundos	30.741	-	-	30.741	30.741	30.741	-	-	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários	656.240	111	(32.894)	623.457	634.003	-	-	-	-	-	-	623.457
Ações	2.627.933	-	(375.697)	2.252.236	2.252.236	2.252.236	-	-	-	-	-	-
Subtotal – TVM	**119.314.307**	**643.989**	**(553.421)**	**119.404.875**	**121.984.257**	**2.282.977**	**15.981.447**	**1.797**	**3.362.632**	**23.109.254**	**28.828.082**	**45.838.686**
Para negociação	54.500.146	643.989	-	55.144.135	55.144.135	22.877	8.198.928	1.797	3.362.353	10.398.227	21.650.808	11.509.145
Disponíveis para Venda	6.147.962	-	(553.421)	5.594.541	5.594.541	2.260.100	2.558	-	279	76.744	241.750	3.013.110
Mantidos até o Vencimento	58.666.199	-	-	58.666.199	61.245.581	-	7.779.961	-	-	12.634.283	6.935.524	31.316.431
Derivativos (ATIVO)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Derivativos (PASSIVO)	**827**	**-**	**-**	**-**	**827**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TVM e Derivativos (ATIVO)	**119.314.307**	**643.989**	**(553.421)**	**119.404.875**	**121.984.257**	**2.282.977**	**15.981.447**	**1.797**	**3.362.632**	**23.109.254**	**28.828.082**	**45.838.686**
TVM e Derivativos (PASSIVO)	**827**	**-**	**-**	**-**	**827**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.
Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados com ativo circulante, conforme instrução 3068 do BACEN.

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	31 de dezembro de 2011											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor Contábil	Valor de Mercado[a]	Sem vencimento	00 – 30	31 – 90	91 – 180	181 – 360	361 – 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio líquido									
Títulos Públicos – Brasil	**113.910.445**	**642.451**	**(139.832)**	**114.413.064**	**116.981.900**	**-**	**15.978.889**	**1.797**	**3.362.632**	**23.026.114**	**28.715.187**	**43.328.447**
Letras Financeiras do Tesouro	9.254.173	(531)	183	9.253.825	9.253.658	-	-	1.797	-	3.178.188	1.707.025	4.366.815
Letras do Tesouro Nacional	43.797.584	617.583	-	44.415.167	44.494.273	-	-	-	3.362.353	8.719.780	17.436.612	14.896.423
Notas do Tesouro Nacional	59.989.419	25.399	2.329	60.017.147	62.507.239	-	15.978.889	-	-	11.128.145	9.571.550	23.338.563
Tesouro Nacional/Securitização	868.995	-	(142.349)	726.646	726.450	-	-	-	-	-	-	726.646
Títulos da Dívida Agrária	274	-	5	279	279	-	-	-	279	-	-	-
Títulos – Empresas	**5.501.506**	**1.537**	**(178.127)**	**5.324.916**	**5.335.462**	**2.616.082**	**2.558**	**-**	**-**	**83.141**	**112.895**	**2.510.239**
Debêntures	2.088.949	1.426	(4.998)	2.085.377	2.085.377	-	2.558	-	-	83.141	112.895	1.886.782
Cotas de Fundos	30.741	-	-	30.741	30.741	30.741	-	-	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários	656.240	111	(32.894)	623.457	634.003	-	-	-	-	-	-	623.457
Ações	2.725.576	-	(140.235)	2.585.341	2.585.341	2.585.341	-	-	-	-	-	-
Subtotal – TVM	**119.411.950**	**643.989**	**(317.959)**	**119.737.980**	**122.317.362**	**2.616.082**	**15.981.447**	**1.797**	**3.362.632**	**23.109.254**	**28.828.082**	**45.838.686**
Para negociação	54.500.146	643.989	-	55.144.135	55.144.135	22.877	8.198.928	1.797	3.362.353	10.398.227	21.650.808	11.509.145
Disponíveis para Venda	6.245.605	-	(317.959)	5.927.646	5.927.646	2.593.205	2.558	-	279	76.744	241.750	3.013.110
Mantidos até o Vencimento	58.666.199	-	-	58.666.199	61.245.581	-	7.779.961	-	-	12.634.283	6.935.524	31.316.431
Derivativos (ATIVO)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Derivativos (PASSIVO)	**827**	**-**	**-**	**-**	**827**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TVM e Derivativos (ATIVO)	**119.411.950**	**643.989**	**(317.959)**	**119.737.980**	**122.317.362**	**2.616.082**	**15.981.447**	**1.797**	**3.362.632**	**23.109.254**	**28.828.082**	**45.838.686**
TVM e Derivativos (PASSIVO)	**827**	**-**	**-**	**-**	**827**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	Carteira Própria	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central			
Títulos Públicos – Brasil	**76.772.430**	**36.329.796**	**1.059.043**	**250.611**	**1.184**	**-**	**114.413.064**	**95,82**
Letras Financeiras do Tesouro	3.529.650	5.719.885	4.290	-	-	-	9.253.825	7,75
Letras do Tesouro Nacional	28.304.283	15.819.409	40.864	250.611	-	-	44.415.167	37,20
Notas do Tesouro Nacional	44.211.572	14.790.502	1.013.890	-	1.184	-	60.017.147	50,26
Tesouro Nacional/ Securitização	726.646	-	-	-	-	-	726.646	0,61
Títulos da Dívida Agrária	279	-	-	-	-	-	279	-
Títulos – Empresas	**4.991.811**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.991.811**	**4,18**
Debêntures	2.085.377	-	-	-	-	-	2.085.377	1,75
Cotas de Fundos	30.741	-	-	-	-	-	30.741	0,03
Certificado de Recebíveis Imobiliários	623.457	-	-	-	-	-	623.457	0,52
Ações	2.252.236	-	-	-	-	-	2.252.236	1,89
31 de dezembro de 2011	**81.764.241**	**36.329.796**	**1.059.043**	**250.611**	**1.184**	**-**	**119.404.875**	**100,00**
31 de dezembro de 2010	**74.075.110**	**34.184.622**	**314.325**	**-**	**1.215**	**1**	**108.575.273**	**100,00**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CAIXA CONSOLIDADO								
Descrição	Carteira Própria	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central			
Títulos Públicos – Brasil	**76.772.430**	**36.329.796**	**1.059.043**	**250.611**	**1.184**	-	**114.413.064**	**95,55**
Letras Financeiras do Tesouro	3.529.650	5.719.885	4.290	-	-	-	9.253.825	7,73
Letras do Tesouro Nacional	28.304.283	15.819.409	40.864	250.611	-	-	44.415.167	37,09
Notas do Tesouro Nacional	44.211.572	14.790.502	1.013.890	-	1.184	-	60.017.147	50,12
Tesouro Nacional/ Securitização	726.646	-	-	-	-	-	726.646	0,61
Títulos da Dívida Agrária	279	-	-	-	-	-	279	-
Títulos – Empresas	**5.324.916**	-	-	-	-	-	**5.324.916**	**4,45**
Debêntures	2.085.377	-	-	-	-	-	2.085.377	1,74
Cotas de Fundos	30.741	-	-	-	-	-	30.741	0,03
Certificado de Recebíveis Imobiliários	623.457	-	-	-	-	-	623.457	0,52
Ações	2.585.341	-	-	-	-	-	2.585.341	2,16
31 de dezembro de 2011	**82.097.346**	**36.329.796**	**1.059.043**	**250.611**	**1.184**	-	**119.737.980**	**100,00**
31 de dezembro de 2010	**74.075.110**	**34.184.622**	**314.325**	-	**1.215**	**1**	**108.575.273**	**100,00**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

(e) Resultado com títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações compromissadas	3.284.265	5.604.211	3.889.579
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.191	146.208	131.488
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.576.129	5.513.414	3.161.715
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.441.264	7.560.348	8.191.555
Outros	63.301	72.194	7.527
Total	**10.443.150**	**18.896.375**	**15.381.864**

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de *swap*, registrados na Cetip e na BM&F Bovespa, estão sujeitos a risco de crédito no caso da contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em *"swap"* em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 67 (2010 – R$ 94).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R$ 46.132.605 (2010 – R$ 18.809.362). O diferencial a pagar de *swap* nessa data monta R$ 827 (2010 – R$ 1.643).

(g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber/Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber/Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros								
Compromissos de venda	**46.132.605**	-	-	**46.132.605**	**18.809.362**	-	-	**18.809.362**
Moeda estrangeira	16.920	-	-	16.920	8.368	-	-	8.368
Índices	46.115.685	-	-	46.115.685	18.800.994	-	-	18.800.994
Contratos de *swaps*								
Posição ativa	-	-	-	-				
Taxa Referencial	-	-	-	-	136.804	1	14.515	151.320
Posição passiva	-	**827**	-	**827**				
Pós-Fixados	-	827	-	827	136.804	1.644	13.537	151.985

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

Descrição	2011							2010
	31 de dezembro							31 de dezembro
	1 – 30 dias	31 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 365 dias	366 – 720 dias	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO – DI – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	8.195.509	-	3.360.554	8.346.828	17.233.735	8.979.059	46.115.685	18.800.994
ATIVO DOLAR – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	-	16.920	-	-	-	-	16.920	8.368
ATIVO DDI – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	57.604
ATIVO DDI – Futuros – posição comprada								
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	65.609

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Swap	(40)	(19)	(5.099)
Futuro	(633.114)	(669.960)	(114.048)
Total	**(633.154)**	**(669.979)**	**(119.147)**

(j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Títulos públicos	1.059.043	314.325
- Notas do Tesouro Nacional	1.013.889	300.744
- Letras do Tesouro Nacional	40.864	9.896
- Letras Financeiras do Tesouro	4.290	3.685

(k) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela CAIXA. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, consequentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da CAIXA que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físicos e lógicos.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.
- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

Nota 7 – Relações interfinanceiras – créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	**Remuneração**	**2011**	**2010**
		31 de dezembro	**31 de dezembro**
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.714.065	5.218.082
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	29.894.553	25.729.976
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa selic	4.947.623	3.869.412
Compulsório adicional	Taxa selic	22.615.784	19.109.921
Total		**62.172.025**	**53.927.391**

(b) A rubrica "SFH – Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS no montante de R$ 110.717 (2010 – R$ 165.906) e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo, no montante de R$ 21.179.699 (2010 – R$ 23.734.553) e provisões de R$ 2.956.500 (2010 – R$ 2.913.331). Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2011**		**2010**	
	31 de dezembro		**31 de dezembro**	
Situação dos contratos	**Saldo**	**Provisão**	**Saldo**	**Provisão**
Não habilitados (i)	2.115.215	(406.454)	2.557.588	(447.211)
Habilitados e não homologados (ii)	6.047.503	(2.256.113)	5.529.138	(1.999.363)
Habilitados e homologados (iii)	13.016.981	(293.933)	15.647.827	(466.757)
Total	**21.179.699**	**(2.956.500)**	**23.734.553**	**(2.913.331)**

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS, para homologação final.
(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA tem um estoque de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS, os quais se encontram com negativa de cobertura pelo FCVS, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros.

Entretanto o Superior Tribunal de Justiça – STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90, para efeitos de cobertura do FCVS, definindo em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo FCVS de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

Em 2011, foram celebrados contratos de novação com a União no valor de R$ 3.802.393 sendo R$ 2.375.944 em títulos CVS e o restante, no valor de R$ 1.426.449, em espécie.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	**2011**		**2010**
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.588.543	4.844.898	2.942.783
Juros de ativos financeiros – FCVS	802.582	1.866.949	1.603.228
Total	**3.391.125**	**6.711.847**	**4.546.011**

Nota 8 – Carteira de Crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por modalidade

(a.1) Resumo das carteiras de crédito por modalidade

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2011**		**2010**	
	31 de dezembro	**%**	**31 de dezembro**	**%**
Operações de Crédito	**249.548.776**	**98,68**	**175.783.675**	**98,47**
Empréstimos e títulos descontados	62.593.560	24,75	46.060.683	25,80
Financiamentos	17.156.734	6,78	9.951.833	5,57
Financiamentos imobiliários	152.870.586	60,46	108.330.025	60,69
Financiamentos de Infraestrutura e desenvolvimento	16.927.896	6,69	11.441.134	6,41
Outros Créditos com características de concessão de crédito (nota 9 d)	**3.341.523**	**1,32**	**2.731.572**	**1,53**
Cartão de crédito (1)	3.287.162	1,30	2.681.455	1,50
Créditos por avais e fianças honradas	32.142	0,01	28.222	0,02
Devedores por compra de valores e bens	17.142	0,01	14.305	0,01
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	5.077	-	7.590	-
Total da Carteira de Crédito	**252.890.299**	**100,00**	**178.515.247**	**100,00**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(15.837.093)**	**100,00**	**(11.299.930)**	**100,00**
Provisão para operações de crédito	(15.701.121)	99,13	(11.146.173)	98,64
Provisão para outros créditos	(135.972)	0,87	(153.757)	1,36
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**237.053.206**	**-**	**167.215.317**	**-**

(1) Inclui créditos com característica de concessão de crédito

(a.2) Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	**1 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**2011**		**2010**	
							31 de dezembro	**%**	**31 de dezembro**	**%**
Empréstimos e títulos descontados	2.069.779	1.094.908	860.875	2.621.262	3.992.937	45.279.148	55.918.909	27,15	41.643.077	27,92
Financiamentos	799.007	150.109	146.646	423.128	799.011	13.015.950	15.333.851	7,44	8.469.078	5,68
Financiamentos imobiliários	1.854.515	1.372.426	1.365.488	4.086.714	8.041.307	98.020.083	114.740.533	55,70	85.184.614	57,12
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	106.020	106.018	106.016	317.781	634.534	15.425.786	16.696.155	8,11	11.140.014	7,47
Outros Créditos	1.594.874	635.840	397.218	415.934	197.436	63.983	3.305.285	1,60	2.702.190	1,81
31 de dezembro de 2011	**6.424.195**	**3.359.301**	**2.876.243**	**7.864.819**	**13.665.225**	**171.804.950**	**205.994.733**	**100,00**	**-**	**-**
31 de dezembro de 2010	**7.232.744**	**3.738.758**	**3.306.295**	**8.903.901**	**14.551.923**	**111.405.352**	**-**	**-**	**149.138.973**	**100,00**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(a.3) Curso anormal – Parcelas vincendas

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	31.398	19.151	19.143	57.274	112.339	590.364	829.669	2,21	2.577.957	9,97
Financiamentos	792	789	783	2.410	4.817	89.214	98.805	0,26	673.470	2,60
Financiamentos imobiliários	650.190	400.339	400.050	1.203.472	2.394.204	31.359.315	36.407.570	96,88	22.307.100	86,26
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	1.881	1.866	1.866	5.599	11.198	207.315	229.725	0,61	291.883	1,13
Outros Créditos	8.947	269	102	303	579	3.803	14.003	0,04	10.294	0,04
31 de dezembro de 2011	**693.208**	**422.414**	**421.944**	**1.269.058**	**2.523.137**	**32.250.011**	**37.579.772**	**100,00**	**-**	**-**
31 de dezembro de 2010	**1.153.489**	**403.183**	**399.246**	**1.162.761**	**2.208.441**	**20.533.584**	**-**	**-**	**25.860.704**	**100,00**

(a.4) Curso anormal – Parcelas vencidas

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	3.105.780	743.678	348.438	730.887	809.976	106.223	5.844.982	62,74	1.839.649	52,33
Financiamentos	437.904	246.761	207.084	392.165	410.331	29.833	1.724.078	18,51	809.285	23,02
Financiamentos imobiliários	524.334	99.925	219.525	441.986	426.996	9.717	1.722.483	18,49	838.311	23,85
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	884	1.122	1	9	-	-	2.016	0,02	9.237	0,26
Outros Créditos	6.458	5.173	2.004	2.611	2.891	3.098	22.235	0,24	19.088	0,54
31 de dezembro de 2011	**4.075.360**	**1.096.659**	**777.052**	**1.567.658**	**1.650.194**	**148.871**	**9.315.794**	**100,00**	**-**	**-**
31 de dezembro de 2010	**425.571**	**301.696**	**489.749**	**995.129**	**1.183.876**	**119.549**	**-**	**-**	**3.515.570**	**100,00**

(b) Modalidades e níveis de risco

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2011		2010	
										31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	14.776.967	27.062.263	10.785.783	4.620.791	1.578.822	724.863	462.521	311.489	2.270.061	62.593.560	24,75	46.060.683	25,80
Financiamentos	6.618.354	5.597.731	1.940.839	851.200	461.896	202.845	157.838	126.622	1.199.409	17.156.734	6,78	9.951.834	5,57
Financiamentos imobiliários	2.026.539	84.039.756	25.384.112	29.623.467	2.124.210	930.812	778.603	560.049	7.403.038	152.870.586	60,46	108.330.026	60,68
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	4.718.497	6.256.251	2.356.616	2.340.543	1.032.517	121.713	-	4.353	97.406	16.927.896	6,69	11.441.134	6,41
Outros Créditos	228.596	2.119.673	402.503	224.517	242.378	45.616	12.580	5.483	60.177	3.341.523	1,32	2.731.570	1,53
31 de dezembro de 2011	**28.368.953**	**125.075.674**	**40.869.853**	**37.660.518**	**5.439.823**	**2.025.849**	**1.411.542**	**1.007.996**	**11.030.091**	**252.890.299**	**100,00**	**-**	**-**
%	**11,22**	**49,46**	**16,16**	**14,89**	**2,15**	**0,80**	**0,56**	**0,40**	**4,36**	**100,00**	**-**	**-**	**-**
31 de dezembro de 2010	**9.836.648**	**88.712.380**	**40.935.095**	**23.994.247**	**3.861.454**	**1.442.303**	**1.085.515**	**940.056**	**7.707.549**	**-**	**-**	**178.515.247**	**100,00**
%	5,51	49,69	22,93	13,44	2,16	0,81	0,61	0,53	4,32	-	-	100,00	-

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

Descrição	Níveis de risco												
	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	Operações em Curso Normal									2011		2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
01 a 30	1.040.328	3.344.492	831.184	631.661	270.262	62.350	32.584	13.584	197.750	6.424.195	3,12	7.232.744	4,85
31 a 60	311.583	1.813.216	522.051	382.650	143.749	34.801	16.677	6.211	128.363	3.359.301	1,63	3.738.758	2,51
61 a 90	184.921	1.636.150	443.370	349.027	103.789	25.540	12.829	5.487	115.130	2.876.243	1,40	3.306.295	2,22
91 a 180	388.047	4.646.878	1.203.085	991.794	218.859	59.503	31.414	14.431	310.808	7.864.819	3,82	8.903.901	5,97
181 a 360	731.222	7.784.876	2.394.003	1.776.751	323.789	98.585	45.921	19.114	490.964	13.665.225	6,63	14.551.923	9,76
Acima de 360	25.330.317	90.362.716	26.326.797	23.512.995	2.404.873	572.616	307.679	187.157	2.799.800	171.804.950	83,40	111.405.352	74,70
Total	**27.986.418**	**109.588.328**	**31.720.490**	**27.644.878**	**3.465.321**	**853.395**	**447.104**	**245.984**	**4.042.815**	**205.994.733**	**100,00**	**149.138.973**	**100,00**
%	**13,59**	**53,20**	**15,40**	**13,42**	**1,68**	**0,41**	**0,22**	**0,12**	**1,96**	**100,00**	**-**	**100,00**	**-**

(c.2) Curso anormal

Descrição	Níveis de risco												
	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	Operações em Curso Anormal									2011		2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Parcelas Vencidas	**191.033**	**1.546.921**	**1.509.954**	**1.083.835**	**794.126**	**590.685**	**492.991**	**431.300**	**2.674.949**	**9.315.794**	**100,00**	**3.515.570**	**100,00**
01 a 30	190.700	1.544.419	1.228.668	468.551	204.257	72.577	47.670	27.496	291.022	4.075.360	43,75	425.571	12,11
31 a 60	333	2.502	280.452	467.559	103.219	44.421	30.330	18.698	149.145	1.096.659	11,77	301.696	8,58
61 a 90	-	-	834	99.064	407.880	90.203	34.920	22.355	121.796	777.052	8,34	489.749	13,93
91 a 180	-	-	-	48.661	78.603	338.380	343.857	324.977	433.180	1.567.658	16,83	995.129	28,31
181 a 360	-	-	-	-	167	45.104	36.214	37.724	1.530.985	1.650.194	17,71	1.183.876	33,68
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	50	148.821	148.871	1,60	119.549	3,40
Parcelas Vincendas	**191.502**	**13.940.425**	**7.639.409**	**8.931.805**	**1.180.376**	**581.769**	**471.447**	**330.712**	**4.312.327**	**37.579.772**	**100,00**	**25.860.704**	**100,00**
01 a 30	10.742	257.752	146.102	142.227	21.015	10.683	9.698	6.143	88.846	693.208	1,84	1.153.489	4,46
31 a 60	2.789	163.115	85.547	88.548	13.458	7.066	5.787	4.061	52.043	422.414	1,12	403.183	1,56
61 a 90	2.624	162.977	85.470	88.521	13.449	7.060	5.781	4.056	52.006	421.944	1,12	399.246	1,54
91 a 180	7.863	487.912	261.509	265.245	40.234	21.125	17.313	12.109	155.748	1.269.058	3,38	1.162.761	4,50
181 a 360	15.663	970.054	518.642	529.354	79.753	41.716	34.463	23.413	310.079	2.523.137	6,71	2.208.441	8,54
Acima de 360	151.821	11.898.615	6.542.139	7.817.910	1.012.467	494.119	398.405	280.930	3.653.605	32.250.011	85,83	20.533.584	79,40
subtotal	**382.535**	**15.487.346**	**9.149.363**	**10.015.640**	**1.974.502**	**1.172.454**	**964.438**	**762.012**	**6.987.276**	**46.895.566**	**-**	**29.376.274**	**-**
%	**0,82**	**33,02**	**19,51**	**21,36**	**4,21**	**2,50**	**2,06**	**1,62**	**14,90**	**100,00**		**100,00**	

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
SETOR PÚBLICO	**22.186.152**	**8,77**	**15.583.878**	**8,73**
Administração Direta	9.956.253	3,94	6.363.069	3,56
Petroquímico	8.184.537	3,24	5.659.945	3,17
Saneamento	2.677.115	1,06	2.266.076	1,27
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	585.396	0,23	598.865	0,34
Outros	782.851	0,31	695.923	0,39
SETOR PRIVADO	**230.704.147**	**91,23**	**162.931.369**	**91,27**
PESSOA JURÍDICA	**47.505.409**	**18,78**	**37.933.073**	**21,25**
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	**24.819.212**	**9,81**	**18.265.635**	**10,23**
Comércio Varejista e Atacadista	7.671.154	3,03	6.433.934	3,60
Metalurgia	7.483.290	2,96	3.100.198	1,74
Fabricação de Produtos Químicos	1.568.928	0,62	296.159	0,17
Alimentos	3.786.027	1,50	2.138.161	1,20
Veículos Leves e Pesados	821.899	0,33	668.403	0,37
Vestuário e Acessórios	395.753	0,16	359.045	0,20
Outros Indústria e Comércio	3.092.161	1,22	5.269.735	2,95
SERVIÇOS	**22.686.197**	**8,97**	**19.667.438**	**11,02**
Petroquímico	567.087	0,22	493.977	0,27
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	3.348.153	1,32	2.693.267	1,51
Saneamento	283.830	0,11	207.208	0,12
Construção Civil	1.948.640	0,77	1.014.892	0,57
Saúde	1.586.975	0,63	1.352.890	0,76
Atividades de Serviços Financeiros	4.509.033	1,78	3.452.306	1,93
Escritório	379.914	0,15	401.856	0,23
Transporte Terrestre	1.261.430	0,50	376.421	0,21
Educação	332.909	0,13	303.384	0,17
Infraestrutura	350.756	0,14	242.229	0,14
Habitação	3.529.884	1,40	1.870.616	1,05
Telecomunicações	709.341	0,28	2.075.466	1,16
Outros Serviços	3.878.245	1,53	5.182.926	2,90
PESSOA FÍSICA	**183.198.738**	**72,44**	**124.998.296**	**70,02**
Habitação	140.433.145	55,53	98.675.809	55,28
Empréstimos	42.765.593	16,91	26.322.487	14,75
Total	**252.890.299**	**100,00**	**178.515.247**	**100,00**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	2011				2010	
	31 de dezembro				31 de dezembro	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%
Curto prazo	**1.382.137**	**38.137.407**	**39.519.544**	**15,63**	**43.060.741**	**24,12**
De 0 a 90 dias	374.720	13.822.585	14.197.305	5,61	16.233.718	9,09
De 91 a 360 dias	1.007.417	24.314.822	25.322.239	10,02	26.827.023	15,03
Longo prazo	**20.796.638**	**183.258.323**	**204.054.961**	**80,69**	**131.938.936**	**73,91**
De 1 ano até 3 anos	2.192.250	60.648.656	62.840.906	24,85	50.930.041	28,53
De 3 anos até 5 anos	5.843.041	51.186.375	57.029.416	22,55	35.524.893	19,90
De 5 anos até 15 anos	11.041.214	67.625.123	78.666.337	31,11	36.797.348	20,61
Mais de 15 anos	1.720.133	3.798.169	5.518.302	2,18	8.686.654	4,87
Total normal	**22.178.775**	**221.395.730**	**243.574.505**	**96,32**	**174.999.677**	**98,03**
Total vencido	**7.377**	**9.308.417**	**9.315.794**	**3,68**	**3.515.570**	**1,97**
Total geral	**22.186.152**	**230.704.147**	**252.890.299**	**100,00**	**178.515.247**	**100,00**

Os itens de balanço que compõem o montante de R$ 3.341.523 (2010 – R$ 2.731.572), referente a "Outros créditos com características de concessão de crédito" estão descritos na Nota nº 9 (d).

(f) Resultado de operação de crédito

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	7.877.129	14.606.076	10.851.620
Financiamentos imobiliários	6.822.408	12.306.471	7.961.166
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	573.964	1.044.434	751.383
Outros créditos	5.310	10.072	9.549
Total	**15.278.811**	**27.967.053**	**19.573.718**

(g) Concentração dos principais devedores

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Principal devedor	8.184.534	3,24	5.659.943	3,17
10 maiores devedores	26.257.097	9,92	16.143.293	9,04
20 maiores devedores	31.826.882	12,03	20.003.915	11,21
50 maiores devedores	39.309.802	14,89	25.073.515	14,05
100 maiores devedores	43.894.444	16,68	28.300.232	15,85

(h) Movimentação da carteira de renegociação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Operações Renegociadas	**2.813.134**	**2.632.371**
Operações Comerciais	2.125.937	2.082.136
Operações Habitacionais	687.197	550.235
Operações Recuperadas	**832.492**	**695.192**
Operações Comerciais	317.768	336.789
Operações Habitacionais	514.724	358.403

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Saldo inicial	**11.299.930**	**10.361.115**
Constituição	8.043.465	1.631.216
Baixas	(1.227.730)	(451.978)
Transferência para prejuízo	(2.278.572)	(240.423)
Saldo final	**15.837.093**	**11.299.930**
Provisão específica	15.757.093	11.299.930
Provisão adicional	80.000	-

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
A	135.311	27.989	420.199	31.281	10.598	625.378
B	107.858	19.408	253.841	23.566	4.025	408.698
C	138.624	25.536	888.704	70.216	6.736	1.129.816
D	157.882	46.190	212.421	103.252	24.238	543.983
E	217.459	60.853	279.244	36.514	13.685	607.755
F	231.264	78.919	389.302	0	6.290	705.771
G	218.042	88.636	392.035	3.047	3.838	705.598
H	2.270.063	1.199.408	7.403.038	97.405	60.176	11.030.090
Subtotal	**3.476.503**	**1.546.939**	**10.238.784**	**365.281**	**129.586**	**15.757.093**
Provisão adicional	55.173	-	18.441	-	6.386	80.000
31 de dezembro de 2011	**3.531.676**	**1.546.939**	**10.257.225**	**365.281**	**135.972**	**15.837.093**
%	**22,30**	**9,77**	**64,77**	**2,31**	**0,86**	**100,00**
31 de dezembro de 2010	**2.502.944**	**1.287.734**	**7.182.903**	**172.592**	**153.757**	**11.299.930**
%	**22,15**	**11,40**	**63,57**	**1,53**	**1,35**	**100,00**

Os itens de balanço que compõem o montante de R$ 135.972 (2010 – R$ 153.757), referente à "provisão para outros créditos com características de concessão de crédito" estão descritos na Nota nº 9(d).

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Créditos por Avais e Finanças Honrados	**32.142**	**28.223**	**32.142**	**28.223**
Carteira de Câmbio – nota 9 (c)	**16.809**	**28.055**	**16.809**	**28.055**
Rendas a Receber	**1.630.259**	**1.087.120**	**1.754.233**	**1.068.283**
Dividendos e JCP a receber	-	134.689	123.973	115.852
Convênios Setor Privado	69.861	52.854	69.861	52.854
Convênios Setor Público	189.234	87.588	189.234	87.588
Administração de Fundos de Investimento	70.193	65.580	70.193	65.580
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.163.067	607.383	1.163.067	607.383
Repasses OGU	137.904	139.026	137.905	139.026
Negociação e Intermediação de valores	**128**	**484**	**128**	**484**
Créditos Específicos	**136.123**	**141.650**	**136.123**	**141.650**
Diversos – nota 9 (b)	**31.818.420**	**28.093.698**	**31.818.748**	**28.094.355**
Provisão para Outros Créditos	**(135.972)**	**(153.756)**	**(135.972)**	**(153.756)**
Total	**33.497.909**	**29.225.474**	**33.622.211**	**29.207.294**
Ativo circulante	**19.882.210**	**18.161.291**	**19.990.595**	**18.143.111**
Ativo não circulante	**13.615.699**	**11.064.183**	**13.631.616**	**11.064.183**

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Créditos tributários – Nota 20	13.611.297	11.191.118	13.611.299	11.191.125
Devedores por depósitos em garantia – Nota 30 a(iii)	9.508.716	8.514.615	9.508.716	8.514.615
Adiantamentos e antecipações salariais	128.439	139.689	128.439	139.689
Pagamentos a ressarcir	176.033	502.243	175.447	501.941
Participações pagas antecipadamente	2.768.488	1.698.339	2.768.488	1.698.339
Impostos e contribuições a compensar	47.146	215.109	47.893	216.061
Cartão de crédito (1)	3.330.794	2.735.090	3.330.794	2.735.090
Prêmio em aquisição de carteiras	245.256	-	245.256	-
Seguros a receber	119.947	88.084	119.947	88.084
Créditos adquiridos	94.549	88.179	94.549	88.179
Valores a receber – créditos imobiliários securitizados	1.485	-	1.485	-
Valores a receber – adm. fundos e programas sociais	956.363	2.017.852	956.363	2.017.852
Valores a apropriar (2)	898.741	919.175	898.903	919.175
Outros devedores (3)	155.027	148.400	155.027	148.400
Provisão para perdas – Diversos (4)	(223.857)	(164.195)	(223.858)	(164.195)
Total	**31.818.420**	**28.093.698**	**31.818.748**	**28.094.355**
Ativo circulante	**18.186.804**	**17.044.133**	**18.187.132**	**17.044.790**
Ativo não circulante	**13.631.616**	**11.049.565**	**13.631.616**	**11.049.565**

(1) Inclui créditos com e sem característica de concessão de crédito
(2) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 18 (c2).
(3) Montante composto por valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.
(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c) Carteira de câmbio

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011 31 de dezembro	2010 31 de dezembro
Ativo – Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – ME	4.624	4.014
Direitos sobre vendas de câmbio – MN	12.380	24.041
(-) Adiantamentos recebidos – MN	(195)	-
Ativo circulante	**16.809**	**28.055**
Passivo – Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – ME	6.738	4.152
Obrigações por compras de câmbio – MN	10.264	24.041
Passivo circulante	**17.002**	**28.193**

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011 2º semestre	2011 Exercício	2010 Exercício
Receitas	**280.169**	**415.984**	**197.242**
Disponibilidade em moeda estrangeira	280.169	415.984	197.242
Despesas	**(273.968)**	**(409.283)**	**(194.672)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(273.968)	(409.283)	(194.672)
Resultado de câmbio	**6.201**	**6.701**	**2.570**

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011 31 de dezembro	2010 31 de dezembro
Créditos	**3.341.523**	**2.731.572**
Cartão de crédito	3.287.162	2.681.455
Créditos por avais e fianças honrados	32.142	28.222
Devedores por compra de valores e bens	17.142	14.305
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	5.077	7.590
Provisão (1)	**(135.972)**	**(153.756)**
Cartão de crédito	(120.747)	(140.870)
Créditos por avais e fianças honrados	(10.026)	(8.824)
Devedores por compra de valores e bens	(5.148)	(3.986)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(51)	(76)
Créditos – líquidos de provisão	**3.205.551**	**2.577.816**

(1) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Nota 10 – Outros valores e bens

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011 31 de dezembro	2010 31 de dezembro
Bens não de uso próprio (1)	580.356	692.125
Imóveis patrimoniais não de uso	83.220	117.927
Imóveis adjudicados/Arrematados	497.136	574.199
Despesas antecipadas (2)	367.378	556.980
Material de consumo	39.685	33.835
Total	**987.419**	**1.282.940**

(1) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.
(2) O montante relativo à "Desp. antecipadas" refere-se, sobretudo, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) A carteira de participações societárias da CAIXA é composta essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR), subsidiária integral com constituição autorizada por meio da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL 2011 31 de dezembro	2010 31 de dezembro
CAIXAPAR	3.214.258	2.867.884
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (1)	2.967	2.967
BIAPE	990	849
Outros investimentos (1)	189.419	58.649
Total	**3.407.634**	**2.930.349**

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(a.1) Resultado de participações:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL 2011 Acumulado 2º semestre	2011 Acumulado 31 de dezembro	2010 Acumulado 31 de dezembro
CAIXAPAR	178.474	280.046	480.704
BIAPE	(13)	25	(257)
Outros investimentos	-	-	514
Total da participação	**178.461**	**280.071**	**480.961**

(b) A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa e pelo Banco Panamericano, no qual a CAIXAPAR possui controle conjunto com o Banco BTG Pactual.

Em 30 de junho de 2011, as participações nas empresas Cielo S/A e TECBAN – Tecnologia Bancária foram classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda (Nota 6).

(c) Aquisição de participações no Banco Panamericano

Em 1º de dezembro de 2009, foi celebrado entre a CAIXAPAR e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda., contrato de compra e venda de ações para aquisição de 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R$ 739.272, por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes a 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Nessa data, foi efetuado pagamento parcial de R$ 517.490.

O BACEN manifestou-se favoravelmente ao ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano em 19 de julho de 2010, por meio do oficio Deorf/Gabin – 2010/06731, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida manifestação, a CAIXAPAR concluiu a operação de compra mediante o pagamento do saldo remanescente de dezembro de 2009 (R$ 221.782) e da atualização deste saldo prevista contratualmente (R$ 12.433), perfazendo um pagamento total no valor de R$ 234.215.

Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo contábil relativo ao Banco Panamericano nas demonstrações financeiras da CAIXAPAR estava assim composto:

Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2010	780.848

O Banco Panamericano divulgou fato relevante, em 31 de janeiro de 2011, informando que a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças.

No referido contrato o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade das Vendedoras, correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano pelo preço de R$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Este valor será corrigido, a partir da data de conclusão do negócio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado à importância máxima de R$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nesta mesma data o BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco Panamericano, com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente manteve as mesmas condições do acordo vigente.

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR manteve inalterado os seus percentuais de participação na instituição financeira e não alienou sua participação no âmbito da oferta pública que será realizada pelo BTG Pactual.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual em lugar da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda.

Em 27 de maio de 2011, o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda.

Em 2 de junho de 2011, os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 13 integrantes sendo presidido pelo presidente da CAIXA e a vice-presidência ocupada por um representante indicado pelo BTG Pactual.

Em 16 de setembro de 2011, foi realizado o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações Preferenciais da Companhia ("OPA"), por meio do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). No leilão da OPA, o Banco BTG Pactual S.A. ("Ofertante") adquiriu 4.552 ações preferenciais do Panamericano, que representam 0,004% das ações dessa espécie. Com as ações preferenciais adquiridas no referido leilão, o Ofertante passou a ser titular de 24.716.838 ações preferenciais da Companhia, equivalentes a 37,64% do capital social do Panamericano.

(c.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15 de junho de 2011, considerou o balanço de abertura do Banco Panamericano de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante amplamente divulgado no mercado:

Resumo	Posição 30.11.2010
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano	152.762
Recomposição do patrimônio realizada em janeiro de 2011	1.300.000
Patrimônio líquido ajustado consolidado do Panamericano	1.452.762
Participação indireta da Caixa	36,56%
Investimento indireto da Caixa através da CAIXAPAR no Panamericano	531.130
Valor pago pela CAIXAPAR para aquisição do investimento	739.272
Diferença entre o valor pago e o valor em 30.11.2010	**208.142**

O ágio remanescente (vide quadro abaixo) apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R$ 42.864, fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.), o qual será amortizado pelo prazo de 5 anos.

Por sua vez, o COSIF estabelece que para a avaliação do investimento e consolidação na CAIXA, para efeitos de demonstração, ao valor do ágio apurado na CAIXAPAR é adicionado:

(i) R$ 162.276, relativo ao valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários.

(ii) R$ 3.002, relativo ao ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.

Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários	162.276
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	**42.864**
Diferença entre o valor pago e o valor em 30.11.2010	**208.142**

Discriminação do valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano:

Ativos intangíveis	Banco Panamericano	Participação da CAIXA, líquida dos efeitos tributários	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor Total	**739.770**	**162.276**	**-**

Os saldos recompostos na aquisição de 36,56% de participação no Banco Panamericano estão assim apresentados:

Investimento em 30.11.2010	531.130
(+) Ajuste a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002
(+) Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquidos dos efeitos tributários	162.276
(+) Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864
= Valor contratual da aquisição em dezembro de 2009	739.272
(+) Equivalência patrimonial positiva registrada em 2010	41.576
= Valor do investimento em 31 de dezembro de 2010	780.848

(c.2) Informações adicionais do investimento em 2011

Em 2011, a CAIXA adquiriu créditos comerciais do Banco Panamericano, o que gerou uma receita no valor de R$ 262.534 em favor daquela Instituição. Dessa forma, para o cálculo da participação indireta da CAIXA foi necessária a exclusão desse valor, do patrimônio líquido do Banco PanAmericano, como efeito de resultados não realizados intercompanhias. O efeito desses resultados intercompanhias no cálculo da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foi uma redução de R$ 95.982.

A movimentação do ágio conforme demonstrado no quadro da alocação do preço de compra segue abaixo:

Realização	Valor alocado	Amortização 1º semestre 2011	Amortização 2º semestre 2011	Líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados, líquido dos efeitos tributários	3.002	(3.002)	–	–
Ativos intangíveis identificados na aquisição, líquido dos efeitos tributários	162.276	(23.935)	(20.515)	117.826
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura (1)	42.864	(5.000)	(4.287)	33.577
Saldo	**208.142**	**(31.937)**	**(24.802)**	**151.403**

(1) Período de realização estimado em 5 anos.

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R$ 566.924 – Edificações; R$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e do sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 14,47% (2010 – 15,10%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2011			2010		
	Valor	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imóveis de Uso	268.091	(59.275)	208.816	202.591	(36.506)	166.085
Reavaliações de Imóveis de Uso	810.437	(123.418)	687.019	819.507	(100.027)	719.480
Outras Imobilizações de Uso	4.028.123	(2.948.557)	1.079.566	3.681.171	(2.584.298)	1.096.873
Total	**5.106.651**	**(3.131.250)**	**1.975.401**	**4.703.269**	**(2.720.831)**	**1.982.438**

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2010	2011				
	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	31 de dezembro	%
Imóveis de uso	885.566	76.616	(18.325)	(48.022)	895.835	45,40
- Edificações	613.519	75.242	(15.427)	(48.022)	625.312	31,65
- Terrenos	272.047	1.374	(2.898)	-	270.523	13,74
Imobilizações em curso	85.169	6.196	(81.253)	-	10.112	0,47
Inst., móveis e equip. de uso	289.467	123.643	-	(55.370)	357.741	18,11
Sistema de comunicação	21.101	2.709	-	(4.631)	19.179	0,97
Sistema de proc. de dados	655.640	273.653	-	(273.450)	655.843	33,20
Sistema de transporte e segurança	45.495	22.005	-	(30.808)	36.691	1,86
Total	**1.982.438**	**504.822**	**(99.578)**	**(412.281)**	**1.975.401**	**100,00**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 13 – Intangível

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	2011			2010		
	Valor	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos Intangíveis	2.583.979	(511.920)	2.072.059	1.622.537	(362.579)	1.259.958
Total	**2.583.979**	**(511.920)**	**2.072.059**	**1.622.537**	**(362.579)**	**1.259.958**

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010	2011		
	31 de dezembro	Adições	Amortizações	31 de dezembro
Aquisição de folha de pagamento	876.591	1.009.993	(257.069)	1.629.515
Outros ativos intangíveis	324.200			324.200
Projetos logiciais – Software	59.167	80.479	(21.302)	118.344
Total	**1.259.958**	**1.090.472**	**(278.371)**	**2.072.059**

Nota 14 – Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010	2011	
	31 de dezembro	Amortizações	31 de dezembro
Gastos em imóveis de terceiros	36.640	(24.546)	12.094
Gastos com projetos logiciais	25.383	(18.940)	6.443
Benfeitorias em imóveis próprios	16.017	(11.481)	4.536
Total	**78.040**	**(54.967)**	**23.073**

Nota 15 – Depósitos e captações no mercado aberto

(a) Depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos à Vista	**22.943.005**	**8,83**	**19.626.291**	**9,12**	**22.943.003**	**8,83**	**19.626.215**	**9,12**
Pessoas Físicas	9.054.422	3,48	7.885.465	3,66	9.054.422	3,48	7.885.465	3,66
Pessoas Jurídicas	11.197.722	4,31	9.526.626	4,43	11.197.722	4,31	9.526.474	4,43
Vinculados	978.871	0,38	841.781	0,39	978.871	0,38	841.781	0,39
Governo	1.344.704	0,52	1.064.234	0,49	1.344.704	0,52	1.064.234	0,49
Moedas Estrangeiras	1.642	0,00	1.604	0	1.642	0,00	1.604	0
Instituições do sistema Financeiro	28.038	0,01	17.678	0,01	28.038	0,01	17.678	0,01
Entidades públicas	287.652	0,11	242.162	0,11	287.650	0,11	242.162	0,11
Outros	49.954	0,02	46.741	0,03	49.954	0,02	46.817	0,03
Depósitos de Poupança	**150.362.663**	**57,87**	**129.429.635**	**60,2**	**150.362.663**	**57,87**	**129.429.635**	**60,15**
Pessoas Físicas	148.003.373	56,96	127.116.245	59,1	148.003.373	56,96	127.116.245	59,07
Pessoas Jurídicas	2.356.350	0,91	2.310.186	1,08	2.356.350	0,91	2.310.186	1,08
Vinculados	2.940	0,00	3.204	0	2.940	0,00	3.204	0
Depósitos Interfinanceiros	**5.103.608**	**1,96**	**1.206.670**	**0,56**	**5.103.608**	**1,96**	**1.206.670**	**0,56**
Depósitos a prazo	**68.182.778**	**26,24**	**54.214.043**	**25,2**	**68.164.843**	**26,23**	**54.207.413**	**25,19**
Depósitos a prazo em moeda nacional	39.215.509	15,09	30.429.778	14,1	39.197.574	15,09	30.423.148	14,14
Depósitos judiciais com remuneração	28.967.269	11,15	23.784.265	11,1	28.967.269	11,15	23.784.265	11,05
Depósitos especiais e de fundos e programas (f)	**13.254.921**	**5,10**	**10.594.286**	**4,92**	**13.254.921**	**5,10**	**10.594.286**	**4,92**
Outros depósitos	-	-	**118.077**	**0,05**	-	**0,00**	**118.077**	**0,05**
Total	**259.846.975**	**100,00**	**215.189.002**	**100,00**	**259.829.038**	**100,00**	**215.182.296**	**100,00**
Passivo circulante	**248.023.653**	**95,23**	**214.496.772**	**99,78**	**248.005.716**	**95,45**	**214.490.066**	**99,68**
Passivo não circulante	**11.823.322**	**4,77**	**692.230**	**0,32**	**11.823.322**	**4,55**	**692.230**	**0,32**

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	CAIXA INDIVIDUAL							CAIXA CONSOLIDADO	
	2011						2010	2011	2010
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Depósitos à Vista	22.943.005	-	-	-	-	22.943.005	19.626.291	22.943.003	19.626.215
Depósitos de Poupança	150.362.663	-	-	-	-	150.362.663	129.429.635	150.362.663	129.429.635
Depósitos Interfinanceiros	-	5.089.473	8.070	6.064	-	5.103.608	1.206.670	5.103.608	1.206.670
Depósitos a prazo	49.071.077	2.564.597	4.729.847	8.857.611	2.959.647	68.182.778	54.214.043	68.164.843	54.207.413
Depósitos Judiciais	28.967.269	-	-	-	-	28.967.269	23.784.266	28.967.270	23.784.265
Aplicações	20.103.807	2.564.597	4.729.847	8.857.611	2.959.647	39.215.509	30.429.777	39.197.573	30.423.148
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.254.921	-	-	-	-	13.254.921	10.594.286	13.254.921	10.594.286
Outras captações	-	-	-	-	-	-	118.077	-	118.077
Total	**235.631.666**	**7.654.070**	**4.737.917**	**8.863.675**	**2.959.647**	**259.846.975**	**215.189.002**	**259.829.038**	**215.182.296**
%	**90,68**	**2,95**	**1,82**	**3,41**	**1,14**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de Poupança	(5.072.220)	(9.612.867)	(7.498.661)	(5.072.220)	(9.612.867)	(7.498.661)
Depósitos Interfinanceiros	(470.010)	(617.967)	(36.606)	(470.010)	(617.967)	(36.606)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(2.223.032)	(4.062.347)	(2.426.648)	(2.222.056)	(4.060.734)	(2.426.468)
Depósitos judiciais	(819.899)	(1.509.398)	(1.101.810)	(819.899)	(1.509.398)	(1.101.810)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(517.261)	(958.267)	(997.163)	(517.261)	(958.267)	(997.163)
Outras captações	(162.511)	(310.193)	(247.321)	(162.511)	(310.192)	(247.321)
Total	**(9.264.933)**	**(17.071.039)**	**(12.308.209)**	**(9.263.957)**	**(17.069.426)**	**(12.308.028)**

(d) Captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Carteira Própria	**36.825.873**	**34.684.793**	**35.942.540**	**33.883.020**
Letras Financeiras do Tesouro	5.708.783	7.805.155	5.708.783	7.805.155
Letras do Tesouro Nacional	15.770.764	7.654.676	15.770.764	7.654.676
Notas do Tesouro Nacional	15.346.326	19.224.962	14.462.993	18.423.189
Carteira de Terceiros	**19.215.316**	**11.327.865**	**19.215.316**	**11.327.865**
Letras Financeiras do Tesouro	19.215.316	11.026.875	19.215.316	11.026.875
Notas do Tesouro Nacional	-	300.990	-	300.990
Carteira de Livre Movimentação	**250.102**	**-**	**250.102**	**-**
Letras do Tesouro Nacional	250.102	-	250.102	-
Total	**56.291.291**	**46.012.658**	**55.407.958**	**45.210.885**
Passivo circulante	**56.291.291**	**46.012.658**	**55.407.958**	**45.210.885**
Passivo não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

(e) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Carteira própria	(1.876.737)	(3.337.516)	(2.682.285)	(1.821.300)	(3.235.989)	(2.612.101)
Carteira de terceiros	(2.269.473)	(4.010.609)	(3.571.635)	(2.269.473)	(4.010.609)	(3.571.634)
Total	**(4.146.210)**	**(7.348.125)**	**(6.253.920)**	**(4.090.773)**	**(7.246.598)**	**(6.183.735)**

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos – FGTS	6.994.769	52,77	4.531.934	42,78
Depósitos – Especiais com remuneração	1.357.053	10,24	1.325.294	12,51
Depósitos – FAT (f.2)	2.663.815	20,10	3.144.120	29,68
Depósitos – FISANE	7.465	0,06	6.958	0,07
Depósitos – PRODEC	44.429	0,34	41.416	0,39
Depósitos – PIS	195.571	1,48	86.143	0,81
Depósitos – FGS	71.158	0,54	21.041	0,2
Depósitos – FAR	324.035	2,44	56.053	0,53
Depósitos – FDS	516.474	3,90	565.139	5,33
Depósitos – Pró-frota pesqueira	56.167	0,42	50.343	0,48
Depósitos – FAS	4.857	0,04	4.607	0,04
Depósitos – PREVHAB	451.336	3,41	407.691	3,85
Saúde CAIXA	179.279	1,35	143.382	1,35
Outros	388.513	2,93	210.165	1,98
Total	**13.254.921**	**100,00**	**10.594.286**	**100,00**
Passivo circulante	**13.254.921**	**100,00**	**10.594.286**	**100,00**
Passivo não circulante	**-**		**-**	**-**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011		2010
		2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(270.085)	(461.812)	(477.970)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(84.200)	(173.002)	(229.201)
Depósitos – FISANE	TR	(261)	(507)	(439)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.701)	(3.273)	(2.778)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(28.544)	(60.039)	(60.195)
Depósitos – FIEL	TR PRE + Juros 0,50% a.m.	-	(205)	(3.435)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(2.445)	(3.385)	(5.062)
Depósitos – FAR	selic	(10.947)	(24.867)	(33.647)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(30.119)	(60.915)	-
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(12.038)	(21.171)	-
Depósitos – FAS	TR	(21)	(41)	(24)
Depósitos – PREVHAB	selic	(27.129)	(52.047)	(40.351)
Depósitos – Caução	TR	(2.854)	(5.635)	(26.094)
Depósitos – FCA	Extra mercado	(10.824)	(20.617)	-
Outros		(36.093)	(70.753)	(117.967)
Total		**(517.261)**	**(958.267)**	**(997.163)**

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

Descrição	Resolução/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011 31 de dezembro			2010 31 de dezembro		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
Programas					**161.040**	**2.347.754**	**2.508.794**	**178.981**	**2.792.236**	**2.971.217**
Proger urbano				-	**88.295**	**1.667.197**	**1.755.492**	**71.273**	**2.043.401**	**2.114.674**
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	80.198	1.660.858	1.741.056	68.780	2.027.047	2.095.827
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	558	18	7.576	1.356	8.379	9.735
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	38	38	-	46	46
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	539	6.283	6.822	1.137	7.929	9.066
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	**2.077**	**34.531**	**36.608**	**2.772**	**55.601**	**58.373**
FAT infra estrutura				-	**69.499**	**632.653**	**702.152**	**103.742**	**676.878**	**780.620**
Infra estrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	69.499	632.653	702.152	103.742	676.878	780.620
FAT – PNMPO				-	**1.169**	**13.373**	**14.542**	**1.194**	**16.356**	**17.550**
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.169	13.373	14.542	1.194	16.356	17.550
Linhas de crédito especiais					**8.818**	**146.202**	**155.021**	**7.970**	**164.933**	**172.903**
FAT – inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010				-	-	-
FAT – vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	-	**121.791**	**121.792**	-	**114.897**	**114.897**
FAT – material de construção	mar/06	RA	10/02/2006	-				-	-	-
FAT – giro setorial				-	**8.818**	**24.411**	**33.229**	**7.970**	**50.036**	**58.006**
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	5.707	15.323	21.030	4.668	31.630	36.298
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	3.111	9.088	12.199	3.302	18.406	21.708
FAT – moto-frete	01/2009	RA	10/03/2010	13/04/2010				-	-	-
Total					**169.858**	**2.493.956**	**2.663.815**	**186.951**	**2.957.169**	**3.144.120**

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, "pro-rata" dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Papel	Indexador	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011 Vencimento 1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31 de dezembro	2010 31 de dezembro
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	-	-	527.589	527.589	513.211
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	-	-	11.361	11.361	10.705
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	-	-	26.386	26.386	35.012
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	8.534	-	-	7.643	16.177	46.724
Letra Imobiliária	INPC	-	-	37.264	-	-	-	37.264	35.111
Letra Imobiliária	CDI	450.383	1.604.403	2.686.739	6.219.837	4.296.457	-	15.257.819	6.068
Letra Imobiliária	TR	-	-	-	-	-	-	-	8.919.778
Letra Financeira	CDI				1.959.192	3.241.756		5.200.948	1.748.911
Total		**450.383**	**1.604.403**	**2.732.537**	**8.179.029**	**7.538.213**	**572.979**	**21.077.544**	**11.315.520**
Passivo circulante								**12.966.352**	**2.533.901**
Passivo não circulante								**8.111.192**	**8.781.619**

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Letras Imobiliárias	(692.048)	(1.201.420)	(439.026)
Letras Hipotecárias	(38.218)	(82.635)	(104.138)
Letras Financeiras	(220.273)	(323.637)	(67.011)
Total	**(950.539)**	**(1.607.692)**	**(610.175)**

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais

Descrição	2011 31 de dezembro	2010 31 de dezembro
Repasses no país	**91.615.724**	**61.010.973**
FGTS	80.599.183	54.172.591
BNDES	10.272.737	6.023.854
Tesouro Nacional – PIS	567.622	595.447
Outras instituições	176.182	219.081
Empréstimos no exterior	**4.601**	**89.380**
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	-	83.340
Demais linhas de crédito	4.601	6.040
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**91.620.325**	**61.100.353**
Passivo circulante	**810.500**	**720.219**
Passivo não circulante	**90.809.825**	**60.380.134**

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior, em 31 de dezembro de 2010, é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras liquidadas em outubro de 2011.

Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2013.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos e repasses do País – Instituições oficiais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
FGTS	(3.096.745)	(5.398.832)	(3.514.631)
BNDES	(217.446)	(426.784)	(216.221)
Tesouro Nacional – PIS	(22.654)	(43.363)	(34.455)
Empréstimos no exterior	(28.848)	(31.263)	(1.460)
Outras instituições	(23.834)	(46.152)	(67.271)
Total	**(3.389.527)**	**(5.946.394)**	**(3.834.038)**

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL 2011 31 de dezembro	%	2010 31 de dezembro	%	CAIXA CONSOLIDADO 2011 31 de dezembro	%	2010 31 de dezembro	%
Tributos sobre lucros	**246.040**	**16,97**	**126.170**	**9,48**	**258.733**	**16,87**	**135.103**	**10,09**
Imposto de Renda	74.309	5,12	-	-	74.762	4,87	8.917	0,67
Contribuição Social	34.981	2,41	-	-	40.677	2,65	-	-
COFINS	117.767	8,12	108.654	8,17	123.144	8,03	108.667	8,11
PASEP	18.983	1,31	17.516	1,32	20.150	1,31	17.519	1,31
Tributos a recolher	**424.686**	**29,28**	**387.080**	**29,10**	**424.743**	**27,69**	**387.118**	**28,90**
Sobre salários	274.903	18,96	230.079	17,30	274.903	17,92	230.090	17,18
Sobre serviços	149.783	10,33	157.001	11,80	149.840	9,77	157.028	11,72
Tributos diferidos	**511.253**	**35,25**	**241.850**	**18,20**	**582.294**	**37,96**	**241.850**	**18,05**
IR s/ reserva reavaliação – Edificações	117.366	8,09	125.103	9,40	117.366	7,65	125.103	9,40
CS s/ reserva reavaliação – Edificações	70.420	4,86	75.062	5,64	70.420	4,59	75.062	5,60
IR s/ ajustes ao v. mercado – Títulos disp. p/ venda	-	-	-	-	54.656	3,56	-	-
IR s/ ajustes ao v. mercado – Títulos p/ negociação	153.511	10,59	-	-	153.511	10,01	-	-
CS s/ ajustes ao v. mercado – Títulos p/ negociação	92.106	6,35	-	-	92.106	6,00	-	-
Contratos futuros	-	-	14.536	1,09	-	-	14.536	**1,09**
PASEP	77.850	5,37	7.149	2,04	94.235	6,14	27.149	**2,03**
Prov. riscos fiscais (Nota nº 30)	**268.242**	**18,50**	**575.572**	**43,30**	**268.242**	**17,49**	**575.572**	**42,96**
Total	**1.450.221**	**100,00**	**1.330.672**	**100,00**	**1.534.012**	**100,00**	**1.339.643**	**100,00**
Passivo circulante	**1.262.434**	**87,05**	**1.130.507**	**84,96**	**1.346.225**	**87,76**	**1.139.478**	**85,05**
Passivo não circulante	**187.787**	**12,95**	**200.165**	**15,04**	**187.787**	**12,24**	**200.165**	**14,95**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Obrigações de operações com loterias	**725.499**	**11,36**	**920.316**	**19,02**
Obrigações por fundos e programas sociais	**4.718.055**	**73,85**	**2.978.609**	**61,59**
FGTS	2.622.868	41,05	1.886.208	39,00
Minha Casa Minha Vida	1.457.089	22,81	423.940	8,77
FIES	9.317	0,15	20.125	0,42
Bolsa Família	125.924	1,97	183.828	3,80
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	335.825	5,26	327.761	6,78
PRONASCI	12.099	0,19	788	0,02
PRODEC	21.040	0,33	19.545	0,40
Outros fundos e programas	133.893	2,10	116.414	2,40
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	**945.469**	**14,80**	**937.561**	**19,39**
PIS	546.533	8,55	503.049	10,40
FAT	397.537	6,22	433.181	8,96
Outros	1.399	0,02	1.331	0,03
Total	**6.389.023**	**100,00**	**4.836.486**	**100,00**
Passivo circulante	**6.389.023**	**100,00**	**4.836.486**	**100,00**

(c) Diversas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Obrig. por contrib. ao SFH	26.664	0,10	114.414	0,46	26.664	0,10	114.414	0,46
Obrig. convênio oficiais	283.725	1,03	224.861	0,91	283.725	1,03	224.861	0,91
Obrig. por prest. serviços de pagamento	131.735	0,48	98.604	0,40	131.735	0,48	98.604	0,40
Prov. pgto efetuar (Nota c.1)	9.203.504	33,39	8.219.388	33,16	9.203.528	33,39	8.219.720	33,16
Provisões trabalhistas	2.812.886	10,21	2.687.488	10,84	2.812.886	10,21	2.687.488	10,84
Ações judiciais cíveis	3.582.717	13,00	3.587.568	14,47	3.582.717	13,00	3.587.568	14,47
Outras provisões para contingências	41.671	0,15	216.288	0,88	41.671	0,15	216.288	0,88
Rec.vinculados a operações de crédito (1)	237.189	0,86	206.797	0,83	237.189	0,86	206.797	0,83
Recursos do FGTS para amortizações	123.859	0,45	88.982	0,36	123.859	0,45	88.982	0,36
Credores por recursos a liberar	3.619.426	13,13	2.577.147	10,40	3.619.426	13,13	2.577.147	10,40
Valores a pagar a sociedades ligadas	59.760	0,22	-	-	59.760	0,22	-	-
Credores diversos Exterior	3.723	0,01	26	-	3.723	0,01	26	-
Credores diversos – País (Nota c.2)	7.433.144	26,97	6.764.112	27,29	7.433.144	26,97	6.764.342	27,29
Total	**27.560.003**	**100,00**	**24.785.675**	**100,00**	**27.560.027**	**100,00**	**24.786.237**	**100,00**
Passivo circulante	**27.560.003**	**100,00**	**24.785.675**	**100,00**	**27.560.027**	**100,00**	**24.786.237**	**100,00**

1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Despesas de pessoal	**1.599.948**	**1.403.021**	**1.599.972**	**1.403.353**
Benefícios pós-emprego – NPC 26 (Nota 32)	**6.328.531**	**5.840.201**	**6.328.531**	**5.840.201**
SAÚDE CAIXA	5.677.807	5.169.596	5.677.807	5.169.596
Auxilio e cesta alimentação	607.075	626.970	607.075	626.970
PREVHAB	43.649	43.635	43.649	43.635
Pré- pagamento crédito imobiliário	**835.880**	**563.254**	**835.880**	**563.254**
Outros pagamentos	**439.145**	**412.912**	**439.145**	**412.912**
Total	**9.203.504**	**8.219.388**	**9.203.528**	**8.219.720**

(c.2) Credores diversos – País

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Cartões de crédito	3.253.781	2.671.756	3.253.781	2.671.756
Contas a pagar	56.842	139.953	56.842	139.953
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	75.932	322.648	75.932	322.648
Créditos adquiridos	426.623	416.338	426.623	416.338
Valores a apropriar (2)	987.406	979.143	987.406	979.143
FGC	28.135	22.701	28.135	22.701
Valores a restituir – Penhor	127.283	111.047	127.283	111.047
Fornecedores	631.395	525.241	631.395	525.241
Outros credores – Poupança simplificada	499.983	500.077	499.983	500.077
Financiamento habitacional – seguros a repassar	81.735	70.907	81.735	70.907
Operação de crédito comercial – avais	187.687	41.941	187.687	41.941
Recursos com destinação específica – SPU	20.727	19.942	20.727	19.942
Folhas de pgto estuduais e municipais – vlrs a liberar	404.061	124.723	404.061	124.723
Poder judiciário – valores a liberar	319.180	322.100	319.180	322.100
Obrigações com a União – repasses	32.509	29.718	32.509	29.718
Outros credores diversos	299.865	465.877	299.865	466.107
Total	**7.433.144**	**6.764.112**	**7.433.144**	**6.764.342**

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.
(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9 (b).

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, em 11 de outubro de 2005, conforme Resolução do CMN nº 2.837/01. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R$ 5.480.132 (2010 – R$ 5.089.202). O início do retorno da dívida contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

Em agosto de 2011 o BACEN aprovou nova operação, que apresenta o montante de R$ 3.070.670, em 31 de dezembro de 2011. Sobre o valor total da dívida incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 5,837%.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao nível II de capital.

A dívida não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa *(cash)* dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da medida provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Segue, abaixo, quadro contendo os valores, pagamentos de juros, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	2011		2010	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Medida provisória 347/2007	5.200.000	37,45	5.200.000	39,95
Medida provisória 470/2009	5.999.999	43,21	5.999.999	46,10
Atual. Monet. e juros – MP nº 347/07	1.484.328	10,69	1.082.067	8,31
Atual. Monet. e juros – MP nº 470/09	1.200.132	8,64	734.083	5,64
Total	**13.884.459**	**100,00**	**13.016.149**	**100,00**

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O artigo 6º do Decreto nº 6.473 da Presidência da República, de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, instituiu o valor de Capital Autorizado no montante de R$ 13.562.433 e o artigo 7º do mesmo Decreto aprovou o Capital Social no montante de R$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

O Decreto da Presidência da República, de 26 de agosto de 2010, autorizou o aumento de capital da CAIXA no valor de até R$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União. Em 10 de setembro de 2010, foram recebidas as ações para aumento de capital e alienadas, no mesmo dia, para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R$ 2.426.294.

Em 16 de fevereiro de 2011, o Decreto 7.439 da Presidência da República autorizou o aumento de capital da CAIXA no montante de R$ 2.200.000 mediante a transferência de 62.327.182 ações PN, 9.293.295 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e 13.609.303 ações ON da Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

O Decreto 7.653 da Presidência da República, de 23 de dezembro de 2011, autorizou o aumento de capital da CAIXA no montante de R$ 481.078 mediante a transferência de 20.128.824 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,35% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido e reserva de margem operacional.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Reservas de Reavaliação	**464.595**	**478.318**
Reservas de Lucros	**4.079.781**	**2.652.206**
Reserva legal	1.366.024	1.106.898
Reserva estatutária – loterias	407.196	-
Reservas margem operacional	2.306.561	1.545.308

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/1998, de no mínimo, 25%.

Em 25 de fevereiro de 2011, conforme deliberação do Conselho Diretor, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 no valor de R$ 1.002.482 fundamentada na destinação do resultado aprovado pelo Ministro da Fazenda.

Foram repassados à União, a título de adiantamento de dividendos relativos ao exercício de 2011, um montante de R$ 2.768.488.

Base de cálculo dos dividendos obrigatórios de 2011:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2011	2010
Lucro líquido	**5.182.525**	**3.764.411**
Reserva legal	(259.125)	(188.221)
Realização de reserva	16.020	24.905
Reserva de loterias	(407.196)	(357.448)
Base para cálculo dos dividendos	**4.532.224**	**3.243.647**
Dividendos propostos	**2.768.488**	**1.698.339**
Juros sobre o capital próprio	852.865	756.406
Dividendos	1.915.623	941.933

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15% e;
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O montante do crédito tributário é de R$ 17.888.666 (2010 – R$ 15.935.232), constituído de R$ 11.666.141 (2010 – R$ 10.426.974) para o IRPJ, R$ 6.180.020 (2010 – R$ 5.492.277) para a CSLL, R$ 5.942 (2010 – R$ 2.234) para o PASEP e R$ 36.563 (2010 – R$ 13.747) para COFINS, com provisão para realização desses créditos no valor de R$ 4.277.367 (2010 – R$ 4.744.106), sendo R$ 684.533 (2010 – R$ 907.080) de provisão para os créditos de prejuízo fiscal e R$ 3.592.834 (2010 – R$ 3.837.025) de provisão para os créditos de diferenças temporárias, resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R$ 13.611.299 (2010 – R$ 11.191.126).

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos e, com base nos resultados obtidos, determinou-se a reversão de crédito de prejuízo fiscal no montante de R$ 222.547 e constituição de créditos de diferenças temporárias no montante de R$ 2.460.152, sendo R$ 2.343.198 equivalentes a IRPJ e CSLL, R$ 14.815 correspondentes a PASEP e COFINS e R$ 102.139 referente à marcação a mercado dos títulos na categoria de disponível para venda.

Ainda em consonância ao estudo de expectativa de realização de créditos tributários, observou-se no ano de 2011 uma realização de 104% em relação ao projetado em 2010.

Valor contábil

ANO de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% – 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2012	88.752	53.251	37.276	4.161.998	4.341.277
2013	78.735	47.241	33.069	3.412.108	3.571.153
2014	92.892	55.735	39.015	1.483.268	1.670.909
2015	93.022	55.813	39.069	383.342	571.247
2016	99.965	59.979	41.985	387.746	589.676
2017 a 2021	973.600	50.298	168.926	1.674.212	2.867.035
TOTAL	**1.426.966**	**322.318**	**359.340**	**11.502.673**	**13.611.297**

Valor presente (1)

ANO de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% – 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2012	87.819	52.691	36.884	3.867.309	4.044.702
2013	73.221	43.932	30.753	3.173.138	3.321.044
2014	81.038	48.623	34.036	1.293.983	1.457.679
2015	75.984	45.591	31.913	313.130	466.618
2016	76.457	45.874	32.112	296.561	451.003
2017 a 2021	604.800	35.986	114.604	1.074.229	1.829.619
TOTAL	**999.318**	**272.697**	**280.302**	**10.018.349**	**11.570.665**

(1) Valor presente calculado com base no custo médio de captação.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Origem dos créditos tributários

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2011		2010	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.521.981	2.578.219	3.286.916	1.833.302
Provisão SFH	739.125	443.475	728.333	437.000
Provisão para contingências	1.674.887	1.004.932	1.735.786	1.041.471
Outros	898.907	439.891	946.243	473.536
Provisão SAÚDE CAIXA – NPC 26	1.419.452	851.671	1.292.399	775.439
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	168.367	101.020	120.307	72.184
Ajuste a Valor de Mercado – PL (disp. p/ Venda)	131.921	79.153	75.403	45.241
Subtotal das diferenças temporárias	**9.554.640**	**5.498.362**	**8.185.387**	**4.678.173**
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(862.070)	-	(731.989)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(378.822)	-	(300.913)
Crédito a 18% – 1998	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(265.175)	-	(210.639)
Total dos créditos tributários	**11.666.140**	**6.180.019**	**10.426.968**	**5.492.275**

Descrição	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste Vlr Mercado – Resultado	2.344	14.427	273	1.682
Ajuste a Valor de Mercado – PL (disp. p/ Venda)	3.597	22.137	1.961	12.065
Total dos créditos tributários, PASEP e COFINS	**5.942**	**36.563**	**2.234**	**13.747**

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.521.981	2.578.220	3.286.916	1.833.302
Provisão SFH	739.125	443.475	728.333	437.000
Provisão para contingências	1.674.887	1.004.932	1.735.786	1.041.471
Outros	898.908	439.891	946.249	473.538
Provisão SAÚDE CAIXA – NPC 26	1.419.452	851.671	1.292.399	775.439
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	168.367	101.020	120.307	72.184
Ajuste a Valor de Mercado – PL (disp. p/ Venda)	131.922	79.153	75.403	45.241
Subtotal das diferenças temporárias	**9.554.642**	**5.498.362**	**8.185.393**	**4.678.175**
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(862.070)	-	(731.989)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(378.822)	-	(300.913)
Crédito a 18% – 1998	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(265.175)	-	(210.639)
Total dos créditos tributários	**11.666.142**	**6.180.020**	**10.426.974**	**5.492.277**

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste Vlr Mercado – Resultado	2.344	14.427	273	1.682
Ajuste a Valor de Mercado – PL (disp. p/ venda)	3.597	22.137	1.961	12.065
Total dos créditos tributários PASEP / COFINS	**5.942**	**36.563**	**2.234**	**13.747**

(c) Movimentação do crédito tributário

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		
	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2010	**15.935.224**	**(4.744.106)**	**11.191.118**
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	2.343.204	-	2.343.204
Reversão de Provisão	(466.739)	466.739	-
Constituição PASEP/COFINS	14.815	-	14.815
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	102.139	-	102.139
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(130.082)	-	(130.082)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(77.908)	-	(77.908)
Baixa de Crédito Tributário – Ano 2002 MP 2.158-35/01	(54.536)	-	(54.536)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	222.547	-	222.547
Saldo em 31/12/2011	**17.888.664**	**(4.277.367)**	**13.611.297**

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO		
	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2010	**15.935.232**	**(4.744.106)**	**11.191.126**
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	2.343.198	-	2.343.198
Reversão de Provisão	(466.739)	466.739	-
Constituição PASEP/COFINS	14.815	-	14.815
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	102.139	-	102.139
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(130.082)	-	(130.082)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(77.908)	-	(77.908)
Baixa de Crédito Tributário – Ano 2002 MP 2.158-35/01	(54.536)	-	(54.536)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	222.547	-	222.547
Saldo em 31/12/2011	**17.888.666**	**(4.277.367)**	**13.611.299**

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2011		2010	
	Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	**4.303.478**	**4.303.478**	**2.547.585**	**2.547.585**
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	**(1.075.846)**	**(645.522)**	**(636.872)**	**(382.138)**
Efeitos tributários das adições e exclusões	231.305	139.252	126.974	76.176
Juros sobre o capital próprio	213.216	127.930	189.101	113.461
Participações dos empregados nos lucros	197.742	118.645	169.315	101.589
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	130.082	132.444	45.452	46.365
Incentivo Fiscal	19.519	-	11.416	-
Reserva de Reavaliação	6.675	4.005	10.377	6.226
Despesa corrente	**(277.305)**	**(123.245)**	**(84.237)**	**(38.321)**
Despesa diferida/Marcação a mercado	**(145.413)**	**(87.248)**	**(381)**	**(229)**
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL diferido	**1.556.457**	**746.767**	**1.136.668**	**880.586**
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**1.133.738**	**536.275**	**(84.618)**	**(38.550)**

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	**4.368.170**	**4.368.170**	**2.565.853**	**2.565.853**
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	**(1.092.019)**	**(655.226)**	**(641.463)**	**(384.878)**
Efeitos tributários das adições e exclusões	231.305	139.252	126.974	76.176
Juros sobre o capital próprio	213.216	127.930	189.101	113.461
Participações dos empregados nos lucros	197.742	118.645	169.315	101.589
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	130.082	132.444	45.452	46.365
Incentivo Fiscal	19.519	-	11.416	-
Reserva de Reavaliação	6.675	4.005	10.377	6.226
Participação em coligadas e controladas	59.727	35.836	-	-
Outros	(91.112)	(43.261)	(8.838)	(2.330)
Despesa corrente	**(324.864)**	**(140.373)**	**(97.666)**	**(43.164)**
Despesa diferida/Marcação a mercado	**(145.413)**	**(87.248)**	**(381)**	**(229)**
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL diferido	**1.556.452**	**746.767**	**1.136.671**	**880.587**
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**1.086.176**	**519.145**	**1.038.624**	**837.194**

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado de operação de crédito	15.278.811	27.967.053	19.573.718
Operações compromissadas	3.284.265	5.604.211	3.889.579
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.576.129	5.513.414	3.161.715
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.191	146.208	131.488
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.441.264	7.560.348	8.191.555
Instrumentos financeiros derivativos	(633.154)	(669.979)	(119.147)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.588.543	4.844.898	2.942.783
Juros de ativos financeiros – FCVS	802.582	1.866.949	1.578.850
Resultado com câmbio	6.201	6.701	2.570
Outras	63.786	73.261	34.094
Total	**28.486.618**	**52.913.064**	**39.387.205**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações com clientes	(9.228.201)	(17.102.498)	(11.884.615)	(9.227.224)	(17.100.885)	(11.884.615)
Operações com instituições financeiras	(470.010)	(617.967)	(36.606)	(470.010)	(617.967)	(36.606)
Despesas de captação no mercado aberto	(4.146.210)	(7.348.125)	(6.253.919)	(4.090.774)	(7.246.599)	(6.183.554)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.389.527)	(5.946.394)	(3.834.039)	(3.389.527)	(5.946.394)	(3.834.039)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(517.261)	(958.266)	(997.163)	(517.261)	(958.266)	(997.163)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.839.911)	(6.815.735)	(4.050.041)	(3.839.911)	(6.815.735)	(4.050.041)
Total	**(21.591.120)**	**(38.788.985)**	**(27.056.383)**	**(21.534.707)**	**(38.685.846)**	**(26.986.018)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício (1)
Administração do FGTS	1.434.162	3.129.791	2.456.397
Administração do FCVS	44.071	79.935	94.859
Administração do PIS	33.646	51.192	52.041
Administração das loterias	464.385	903.511	863.865
Administração do FIES	86.285	137.238	98.519
Administração do FAR	58.573	60.260	47.915
Seguro-Desemprego	28.581	57.054	53.076
Orçamento Geral da União (OGU)	7.865	59.263	85.760
Bolsa Família	135.603	272.676	247.923
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	30.693	59.654	56.951
Administração de fundos de investimento	467.575	906.675	821.145
Tarifas de convênios	963.534	1.850.505	1.634.707
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	67.499	119.878	92.619
TAC	113.023	341.941	386.126
Cartão de crédito	307.013	716.651	589.577
Cobrança de títulos	249.749	485.871	433.142
EMGEA – Administração de Contratos	113.816	223.005	242.079
Taxa de risco – Agente financeiro	161.672	300.899	221.189
CCFGTS	103.119	214.341	231.141
Carta de Crédito FGTS – Programa Minha Casa Minha Vida	49.068	137.284	127.889
CONSTRUCARD CAIXA	36.014	75.848	72.034
Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário	165.907	278.089	187.599
Rendas de serviços prestados a ligadas	255.232	465.273	349.339
Outros serviços	176.554	195.590	45.334
Subtotal	**5.553.639**	**11.122.424**	**9.491.226**
Rendas de tarifas bancárias	**956.248**	**1.523.643**	**985.920**
Pessoa Física	863.714	1.347.534	833.462
Pessoa Jurídica	92.534	176.109	152.458
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	**6.509.887**	**12.646.067**	**10.477.146**

(1) Houve reclassificação de contas na composição dos itens desta nota explicativa, em relação ao que foi divulgado no ano de 2010, o que determinou ajuste de valores, substancialmente nos itens "Tarifas de convênios" e "Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário".

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	**(3.813.543)**	**(7.398.200)**	**(6.375.098)**	**(3.813.543)**	**(7.398.200)**	**(6.375.600)**
Salários e proventos	(3.559.841)	(6.866.142)	(5.920.398)	(3.559.841)	(6.866.142)	(5.920.900)
Indenizações trabalhistas	(253.702)	(532.058)	(454.700)	(253.702)	(532.058)	(454.700)
Benefícios	**(705.606)**	**(1.340.383)**	**(1.118.217)**	**(705.606)**	**(1.340.383)**	**(1.118.236)**
Encargos sociais:	**(1.406.220)**	**(2.724.894)**	**(2.294.991)**	**(1.406.220)**	**(2.724.894)**	**(2.295.123)**
FGTS	(265.272)	(517.288)	(438.997)	(265.272)	(517.288)	(439.030)
Previdência social	(825.012)	(1.600.412)	(1.350.984)	(825.012)	(1.600.412)	(1.351.067)
Previ. complementar	(225.533)	(443.037)	(365.483)	(225.533)	(443.037)	(365.499)
Outros	(90.403)	(164.157)	(139.527)	(90.403)	(164.157)	(139.527)
Outros	**(103.367)**	**(177.911)**	**(164.880)**	**(103.598)**	**(178.756)**	**(165.319)**
Total	**(6.028.736)**	**(11.641.388)**	**(9.953.186)**	**(6.028.967)**	**(11.642.233)**	**(9.954.278)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Comunicações	(311.338)	(568.915)	(427.509)	(311.338)	(568.915)	(427.509)
Manutenção/conservação de bens	(420.368)	(815.295)	(632.002)	(420.368)	(815.295)	(632.002)
Água e energia	(122.444)	(247.471)	(229.560)	(122.444)	(247.471)	(229.560)
Aluguéis e arrendamento de bens	(340.064)	(693.922)	(618.241)	(340.064)	(693.922)	(618.241)
Despesas de material	(141.082)	(257.213)	(114.732)	(141.084)	(257.222)	(114.738)
Processamento de dados	(501.464)	(948.216)	(878.196)	(501.464)	(948.216)	(878.196)
Promoções e relações públicas	(91.570)	(179.159)	(131.011)	(91.570)	(179.159)	(131.011)
Propaganda e publicidade	(214.937)	(383.648)	(347.017)	(214.937)	(383.648)	(347.017)
Serviços do sistema financeiro	(139.842)	(273.331)	(242.189)	(139.842)	(273.331)	(242.189)
Serviços de terceiros	(485.865)	(881.744)	(713.222)	(485.865)	(881.743)	(713.222)
Serviços especializados	(237.789)	(437.537)	(353.697)	(240.894)	(441.407)	(355.891)
Serviços vigilância e segurança	(278.259)	(553.944)	(464.296)	(278.259)	(553.944)	(464.264)
Depreciação e amortização	(373.586)	(752.559)	(680.970)	(373.584)	(752.559)	(680.970)
Outras administrativas	(160.005)	(285.437)	(240.385)	(160.243)	(285.965)	(240.448)
Total	**(3.818.613)**	**(7.278.391)**	**(6.073.027)**	**(3.821.957)**	**(7.282.797)**	**(6.075.258)**

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	2.432.223	4.036.076	2.758.677	2.432.223	4.036.076	2.758.678
Recuperação de despesas	433.108	855.580	803.955	430.572	850.740	799.383
Reversão de outras provisões operacionais	581.649	1.195.340	672.218	581.649	1.195.340	672.218
Receitas de cartões de crédito	78.828	148.490	136.392	78.828	148.490	136.392
Receitas de dividendos	124	365	9.229	77.434	142.287	29.295
Atualização de depósitos em garantia	351.165	646.520	227.913	351.165	646.520	227.913
Atualização monet. s/ valores a receber da União	144.905	144.906	-	144.905	144.905	-
Outras receitas operacionais	278.091	417.190	879.100	260.896	400.016	879.047
Total	**4.300.093**	**7.444.467**	**5.487.484**	**4.357.672**	**7.564.374**	**5.502.926**

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Contribuição ao SFH	(554)	(382.635)	(1.022)	(554)	(382.635)	(1.022)
FCVS a receber – provisão/perdas	(171.113)	(452.835)	(306.504)	(171.113)	(452.835)	(306.504)
Obrigações com fundos e programas	(163.186)	(259.806)	(338.330)	(163.186)	(259.806)	(338.330)
Provisão para causas judiciais	(51.138)	(280.327)	(1.078.096)	(51.138)	(280.327)	(1.078.096)
EMGEA/UNIÃO	(1.744)	(20.063)	(32.129)	(1.744)	(20.063)	(32.129)
Loterias	(95.463)	(193.430)	(190.369)	(95.463)	(193.430)	(190.369)
Cartão de crédito	(375.375)	(690.767)	(586.755)	(375.375)	(690.767)	(586.755)
Serviços automatizados	(74.422)	(151.060)	(100.139)	(74.422)	(151.060)	(100.139)
Descontos de operações de crédito	(475.115)	(840.766)	(190.968)	(475.115)	(840.766)	(190.968)
Correspondente não bancário	(631.308)	(1.182.814)	(995.747)	(631.308)	(1.182.814)	(995.747)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(712.888)	(1.651.422)	(1.428.281)	(712.888)	(1.651.422)	(1.428.281)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(226.417)	(449.689)	(412.538)	(226.417)	(449.689)	(412.538)
Benefícios sociais	(44.992)	(81.666)	(80.166)	(44.992)	(81.666)	(80.166)
Fundo de investimento do FGTS	(3.770)	(6.852)	(22.638)	(3.770)	(6.852)	(22.638)
Alavancagem de negócios	(94.761)	(165.325)	(103.014)	(94.761)	(165.325)	(103.014)
Condenações judiciais	(117.126)	(241.921)	(547.448)	(117.126)	(241.921)	(547.448)
Créditos administrados por terceiros	(20.120)	(37.286)	(33.403)	(20.120)	(37.286)	(33.403)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(135.925)	(260.354)	(187.919)	(135.925)	(260.354)	(187.919)
Benefício pós-emprego	(281.428)	(562.857)	(537.708)	(281.428)	(562.857)	(537.708)
AM e juros pagos ao vendedor créd. Imobiliário	(161.895)	(270.982)	(144.362)	(161.895)	(270.982)	(144.362)
AM s/ restituições e recolhimentos	(302)	(17.704)	(185.874)	(302)	(17.704)	(185.874)
Desp. revendedor lotérico	(74.985)	(129.056)	(70.968)	(74.985)	(129.056)	(70.968)
Desp. provisões operacionais	(216.708)	(279.925)	(481.464)	(216.708)	(279.925)	(481.464)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(17.279)	(17.279)	-	(17.279)	(17.278)	-
Outras	(350.322)	(613.192)	(525.649)	(350.323)	(613.208)	(536.759)
Total	**(4.498.336)**	**(9.240.013)**	**(8.581.491)**	**(4.498.337)**	**(9.240.028)**	**(8.592.601)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais	**109.045**	**213.453**	**337.267**
Lucro na alienação de valores e bens	62.943	119.775	147.462
Alienação de bens imóveis	15.444	33.628	126.056
Sobras de caixa não reclamadas	13.502	24.324	17.601
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	3	3.163	23.836
Multas e penalidades	9.429	19.280	12.091
Outras rendas não operacionais	7.724	13.283	10.222
Despesas não Operacionais	**(233.618)**	**(448.049)**	**(488.264)**
Desvalorização de outros valores e bens	(1.547)	(4.015)	(97.939)
Indenizações por perdas e danos	(47.196)	(82.408)	(62.630)
Perdas em Imóveis	(18.637)	(36.039)	(36.523)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(115.871)	(234.486)	(216.547)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(10.753)	(19.413)	(16.632)
Perdas em cartões de crédito	(28.623)	(56.600)	(33.552)
Outras despesas não operacionais	(10.991)	(15.088)	(24.441)
Total	**(124.573)**	**(234.596)**	**(150.997)**

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2011		2010	2011		2010
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Contribuição COFINS	(636.451)	(1.190.889)	(974.141)	(641.857)	(1.200.481)	(974.354)
PIS/PASEP	(103.423)	(193.519)	(158.298)	(104.597)	(195.603)	(158.344)
Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(170.877)	(330.419)	(283.197)	(170.877)	(330.419)	(283.197)
Despesas com IPTU	(3.270)	(41.203)	(37.254)	(3.270)	(41.203)	(37.254)
Outras	(22.271)	(40.788)	(17.237)	(22.271)	(40.789)	(17.313)
Total	**(936.292)**	**(1.796.818)**	**(1.470.127)**	**(942.872)**	**(1.808.495)**	**(1.470.462)**

Nota 30 – Provisões

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

(a) As provisões estão assim apresentadas:

(i) Composição por classificação de risco Provável:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010	2011		
	31 de dezembro	Adições no exercício	Reversões/ Baixas no exercício	31 de dezembro
Demandas Fiscais	**575.572**	**66.175**	**(373.505)**	**268.242**
INSS	271.304	18.242	(242.040)	47.506
ISS	152.560	41.709	(7.652)	186.617
Outros	151.708	6.224	(123.813)	34.119
Demandas Cíveis	**3.587.568**	**604.780**	**(609.631)**	**3.582.717**
Perdas e danos	1.307.726	332.556	(198.721)	1.441.561
Poupança	1.488.774	201.392	(347.500)	1.342.666
Loterias	42.917	2.897	(36.897)	8.917
Crédito imobiliário	213.283	22.660	(21.153)	214.790
Contingenciamento do FGTS	534.868	45.275	(5.360)	574.783
Demandas Trabalhistas	**2.687.488**	**742.948**	**(617.550)**	**2.812.886**
Outras	**216.289**	**-**	**(174.618)**	**41.671**
Total	**7.066.917**	**1.413.903**	**(1.775.304)**	**6.705.516**

A provisão para causas fiscais está registrada na conta "Outras Obrigações – Fiscais e previdenciárias" (Nota 18(a)), e a provisão para as demais causas na conta "Outras obrigações – Diversas" (Nota 18(c)).

(ii) Composição por classificação de risco possível

As contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Demandas Fiscais	4.641.123	4.355.918
Demandas Cíveis	1.114.021	1.164.729
Demandas Trabalhistas	46.749	43.571
Total	**5.801.893**	**5.564.218**

(iii) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
Demandas Fiscais	7.401.564	6.515.569
Demandas Cíveis	632.466	666.875
Demandas Trabalhistas	1.474.686	1.332.171
Total	**9.508.716**	**8.514.615**

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(c.1) INSS

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de dezembro de 2011, montam a R$1.390.718 (2010 – R$ 1.455.145), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$47.506 (2010 – R$ 271.304).

(c.2) ISS

As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de dezembro de 2011 corresponde ao montante de R$ 235.989 (2010 – R$ 286.846). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R$ 184.343 (2010 – R$ 152.560).

(c.3) CSLL

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R$ 5.968 (2010 – R$ 123.774), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.4) PIS/PASEP

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R$ 667.691 de principal, R$ 500.768 de multa e R$ 3.011.018 de juros, os quais totalizam R$ 4.179.478 a valores de 31 de dezembro de 2011 (2010 – R$ 4.053.509, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível.

(c.5) Outras

A CAIXA possui 20 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R$ 461.645 em 31 de dezembro de 2011 (2010 – R$ 302.409).

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**2011**	**2010**
	31 de dezembro	**31 de dezembro**
Benefícios de curto prazo	**10.253**	**9.277**
Proventos	8.213	7.502
Encargos Sociais	2.040	1.775

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas, abaixo, as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994.

Descrição	**2011**		**2010**	
	31 de dezembro		**31 de dezembro**	
	Administrador R$	**Empregado R$**	**Administrador R$**	**Empregado R$**
Maior Salário	33.620	30.283	31.628	26.723
Salário Médio	29.800	5.497	28.750	4.925
Menor Salário	25.236	1.773	28.488	1.600

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a Caixa Seguros Holding S.A., Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

Descrição	**2011**	**2010**
	31 de dezembro	**31 de dezembro**
ATIVOS		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**2.063.590**	**202.509**
Banco Panamericano	2.063.590	202.509
Aplicações em operações compromissadas	**300.037**	**2.001**
Banco Panamericano	300.037	2.001
Rendas a receber	**1.469.305**	**839.998**
Caixa Seguros Holding S.A.	450	-
OGU – Orçamento Geral da União	1.468.855	839.998
Créditos adquiridos	**2.404.793**	**427.591**
Banco Panamericano	2.404.793	427.591
Total	**6.237.735**	**1.472.099**
PASSIVOS		
Depósitos	**296.191**	**243.451**
Caixa Seguros Holding S.A.	7.100	-
FUNCEF	1.250	1.268
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	287.841	242.183
Repasses do país – instituições oficiais	**25.222**	**13**
OGU – Orçamento Geral da União	25.222	13
Obrigações diversas	**31.462**	**28.666**
OGU – Orçamento Geral da União	31.462	28.666
Total	**352.875**	**272.130**

Descrição	**2011**		**2010**
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
RECEITAS			
Rendas de prestação de serviços	**264.277**	**526.960**	**437.622**
Caixa Seguros Holding S.A.	255.232	465.273	349.339
OGU – Orçamento Geral da União	9.045	61.687	88.283
Outras receitas operacionais	**44.135**	**137.616**	**110.879**
OGU – Orçamento Geral da União	44.135	137.616	110.879
Total	**308.412**	**664.576**	**548.501**
DESPESAS			
Despesas administrativas – aluguéis	**(22.601)**	**(44.097)**	**(38.398)**
FUNCEF	(22.601)	(44.097)	(38.398)
Outras despesas operacionais	**(1.770)**	**(3.419)**	**(3.046)**
OGU – Orçamento Geral da União	(1.770)	(3.419)	(3.046)
Total	**(24.371)**	**(47.516)**	**(41.444)**

As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

Descrição	**2011**	**2010**
Benefícios de curto prazo	**2.390.938**	**2.080.613**
Natureza salarial	1.599.972	1.403.353
Participação dos empregados no lucro	790.966	677.260
Benefícios pós-emprego	**6.328.531**	**5.840.201**
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	5.677.807	5.169.596
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	607.075	626.970
PREVHAB (cálculo atuarial)	43.649	43.636
TOTAL	**8.719.469**	**7.920.814**

Informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item Benefícios de curto prazo – Natureza salarial que apresenta o montante de R$ 1.599.948 (R$ 1.403.021 – 2010) na demonstração individual.

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

(i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.

(iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.

(iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS

(v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

(b) Plano de benefícios – Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.4) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Financeiras	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78%	6,00%	5,78%	6,00%	5,78%	6,00%
Projeção de aumentos salariais – média anual	2,41%	2,41%	2,89%	2,89%	2,89%	2,89%
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00%	1,00%	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50%	5,00%	5,50%	5,00%	5,50%	5,00%.
Retorno real anual dos ativos do plano	11,30%	11,30%	11,30%	11,30%	11,30%	11,30%

Demográficas	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de rotatividade	EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000	AT 83 M e AT 83 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2011	2011	2011
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(35.033.289)	(412.518)	(254.250)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.498.618	343.455	277.166
Valor presente da obrigação atuarial: sem cobertura / (em excesso)	**(6.465.329)**	**69.063**	**(22.916)**
Montante não reconhecido como ativo / (passivo) (1)	3.232.664	34.531	(11.458)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	647.073	(167.759)	19.435
Passivo/(Ativo) atuarial líquido: reconhecido no final do exercício	**-**	**-**	**7.976**

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2010	2010	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(31.330.322)	(358.031)	(283.896)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	37.230.243	447.248	230.424
Valor presente da obrigação atuarial: sem cobertura / (em excesso)	**(5.899.921)**	**(89.217)**	**53.472**
Montante não reconhecido como ativo / (passivo) (1)	2.949.960	(44.608)	26.736
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	884.794	(82.737)	(17.127)
Passivo / (Ativo) atuarial líquido: Reconhecido no final do exercício	**(2.065.167)**	**(127.345)**	**9.609**

(1) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2011	2011	2011
Valor Presente da obrigação atuarial: Início do exercício	**(31.330.322)**	**(358.031)**	**(283.896)**
Custo do serviço corrente	(58.484)	(3.482)	(18.602)
Custo de juros	(3.622.039)	(32.082)	(30.593)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(1.493.888)	(35.357)	66.711
Benefícios pagos pelo plano	1.471.444	16.434	12.130
Valor presente da obrigação atuarial: Final do exercício	**(35.033.289)**	**(412.518)**	**(254.250)**

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2010	2010	2010
Valor Presente da obrigação atuarial: Início do exercício	**(27.479.152)**	**(334.121)**	**(154.508)**
Custo do serviço corrente	(74.096)	(3.436)	(20.045)
Custo de juros	(3.017.912)	(33.925)	(9.567)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(2.092.304)	(5.694)	(110.000)
Benefícios pagos pelo plano	1.333.142	19.145	10.224
Valor presente da obrigação atuarial: Final do exercício	**(31.330.322)**	**(358.031)**	**(283.896)**

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2011	2011	2011
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	**37.230.243**	**447.248**	**230.424**
Retorno esperado dos ativos do plano	4.692.039	56.538	29.666
Ganhos / (Perdas) atuariais	1.018.447	(144.478)	23.206
Contribuições/Pagamentos do empregador	14.666	580	6.000
Contribuições de participantes do plano	14.666	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.471.444)	(16.434)	(12.130)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**41.498.618**	**343.455**	**277.166**

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2010	2010	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	**31.584.152**	**513.041**	**132.388**
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	51.581	18.545
Ganhos / (Perdas) atuariais	2.813.153	(99.962)	85.096
Contribuições/Pagamentos do empregador	15.781	551	4.619
Contribuições de participantes do plano	15.781	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.333.142)	(19.145)	(10.224)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**37.230.243**	**447.248**	**230.424**

(v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2011	2011	2011
Custo do serviço corrente	(58.484)	(3.482)	(18.602)
Responsabilidade dos participantes	(505.758)	(10.486)	9.764
Custo de juros	(3.622.039)	(32.082)	(30.593)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.692.039	56.538	29.666
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	(4.895)	(1.212)
Efeito do limite	(520.424)	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida	**(14.666)**	**(290)**	**(10.976)**

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	2010	2010	2010
Custo do serviço corrente	(74.096)	(3.436)	(20.045)
Responsabilidade dos participantes	(521.255)	276	5.533
Custo de juros	(3.017.912)	(33.925)	(9.567)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	51.581	18.545
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	(372)	-
Efeito do limite	(537.036)	-	3.224
Total da (despesa) / receita reconhecida	**(15.781)**	**(276)**	**(2.310)**

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(28.123)	(2.850)	(25.060)
Responsabilidades dos participantes	(661.324)	3.040	8.024
Custo de juros	(3.871.909)	(47.312)	(27.967)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.222.680	44.082	36.981
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(12.879)	506
Efeito do não reconhecimento do ativo	(676.797)	15.595	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(15.473)**	**(324)**	**(7.517)**

(c) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78%	6,00%
Projeção de aumentos salariais – média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50%	5,00%
Retorno real anual dos ativos do plano	11,30%	10,23%

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(37.535)	(36.607)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	43.649	43.636
Valor presente da obrigação atuarial em excesso	**(6.114)**	**(7.028)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	2.430	5.527
Ativo atuarial líquido reconhecido no final do exercício (1)	**(3.684)**	**(1.501)**

(1) A CAIXA optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	**(36.607)**	**(40.205)**
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(4.034)	(4.212)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(80)	4.553
Benefícios pagos pelo plano	3.187	3.257
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(37.535)**	**(36.607)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	**43.636**	**42.625**
Retorno esperado dos ativos do plano	6.149	5.712
Perdas atuariais	(2.948)	(1.444)
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	-	-
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(3.188)	(3.257)
Despesas administrativas	-	-
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**43.649**	**43.636**

(v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

Descrição	PREVHAB	
	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-
Responsabilidade dos participantes	-	-
Custo de juros	(4.034)	(4.212)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.149	5.712
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	68	-
Efeito do limite	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida no exercício	**2.183**	**1.500**

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Descrição	PREVHAB
	Benefício Definido
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros	(4.041)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.125
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-
Efeito do limite	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**2.084**

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA – um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 5.632.367 (2010 – R$ 5.166.068) e a despesa para o período acumulado até 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 651.359 (2010 – R$ 553.031).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78%	6,62%
Projeção de aumentos salariais – média anual	2,89%	1,04%
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50%	4,00%
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	1,93%	1,18%
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	4.637.896	4.387.210
Perdas atuariais não reconhecidos	994.472	778.857
Passivo atuarial líquido reconhecido no final do exercício	**5.632.367**	**5.166.068**

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	**(4.387.210)**	**(4.259.459)**
Custo do serviço corrente	(191.397)	(103.235)
Custo de juros	(490.865)	(456.722)
Ganhos / (Perdas) atuariais	246.517	276.681
Benefícios pagos pelo plano	185.059	155.525
Reduções	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(4.637.896)**	**(4.387.210)**

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	**-**	**-**
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	(185.059)	155.525
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(185.059)	(155.525)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**-**	**-**

(v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	2011	2010
Custo do serviço corrente	(191.397)	(103.235)
Contribuição dos participantes	-	-
Custo de juros	(490.865)	(456.722)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	30.902	6.926
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-
Total da (despesa) / receita no exercício	**(651.359)**	**(553.031)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2012	SAÚDE CAIXA
Montantes de:	
Custo do serviço corrente	(288.161)
Contribuições dos participantes	-
Custo de juros	(525.743)
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	48.956
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(764.948)**

(vii) Efeito decorrente de aumento ou redução de um ponto percentual dos custos médicos

Descrição	SAÚDE CAIXA	
	Decréscimo 1%	Aumento 1%
Valor total do custo de juros	(524.511)	(529.810)
Valor total do custo do serviço corrente	253.141	255.648
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.614.992	4.660.686
Percentual do valor total do custo de juros	(0,23)%	0,77%
Percentual do valor total do custo do serviço corrente	(0,49)%	0,49%
Percentual do valor presente da obrigação atuarial do plano	(0,49)%	0,49%

(e) Auxílio Alimentação, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano.

Para o período de setembro de 2011 a agosto de 2012 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R$ 435,16 (quatrocentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2011 a agosto de 2012 é de R$ 399,08 (trezentos e noventa e nove reais e oito centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O benefício Auxílio Pecúlio é administrado pela CAIXA e ela, em conjunto com os participantes, são partes intervenientes contribuindo com R$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Descrição	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78%	6,00%	5,78%	6,00%
Projeção de aumentos salariais – média anual	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50%	5,00%	5,50%	5,00%
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30%	11,30%
Taxa de rotatividade	-	-	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(624.440)	(651.502)	(11.152)	(9.888)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	7.429	6.249
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	(624.440)	651.502	3.723	3.639
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	13.916	9.484	(2.519)	(2.802)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	**638.356**	**660.986**	**1.204**	**837**

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Descrição	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	**(651.502)**	**(744.355)**	**(9.888)**	**(12.026)**
Custo do serviço corrente	-	-	(343)	(308)
Custo de juros	(71.992)	(80.985)	(1.110)	(1.312)
Ganhos / (Perdas) atuariais	4.432	26.440	(40)	3.506
Benefícios pagos pelo plano	94.623	54.868	229	252
Reduções	-	92.530	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(624.440)**	**(651.502)**	**(11.152)**	**(9.888)**

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Descrição	AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	**6.249**	**5.824**
Retorno esperado dos ativos do plano	749	658
Ganhos / (Perdas) atuariais	149	(468)
Pagamentos / Contribuições do empregador	187	177
Contribuições de participantes do plano	324	310
Benefícios pagos pelo plano	(229)	(252)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**7.429**	**6.249**

(v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

Descrição	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-	(343)	(309)
Contribuição dos participantes	-	-	324	310
Custo de juros	(71.992)	(80.985)	(1.110)	(1.312)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	749	659
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	-	(174)	(274)
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	92.529	-	-
Total da (despesa) / receita no exercício	**(71.992)**	**11.544**	**(554)**	**(926)**

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2012	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO PECÚLIO
Montantes de:		
Custo do serviço corrente	-	(383)
Contribuições dos participantes	-	342
Custo de juros	(66.633)	(1.286)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	907
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(149)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(66.633)**	**(570)**

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controladoria e Riscos. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil – BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Descrição	2011 31 de dezembro	2010 31 de dezembro
PR – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II – DEDUÇÕES)	**39.540.314**	**32.569.539**
NÍVEL I	**21.466.776**	**16.922.987**
Patrimônio Líquido	19.561.381	15.436.950
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.800.014	2.207.346
Reservas de Reavaliação	(464.595)	(478.318)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(168.926)	(178.770)
Ativo Permanente Diferido	(22.825)	(59.060)
Ajuste ao Valor de Mercado	(187.247)	(5.161)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	(51.026)	-
NÍVEL II	**18.683.916**	**15.647.401**
Reservas de Reavaliação	464.595	478.318
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.481.272	10.074.721
Instrumentos de Dívida Subordinada	8.550.802	5.089.201
Ajuste ao Valor de Mercado	187.247	5.161
DEDUÇÕES DO PR	**(610.378)**	**(849)**
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(609.388)	
Participação em instituição financeira no exterior	(990)	(849)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	**32.579.419**	**23.203.522**
Risco de Crédito (PEPR)	30.714.623	21.546.092
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (P_{JUR}, P_{COM} e P_{ACS})	34.739	36.847
Risco Operacional (P_{OPR})	1.830.057	1.620.583
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	**2.385.646**	**3.130.093**
MARGEM DE CAPITAL (PR – PRE)	**4.575.249**	**6.235.924**
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	**13,35%**	**15,44%**

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte ou parte intermediadora ou convenente de operações de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, *rating* das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Objetivando ainda gerir o risco de crédito, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação, as operações em carteira recebem reavaliações periódicas, as operações de varejo utilizam modelos de *Behaviour Scoring* e nas demais exposições aplica-se a reavaliação de *rating*.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da CAIXA é compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento desta categoria de risco, e define os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

***Value at Risk* – VaR**

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

R$ milhões

Valor em Risco em Cenário de Normalidade		
Fatores de Risco	**2011**	**2010**
	31 de dezembro	**31 de dezembro**
PRE	10,4	8,2
Cupom IGP	-	-
Cupom IPCA	0,1	0,3
VaR sem ED(1)	10,6	8,5
VaR com ED(1)	10,7	8,3

(1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II – disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência – PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado:

Descrição	Valor de Referência		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO						
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	**2.063.590**	**201.687**	**2.063.746**	**201.687**	**156**	**-**
Aplicações em Operações Compromissadas	**27.683.377**	**12.005.555**	**27.685.856**	**12.004.677**	**2.479**	**(879)**
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	**119.404.875**	**108.575.272**	**121.984.257**	**110.753.609**	**2.579.382**	**2.178.337**
Títulos para negociação	55.144.135	37.531.591	55.144.135	37.531.590	-	-
Títulos disponíveis para venda	5.594.541	1.582.856	5.594.541	1.582.856	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	58.666.199	69.460.825	61.245.581	71.639.163	2.579.382	2.178.337
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	**252.890.299**	**178.515.247**	**253.887.001**	**181.043.006**	**996.702**	**2.527.759**
Comercial	79.750.293	56.012.517	87.684.038	66.218.999	7.933.745	10.206.483
Habitação	152.870.586	108.330.025	148.897.621	104.713.947	(3.972.965)	(3.616.078)
Infraestrutura/Desenvolvimento	16.927.897	11.441.134	13.963.819	6.822.855	(2.964.078)	(4.618.279)
Outros Créditos	3.341.523	2.731.571	3.341.523	3.287.205	-	555.633
PASSIVO						
Captações de Recursos	**60.293.053**	**41.745.298**	**61.745.016**	**43.729.138**	**1.451.963**	**1.983.840**
CDB/RDB	39.215.509	30.429.778	39.524.657	32.060.008	309.148	1.630.231
LCI LH	21.077.544	11.315.520	22.220.359	11.669.130	1.142.815	353.609
Captação em Operações Compromissadas	**56.291.291**	**46.012.658**	**57.915.402**	**48.195.231**	**1.624.111**	**2.182.572**
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	**84.169.782**	**57.688.261**	**71.395.765**	**48.808.157**	**(12.774.017)**	**(8.880.104)**
Exterior	4.601	89.381	4.597	88.571	(4)	(810)
Tesouro	32.509	29.718	32.735	29.946	226	228
FGTS	80.599.183	54.172.590	67.091.999	45.387.573	(13.507.184)	(8.785.017)
BNDES	1.730.226	1.206.342	2.698.519	1.348.325	968.293	141.983
Depósitos não remunerados	1.803.263	2.190.230	1.567.915	1.953.742	(235.348)	(236.488)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	**13.884.459**	**13.016.149**	**15.829.703**	**14.491.312**	**1.945.244**	**1.475.162**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.

b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 31 de dezembro de 2011, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº. 475

Instrumentos Financeiros – 31 de dezembro 2011 – R$

Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(92.472)	(2.182.945)	(4.127.379)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(21.150)	(517.901)	(1.012.996)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(345.085)	(7.854.462)	(14.368.072)
Variação cambial	Queda nas taxas de cambio	(1)	(28)	(57)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I – A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II – A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação das situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA está em consonância com as diretrizes da instituição e com a Resolução CMN no 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras e inclui as atividades de identificação, avaliação, monitoração, controle e mitigação de riscos, incluindo quanto aos serviços terceirizados considerados relevantes para o funcionamento regular da Instituição.

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a CAIXA e alcança desde os produtos e serviços a serem lançados até aqueles já disponíveis aos clientes, considerando tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional permeiam as diferentes áreas da CAIXA, por meio do mapeamento das atividades e respectivas unidades da CAIXA.

Além do mapeamento, outro instrumento utilizado para a identificação dos riscos operacionais é a autoavaliação, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*), conhecida como autoavaliação de riscos e controles. A atividade é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores, que são questionados sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para reduzir esses riscos.

Avaliação

Os riscos identificados são avaliados qualitativa e quantitativamente.

a) Avaliação Qualitativa

Utiliza-se metodologia que agrega informações de gravidade, urgência e tendência, além de apontar os indicadores-chave de risco, que permitem uma visão antecipada de exposições a ocorrências de eventos de Risco Operacional.

A autoavaliação, em virtude das características de sua aplicação, também permite estimar a frequência e a severidade dos riscos operacionais identificados.

b) Avaliação Quantitativa (Mensuração)

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. A CAIXA utiliza a metodologia *Loss Data Distribution* – LDA para a realização dessas projeções.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

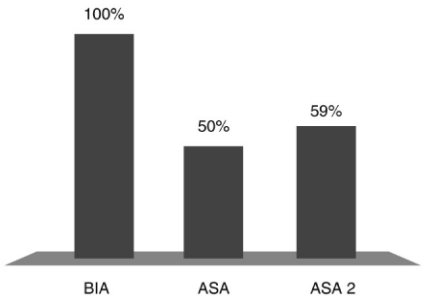
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

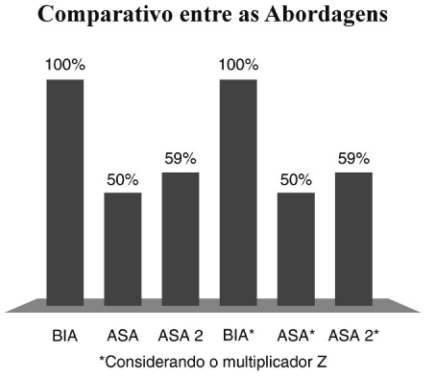
A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:

Alocação de Capital para Risco Operacional
Proporção da Abordagem BIA



Alocação de Capital para Risco Operacional
Comparativo entre as Abordagens



*Considerando o multiplicador Z

Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle, e como resultado espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. São conhecidas por modelo interno por necessitarem de várias informações da própria instituição.

O método interno requer maior número de variáveis a serem analisadas, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que, consequentemente, implicará na diminuição do capital regulamentar a ser alocado, quando comparado com os métodos padronizados.

O método interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Base de dados internos – A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Excetuando-se o segundo, os demais elementos acima mencionados são objeto de estudo, desenvolvimento e/ou aprimoramento na área responsável pelo gerenciamento de risco operacional na CAIXA.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 34 – Outras informações

(a) Administração de entidades sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2011	2010
	31 de dezembro	31 de dezembro
PIS [2]	28.852.466	27.542.968
FGTS[2]	39.589.974	35.865.937
FAR [2]	5.299.530	5.285.651
FDS[2]	1.063.262	1.323.199
FAS	29.318	30.374
FGS	105.641	49.502
FGHAB	425.564	131.584
CCA	20.616	5.501
CCAM	12	-
FGCN	1.400.154	1.206.234
FCE	15	-
Total	**76.786.552**	**71.440.950**
FCVS [(1) 2]	(81.868.881)	(89.873.424

(1) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.
(2) PIS – posição de setembro/2011, FGTS, FAR, FDS, FCVS – posição de novembro/2011.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.554 (2010 – R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 30.626 (2010 – R$ 32.129).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R$ 102.467 (2010 – R$ 95.615).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 166.460 (2010 – R$ 159.608).

Nota 35 – Eventos subsequentes

(a) Aquisição efetuada pelo Banco Panamericano

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração do Banco Panamericano e seus acionistas deliberaram sobre o aumento de capital social da Companhia, acima do limite do capital autorizado, no valor de R$ 1.800.000, mediante a emissão de 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O aumento de capital social realizado tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do banco; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Instituição; e (iii) possibilitar a realização de novos investimentos e aquisições estratégicas.

Em 31 de janeiro de 2012, foram celebrados com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE").

O valor da aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, é de R$ 940.361. Este valor representa um ágio de R$ 140.361 sobre o patrimônio líquido da BFRE estimado em R$ 800.000 ao final do exercício social de 2011.

A conclusão e fechamento da operação estão sujeitos à verificação de condições, incluindo a aprovação: (i) da transferência do controle acionário da Brazilian Mortgages pelo Banco Central do Brasil e (ii) da aquisição dos ativos de originação, financiamento e securitização, pelos acionistas do Panamericano em Assembléia Geral a ser convocada.

(b) Capitalização no Banco Panamericano

A alternativa de aporte de R$ 1,8 bilhão possibilita a adequação do Banco Panamericano às exigências de capital mínimo exigido pelo Banco Central e o enquadramento no índice de Basileia.

A CAIXAPAR e o BTG Pactual S.A. são atualmente acionistas titulares de 100% do capital votante e 74,20% do capital social total do Banco Panamericano. Observada a possibilidade de cessão estabelecida no "Memorando de Entendimentos não vinculante" e através do exercício dos seus respectivos direitos de preferência sobre a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de que são titulares, subscreverão o montante mínimo de R$ 1.335.651 no aumento de capital.

Também foi deliberado na Assembléia Geral o incremento do dividendo obrigatório do Banco Panamericano dos atuais 25% para 30% do lucro líquido ajustado da Instituição para o exercício de 2012, e 35% a partir do exercício de 2013, com a respectiva alteração do Estatuto Social.

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
2º SEMESTRE DE 2011

Nos termos do § 2º do artigo 17 do Regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004, deve ser publicado, em conjunto com as demonstrações contábeis, resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, evidenciando os aspectos mais relevantes.

O presente documento cumpre tal exigência ao contemplar sumárias informações referentes às atividades exercidas pelo Comitê no semestre recém-findo, ao externar opinião sobre as demonstrações contábeis e expor avaliação quanto à efetividade dos sistemas de controle interno da CAIXA e dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente.

Nesse sentido, incumbe destacar que o Comitê desempenhou suas atividades de forma independente, participou de todas as reuniões do Conselho de Administração, manteve encontros com o Conselho Diretor, em sua composição plena e individualmente com algumas Vice-Presidências, examinou e discutiu relatórios oriundos de diversas áreas, particularmente daquelas responsáveis pela contabilidade, controladoria, gerenciamento de risco, bem como os elaborados pelas auditorias interna e externa.

Atualizou-se quanto a recomendações formuladas pelas várias instâncias de controle e informou-se sobre o estágio das ações desenvolvidas visando cumpri-las. Apresentou e debateu propostas de aprimoramentos, em particular nos segmentos em relação aos quais deve expressamente opinar.

Fundado nas informações e observações coligidas, o Comitê reafirma que, de um modo geral, os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos corporativos da Caixa Econômica Federal revelam-se compatíveis com o atual estágio das atividades desenvolvidas na Instituição. O desafio de introduzir aperfeiçoamentos que se reflitam no aumento do grau de efetividade de tais segmentos é tema que frequenta a pauta de preocupação da alta administração.

Com as auditorias interna e independente o Comitê manteve permanentes reuniões, debatendo variados temas, desde os respectivos planos de trabalho até a formatação e apresentação dos seus relatórios. Como resultado desses encontros, extraem-se elementos que permitem concluir que os trabalhos das auditorias mostram-se, em seus aspectos essenciais, em consonância com o porte e características da CAIXA.

Como lhe compete, o Comitê examinou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente. Os dados e esclarecimentos obtidos e as observações colhidas, somados às manifestações do Conselho Diretor e da auditoria independente, amparam conclusão de que as demonstrações contábeis da Caixa Econômica Federal foram elaboradas em consonância com a regulamentação de regência e segundo as melhores práticas contábeis adotadas no País, refletindo, em seus aspectos nucleares, sua situação econômico-financeira.

Brasília (DF), 02 de fevereiro de 2012

Adilson Rodrigues Ferreira
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Econômica Federal – CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA e da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e o semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 7(b), em 31 de dezembro de 2011 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 18.223 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 8.163 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R$ 2.663 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R$ 12.723 milhões, em 31 de dezembro de 2011, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 20(a) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2011, a CAIXA possuía R$ 17.888 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R$ 4.277 milhões. O valor líquido de R$ 13.611 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o exercício e o semestre findos em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 2 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 01/2012 - ATA Nº 604, DE 02/02/2012

Assunto: **Demonstrações Contábeis da CAIXA referentes ao exercício de 2011.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 42 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício de 2011.

Os membros do Conselho, após análise dos documentos apresentados pela Empresa e com base nas reuniões ocorridas mensalmente, no Relatório da Auditoria Interna, nos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, e levadas em consideração as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo em relação às ênfases contidas em seu relatório, bem como as recomendações apontadas pela Auditoria Interna, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

O Colegiado examinou também, e manifestou-se favoravelmente, a proposta de destinação do resultado do exercício, constante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Brasília, 02 de fevereiro de 2012.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Conselheiro

LUIZ ROBERTO BEGGIORA
Conselheiro

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Conselheiro

PAULO HENRIQUE FEIJÓ DA SILVA
Conselheiro

LIANA DO REGO MOTTA VELOSO
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso XI, alínea "e", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, e alterado pelos Decretos nº 6.796, de 17 de março de 2009, e nº 7.086, de 29 de janeiro de 2010, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA, os Pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e considerando as recomendações do Conselho Fiscal, aprovou as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31/12/2011.

Brasília, 02 de fevereiro de 2012.

Maria Fernandes Caldas
Conselheira

Manoel Joaquim de Carvalho Filho
Conselheiro

Paulo Fontoura Valle
Conselheiro

Ricardo Soriano de Alencar
Conselheiro

Jorge Fontes Hereda
Vice-Presidente

Antonio Henrique Pinheiro Silveira
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.163, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LUIZ CARLOS DI NIZO SORGE, C.P.F. nº 085.643.698-42, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.164, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ANTONIO HERMANN DIAS MENEZES DE AZEVEDO, C.P.F. nº 941.321.788-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.165, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. FERNANDO HIDEKI KATO, C.P.F. nº 109.629.078-20, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamentos, abertos ao público, de processos administrativos sancionadores - CVM

Remarcação de Sessão de Julgamento

Informamos que a Sessão de Julgamento dos PAS CVM nº RJ2010/11352 - CONDOMINIUM VILLAGE S/A, retirada de pauta em 07.02.2012 foi remarcada para o dia 28 de fevereiro de 2012.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2012.
RENATA NOSRALA PORTAS
Chefe da Coordenação

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

RETIFICAÇÃO

No Anexo XIII da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, publicada nas páginas 50 a 72 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) nº 230, de 1º de dezembro de 2011, onde se lê: "1091-1/01", leia-se: "1091-1/02"; onde se lê: "FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO INDUSTRIAL", leia-se: "FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA".

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

PAUTA DE JULGAMENTO

Julgamentos marcados para o dia 29 de fevereiro de 2012 e 01 de março de 2012, na sede do COAF, situada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Lote 3-A, Brasília (DF):

29/02/2012:

Às 15:30: Processo Administrativo nº 11893.000038/2010-71. FINVEST Factoring e Fomento Mercantil Ltda (CNPJ: 04.276.170/0001-54).Fábio Taveiros Gonçalves de Oliveira (CPF: 146.342.638-07), Marilene Taveiros Gonçalves de Oliveira (CPF: 276.663.498-31) e Antônio Flávio Salomão (CPF: 214.531.378-82).

Relatora: Iara Antunes Vianna

Às 16h30: Processo Administrativo nº 11893.000018/2011-81. BRASFACTORING Fomento Mercantil Ltda (CNPJ: 72.438.864/0001-09). João Jereissati Ary (CPF: 617.619.583-72).

Advogada: Tiziane Maria Onofre Machado - OAB/CE 12.643

Relatora: Iara Antunes Vianna

01/03/2012:

Às 9h30: Processo Administrativo nº 11893.000060/2009-88. ATLÂNTICA Factoring Fomento Mercantil Ltda. (CNPJ: 04.315.398/0001-06). César Romero do Nascimento Lyra (CPF: 686.041.224-00).

Relator: José Ildomar Uberti Minuzzi

Às 10h30: Processo Administrativo nº 11893.000052/2010-75. TAMO Factoring Ltda (CNPJ: 03.079.136/0001-27). Delmar Antônio Miotto (CPF: 131.581.710-15) e Dinor Luiz Miotto (CPF:082.314.510-72).

Advogado: Carlos Roberto Prates - OAB/MG 80.327

Relator: Sergio Djundi Taniguchi

Às 14h00: Processo Administrativo nº 11893.000098/2007-99. LOREFAC Factoring e Serviços Ltda. (CNPJ: 94.552.163/0001-20). José Francisco Refosco (CPF: 134.409.180-68) e Lourdes Maria Refosco (CPF: 193.488.860-53).

Advogado: Lasier Bertoluz - OAB/RS 41.755

Relator: Everton Lucero

Às 15h00: Processo Administrativo nº 11893.000095/2008-36. GRAN PLUS Fomento Mercantil Ltda. (CNPJ: 05.331.782/0001-65). Dilvandira Farias da Cunha (CPF: 540.893.877-87) e Diljandi Farias da Cunha (CPF: 251.543.974-87).

Advogado: Jose Luis Dias da Silva - OAB/SP 119848

Relator: Everton Lucero

Brasília, 10 de fevereiro de 2012.
ANTONIO GUSTAVO RODRIGUES
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 10 de fevereiro de 2012

Nº 20 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 171ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, foram celebrados os seguintes Ajuste SINIEF, Convênios ICMS e Convênio ECF:

AJUSTE SINIEF 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre concessão de regime especial, na área do ICMS nas operações e prestações que envolvam jornais e dá outras providências.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 171ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 10 de fevereiro de 2012, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) resolve celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira Fica instituído para as empresas jornalísticas, distribuidores, e consignatários enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE -, listados no Anexo Único, Regime Especial para emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e -, modelo 55, nas operações com jornais e produtos agregados com imunidade tributária, nos termos deste ajuste.

Parágrafo único. Nas hipóteses não contempladas neste ajuste, observar-se-ão as normas previstas na legislação tributária pertinente.

Cláusula segunda As empresas jornalísticas ficam dispensadas da emissão de NF-e nas remessas dos exemplares de jornais e produtos agregados com imunidade tributária destinados a assinantes, devendo emitir na venda da assinatura dos referidos produtos, uma única NF-e englobando suas futuras remessas, tendo como destinatário o assinante e contendo no campo Informações Complementares: "NF-e emitida de acordo com os termos do Ajuste SINIEF 1/12" e "Número do contrato e/ou assinatura".

Parágrafo único. Para fins de consulta da NF-e globalizada, as empresas jornalísticas deverão fazer constar no contrato da assinatura o endereço eletrônico onde será disponibilizada a "chave de acesso" de identificação da respectiva NF-e.

Cláusula terceira As empresas jornalísticas emitirão NF-e nas remessas de jornais e produtos agregados com imunidade tributária aos distribuidores, consolidando as cargas para distribuição a assinantes e consignatários, contendo os requisitos previstos na legislação tributária, indicando como destinatário o respectivo distribuidor.

§ 1º No campo Informações Complementares deverá constar a expressão: "NF-e emitida de acordo com os termos do Ajuste SINIEF 1/12.".

§ 2º Serão emitidas NF-e, em separado, para o lote destinado a assinantes e para o lote destinado aos consignatários.

§ 3º Nas operações com distribuição direta pela empresa jornalística a assinantes e a consignatários, a NF-e referida no caput terá por destinatário o próprio emitente, observando para este efeito, os §§1º e 2º desta cláusula e as mesmas obrigações acessórias previstas nos §§1º e 2º da cláusula quarta, em faculdade à emissão do Danfe.

Cláusula quarta Os distribuidores ficam dispensados da emissão de NF-e quando da entrega dos exemplares de jornais e produtos agregados com imunidade tributária aos assinantes e consignatários recebidos na forma prevista na cláusula terceira, observado o disposto nos parágrafos seguintes.

§ 1º Em substituição à NF-e referida no caput, os distribuidores deverão imprimir, por conta e ordem das empresas jornalísticas, documentos de controle de distribuição numerados sequencialmente por entrega dos referidos produtos aos consignatários que conterão:

I - razão social e CNPJ do destinatário;

II - endereço do local de entrega;

III - discriminação dos produtos e quantidade;

IV - número da NF-e de origem, emitida nos termos da cláusula terceira.

§ 2º Na remessa dos produtos referidos no caput aos assinantes, os distribuidores deverão informar no documento de controle de distribuição o número da NF-e de origem, emitida nos termos da cláusula terceira.

Cláusula quinta Nos retornos ou devolução de jornais e produtos agregados com imunidade tributária, as empresas jornalísticas deverão emitir, quando da entrada da mercadoria, NF-e de entrada, consolidando o ingresso no estabelecimento, mencionando no campo informações complementares a expressão: "NF-e emitida de acordo com os termos do AJUSTE SINIEF 1/12", ficando dispensados da impressão do Danfe.

Cláusula sexta O disposto neste ajuste:

I - não dispensa a adoção e escrituração dos livros fiscais previstos na legislação tributária;

II - não se aplica às vendas à vista a pessoa natural ou jurídica não-contribuinte do ICMS, em que a mercadoria seja retirada no próprio estabelecimento pelo comprador, hipótese em que será emitido o respectivo documento fiscal.

Cláusula sétima Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos de 1º de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2013.

ANEXO ÚNICO

1811-3/01	Impressão de jornais
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas
4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações
4647-8/02	Comércio atacadista de livros jornais e outras publicações
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas
5310-5/01	Atividades do Correio Nacional
5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias de Correio Nacional
5320-2/02	Serviços de entrega rápida
5812-3/00	Edição de jornais
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Marcelo Piancastelli de Siqueira, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins

CONVÊNIO ICMS 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

Permite, até 31 de julho de 2012, ao Estado do Amapá não exigir a cópia da autorização expedida pela Receita Federal do Brasil concedendo isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, na hipótese que especifica, para concessão de isenção do ICMS nas operações com automóveis de passageiros para utilização como táxi, nos termos do Convênio ICMS 38/01.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 171ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 10 de fevereiro de 2012, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONVÊNIO

Cláusula primeira A exigência da cópia da autorização expedida pela Receita Federal do Brasil concedendo isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, prevista no inciso III do caput da cláusula sexta do Convênio ICMS 38/01, de 6 de julho de 2001, não se aplica, até 31 de julho de 2012, ao Estado do Amapá, na hipótese em que o adquirente exerça atividade há menos de um ano como condutor autônomo, nos casos da primeira aquisição de veículo em decorrência da ampliação do número de vagas de taxistas, nos limites estabelecidos em concorrência pública do município interessado.

Cláusula segunda Ficam convalidados os procedimentos adotados pelo Estado do Amapá, no período de 1º de agosto de 2011 até a data da produção de efeitos deste convênio, para a concessão do benefício da isenção de que trata o Convênio ICMS 38/01, sem a exigência da cópia da autorização referida na cláusula primeira deste convênio.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Marcelo Piancastelli de Siqueira, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins

CONVÊNIO ICMS 3, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Autoriza o Estado da Paraíba a dispensar juros e multa de mora relativos ao ICMS não recolhido no prazo legal, nas hipóteses e condições que estabelece.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 171ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 10 de fevereiro de 2012, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado da Paraíba autorizado a dispensar, em caráter excepcional, os juros e a multa de mora incidentes sobre o ICMS não recolhido, relativo ao período de referência: setembro a novembro de 2011, cujos pagamentos deveriam ter ocorrido entre os meses de outubro e dezembro de 2011.

Cláusula segunda A dispensa prevista na cláusula primeira fica condicionada a que o contribuinte beneficiado recolha integralmente o imposto devido, em moeda corrente, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data da entrada em vigor deste convênio.

Cláusula terceira O Estado da Paraíba poderá estabelecer códigos específicos de receita para efetivação do disposto neste convênio.

Cláusula quarta A dispensa de que trata este convênio não confere ao sujeito passivo beneficiado qualquer direito à restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Cláusula quinta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Marcelo Piancastelli de Siqueira, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins

CONVÊNIO ICMS 4, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui o Estado do Amazonas do Convênio ICMS 05/98, que autoriza os Estados que menciona a conceder isenção do ICMS na importação de equipamento médico-hospitalar.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 171ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 10 de fevereiro de 2012, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado do Amazonas excluído das disposições do Convênio ICMS 05/98, de 20 de março de 1998.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2012.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Marcelo Piancastelli de Siqueira, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins

CONVENIO ICMS 5, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera o Convênio ICMS 22/03, que autoriza o Estado de Minas Gerais a conceder isenção do ICMS nas operações internas promovidas pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS).

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 171ª reunião extraordinária, realizada em Brasília-DF, no dia 10 de fevereiro de 2012, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte:

CONVÊNIO

Cláusula primeira: Fica alterado o inciso II e incluído o inciso III na cláusula primeira do Convênio ICMS 22/03, de 4 de abril de 2003, com as seguintes redações:

"II - promovidas pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS) nas vendas, desde que a receita auferida seja aplicada nas suas atividades, e nas doações;

III - em aquisições promovidas pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), desde que os bens e mercadorias sejam destinados às suas atividades;"

Cláusula segunda: Este convênio entra em vigor na data de publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Marcelo Piancastelli de Siqueira, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins

CONVÊNIO ICMS 6, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera o Convênio ICMS 184/10, que autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS incidente na importação dos bens listados nos Anexos I e II para a Fundação Pio XII - Hospital do Câncer de Barretos.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 171ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 10 de fevereiro de 2012, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O inciso I da cláusula segunda do Convênio ICMS 184/10, de 10 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - o desembaraço aduaneiro ocorra até 30 de junho de 2011;";

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Marcelo Piancastelli de Siqueira, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins

CONVÊNIO ECF 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre a inclusão do Estado de Pernambuco nas disposições do § 5º da cláusula sexta do Convênio ECF 01/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) por estabelecimento que promova venda a varejo e prestador de serviço e dá outras providências.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 171ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Brasília, DF, no dia 10 de fevereiro de 2012, tendo em vista o disposto no art. 63 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O § 5º da cláusula sexta do Convênio ECF 01/98, de 18 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 5º Ficam os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Tocantins autorizados a alterar o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do caput desta cláusula."

Cláusula segunda Ficam convalidados os procedimentos adotados pelo Estado de Pernambuco, no período de 01.01.2012 até a data de início de vigência deste convênio, relativamente à alteração do § 5º, de acordo com a cláusula primeira do presente convênio.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega; Secretário da Receita Federal do Brasil - Carlos Alberto de Freitas Barreto, Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Marcelo Piancastelli de Siqueira, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO DA 154ª SESSÃO

Pauta de Julgamento de Recursos da 154ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, localizada na Av. Presidente Vargas, 730, 24º andar - sala 2 - Centro - Rio de Janeiro.

DIA 12 DE JANEIRO DE 2012, ÀS 10h.

01)RECURSO Nº 1088 - Processo SUSEP nº 15414.000337/98-46 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

02)RECURSO Nº 1426 - Processo SUSEP nº 10.006905/01-38 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança da Bahia; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

03)RECURSO Nº 1627 - Processo SUSEP nº 15414.001663/2002-27 - Recorrente: AIG Brasil Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

04)RECURSO Nº 1792 - Processo SUSEP nº 005-00781/99 - II volumes - Recorrentes: Corrente Corretora de Seguros S/C Ltda. e José Jair dos Santos - corretor responsável; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

05)RECURSO Nº 1826 - Processo SUSEP nº 10.006775/01-24 - Recorrente: AIG Brasil Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

06)RECURSO Nº 2276 - Processo SUSEP nº 15414.002529/2003-24 - Recorrente: PQ Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

07)RECURSO Nº 2559 - Processo SUSEP nº 10.004269/00-47 - Recorrente: Itaú Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

08)RECURSO Nº 2684 - Processo SUSEP nº 15414.005232/2002-30 - Recorrente: Federal de Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

09)RECURSO Nº 2780 - Processo SUSEP nº 10.005349/99-12 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

10)RECURSO Nº 2896 - Processo SUSEP nº 10.005998/01-83 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

11)RECURSO Nº 3148 - Processo SUSEP nº 10.003690/99-71 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

12)RECURSO Nº 3159 - Processo SUSEP nº 15414.002615/97-37 - II volumes - Recorrentes: COOPERMED Corretora de Seguros Ltda., Luiz Alves Barreto e Ênio Carlos Fenner - corretores responsáveis; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Relator de vistas: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

13)RECURSO Nº 3197 - Processo SUSEP nº 15414.002958/2004-82 - Recorrente: Santander Banespa Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

14)RECURSO Nº 3241 - Processo SUSEP nº 10.000690/01-51 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

15)RECURSO Nº 3275 - Processo SUSEP nº 005-00904/00 - II volumes - Recorrente: Logullo & Menoti Corretores de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

16)RECURSO Nº 3377 - Processo SUSEP nº 10.000859/99-11 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

17)RECURSO Nº 3436 - Processo SUSEP nº 15414.001901/97-21 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

18)RECURSO Nº 3658 - Processo SUSEP nº 15414.000542/2004-20 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

19)RECURSO Nº 3742 - Processo SUSEP nº 10.003918/99-87 - II volumes - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

20)RECURSO Nº 3815 - Processo SUSEP nº 010-00050/99 - Recorrente: Sabemi Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

21)RECURSO Nº 3960 - Processo SUSEP nº 15414.200031/2003-25 - II volumes - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

22)RECURSO Nº 3996 - Processo SUSEP nº 15414.000117/2002-79 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

23)RECURSO Nº 4059 - Processo SUSEP nº 10.002703/01-71 - II volumes - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

24)RECURSO Nº 4132 - Processo SUSEP nº 15414.100509/2003-18 - II volumes - Recorrente: Itaú Previdência e Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

25)RECURSO Nº 4166 - Processo SUSEP nº 15414.200229/2003-17 - II volumes - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

26)RECURSO Nº 4172 - Processo SUSEP nº 001-06387/96 - II volumes - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

27)RECURSO Nº 4189 - Processo SUSEP nº 15414.003200/2006-23 - Apensos Processos SUSEP nºs 15414.002863/2006-21 - recurso nº 4240, 15414.004022/2006-58 - recurso nº 4413, 15414.003978/2006-32 - recurso nº 4433 e 15414.004267/2006-85 - recurso nº 4477 - Recorrente: BCS Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

28)RECURSO Nº 4237 - Processo SUSEP nº 15414.002354/2006-06 - Recorrente: APS Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

29)RECURSO Nº 4263 - Processo SUSEP nº 10.001305/01-83 - II volumes - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

30)RECURSO Nº 4274 - Processo SUSEP nº 15414.005961/2002-96 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

31)RECURSO Nº 4306 - Processo SUSEP nº 15414.003867/2004-64 - Apensos Processos SUSEP nºs 15414.001615/2004-09 - recurso nº 4311, 15414.002558/2004-77 - recurso nº 4341, 15414.003516/2004-53 - recurso nº 4342, 15414.002955/2003-68 - recurso nº 4348, 15414.001276/2004-52 - recurso nº 4349, 15414.001369/2004-87 - recurso nº 4351, 15414.001365/2004-07 - recurso nº 4353, 15414.002555/2004-33 - recurso nº 4355, 15414.002967/2004-73 - recurso nº 4356, 15414.002546/2004-42 - recurso nº 4358, 15414002550/2004-19 - recurso nº 4359, 15414.001155/2004-19 - recurso nº 4360, 15414.003358/2004-31 - recurso nº 4361, 15414.001367/2004-98 - recurso nº 4362, 15414.002021/2004-15 - recurso nº 4363, 15414.002125/2004-11 - recurso 4364, 15414.002556/2004-88 - recurso nº 4365, 15414.002559/2004-11 - recurso nº 4366, 15414.002531/2004-84 - recurso nº 4367, 15414.003853/2004-41 - recurso nº 4370, 15414.003862/2004-31 - recurso nº 4371, 15414.003850/2004-15 - recurso nº 4372, 15414.002023/2004-04 - recurso nº 4373, 15414.001645/2004-15 - recurso nº 4374, 15414.002523/2004-38 - recurso nº 4375, 15414.001163/2004-57 - recurso nº 4391, 15414.001370/2004-10 - recurso nº 4392, 15414.002530/2004-30 - recurso nº 4393, 15414.004081/2004-64 - recurso nº 4394; 15414.001156/2004-55 - recurso nº 4402; 15414.004136/2004-36 - recurso nº 4409, 15414.002605/2004-82 - recurso nº 4410, 15414.002476/2004-22 - recurso nº 4411, 15414.002557/2004-22 - recurso nº 4412, 15414.002478/2004-11 - recurso nº 4501, 15414.002124/2004-77 - recurso nº 4584, 15414.002452/2004-73 - recurso nº 4585, 15414.002240/2004-96 - recurso nº 4586, 15414.002022/2004-51 - recurso nº 4604, 15414.002549/2004-86 - recurso nº 4606, 15414.002524/2004-82 - recurso nº 4607, 15414.002548/2004-31 - recurso nº 4608, 15414.003547/2004-12 - recurso nº 4609, 15414.001364/2004-54 - recurso nº 4635, 15414.002529/2004-13 - recurso nº 4651, 15414.003515/2004-17 - recurso 4248, 15414.001368/2004-32 - recurso 4253, 15414.002525/2004-27 - recurso 4308, 15414.002553/2004-44 - recurso 4352 e 15414.000147/2005-28 - recurso 5060 - Recorrente: Sul América Capitalização S.A. - SULACAP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima; Relator de Vistas: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

32)RECURSO Nº 4314 - Processo SUSEP nº 15414.006616/98-22 - III volumes - Recorrente: Rural Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

33)RECURSO Nº 4344 - Processo SUSEP nº 10.003757/99-40 - II volumes - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

34)RECURSO Nº 4381 - Processo SUSEP nº 15414.004202/2003-97 - Recorrente: UNIPREV - União Previdenciária; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

35)RECURSO Nº 4403 - Processo SUSEP nº 15414.100483/2004-99 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Rômulo de Castro Souza Lima.

36)RECURSO Nº 4497 - Processo SUSEP nº 15414.100811/2004-57 - Recorrente: Sul América Capitalização S.A. - SULACAP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

37)RECURSO Nº 4593 - Processo SUSEP nº 15414.003557/2006-10 - II volumes - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

38)RECURSO Nº 4689 - Processo SUSEP nº 15414.005333/2006-34 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

39)RECURSO Nº 5114 - Processo SUSEP nº 15414.000365/2008-13 - II volumes - Recorrente: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

40)RECURSO Nº 5142 - Processo SUSEP nº 15414.001601/2008-19 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto.

Observação:

1) Segundo o disposto no § 3º, do artigo 18 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto Nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, "nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

2) Em relação aos processos incluídos na pauta de julgamento acima, o Senhor Conselheiro Presidente do CRSNSP proferiu o seguinte despacho: "Para melhor planejamento dos trabalhos a serem realizados durante a sessão de julgamento designada para o dia 12 de janeiro de 2012, e tendo em vista o expressivo número de processos incluídos em pauta, DETERMINO, nos termos do art. 7º, incisos I, II e XII do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto Nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, que os recorrentes ou representantes legais que desejarem fazer sustentação oral durante a sessão de julgamento encaminhem o correspondente pedido de inscrição à Secretaria-Executiva do CRSNSP até o dia 11 de janeiro de 2012".

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2011.
FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 156, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera os Anexos IX e X do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2010, seção 1, páginas 30 a 43.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 310 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, resolve:

Art.1º Os Anexos IX e X do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2010, Seção 1, páginas 30 a 43, passam a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO IX
Chefes de Equipe

Região Fiscal	Unidades	Categoria	Cargo/Função	Quantitativo
7a.	SRRF - 7ª RF	EAC	FG 1	2
		EAD	FG 1	1
		EAT	FG 1	1
		ECD	FG 1	1
		EFI	FG 1	1
		EGP	FG 1	1
		ELG	FG 1	1
		ERA	FG 1	3
		ETI	FG 1	1
		ETR	FG 1	1
	DRF - Rio de Janeiro II (RJ)	EAC	DAS 1	2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			FG 1	12
		EAT	FG 1	4
		EFI	DAS 1	7
			FG 1	3
	ARF - Vila Velha (ES)	EAT	FG 2	2

ANEXO X
Assistentes Técnicos e Assistentes

Região Fiscal	Unidades	Categoria	Cargo/Função	Quantitativo
7a.	SRRF - 7ª RF	Assistente	FG 1	3
			FG 2	1
			FG 3	5
		Assistente Técnico	DAS 1	1
	Demac - Rio de Janeiro (RJ)	Assistente	FG 1	3
			FG 3	5
	DRF - Campos dos Goytacazes (RJ)	Assistente	FG 1	1
	DRF - Niterói (RJ)	Assistente	FG 1	1
	DRF - Nova Iguaçu (RJ)	Assistente	FG 1	1
	DRF - Rio de Janeiro I (RJ)	Assistente	FG 1	2
	DRF - Vitória (ES)	Assistente	FG 1	1
	DRF - Volta Redonda (RJ)	Assistente	FG 1	1
	ALF - Aeroporto Internacional do Galeão (RJ)	Assistente	FG 1	1
	ALF - Porto de Itaguai (RJ)	Assistente	FG 1	1
	ALF - Porto de Vitória (ES)	Assistente	FG 1	1
			FG 2	1
	ALF - Porto do Rio de Janeiro (RJ)	Assistente	FG 1	2
	IRF - Rio de Janeiro (RJ)	Assistente	FG 1	3

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL a pessoa jurídica que menciona, por ter praticado comercialização de mercadorias estrangeiras sem a comprovação da regular importação.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Brasília-DF, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e no art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007, declara:

Art. 1º A exclusão da pessoa jurídica KYOSK DO CELULAR, CNPJ 06.275.840/0001-43, do SIMPLES NACIONAL, conforme o Processo Administrativo nº 12539.000140/2011-50 em face das seguintes constatações:

Foi constatada, em operação de repressão ao contrabando e descaminho, que a empresa comercializava produtos de origem estrangeira sem documentação da regular importação.

Pelo exposto, faz-se necessária a exclusão "de ofício" da empresa fiscalizada por incorrer na comercialização de mercadorias objeto de descaminho, nos termos do disposto no art. 29, inciso VII, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º A exclusão surtirá efeito a partir de 01/02/2011, consoante o disposto no § 1º do art. 29, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando o contribuinte impedido de optar pelo referido regime diferenciado até 2014.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de trinta dias contados da data da ciência deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, art. 11 da Resolução CGSN nº 30 de 07 de fevereiro de 2008.

Parágrafo único. Não havendo a manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

JOEL MIYAZAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000491/2011-88.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000217/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000429/2011-96.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000211/2011, folhas 01 a 06 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000387/2011-93.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000202/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000501/2011-85.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000214/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000489/2011-17.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000215/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000374/2011-14

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000201/2011, folhas 01 a 04 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000493/2011-77.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000218/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000410/2011-40.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000213/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000523/2011-45.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000221/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000435/2011-43.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000172/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000495/2011-66.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000216/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000544/2011-61.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000001/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000509/2011-41.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA0000232/2011, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000483/2011-31.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA00000229/2011, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000499/2011-44.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA0000231/2011, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000503/2011-74.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA0000230/2011, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000542/2011-71.

Declara PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA0000227/2011, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000343/2011-63.

Declara PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA0000126/2011, folhas 01 a 04 do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilitação para operar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 295, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 1° a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e suas alterações considerando o que consta no processo nº 10120.728447/2011-03, resolve:

Art. 1º - Habilitar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) a pessoa jurídica CELG GERACAO E TRANSMISSAO S.A., CNPJ: 07.779.299/0001-73.

Art. 2º - Vincular o presente ADE aos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica, de titularidade da pessoa jurídica supra, constantes no Anexo I da Portaria nº 593, de 18 de outubro de 2011, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU em 19 de outubro de 2011, de acordo com o disposto no art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilitação para operar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 295, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 1° a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e suas alterações considerando o que consta no processo nº 10120.726726/2011-24, resolve:

Art. 1º - Habilitar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) a pessoa jurídica CELG GERACAO E TRANSMISSAO S.A., CNPJ: 07.779.299/0001-73.

Art. 2º - Vincular o presente ADE aos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica, de titularidade da pessoa jurídica supra, constantes no Anexo I da Portaria nº 559, de 04 de junho de 2010, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU em 07 de junho de 2010, de acordo com o disposto no art. 8º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SÉRGIO SILVEIRA GENU

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 2, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, tendo em vista sua competência estabelecida no artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de23/12/2010, declara:

I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa PLAST TECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS LTDA, CNPJ nº 07.616.737/0001-82, Processo 12266.721138/2011-75, nos termos do artigo 8o da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR FELIX DE CARVLAHO

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 25, de 02 de abril de 2007, publicado no DOU de 03 de abril de 2007, Seção 1, página 33, emitido a favor de LOG+ LOGÍSTICA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 11.552.049/0001-73, conforme consta das fls. 31/32, nos autos do processo de nº 10380.001845/2007-23.

Onde se Lê: "até 31 de dezembro de 2007". Leia-se: "até 31 de dezembro de 2015"

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: RETENÇÃO NA FONTE

EMENTA: RETENÇÃO NA FONTE. COMERCIALIZAÇÃO DE SOFTWARE. VENDA DE MERCADORIA. A comercialização de programas de software elaborados pela própria empresa ou desenvolvidos por determinado fabricante, desde que os produtos sejam colocados à disposição de clientes indistintamente, sem qualquer customização ou desenvolvimento específico, é considerada operação de venda de mercadorias e bens em geral. Na comercialização de software para órgãos e entidades da administração pública federal, de que trata a IN RFB nº 1.234, de 2012, aplica-se o percentual de retenção de 5,85%, quando ocorrer operações típicas de venda de mercadorias.

Dispositivos Legais: Decreto nº 3.000 (Regulamento do Imposto de Renda), de 26 de março de 1999, art. 647; Instrução Normativa SRF nº 459, de 18 de outubro de 2004; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

RAIMUNDO VALNÊ BRITO SIEBRA
Chefe

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/SDR n.º 038, de 18 de julho de 2011, publicado no DOU em 02 de setembro de 2011, onde se lê:

"Art. único - A nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do CNPJ 05.955.781/0001-91."

Leia-se: "Art. único - A nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do CNPJ 05.733.978/0001-86."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara a nulidade de inscrição no CNPJ por multiplicidade.

O AGENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSOS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria DRF/DIV/MG 37, de 29 de junho de 2011, tendo em vista o disposto no art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e considerando o que consta no processo administrativo de nº 13678.720029/2012-32, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - de nº 06.269.404/0001-61 por ter sido constatada multiplicidade na inscrição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos ex tunc.

ADEMAR DE BRITO

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Inscreve no Registro Especial de Bebidas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso VI do art. 6º da Portaria DRF/DIV/Nº 37 de 29 de junho de 2011, a partir das atribuições conferidas pelos art. 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13.675.000008/2012-27, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o Nº 06107/189, como produtor (inciso I do §1º do art. 2º da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 3 de fevereiro de 2005) o estabelecimento da empresa Savana Destilaria do Brasil Ltda CNPJ 10.748.780/0001-06, sito à Avenida Chico Inácio, 1359, Bairro Vila Santa Maria, Itaúna/MG, CEP 35681-411, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

Art. 2º A referida empresa exerce a atividade de produtora de aguardente de cana, do código 22.08.40.00 da TIPI, das marcas comerciais "Itaúna de Minas Outro, Itaúna de Minas Prata, Roça Mineiro Ouro, Roça Mineira Prata".

Art. 3º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa da Receita Federal Nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, com as respectivas alterações supervenientes, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

Art. 4º Este ato declaratório somente terá validade, após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO AMARILDO SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Inscreve no Registro Especial de Bebidas.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso VI do art. 6º da Portaria DRF/DIV/Nº 37 de 29 de junho de 2011, a partir das atribuições conferidas pelos art. 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13.675.000008/2012-27, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o Nº 06107/188, como engarrafador (inciso II do §1º do art. 2º da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 3 de fevereiro de 2005) o estabelecimento da empresa Savana Destilaria do Brasil Ltda CNPJ 10.748.780/0001-06, sito à Avenida Chico Inácio, 1359, Bairro Vila Santa Maria, Itaúna/MG, CEP 35681-411, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

Art. 2º A referida empresa exerce a atividade de engarrafadora de aguardente de cana, do código 2208.40.00 (art.149 do Dec. Nº 4.544, de 2002-RIPI) da marca comercial, tipo e capacidades dos recipientes informados no quadro abaixo.

MARCA COMERCIAL	TIPO DO RECIPIENTE	CAPACIDADE DO RECIPIENTE (ml)
Itaúna de Minas Ouro	Não retornável	750
Itaúna de Minas Prata	Não retornável	750

Art. 3º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa da Receita Federal Nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, com as respectivas alterações supervenientes, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

Art. 4º Este ato declaratório somente terá validade, após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO AMARILDO SOARES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 295 e 296 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 37, inciso II, combinado com o § 2º do art. 39 da Instrução Normativa RFB nº. 1.183, de 19 de agosto de 2011 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo nº. 10670.000099/2002-81, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa GRÁFICA E EDITORA JN LTDA, CNPJ nº. 02.381.927/0001-44, uma vez que ficou constatado que não se encontra no endereço informado à RFB.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, a partir desta data, ficando, ainda, a empresa impedida de praticar as transações previstas no artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº. 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Art. 3º O presente ato terá validade após publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro das inscrições que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e das atribuições conferidas pelo art. 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, com fundamento no § 3° do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1° Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, as seguintes inscrições:

Nº REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/04.895	ANDRE AFFONSO FERREIRA	070.907.777-74	12466.722020/2011-16
7A/04.896	SATIÊ FERREIRA CESARIO DE CASTRO	085.661.967-16	12466.722165/2011-17
7A/04.897	DANIEL FREIRE PEREIRA	112.969.527-11	12466.722207/2011-10
7A/04.898	JANAINA NUNES DE MORAES JORGE	121.512.177-60	12466.722242/2011-21
7A/04.899	ANTONIO FREDERICO SCHIMITHE	058.090.237-46	12466.722270/2011-48
7A/04.900	JULIO CESAR DOS SANTOS	008.066.137-85	12466.722278/2011-12
7A/04.901	WDSON FABIO SCHWENCK	085.943.377-36	12466.722366/2011-14
7A/04.902	SUELI ANDRIS COSSUOL AMORIM	098.136.147-14	12466.723538/2011-69

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLAVIO JOSE PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 3, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Declara Nula a inscrição de Empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DO SERVICO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTARIO -SECAT DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NOVA IGUACU/RJ, usando de suas atribuições que lhe confere o art.2º da Portaria 111, de 30 de setembro de 2011, e de acordo com o inciso II, art.33 da IN 1.210, de 16 de novembro de 201l, declara:

Art. 1º - NULA a inscrição nº 08.688.196/0001-60 no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ em nome da empresa RESTAURANTE E DISTRIBUIDORA CAPITÃO GANCHO LTDA , por haver sido constatado vicio de inscrição, com base nos autos do processo administrativo 16680.000.188/2009-61

Art. 2º - Este ADE entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/03/2003 , conforme preconiza o § 2° do art.33 da IN RFB 1.210/2011.

NEWTON BARBOSA DOS SANTOS

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 7, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara Nula a inscrição de Empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DO SERVICO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTARIO -SECAT DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NOVA IGUACU/RJ, usando de suas atribuições que lhe confere o art.2º da Portaria 111, de 30 de setembro de 2011, e de acordo com o inciso II, art.33 da IN 1.210, de 16 de novembro de 201l, declara:

Art. 1º - NULA a inscrição nº 12.991.351/0001-90 no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ em nome da empresa LIVING COMERCIO EXTERIOR LTDA O LTDA, por haver sido constatado duplicidade de inscrição, com base nos autos do processo administrativo 15559.000.911/2011-69.

Art. 2º - Este ADE entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/12/2010, conforme preconiza o § 2° do art.33 da IN RFB 1.210/2011.

NEWTON BARBOSA DOS SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara CANCELADAS as inscrições de CPF's constantes do presente ADE.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, com fundamento nos artigos 30 e 31 da Instrução Normativa SRF nº 1042, de 10 de junho de 2010, DOU de 14/06/2010, e pelas informações que constam no processo administrativo nº 12448.726727/2011-10, declara:

Art. 1º - O CANCELAMENTO das inscrições abaixo relacionadas, no Cadastro de Pessoa Física, por multiplicidade.

CPF nº 055.031.487-38 do titular JAIRO ANTÔNIO DA SILVA

CPF nº 044.997.507-09 do titular JAIRO PORTELA DA SILVA

CPF nº 048.332.117-69 do titular JAIRO DA SILVA PORTELA

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 104, de 19 de abril de 2010, publicado no D.O.U. de 20 de abril de 2010.

JOSÉ MAURO SANTOS FRANCO

ANEXO

Processo nº 10768.005462/2006-07

CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
05.101.651/0001-91 05.101.651/0002-72 05.101.651/0003-53 05.101.651/0004-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Campo em Produção: Golfinho	2300.0014986.05-2 2300.0014992.05-2 FPSO Cidade de de Vitória	28.04.2016
		Campos em Exploração: Bacia Sedimentar Ceará-Potiguar: BT-POT-44, 45, 47, 50, 51, 55, 56, 57, 59 e 62. Campos em Produção: Potiguar: Acauã, Alto do Rodrigues, Angico, Asa Branca, Baixa do Algodão, Baixa do Juazeiro, Barrinha, Benfica, Boa Esperança, Boa Vista, Brejinho, Cachoeirinha, Canto do Amaro, Estreito, Fazenda Belém, Fazenda Canaã, Fazenda Curral, Fazenda Junco, Fazenda Malaquias, Fazenda Pocinho, Guamaré, Icapuí, Jaçanã, Janduí, Juazeiro, Lagoa Aroeira, Leste do Poço Xavier, Livramento, Lorena, Macau, Monte Alegre, Morrinho, Mossoró, Noroeste do Morro Rosado, Pajeú (São Miguel), Pedra Sentada, Pintassilgo, Poço Verde, Poço Xavier, Ponta do Mel, Porto Carão, Redonda, Redonda Profundo, Riacho da Forquilha, Rio Mossoró, Sabiá, Salina Cristal, Serra do Mel, Serra Vermelha, Serraria, Três Marias, Upanema, Varginha e Várzea Redonda.	2500.0038947.08-2 2500.0038948.08-2 (retificações) DRILLMEC HH300 (RIG5845)	12.01.2012
			2500.0035508.07-2 2500.0035509.07-2 DRILLMEC HH300 (RIG5868)	15.01.2012

Processo nº 10768.003301/2011-38

Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.101.651/0001-91 05.101.651/0002-72 05.101.651/0003-53 05.101.651/0004-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e produção.	2700.0038950.08.2 (serviço) 2700. 0038949.08.2 (locação internacional) Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB nº 1.089/2010.	07/08/2012

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012

Alfandega até 20/07/2012 a instalação portuária de uso público que menciona.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª. REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições estabelecidas pela retro referida norma e à vista do que consta no Processo nº 11128.004858/2010-11 declara:

1) ALFANDEGADOS, a título permanente, até 20/07/2012, os 66 (sessenta e seis) tanques identificados sob os nºs 301 a 312, 319, 320, 501 a 511, 701 a 710, 801 a 810, 1101 a 1114 e 1301 a 1307, com capacidade de armazenagem total de 47.497,788m³, implantados na Instalação Portuária de Uso Público situada na zona primária do Porto Organizado de Santos, no Terminal de Tanques da Ilha Barnabé, município de Santos - SP, numa área de 38.398,27m² administrada pela empresa VOPAK BRASIL S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.167.450/0006-53, nos termos do Contrato Emergencial DP-DC nº 01.2012, firmado com a Companhia Docas do Estado de São Paul0 - CODESP em 17 de janeiro de 2012, tanques esses que se destinam à movimentação e armazenagem de granéis líquidos em operações de importação e exportação.

2) O recinto ora alfandegado está sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

3) Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75, de acordo com o "caput" do art. 4º do Decreto nº 1.912/96, adotando-se, para esse fim, a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48/96.

4) Permanece atribuído ao Terminal em questão o código 8.93.22.02.9.

5) Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

6) Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 23 de janeiro de 2012.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2012

Alfandega, até 10/06/2023, os 30 (trinta) tanques instalados na instalaçã portuária de uso público que menciona.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª. REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições estabelecidas pela retro referida norma c/c IN/SRF nº 106, de 24 de novembro de 2000, e, ainda, à vista do que consta no Processo nº 11128.007566/2006-46, declara:

1. ALFANDEGADOS, a título permanente, até 10/06/2023, os 30 (trinta) tanques identificados sob os nºs 01-1201, 01-801, 01-802, 01-803, 01-804, 01-805, 01-601, 02-1202, 02-1501, 02-1502, 02-1503, 02-1504, 02-1505, 02-1506, 02-1507, 02-1508, 03-602, 03-603, 03-604, 03-605, 03-606, 03-607, 03-608, 03-609, 03-610, 03-611, 03-612, 03-613, 03-614 e 03-615, cuja capacidade nominal de armazenagem totaliza 27.970,84m³, implantados na Instalação Portuária Marítima de Uso Público situada na margem esquerda do Porto Organizado de Santos - Ilha de Barnabé, s/nº - Proaps 24 - município de Santos - SP, com área total de 27.495,80m², arrendada da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP conforme o Contrato PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, e seus Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Instrumentos de Retificação, Ratificação e Aditamento firmados em, respectivamente, 18 de dezembro de 2001, 04 de abril de 2002, 22 de dezembro de 2003 e 31 de maio de 2006, administrada por ADONAI QUÍMICA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.703.755/0003-40, os quais se destinam à armazenagem de granéis líquidos em operações de importação, exportação e cabotagem.

2. Permanece válido e eficaz o credenciamento para operar como entreposto aduaneiro na importação, na atividade de armazenagem, em conformidade com o ADE/SRRF08 nº 144, de 22 de dezembro de 2009.

3. O recinto ora alfandegado está sob a jurisdição da ALF/STS, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao seu controle fiscal.

4. Permanece atribuído ao mesmo o código 8.93.13.49-6.

5. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo a RFB revê-lo a qualquer momento para sua eventual adequação às normas.

6. Fica revogado o ADE/SRRF08 nº 077, de 06 de agosto de 2010.

7. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB, lotada e em exercício no Serviço de Fiscalização - SEFIS - da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV do artigo 5º da Portaria nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, tendo em vista o disposto no §2° do artigo 39 da Instrução Normativa - IN RFB no 1.183, de 19 de agosto de 2011 e o que consta do processo administrativo fiscal n° 10830.720773/2012-39, declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica ESTRUTURA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 46.729.935/0001-04, pela sua não localização no endereço informado no cadastro CNPJ, conforme artigos 37 e 39, inciso II, da IN RFB nº 1.183, de 19/08/2011.

Assim, a partir da publicação deste Ato Declaratório, são considerados tributariamente inidôneos os documentos emitidos pela Pessoa Jurídica supracitada, face o disposto no artigo 43, parágrafo 3°, inciso I, alíneas a e b da IN RFB n° 1.183, de 19/08/2011, ficando a mesma sujeita ao disposto no artigo 42 da citada IN.

KATIA REGINA DE MATOS MOTOYAMA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilitação em admissão temporária.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições pelo artigo 297 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 747, de 14 de Junho de 2007, e ainda o que consta no Processo Administrativo nº 10314.720749/2012-39, declara:

Art. 1º Fica habilitada, em caráter precário, a utilizar os procedimentos simplificados para aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária a empresa TITAN PNEUS DO BRASIL LTDA, estabelecida na Rua dos Prazeres, nº 106, bairro Belenzinho, CEP03021-085, Município de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.385.941/0001-07, para as mercadorias abaixo relacionadas:

DESCRIÇÃO	MODELO	NCM	VALOR UNITÁRIO (US$)	SALDO TOTAL
CAIXAS DE FERRO DESMONTÁVEIS	MB-7	7309.00.90	300	15000
CAIXAS DE FERRO DESMONTÁVEIS	MB-5	7309.00.90	300	15000
CAIXAS DE FERRO DESMONTÁVEIS	MB-4	7309.00.90	300	1000
CAIXAS DE FERRO DESMONTÁVEIS	MB-3	7309.00.90	300	1000

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

RODRIGO LOREZON YUNAN GASSIBE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria DRF/LON nº 8, de 7 de janeiro de 2012, publicada no DOU nº 29, de 9 de fevereiro de 2012, Seção 1:

Onde se lê: "PORTARIA Nº 8, DE 7 DE JANEIRO DE 2012.";

Leia-se: "PORTARIA Nº 8, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012."

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

PORTARIA Nº 8, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Disciplina as operações de retirada de unidades de carga vazias para acondicionamento de granéis líquidos, denominadas Isotanques, de recintos alfandegados de zona primária jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá - ALF/PGA, bem como as de seus embarques.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º As operações de retirada de unidades de carga vazias para acondicionamento de granéis líquidos, denominadas Isotanques, cuja entrada no país encontra-se amparada por Conhecimentos de Carga (Bill of Lading - BL) e seus correspondentes Conhecimentos Eletrônicos - CE no sistema Mercante, de recintos alfandegados de zona primária jurisdicionados pela Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá - ALF/PGA, bem como as de seus embarques, serão executadas conforme a regulamentação desta Portaria.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto nesta Portaria, os Isotanques vazios que tenham entrado no país amparados apenas por Manifesto de Vazios declarado no Siscomex Carga.

Art. 2º A solicitação de retirada de Isotanques vazios será apresentada ao Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC da ALF/PGA pelo consignatário, ou seu representante, constante do CE.

§ 1º A solicitação será apresentada somente após o recolhimento do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM ou o reconhecimento de sua isenção pelo órgão competente, assim evidenciado pela existência de "Evento AFRMM" no sistema Mercante.

§ 2º Após autorizada a retirada, o depositário deverá realizar o registro da entrega da carga nos termos da Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007.

Art. 3º O embarque e a consequente saída do país de Isotanques vazios ficam autorizados sem procedimentos específicos, desde que respeitadas as normas de registro no Siscomex Carga previstas na Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007.

Art. 4º O depositário somente permitirá a retirada do recinto ou o embarque:

I - após se certificar que o Isotanque encontra-se vazio, sendo que o registro de seu peso líquido na operação de saída ou entrada no recinto deve ser feito no sistema informatizado de controle aduaneiro, conforme previsto no ADE Coana/Cotec nº 2, de 2003; e

II - após se certificar da ausência de bloqueios no Siscomex Carga ou outras comunicações de retenção.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 27 de fevereiro de 2012.

JACKSON ALUIR CORBARI

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 90, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e a Portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN n° 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas, em cumprimento ao disposto no §2º, inciso XI, do art 1º da Portaria STN n° 88, de 6 de fevereiro de 2012, as condições específicas a serem observadas na segunda etapa da oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B, a ser realizada em 8 de fevereiro de 2012:

a) Grupo I:

Prazo a partir da emissão (dias)	Cotação Aceita	Juros Reais (ao ano)	Data-Base	Data da Emissão	Data do Vencimento
1.649	107,0315	4,95%	15.07.2000	09.02.2012	15.08.2016
2.379	107,0843	5,23%	15.07.2000	09.02.2012	15.08.2018
3.840	106,4277	5,56%	15.07.2000	09.02.2012	15.08.2022

b) Grupo II:

Prazo a partir da emissão (dias)	Cotação Aceita	Juros Reais (ao ano)	Data-Base	Data da Emissão	Data do Vencimento
6.762	107,7104	5,59%	15.07.2000	09.02.2012	15.08.2030
10.415	108,8498	5,59%	15.07.2000	09.02.2012	15.08.2040
14.067	109,5310	5,59%	15.07.2000	09.02.2012	15.08.2050

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no art. 4º da Portaria STN nº 88, de 6 de fevereiro de 2012, o valor nominal atualizado até das Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Data-Base	VNA
NTN-B	15.07.2000	2.117,753753

Art. 3º Para o cumprimento do disposto no art. 8º da Portaria STN n° 88, de 6 de fevereiro de 2012, o valor nominal atualizado até 09.02.2012 das Notas do Tesouro Nacional, Série C - NTN-C, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Data-Base	VNA
NTN-C	01.07.200	2.583,989140

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

PORTARIA Nº 97, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143 de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e Portaria SE/MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001 e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 614.819 (seiscentos e quatorze mil, oitocentos e dezenove) Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B, no valor de R$ 1.370.322.271,35 (hum bilhão, trezentos e setenta milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos) ao preço de 27.12.2011, em favor da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, referente a 1ª tranche, conforme disposto no Termo de Acordo assinado em 26 de janeiro de 2012, observadas as seguintes condições:

CEEE-D				
TITULO	VENCIMENTO	PU (R$) em 27.12.2011	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R$)
NTN-B	15/5/2017	2.174,627952	124.146	269.971.361,72
NTN-B	15/5/2035	2.241,867086	116.270	260.661.886,08
NTN-B	15/5/2045	2.258,213406	177.268	400.308.974,05
TOTAL			417.684	930.942.221,85

CEEE-GT				
TITULO	VENCIMENTO	PU (R$) em 27.12.2011	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R$)
NTN-B	15/5/2017	2.174,627952	58.593	127.417.975,59
NTN-B	15/5/2035	2.241,867086	54.876	123.024.698,21
NTN-B	15/5/2045	2.258,213406	83.666	188.935.682,82
TOTAL			197.135	439.378.356,62

§1º Os títulos NTN- B terão também as seguintes características:
I - data base: 15 de julho de 2000;
II - data de emissão: 09.02.2012;
III - taxa de juros: seis por cento ao ano;
IV - valor nominal: R$ 1.000,00 (mil reais);
V - modalidade: nominativa;
VI - atualização do valor nominal: pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês anterior, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde a data base do título;
VII - pagamento de juros: semestralmente, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência, quando couber. O primeiro cupom de juros a ser pago contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título;
VIII- resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento;
IX - os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

Ministério da Integração Nacional

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 1, de 6-1-2012, publicado no Diário Oficial da União nº 9, de 12-1-2012, fl. 35, onde se lê: Tabela de Preços Projeto Tabuleiro de Russas; Leia-se: Tabela de Preços Projeto de Irrigação Santo Cruz do Apodi.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 323, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre o emprego de Policiais da Força Nacional de Segurança Pública nos Estados do Pará e Amazonas em apoio à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso VII, Art. 1º, da Portaria nº 178, de 04 de fevereiro de 2010 e no Dec. 6.044, de 12 de fevereiro de 2007.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, (Ofício Nº 24/2012-SNPDDH/SDH/PR, de 10 de JANEIRO de 2012), a fim de promover a proteção e assistência aos defensores dos direitos humanos, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego do efetivo de Policiais da Força Nacional de Segurança Pública em caráter episódico e planejado, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a fim de preservar a incolumidade física e o patrimônio dos defensores dos direitos humanos que, em razão de suas atividades, encontram-se em situação de risco ou vulnerabilidade, nos Estados do Pará e Amazonas.

Art. 2º O número de policiais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça obedecerá a planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 3º O prazo, no qual serão realizadas as atividades da Força Nacional, será de 30 (trinta) dias, prorrogáveis se necessário (art. 4º, parágrafo 3º, I, do Decreto 5.289/2004).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º Nortearão as ações da Força Nacional os dispostos na lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, bem como a Portaria Ministerial 178, de 04 de fevereiro de 2010.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 329, DE DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024375/2009-24, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, VALERIE VERMEIREN, de nacionalidade belga, filha de Chris Vermeiren e de Ann De Backer, nascida em Brasschaat, Bélgica, em 17 de junho de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 330, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017573/2009-31, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, FRANCISCO JAVIER SABORIDO ROMANO ou FRANCISCO JAVIER SOBRINHO ROMANO, de nacionalidade espanhola, filho de Juan Antonio Saborido e de Rosário Romano, nascido em Jerez da La Frontera, Espanha, em 27 de fevereiro de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 331, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.005218/2007-47, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, VANGI BEBIANA, de nacionalidade angolana, filha de José Salabiaco e de Ines de Susana, nascida em Luanda, Angola, em 14 de outubro de 1972.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 332, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.020610/2009-99, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MARCO ANTONIO OSINAGA MONTANO, de nacionalidade boliviana, filho de Ricardo Osinaga Jimenez e de Mari Montano Baldera, nascido em Porto Quijarro, Bolívia, em 18 de outubro de 1988, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 333, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.025226/2009-82, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JESUS GUILLERMO SOLIZ CASTRO, de nacionalidade boliviana, filho de Guillermo Soliz Torres e de Olga Castro Mejia, nascido em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, em 10 de agosto de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 334, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08099.003312/2010-81, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, HAMISI SULTAN CHEMBERA, de nacionalidade tanzaniana, filho de Sultan Abdallah e de Fatuma Mauzi, nascido em Dar Es Salaam, Tanzânia, em 5 de novembro de 1956, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 335, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012150/2010-69, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, RAUL FLORES ARUQUIPA, de nacionalidade boliviana, filho de Eulogio Flores e de Dionicia Aruquipa, nascido na Bolívia, em 5 de junho de 1971, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 336, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.013886/2010-54, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, PATRIQUE ADILSON CAPONGA, de nacionalidade angolana, filho de Jorge Antonio Caponga e de Suzana Madon, nascido na Angola, em 20 de agosto de 1973, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 337, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.007803/2008-62, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MYRIAN BARBOSA, de nacionalidade paraguaia, filha de Ramon Barbosa e de Serafina Cuevas, nascida em Estrivo de Plata, Paraguai, em 13 de agosto de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 338, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.020615/2009-11, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MIGUEL MARIA TERCIADO GARDE, de nacionalidade espanhola, filho de Juan José Terciado Arrupea e de Rosa Garde Jimeno, nascido em Navarra, Espanha, em 16 de fevereiro de 1964, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 339, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012808/2009-07, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JOLENE MARGARET JANSE VAN VUUREN, de nacionalidade sul-africana, filha de Frederick Joachim Janse Vuuren e de Margaret Bester, nascida em Johannesburg, África do Sul, em 1º de dezembro de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 340, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011995/2009-01, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, WENDY MONICA EATON, de nacionalidade sul-africana, filha de Des Bary Clinton Eaton e de Marie Emily Maria Eaton, nascida em Durban, África do Sul, em 6 de novembro de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 341, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.022819/2009-97, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, FREDERIC BERNARD PIERRE MANDRON, de nacionalidade francesa, filho de Alain Mandron e de Françoise Mandron, nascido em Hirson, França, em 15 de janeiro de 1963, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 342, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.011165/2008-84, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, GLEN EDGAR WILKE, de nacionalidade australiana e sul-africana, filho de Alan Wilke e de Kathleen Gibbs, nascido em Bulawayo, Zimbábue, em 13 de abril de 1963, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 1ª SESSÃO PLENÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente Pauta, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 15 de fevereiro de 2012, à partir das 09 horas, na sala 304 do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

I - Processos remanescentes de sessões anteriores:

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2003.01.22643	A	OSCAR CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR	Conselheira Marina da Silva Steinbruch Vistas Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	76
2.	2003.01.27491	A	JOSÉ IRALDO DA PAIXÃO	Conselheiro Mário Miranda de Albuquerque Vistas Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	58

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.	2005.01.52255	A	YONE DE ALMEIDA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato Vistas Virginius José Lianza da Franca e Vanda Davi Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	89
4.	2007.01.56739	A R	FRANCISCO ANSELMO GOMES DE BARROS IRACEMA SILVA SAMPAIO DE BARROS	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	IDADE	73

II - Processos incluídos para sessão do dia 15.02.2012:

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
5.	2001.01.00294	A	ANIZIO GOMES DE CAMPOS	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	NUMERAÇÃO	84
6.	2001.02.00688	A	ANTONIO CARLOS PEDRO DA SILVA	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	53
7.	2001.02.01885	A	LOURIVAL BATISTA PEREIRA	Conselheiro Prudente José Silveira Mello	NUMERAÇÃO	58
8.	2002.01.11854	A	EDILSON DE ALMEIDA JUPITER	Conselheiro Mário Miranda de Albuquerque	NUMERAÇÃO	80
9.	2003.01.28961	A	AGONALTO PACHECO DA SILVA	Conselheiro Nilmário Miranda	NUMERAÇÃO	85
10.	2006.01.53667	A	JOÃO TELMO DIAS	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	78
11.	2007.01.56624	A	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	IDADE	62
12.	2007.01.56711	A	JOÃO FRANCISCO RIBEIRO	Conselheira Ana Maria Guedes	IDADE	76

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 425, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4999 / DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACOSTA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 08.676.101/0001-99, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

45608 (quarenta e cinco mil, seiscentos e oito) Espoletas para Munição calibre 38,

42606 (quarenta e dois mil, seiscentos e seis) Projéteis para Munição calibre 38,

5000 (cinco mil) Estojos para Munição calibre 38,

2000 (dois mil) Estojos para Munição calibre .380,

430 (quatrocentos e trinta) Espoletas para Munição calibre 12,

13000 (treze mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 427, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/255 / DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MANAUS PROTECTION ACADEMIA DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGIL, CNPJ nº 10.418.180/0001-80, sediada no AMAZONAS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

30000 (trinta mil) Cartuchos de Munição calibre 38,

22000 (vinte e dois mil) Espoletas para Munição calibre 38,

22000 (vinte e dois mil) Projéteis para Munição calibre 38,

2500 (dois mil e quinhentos) Cartuchos de Munição calibre .380,

5700 (cinco mil e setecentos) Espoletas para Munição calibre .380,

5700 (cinco mil e setecentos) Projéteis para Munição calibre .380,

2500 (dois mil e quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 12,

6640 (seis mil, seiscentos e quarenta) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 428, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/354 / DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA PAULISTA DE FORMACAO E ESPECIALIZACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.342.688/0001-50, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

232400 (duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos) Espoletas para Munição calibre 38,

232400 (duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos) Projéteis para Munição calibre 38,

15700 (quinze mil e setecentos) Espoletas para Munição calibre .380,

15700 (quinze mil e setecentos) Projéteis para Munição calibre .380,

7150 (sete mil, cento e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 12,

80000 (oitenta mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 432, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4991/DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANJOS DA GUARDA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 65.136.566/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar em MINAS GERAIS, com Certificado de Segurança nº 2586/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 433, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4382/DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WEA ATHENAS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.166.696/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar em SÃO PAULO, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2601/12 (CNPJ nº 05.166.696/0001-44); e nº 2261/11 (CNPJ nº 05.166.696/0002-25).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 437, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/334 / DPF/NRI/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ORIGINAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.764.269/0001-23, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

18 (dezoito) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 439, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/421 / DPF/PDE/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E REC. PROF. DE VIGILANTE MARAJOX S/C LTDA, CNPJ nº 01.645.546/0002-43, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

850 (oitocentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 441, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4819/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOMENS DE PRETO SEGURANÇA E VIGILANCIA S/C LTDA, CNPJ nº 02.779.806/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 2456/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 453, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4409/DPF/LDA/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa LAS SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 13.050.015/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA, com Certificado de Segurança nº 2614/12 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08260.003890/2008-18 - HENRIQUE RIDLEY O`SELMO

Processo Nº 08260.004814/2010-44 - LUIS FILIPE COTRIM DA FONSECA

Processo Nº 08295.023293/2011-16 - RUTH ULLOA PATINO

Processo Nº 08506.007269/2011-07 - CHRISTOPHER EDWARD RUSSELL

Processo Nº 08506.007380/2011-95 - LUIS MIGUEL RIBEIRO COSTA

Processo Nº 08505.071307/2011-87 - FRANCISCO EMMANUEL RUIZ MIRANDA

Processo Nº 08505.074245/2011-65 - MINA ELRAHEB MESSAK BEBAWY

Processo Nº 08065.003448/2011-01 - MARCO GIACOBONE

Processo Nº 08096.008948/2011-64 - JOSIAS RIVIS LEITE

Processo Nº 08505.078888/2011-88 - MARIIA MOROMIZATO

Processo Nº 08461.004237/2011-13 - MATTHIAS POERSCHKE

Processo Nº 08458.002162/2010-04 - DIANA ELISA ALFARO VILLANUEVA

Processo Nº 08706.004935/2011-91 - LUIS ALBERTO HIGA KINA

Processo Nº 08505.079024/2011-83 - FILIPE MIGUEL DOS SANTOS BARROCAS

Processo Nº 08505.076136/2011-82 - GIUSEPPE GRECO

Processo Nº 08295.023754/2011-42 - FELICE PRESTI

Processo Nº 08295.016383/2011-42 - NEVILLE HORATIUS CRABBE

Processo Nº 08295.022828/2011-23 - JOAQUIM JOSÉ MACÚA PEREIRA

Processo Nº 08295.016593/2011-31 - VITOR SALVADO FRUTUOSO DA COSTA

Processo Nº 08295.016427/2011-34 - HYUN OK CHOI

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08256.003362/2006-66 - LUIGI D`AQUILA

Processo Nº 08260.000325/2008-07 - DAVID GOMEZ MOZUN e AMAYA MATEO ARGUEDAS

Processo Nº 08260.000691/2010-72 - SUN CHAO

Processo Nº 08260.006313/2008-88 - GUNTHER THOMAS PETTERS

Processo Nº 08260.006958/2008-11 - GUIDO VAN DER BILT

Processo Nº 08286.001549/2011-35 - OSIRIS PINA FERREIRA

Processo Nº 08321.002238/2011-10 - TONNY DORADO CHAVEZ

Processo Nº 08354.006380/2010-78 - LUIS EDUARDO PINEDO MORALES

Processo Nº 08441.002458/2011-87 - YOUSRI AHMAD MOHAMMAD SHALABI

Processo Nº 08505.011041/2011-13 - ZHONGXIN WENG

Processo Nº 08505.011078/2011-41 - JINQI WANG e JUAN LI

Processo Nº 08505.017193/2011-20 - PIERFRANCESCO ISAJA

Processo Nº 08505.071064/2011-87 - CHRISTIAN NWANEDO e MARIATOU BEYIP A MOUZON

Processo Nº 08505.071151/2011-34 - YU LIN e XUEZHEN LEI

Processo Nº 08505.071263/2011-95 - JOSE MIGUEL SALVATIERRA ENRRIQUEZ

Processo Nº 08505.071317/2011-12 - WILMER CRUZ FLORES e DEYCI DINA CASTILLO OCHOA

Processo Nº 08531.002159/2007-57 - PAOLA GUTIERREZ YUJA

Processo Nº 08505.021268/2011-77 - MARIA DEL ROSARIO AVELLANEDA LANUSSE

Processo Nº 08280.032505/2011-15 - ITALO EDUARDO PROANO PINARGOTE

Processo Nº 08260.002303/2003-69 - PETER FRISCH

Processo Nº 08260.004900/2008-32 - SILVANO MOROSINI

Processo Nº 08505.079025/2011-28 - SANDRA OLIVERA JALDIN

Processo Nº 08212.004368/2011-24 - BONNY MARIE CHAMOCHUMBI RODRIGUEZ

Processo Nº 08240.020378/2011-70 - LUIS ANTONIO CABALLERO ALVARADO

Processo Nº 08096.011413/2011-71 - EDID ELISA TASCHNER DE LORENZ

Processo Nº 08505.074241/2011-87 - JUAN ALVAREZ QUISPE e JULIA CHIPANA DE ALVAREZ

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08441.004696/2011-27 - SONIA MARGOT SANDEZ RODRIGUEZ

Processo Nº 08441.004342/2011-82 - BRUNA MAGALA CARDOZO SIGNORELLI

Processo Nº 08441.002600/2011-96 - GLADYS ALVEZ USTRA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.006378/2011-29 - DANIEL FERNANDEZ

Processo Nº 08260.008271/2011-15 - LORENA ELIZABETH BIERSCHUVALL

Processo Nº 08260.008816/2011-93 - MATIAS FRANZA DAMMERS

Processo Nº 08495.005937/2011-20 - CAROLINA BERTOTTO

Processo Nº 08495.005949/2011-54 - JOEL ALEJANDRO FARIAS

Processo Nº 08495.005984/2011-73 - ROMAN MARIANO ACCAVALLO

Processo Nº 08709.011758/2011-79 - MIGUEL CARLOS BRANDO

Processo Nº 08442.000569/2011-49 - PAULO FABRIZIO MILANESE

Processo Nº 08504.017231/2011-54 - MIGUEL ANGEL ATTALLAH

Processo Nº 08504.019586/2011-88 - HECTOR OSVALDO RODRIGUEZ

Processo Nº 08442.000705/2011-09 - LUIS ALBERTO BAZZALO

DEFIRO o pedido de transformação da Residência Provisória em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, salientando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso reste verificada falsidade na documentação apresentada pelo requerente.

Processo Nº 08391.008673/2011-24 - ROBERTO ORLANDO GONZALEZ ASTORGA

Processo Nº 08444.006800/2011-98 - CRISTIAN ANDRES VIDAL MOLINA

Processo Nº 08441.004505/2011-27 - BACILIA GIL DE MAMANI

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08390.005521/2011-80 - BARRY ALPHA BAKAR

Processo Nº 08457.014853/2011-33 - MADALENA PRESENCE RITA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário VII, em permanente, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08494.007403/2011-48 - ZULEMA JACQUELIN JOFRE PALMA

Processo Nº 08494.007404/2011-92 - MARGARITA CAROLINA CONTRERAS VALDEBENITO

Processo Nº 08505.047275/2011-07 - MANUEL FRANCISCO RODRIGUEZ SANCHO

DEFIRO o presente pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul.

Processo Nº 08505.040052/2011-19 - PABLO REALI, FEDERICO REALI, MALENA REALI, NICOLAS REALI, SANTIAGO REALI e SOLEDAD ALONSO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.050615/2011-51 - SILAS EZEQUIEL LIMA COITINO

Processo Nº 08441.002429/2011-15 - SERRANA MIRIAM RIVAS BISIO

Processo Nº 08441.004107/2011-19 - CARLOS ADRIAN VIERA PITIN TORRES

Processo Nº 08441.004249/2011-78 - SERGIO LUIS NUNEZ SUAREZ

Processo Nº 08441.004252/2011-91 - HEGINES BERON MOREIRA

Processo Nº 08441.004305/2011-74 - ELIZABETH MINGUTA

Processo Nº 08441.004745/2011-21 - ANA VIVIAN GUASQUE VALLARINO

Processo Nº 08441.005491/2011-69 - MARCOS ADRIAN SUAREZ LEITES

Processo Nº 08441.005500/2011-11 - MATIAS BARNECHE LANZZERI

Processo Nº 08495.004776/2011-57 - HUGO CESAR GONZALEZ ESTEVEZ

Defiro o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. FRANK TOBIAS BAUR e para Srª SARAH MELANIE BAUR, e com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração para seu filho menor LUCA PAUL LEONHARD BAUR.

Processo Nº 08506.006016/2011-16 - FRANK TOBIAS BAUR, LUCA PAUL LEONHARD BAUR e SARAH MELANIE BAUR

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente formulado pelo(a) nacional peruano, GROVER GUTIERREZ GAYOSO, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08387.001439/2011-35 - GROVER GUTIERREZ GAYOSO

Determino o arquivamento do presente processo, diante da solicitação da parte interessada.

Processo Nº 08240.011504/2011-03 - MARI SHIBUYA

Determino o arquivamento do(s) presente(s) processo(s), tendo em vista o falecimento do(s) requerente(s).

Processo Nº 08458.009790/2009-79 - NEAL RAY WOODEN

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, do(s) pedido(s) abaixo relacionado(s), para que surta(m) seus jurídicos e legais efeitos .

Processo Nº 08270.009124/2011-43 - DANIEL HECTOR UTRILLA

Processo Nº 08460.007862/2010-38 - YI YUANYUAN e WU LINJUN

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 27 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pela nacional peruana NICOL FLORES CHOQUEHUANCA, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08220.016722/2009-40 - NICOL FLORES CHOQUEHUANCA

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 36 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional turco SALIH YILMAZ, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08389.014615/2011-89 - SALIH YILMAZ

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 34 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional colombiana YOMAIRA HERNANDEZ LATORRE, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08280.031809/2009-32 - YOMAIRA HERNANDEZ LATORRE

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 52 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional chinesa YI TING CHUNG, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08335.032938/2009-65 - YI TING CHUNG

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 18 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional guineense NAFPRASMAN DA SILVA, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08455.100249/2010-68 - NAFPRASMAN DA SILVA

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 34 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional nigeriano OKECHUKWU JOHN EZEUFONNA, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.063149/2009-77 - OKECHUKWU JOHN EZEUFONNA

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 65 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional chinês FENG YANG, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.093953/2009-81 - FENG YANG

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 29 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional nigeriano IKECHUKWU UCHE ANOZIE, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.096180/2009-94 - IKECHUKWU UCHE ANOZIE

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 13 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pela nacional espanhola MATILDE VILAR MARONAS, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08460.022964/2009-40 - MATILDE VILAR MARONAS

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 53 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional libanês FOUAD FAHS, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08389.032301/2009-43 - FOUAD FAHS

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 47 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional nigeriano NDUBUISI PRINCE ONYECHERE, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.089777/2009-82 - NDUBUISI PRINCE ONYECHERE

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 05 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pela Srª. NORMA BEATRIZ IRALA VERA, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.101810/2009-50 - NORMA BEATRIZ IRALA VERA

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 51 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pela nacional peruana NORKA BEATRIZ HUAMAN LOZANO, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08707.010045/2009-93 - NORKA BEATRIZ HUAMAN LOZANO

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 27 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional venezuelano NOLBERT GABRIEL SALAZAR PINTO, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08485.018341/2009-94 - NOLBERT GABRIEL SALAZAR PINTO

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 32 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional paraguaio MARCIANO BERNAVE BAEZ, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.096647/2009-04 - MARCIANO BERNAVE BAEZ

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 20 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional paraguaio PEDRO LUIS BORJA RODAS, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.099362/2009-17 - PEDRO LUIS BORJA RODAS

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 95 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional coreano SUNG UK KIM, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.101713/2009-67 - SUNG UK KIM

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 75 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pela nacional chinesa QIAOYUE SU, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.047002/2009-30 - QIAOYUE SU

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 26 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional italiano VINCENZO MODUGNO, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08475.030872/2009-74 - VINCENZO MODUGNO

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 57 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pela nacional argentina TAMARA RAQUEL GOMEZ, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08420.013304/2009-44 - TAMARA RAQUEL GOMEZ

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 32 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional chinesa XU QINGHUA, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08460.035831/2009-33 - XU QINGHUA

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 53 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pela nacional chinesa FENG LIYUAN, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08457.007642/2009-20 - FENG LIYUAN

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 17 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional peruano WALTER CAHUANA MONTIALE, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.097094/2009-07 - WALTER CAHUANA MONTIALE

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 07 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional chinês WANG BOZHU, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08455.083059/2011-50 - WANG BOZHU

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 30 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional italiano GIANLUCA MONACO, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08455.096276/2009-95 - GIANLUCA MONACO

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 37 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional peruano VALENTIN CHAMPI PANCCAHUA, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.101942/2009-81 - VALENTIN CHAMPI PANCCAHUA

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 14 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pela nacional argentina PAOLA ROXANA VIVELLARA, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08091.002883/2009-79 - PAOLA ROXANA VIVELLARA

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 82 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional chinês PEI LIU, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.054987/2009-50 - PEI LIU

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 93 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional chinês QINQIAO WU, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.008513/2011-51 - QINQIAO WU

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 13 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional coreano YOUNG HOON SONG, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08505.101902/2009-30 - YOUNG HOON SONG

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fl. 46 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, arquivo o pedido formulado pelo nacional chinês GOU WENZHONG, nos termos do art. 40, da Lei 9.784/99.

Processo Nº 08457.008358/2009-71 - GOU WENZHONG

Face às diligencias procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido por não restar demonstrada a efetiva existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "b", da Lei n° 6.815/80.

Processo Nº 08458.004950/2011-16 - ROSS ANTHONY GHAHAM SMITH

Conforme disposto no art. 8º, da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista que o chamado encontrava-se em situação irregular no país no momento do pedido.

Processo Nº 08091.002844/2011-96 - AMELIA ESPERANCA EDWARDS

Face às diligencias procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido por não restar demonstrada a efetiva existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei n° 6.815/80.

Processo Nº 08260.005594/2010-76 - CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08260.006577/2011-37 - CAROLINA MORENO SALCEDO, até 22/10/2012

Processo Nº 08260.006580/2011-51 - LUIS EDUARDO PLAZAS CORONADO, até 29/09/2012

Processo Nº 08286.001790/2011-64 - CARLA BETY DA SILVA PIRES DOS SANTOS, até 21/09/2012

Processo Nº 08286.001810/2011-05 - MAHOUTON JONAS STEPHANE HOUNDJO, até 06/10/2012

Processo Nº 08444.007478/2011-14 - WILSON PABLO MEDINA BELTRAN, até 01/02/2013

Processo Nº 08444.007507/2011-48 - ROLANDO ANTONIO VELIZ RIQUELME, até 26/02/2013

Processo Nº 08444.007529/2011-16 - TIANLUN CHEN, até 22/01/2013

Processo Nº 08444.007547/2011-90 - YULI MELISA SIERRA ARGUELLO, até 01/03/2013

Processo Nº 08444.007550/2011-11 - JOHAN LEANDRO TELLEZ GARZON, até 10/03/2013

Processo Nº 08444.007592/2011-44 - MARCELLO COGORNO JARA, até 15/02/2013

Processo Nº 08444.007616/2011-65 - TOMAS GUZMAN SANCHEZ, até 10/02/2013

Processo Nº 08444.007618/2011-54 - LINDINALVA RAMOS SPENCER, até 08/03/2013

Processo Nº 08444.007621/2011-78 - FLOR DIANA YOKOAY CLAROS CHACALTANA, até 01/03/2013

Processo Nº 08444.007644/2011-82 - ABI SAMBU, até 20/02/2013

Processo Nº 08444.007651/2011-84 - MIKE MUYA TSHIBENDE, até 26/02/2013

Processo Nº 08495.005445/2011-34 - JOSE RAMON MORA, até 24/01/2013

Processo Nº 08495.005569/2011-10 - MARIA JOSE BELTRAN PIGNI, até 20/03/2013

Processo Nº 08495.006034/2011-66 - NANCY ROSA ALBA NIEZWIDA, até 17/03/2013

Processo Nº 08506.017763/2011-71 - DOMINGOS DOS SANTOS SALEMBE, até 06/03/2013

Processo Nº 08506.017765/2011-61 - OMAR YESID DURAN TRIANA, até 17/02/2013

Processo Nº 08506.017766/2011-13 - CARLOS ESPINOSA LEON, até 17/02/2013

Processo Nº 08506.017781/2011-53 - HELVER CRISPINIANO ALVAREZ CASTRO, até 26/02/2013

Processo Nº 08520.016124/2011-19 - LARA MARIA AQUINO GUTERRES, até 09/02/2013

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País.

Processo Nº 08000.014623/2011-32 - PEDRO CARNEIRO DOS SANTOS, até 24/10/2012

Processo Nº 08000.017091/2011-95 - ANDRZEJ JERZY PIELA, até 28/11/2013

Processo Nº 08000.017717/2011-63 - REGINALD GEORGE ROSSITER, até 16/12/2013

Processo Nº 08000.018477/2011-14 - EDMONDO DI BELLA, até 30/12/2012

Processo Nº 08000.018619/2011-43 - ROBERT WESLEY CHAPMAN, até 04/02/2013

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 21/12/2011, Seção 1, pág. 52, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada no País até 11/10/2013.

Processo Nº 08000.015638/2011-18 - HARISH KUMAR KARIKATTU

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 23/12/2011, Seção 1, pág. 54, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada no País até 11/10/2013.

Processo Nº 08000.015641/2011-31 - RANJIT KUMAR

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 15/11/2012.

Processo Nº 08000.017026/2011-60 - ANDREAS STRASSER STRASSER

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 25/09/2013.

Processo Nº 08000.017111/2011-28 - RUBEN DARIO PRADA MUNOZ

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 28/11/2012.

Processo Nº 08000.017350/2011-88 - PAUL SHIELDS

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 26/11/2012.

Processo Nº 08000.017721/2011-21 - HANS DAVID ZUBERBUHLER MARIDUENA

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 23/12/2011, Seção 1, pág. 54, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada no País até 21/09/2013.

Processo Nº 08000.015600/2011-45 - Konstantinos Kapiris

Determino a Republicação do deferimento da prorrogação do prazo de estada no País até 11/09/2012, na forma do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08000.012729/2011-00 - MINXUE FAN

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação de estada no País.

Processo Nº 08000.015428/2011-20 - KATHLEEN ANN HARGADINE MOORE

INDEFIRO o presente pedido de prorrogaçao, por ter se esgotado o prazo da estada legal no País, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.815, de 1980.

Processo Nº 08000.000268/2012-03 - JAYALAL BALAN NAMBIAR

Considerando a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo visto foi concedido ao amparo do art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg, que impossibilita a prorrogação do prazo de estada no território nacional, tendo em vista a estipulação de prazo certo e determinado para o fim a que se destina, INDEFIRO o(s) pedido(s) formulado(s) pelo(s) interessado(s), abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.001717/2012-22 - WALDEMAR EICK

Processo Nº 08000.001718/2012-77 - DIRK JOSEF LEITNER

Processo Nº 08000.001712/2012-08 - HENDRIK MALIK

Processo Nº 08000.001715/2012-33 - PERKASH

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08102.014299/2011-12 - LASSANA DANFA, até 02/12/2013

Processo Nº 08501.016073/2011-45 - KARIANA JANICE CARNEIRO QUEIROS GUIMARÃES, até 30/03/2013

Processo Nº 08501.016074/2011-90 - PAULA ANTONIO MANUEL JOSE, até 30/03/2013

Processo Nº 08506.017783/2011-42 - IZIDORO CARDOSO, até 02/12/2012

Processo Nº 08506.017810/2011-87 - MICHAEL SANTOS GONZALES GARGATE, até 16/01/2013

Processo Nº 08501.016072/2011-09 - JUISLENE DA CONCEIÇÃO MATEUS ANTONIO, até 30/03/2013

Processo Nº 08501.016075/2011-34 - SELAVIA PATRICIA MATEUS ALFICO, até 30/03/2013

Processo Nº 08501.016070/2011-10 - JOAQUIM CAMPOS CARLOS, até 30/03/2013

Processo Nº 08501.016068/2011-32 - EVANDRO LEONED CARNEIRO DOS SANTOS, até 30/03/2013

Processo Nº 08501.016054/2011-19 - OLDAYR ZE ROSARIO DA SILVA, até 03/04/2013

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08501.016051/2011-85 - NUNO MIGUEL CAMEIRA GONÇALVES, até 14/04/2013
Processo Nº 08501.016050/2011-31 - NARA KASSANDRA GARCIA CARDOSO, até 14/04/2013
Processo Nº 08460.030212/2011-77 - WINSTON DARWIN SANTOS ARISMENDY, até 30/09/2012
Processo Nº 08460.030000/2011-90 - RAIMUNDO MENDES, até 09/11/2012
Processo Nº 08460.023164/2011-61 - CARLOS ANTONIO BAESSA RIBEIRO, até 19/07/2012
Processo Nº 08460.022704/2011-99 - GREIS FRANCY MIREYA SILVA CALPA, até 19/08/2012
Processo Nº 08460.022699/2011-14 - ANA CATALINA PALACIOS OSORIO, até 25/08/2012
Processo Nº 08501.016071/2011-56 - JOANA DIOGO CIPRIANO, até 30/03/2013
Processo Nº 08506.017903/2011-10 - WELWITSCHIA ANTONIA FRANCO DIAS, até 17/02/2013
Processo Nº 08460.022504/2011-36 - FRANCISCO MIGUELANGEL TACORA AMASIFUEN, até 23/08/2012
Processo Nº 08460.030175/2011-05 - CELMA AUGUSTA SALVADOR FRANCISCO, até 12/10/2012
Processo Nº 08505.023448/2011-93 - MIJAIL GAMARRA HOLGUIN, até 23/07/2012
Processo Nº 08505.023458/2011-29 - MARIA CLARA ANTONIO LATCHENA, até 23/07/2012
Processo Nº 08505.052695/2011-05 - ALBA MARINA SUAREZ ROJAS, até 18/08/2012
Processo Nº 08505.052724/2011-21 - CARLOS ENRIQUE VALCARCEL FLORES, até 29/08/2012
Processo Nº 08505.052795/2011-23 - JUAN CARLOS BASTO PINEDA, até 09/08/2012
Processo Nº 08505.052813/2011-77 - JEYNER CASTRO CARDONA, até 05/09/2012
Processo Nº 08505.052815/2011-66 - DANIEL ANTONIO LOPEZ DELGADO, até 26/08/2012
Processo Nº 08505.056736/2011-24 - ANDRES ARTURO GOMEZ QUINTO, até 05/09/2012
Processo Nº 08505.056741/2011-37 - ROLF JURG RAUSCHENBACH, até 29/08/2012
Processo Nº 08505.056777/2011-11 - VICTOR ANDRES SANDOVAL ALVA, até 06/08/2012
Processo Nº 08505.065008/2011-11 - NUBIA MERCEDES AVILA VIVAS, até 06/08/2012
Processo Nº 08505.065054/2011-11 - CESAR OSWALDO VASQUEZ FLORES e JESSICA NANCY LA TORRE PEÑARANDA DE VASQUEZ, até 14/09/2012
Determino o arquivamento do(s) presente(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).
Processo Nº 08505.056735/2011-80 - PEDRO HORMIGO VICENTE AGUIAR

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria 148, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de junho de 2011, Seção 1, pág. 72, referente à Concorrência Nº 004/2010 cuja autorização de contratação dos vencedores da Licitação foi declarada, inclua-se àquela relação de nomes a Cessionária abaixo descrita:

Parque Aquicola	Área aquicola	Nome	CPF	Valor p 20 anos
Sapucaí 1	2313	Paola Penteado de Oliveira	180.857.978-01	32.999,99

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Cria o Comitê Gestor do sistema de processo eletrônico da Previdência Social.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - e o PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CRPS, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o que consta da Portaria Ministerial nº 18, de 1º de fevereiro de 2012, bem como visando a assegurar e viabilizar a utilização e a evolução do processo eletrônico de recursos de benefícios da Previdência Social e-Recursos, resolvem:

Art. 1º Fica criado o Comitê Gestor do processo eletrônico de recursos de benefícios da Previdência Social, com as finalidades de gerir as demandas de evolução do sistema e-Recursos e de colaborar com a Administração no objetivo de atingir grau de excelência no serviço do contencioso administrativo do qual o sistema é instrumento.

Art. 2º O Comitê Gestor de que trata esta Portaria Conjunta terá as seguintes competências:

I - elaborar e propor o seu regimento de funcionamento;

II - receber, analisar e priorizar o atendimento das demandas evolutivas do sistema de processo eletrônico;

III - propor as aquisições que darão sustentação adequada e eficiente ao sistema e-Recursos;

IV - manter cadastro atualizado de certificados digitais dos servidores do INSS e do CRPS e gerenciar o seu uso de forma a evitar que as revogações por decurso de prazo impeçam ou dificultem a utilização do sistema;

V - propor a criação de Grupos de Trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso; e

VI - decidir sobre o uso das tecnologias disponíveis, considerando critérios de acessibilidade, usabilidade, segurança, flexibilidade, interoperabilidade e interatividade.

Art. 3º O Comitê Gestor de que trata esta Portaria Conjunta será constituído:

I - por um representante do Gabinete da Presidência do INSS e um representante do Gabinete da Presidência do CRPS;

II - pelo chefe da Divisão de Recursos de Benefícios - DIRBEN/INSS;

III - por representantes indicados, a partir de perfil indicado pelo Comitê Gestor, observada a seguinte proporção:

a) por um representante da carreira de médico perito, pela DIRSAT;

b) por um representante da carreira de assistente social, pela DIRSAT;

c) por dois representantes dos servidores, sendo um integrante da carreira de Analista do Seguro Social e outro da carreira de Técnico do Seguro Social, em exercício nas Agências da Previdência Social, pela DIRBEN; e

d) por dois representantes dos servidores, sendo um integrante da carreira de Analista do Seguro Social e outro da carreira de Técnico do Seguro Social, em exercício nas Juntas de Recursos da Previdência Social ou nas Câmaras de Julgamento do CRPS, pelo CRPS.

IV - por um advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na condição de membro convidado.

§ 1º São considerados efetivos os membros catalogados nos incisos I a III.

§ 2º A presidência do Comitê Gestor será exercida, alternadamente, pelos representantes dos gabinetes da Presidência do INSS e da presidência do CRPS, para mandatos de dois anos, que terão início na primeira quinzena de maio.

§ 3º Será substituto do presidente do Comitê Gestor o representante do gabinete que não estiver no efetivo exercício da presidência.

§ 4º A participação dos membros convidados é facultativa e dos membros efetivos, obrigatória.

§ 5º O membro convidado terá direito à voz e voto.

Art. 4º A primeira composição do Comitê Gestor será empossada 20 dias após a publicação da presente Portaria Conjunta.

Art. 5º Os Gabinetes das Presidências do INSS e do CRPS darão todo o apoio necessário ao funcionamento do Comitê Gestor de que trata esta Portaria Conjunta.

Art. 6º Os desenvolvedores do sistema e-Recursos ficarão vinculados ao Comitê Gestor até que seja criada estrutura formal de desenvolvimento de sistemas no regimento interno do INSS ou do CRPS e trabalharão sob dedicação exclusiva ao Comitê.

Art. 7º A atuação no âmbito do Comitê Gestor não enseja qualquer remuneração adicional.

Art. 8º As despesas com diárias e passagens dos membros efetivos do Comitê Gestor e dos desenvolvedores do sistema serão custeadas pelo INSS.

Art. 9º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUCIANO HAUSCHILD
Presidente do Instituto

SALVADOR MARCIANO PINTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.003225/94-38, sob o comando nº 350039893 e juntada nº 350983753, resolve:

Nº 64 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a ODEPREV - Odebrecht Previdência e a ETH Bioenergia S.A, na condição de patrocinadora do Plano Odeprev de Renda Mensal, CNPB nº 1994.0040-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.003225/94-38, sob o comando nº 350050089 e juntada nº 350983674, resolve:

Nº 65 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a ODEPREV - Odebrecht Previdência e a Foz de Porto Ferreira S.A, na condição de patrocinadora do Plano Odeprev de Renda Mensal, CNPB nº 1994.0040-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301852/79, sob o comando nº 350050363 e juntada nº 350955510, resolve:

Nº 66 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social e a Petrobrás Bicombustível S.A, na condição de patrocinadora do Plano Petros-2, CNPB nº 2007.0015-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA- Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 013910/80, sob o comando nº 349070068 e juntada nº 350858938, resolve:

Nº 67 - Art. 1º Aprovar o Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a patrocinadora Mineração Jundu Ltda.(incorporadora da Jundu Mineração Ltda.) e o São Bernardo Previdência Privada, na qualidade de administrador do Plano de Previdência Complementar São Bernardo - CNPB nº 1980.0007-19,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 302.235/79, às fls. sob o comando nº 348352362 e juntadas nº 349674334 e nº 350931216, resolve:

Nº 68 - Art. 1º Aprovar a alteração do regulamento do Plano de Benefícios Prevmetal, CNPB nº 1993.0029-11, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Aprovar o fechamento do Plano de Benefícios Prevmetal, CNPB nº 1993.0029-11 a novas adesões, conforme previsto no item 2.9 do regulamento.

Art. 3º Aprovar o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre o HSBC - Fundo de Pensão e as empresas Harsco do Brasil Participações e Serviços Siderúrgicos Ltda. e Harsco Metals Ltda., na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios Prevmetal, CNPB nº 1993.0029-11.

Art. 4º Aprovar a alteração do regulamento do Plano de Benefícios Prevmetal II, CNPB nº 2011.0020-11, administrado pelo HSBC Fundo de Pensão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS RONALDO MARTINS ANGOTI

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 62, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso X do Art. 11 do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e por decisão unânime, resolve:

Art. 1º Encerrar, a contar de 31 de outubro de 2011, a liquidação extrajudicial da Fundação Produban.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 225, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Homologa a adesão dos Municípios e das respectivas equipes de Atenção Básica ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto na Portaria nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) e o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável PAB Variável; e

Considerando o disposto na Portaria nº 2.396/GM/MS, de 13 de outubro de 2011, que define o valor mensal integral do incentivo financeiro do (PMAQ-AB), denominado como Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável PAB Variável, resolve:

Art. 1º Fica homologada a adesão dos Municípios e das respectivas Equipes de Saúde da Atenção Básica ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), conforme listagem constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os Municípios listados no anexo a esta Portaria passarão a receber o valor referente ao Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, de acordo com o número de Equipes de Atenção Básica homologadas, conforme o disposto no parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 2.396/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	IBGE	Nº de Equipes de Atenção Básica	
			Equipe de Atenção Básica	Equipe de Atenção Básica com Saúde Bucal
PA	CAMETÁ	150210	0	1
TO	CARMOLÂNDIA	170388	0	1
TO	GURUPI	170950	1	7
RN	RIACHO DE SANTANA	241080	0	1
BA	BOM JESUS DA LAPA	290390	0	4
BA	CONTENDAS DO SINCORÁ	290880	0	1
BA	ITARANTIM	291680	0	2
MG	DORES DO INDAIÁ	312320	2	0
MG	GURINHATÃ	312910	0	1
MG	IRAI DE MINAS	313160	0	1
MG	ITAOBIM	313330	0	1
MG	ITAPECERICA	313350	1	2
MG	JACUÍ	313480	0	1
MG	SANTA ROSA DA SERRA	315970	1	0
MG	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	316170	1	0
MG	SÃO TIAGO	316500	2	0
MG	TUMIRITINGA	316950	1	0
RJ	PATY DO ALFERES	330385	1	3
SP	MARACAÍ	352880	0	1
SP	NHANDEARA	353260	0	2
PR	SANTANA DO ITARARÉ	412400	0	1
RS	TUPANCIRETÃ	432220	0	2
GO	BALIZA	520310	0	1
GO	ITABERAÍ	521040	0	3
GO	JOVIÂNIA	521210	0	2
PR	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	412410	1	0

PORTARIA Nº 226, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de São Desidério (BA) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Barreiras (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 3.921/GM/MS, de 10 de dezembro de 2010, que habilita o Município de Barreiras(BA) a receber o incentivo de custeio referente à Central de Regulação e Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de São Desidério (BA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Barreiras (BA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de São Desidério (BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência de janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
São Desidério (BA)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 227, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Cruz das Almas (BA) à receber Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Santo Antônio de Jesus (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 3.038/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que habilita a Central de Regulação a receber o incentivo de custeio, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Santo Antônio de Jesus (BA); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Cruz das Almas (BA) a receber 01 Unidade de Suporte e 01 Unidade de Suporte Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Santo Antônio de Jesus (BA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Cruz das Almas (BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	USA	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Cruz das Almas (BA)	01		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
		01	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
TOTAL:	01	01	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00

PORTARIA Nº 228, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Varzedo (BA) a receber Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Santo Antônio de Jesus (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; e

Considerando a Portaria nº 3.038/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que habilita a central de regulação a receber o incentivo de custeio, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Santo Antônio de Jesus (BA), resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Varzedo (BA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Santo Antônio de Jesus (BA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Varzedo (BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
VARZEDO (BA)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 229, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Torna sem efeito a Portaria nº 3.659/GM/MS, de 24 de novembro de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 326/GM/MS, de 4 de março de 2005, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Teresina(PI), resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 3.659/GM/MS, de 24 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU), nº 225, de 25 de novembro de 2011, Seção 1, página 33.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 230, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Teresina (PI).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 326/GM/MS, de 4 de março de 2005, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), de Municípios, e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio repassado à Central de Regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Teresina (PI), conforme especificado a seguir:

Repasse	Central de Regulação	Valor Mensal Pago Atualmente	Novo Valor Mensal do Repasse	Novo Valor Anual Fundo a Fundo
Fundo Municipal de Saúde de Teresina (PI)	01	R$ 19.000,00	R$ 64.000,00	R$ 768.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito no art. 1º desta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Teresina (PI).

Art. 3º Os Municípios que compõem o território de abrangência da Regional de Teresina (PI) estão descritos no anexo a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2010.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICIPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO SAMU 192 REGIONAL TERESINA (PI).

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA - REGIONAL TERESINA (PI)	POPULAÇÃO
Teresina	814.230
Piripiri	61.834
Campo Maior	45.177
Total: 3 Municípios	921.241

PORTARIA Nº 231, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação Médica das Urgências Regional de Apucarana (PR) e habilita o Município de Apucarana (PR) a receber Unidade de Suporte Básico.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 326/GM/MS, de 04 de março de 2005, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Apucarana (PR); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos, que passa do valor atual de R$ 19.000,00 para R$ 30.000,00, destinados ao incentivo de custeio repassado à Central de Regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Regional de Apucarana (PR), conforme especificado na tabela a seguir:

Município para Repasse	Central de Regulação	USB	Valor Mensal Fundo a Fundo	Valor Anual Fundo a Fundo
Apucarana (PR)	01		R$ 30.000,00	R$ 360.000,00
		01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

Art. 2º Fica habilitado o Município de Apucarana (PR) a receber o incentivo de custeio referente a uma Unidade de Suporte Básico, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Apucarana (PR).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual acima descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Apucarana (PR).

Art. 4º Ficam estabelecidos, no anexo a esta Portaria, os Municípios que compõem o território de abrangência da Regional de Apucarana (PR).

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência novembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DA REGIONAL DE APUCARANA (PR), COM UM TOTAL DE 346.343 HABITANTES.

Nº	MUNICIPIO DE ABRANGENCIA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO MEDICA DAS URGENCIAS DE APUCARANA (PR)	POPULAÇÃO
1.	Apucarana	121290
2.	Arapongas	103025
3.	Bom Sucesso	6676
4.	Borrazópolis	8235
5.	Califórnia	7767
6.	Cambira	7142
7.	Faxinal	16032
8.	Grandes Rios	7839
9.	Jandaia do Sul	20159
10.	Kaloré	4718
11.	Marilândia do Sul	9197
12.	Marumbi	4154
13.	Mauá da Serra	8446
14.	Novo Itacolomi	2808
15.	Rio Bom	3292
16.	Sabáudia	5642
17.	São Pedro do Ivaí	9921
TOTAL		346.343

PORTARIA Nº 232, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Areia (PB) a receber Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Campina Grande (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Areia (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Areia (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Areia (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 233, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Queimadas (PB) a receber Unidade de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU 192, do Município de Campina Grande(PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Queimadas (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência(SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Queimadas (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	USA	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Queimadas (PB)		01	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
	01		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	01	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 234, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Caturité (PB) a receber Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Campina Grande(PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Caturité (PB) a receber uma Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município, no valor de R$ 12.500,00, (Doze mil e quinhentos reais) conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Caturité (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Caturité (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 235, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Alagoa Nova (PB) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do município de Campina Grande (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Alagoa Nova(PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao município, no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Alagoa Nova (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Alagoa Nova (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 236, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Serra Grande (PB) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Piancó (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.569/GM/MS de 29 de outubro de 2008, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Piancó (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Serra Grande (PB) a receber 01 Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - Regional de Piancó (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Serra Grande(PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Serra Grande (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 237, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Habilita o Município de Boqueirão (PB) à receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande(PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-(SAMU 192), do Município de Campina Grande(PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Boqueirão (PB) a receber 1 Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município, no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Boqueirão (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Boqueirão (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 238, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Santa Cruz (PB) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Sousa (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 997/GM/MS, de 5 de maio de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Sousa (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Santa Cruz (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Sousa (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município, no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Santa Cruz (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 239, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Catolé do Rocha (PB) a receber Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Sousa(PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 997/GM/MS, de 5 de maio de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Regional de Sousa (PB); e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Catolé do Rocha (PB) a receber 1 Unidade de Suporte Básico e 1 Unidade de Suporte Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Sousa (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme detalhado no anexo.

Art. 3º o Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Catolé do Rocha (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência junho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	USA	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Catolé do Rocha (PB)	01		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
		01	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
TOTAL	01	01	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00

PORTARIA Nº 240, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Ingá (PB) à receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande(PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência(SAMU 192), do Município de Campina Grande(PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Ingá (PB) a receber 1 Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Ingá (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Ingá (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 241, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Alcantil (PB) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Campina Grande (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Alcantil (PB) a receber 1 Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município, no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Alcantil (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Alcantil (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 242, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de São Sebastião de Lagoa de Roça (PB) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU 192, do município de Campina Grande (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de São Sebastião de Lagoa de Roça (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião de Lagoa de Roça (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
São Sebastião de Lagoa de Roça (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 243, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Jiquiriçá (BA) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Santo Antônio de Jesus (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 3.038/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que habilita a Central de Regulação a receber o incentivo de custeio, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Santo Antônio de Jesus (BA); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Jiquiriçá (BA) a receber 1 Unidade de Suporte, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Santo Antônio de Jesus (BA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Jiquiriçá (BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência novembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Jiquiriça (BA)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 244, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Vitória da Conquista (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 306/GM/MS, de 3 de março de 2004, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Vitória da Conquista(BA); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio repassado à central de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Regional de Vitória da Conquista (BA), conforme especificado a seguir:

Repasse	Central de Regulação	Valor Atual Mensal Pago	Novo Valor Mensal do Repasse Mensal	Novo Valor do Repasse Anual
Fundo Municipal de Saúde de Vitória da Conquista (BA)	01	R$ 19.000,00	R$ 64.000,00	R$ 768.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito no art. 1º desta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Vitória da Conquista (BA).

Art. 3º Fica estabelecido, no anexo a esta Portaria, os Municípios que compõem o território de abrangência da Regional de Vitória da Conquista (BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2011.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 2.824/GM/MS, de 29 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 229, de 30 de novembro de 2011, Seção 1, pág. 114.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICIPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO SAMU 192 REGIONAL VITÓRIA DA CONQUISTA (BA).

MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA - REGIONAL VITORIA DA CONQUISTA/BA	POPULAÇÃO	USA	USB	MOTO	RNV
Vitória da Conquista	318.901	1	4	1	5
Anagé	25.262	0	1	0	0
Barra do Choça	31.527	0	0	0	0
Belo Campo	15.185	0	1	0	0
Bom Jesus da Serra	10.588	0	0	0	0
Caetanos	12.307	0	0	0	0
Cândido Sales	27.180	0	1	0	0
Caraíbas	10.495	0	0	0	0
Condeúba	17.210	0	1	0	0
Cordeiros	8.883	0	0	0	0
Encruzilhada	20.720	0	0	0	0
Itambé	35.512	0	1	0	0
Itapetinga	66.665	1	1	0	0
Itororó	20.930	0	1	0	0
Macarani	16.940	0	1	0	0
Maetinga	7.884	1	0	0	0
Mirante	8.375	0	0	0	0
Piripá	13.325	0	0	0	0
Planalto	22.151	0	0	0	0
Poções	46.390	0	1	0	0
Presidente Jânio Quadros	14.212	0	0	0	0
Ribeirão do Largo	14.528	0	0	0	0
Tremedal	18.433	0	0	0	0
Total: 23 Municípios	783.603				

PORTARIA Nº 245, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Serra Dourada (BA) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Bom Jesus da Lapa (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.190/GM/MS, de 17 de junho de 2008, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Bom Jesus da Lapa (BA); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; e

Considerando a Portaria nº 3.150/GM/MS, de 27 de dezembro de 2011, que redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Bom Jesus da Lapa (BA), resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Serra Dourada (BA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bom Jesus da Lapa (BA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Serra Dourada (BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência março de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Serra Dourada (BA)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 246, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Paratinga (BA) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Bom Jesus da Lapa (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.190/GM/MS, de 17 de junho de 2008, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Bom Jesus da Lapa (BA);

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências,

Considerando a Portaria nº 3.150/GM/MS, de 27 de dezembro de 2011, que redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Bom Jesus da Lapa (BA), resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Paratinga (BA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bom Jesus da Lapa (BA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Paratinga (BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência Janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Paratinga (BA)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 247, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Redefinir o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivos de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SUMU 192), Central Regional de Londrina (PR).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 2.137/GM/MS, de 7 de outubro de 2004, que habilita o serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Londrina (PR), e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; resolve:

Art. 1º Fica redefinido o limite financeiro anual dos recursos destinados ao incentivo de custeio repassado à Central de Regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Londrina (PR), conforme especificado a seguir:

Repasse	Central de Regulação	Valor Mensal Pago Atualmente	Novo Valor Mensal do Repasse	Novo Valor Anual Fundo a Fundo
Fundo Municipal de Londrina (PR)	01	R$ 19.000,00	R$ 64.000,00	R$ 768.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Londrina (PR).

Art. 3º Ficam estabelecidos, no anexo a esta Portaria, os Municípios que compõem o território de abrangência da Central Regional de Londrina (PR).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência Janeiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICIPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO SAMU 192 CENTRAL REGIONAL DE LONDRINA (PR)

Municípios	População
Alvorada do Sul	10283
Assaí	16354
Bela Vista do Paraíso	15079
Cafeara	2695
Cambé	96733
Centenário do Sul	11190
Florestópolis	11222
Guaraci	5227
Ibiporã	48198
Jaguapitã	12225
Jataizinho	11875
Londrina	506701
Lupionópolis	4592
Miraselva	1862
Pitangueiras	2814
Porecatu	14189
Prado Ferreira	3434
Primeiro de Maio	10832
Rolândia	57862
Sertanópolis	15638
Tamarana	12262
Total:	871.267

PORTARIA Nº 248, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Fica habilitado os Municípios de Aceguá (RS), Rosário do Sul (RS), São Pedro do Sul (RS), São Borja(RS) e Sinimbú (RS), a receberem Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação Médica das Urgências Estadual do Rio Grande do Sul e autoriza a transferência de custeio aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.957/GM/MS, de 25 de novembro de 2009, que habilita Municípios e define o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação Estadual do Rio Grande do Sul; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios de Aceguá (RS), Rosário do Sul (RS), São Pedro do Sul (RS), São Borja (RS) e Sinimbu (RS), a receberem 4 Unidades de Suporte Básico e 1 Unidade de Suporte Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Central de Regulação Médica das Urgências Estadual do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal aos Municípios nos valores conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para os respectivos Fundos Municipais de Saúde de Aceguá (RS), Rosário do Sul (RS), São Pedro do Sul (RS), São Borja (RS) e Sininbu (RS).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência conforme detalhada no anexo.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	Unidade de Suporte Básico (USB)	Unidade de Suporte Avançado (USA)	Competência a partir de:	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Aceguá (RS)	01		Nov/2011	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Rosário do Sul (RS)	01		Set/2011	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
São Pedro do Sul (RS)	01		Jul/2011	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
São Borja (RS)		01	Mai/2011	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
Sinimbú (RS)	01		Nov/2011	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Total:					R$ 930.000,00

PORTARIA Nº 249, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Serrita (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os inciso I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 24 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira fevereiro de 2012, a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal do Município de Serrita (PE).

Parágrafo único. A suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas por meio do Relatório de Fiscalização, relativo ao 33º Sorteio Público de Fiscalização, oriundo da Controladoria-Geral da União, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais médicos e dentistas vinculados às Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 8 (oito) equipes de Saúde da Família e 7 (sete) equipes de Saúde Bucal, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 250, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia de Saúde da Família no Município de Cáceres (MT).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 24 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira fevereiro de 2012, a transferência do incentivo financeiro referente aos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Cáceres (MT).

Parágrafo único. A suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), especialmente no que tange à Equipe de Saúde da Família incompleta devido à ausência de profissional Agente Comunitário de Saúde, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á relativo ao incentivo financeiro repassado fundo a fundo, a 16 (dezesseis) profissionais Agentes Comunitários de Saúde, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do gestor local.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 251, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita a Central de Regulação e o Município de Santos (SP) a receber Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação Médica do Litoral Centro Norte (SP) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Central de Regulação Médica do Litoral Centro Norte (SP), 4 (quatro) Unidades de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado a receber o incentivo de custeio, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Santos (SP), conforme especificado a seguir:

Município para repasse	Central de Regulação	Unidade de Suporte Avançado (USA)	Unidade de Suporte Básico (USB)	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Santos (SP)	01			R$ 64.000,00	R$ 768.000,00
		01		R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
			01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
			01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
			01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
			01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual acima descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Santos (SP).

Art. 3º Ficam estabelecidos, no anexo a esta Portaria, os Municípios que compõem o território de abrangência da Regional do Litoral Centro Norte (SP).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DA REGIONAL DE LITORAL CENTRO NORTE (SP), COM UM TOTAL DE 769.394 HABITANTES.

Município/SP	População
Bertioga	44.234
Guarujá	308.059
Santos	417.101
Total:	769.394 habitantes (IBGE 2009)

PORTARIA Nº 252, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Jandira (SP) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Itapevi (SP) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 2.354/GM/MS, de 5 de outubro de 2006, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do município de Itapevi (SP); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Jandira (SP) a receber 1 Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Itapevi (SP).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Jandira (SP).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Jandira (SP)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 253, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Porto Velho (RO) a receber Unidades de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Porto Velho (RO) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os inciso I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.077/GM/MS, de 23 de dezembro de 2008, que redefine os recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), de Porto Velho (RO); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica habilitado o Município de Porto Velho (RO) a receber 2 (duas) Unidades de Suporte Básico destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Porto Velho (RO).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Velho (RO).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Porto Velho (RO)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:		R$ 25.000,00	R$ 300.000,00

PORTARIA Nº 254, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Miranorte (TO) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Regulação Médica SAMU 192 de Palmas (TO) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 326/GM/MS, de 4 de março de 2005, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 de Municípios; e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Miranorte (TO) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Palmas (TO).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Miranorte (TO).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Miranorte (TO)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 255, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Lajeado (TO) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Regulação Médica SAMU 192 de Palmas (TO) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 326/GM/MS, de 4 de março de 2005, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Municípios; e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Lajeado (TO) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) -Regional de Palmas (TO).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Lajeado (TO).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Lajeado (TO)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 258, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Habilita o Município de Porto Nacional (TO) a receber Unidade de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação de Palmas (TO), e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 326/GM/MS, de 04 de março de 2005, que habilitou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Municípios; e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Porto Nacional (TO) a receber 01 Unidade de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Central de Regulação de Palmas (TO).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual, para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Nacional (TO).

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Porto Nacional (TO)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Total:	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia de Saúde da Família no Município de Cametá (PA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 24 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira fevereiro de 2012, a transferência do incentivo financeiro referente às equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal do Município de Cametá (PA).

Parágrafo único. A suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), especialmente no que tange à Equipe de Saúde da Família incompleta devido à ausência de profissional médico e ao descumprimento da carga horária, por parte de profissionais médicos e odontólogos vinculados às Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 4 (quatro) equipes de Saúde da Família e 1 (uma) equipe de Saúde Bucal, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 286, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Resolução Normativa - RN nº 42, de 4 de julho de 2003, que estabelece os requisitos para a celebração dos instrumentos jurídicos firmados entre as operadoras de planos de assistência à saúde e prestadores de serviços hospitalares.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em vista do que dispõe o artigo 3º, os incisos II e IV do artigo 4º, e o inciso II do artigo 10, todos da Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o artigo 33 da Lei nº 9.656, de 3 de julho de 1998; a alínea "a" do inciso II, do artigo 86 da Resolução Normativa nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em 18 de janeiro de 2011, adotou a seguinte Resolução Normativa, e eu Diretor-Presidente determino a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução Normativa - RN altera a Resolução Normativa - RN nº 42, de 4 de julho de 2003, que estabelece os requisitos para a celebração dos instrumentos jurídicos firmados entre as operadoras de planos de assistência à saúde e prestadores de serviços hospitalares.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º A alínea "e", do inciso II, do parágrafo único, do artigo 2º da RN nº 42, de 2003, passa a vigorar com alterações e com o acréscimo dos itens 1, 2 e 3, conforme segue:

"Art. 2º.....

.....

.....

Parágrafo único .....

.....

.....

II -.....

.....

.....

e) padrão de acomodação e as seguintes cláusulas correlatas:"

1. previsão de que inexistindo vaga na acomodação contratada pelo consumidor, o ônus adicional da internação do mesmo em acomodação superior, conforme determina o artigo 33 da Lei 9.656 de 1998, será da operadora de planos privados de assistência à saúde;

2. previsão acerca da obrigação do prestador de serviço em comunicar imediatamente à operadora de planos privados de assistência à saúde, quando configurada a hipótese do item anterior; e

3. previsão de que, em havendo disponibilidade de vaga na acomodação contratada em outro prestador de serviço, integrante da rede prestadora do produto contratado, poderá a operadora de planos privados de assistência à saúde remover o consumidor, arcando com o ônus desta, considerando suas condições clínicas e desde que autorizado pelo médico assistente.

....."

Art. 3º Para os instrumentos jurídicos que não estiverem em conformidade com as regras estabelecidas nesta Resolução Normativa, as operadoras de planos de saúde terão que se adequar no prazo máximo de 12 (doze) meses, a partir da publicação do respectivo normativo.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 10 de fevereiro de 2012

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através do Circuito Deliberativo n. º 3672, encerrado em 10 de fevereiro de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33902.292761/2005-96

Operadora: UNIMED CURITIBA - Sociedade Cooperativa de Médicos

Registro na ANS nº: 304701

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto em relatoria da DIGES pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da DIPRO que considerou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente por parte da operadora, concluindo que o contrato firmado entre a operadora e o beneficiário deve continuar vigendo.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através do Circuito Deliberativo n. º 3673, encerrado em 10 de fevereiro de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33902.199612/2005-59

Operadora: UNIMED CURITIBA - Sociedade Cooperativa de Médicos

Registro na ANS nº: 304701

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto em relatoria da DIGES pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão em primeira instância da DIPRO que considerou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente por parte da operadora, concluindo que o contrato firmado entre a operadora e o beneficiário deve continuar vigendo.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN

SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 48, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre o regimento interno do Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - COGEP.

O Diretor responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o inciso II do art. 9º da RN nº 267, de 24 de agosto de 2011; e o inciso IV do art. 23, a alínea "a" do inciso I do art. 76 e a alínea "a" do inciso I do artigo 85, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e alterações posteriores, resolve:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - COGEP é uma instância de participação democrática dos diversos agentes econômicos do setor de saúde suplementar na busca por consenso, de caráter consultivo e coordenada pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES, que tem a finalidade de promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 267, de 24 de agosto de 2011, e do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar - QUALISS, instituído pela RN nº 275, de 1º de novembro de 2011.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I
Da Composição

Art. 2º O COGEP será composto pelos seguintes membros, titulares e suplentes:

I - um representante de cada uma das Diretorias da ANS;

II - um representante do Ministério da Saúde;

III - um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

IV - um representante de cada uma das seguintes entidades representativas das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde:

a) União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS - representando a modalidade de autogestão;

b) Associação Brasileira de Medicina de Grupo - ABRAMGE - representando a modalidade de medicina de grupo;

c) Confederação Nacional das Cooperativas Médicas - UNIMED do Brasil - representando a modalidade de cooperativa;

d) Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAÚDE - representando a modalidade de seguradora de saúde;

e) Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB - representando a modalidade de filantrópica;

f) Sistema de Odontologia de Grupo - SINOG - representando a modalidade de odontologia de grupo; e

g) UNIODONTO - representando a modalidade de cooperativa odontológica;

V - um representante de cada uma das seguintes entidades representativas dos prestadores de serviços de saúde:

a) Conselho Federal de Medicina;

b) Conselho Federal de Odontologia;

c) Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

d) Conselho Federal de Psicologia;

e) Conselho Federal de Enfermagem;

f) Conselho Federal de Nutricionistas;

g) Conselho Federal de Farmácia;

h) Conselho Federal de Fonoaudiologia;

i) Federação Brasileira de Hospitais;

j) Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços;

k) Associação Nacional dos Hospitais Privados;

l) Associação Brasileira de Hospitais Universitários;

m) Associação Médica Brasileira;

n) Sociedade Brasileira de Patologia Clínica;

o) Sociedade Brasileira de Análises Clínicas; e

p) Colégio Brasileiro de Radiologia.

VI - um representante de cada uma das seguintes entidades nacionais de defesa dos consumidores e dos beneficiários de planos privados de assistência à saúde:

a) Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico - SDE - Ministério da Justiça; e

b) entidade civil de defesa do consumidor a ser indicado pela ANS;

VII - dois representantes das entidades públicas de ensino e pesquisa com experiência na área.

§ 1º Os órgãos e entidades de tratam os incisos acima indicarão seus representantes titulares e respectivos suplentes.

§ 2º O representante suplente assumirá automaticamente na impossibilidade de participação do representante titular.

§ 3º O COGEP poderá contar com convidados, na forma do inciso VI do art. 5º desta Instrução.

§ 4º Os membros do COGEP serão designados por meio de portaria do Diretor da DIDES.

§ 5º O representante da DIDES será o coordenador do COGEP.

§ 6º O COGEP contará com uma Secretaria Técnica, que será exercida por um servidor da Gerência de Relações com Prestadores de Serviços - GERPS e designado por meio de portaria do Diretor da DIDES.

Seção II
Da Competência

Art. 3º Compete ao COGEP:

I - propor modificações e melhorias ao programa de divulgação da qualificação dos prestadores de serviço na saúde suplementar;

II - revisar e aperfeiçoar os atributos de qualificação dos prestadores de serviço na saúde suplementar definidos pela ANS;

III - propor modificações e melhorias à metodologia de divulgação dos atributos de qualificação dos prestadores de serviço na saúde suplementar;

IV - propor modificações e melhorias à metodologia de avaliação e monitoramento da qualidade assistencial por meio de indicadores previsto no QUALISS;

V - revisar e aperfeiçoar os indicadores previstos no QUALISS;

VI - promover, fomentar e recomendar estudos relacionados ao monitoramento e avaliação da qualidade dos prestadores de serviço na área da saúde, bem como oferecer contribuições à melhoria da qualidade das informações em saúde;

VII - identificar, propor e coordenar modificações necessárias aos sistemas de informações utilizados pelos prestadores de serviço, assim como aos sistemas sob a coordenação da ANS, visando a adequação e integração na operacionalização do QUALISS; e

VIII - construir banco de dados e referências de excelência para avaliação comparativa entre as instituições de saúde.

Seção III
Das Atribuições dos Membros

Art. 4º São atribuições dos membros:

I - analisar as modificações propostas ao programa de divulgação da qualificação dos prestadores de serviços na saúde suplementar e ao programa de monitoramento da qualidade dos prestadores de serviços na saúde suplementar - QUALISS;

II - propor a indicação de entidades, cientistas, técnicos e personalidades para colaborarem em estudos ou participarem como consultores ad hoc de matérias submetidas ao COGEP;

III - analisar e relatar, nos prazos estabelecidos pelo COGEP, as matérias que lhe forem atribuídas para estudo;

IV - comparecer e participar das reuniões, manifestando-se a respeito das matérias em discussão; e

V - desempenhar as funções que lhes forem atribuídas.

Seção IV
Das Atribuições do Coordenador

Art. 5º São atribuições do Coordenador:

I - coordenar e supervisionar as atividades do COGEP;

II - instalar e presidir suas reuniões;

III - determinar a formação de grupos de trabalhos, constituídos por entidades com interesses afins, para a realização de estudos técnicos e elaboração de propostas para o aperfeiçoamento dos programas;

IV - solicitar o pronunciamento do COGEP e de seus grupos de trabalho quanto às questões relativas às suas competências;

V - propor ao COGEP e a seus grupos de trabalho a indicação de membros para realização de estudos, levantamentos e emissão de pareceres necessários à consecução de sua finalidade;

VI - propor ao COGEP e a seus grupos de trabalho a emissão de convite a entidades, cientistas, técnicos e personalidades para colaborarem em estudos ou participarem como consultores ad hoc na apreciação de matérias que lhes forem submetidas;

VII - propor diligências consideradas necessárias ao exame da matéria; e

VIII - encaminhar à DIDES as análises e as sugestões do COGEP, com as respectivas justificativas.

Seção V
Das Atribuições do Secretário Técnico

Art. 6º São atribuições do Secretário Técnico:

I - prestar assistência às reuniões do COGEP;

II - encaminhar as análises e sugestões do COGEP à DIDES;

III - organizar a pauta das reuniões do COGEP;

IV - receber as correspondências, estudos, projetos ou outras matérias enviadas ao COGEP, dando os devidos encaminhamentos;

V - preparar, assinar e distribuir aos membros do COGEP as atas das reuniões, bem como manter em arquivo a memória das reuniões; e

VI -organizar o banco de dados, registro de análises e sugestões, protocolo e outros.

Seção VI
Do Funcionamento

Art. 7º O COGEP reunir-se-á bimestralmente ou em qualquer ocasião em que houver justificada necessidade, mediante solicitação fundamentada à Secretaria Técnica, do Coordenador ou de qualquer de seus membros.

Art. 8º As sugestões do COGEP serão construídas a partir do consenso entre os agentes econômicos da saúde suplementar envolvidos.

Parágrafo único. Não havendo consenso, as diferentes propostas serão encaminhadas à DIDES com suas justificativas, para deliberação.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente Instrução serão dirimidos pela DIDES.

Art. 10. A não participação do representante, titular ou suplente, em duas reuniões ordinárias do COGEP, sem justificativa formal, no período de 12 (doze) meses, resultará na perda de sua representatividade, podendo ser substituídos.

Art. 11. Na impossibilidade de participação nas reuniões do COGEP, o representante, titular ou suplente, deverá justificar formalmente a sua ausência ao Secretário Técnico, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da reunião.

Art. 12. As funções de membros, de Coordenador, Secretário Técnico, consultor ad hoc, convidado ou qualquer outro que venha a colaborar com o COGEP não serão remuneradas, e as despesas necessárias para o comparecimento às reuniões não implicarão em ônus financeiro para a ANS.

Art. 13. Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

A Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.006086/2010-54	Luana Mayarra Barreto da Costa	.....	803.775.135-04	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	Anulação do AI nº 35692. Arquivamento. Improcedência
25772.001289/2011-35	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301311.	13.130.299/0001-40	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	Anulação do AI nº 46055. Improcedência. Arquivamento
25772.007469/2009-14	CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA	416339.	07.966.459/0001-93	Deix. de fornecer ao consumidor de plano individual ou familiar, quando da sua inscr., cópia do contrato, do regulamento ou das condições gerais do contrato e de material exemplificativo de suas características, direitos e obrigações. (Art.16, parág. único da Lei 9.656)	Anulação do AI nº 35750. Arquivamento. Improcedência

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL

DECISÕES DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

A Chefe do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 42, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33903.006138/2011-69	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	1)Comercializar quaisquer dos prods. de que trata o inc. I e o § 1o da Lei 9656/98, em condições operacionais ou econômicas diversas da reg. na ANS, ao ñ inf. o credenciamento do Hosp. Inscr. no CNPJ: 50.644.053/0010-04. (Art.19, §3º da Lei 9.656). 2)Redimensionar rede hospitalar, por redução, s/ autoriz. da ANS ao descredenciar hosps inscrs. no CNPJ números:00.582.478/0001-77; 00.106.435/0001-15; 04.557.109/0001-85 e 50.644.053/0010-04 (Art. 17 § 4° da Lei 9656).	3.764.711,52 (TRES MILHÕES, SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E ONZE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)

CLAUDIA MARIA RESTUM CORRÊA DE SÁ

NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

DECISÃO DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

A Chefe Substituto - NUCLEO DA ANS RIBEIRAO PRETO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.052253/2010-50	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Infrs. aos arts.: a) 20, caput, e art. 14 da Lei nº 9.656/98 visto que ñ enc. à ANS inf. devida, ao ñ informar no (SIB) o vínculo da Sra. (...) a prod. de assist. à saúde da Op., tendo em vista que a consumidora foi incluída c/ benef. em prod. de assist. à saúde da Op. em 1/2/87 e condicionou a adesão da Sra. (...), benef. vinculada a prod. de contratação coletiva p/ adesão celebrado entre a Op. e a Assoc. dos Funcionários da Assembleia Legisl. do Estado de SP (AFALESP), a prod. de assist. à saúde de contratação individual/familiar com a imputação de recontagem de carência.	50000 (CINQUENTA MIL REAIS)
25789.046729/2011-02	FUNDAÇÃO WALDEMAR BARNSLEY PESSOA	319147.	56.893.209/0001-86	Infração ao disposto no artigo 25, "caput" da Lei nº 9.656/98, visto que deixou de garantir aos consumidores de planos privados de assistência à saúde o cumprimento de obrigação de natureza contratual, ao negar cobertura ao procedimento embolização de aneurisma cerebral gigante, em junho de 2011, à beneficiária (...), cobertura esta prevista na cláusula oitava do contrato do qual a beneficiária faz parte e no aditivo contratual datado de 01 de fevereiro de 1995.	52800 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)

LAIRCE APARECIDA TIBERIO WATANABE

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 27 DE JANEIRO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.189293/2009-05	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. cob. p/ os proced. "artroscopia p/ cirurgia e lesão do manguito rotador", à benef. M.S.N. Art. 12, inc. II, alín.a, Lei 9656/98.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 19 DE JANEIRO DE 2012

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições conferida pela Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24 c/c Portaria da ANS nº 4.160 de 15/12/2010, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.132968/2008-55	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE AGUAÍ	313378.	43.090.083/0001-60	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.091305/2008-73	UNICA COOPERATIVA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO LTDA	408701.	02.933.743/0001-40	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.155445/2008-87	INSTITUTO DE SAÚDE ASCADE	415634.	07.804.117/0001-77	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.147494/2008-46	CLOC - CLÍNICA ODONTOLÓGICA CONCHAL LTDA	402117.	03.003.022/0001-01	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.143993/2008-64	POLIMÉDICA - ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	356522.	16.098.535/0001-87	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.157361/2005-35	ITAPEMIRIM SAÚDE LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	404713.	03.178.534/0001-09	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 4o, da RDC 85/01. Conduta tipificada no art. 6º, inciso IV, da RDC 24/00. Infração configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.155201/2004-71	UNIMED CONSELHEIRO LAFAIETE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	345709.	21.839.519/0001-38	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.134619/2008-78	POLLEN - GRUPO ASSISTENCIAL POLIVALENTE	327000.	43.504.109/0001-79	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.115250/2004-71	SAUD VIDA SERVICOS DE PLANOS DE SAUDE LTDA.	402524.	02.411.598/0001-37	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 4o, da RDC 85/01. Conduta tipificada no art. 6º, inciso IV, da RDC 24/00. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.148094/2008-58	MASTER PLUS ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA.	370339.	02.114.321/0001-42	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.149079/2008-27	LINK ASSISTENCIAL S/C LTDA	403202.	68.485.143/0001-74	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.149213/2008-90	PRONTO SERVICE SERVICOS DE SAUDE LTDA.	405761.	74.339.730/0001-58	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.149206/2008-98	SAUDE MARQUES LTDA	405639.	03.179.495/0001-56	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.120053/2007-16	CENÁCULO PROTETOR DOS CEGOS	408638.	33.859.869/0001-45	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 4o, da RDC 85/01. Conduta tipificada no art. 6º, inciso IV, da RDC 24/00. Infração configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

DESPACHO DA GERENTE
Em 10 de fevereiro de 2012

Nº 441 - O(A) Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 4.091, de 16/11/2010, publicada no DO de 18/11/2010, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

PROCESSO 33902.139842/2008-10

Ao representante legal da empresa HOSPITAL E MATERNIDADE TALITA S/C LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 54.935.614/0001-94, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 33081 na data de 09/02/2010, pela constatação da conduta: Prevista no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 4º trimestre de 2007, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656, de 03/06/1998, art. 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

MARIA JÚLIA GUSMÃO JOVIANO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 500, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Primária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

MARIA JÚLIA GUSMÃO JOVIANO

RESOLUÇÃO - RE Nº 517, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa será inspecionada devendo cumprir os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade até 10 de fevereiro de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 518, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Secundária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade até 03/01/2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 519, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 520, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de caducidade dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 521, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12,15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir a petição do produto saneante, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 522, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12,15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir a petição do produto saneante, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 574, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento e retificação de publicação, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 575, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 576, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir inclusão de nova apresentação comercial, cancelamento de registro do medicamento, retificação de publicação e renovação de registro de produto biológico, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 577, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir inclusão de nova apresentação comercial, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 578, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir retificação de publicação e cancelamento de registro da apresentação, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 579, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de nova associação no país, registro de forma farmacêutica nova no país renovação de registro de medicamento novo e registro de medicamento novo, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 580, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir renovação de registro de medicamento novo, inclusão de novo acondicionamento, inclusão de nova apresentação comercial, retificação de publicação, suspensão temporária de fabricação e registro de medicamento novo, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 581, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir renovação de registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº582, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Deferir inclusão de nova apresentação comercial, cancelamento de registro do medicamento, inclusão de nova concentração já registrada no país e renovação de registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 602, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro, Cadastramento e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 603, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 604, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 605, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 606, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir o Registro, Cadastramento, Alteração, Revalidação, Arquivamento Temporário e a Apresentação de novo Certificado de Conformidade INMETRO do EQUIPAMENTO dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 607, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 5.838 de 23 de dezembro de 2011, única e exclusivamente quanto ao Cadastramento (isenção) de Equipamento para Saúde NACIONAL, referente à empresa GABMED PRODUTOS ESPECÍFICOS LTDA - 68.867.522/0001-29, PROCESSO 25351.466481/2011-56, publicada no Diário Oficial da União nº. 247 de 26 de dezembro de 2011, Seção 1, página 251 e em suplemento, página 39.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO - RE Nº 608, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 2.527 de 09 de junho de 2011, única e exclusivamente quanto ao Cadastramento (Isenção) de Material de Uso Médico IMPORTADO, referente à empresa MN Medicas rep e com eq medicos esteticos e cosmeticos ltda - 10.845.671/0001-07, PROCESSO 25351.210998/2011-95, publicada no Diário Oficial da União nº. 112 de 13 de junho de 2011, Seção 1, página 55 e em suplemento, página 10.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO - RE Nº 619, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir solicitação de transferência de titularidade de registro e cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 10 de fevereiro de 2012

Nº 15 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art 63 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, NÃO CONHECE DOS RECURSOS a seguir especificados, determinando a extinção do recurso, sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

ANEXO

Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Processo nº: 25351.470881/2006-77
Expediente Recurso nº: 388524/11-1
Expediente Indeferido n.º: 088009/11-4

Nº 16 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com art. 61 da Lei No- 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e com o art. 7º da Lei Nº- 6.360, de 23 de setembro de 1976, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento da análise para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: MEIOS DE CULTURA BARTH LTDA
CNPJ: 04.343.482/0001-33
Processo nº: 25351.045404/2006-77
Expediente Recurso nº: 101721/11-7
Expediente Indeferido n.º: 860643/10-9

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC N° 10, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a RDC nº 72 de 29 de dezembro de 2009, sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitem.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria Nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 7 de fevereiro de 2012,

adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Os artigos 9º, 15, 16, 21, 25, 36, 58, 61, 71 e 80 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"Art. 9º As embarcações devem entregar à autoridade sanitária do porto de controle sanitário a qual se destina, quando da Solicitação de Certificado ou da Comunicação de Chegada, os documentos abaixo relacionados:

I - Declaração Marítima de Saúde, assinada pelo comandante ou por oficial tripulante por ele designado.

II - lista de Viajantes, com respectivos locais e datas de embarque e desembarque; e

III - cópia do Certificado de Isenção de Controle Sanitário de Bordo ou Certificado de Controle Sanitário de Bordo válido ou Certificado Nacional de Isenção de Controle Sanitário de Bordo ou Certificado Nacional de Controle Sanitário de Bordo válido, assinada pelo comandante ou por oficial tripulante por ele designado. (NR)

.....

Art. 15. As informações de cada inspeção ou reinspeção sanitária devem estar disponíveis em registro físico ou eletrônico.

§ 1º O registro físico constitui o Termo de Inspeção Sanitária de Embarcações - TISEM, conforme anexo IX desta Resolução.

§ 2º O registro eletrônico constitui todo aquele gerado nos sistemas oficiais do Governo Federal. (NR)

.....

Art. 16. A Livre Prática deve ser concedida por meio do Certificado de Livre Prática, documento de caráter intransferível, a partir da análise e avaliação satisfatória das condições operacionais e higiênico-sanitárias da embarcação e do estado de saúde dos seus viajantes, tendo como base a análise documental das informações apresentadas quando da sua solicitação, podendo ser complementada, a critério da autoridade sanitária, pela inspeção física das instalações, equipamentos e serviços prestados a bordo.

Parágrafo único. Constituem modalidades de Livre Prática:

I - livre prática a bordo: aquela a ser emitida, após inspeção sanitária; e

II - livre prática via rádio: aquela a ser emitida sem inspeção sanitária; (NR)

.....

Art. 21. A embarcação deve solicitar Livre Prática à autoridade sanitária em exercício no porto de controle sanitário ao qual se destina, quando não estiver portando CLP válido, por meio da Solicitação de Certificado, conforme anexo IV deste Regulamento:

§ 1º O proprietário, armador, responsável direto ou representante legal pela embarcação, deve, com antecedência máxima de 48 (quarenta e oito), e mínima de 24 (vinte e quatro) horas do E.T.A., apresentar à autoridade sanitária do porto de controle sanitário o formulário conforme anexo IV deste Regulamento.

§ 2º O formulário, conforme anexo IV deste Regulamento, poderá ser entregue com antecedência máxima de 72 (setenta e duas) horas do E.T.A. nos postos com atendimento somente em dias úteis.

§ 3° Está desobrigada do cumprimento do tempo estabelecido nos parágrafos anteriores a embarcação arribada, bem como aquela cujo período de deslocamento entre os portos de partida e de destino seja inferior a 24 (vinte e quatro) horas. (NR)

.....

Art. 25. Estão isentas da Livre Prática, as embarcações:

I - de esporte e recreio, sem fins comerciais;

II - de pesca, sem fins comerciais;

III - que realizam navegação de apoio portuário e marítimo, exceto as que operem ou prestem serviços de:

a) armazenagem e abastecimento de água para consumo humano;

b) retirada de resíduos sólidos ou de efluentes sanitários; e

c) armazenagem ou manipulação de gêneros alimentícios e água potável industrializada, armazenagem de matérias-primas, produtos semi-acabados e produtos, sob vigilância sanitária, prontos para consumo;

IV - da Marinha do Brasil ou sob seu convite, utilizadas para fins não comerciais;

V - classificadas como plataformas fixas, localizadas em águas sob jurisdição nacional;

VI - que comprovem perante a autoridade sanitária estar fora de operação por motivo de defeso de pesca, reparos e impedidas de navegar por decisão judicial ou ausência de condições de navegação; e

VII - classificadas como balsas e barcaças.

§ 1º A isenção de que trata o inciso VI deste artigo tem caráter transitório.

§ 2º Não obstante a isenção do Certificado de que trata este artigo, as embarcações estão sujeitas à inspeção sanitária a qualquer tempo, bem como devem notificar imediatamente, à autoridade sanitária do porto de controle sanitário, pelo meio de comunicação mais rápido disponível, a ocorrência a bordo de eventos de saúde, acidentes relacionados à carga perigosa ou à prestação de serviços, envolvendo qualquer de seus viajantes. (NR)

.....

Art. 36. As áreas de armazenamento de alimentos devem apresentar-se isentas de materiais estranhos ao ambiente, estragados, tóxicos ou outros que possam contaminá-los.

§ 1º As embalagens que apresentam maior risco de contaminação aos alimentos ou de transportar vetores e animais sinantrópicos (ovos, larvas ou adultos) tais como caixas de papel e papelão devem ser cuidadosamente inspecionadas durante o recebimento de alimentos para verificação de sua integridade e presença de bolores, sujidades ou vetores, incluindo vestígios, ovos e larvas.

§ 2º Na hipótese do §1º deste Artigo, as embalagens não aprovadas devem ser trocadas por embalagens seguras antes de levadas às áreas de armazenamento. (NR)

.....

Art. 58. A água de piscinas, quando submetida a tratamento via halogenação, deve conter um teor de halogênio residual livre entre 1,0 ppm e 7,0 ppm.

§ 1º Em spas, hidromassagens e similares quando a desinfecção for realizada por meio de cloro, o teor residual livre deve ser mantido entre 3 ppm e 10 ppm, e se for realizado por meio de bromo, o teor mínimo residual deve ser mantido entre 4 ppm e 10 ppm.

§ 2º Admite-se a utilização de outro agente desinfetante ou outra metodologia de tratamento, desde que fique demonstrada uma eficiência de inativação microbiológica equivalente às previstas nas legislações pertinentes. (NR)

.....

Art. 61. Devem ser apresentadas à autoridade sanitária competente, quando solicitado, as planilhas referentes à manutenção, operação, limpeza e desinfecção dos equipamentos de climatização. (NR)

.....

Art. 71. As embarcações equipadas com sistema de tratamento de efluentes sanitários, em correta operação, cujo padrão encontre-se aprovado pela Organização Marítima Internacional - IMO e que possuam o Certificado Internacional de Prevenção da Poluição por Esgoto válido, quando atracadas, podem fazer a liberação do efluente sanitário no ambiente aquático devendo as válvulas de desvio, by pass, do sistema de tratamento, que possam descarregar efluentes para o meio aquático, permanecer fechadas e lacradas.

§ 1º Para liberação dos efluentes sanitários no ambiente aquático, os resultados do teste de instalação devem estar presentes no Certificado Internacional de Prevenção da Poluição por Esgoto, e, adicionalmente, os efluentes resultantes do tratamento não devem apresentar sólidos flutuantes visíveis, nas águas circundantes, nem produzir a descoloração das mesmas.

§ 2º O sistema de tratamento de efluentes em funcionamento na embarcação, deve ser o mesmo descrito no Certificado Internacional de Prevenção da Poluição por Esgoto, não podendo haver alterações.

§ 3º O sistema de tratamento de efluentes de que trata este artigo, deve estar em boas condições de funcionamento, com as válvulas de serviço fechadas, aeração ligada, macerador funcionando, filtro e dutos de retorno sem obstrução e sistema de desinfecção em operação, de acordo com as especificações do fabricante.

§ 4º Quando o sistema de tratamento de efluentes utilizar produto líquido para o processo de desinfecção, este deve conservar o princípio ativo descrito no rótulo do produto, bem como promover o completo controle ou eliminação dos microorganismos patogênicos. (NR)

.....

Art. 80. Toda embarcação deve manter a bordo Programa de Manejo Integrado de Pragas atualizado, onde estejam previstas medidas de prevenção, monitoramento e controle de pragas.

§ 1° Todas as ações de monitoramento e controle realizados devem ser comprovadas por meio de registros ou atestados assinados pelo Comandante da embarcação ou pelo tripulante designado.

§ 2° Os registros ou atestados de controle químico, quando necessário, devem ser assinados pelo responsável técnico da empresa de controle ou pelo Comandante da embarcação quando realizados pela própria tripulação, e conter as seguintes informações mínimas:

I - metodologia empregada, com técnica(s) de aplicação;

II - dosagem por compartimento; e

III - substâncias ativas inseticidas ou raticidas e inertes, utilizados nas concentrações de uso permitidas.

§ 3° As embalagens dos produtos utilizados nos serviços de controle de espécimes da fauna sinantrópica nociva à saúde devem ser descartadas de maneira correta e segura, em conformidade com a norma específica vigente, evitando-se a contaminação do homem, animal e do meio ambiente.

§ 4º É proibido o uso de formulações inseticidas ou raticidas contendo substância ativa ou forma de apresentação não autorizada pelos órgãos competentes, bem como a utilização de concentrações acima dos limites autorizados. (NR)"

Art. 2º Ficam revogados o inciso XV do art. 5º e o Anexo XV da Resolução RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO - RE N° 497, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir cancelamento de registro de produto a pedido da empresa, registro de alimentos e bebidas, registro único de alimentos e bebidas - importado.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 498, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26/3/2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

Considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder retificação de publicação de registro, revalidação de registro, cancelamento de registro de produto a pedido da empresa, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 499, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n. 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no Art. 6º, Art. 8º e Art. 19 da Resolução RDC n. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações;

considerando que as empresas citadas no anexo atenderam os preceitos legais contidos na legislação acima citada, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Registro e de Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais e de Aditamento, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 502, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU, de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 da ANVISA, de 20 de Setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 503, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU, de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 da ANVISA, de 20 de Setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 504, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU, de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 da ANVISA, de 20 de Setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 505, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU, de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 da ANVISA, de 20 de Setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 506, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 507, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 508, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Cancelar a pedido a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 509, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Indeferir o pleito de Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 510, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 511, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1° Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, conforme o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 512, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 513, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria n° 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 514, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 524, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.685.377/0001-57 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.300-3;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 525, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Zodiac Produtos Farmacêuticos S.A., CNPJ n.º 55.980.684/0001-27 e Autorização de Funcionamento n.º 1.02.214-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 526, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

Art. 1º Cancelar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação concedido por meio da Resolução - RE n.º 6.009, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n.º 247, de 27 de dezembro de 2010, seção 1, página 95 e em suplemento da seção 1, página 39, da empresa Ben Venue Laboratories Inc.(EUA), devido ao descumprimento das Boas Práticas de Fabricação, conforme RDC n.º 17/2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 527, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso IV do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação da empresa Schering-Plough Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n° 03.560.974/0001-18 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.171-1;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 528, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 33.060.740/0001-72 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.093-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 529, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.685.377/0001-57 e Autorização de Funcionamento n.º 1.01.300-3;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 530, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.286.647/0001-16 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.047-2;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 531, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A., CNPJ n.º 33.009.945/0001-23 e Autorização de Funcionamento n.º 1.00.100-4;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 532, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ n.º 68.132.950/0001-03 e Autorização de Funcionamento n.º 1.02.543-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 533, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., CNPJ n.º 33.060.740/0001-72 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.093-0;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 534, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa GlaxoSmithKline Brasil Ltda., CNPJ n.º 33.247.743/0001-10, Autorização de Funcionamento n.º 1.00.107-1 e Autorização Especial n.º 1.20.188-4;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 535, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente o Deferimento do pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para o estabelecimento de comercialização de medicamentos constante do anexo desta Resolução, publicado pela Resolução - RE N° 5.162, de 18 de novembro de 2011, no Diário Oficial da União nº 222, de 21 de novembro de 2011, Seção 1 Pag. 96 e Suplemento Pags. 32 e 45.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

EMPRESA: K. A. DE MATTOS ANDRE - ME
ENDEREÇO: ESTRADA PIRAPITINGA - PÁDUA S/Nº KM 01
BAIRRO: SANTA LUZIA CEP: 28470000 - SANTO ANTÔNIO DE
PÁDUA/RJ
CNPJ: 01.635.054/0001-96
PROCESSO: 25351.177440/2002-75 AUTORIZ/MS: 0.00927.4
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/
PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 536, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

EXEMPLAR DE ASSINANTE VENDA PROIBIDA

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 537, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 538, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 539, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 540, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 541, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 542, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 543, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 544, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 545, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 546, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 547, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 548, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando a Resolução - RE nº 1.926, de 30 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 82, de 03 de maio de 2010, Seção 1, pág. 79, e em Suplemento ANVISA pág. 02, área de produtos para a saúde;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a solicitação de modificação no Certificado de Boas Práticas de Fabricação a partir da publicação desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 549, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando a Resolução - RE nº 1.614, de 08 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 68, de 12 de abril de 2010, Seção 1, pág. 54, e em Suplemento ANVISA pág. 08, área de produtos para a saúde;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a solicitação de modificação no Certificado de Boas Práticas de Fabricação a partir da publicação desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 550, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando a Resolução - RE nº 1.614, de 08 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 68, de 12 de abril de 2010, Seção 1, pág. 54, e em Suplemento ANVISA pág. 08, área de produtos para a saúde;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a solicitação de modificação no Certificado de Boas Práticas de Fabricação a partir da publicação desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 551, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando a Resolução - RE nº 2.934, de 08 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 131, de 11 de julho de 2011, Seção 1, pág. 108, e em Suplemento ANVISA pág. 103, área de produtos para a saúde;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a solicitação de modificação no Certificado de Boas Práticas de Fabricação a partir da publicação desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 552, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando a Resolução - RE nº 802, de 26 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 39, de 1 de maio de 2010, Seção 1, pág. 77, e em Suplemento ANVISA pág. 70/71, área de produtos para a saúde;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a solicitação de modificação no Certificado de Boas Práticas de Fabricação a partir da publicação desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 553, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando a Resolução - RE nº 2.762, de 24 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 121, de 27de junho de 2011, Seção 1, pág. 131, e em Suplemento ANVISA pág. 77, área de produtos para a saúde;

considerando o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a solicitação de modificação no Certificado de Boas Práticas de Fabricação a partir da publicação desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 554, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 555, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 556, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 557, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 558, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE N° 559, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 560, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 561, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 562, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 563, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 564, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 565, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 566, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 567, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 568, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 569, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 570, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 571, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 572, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 573, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 586, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 587, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 588, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 590, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 591, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 592, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 593, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 594, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 595, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 596, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 597, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 598, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 599, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 600, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 601, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 609, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente o Deferimento do pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para o estabelecimento de comercialização de medicamentos constante do anexo desta Resolução, publicado pela Resolução - RE N° 5.696, de 16 de dezembro de 2011, no Diário Oficial da União nº 242, de 19 de dezembro de 2011, Seção 1 Pag. 701 e Suplemento Pags. 163 e 169.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

EMPRESA: LUIZ E EVARISTO CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA H BOX N° 62 MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL
BAIRRO: IMACULADA CEP: 58300020 - BAYEUX/PB
CNPJ: 02.425.938/0001-89
PROCESSO: 25351.037836/2003-61 AUTORIZ/MS: 0.36992.8
ATIVIDADE/ CLASSE:
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOSEMPRESA:

RESOLUÇÃO - RE N° 610, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 611, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 612, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 613, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 614, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 615, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 616, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Alteração de Autorização Especial para as Empresas de Medicamentos constantes do anexo desta Resolução, publicada pela Resolução n° 2.888 de 24 de junho de 2010, no Diário Oficial da União nº 121 de 28 de julho de 2010, Seção 1, pág. 102 e Suplemento pág. 46.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 617, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 618, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE N.º 2.475 de 09 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 112, de 13 de junho de 2011, Seção 1 Pag.58 e Suplemento Págs 55 e 57.

Onde se lê:

EMPRESA: drogaria e perfumaria waltair ltda

ENDEREÇO: rua rio purus n° 77

BAIRRO: riacho das pedras CEP: 32280030 - CONTAGEM/MG

CNPJ: 08.886.689/0001-05

PROCESSO: 25351.143196/2011-38 AUTORIZ/MS: 0.76174.1

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS

DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: drogaria e perfumaria waltair ltda

ENDEREÇO: rua rio purus n° 77

BAIRRO: riacho das pedras CEP: 32280030 - CONTAGEM/MG

CNPJ: 08.886.689/0001-05

PROCESSO: 25351.143196/2011-38 AUTORIZ/MS: 0.76174.1

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 4.940 de 04 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 213, de 07 de novembro de 2011, Seção 1 Pag.110 e Suplemento Págs 167 e 170.

Onde se lê:

EMPRESA: FARMÁCIA SÃO GERALDO LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA GOVERNADOR VALADARES Nº 229

BAIRRO: CENTRO CEP: 32510010 - BETIM/MG

CNPJ: 20.328.126/0001-05

PROCESSO: 25351.202422/2002-39 AUTORIZ/MS: 0.11659.2

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: Drogaria irmãos pena ltda me

ENDEREÇO: AVENIDA GOVERNADOR VALADARES Nº 229

BAIRRO: CENTRO CEP: 32510010 - BETIM/MG

CNPJ: 20.328.126/0001-05

PROCESSO: 25351.202422/2002-39 AUTORIZ/MS: 0.11659.2

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE nº 5.668, de 15 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 242, de 19 de dezembro de 2011, Seção 1, pág. 700 e em Suplemento ANVISA, página 155, que concede a Certificação à empresa Biotronik Comercial Médica Ltda - CNPJ: 50.595.271/0001-05.

Onde se lê:

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Certificado de Boas Práticas de Fabricação para os produtos:
Produtos médicos nacionais, devidamente registrados por esta empresa junto à ANVISA, enquadrados na classe de risco I, II e III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC n. 185, de 22 de outubro de 2001.

Leia-se:

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição para os produtos:
Produtos médicos, devidamente registrados junto à ANVISA, enquadrados na classe de risco I, III e IV, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC n. 185, de 22 de outubro de 2001.

Na Resolução - RE n.º 1.932, de 30 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União n.º 82, de 3 de maio de 2010, seção 1, página 80 e em suplemento da seção 1, página 03, por solicitação da empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57.

Onde se lê:

Sólidos: Comprimidos e comprimidos revestidos.

Semi-sólidos: Supositórios.

Líquidos: Suspensões.

Injetáveis: Soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização final).

Incluindo, ainda:

Antibióticos cefalosporínicos: Pós estéreis.

Leia-se:

Sólidos: Comprimidos e comprimidos revestidos.

Semi-sólidos: Supositórios.

Líquidos: Suspensões.

Injetáveis: Soluções parenterais de pequeno volume (com esterilização final).

Incluindo, ainda:

Antibióticos cefalosporínicos: Pós estéreis.

Embalagem primária e secundária de sólidos: Cápsulas.

Na Resolução - RE n° 3.150, de 15 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 136, de 18 de julho de 2011, Seção 1 pág. 86, Suplemento pág. 93 a 95.

Onde se lê:

EMPRESA: DISTRIBUIDORA MATO GROSSO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP

ENDEREÇO: RUA CORONEL BENEDITO LEITE 708

BAIRRO: PORTO CEP: 78020110 - CUIABÁ/MT

CNPJ: 37.430.675/0001-80

PROCESSO: 25351.372210/2010-25 AUTORIZ/MS: 3.04480.9

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.

DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.

EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

Leia-se:

EMPRESA: DISTRIBUIDORA MATO GROSSO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP

ENDEREÇO: RUA CORONEL BENEDITO LEITE 708

BAIRRO: PORTO CEP: 78020110 - CUIABÁ/MT

CNPJ: 37.430.675/0001-80

PROCESSO: 25351.016425/01-81 AUTORIZ/MS: 1.05110.0

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 3.233, de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 1 de agosto de 2011, Seção 1 pág. 74, Suplemento pág. 61.

Onde se lê:

EMPRESA: JMDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: RUA JACATIRÃO, N° 10, LOJA A

BAIRRO: VILAR DOS TELES CEP: 25561411 - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ

CNPJ: 06.027.816/0001-95

PROCESSO: 25351.594913/2010-14 AUTORIZ/MS: 1.22675.9

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: OREGON FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA JACATIRÃO, N° 10, LOJA A
BAIRRO: VILAR DOS TELES CEP: 25561411 - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
CNPJ: 06.027.816/0001-95
PROCESSO: 25351.594913/2010-14 AUTORIZ/MS: 1.22675.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n° 3.234, de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 146, de 1 de agosto de 2011, Seção 1 pág. 74, Suplemento pág. 61.
Onde se lê:
EMPRESA: JMDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA JACATIRÃO, N° 10, LOJA A
BAIRRO: VILAR DOS TELES CEP: 25561411 - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
CNPJ: 06.027.816/0001-95
PROCESSO: 25351.164438/2006-60 AUTORIZ/MS: 1.06601.3
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: OREGON FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA JACATIRÃO, N° 10, LOJA A
BAIRRO: VILAR DOS TELES CEP: 25561411 - SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
CNPJ: 06.027.816/0001-95
PROCESSO: 25351.164438/2006-60 AUTORIZ/MS: 1.06601.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

GERÊNCIA GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA

DESPACHOS DA GERENTE-GERAL
Em 10 de fevereiro de 2012

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ALCON LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.
25351.278967/2009-10 - AIS:358022/09-9 (200/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
25351.300273/2009-08 - AIS:385156/09-7 (242/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BIOMECÂNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA
25351.133129/2009-79 - AIS:171694/09-8 (84/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), além de Proibição de Propaganda,
B2W COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO
25351.082071/2009-17 - AIS:102579/09-1 (39/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
CADIVEU COSMÉTICOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.
25351.313282/2009-86 - AIS:402255/09-6 (259/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
CONTENTO COMUNICAÇÃO LTDA.
25351.495582/2010-01 - AIS:651189/10-9 (693/2010) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
D. DA SILVA MESQUITA - ME
25351.177556/2009-44 - AIS:230867/09-3(102/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 11.000,00 (Onze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EDITORA CARAS SA
25351.082077/2009-75 - AIS:102585/09-6 (40/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
HOMEOPATIA WALDEMIRO PEREIRA LIF. LTDA
25351.268432/2009-80 - AIS:344699/09-9 (175/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), além de Proibição de Propaganda,
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
25351.104501/2009-88 - AIS:132808/09-5 (50/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA
25351.313162/2009-38 - AIS:402109/09-6 (227/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais), além de Proibição de Propaganda,
NEWSMAG EDITORA LTDA ME
25351.638021/2010-39 - AIS:841843/10-8 (1106/2010) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais), além de Proibição de Propaganda,
PLENA FORMA SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
25351.082086/2009-68 - AIS:102594/09-5 (37/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), além de Proibição de Propaganda,
SANDRO SEVERIANO SOUZA ME
25351.177615/2009-52 - AIS:230941/09-6(100/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), além de Proibição de Propaganda,
SANTOS E BRAGA LTDA
25351.177641/2009-08 - AIS:230974/09-2 (101/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
THERASKIN FARMACEUTICA LTDA.
25351.104551/2009-77 - AIS:132887/09-5 (56/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
TRAY TECNOLOGIA LTDA
25351.313266/2009-59 - AIS:402232/09-7 (258/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,
VALEANT FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
25351.278922/2009-07 - AIS:357963/09-8 (192/2009) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais), além de Proibição de Propaganda,

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

GERÊNCIA GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 10 de fevereiro de 2012

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n.º 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AGÊNCIA DE NAVEGAÇÃO E DESPACHOS ANDRADE LTDA
25765.404669/2010-90 - AIS:528497/10-0 (008/10) CV-PAF/SE
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
DE PAULI COMERCIO REPRESENTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25759.058028/2009-36 - AIS:071753/09-3 (137/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
DEG IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
25759.037526/2009-43 - AIS:046041/09-9 (086/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)
DELTA CONSTRUÇÕES S/A
25744.106749/2011-83 - AIS:147483/11-9 (001/09) CV-PAF/TO
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
DENTSPLY IND.COM. LTDA
25759.011666/2009-41 - AIS:014403/09-7 (041/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
DIOSYNTH PRODUTOS FARMO-QUÍMICOS LTDA
25759.006477/2009-80 - AIS:008138/09-8 (977/08) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)
DROGARIA PAULISTANA LTDA
25756.721121/2009-39 - AIS:486722/09-0 (020/09) CV-PAF/GO
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
EDWARDS LIFESCIENCES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-CIRURGICOS LTDA.
25759.090690/2009-65 - AIS:114279/09-8 (179/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25351.082654/2009-18 - AIS:103394/09-8 (033/08) CV-PAF/DF
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
EUROFARMA LABORATÓRIOS S/A
25759.012886/2009-08 - AIS:016010/09-5 -(044/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
EXTRACAO DE AREIA QUEDAS DO IGUACU LTDA
25743.671945/2009-48 - AIS:871825/09-3 (005/09) CV-PAF/PR
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
FAE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
25763.679934/2009-21 - AIS:882483/09-5 (007/09) CV-PAF/CE
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
FOCCUS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA
25749.714543/2009-29 - AIS:402728/09-1 (002/09) CV-PAF/MS
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
FREETRADE DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
25748.640042/2009-70 - AIS:832093/09-4 (010/09) CV-PAF/ES
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)
GERBRÁS QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA
25759.090740/2009-81 - AIS:114349/09-2 (173/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
25752.581658/2008-01 - AIS:754567/08-3 (032/08/) CV-PAF/RJ
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
25752.180592/2009-51-AIS:234466/09-1(023/09)CVPAF/RJ, apensos
25752.752309/2009-12-AIS:903838/09-8(079/09)CVPAF/RJ
25752.180592/2009-51-AIS:234466/09-1(080/09)CVPAF/RJ
Penalidade de Multa no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)
H STRATTNER E CIA LTDA
25752.737737/2009-74 - AIS:927147/09-3 (071/09) CV-PAF/RJ
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)
HAL MANSOUR DOCES E SALGADOS LTDA.
25743.294861/2009-11 - AIS:378180/09-1 (001/09) CV-PAF/PR
Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais)
HARDMAN COMÉRCIO LTDA ME
25763.528486/2009-96 - AIS:686001/09-0 (003/09) CV-PAF/CE
Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (Tres mil reais)
HARMS E CIA LTDA
25745.655516/2009-43 - AIS:851010/09-5 (034/09) CV-PAF/MA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
HENRIFARMA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA
25759.006657/2009-65 - AIS:008361/09-5 (016/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA
25759.047724/2009-01 - AIS:058876/09-8 (099/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
IN SOLO APOIO AÉREO LTDA
25351.767426/2011-07 - AIS:801261/11-0 (015/11) CV-PAF/MT
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
IN SOLO APOIO AÉREO LTDA
25351.659218/2011-40 - AIS:926230/11-0 (011/11) CV-PAF/MT
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
J. L. GIOVANELLA E CIA LTDA
25751.067687/2010-61 - AIS:090724/10-3 (023/029) CV-PAF/RS
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA
25752.021920/2010-09 - AIS:029115/10-3 (233/08) CV-PAF/RJ
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
JAYFEX CONSULTORIA EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA
25741.685966/2009-59 - AIS:088245/09-3 (004/09) CV-PAF/SC
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)
JET SERVICE COMERCIAL LTDA
25759.469506/2009-11 - AIS:608010/09-3 (092/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
JLM RESTAURANTE LTDA
25351.051113/2010-72 - AIS:068429/10-5 CVPAF/DF
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
JOÃOMED COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA
25743.430328/2009-18 - AIS:557251/09-7 (054/09) CV-PAF/PR
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
25759.582833/2009-79- AIS:757823/09-7(495/08) CV-PAF/SP, apensos
25759.582868/2009-60 AIS : 757871/09-1(505/08) CV-PAF/SP
25759.675730/2009-71 - AIS: 876718/09-1(034/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)
JONHSON & JONHSON INDUSTRIAL LTDA
25741.603075/2009-36 - AIS:784434/09-4 (014/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
JONHSON & JONHSON INDUSTRIAL LTDA
25741.181126/2009-09 -AIS:235151/09-0 (003/09) CV-PAF/SC, apenso
25741.271767/2009-49 - AIS:348896/09-9 (004/09) CV-PAF/SC
Penalidade de Multa no valor de R$ 105.000,00(Cento e cinco mil reais)
N A INTIMIDADE LTDA
25757.633666/2011-91 - AIS:889631/11-3 (011/11) CV-PAF/PE
Penalidade de Multa no valor de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25741.612922/2009-50-AIS:796729/09-2 (005/09)CV-PAF/SC, apenso
25741.612993/2009-95-AIS:796818/09-3 (006/09)CV-PAF/SC
Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
KOLETUS TRANSPORTADORA E COLETORA DE RESÍDUOS LTDA
25759.469461/2009-76 - AIS:607959/09-8 (090/09) CV-PAF/PA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
RIGELTEC LENTES DE CONTATO LTDA EPP
25759.038898/2010-32 - AIS:051632/10-5 (003/09) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
RIGELTEC LENTES DE CONTATO LTDA EPP
25759.038908/2010-81 - AIS:051651/10-1 (004/07) CV-PAF/SP
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

PAULO BIANCARDI COURY

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º Portaria SAS/MS nº 104, de 7 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 28, de 8 de fevereiro de 2012, Seção 1, p. 51.

ONDE SE LÊ:

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Clínicas Integradas Hospital Universitário Universidade de Uberaba	2195585	25452301000500
- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos Endovasculares Extracardíacos; - Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Eletrofisiologia.		

LEIA-SE:

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Hospital Escola da Universidade Federal do Triangulo Mineiro/Uberaba/MG	2206595	25437484000242
- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos Endovasculares Extracardíacos; - Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Eletrofisiologia.		

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 115, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80001.018186/2009-29, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica SERINP - VISTORIA VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ - 04.208.168/0001-48, situada no Município de Suzano - SP, na Rua Rui Barbosa, 315 - Centro, CEP 08.675-060, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Suzano conforme artigo 4º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Guararema e Salesópolis no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 32, DE 20 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.064582/2010, e, em especial, da Nota Técnica nº 3231/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Santiago, executante dos Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando o canal 13 (treze), outorga essa deferida pela Portaria MC nº 1244, de 1º de abril de 1981, a substituir a geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Guaíba Ltda., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, utilizando o Canal 2+ (dois decalado para mais), no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO N° 546, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 53500.002301/2007. Aprova a posteriori a transferência do controle societário da empresa Sitecnet Informática Ltda, CNPJ/MF no 06.346.446/0001-59, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, constante na terceira alteração contratual, caracterizada pela saída do sócio controlador Felipe Ribeiro Pereira, CPF/MF nº 036.462.154-02, remanescendo como controlador o sócio Leonardo Stéfanis Farias Lins CPF/MF nº 035.999.684-11. A aprovação não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE RESENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 848, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar LAGO & MARTINEZ EVENTOS LTDA, CNPJ nº 01.107.217/0001-68 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, no período de 16/02/2012 a 22/02/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 853, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Autorizar CLUBE DAS MASCARAS O GALO DA MADRUGADA, CNPJ nº 11.451.275/0001-68 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Recife/PE, no período de 18/02/2012 a 18/02/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 8.123, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.014356/2011. Aplica à empresa NEUBER MODESTO FONTOURA ME, CNPJ: 06.111.200/0001-06, a sanção de multa no valor de R$ 168,31 (cento e sessenta e oito reais e trinta e um centavos), pela violação do art. 59, VII, do Regulamento do SCM c/c §§1º e 2º do art. 18 do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 8.579, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011

Processo nº 53557.001007/2009. Aplicar à PETROX COMERCIAL LTDA., CNPJ n.º 05.297.480/0012-70, a sanção de multa no valor de R$ 2.254,91 (dois mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos), por violação dos arts. 27, 46 e 51 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 272, de 9 de agosto de 2001.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 438, DE 20 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 29104.000972/1985. Outorga autorização para uso de radiofrequência à COOP MISTA DE TRAB DOS MOT AUT DE TAXI DA REGIAO METROP DE BELO HORIZONTE LTD, CNPJ nº 20.388.583/0001-87, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 624, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012

Processo no 53500.023575/2011. Expede autorização de uso de radiofrequências à MEGA GRUPO DE TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ no 08.847.591/0001-49, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilare(s).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 656, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo n° 535000008382012. Expede autorização de uso de radiofrequências à PROVEDOR BRCENTRAL.NET LTDA, CNPJ nº 07.587.661/0001-04, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, referente ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 661, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo no 29105.001145/1989. Expede autorização para uso de radiofrequência à(ao) ASSOCIACAO RODO RADIOTAXI CAPITAL, CNPJ no 81.222.408/0001-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 663, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo no 53500.011324/2011. Outorga autorização de radiofrequência(s) à ASSOCIACAO RODO RADIOTAXI CAPITAL, CNPJ no 81.222.408/0001-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancila(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 665, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo no 53500.003750/2003. Outorga autorização para uso de radiofrequência à CLARO S.A., CNPJ no 40.432.544/0001-47, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 779, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo no 53500.001345/1999. Outorga autorização para uso de radiofrequência à VIVO S.A., CNPJ no 02.449.992/0001-64, associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 791, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

Outorga de autorização de uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, CNPJ no 17.281.106/0001-03, associada a autorização para exploração do Serviço Especial de Supervisão e Controle, de interesse restrito, para uso próprio.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 794, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo no 53500.029390/2005. Outorga autorização para uso das radiofrequências 246,950 MHz e 149,170 MHz à Getec Sistemas de Seguranca LTDA, CNPJ no 94.016.409/0001-40, associada à autorização para exploração do Serviço Especial de Supervisão e Controle, em substituição a radiofrequência 246,875 MHz anteriormente autorizada, sendo o uso das radiofreqüências sem exclusividade, até 17 de novembro de 2016, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 814, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo nº 53500.002103/2003. Outorga autorização para uso de radiofrequência à ASSOCIACAO RADIO TAXI PINHAIS, CNPJ nº 81.247.314/0001-95, em substituição da frequência anteriormente autorizada, associada à autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 831, DE 9 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a entidade FAZENDA DA PAZ, a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de agosto de 2009

Nº 5.567/PBCPA/PBCP/SPB - Ref.: PADO n.º 53539.000939/2008 - Resolve aplicar sanção de MULTA à Telemar Norte Leste S/A - Filial PB, no valor de R$430.630,00 (quatrocentos e trinta mil, seiscentos e trinta reais), pela comercialização de cartões indutivos em valores superiores ao máximo homologado pelo Ato nº 66.028/2008.

GILBERTO ALVES

Em 12 de dezembro de 2011

Nº 10.511 - Ref.: PADO n.º 53504.008429/2007- Resolve : i) aplicar sanção de MULTA à Telesp, prevista no art. 173, inciso II da Lei Geral de Telecomunicações - LGT e da Cláusula 26.1 do Contrato de Concessão, c/c §4º da mesma cláusula e com o art. 7º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, no valor total de R$ 3.523,17 (três mil, quinhentos e vinte e três reais e dezessete centavos), pela infração ao art. 23 do Regulamento sobre Divulgação de Listas de Assinantes e de Edição e Distribuição de Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita, aprovado pela Resolução nº 66, de 9/11/1998, ii) aplicar a sanção de ADVERTÊNCIA pela infração ao art. 12 do mesmo Regulamento; iii) NOTIFICAR a TELESP acerca do teor do presente Despacho.

Nº 10.514 - Ref.: PADO n.º 53500.002743/2008- Resolve : i) aplicar sanção de MULTA à BRASIL TELECOM S.A - Filial Rio Grande do Sul, prevista no art. 173, inciso II da Lei Geral de Telecomunicações - LGT e da Cláusula 26.1 do Contrato de Concessão, c/c §4º da mesma cláusula e com o art. 7º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, no valor total de R$ 2.754,18, (dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), pela infração ao art. 6º, §1º do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC destinando ao uso do público em geral, aprovado pela Resolução nº 373, de 3 de junho de 2004 e b) R$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais), pela infração ao art. 3º, I do mesmo Regulamento, ii) DETERMINAR à Brasil Telecom S.A - Filial Rio Grande do Sul: a) a devolução em dobro do que se pagou em excesso, acrescido dos mesmos encargos aplicados pela prestadora aos valores pagos em atraso, para os assinantes lesados, nos termos do art. 42 da Lei 8078/90 e art. 98 do RSTFC, anexo à Resolução nº 426; b) comprovação à Anatel, no prazo de 90 (noventa) dias da notificação da decisão, da devolução dos valores cobrados indevidamente aos assinantes prejudicados pelas infrações e da retificação cadastral dos mesmos, iii) NOTIFICAR a Brasil Telecom S.A - Filial Rio Grande do Sul acerca do teor do presente Despacho.

Em 14 de dezembro de 2011

Nº 10.644 - Ref.: PADO n.º 53516.001019/2010 - Resolve aplicar sanção de MULTA à Brasil Telecom S.A - Filial Paraná no valor de R$ 2.244,37 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos), pela infração ao artigo 70, I do anexo a Resolução n° 426, de 09.12.2005.

ROBERTO PINTO MARTINS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 59, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.038841/2007, resolve:

Art. 1º Consigar à Fundação de Telecomunicações do Pará, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Belém, Estado do Pará, o canal 41 (quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consiganção será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 de dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.017377/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à Rádio e Televisão Bandeirante Ltda, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Maceió, Estado de Alagoas, o canal 39 (trinta e nove), correspondente à faixa de frequência de 620 a 626 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 25, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 de dezembro de 2011 , no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.013499/2009, resolve:

Art. 1º Consigar à Fundação Cultural Agenor Zanon, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, o canal 32 (trinta e dois), correspondente à faixa de frequência de 578 a 584 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consiganção será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 26, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 de dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.039352/2008, resolve:

Art. 1º Consigar à Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, o canal 16 (dezesseis), correspondente à faixa de frequência de 482 a 488 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consiganção será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 27, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 de dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.018120/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à Televisão Sul de Minas S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Santa Rita de Sapucaí, Estado de Minas Gerais, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 28, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.010867/2009, resolve:

Art. 1º Consigar à Fundação Stênio Congro, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Três Lagos, Estado do Mato Grosso do Sul , o canal 52 (cinqüenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 698 a 704 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consiganção será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 29, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.012710/2009, resolve:

Art. 1º Consigar à Fundação TV Educativa Universidade Católica de Santos, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cubatão, Estado de São Paulo , o canal 41 (quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consiganção será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 31, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 de dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.018904/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à Empresa Pioneira de Televisão S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 32, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.021384/2009, resolve:

Art. 1º Consigar à Fundação Claret, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, o canal 18 (dezoito), correspondente à faixa de frequência de 494 a 500 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consiganção será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 33, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTA EVENTUAL, designada pela Portaria nº 281 de 5 dezembro de 2011, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.013486/2009, resolve:

Art. 1º Consigar à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, o canal 36 (trinta e seis), correspondente à faixa de frequência de 602 a 608 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consiganção será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 42, DE 20 DE JANEIRO DE 2012

A Secretária de Serviços de Comunicação eletrônica, substituta eventual PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA, designada pela Portaria nº 281, de 5 de dezembro de 2011, publicada no DOU subseqüente, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 187, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com alterações dadas pelas Portarias nº 591de 18/09/2006, publicada no DOU de 20/09/2006; nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU de 13/11/2008; n° 401, de 04 de maio de 2010, publicada no DOU de 06/05/2010; n° 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 28/01/2011; n° 19, de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011, e n° 69, de março de 2011, publicada no DOU de 18/03/2011, resolve::

Art. 1º Homologar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.061096/2009, (apensos: 53000.002916-2003 e 53000.007361/2004), e, em especial, da Nota Técnica n° 35/2012/CGLO/DEOC/SCE-MC, o quadro diretivo da Rádio Ituporanga Ltda , executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Ituporanga, Estando de Santa Catarina, em conformidade com a llª alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em 10 de março de 2003, sob o nº 20030461669, conforme consta nesta Portaria.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 6, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, SUBSTITUTO no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.000606/2011, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da EXTRA RADIODIFUSÃO LTDA, permissionário do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando o canal 227 (duzentos e vinte e sete), classe C.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, SUBSTITUTO no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.061839/2010, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da PLUS RADIODIFUSÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, utilizando o canal 204 (duzentos e quatro), classe C.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA SOBRE A ISENÇÃO DE VISTO PARA PORTADORES DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS, OFICIAIS OU DE SERVIÇO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka

(doravante denominados "Partes"),

Desejosos de fortalecer os laços de amizade e cooperação entre seus países; e

Reconhecendo a necessidade de facilitar as viagens entre seus territórios de nacionais portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Os nacionais das Partes, portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço válidos, não acreditados no território da outra Parte, entrarão, transitarão, permanecerão e sairão do território da outra Parte, sem a necessidade de visto, por um período máximo de noventa (90) dias, contados a partir da data da entrada.

Artigo 2

A prorrogação do período mencionado no Artigo 1 deste Acordo será concedida pelas autoridades competentes do Estado anfitrião mediante solicitação por escrito da Missão diplomática ou da Representação consular do Estado acreditante.

Artigo 3

No caso de não existir Missão diplomática ou Representação consular da Parte acreditante, os portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço consultarão o Departamento Consular do Ministério de Relações Exteriores do Estado acreditado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo 4

Os nacionais das Partes, portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço válidos, que sejam membros de Missão diplomática ou Representação consular acreditados no território da outra Parte, bem como os seus dependentes que com eles morem e que sejam portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço válidos, poderão entrar, transitar, permanecer e sair do território da outra Parte, sem a necessidade de visto, durante todo o período da sua missão, desde que cumpram com os requisitos de acreditação da outra Parte no prazo de trinta (30) após sua chegada ao território da outra Parte. A idade desses dependentes deverá ser 16 anos ou menos. As Partes acordam conceder vistos para dependentes maiores de 16 anos.

Artigo 5

Os nacionais mencionados neste Acordo poderão entrar, transitar e sair do território da outra Parte em todos os pontos de entrada abertos ao tráfego internacional de passageiros.

Artigo 6

Os nacionais das Partes respeitarão as leis e regulamentos em vigor no território da outra Parte durante sua estada.

Artigo 7

Este Acordo não restringe o direito de cada Parte de recusar a entrada ou abreviar a permanência de cidadãos da outra Parte considerados indesejáveis.

Artigo 8

As Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares de seus passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço válidos, mencionados neste Acordo, no prazo máximo trinta (30) dias após a data de assinatura deste Acordo.

Caso haja introdução de novos passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço ou modificação dos existentes, as Partes deverão intercambiar, por via diplomática, exemplares de seus novos passaportes, acompanhados de informação pormenorizada sobre suas características e uso, com a antecedência mínima de trinta (30) dias de sua utilização.

Artigo 9

Cada uma das Partes poderá suspender a aplicação total ou parcial deste Acordo por motivo de segurança, de ordem pública ou de saúde pública. A adoção de tais medidas, bem como sua revogação, será notificada à outra Parte, no prazo mais breve possível, por via diplomática.

Artigo 10

Este Acordo será válido por tempo indeterminado e entrará em vigor trinta (30) dias após a data do recebimento da segunda Nota diplomática em que as Partes se informam sobre o cumprimento de seus respectivos requisitos internos para sua entrada em vigor.

Este Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática. As emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1 deste Artigo.

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo, por via diplomática. A denúncia terá efeito noventa (90) dias após o recebimento da notificação.

Feito em Colombo, em 7 de março de 2011, em dois originais, nos idiomas português, cingalês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA
Gamni Lakshman Peiris
Ministro dos Negócios Estrangeiros

(*) Observação: Tendo sido cumpridos os requisitos previstos no parágrafo primeiro de seu Artigo 10, este Acordo entrará em vigor em 17 de fevereiro de 2012.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA O ESTABELECIMENTO DE MECANISMO DE DIÁLOGO SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O SECRETARIADO DO GRUPO DE ESTADOS DA ÁFRICA, DO CARIBE E DO PACÍFICO

O Governo da República Federativa do Brasil
(doravante denominado "Governo brasileiro")

e

O Secretariado do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico
(doravante denominado "Secretariado do Grupo ACP")

(doravante denominados "Partes"),

Artigo 1
Objeto

1. O presente Memorando de Entendimento estabelece mecanismo de diálogo para a promoção e a ampliação das relações de cooperação técnica internacional entre o Governo brasileiro e os países membros do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (doravante denominado "Grupo ACP").

2. O presente Memorando de Entendimento não fixa metas para as ações a serem realizadas pelas Partes.

Artigo 2
Implementação

Serão responsáveis pela implementação deste Memorando de Entendimento:

a) pelo Governo brasileiro, a Missão do Brasil junto à União Europeia (doravante denominada "Missão") e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (doravante denominada "ABC"); e

b) pelo Grupo ACP, o Secretariado do Grupo ACP.

Artigo 3
Operacionalização

1. As Partes organizarão e realizarão encontros regulares de trabalho, em Bruxelas, alternadamente na Missão e no Secretariado, para o intercâmbio de informações sobre programas, projetos e atividades de cooperação técnica internacional desenvolvidos entre o Brasil e os países membros do Grupo ACP.

2. Mediante demanda originada de um ou mais países da África, do Caribe e do Pacífico que integram o Grupo ACP, o Secretariado poderá submeter à análise da ABC, por intermédio da Missão brasileira junto à União Europeia, conforme critérios a serem estabelecidos entre as Partes, propostas de projetos ou de atividades de cooperação técnica.

3. O presente Memorando de Entendimento não impõe qualquer compromisso ou obrigação financeira às Partes.

Artigo 4
Acompanhamento e Avaliação

A agenda da primeira reunião de trabalho de cada ano realizada entre as Partes, conforme estabelecido no parágrafo 1 do Artigo 3º do presente Memorando de Entendimento, incluirá avaliação das atividades realizadas no ano anterior..

Artigo 5
Publicidade

1. O Governo brasileiro e o Grupo ACP darão publicidade às iniciativas conjuntas de cooperação e poderão solicitar, aos países da Ásia, do Caribe e do Pacífico membros do Grupo ACP que igualmente dêem publicidade da contribuição conjunta do Governo brasileiro e do Grupo ACP para a implementação dos projetos.

2. Relatórios ou quaisquer outros documentos que divulguem informações sobre os projetos e atividades de cooperação técnica no âmbito do presente Memorando de Entendimento serão previamente aprovados pela ABC e pelo Grupo ACP e apresentarão, em igual proporção, os emblemas oficiais das Partes.

Artigo 6
Emendas

O presente Memorando de Entendimento poderá ser emendado mediante consentimento mútuo das Partes.

Artigo 7
Solução de Controvérsias

Quaisquer controvérsias relativas à interpretação ou implementação do presente Memorando de Entendimento serão dirimidas mediante negociações diretas entre as Partes.

Artigo 8
Disposições Finais

1. O presente Memorando de Entendimento terá efeito na data de sua assinatura.

2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, de sua decisão de suspender, total ou parcialmente, ou denunciar o presente Memorando de Entendimento, sem necessidade de justificativa.

3. A suspensão ou a denúncia surtirá efeito noventa (90) dias após a data da notificação.

Feito em Bruxelas, em 9 de dezembro de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RICARDO NEIVA TAVARES
Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia

PELO SECRETARIADO DO GRUPO DE ESTADOS DA ÁFRICA, DO CARIBE E DO PACÍFICO

MOHAMED IBN CHAMBAS
Secretário-Geral do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 51, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 864.113/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar à Itafós Mineração Ltda., concessão para lavrar Fosfato, no Município de Arraias, Estado do Tocantins, numa área de 1.062,56ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°54'31,200"S/46°45'52,700"W; 12°55'02,960"S/46°45'52,700"W; 12°55'02,960"S/46°45'26,095"W; 12°55'10,965"S/46°45'26,095"W; 12°55'10,965"S/46°45'52,700"W; 12°55'34,817"S/46°45'52,700"W; 12°55'34,817"S/46°45'42,980"W; 12°55'46,207"S/46°45'42,980"W; 12°55'46,206"S/46°45'32,264"W; 12°55'55,318"S/46°45'32,264"W; 12°55'55,318"S/46°45'20,620"W; 12°56'08,301"S/46°45'20,619"W; 12°56'08,299"S/46°44'34,505"W; 12°55'52,126"S/46°44'34,506"W; 12°55'52,123"S/46°44'07,269"W; 12°55'19,159"S/46°44'07,273"W; 12°55'19,154"S/46°43'29,521"W; 12°55'05,975"S/46°43'29,523"W; 12°55'05,972"S/46°43'06,833"W; 12°54'31,185"S/46°43'06,839"W; 12°54'31,200"S/46°45'52,700"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°54'31,200"S e Long. 46°45'52,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 976,0m-S; 802,0m-E; 246,0m-S; 802,0m-W; 733,0m-S; 293,0m-E; 350,0m-S; 323,0m-E; 280,0m-S; 351,0m-E; 399,0m-S; 1390,0m-E; 497,0m-N; 821,0m-E; 1013,0m-N; 1138,0m-E; 405,0m-N; 684,0m-E; 1069,0m-N; 5000,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 52, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Autoriza a empresa Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Tamanduá Mirim, localizada no Município de Pindaí, Estado da Bahia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.000471/2011-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Central Eólica Tamanduá Mirim S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.571.068/0001-35, com sede na Praça XV de Novembro, nº 34, 10º andar, parte, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Tamanduá Mirim, constituída de quinze Unidades Geradoras de 1.600 kW, totalizando 24.000 kW de capacidade instalada e 13.600 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 14°26'36,10" S e 42°37'39,03" W, no Município de Pindaí, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Tamanduá Mirim, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 69 kV da Subestação Coletora Pindaí, resultado da Chamada Pública nº 01/2011-ANEEL, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 18 de janeiro de 2013;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 11 de abril de 2013;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 28 de julho de 2013;

d) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 27 de agosto de 2013;

e) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 8 de setembro de 2013;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 18 de fevereiro de 2014;

g) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 1º de junho de 2014;

h) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 2 de junho de 2014;

i) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 3 de junho de 2014;

j) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 4 de junho de 2014;

k) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 5 de junho de 2014;

l) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 6 de junho de 2014;

m) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 7 de junho de 2014;

n) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 8 de junho de 2014;

o) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 9 de junho de 2014;

p) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 10 de junho de 2014;

q) início da Operação em Teste da 11ª Unidade Geradora: até 11 de junho de 2014;

r) início da Operação em Teste da 12ª Unidade Geradora: até 12 de junho de 2014;

s) início da Operação em Teste da 13ª Unidade Geradora: até 13 de junho de 2014;

t) início da Operação em Teste da 14ª Unidade Geradora: até 14 de junho de 2014;

u) início da Operação em Teste da 15ª Unidade Geradora: até 15 de junho de 2014; e

v) início da Operação Comercial da 1ª a 15ª Unidades Geradoras: até 1º de julho de 2014;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 2.125.080,50 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, oitenta reais e cinquenta centavos), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Tamanduá Mirim;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Tamanduá Mirim, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da emissão desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 53, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Autoriza a empresa Central Eólica Coqueirinho S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Coqueirinho, localizada no Município de Pindaí, Estado da Bahia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.000736/2011-34, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Central Eólica Coqueirinho S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.570.819/0001-07, com sede na Praça XV de Novembro, nº 34, 10º andar, parte, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Coqueirinho, constituída de quatorze Unidades Geradoras de 1.600 kW, totalizando 22.400 kW de capacidade instalada e 13.500 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 14º20'10,9" S e 42º35'30,3" W, no Município de Pindaí, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Coqueirinho, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 69 kV da Subestação Coletora Pindaí, resultado da Chamada Pública nº 01/2011-ANEEL, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 18 de janeiro de 2013;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 11 de abril de 2013;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 26 de junho de 2013;

d) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 26 de julho de 2013;

e) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 8 de setembro de 2013;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 17 de janeiro de 2014;

g) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 1º de junho de 2014;

h) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 2 de junho de 2014;

i) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 3 de junho de 2014;

j) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 4 de junho de 2014;

k) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 5 de junho de 2014;

l) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 6 de junho de 2014;

m) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 7 de junho de 2014;

n) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 8 de junho de 2014;

o) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 9 de junho de 2014;

p) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 10 de junho de 2014;

q) início da Operação em Teste da 11ª Unidade Geradora: até 11 de junho de 2014;

r) início da Operação em Teste da 12ª Unidade Geradora: até 12 de junho de 2014;

s) início da Operação em Teste da 13ª Unidade Geradora: até 13 de junho de 2014;

t) início da Operação em Teste da 14ª Unidade Geradora: até 14 de junho de 2014; e

u) início da Operação Comercial da 1ª à 14ª Unidades Geradoras: até 1º de julho de 2014;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 1.983.559,00 (um milhão, novecentos e oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Coqueirinho;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Coqueirinho, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da emissão desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 54, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Autoriza a empresa Central Eólica Caititu S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Caititu, localizada no Município de Pindaí, Estado da Bahia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.000644/2011-54, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Central Eólica Caititu S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.570.861/0001-10, com sede na Praça XV de Novembro, nº 34, 10º andar, parte, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Caititu, constituída de treze Unidades Geradoras de 1.600 kW, totalizando 20.800 kW de capacidade instalada e 10.500 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 14°30'56,89" S e 42°38'50,97" W, no Município de Pindaí, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Caititu, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 69 kV da Subestação Coletora Pindaí, resultado da Chamada Pública nº 01/2011-ANEEL, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 18 de janeiro de 2013;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 11 de abril de 2013;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 13 de agosto de 2013;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 8 de setembro de 2013;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 12 de setembro de 2013;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 6 de março de 2014;

g) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 1º de junho de 2014;

h) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 2 de junho de 2014;

i) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 3 de junho de 2014;

j) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 4 de junho de 2014;

k) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 5 de junho de 2014;

l) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 6 de junho de 2014;

m) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 7 de junho de 2014;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

n) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 8 de junho de 2014;

o) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 9 de junho de 2014;

p) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 10 de junho de 2014;

q) início da Operação em Teste da 11ª Unidade Geradora: até 11 de junho de 2014;

r) início da Operação em Teste da 12ª Unidade Geradora: até 12 de junho de 2014;

s) início da Operação em Teste da 13ª Unidade Geradora: até 13 de junho de 2014; e

t) início da Operação Comercial da 1ª à 13ª Unidades Geradoras: até 1º de julho de 2014;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 1.841.885,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Caititu;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Caititu, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da emissão desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 55, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa Interligação Elétrica Garanhuns S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.432.763/0001-16, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projetos	Projetos de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à construção dos seguintes empreendimentos: I - Linha de Transmissão Luís Gonzaga - Garanhuns, Circuito Simples, em 500 kV, com aproximadamente duzentos e vinte e quatro quilômetros de extensão, com origem na Subestação Luís Gonzaga e término na Subestação Garanhuns; II - Linha de Transmissão Garanhuns - Pau Ferro, Circuito Simples, em 500 kV, com aproximadamente duzentos e trinta e nove quilômetros de extensão, com origem na Subestação Garanhuns e término na Subestação Pau Ferro; III - Linha de Transmissão Garanhuns - Campina Grande III, Circuito Simples, em 500 kV, com aproximadamente cento e noventa quilômetros de extensão, com origem na Subestação Garanhuns e término na Subestação Campina Grande III; IV - Linha de Transmissão Garanhuns - Angelim I, Circuito Simples, em 230 kV, com aproximadamente treze quilômetros de extensão, com origem na Subestação Garanhuns e término na Subestação Angelim I; V - Subestação Garanhuns, com transformação 500/230 kV - 600 MVA, constituída de respectivas Conexões de Unidades Transformadoras, Entradas de Linha, Interligação de Barras, Barramentos, Conexão de Reatores, Reatores de Linha e de Barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio; VI - Subestação Pau Ferro, com transformação 500/230 kV - 1500 MVA, constituída de respectivas Conexões de Unidades Transformadoras, Entradas de Linha, Interligação de Barras, Barramentos, Conexão de Reatores, Reatores de Linha e de Barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio; VII - Seccionamento da Linha de Transmissão, em 230 kV, Paulo Afonso III - Angelim I (C4), Circuito Simples, constituído de dois trechos com aproximadamente setecentos metros de extensão, com origem no Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão, em 230 kV, Paulo Afonso III - Angelim I e término na Subestação Garanhuns; VIII - Seccionamento da Linha de Transmissão, em 230 kV, Paulo Afonso III - Angelim I (C2 e C3), Circuito Duplo, constituído de dois trechos com aproximadamente setecentos metros de extensão, com origem nos Pontos de Seccionamento das Linhas de Transmissão, em 230 kV, Paulo Afonso III - Angelim I (C2 e C3) e término na Subestação Garanhuns; IX - Seccionamento da Linha de Transmissão, em 500 kV, Luís Gonzaga - Angelim II, Circuito Simples, constituído de dois trechos com aproximadamente setecentos metros de extensão, com origem no Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão, em 500 kV, Luís Gonzaga - Angelim II e término na Subestação Garanhuns; e X - Seccionamento da Linha de Transmissão, em 500 kV, Angelim II - Recife II, Circuito Simples, constituído de dois trechos com aproximadamente oitenta e três quilômetros de extensão, com origem no Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão, em 500 kV, Angelim II - Recife II e término na Subestação Pau Ferro.
Tipo	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Decreto de 30 de novembro de 2011 e Contrato de Concessão ANEEL nº 022/2011, de 9 de dezembro de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	Interligação Elétrica Garanhuns S.A.
CNPJ	14.432.763/0001-16.
Localização	Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba.
Enquadramento	Art. 3º, inciso III, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.000981/2011-41, 48500.005566/2011-84, 48500.000094/2012-54, 48500.005990/2010-41 e MME nº 00000.000048/2012-00.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.324, DE 31 DE JANEIRO DE 2012

Alterar as características técnicas da UHE Teles Pires, outorgada à empresa Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. por meio do Contrato de Concessão nº 02/2011-MME-UHE Teles Pires.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no artigo 29, inciso IV, da Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no artigo 3º-A da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e o que consta no Processo nº. 48500.000629/2011-14, resolve:

Art. 1º. Alterar, de seis para cinco, o número de unidades geradoras da UHE Teles Pires, situada nos Municípios de Jacareacanga, Estado do Pará, e Paranaíta, Estado de Mato Grosso, outorgada por meio do Decreto sem número, de 1º de junho de 2011, e regulada pelo Contrato de Concessão nº 02/2011-MME-UHE Teles Pires, de 7 de junho de 2011, sob titularidade da empresa Companhia Hidrelétrica Teles Pires, bem como outras características técnicas da usina, conforme a revisão do Projeto Básico, aprovado mediante o Despacho nº. 3.504, de 26 de agosto de 2011.

Art. 2º Aprovar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2011-MME-UHE Teles Pires, que deverá ser assinado em data a ser estabelecida pela ANEEL, formalizando as alterações de que trata o art. 1º.

Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.327, DE 31 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no Regimento Interno, art. 16, IV, resolve:

Processo nº: 48500.006448/2011-93. Interessada: Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa em favor da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, com sede na Avenida Edgar Santos, nº 300, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, as áreas de terra situadas numa faixa de 15 metros de largura, necessárias à implantação da Linha de Transmissão Sr do Bonfim - Yamana, em circuito simples, na tensão nominal de 138 kV, com 126 quilômetros de extensão, que interligará a Subestação Sr do Bonfim, de propriedade da CHESF, à Subestação Yamana, de propriedade da requerente, localizada nos Municípios de Senhor do Bonfim, Itiúba, Queimadas e Santa Luz, no Estado da Bahia. A interessada fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. A íntegra desta Resolução está disponível no endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Brasília/DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.262, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Resolução Homologatória n. 1.174, de 28 de junho de 2011, a qual "prorroga a vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A - Eletropaulo, constantes do Anexo I e II-A da Resolução Homologatória n. 1.025, de 29 de junho de 2010, e dá outras providências".

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição n. 162/1998, com a redação dada pelo seu Segundo Termo Aditivo, e com base nos autos do Processo n. 48500.000181/2011-21, resolve:

Art. 1° Alterar o artigo 1º, caput, da Resolução Homologatória n. 1.174, de 28 de junho de 2011, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Prorrogar a vigência das tarifas dos Anexos I e II-A da Resolução Homologatória n. 1.025, de 29 de junho de 2010, até a 4 de julho de 2012, data do reajuste tarifário anual da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

PORTARIA Nº 2.082, DE 31 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, em conformidade com deliberação da Diretoria e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.004611/2011-83, e considerando:

as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 66/2011, realizada no período de 27 de outubro a 28 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória Indicativa da ANEEL para o biênio 2012-2013, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 31 de janeiro de 2012

Nº 302 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta nos Processos nºs. 48500.005879/2010-51, 48500.005978/2010-33 e 48500.005979/2010-88, resolve 1) conhecer e, no mérito, conceder provimento aos recursos administrativos interpostos pela CPFL Renováveis S.A. e Minas PCH S.A., para a) anular os Despachos nºs. 4.559 e 4.560, ambos de 28 de novembro de 2011 e 4.773, de 12 de dezembro de 2011, todos emitidos pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH; e b) aceitar o Projeto Básico das Usinas Hidrelétricas - UHEs: i) Águas de Chapecó e Porto Ferreira, ambas situadas no rio Chapecó, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, entregues pelas empresas CPFL Renováveis S.A. (nova denominação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

social de ERSA - Energias Renováveis S.A.) e Minas PCH S.A., inscritas no CNPJ sob os nº 08.439.659/0001-50 e nº 07.859.905/0001-16, respectivamente, e Nova União, situada no rio Chapecozinho, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, entregue pelas empresas CPFL Renováveis S.A. e Minas PCH S.A., inscritas no CNPJ sob os nº 08.439.659/0001-50 e nº 07.859.905/0001-16, respectivamente.

Nº 303 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.004245/2007-86, resolve conhecer e, no mérito, dar provimento ao recurso interposto pela Global Energia Elétrica S.A. contra o Despacho SGH n. 4.443/2011, para restabelecer como ativo o registro, objeto do Despacho SGH n. 1.832/2008, para que a Global Energia Elétrica S.A. realize os "Estudos de Viabilidade da UHE Paiaguá, com potência estimada de 35,2 MW, [...] situada no rio do Sangue, sub-bacia 17, [...] no Estado do Mato Grosso".

Nº 325 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001722/2002-67, decide conhecer, e, no mérito, negar provimento ao recurso administrativo interposto pela empresa Centrais Elétricas do Rio Ribeira S.A. em face do Despacho nº 4.120, de 26 de outubro de 2011, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, que não aprovou o projeto básico da PCH Caratuva e transferiu para a condição de inativo o registro da CELER para a elaboração dos respectivos estudos.

Nº 327 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001931/2006-71, resolve não conhecer o recurso administrativo interposto pela GS Extração de Areia Ltda., em face ao Despacho nº 3.340, de 23 de agosto de 2011, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, haja vista a ausência de legitimidade da Recorrente.

Nº 328- O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005804/2008-56, resolve não conhecer, por intempestivo, do recurso administrativo interposto pela empresa Agropecuária Dona Yvone Ltda. em face ao Despacho nº 4.776, de 12 de dezembro de 2011, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH.

Nº 329 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.003694/2009-79, resolve: conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Companhia Paulista de Energia Elétrica - CPEE - contra o Auto de Infração SFF n. 54/2011, e, assim, manter a penalidade de multa de R$ 20.585,17 (vinte mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos), a qual deverá ser recolhida com os acréscimos legais.

Nº 330 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.003695/2009-13, resolve: conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Companhia Luz e Força Mococa - CLFM - contra o Auto de Infração SFF n. 56/2011, e, assim, manter a penalidade de multa de R$ 14.164,68 (quatorze mil, cento e sessenta e quatro reais, e sessenta e oito centavos).

Nº 331 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.004519/2008-18, resolve conhecer do recurso administrativo interposto pela Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear em face do Auto de Infração no 1.008/2011-SFG, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a multa originalmente aplicada, no valor de R$ 648.266,73 (seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos), que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Nº 332 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003078/2008-37 e na decisão proferida nos autos do agravo de instrumento nº 0075530.59.2011.4.01.0000, resolve revogar o Despacho nº 4.922, de 20 de dezembro de 2011, por perda dos seus efeitos.

Nº 333 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.007296/2006-17, resolve reconhecer, para fins de direito à parcela da Receita Anual Permitida - RAP, a data de 18 de junho de 2010 como a de efetiva entrada em operação comercial da transformação 230/69 kV - 100MVA e suas conexões na Subestação Penedo, objeto do Contrato de Concessão nº 5/2008, celebrado entre a ANEEL e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.

Em 7 de fevereiro de 2012

Nº 421 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.002264/2010-73, resolve (i) conhecer e dar parcial provimento ao recurso interposto pela Cemig Distribuição S.A. - Cemig-D, a fim de reduzir a penalidade de multa aplicada por meio do Auto de Infração n. 18/2011-SFE/ANEEL de R$ 16.585.864,15 (dezesseis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos) para R$ 3.388.891,14 (três milhões, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e quatorze centavos); e (ii) fixar prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do presente Despacho para que a Cemig-D cumpra as Determinações D.2 e D.3 constantes do Auto de Infração n. 18/2011-SFE/ANEEL.

Nº 422 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002448/2007-38, resolve conhecer e dar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Lautis Empreendimentos e Participações Ltda. em face do Despacho nº 3.727/2011, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, que transferiu para a condição de inativo o registro para elaboração do Projeto Básico da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Penteado, no sentido de conceder último prazo, de no máximo 30 (trinta) dias, para que a empresa entregue o Projeto Básico Revisado, conforme solicitação feita por intermédio do Ofício nº 3.304/2010-SGH/ANEEL.

Nº 450 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n. 48500.002040/2004-24, resolve conhecer e negar provimento ao pedido de reconsideração formulado pela UTE Norte Fluminense S.A. em face do Despacho n. 2.875/2011.

Nº 452 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.000461/2012-10, resolve conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Centrais Candeeiro de Energia Ltda. contra o Auto de Infração n. 2/2011-GECEN/AGESC.

Nº 454 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.005592/2008-15, resolve declarar que, a partir da entrada em operação comercial da Linha de Transmissão Niquelândia - Barro Alto C2, cuja implantação foi outorgada por meio do Contrato de Concessão de Transmissão n. 28/2009, a Transenergia Goiás S.A. fará jus à Receita Anual Permitida - RAP - proporcional no importe de R$ 3.219.651,62 (três milhões, duzentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), a preços de maio de 2009.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de fevereiro de 2012

Nº 498 - Processo nº 48500.001344/2002-11. Interessado: Tambaú Energética S.A.

Alterar o ponto de conexão e respectivo sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Tambaú, autorizada por meio da Resolução Autorizativa nº 1.832, de 10 de março de 2009.

Nº 499 - Processos nºs 48500.005068/2005-31 e 48100.000558/1996-08. Interessado: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

(i) Alterar as características técnicas das unidades geradoras AAUGG-07, AAUGG-08, AAUGG-09 e AAUGG-10 da UTE Aparecida, as quais passam a operar como unidades bicombustível, utilizando tanto óleo OCTE como o gás natural; (ii) Alterar as características técnicas das unidades geradoras MUUGG-07 e MUUGG-08 da UTE Mauá, as quais passam a operar como unidades bicombustível, utilizando tanto óleo OCTE como o gás natural.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de fevereiro de 2012

Nº 513 - Processo: 48500.001530/2011-21. Interessada: Ferreira Gomes Energia S.A.

Autorizar a interessada a realizar estudos geológicos e topográficos, necessários à elaboração do projeto básico da Linha de Transmissão, em 230kV, UHE Ferreira Gomes - SE Macapá, com extensão aproximada de 85 km, em circuito simples, que passará pelos municípios de Ferreira Gomes, Porto Grande e Macapá, no estado do Amapá. A íntegra deste Despacho está disponível no endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Brasília/DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de fevereiro de 2012

Nº 500 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, diante do disposto no Parágrafo único do art. 1º da Resolução Autorizativa nº 3.138, de 4 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 2011, considerando a correspondência nº DEVIX-CE-033-12 e o que consta do Processo nº 48500.004463/2011-05, resolve anuir à solicitação de prorrogação do prazo em 120 (cento e vinte) dias contados a partir de 7 de fevereiro de 2012, para a reestruturação societária da Desenvix Energias Renováveis S.A., operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 3.138/2011.

Nº 501 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada nos termos do art. 3º, inciso IV, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, do art. 4º, inciso IV do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 e por meio do art. 1º, inciso XVI da Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, com base na documentação apresentada pelo titular de projeto de geração de energia elétrica Central Eólica Praias de Parajuru SA, relacionada à apuração do impacto positivo do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), do empreendimento Central Geradora Eólica (EOL) Praias de Parajuru, constante do processo nº 48500.001569/2011-49, resolve: I - declarar que o impacto do REIDI em transações do titular acima descrito com fornecedores sujeitos ao regime não-cumulativo e cumulativo de PIS/PASEP e COFINS, calculado pela fiscalização, foi de R$ 3.276.191,46 (três milhões, duzentos e setenta e seis mil, cento e noventa e um reais e quarenta e seis centavos), referido à data do Ato Declaratório Executivo (ADE) de Cancelamento da Habilitação; II - ressaltar que o montante acima mencionado deverá compor o cálculo de redução do preço de venda do Contrato CT-PROINFA/EÓLICA-004/2004 nos termos dos procedimentos definidos no Ofício nº 1176/2011-SFF/ANEEL, de 22 de dezembro de 2011; e III - comunicar que a Centrais Elétricas Brasileiras SA (ELETROBRAS), órgão gestor dos contratos e aditivos contratuais referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), procederá a essa revisão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 502 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria ANEEL nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, de acordo com o disposto no inciso XLIII do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 2º da Resolução ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, e no inciso II do art. 7º da Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e com base nos termos da Nota Técnica nº 054, de 07 de janeiro de 2012 e o art. 20º da Lei nº 12.431, de 24 de junho 2011, decide: I - fixar, conforme tabela abaixo, o valor da cota semestral da Reserva Global de Reversão - RGR para as concessionárias do serviço público com perfil de geração e transmissão de energia elétrica, mencionadas abaixo, referente ao período de janeiro a junho de 2012, já deduzido o valor correspondente à Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, referente ao mesmo período de competência; II - fixar, em seis meses, a cota mensal líquida a recolher; e III - estabelecer que o recolhimento das cotas mensais iniciar-se-á a partir de 15 de fevereiro de 2012, de acordo com os boletos bancários emitidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, na condição de gestora dos recursos da RGR; e IV - este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.
Em R$

EMPRESA	I RGR LÍQUIDA COTA TOTAL SEMESTRAL (Período de Janeiro a Junho 2012)	II COTA MENSAL LÍQUIDA A RECOLHER (6 MESES)
EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	3.790.965,49	631.827,58
ETEP - Empresa Paraense de Transmisão de Energia S.A.	867.123,56	144.520,59
Vila do Conde Transmissora de Energia Ltda.	727.218,70	121.203,12
ATE II Transmissora de Energia	2.060.242,02	343.373,67
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	64.162.219,86	10.693.703,31
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	350.942,54	58.490,42
ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	1.996.149,92	332.691,65
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	1.589.671,42	264.945,24
Afluente Transmissão	367.811,38	61.301,90
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	70.061.518,13	11.676.919,69
NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.	1.472.549,30	245.424,88
Companhia Transleste de Transmissão	360.331,52	60.055,25
Companhia Transudeste de Transmissão	220.576,22	36.762,70
Light Energia S.A.	4.611.314,02	768.552,34
INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	1.293.677,30	215.612,88
CTEEP - Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	27.312.074,88	4.552.012,48
PPTE - Porto Primavera Transmissora de Energia Ltda.	870.609,22	145.101,54
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	104.007.759,92	17.334.626,65
ETEE - Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	1.805.096,92	300.849,49
ETIM - Expansion Transmissão Itumbiara Maribondo S.A.	736.954,20	122.825,70
CPTE - Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A	687.683,74	114.613,96
CEMIG Geração e Transmissão S.A	54.215.959,06	9.035.993,18
Companhia Transirapé de Transmissão	190.411,50	31.735,25
ATE - Transmissora de Energia S.A.	1.356.510,20	226.085,03
ATE III Transmissora de Energia S.A.	1.090.598,16	181.766,36
ARTEMIS Transmissora de Energia S.A.	953.760,42	158.960,07
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	281.456,06	46.909,34
LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica	236.697,16	39.449,53
STC Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	385.978,80	64.329,80
COPEL Geração e Transmissão	27.207.857,58	4.534.642,93
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A	840.508,36	140.084,73
CEEE Geração e Transmissão	8.757.048,98	1.459.508,16
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	12.788.063,00	2.131.343,83
STE - Sul Transmissora de Energia S.A.	744.999,70	124.166,62
ETAU - Empresa de Transmissão do Auto do Uruguai.	394.780,92	65.796,82
AETE - Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	433.781,22	72.296,87
ITE - Itumbiara Transmissora de Energia Ltda.	1.944.981,24	324.163,54
CELG Geração e Transmissão	600.419,27	100.069,88
EVRECY Participações Ltda	102.422,78	17.070,46
ETES - Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	106.633,59	17.772,27
IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.	203.736,24	33.956,04
LTT - LT Triângulo S.A.	1.067.768,16	177.961,36
PCTE - Poços de Caldas Transmissora de Energia Ltda.	456.188,91	76.031,49
RPTE - Ribeirão Preto Transmissora de Energia Ltda.	354.547,48	59.091,25
RS Energia- Empresa de Transmissão de Energia do Rio	421.715,92	70.285,99
SMTE - Serra da Mesa Transmissora de Energia Ltda.	1.698.805,32	283.134,22
ATE VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A.	177.739,78	29.623,30
ATE VII Foz do Iguaçú	102.749,64	17.124,94
Coqueiros Transmissora de Energia S.A.	83.528,64	13.921,44
Jauru Transmissora de Energia Ltda	302.681,82	50.446,97
SPTE - Serra Paracatú Transmissora de Energia Ltda.	383.357,34	63.892,89
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	303.007,22	50.501,20
ATE IV - São Mateus Transmissora de Energia S.A.	193.891,68	32.315,28
ATE V - Londrina Transmissora de Energia S.A.	166.151,97	27.691,99
Brilhante Transmissora de Energia S.A.	202.930,59	33.821,76
IESUL - Interligação Elétrica Sul S.A.	91.478,64	15.246,44
Centroeste - Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	156.654,80	26.109,13
IE Pinheiros - Interligação Elétrica Pinheiros S.A.	154.532,10	25.755,35
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	482.945,33	80.490,89
PEDRAS - Pedras Transmissora de Energia S.A.	81.766,61	13.627,77
IENNE - Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.	412.837,03	68.806,17
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA (ETEO; NOVATRANS; TSN)	11.739.901,75	1.956.650,29

Nº 503 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria ANEEL nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, de acordo com o disposto no inciso XLIII do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 2º da Resolução ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, e no inciso II do art. 7º da Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e com base nos termos da Nota Técnica nº 054, de 07 de janeiro de 2012 e o art. 20º da Lei nº 12.431, de 24 de junho 2011, decide: I - fixar para as concessionárias do serviço públicos de energia elétrica constantes da tabela abaixo, os valores correspondentes aos juros sobre o Fundo de Reversão, registrados na conta 221.92.1 - Reserva para Reversão e para Amortização - Reversão, aplicados em sistemas elétricos, relativos à competência do exercício de 2012; II - estabelecer que o recolhimento das parcelas mensais dos juros iniciar-se-á a partir de 15 de fevereiro de 2012, de acordo com os boletos bancários emitidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, na condição de gestora dos recursos da RGR; e III - este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.
Em R$

CONCESSIONÁRIAS	I	II
	JUROS ANUAL	JUROS MENSAL
CESP - Companhia Energética de São Paulo	455.902,32	37.991,86
CTEEP - Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	1.116.147,68	93.012,31
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A	810.224,79	67.518,73
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	4.269,65	355,80
COELCE - Companhia Energética do Ceará	30.050,04	2.504,17
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	4.800,00	400,00
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	581,18	48,43
Companhia Energética de Alagoas	7.599,96	633,33
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	15.099,96	1.258,33
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	70.341,44	5.869,29
DME-PC - Departamento Mun. de Eletric. Poços de Caldas	8.239,31	686,61
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	16.189,34	1.349,11
Light Serviços de Eletricidade S.A.	2.957.030,27	246.419,19
Light Energia S.A.	539.637,19	44.969,77
Elektro - Eletricidade e Serviços	16.326,90	1.360,58
AES Tietê S.A.	140.764,07	11.730,34
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	21.600,00	1.800,00
Duke Energy Internat. Geração Paranapanema S.A.	145.701,64	12.141,80
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	83.100,00	6.925,00
Companhia Luz e Força Santa Cruz	83.056,16	6.921,35
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	84.300,00	7.025,00
Companhia Nacional de Energia Elétrica	62.799,96	5.233,33
Eletropaulo Metropolitana de. Eletricidade de São Paulo S.A.	3.304.250,09	275.354,17
Bandeirante de Energia S.A.	874.589,28	72.882,44
Companhia Piratininga de Força e Luz	687.177,32	57.264,78
Companhia Força e Luz do Oeste	6.150,00	512,50
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	1.604,48	133,71
Tractebel Energia S.A.	10.159,72	846,64
CHESP - Companhia Hidroelétrica São Patrício	549,96	45,83
CEB - Companhia Energética de Brasília	36.184,49	3.015,37

Nº 504 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria ANEEL nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, de acordo com o disposto no inciso XLIII do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 2º da Resolução ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, e no inciso II do art. 7º da Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e com base nos termos da Nota Técnica nº 054, de 07 de janeiro de 2012 e o art. 20º da Lei nº 12.431, de 24 de junho 2011, decide: I - fixar, conforme tabela abaixo, o valor da cota anual da Reserva Global de Reversão - RGR para as concessionárias do serviço público com perfil de geração de energia elétrica mencionadas abaixo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2012, já deduzido o valor correspondente à Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, referente ao mesmo período de competência; II - fixar o ajuste relativo à cota anual da RGR do exercício de 2010, apurado em relação ao originalmente fixado; III - fixar a cota anual líquida de RGR a recolher, apurada pelo somatório da cota anual fixada com o ajuste do exercício de 2010; IV - fixar, em doze meses, a cota mensal líquida a recolher; e V - estabelecer que o recolhimento das cotas mensais iniciar-se-á a partir de 15 de fevereiro de 2012, de acordo com os boletos bancários emitidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, na condição de gestora dos recursos da RGR; e VI - este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.
Em R$

EMPRESA	I RGR LÍQUIDA COTA ANUAL	II AJUSTE 2010	III RGR TOTAL LÍQUIDA	IV RGR MENSAL A RECOLHER (12 Meses)
Afluente Geração	587.663,12	-227.772,61	359.890,51	29.990,88
Sá Carvalho S.A	1.498.720,32	-93.919,58	1.404.800,74	117.066,73
Rosal Energia	1.089.364,77	107.162,83	1.196.527,60	99.710,63
Quanta Geração S.A.	584.957,30	-363.080,00	221.877,30	18.489,78
ELETRONUCLEAR - Eletrobrás Termonuclear S.A.	51.457.085,03	6.770.146,10	58.227.231,13	4.852.269,26
CESP - Companhia Energética de São Paulo	81.924.429,70	5.183.765,56	87.108.195,26	7.259.016,27
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A	4.224.588,43	378.971,87	4.603.560,31	383.630,03
Quatiara Energia S.A.	84.235,44	32.450,09	116.685,53	9.723,79
ARATU Geração S.A.	16.680,13	21.666,25	38.346,38	3.195,53
Energest S.A.	3.430.174,32	681.335,59	4.111.509,92	342.625,83
Pantanal Energética Ltda	1.029.585,86	87.335,43	1.116.921,29	93.076,77

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CELESC Geração S.A.	322.536,28	-10.710,26	311.826,02	25.985,50
CGTEE - Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica	16.272.672,21	-873.941,82	15.398.730,39	1.283.227,53
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada	10.961.697,41	3.662.543,94	14.624.241,35	1.218.686,78
CEB Geração S.A.	78.859,83	-20.662,46	58.197,36	4.849,78
CPFL Geração	0,00	2.211.624,57	2.211.624,57	184.302,05
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda	1.321.772,68	0	1.321.772,68	110.147,72
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda	1.362.153,01	0	1.362.153,01	113.512,75
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda	809.985,91	0	809.985,91	67.498,83

Nº 505 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no Contrato de Concessão nº 128/2001 e o constante do Processo nº 48500.000248/2012-16, resolve (i) revogar o Despacho nº 165, de 18/01/2012 e (ii) anuir com a operação de financiamento suplementar no valor de R$ 10.022.400,00 (dez milhões, vinte e dois mil e quatrocentos reais), entre a Foz do Chapecó Energia S.A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pelo prazo de até 16 anos, entre 2012 e 2027, destinado à implantação do sistema de rebaixamento para possibilitar a operação como compensador síncrono, a ser garantido por meio de penhor de ações e dos direitos emergentes da concessão, incluindo os direitos creditórios, bem como de garantia-reserva de meios de pagamento, com o mesmo grau de prioridade das garantias constituídas na operação anuída pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.500, de 10/08/2007.

Nº 506 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Documento nº 48513.002879/2012-00, resolve anuir com a dação de recebíveis (ECF-2963/2011) em garantia, pela Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, até o limite de 4,67% da receita líquida, no período entre 2012 a 2015, para captação de recursos junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, no valor de até R$ 63.743.234,81 (sessenta e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos.), para investimentos na respectiva área da delegação do serviço público, não cabendo ao agente credor direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela delegatária, dos seus compromissos financeiros.

Nº 507 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII, do art. 3º , da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, na Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, na Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, no Contrato de Concessão de Distribuição de Energia nº 001, de 04 de junho de 1996, no Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 012, de 15 de março de 2001 e o que consta do Processo n° 48500.000808/2012-24, resolve: I - anuir com o pedido da Light Serviços de Eletricidade S.A. (locadora) para celebrar contrato de aluguel com o Consórcio UHE Itaocara (locatária), para locar 61,15m² do imóvel situado à Avenida Marechal Floriano, nº 168 - Bloco 4, 3º andar - Centro - Município do Rio de Janeiro - RJ, no valor de R$ 2.446,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) mensais e por um prazo de 48 meses; II - ressalvar que: (i) em caso de prorrogação do Contrato, este deverá ter seus aditivos submetidos à anuência prévia da ANEEL; (ii) em eventual inadimplemento da locatária em qualquer uma das cláusulas da referida avença, em momento algum, servirão de alegação para qualquer pleito visando à reposição do equilíbrio econômico-financeiro da locadora; e (iii) devem ser observadas as disposições constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE atinentes ao registro da receita auferida pela distribuidora decorrente desse Contrato.

Nº 514 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com base no art. 4º, incisos III, IV, XIV, XV, XVI, XXXIII e XXXVII, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo nº 48500.005959/2008-92, decide: I - aprovar a versão 4 do Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria de Relatório de Controle Patrimonial - RCP que será disponibilizado no sítio da Aneel em www.aneel.gov.br .

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Nº 508 - Processo: 48500.003358/2005-40.

I - aceitar o Projeto Básico da UHE Juruena, localizada no rio Juruena, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no Estado de Mato Grosso, entregue pelas empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, Linear Participações e Incorporações Ltda., MAGGI Energia S.A. e MCA Energia e Barragem Ltda., inscritas no CNPJ sob os nos. 00.357.038/0001-16, 26.595.835/0001-25, 03.908.754/0001-32 e 04.091.907/0001-64, respectivamente.

Nº 509 - Processo: 48500.001501/2004-60.

(i) Revogar o Despacho nº 629, de 25 de maio de 2005, que anuiu o aceite técnico dos Estudos de Inventário do rio do Sono, localizado na sub-bacia 42, no Estado de Minas Gerais, entregues pela empresa Italmisa Empreendimentos e Incorporações Ltda. (CNPJ n° 02.884.359/0003-66), e transferir para a condição de inativo o registro concedido à mencionada empresa, por meio do Ofício n° 514/2004-SPH/ANEEL, de 3/6/2004, nos termos do art. 7°, inciso II, da Resolução n° 393/1998.

Nº 510 - Processo: 48500.000626/2012-53.

(i) Efetivar como ativo o registro para a elaboração dos Estudos de Viabilidade da UHE Magessi, com potência estimada de 53 MW, coordenadas geográficas 13°34'35" S e 55°15'54" W, localizada no rio Teles Pires, sub-bacia 17, no Estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolizada na ANEEL no dia 20/1/2012 pela empresa FR Incorporadora Ltda., CNPJ nº 04.222.898/0001-01, considerando o preenchimento dos requisitos do art. 7° da Resolução nº 395, de 1998. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 31/1/2014, conforme cronograma apresentado pelo interessado.

Nº 511 - Processo: 48500.000507/2012-09.

Não conceder o registro para a realização do Projeto Básico da UHE SAC-014, com potência instalada de referência de 34,5 MW, localizada no rio Sacre, sub-bacia 17, no Estado de Mato Grosso, solicitado pela empresa Brasil Central Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 24.747.966/0001-55, devido o não atendimento ao disposto no art. 7°, § 3°, da Resolução Normativa nº 412, de 2010.

Nº 512 - Processo: 48500.001274/2011-72.

(i) Revogar os Despachos nºs 2.851, de 11 de julho de 2011; e 33, de 6 de janeiro de 2012, e transferir para a condição de inativo o registro para desenvolver o Projeto Básico da UHE Salto Apiacás, com potência estimada de referência de 36 MW, localizada no rio Apiacás, sub-bacia 17, no Estado de Mato Grosso, concedido à empresa Enel Brasil Participações Ltda. (CNPJ N° 08.084.537/0001-99), devido à manifestação de desistência por parte dos interessados e de acordo com o disposto no art. 5° da Resolução Normativa n° 412, de 2010.

A íntegra destes Despachos está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de fevereiro de 2012

Processos nº 48500.007238/2010-31 e 48500.003685/2011-01. Interessado: RIMA Industrial S.A.

(i) Informar as TUST-RB e TUST-FR com MUST contratado por meio do CUST permanente nº 004/2012; (ii) informar as TUST CCC isolado e TUST CDE S/SE/CO, contemplando os dois regimes de tributação do PIS/PASEP e da COFINS; Ponto de conexão: SE Montes Claros 2 em 138 kV; Nº da barra: 342; TUST-RB, em R$/kW.mês, Ponta: 4,202 e Fora Ponta: 0,842; TUST-FR, em R$/kW.mês, Ponta: 0,665 e Fora Ponta: 0,128; TUST CCC isolado, em R$/MWh, Cumulativo: 15,570 e Não-Cumulativo: 16,530; TUST CDE S/SE/CO, em R$/MWh, Cumulativo: 11,020 e Não-Cumulativo: 11,700. Prazo de Vigência: 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I

DESPACHO DO DIRETOR
Em 9 de fevereiro de 2012

Nº 197 - O DIRETOR da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 291, de 22 de dezembro de 2011, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e pelo parágrafo único do Art. 16 do Decreto nº 7382, de 02 de dezembro de 2010, nos termos da Resolução ANP nº 50 de 22 de setembro de 2011, e o constante no Processo ANP nº 48610.000813/2012-90, e tendo em vista a Resolução da Diretoria n.º 103, de 8 de fevereiro de 2012, fica classificado como integrante do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia (TRBA) o gasoduto a ser construído pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01, que interligará o píer deste Terminal ao gasoduto Cacimbas - Catu (GASCAC), atravessando os municípios de São Francisco do Conde, Candeias e São Sebastião do Passé, Estado da Bahia.

FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO DO DIRETOR Em 2 de fevereiro de 2012, publicado no DOU de 10-2-2012, Seção 1, página 62, onde se lê: Nº 1.78, leia-se: Nº 178.
(p/Coejo)

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 59, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 139, de 1º de julho de 2010, tendo em vista o que consta do Processo ANP n.º 48610.000012/2011-43, nos termos do art. 53 e 55, da Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP n.º 17, de 10 de junho de 2010, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada, no Pólo de Processamento de Gás Natural de Guamaré da Petrobras S.A., CNPJ n° 33.000.167/1091-11, situada na rodovia RN 221 km 25, s/n, Município de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de processamento de gás natural de 5.700.000 m³/d, a operação das seguintes unidades e suas respectivas capacidades:

Identificação	Capacidade
Unidade de Processamento de Gás Natural - UPGN I	2.200.000 m³/d
Unidade de Processamento de Gás Natural - UPGN II	2.000.000 m³/d
Unidade de Processamento de Gás Natural - UPGN III	1.500.000 m³/d

Art. 2º Fica também autorizada a operação de sistemas auxiliares, interligações com terminais, portos, clientes e empresas distribuidoras, bem como da tancagem existente de petróleo, intermediários e derivados, descrita abaixo:

Identificação	Capacidade Nominal (m³)
Petróleo	0
Intermediários e Derivados	13.025
Total	13.025

Art. 3º Ficam revogadas as seguintes autorizações: Autorização ANP nº 3, de 02/02/1998, publicada no DOU em 06/02/1998 (parte relativa à unidade de processamento de gás natural - UPGN I), Autorização ANP nº 6, de 11/01/2000, publicada no DOU em 13/01/2000 e Autorização ANP nº 142, de 29/04/2005, publicada no DOU de 02/05/2005.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício das atividades de construção, modificação, ampliação de capacidade e operação de refinarias, previstas e comprovadas para a presente Autorização.

WALDYR MARTINS BARROSO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO
E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 60, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.004883/2007-51, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste, constituído pelas empresas Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, Petrobras Transporte S/A - Transpetro, Nova Transportadora do Sudeste S/A - NTS e Nova Transportadora do Nordeste S/A - NTN, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 06.226.808/0001-78, autorizado a operar o gasoduto Açu - Serra do Mel, situado entre os municípios de Alto do Rodrigues e Serra do Mel, ambos no Estado do Rio Grande do Norte, e suas instalações auxiliares, com as seguintes características:

-Um gasoduto com diâmetro nominal de 14", 31,4 km de extensão e capacidade de transporte de 2,74 milhões de m^3/dia;

-Um Ponto de Entrega para atendimento à UTE Termoaçu;

-Uma Estação de interligação dos gasodutos GASFOR I e Açu - Serra do Mel.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º O Consórcio Malhas Sudeste Nordeste deverá enviar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Esta Autorização substitui a Autorização nº 58, de 02 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 23, de 03 de fevereiro de 2010.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

AUTORIZAÇÃO Nº 61, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.012283/2007-65, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 06.248.349/0028-43, autorizada a operar as instalações do Terminal de GNL de Pecém utilizadas para a transferência de GNL e para o recebimento de gás natural regaseificado para posterior injeção diretamente no gasoduto que interliga o píer de GNL ao Gasoduto Guamaré - Pecém (GASFOR) 20", localizado no município de São Gonçalo do Amarante/CE.

Art. 2º Fica a TAG autorizada a operar o Gasoduto que interliga o Píer de GNL de Pecém ao GASFOR, com capacidade de 7.000.000 Nm^3/dia, diâmetro de 20 polegadas e extensão de 19,1 km, que atravessa os Municípios de São Gonçalo do Amarante e de Caucaia, Estado do Ceará, conforme as principais variáveis de processo do gasoduto mostradas na tabela a seguir:

Geral	Fluido	Gás Natural
Vazão (x10^6 m^3/dia)	Normal	1,0 a 7,0
	Máx.	7,0
	Mín.	1,0
Pressão (kgf/cm^2)	Normal	58 a 100
	Máx.	100
	Projeto	100
Temperatura (°C)	Operação	5 a 20
	Projeto (min/máx)	0/55

Art. 3º Fica vedada a realização de obras no Píer durante a operação transferência de GNL de regaseificação do produto no navio.

Art. 4º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 5º A Transportadora Associada de Gás S/A - TAG deverá apresentar à ANP até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 6º Fica revogada a Autorização ANP nº 298, de 10 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 110, de 12 de junho de 2009.

Art. 7º Esta Autorização entra em vigor na data de sua aprovação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de fevereiro de 2012

Nº 199 - A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 206, de 9 de setembro de 2004, em cumprimento ao art. 5º da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.000811/2012-09, considerando:

-as informações e o projeto apresentados pela empresa Petrobras Transportes S.A - TRANSPETRO à ANP, referentes à construção de 2 (dois) tanques para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal Terrestre de Jequié, localizado no Município de Jequié, Estado da Bahia;

-a solicitação feita pela empresa Petrobrás Transporte S/A - TRANSPETRO à ANP, por intermédio da correspondência N° TRANS/DTO/CL/COM-3.015/12, de 12 de janeiro de 2012, para a obtenção de Autorização para a construção de 2 (dois) tanques para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal Terrestre de Jequié, localizado no Município de Jequié, Estado da Bahia, resolve:

1. Publicar o Sumário do memorial descritivo do projeto pretendido, integralmente baseado nas informações e no projeto apresentado pela empresa Petrobras Transportes S/A - TRANSPETRO à ANP, que faz parte do anexo do presente despacho;

2. Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;

3. Informar que a documentação apresentada pela empresa Petrobras Transportes S/A -TRANSPETRO, continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia concedida pela ANP.

ANEXO

1-SUMÁRIO DO PROJETO

Consta do Processo Administrativo n° 48610.000811/2012-09 da Petrobras Transportes S/A - TRANSPETRO a solicitação de Autorização para a construção de 2 (dois) tanques para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal Terrestre de Jequié, localizado no Município de Jequié, Estado da Bahia, acompanhada dos documentos necessários para o atendimento da Portaria ANP n° 170, de 26.11.1998.

2- DESCRIÇÃO DO SISTEMA

As novas instalações a serem implementadas consistem de dois novos tanques de aproximadamente 3.400 m^3 de capacidade nominal para operação do Diesel Baixo Teor de Enxofre (Diesel S-10) os tanques TQ-5124 e TQ-5125.

Os 2 (dois) novos tanques terão diâmetro 17,19m, altura 14,64m e capacidade nominal de 3.400 m^3, cada, devendo ser construídos de forma a atender à norma Petrobras N-270 Os novos tanques terão teto fixo com selo flutuante interno em Alumínio, fundo cônico invertido, com sucção flutuante, e dois bocais (recebimento e expedição) e sistema de agitador.

As válvulas de "pé-de-tanque" deverão enviar sinal de abertura e fechamento à sala de controle. O nível operacional alto e nível máximo de segurança com óleo diesel estarão em acordo com as recomendações práticas do API RP 2350, considerando alarmes de nível alto e muito alto na vazão de recebimento.

Será aplicada proteção anti-corrosiva (pintura) nos novos tanques TQ-5124 e TQ-5125 e serão implementados sistemas complementares como sistema de combate a incêndio, instrumentação, sistema de medição por telemetria (conforme é padrão do Terminal).

A disposição dos tanques no terminal, bem como todos os sistemas necessários à proteção seguirão a Norma NBR 17.505.

DUTO PARA A MOVIMENTAÇÃO DO DIESEL S-10 PARA A SHELL E PETROSSERA:

Um novo duto de interligação com as Companhias distribuidoras (Petrossera e Shell) será construído e montado conforme a norma ASME B31.4, norma Petrobras N-464 e demais especificações do projeto básico. A TRANSPETRO deverá construir o trecho do duto a partir da EMED até o ponto A. A partir deste ponto, a responsabilidade da construção do duto será das companhias distribuidoras, que deverão solicitar as respectivas autorizações conforme a Portaria ANP n° 170/98. O novo duto será "pigável" e deverá obedecer ao prescrito na Resolução ANP n° 6/ 2011 - RTDT.

Será instalada nova EMED, bombas e duto para o bombeio de Diesel BTE (S-10) para as Cias. Petroserra e Shell para propiciar a transferência para as mesmas de dois produtos diferentes simultaneamente.

Será instalado computador de vazão para o sistema de medição para o ponto A (EMED), de acordo com a padronização do equipamento adotado no Terminal e deverá ser instalado balanço de massa no ponto A do Terminal de Jequié.

O Duto de interligação com a Shell terá 8" de diâmetro, vazão de 120 m^3/h e deverá movimentar, em média, 4.000 m^3/semana. O Duto de interligação com a Petroserra terá 6" de diâmetro, vazão de 100 m^3/h e deverá movimentar, em média, 500 m^3/semana

SISTEMA ELÉTRICO

Esta prevista a instalação de sistema de iluminação da área do dique, escadas e topo dos novos tanques TQ-5124 e TQ-5125 e das áreas classificadas de acordo com o padrão existente local e com a norma Petrobras N-2006.

Serão instalados painéis para as novas válvulas motorizadas, atuadores elétricos nas válvulas de operação freqüente, indicadas pelo cliente.

Haverá, também, um sistema "no break" de baterias para iluminação de emergência e alimentação dos sistemas de segurança, comunicação e controle, de acordo com a norma N-329 e será promovida a interligação de instrumentação com o sistema existente (no break, PLC, SCADA).

Serão ainda instalados sistemas de aterramento e de pára-raios para proteção contra descargas atmosféricas.

SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO

O sistema de combate a incêndio do terminal será avaliado e revisto de forma a integrar os novos tanques TQ-5124 e TQ-5125, com a instalação de hidrantes, canhões monitores e splinkers, onde necessário.

SISTEMA DE DRENAGEM E EFLUENTES

O Sistema de drenagem será interligado ao sistema existente, inclusive com o separador de água-óleo existente e com as caixas de coleta;

SISTEMAS AUXILIARES

Serão instalados sistemas de água potável, chuveiros de emergência e lava-olhos onde necessário.

3-MEIO AMBIENTE

A Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO solicitou ao INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, LA- Licença Ambiental para os Terminais de Itabuna e Jequié, em 06/12/2011.

4- NORMAS

Deverão ser obedecidas as normas brasileiras, normas regulamentadoras e normas Internacionais que ditam as exigências de engenharia para projetos e construção de tubulações e instalações operacionais, além das Normas Petrobrás que usualmente excedem as especificações Internacionais.

NORMAS BRASILEIRAS

NBR-17505-1: Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis - Parte 1: Disposições gerais;
NBR-17505-3: Idem - Parte 3: Sistemas de Tubulações;
NBR-17505-5: Idem - Parte 5: Operações
NBR-17505-6: Idem - Parte 6: Instalações e Equipamentos Elétricos;
NBR-17505-7: Idem - Parte 7: Proteção contra incêndio para Parques de Armazenamento com Tanques Estacionários.

NORMAS INTERNACIONAIS

API-RP-2350 - Overfill Protection for Storage Tanks in Petroleum Facilities;
API-STD-610 - Centrifugal Pumps for Petroleum, Petrochemical and Natural Gas Industries;
ASME-B31.3 - Process Piping Design.

NORMAS PETROBRAS

N-57 - Projeto Mecânico de Tubulações Industriais;
N-115 - Fabricação e montagem de tubulações metálicas;
N-270 - Projeto de tanque de armazenamento atmosférico;
N-271 - montagem de tanque de armazenamento;
NI-553c - Centrifugal pumps for general refinery service;
N-1541 - Tanque de armazenamento - Folha de dados

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

N-1600 - Construção, montagem e condicionamento de redes elétricas;
N-1614 - Construção, montagem e condicionamento de equipamentos elétricos;
N-1888 - Construção de tanque atmosférico;
N-1998 - Projeto de redes elétricas aéreas;
N-2006 - projeto de sistemas de iluminação;
N-2039 - Projeto de subestações;
N-2167 - Classificação de áreas para instalações elétricas em unidades de transporte de petróleo, gás e derivados;
NI-2543 - Shaft sealing systems for centrifugal and rotary pumps;
5-CRONOGRAMA

Item	Atividade	Previsão Início	Previsão Fim
1	Projeto executivo	Novembro /2011	Março /2012
2	Autorização de Construção	Janeiro /2012	Abril /2012
3	Contratação	Março/2012	Agosto /2012
4	Construção e montagem	Setembro/2012	Outubro/2013
5	Autorização de Operação	Novembro/2013	Dezembro /2013
6	Operação	Dezembro /2013	Dezembro /2013

Nº 200 - A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 206, de 9 de setembro de 2004, em cumprimento ao art. 5º da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.000794/2012-00, considerando:

-as informações e o projeto apresentados pela empresa Petrobras Transportes S.A - TRANSPETRO à ANP, referentes à construção de 2 (dois) tanques para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal Terrestre de Itabuna, localizado no Município de Itabuna, Estado da Bahia;

-a solicitação feita pela empresa Petrobrás Transporte S/A - TRANSPETRO à ANP, por intermédio da correspondência N° TRANS/DTO/CL/COM-3.016/12, de 12 de janeiro de 2012, para a obtenção de Autorização para a construção de 2 (dois) tanques para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal Terrestre de Itabuna, localizado no Município de Itabuna, Estado da Bahia, resolve:

1. Publicar o Sumário do memorial descritivo do projeto pretendido, integralmente baseado nas informações e no projeto apresentado pela empresa Petrobras Transportes S/A - TRANSPETRO à ANP, que faz parte do anexo do presente despacho;

2. Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;

3. Informar que a documentação apresentada pela empresa Petrobras Transportes S/A -TRANSPETRO, continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia concedida pela ANP.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

ANEXO

1-SUMÁRIO DO PROJETO

Consta do Processo Administrativo n° 48610. 000794/2012-09 da Petrobras Transportes S/A - TRANSPETRO a solicitação de Autorização para a construção de 2 (dois) tanques para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal Terrestre de Itabuna, localizado no Município de Itabuna, Estado da Bahia, acompanhada dos documentos necessários para o atendimento da Portaria ANP n° 170, de 26.11.1998.

2- DESCRIÇÃO DO SISTEMA

As novas instalações a serem implementadas consistem de dois novos tanques de aproximadamente 2.744 m³ de capacidade nominal para operação do Diesel Baixo Teor de Enxofre (Diesel S-10) os tanques TQ-5215 e TQ-5216.

Os 2 (dois) novos tanques terão diâmetro 19,52 m, altura 13,37 m e capacidade nominal de 2.744 m³, cada, devendo ser construídos de forma a atender à norma Petrobras N-270. Os novos tanques terão teto fixo com selo flutuante interno em Alumínio, fundo cônico invertido, com sucção flutuante, e dois bocais (recebimento e expedição) e sistema de agitador.

As válvulas de "pé-de-tanque" deverão enviar sinal de abertura e fechamento à sala de controle. O nível operacional alto e nível máximo de segurança com óleo diesel estarão em acordo com as recomendações práticas do API RP 2350, considerando alarmes de nível alto e muito alto na vazão de recebimento.

Será aplicada proteção anti-corrosiva (pintura) nos novos tanques TQ-5215 e TQ-5216 e serão implementados sistemas complementares como sistema de combate a incêndio, instrumentação, sistema de medição por telemetria (conforme é padrão do Terminal).

A disposição dos tanques no terminal, que serão instalados na Bacia de Contenção dos tanques TQ-5215 e TQ-5216, bem como todos os sistemas necessários à proteção seguirão a Norma NBR 17.505.

SISTEMA ELÉTRICO

Esta prevista a instalação de sistema de iluminação da área do dique, escadas e topo dos novos tanques TQ-5215 e TQ-5216 e das áreas classificadas de acordo com o padrão existente local e com a norma Petrobras N-2006.

Serão instalados painéis para as novas válvulas motorizadas, atuadores elétricos nas válvulas de operação freqüente, indicadas pelo cliente.

Haverá, também, um sistema "no break" de baterias para iluminação de emergência e alimentação dos sistemas de segurança, comunicação e controle, de acordo com a norma N-329 e será promovida a interligação de instrumentação com o sistema existente (no break, PLC, SCADA).

Serão ainda instalados sistemas de aterramento e de pára-raios para proteção contra descargas atmosféricas.

SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO

O sistema de combate a incêndio do terminal será avaliado e revisto de forma a integrar os novos tanques TQ-5215 e TQ-5216, com a instalação de hidrantes, canhões monitores e splinkers, onde necessário.

SISTEMA DE DRENAGEM E EFLUENTES

O Sistema de drenagem será interligado ao sistema existente, inclusive com o separador de água-óleo existente e com as caixas de coleta;

SISTEMAS AUXILIARES

Serão instalados sistemas de água potável, chuveiros de emergência e lava-olhos onde necessário.

3-MEIO AMBIENTE

A Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO solicitou ao INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, LA- Licença Ambiental para os Terminais de Itabuna e Jequié, em 06/12/2011.

4- NORMAS

Deverão ser obedecidas as normas brasileiras, normas regulamentadoras e normas Internacionais que ditam as exigências de engenharia para projetos e construção de tubulações e instalações operacionais, além das Normas Petrobrás que usualmente excedem as especificações Internacionais.

NORMAS BRASILEIRAS

NBR-17505-1: Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis - Parte 1: Disposições gerais;
NBR-17505-3: Idem - Parte 3: Sistemas de Tubulações;
NBR-17505-5: Idem - Parte 5: Operações
NBR-17505-6: Idem - Parte 6: Instalações e Equipamentos Elétricos;
NBR-17505-7: Idem - Parte 7: Proteção contra incêndio para Parques de Armazenamento com Tanques Estacionários.

NORMAS INTERNACIONAIS

API-RP-2350 - Overfill Protection for Storage Tanks in Petroleum Facilities;
API-STD-610 - Centrifugal Pumps for Petroleum, Petrochemical and Natural Gas Industries;
ASME-B31.3 - Process Piping Design.

NORMAS PETROBRAS

N-57 - Projeto Mecânico de Tubulações Industriais;
N-115 - Fabricação e montagem de tubulações metálicas;
N-270 - Projeto de tanque de armazenamento atmosférico;
N-271 - montagem de tanque de armazenamento;
NI-553c - Centrifugal pumps for general refinery service;
N-1541 - Tanque de armazenamento - Folha de dados
N-1600 - Construção, montagem e condicionamento de redes elétricas;
N-1614 - Construção, montagem e condicionamento de equipamentos elétricos;
N-1888 - Construção de tanque atmosférico;
N-1998 - Projeto de redes elétricas aéreas;
N-2006 - projeto de sistemas de iluminação;
N-2039 - Projeto de subestações;
N-2167 - Classificação de áreas para instalações elétricas em unidades de transporte de petróleo, gás e derivados;
NI-2543 - Shaft sealing systems for centrifugal and rotary pumps;
5-CRONOGRAMA

Item	Atividade	Previsão Início	Previsão Fim
1	Projeto executivo	Novembro /2011	Março /2012
2	Autorização de Construção	Janeiro /2012	Abril /2012
3	Contratação	Março/2012	Agosto /2012
4	Construção e montagem	Setembro/2012	Outubro/2013
5	Autorização de Operação	Novembro/2013	Dezembro /2013
6	Operação	Dezembro /2013	Dezembro /2013

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

Em 10 de fevereiro de 2012

Nº 201 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria ANP nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na Resolução ANP nº 46, de 09 de setembro de 2011, publicada em 12 de setembro de 2011 no D.O.U., concede a alteração no cadastro do LABORATÓRIO DE CERTIFICAÇÃO, pertencente à empresa BRASIL ECODIESEL IND. E COM. DE ÓLEOS VEGETAIS S.A., localizado em Rosário do Sul - RS, CNPJ nº 05.799.312/0009-88, e que consiste em: i) altera a razão social para VANGUARDA AGRO S.A. Em atendimento à solicitação da empresa, revoga o cadastro do laboratório da VANGUARDA AGRO S.A, localizado em Rosário do Sul - RS, CNPJ nº 05.799.312/0009-88.
Cadastro: 021
Processo ANP: 48600.002420/2009-34

Nº 202 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria ANP nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na Resolução ANP nº 46, de 09 de setembro de 2011, publicada em 12 de setembro de 2011 no D.O.U., concede a alteração no cadastro do LABORATÓRIO DE CERTIFICAÇÃO DE BIODIESEL PORTO NACIONAL, pertencente à empresa BRASIL ECODIESEL IND. E COM. DE ÓLEOS VEGETAIS S.A., localizado em Porto Nacional - TO, CNPJ nº 05.799.312/0008-05, e que consiste em: i) altera a razão social para VANGUARDA AGRO S.A.
Cadastro: 042
Processo ANP: 48600.000208/2011-57

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 21/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
André Luiz Ludovico de Almeida - 806211/09 - A.I. 66/12
Antonio de Brito Filho - 806101/09 - A.I. 64/12
Celso Pires Martins - 806713/10 - A.I. 72/12, 806714/10 - A.I. 73/12, 806715/10 - A.I. 74/12
Cláudio Ramos Cardoso - 806743/10 - A.I. 76/12, 806745/10 - A.I. 77/12, 806746/10 - A.I. 78/12
Formex-fornecedora de Materiais de Construção e Representação Ltda - 806248/11 - A.I. 79/12
g. & w. Participações e Empreendimentos Ltda - 806656/10 - A.I. 69/12
Gessosul Indústria de Gesso LTDA. - 806669/10 - A.I. 70/12, 806670/10 - A.I. 71/12, 806250/09 - A.I. 67/12, 806181/09 - A.I. 65/12
Hermann Fecher - 806011/09 - A.I. 63/12
Mineração Vale do Aragauaia LTDA. - 806197/08 - A.I. 62/12
Rio Grande Mineral Mineração e Participações Ltda - 806308/11 - A.I. 80/12
T.L.R. Lima Extração e Transporte - 806718/10 - A.I. 75/12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 22/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
806.028/2010-MINERAÇÃO MARACANÃ LTDA.-AREIA
806.031/2010-E. A. DE OLIVEIRA - MINÉRIO-AREIA
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
806.215/2007-MINERAÇÃO VALE DO ARAGAUAIA LTDA. - AI N°17/2011
Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
806.067/2003-CERAMICA BAUNILHA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.135/2010-JOÃO DE BARRO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°216/2012
806.163/2010-ROBERTO CAMARA MEIRELES-OF. N°217/2012
806.175/2011-EXTRATIVA MINEIRA LTDA.-OF. N°218/2012
806.366/2011-SPA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°219/2012
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
806.027/2010-M.S.C JACOME-OF. N°265/2011
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
806.036/2010-COSTA ESTRELA PRODUTOS CERAMMICOS LTDA
806.095/2010-PEDREIRA ITAPECURU IND. COM. LTDA
806.100/2010-CERAMICA SOTEL LTDA
806.134/2010-ANDRÉ VITOR FERREIRA TROVÃO
806.450/2010-CERAMICA PORTO LTDA
806.225/2011-MIGUEL ARCANJO SILVA COSTA
806.382/2011-RC TORRES COMERCIO
806.383/2011-RC TORRES COMERCIO

FERNANDO JOSÉ OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA

Torna sem efeito a Notificação cobrança CEFEM
Processo de Cobrança nº 950.497/2011
Notificado: MINERAÇÃO FLORESTA DO ARAGUAIA S/A.
CNPJ: 07.405.000/0001-10
NFLDP nº 393/2011 - DNPM/PA.
Valor: R$1.360.228,49 (um milhão, trezentos e sessenta mil, duzentos e vinte oito reais e quarenta e nove centavos).

JOSÉ LUIZ BASTOS RODRIGUES
Substituto

DESPACHO DA PROCURADORA FEDERAL
RELAÇÃO Nº 6/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
vf Granitosltda me - 948345/10 - R$ 2.055,43 Incrição N.44625/2012, 948382/10 - R$ 2.055,43 Incrição N.44595/2012, 948383/10 - R$ 2.122,58 Incrição N.44596/2012, 948286/10 - R$ 2.038,64 Incrição N.44718/2012, 948346/10 - R$ 1.061,70 Incrição N.44627/2012

RICARDO ARAÚJO LAMEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 12/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adão Heleno Rodrigues - 804429/08 - A.I. 271/12, 804433/08 - A.I. 272/12, 804434/08 - A.I. 273/12, 804436/08 - A.I. 274/12, 804437/08 - A.I. 275/12, 804438/08 - A.I. 276/12, 804439/08 - A.I. 277/12, 804440/08 - A.I. 278/12
Gilson Veríssimo do Carmo - 804467/08 - A.I. 279/12
gm Rocha IND. COM. SERV. Ltda - 803011/09 - A.I. 269/12, 803215/09 - A.I. 270/12
Hermann Fecher - 803365/10 - A.I. 280/12
Marcus Vinicius de Menezes Fumagalli - 803104/10 - A.I. 266/12
Mariano Gayoso Castelo Branco Neto - 803336/09 - A.I. 268/12
Minerios Montanha Industria e Comercio Ltda - 803184/10 - A.I. 264/12, 803260/10 - A.I. 263/12
William m Thomas - 803175/10 - A.I. 265/12, 803176/10 - A.I. 267/12

EVALDO FREITAS LIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 29/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Areal Remanescente Ltda me - 890363/11 - A.I. 62/12
Cerâmica Cinco Estrelas LTDA. - 890619/11 - A.I. 135/12
Ceramica Coqueiros de Campos Ltda - 890723/11 - A.I. 65/12
Ceramica Irmãos Cardoso Ltda - 890732/11 - A.I. 132/12
Ceramica Itabira Ltda - 890431/11 - A.I. 130/12, 890688/11 - A.I. 119/12
Cofranza Construtora Ltda - 890731/11 - A.I. 133/12
Ferrous Resources do Brasil sa - 890182/11 - A.I. 70/12
Joaquim Alves Neto - 890617/11 - A.I. 134/12
Luiz Carlos Abreu de Souza - 890691/11 - A.I. 63/12
O.C. Cardoso Filho Extração de Argila - 890689/11 - A.I. 129/12, 890570/11 - A.I. 128/12
Romulo Nunes Mansur - 890720/11 - A.I. 131/12
s Roberto de Oliveira Extração de Minerais me - 890605/11 - A.I. 64/12, 890724/11 - A.I. 66/12, 890725/11 - A.I. 67/12, 890726/11 - A.I. 68/12
Sebastião Olimpio da Silva - 890493/11 - A.I. 69/12
Wls Construtora Ltda me - 890101/11 - A.I. 127/12

RELAÇÃO Nº 37/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Amathista Brasil Intermediação e Representação de Negócios Ltda - 890649/11 - A.I. 108/12, 890650/11 - A.I. 109/12
Ambraz Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 890606/11 - A.I. 74/12
Andreia Aparecida Mendes - 890603/11 - A.I. 72/12
Areal Fernandes e Lima Ltda - 890154/10 - A.I. 126/12
Areal Rio Pomba Ltda -me - 890482/08 - A.I. 78/12
Areal Telúrio Ltda - 890278/11 - A.I. 77/12
Arnaldo Eduardo Guinle - 890342/11 - A.I. 111/12
Camila Silva de Queiroz - 890101/10 - A.I. 123/12
Concreta de Macaé Engenharia Ltda - 890295/10 - A.I. 88/12, 890296/10 - A.I. 90/12
Construtora Souza e Peres de Miracema Ltda - 890137/10 - A.I. 114/12
Denilson Nunes Dos Santos - 890560/08 - A.I. 86/12
Dinamica Rio Construções Ltda - 890557/11 - A.I. 107/12
Diogo Andrade França - 890381/11 - A.I. 85/12
Ernesto Carlos Blanc-me - 890364/11 - A.I. 113/12
Extração de Areias Manoel de Moraes Ltda - 890401/10 - A.I. 91/12
Extração de Argila Capistrano Ltda - 890439/08 - A.I. 115/12
Extratora de Areias Coexa Ltda - 890142/11 - A.I. 99/12
Francisco da Cunha Bueno - 890592/09 - A.I. 121/12, 890593/09 - A.I. 122/12
Glória Silva Fortes - 890293/09 - A.I. 120/12
Helio da Conceição Cruz me - 890489/10 - A.I. 98/12
Igb Industrial Granitos do Brasil Mineração Ltda - 890025/10 - A.I. 125/12
Imagi Mineração LTDA.-ME. - 890020/09 - A.I. 71/12
Jairo Alves Robaina - 890242/10 - A.I. 87/12
Jocimar p. Guimaraes me - 890044/10 - A.I. 124/12
Jonadab Carmo de Sousa - 890275/10 - A.I. 89/12
José Maria de Castro Pinto - 890383/11 - A.I. 79/12
Koch & Lamego Ltda - 890202/11 - A.I. 102/12
l l x Açu Operações Portuárias S.A. - 890276/11 - A.I. 103/12
Marcelo Athayde Veloso Gazzoni - 890470/11 - A.I. 75/12, 890472/11 - A.I. 73/12
Mineração Santo Expedito Ltda - 890439/10 - A.I. 94/12
Mineradora le Petit Ltda - 890515/11 - A.I. 106/12
Mineradora Noroeste Fluminense Ltda - 890115/11 - A.I. 93/12, 890358/11 - A.I. 104/12
Mineradora Rocha Pinto LTDA. - 890816/11 - A.I. 110/12
Minérios Santa Bárbara LTDA. - 890181/09 - A.I. 118/12
Ricardo Pina - 890575/08 - A.I. 117/12
Rosana Maria Ribeiro Barreto Gomes Freire - 890492/10 - A.I. 100/12
Terminal Portuário de Angra Dos Reis S.A. - 890445/11 - A.I. 76/12, 890446/11 - A.I. 80/12, 890447/11 - A.I. 81/12, 890448/11 - A.I. 82/12, 890449/11 - A.I. 83/12, 890450/11 - A.I. 84/12
Ternium Brasil S.A. - 890411/10 - A.I. 92/12
Terramac Pavimentação Ltda Epp - 890360/11 - A.I. 112/12
Thiago de sá Carvalho - 890415/11 - A.I. 105/12
Vilmar Dos Santos Cavalcante - 890564/08 - A.I. 116/12
w l Godoy Serviços Agricolas - 890769/10 - A.I. 101/12

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 4/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
884.034/2002-OURO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
884.006/2012-HELVIO DEEKE-OF. N°010/2012
884.009/2012-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA-OF. N°009/2012
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
884.085/2008-AURIO TESSARO-AI N°005/2012
884.086/2008-AURIO TESSARO-AI N°006/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
884.122/2011-UILIAM UÊSLEI RIBEIRO DE SOUZA-OF. N°003/2012

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 16/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Água da Serra Industrial de Bebidas LTDA. - 815690/10 - A.I. 88/12
Andre Scheidemantel - 815111/11 - A.I. 99/12
Arlindo Silvestre Francescon - 815733/10 - A.I. 90/12
Celso Brambila - 815103/11 - A.I. 98/12
Edson Luiz Ávila - 815032/11 - A.I. 97/12
Eduardo Sens-me - 815154/11 - A.I. 101/12
Erasmo Rodrigues - 815437/11 - A.I. 104/12
Extração de Areia Sertão do Campo Ltda - 815226/11 - A.I. 102/12, 815814/10 - A.I. 91/12
Hamilton Elias de Oliveira - 815119/11 - A.I. 100/12
Humberto Inacio Geller - 815732/10 - A.I. 89/12
Ifc Indústria de Fosfatados Catarinense Ltda - 815987/10 - A.I. 96/12
Ivandel José Antunes Araújo - 815749/10 - A.I. 103/12
Juliana Kremer Pauli - 815832/10 - A.I. 92/12
Marcelo Manfredine - 815937/10 - A.I. 95/12
Rosilene da Silva Rodrigues - 815879/10 - A.I. 94/12
Simone Zaguini da Trindade - 815875/10 - A.I. 93/12
Thiago Garlet Lazzaretti - 815795/07 - A.I. 86/12
Welinton Andrae do Prado me - 815212/10 - A.I. 87/12

RELAÇÃO Nº 17/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Agape Empreendimentos Ltda - 815432/09 - A.I. 33/12
Antonio Dorival Roncaglio - 815324/10 - A.I. 42/12
Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815327/11 - A.I. 69/12, 815353/11 - A.I. 70/12
Ariel Bona - 815404/09 - A.I. 31/12, 815405/09 - A.I. 32/12
Artur Domingos Weber - 815386/11 - A.I. 72/12
Carbonifera Metropolitana sa - 815790/10 - A.I. 55/12
Cassiano de Mattia - 815661/10 - A.I. 52/12
Cerâmica Elizabeth Sul Ltda - 815566/09 - A.I. 40/12
Ceramica Serra Azul Ltda me - 815547/11 - A.I. 77/12
Devanei Agostinho Rodrigues - 815715/08 - A.I. 23/12
Disney de Marco - 815510/10 - A.I. 48/12
Dolivar Ratti - 815577/10 - A.I. 51/12
Edes Marcondes do Nascimento - 815477/11 - A.I. 73/12, 815478/11 - A.I. 74/12
Edson Luiz Ávila - 815478/09 - A.I. 36/12
Fbx Fertilizantes LTDA. - 815839/10 - A.I. 59/12, 815840/10 - A.I. 60/12, 815841/10 - A.I. 61/12, 815842/10 - A.I. 62/12, 815843/10 - A.I. 63/12, 815844/10 - A.I. 64/12, 815845/10 - A.I. 65/12
Gabriel Oniris do Amaral Velho - 815874/10 - A.I. 66/12
Itamar Georg - 815543/11 - A.I. 75/12, 815544/11 - A.I. 76/12
Ivandel José Antunes Araújo - 815749/10 - A.I. 54/12
João Cardoso Martques - 815575/10 - A.I. 50/12
Juarez Sebastião da Silva - 815718/11 - A.I. 79/12
Kuko Materiais de Contrução LTDA. me - 815354/09 - A.I. 25/12
Lauro Nihues - 815330/10 - A.I. 43/12
Lothar Gode - 815381/09 - A.I. 26/12, 815385/09 - A.I. 27/12, 815386/09 - A.I. 28/12, 815387/09 - A.I. 29/12, 815388/09 - A.I. 30/12
Luiz Esnel Peixer - 815302/10 - A.I. 41/12
Marciano Klettenberg - 815523/09 - A.I. 38/12, 815442/09 - A.I. 34/12

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mineração L.v.ltda Epp - 815368/10 - A.I. 84/12
Mineração Saletense Ltda - 815443/09 - A.I. 35/12
Oscar Krieger Neto - 815262/09 - A.I. 83/12
Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 815453/10 - A.I. 45/12
Próton Granito Ltda - 815747/10 - A.I. 53/12
Romulo Debatim Soares - 815526/09 - A.I. 39/12
Serafim Extraçâo de Minérios Ltda - 815202/09 - A.I. 82/12
Sergio Augusto Zandavalli - 815645/10 - A.I. 85/12
Sergio Guaresi do Santo - 815537/10 - A.I. 49/12
Silvio Prim - 815475/10 - A.I. 46/12, 815476/10 - A.I. 47/12, 815385/11 - A.I. 71/12
Terra Mater Participações e Empreendimentos LTDA. - 815792/10 - A.I. 56/12, 815793/10 - A.I. 57/12, 815794/10 - A.I. 58/12, 815269/11 - A.I. 67/12, 815270/11 - A.I. 68/12, 815364/10 - A.I. 44/12, 815299/09 - A.I. 24/12, 815509/09 - A.I. 37/12, 815510/09 - A.I. 81/12
Terraplenagem Roncaglio Ltda - 815255/09 - A.I. 80/12
Volkmann Marmores e Granitos Ltda - 815677/11 - A.I. 78/12

RELAÇÃO Nº 21/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Aguinaldo Antunes Mendes - 815256/07 - Not.31/2012 - R$ 728,07
Aloisio Marcelino - 815564/08 - Not.36/2012 - R$ 114,10
Andre Reis fi - 815237/98 - Not.42/2012 - R$ 2.055,30
Jair Bridaroli - 815364/07 - Not.33/2012 - R$ 1.140,01
Jose Severiano da Silva - 815011/07 - Not.43/2012 - R$ 117,12
Levino Campigotto - 815292/07 - Not.32/2012 - R$ 2.367,67
Mdm Pedras Ltda - 815470/07 - Not.34/2012 - R$ 105,61
Minageo LTDA. - 815398/97 - Not.46/2012 - R$ 2.224,76, 815398/97 - Not.47/2012 - R$ 2.500,69, 815398/97 - Not.48/2012 - R$ 2.500,69, 815398/97 - Not.49/2012 - R$ 2.500,69, 815398/97 - Not.50/2012 - R$ 2.500,69, 815398/97 - Not.51/2012 - R$ 2.500,69, 815398/97 - Not.52/2012 - R$ 2.500,69, 815398/97 - Not.53/2012 - R$ 2.500,69, 815398/97 - Not.54/2012 - R$ 5.001,37
Orestes Matos da Silva - 815150/07 - Not.30/2012 - R$ 74,62
Ricardo Daher Maluf - 815419/06 - Not.28/2012 - R$ 82,06
Rogerio Souza da Silva - 815321/95 - Not.37/2012 - R$ 2.557,77, 815321/95 - Not.38/2012 - R$ 2.557,77, 815321/95 - Not.40/2012 - R$ 2.557,77, 815321/95 - Not.41/2012 - R$ 2.557,77
Venezia Mineração e Comércio de Ferro Velho Ltda - 815504/06 - Not.29/2012 - R$ 665,15

RELAÇÃO Nº 22/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Alzimiro João Vieira - 815230/05 - Not.539/2011 - R$ 321,53
Avelino Dionisio Momm - fi - 815132/01 - Not.550/2011 - R$ 12,79
Beta Mineração e Transporte Ltda - 815504/07 - Not.94/2011 - R$ 494,08
Dênio Fabiano Sommariva - 815018/08 - Not.540/2011 - R$ 443,95
Edson Antonio Nery de Castro - 815563/07 - Not.545/2011 - R$ 297,85
Fabiano Battistotti Pereira fi - 815782/02 - Not.551/2011 - R$ 326,55, 815869/07 - Not.542/2011 - R$ 443,95
João Batista Dalpra - 815328/07 - Not.117/2011 - R$ 271,13
Ldr Terraplanagem LTDA. me - 815764/02 - Not.547/2011 - R$ 470,79
Moises Ramos - 815880/08 - Not.27/2012 - R$ 331,11
Pavimentadora Jeremias Ltda - 815718/06 - Not.531/2011 - R$ 489,83
rs Terraplanagem Ltda me - 815065/02 - Not.541/2011 - R$ 282,18
Tce-triunfo Comércio e Engenharia Ltda - 815787/96 - Not.535/2011 - R$ 489,83
Terraplanagem Arqueza Ltda - 815474/07 - Not.537/2011 - R$ 326,55, 815474/07 - Not.538/2011 - R$ 313,85
Wct Weber Construções e Terraplanagem LTDA. - 815098/07 - Not.546/2011 - R$ 482,30

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 11/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
864.520/2010-TATIANE MARIA DA COSTA
864.090/2011-VALTER FERIAN
864.168/2011-THIAGO DE CESARO
864.178/2011-IURY ALEXSSANDER FERREIRA SILVA
864.179/2011-IURY ALEXSSANDER FERREIRA SILVA
864.198/2011-JOÃO DE LIMA ROLIM
864.205/2011-MINERADORA VALE DO CERRADO LTDA
864.216/2011-JOSE WILSON SIQUEIRA CAMPOS JUNIOR
864.266/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA
864.267/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA
864.268/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA
864.269/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA
864.270/2011-DOMINAS DOMINGAS COELHO MINERAÇÃO LTDA
864.318/2011-CLÁUDIO RAMOS CARDOSO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.272/2008-BRAZIL AMERICAS INVESTMENTS & PARTICIPATION MINERAÇÃO LTDA.
864.273/2008-BRAZIL AMERICAS INVESTMENTS & PARTICIPATION MINERAÇÃO LTDA.
864.275/2008-BRAZIL AMERICAS INVESTMENTS & PARTICIPATION MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
864.438/2010-CASCADIA BRASIL MINERAÇÃO LTDA
864.439/2010-CASCADIA BRASIL MINERAÇÃO LTDA
864.440/2010-CASCADIA BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.274/2005-MINERAÇÃO E INDUSTRIA DE GESSO ASA BRANCA LTDA-OF. N°83/2012-SUP/DNPM/TO - 84/2012-SUP/DNPM/TO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.083/2006-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA- Cessionário:Rio Novo Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 08.213.823/0001-07- Alvará n°19.311/2011
864.294/2010-SANTA TEREZA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS BÁSICOS P CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA- Cessionário:Marcos Aurélio Góis- CPF ou CNPJ 030.170.811-84- Alvará n°1.881/2011
864.295/2010-SANTA TEREZA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS BÁSICOS P CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA- Cessionário:Marcos Aurélio Góis- CPF ou CNPJ 030.170.811-84- Alvará n°1.882/2011
864.296/2010-SANTA TEREZA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS BÁSICOS P CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA- Cessionário:Marcos Aurélio Góis- CPF ou CNPJ 030.170.811-84- Alvará n°1.883/2011
864.094/2011-SANTA TEREZA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS BÁSICOS P CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA- Cessionário:Marcos Aurélio Góis- CPF ou CNPJ 030.170.811-84- Alvará n°6.731/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.327/1993-COLEME MINERAÇÃO LTDA-OF. N°901/2011-OUT/DNPM/TO
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
864.501/2008-DAQUI AGROINDÚSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Dona Hilda - Água Mineral D'Aqui - Retornáves de 20 l e Descartáveis de 1.500 ml e 500 ml (com e sem gás)- TAGUATINGA/TO
Fase de Disponibilidade
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
864.290/2007-ANANIAS PONCE LACERDA NETO
864.377/2008-Hematite Participações Ltda; José Macedo Neto
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
864.134/2000- HABILITADOS os proponentes: Nova Aurora Mineração Ltda e INABILITADOS os proponentes: Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Monte Santo.
864.021/2002- HABILITADOS os proponentes: Izidório Correia de Oliveira, Eduardo de Souza Martins, Rio Novo Mineração Ltda. e INABILITADOS os proponentes: Amarante Mineração e Serviço Ltda.
864.022/2002- HABILITADOS os proponentes: Eduardo de Souza Martins, Rio Novo Mineração Ltda. e INABILITADOS os proponentes: Amarante Mineração e Serviço Ltda.
864.118/2002- HABILITADOS os proponentes: Rio Novo Mineração Ltda. e INABILITADOS os proponentes: Amarante Mineração e Serviço Ltda.
864.029/2003- HABILITADOS os proponentes: Rio Novo Mineração LTDA. e INABILITADOS os proponentes: Amarante Mineração e Serviço LTDA.
864.256/2004- HABILITADOS os proponentes: Itafós Mineração Ltda, André Ake Boson Castro. e INABILITADOS os proponentes:
864.290/2007- HABILITADOS os proponentes: e INABILITADOS os proponentes: Pedreira Paraíso Ltda.
864.353/2007- HABILITADOS os proponentes: Ferlig Ferro Liga Ltda, Waldson Alves Pereira Junior e INABILITADOS os proponentes:
864.419/2007- HABILITADOS os proponentes: Guido Magalhães Arantes, Minfer do Brasil Mineração Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
864.499/2007- HABILITADOS os proponentes: Emília Acácio Ferreira, Joel Alves Modesto e INABILITADOS os proponentes:
864.586/2007- HABILITADOS os proponentes: GUILHERME CESAR DE MELO SENA e INABILITADOS os proponentes: ADEPHAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
864.377/2008- HABILITADOS os proponentes: Mineralbrax Exp de Minérios Ltda, Mineração de Calcário do Vale Ltda, S.L da Silva Transporte de Cargas Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
864.066/2008-CERAMICA SÃO JORGE

FÁBIO LÚCIO MARTINS JÚNIOR

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 8 de fevereiro de 2012

Processo DNPM nº 805.837/1977. Interessado: CAL NODARI LTDA. Assunto: Pedido de Reconsideração interposto contra Decisão que indeferiu o Requerimento de Concessão de Lavra. Despacho: Nos termos do Parecer nº 1001/2011/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta decisão, ANULO a decisão de fl. 227 e INDEFIRO o requerimento de Concessão de Lavra, nos termos do art. 41, §4º, do Código de Mineração, tendo em vista o não cumprimento da exigência formulada por meio do Ofício nº 029/2006, publicado no Diário Oficial da União de 29 de março de 2006. Aguarde-se o decurso do prazo recursal nesta Secretaria. Após, devolvam-se os autos ao DNPM para anulação do Edital de Disponibilidade nº 122/2008.

CLAUDIO SCLIAR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 27, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.000036/2010-67, de 11 de janeiro de 2010, resolvem:

Art. 1º Processo Produtivo Básico para o produto APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 27, de 9 de fevereiro de 2010, passa a ser o seguinte:

I - montagem do magneto obedecendo as seguintes etapas:

a) instalação dos parafusos prisioneiros e fixação dos anéis frontais e traseiros no corpo do magneto;

b) instalação da bobina de gradiente no magneto;

c) instalação do suporte mecânico de fixação da cabeação principal na parte superior do magneto;

d) instalação dos suportes da tampa superior;

e) montagem do barramento de alimentação entre o magneto e a bobina de gradiente - fixação de suportes, parafusos e isoladores;

f) instalação da interface para antenas receptoras de sinal na parte superior do magneto;

g) montagem do conjunto carga resistiva para circuitos de transmissão de rádio frequência (placa de circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos montados com dissipador) no suporte da parte superior do magneto e ligação de suas conexões; e

h) instalação dos suportes de fixação dos cabos, suportes de apoio da ponte (ou suporte da mesa do magneto) e conexão do filtro de supressão e suas conexões.

II - instalação do conjunto da ponte (ou suporte da mesa do magneto) na parte interna do equipamento;

III - abastecimento do conjunto montado do magneto com líquido refrigerante apropriado;

IV - instalação dos programas de computador para configuração e operação do equipamento; e

V - teste e embalagem final do produto.

§ 1º Todas as etapas dos Processos Produtivos Básicos acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º Fica permitida a terceirização somente para a etapa constante do inciso V, enquanto as demais deverão ser realizadas pela empresa fabricante detentora dos incentivos fiscais previstos na Lei nº 8.387, de 1991.

Art. 2º Quando o APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA vier acompanhado de um ou mais produtos relacionados neste artigo, os mesmos deverão ser produzidos no País, conforme seus respectivos Processos Produtivos Básicos, quando aplicável:

I - computador reconstrutor ou computador console;

II - gabinete de computadores (rack metálico);

III - transformador com saída de 200 a 480 Volts;

IV - estabilizador de tensão;

V - impressora para impressão de relatórios e imagens em papel; e

VI - impressora para impressão de exames em filme especial.

§ 1º Caso a empresa opte por não produzir, no País, os computadores citados no inciso I, a empresa deverá investir 1% (um por cento), adicionalmente ao estabelecido pela legislação, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme estabelecido no art. 5º.

§ 2º Caso a empresa opte por não produzir, no País, os equipamentos citados no inciso II deste artigo, a empresa deverá investir 1% (um por cento), adicional ao estabelecido pela legislação, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme estabelecido no art. 5º.

§ 3º A impressora citada no inciso VI está dispensada da obrigatoriedade constante no caput até que haja efetiva produção dessa impressora por meio de Processo Produtivo Básico.

Art. 3º A partir de 1º de agosto de 2012, o equipamento de refrigeração (chiller) deverá ser produzido no País, caso seja comercializado junto com o APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.

Art. 4º A partir de 1º de janeiro de 2013, o sistema de distribuição e controle de energia de alta potência utilizado no APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA deverá ser produzido atendendo seu respectivo Processo Produtivo Básico.

§ 1º O sistema referido no caput é o equipamento necessário para assegurar a correta administração da alimentação elétrica de potência para os diversos módulos que integram o APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, por meio do gerenciamento e distribuição de energia elétrica.

§ 2º Alternativamente à obrigatoriedade constante no caput, a empresa fabricante poderá optar entre:

I - investir 0,5% (cinco décimos por cento) adicional ao estabelecido pela legislação, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme estabelecido no art. 5º; ou

II - investir em novas tecnologias que, comprovadamente, agreguem valor na fabricação do APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA produzido no País, tais, como exemplo, subconjuntos da bobina eletromagnética, gerenciamento local do processo de resfriamento criogênico da bobina eletromagnética, dentre outras tecnologias a serem comprovadas junto ao Governo Federal.

Art. 5º O percentual adicional a que se refere esta Portaria deverá ser calculado tomando por base o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, dos APARELHOS DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA que usufruam da dispensa, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de bens da mesma forma incentivados, no ano calendário.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa dos Processos Produtivos Básicos poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 27, de 9 de fevereiro de 2010.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 28, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000036/2010-67, de 11 de janeiro de 2010, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 26, de 9 de fevereiro de 2010, passa a ser o seguinte:

I - montagem do magneto obedecendo as seguintes etapas:

a) instalação dos parafusos prisioneiros e fixação dos anéis frontais e traseiros no corpo do magneto;

b) instalação da bobina de gradiente no magneto;

c) instalação do suporte mecânico de fixação da cabeação principal na parte superior do magneto;

d) instalação dos suportes da tampa superior;

e) montagem do barramento de alimentação entre o magneto e a bobina de gradiente - fixação de suportes, parafusos e isoladores;

f) instalação da interface para antenas receptoras de sinal na parte superior do magneto;

g) montagem do conjunto carga resistiva para circuitos de transmissão de rádio frequência (placa de circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos montados com dissipador) no suporte da parte superior do magneto e ligação de suas conexões; e

h) instalação dos suportes de fixação dos cabos, suportes de apoio da ponte (ou suporte da mesa do magneto) e conexão do filtro de supressão e suas conexões.

II - instalação do conjunto da ponte (ou suporte da mesa do magneto) na parte interna do equipamento;

III - abastecimento do conjunto montado do magneto com líquido refrigerante apropriado;

IV - instalação dos programas de computador para configuração e operação do equipamento; e

V - teste e embalagem final do produto.

Parágrafo único. Fica permitida a terceirização somente para a etapa constante do inciso V, enquanto as demais deverão ser realizadas pela empresa fabricante detentora dos incentivos fiscais previstos na Lei nº 8.248, de 1991.

Art. 2º Quando o APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA for comercializados com um ou mais produtos relacionados neste artigo nos incisos deste artigo, os mesmos deverão ser produzidos no País, conforme seus respectivos Processos Produtivos Básicos, quando aplicável:

I - computador reconstrutor ou computador console;

II - gabinete de computadores (rack metálico);

III - transformador com saída de 200 a 480 Volts;

IV - estabilizador de tensão;

V - impressora para impressão de relatórios e imagens em papel; e

VI - impressora para impressão de exames em filme especial.

§ 1º Caso a empresa opte por não produzir, no País, os computadores citados no inciso I, a empresa deverá investir 1% (um por cento), adicionalmente ao estabelecido pela legislação, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme estabelecido no art. 5º.

§ 2º Caso a empresa opte por não produzir, no País, os equipamentos citados no inciso II deste artigo, a empresa deverá investir 1% (um por cento), adicional ao estabelecido pela legislação, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme estabelecido no art. 5º.

§ 3º A impressora citada no inciso VI está dispensada da obrigatoriedade constante no caput até que haja efetiva produção dessa impressora por meio de Processo Produtivo Básico.

Art. 3º A partir de 1º de agosto de 2012, o equipamento de refrigeração (chiller) deverá ser produzido no País, caso seja comercializado junto com o APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.

Art. 4º A partir de 1º de janeiro de 2013, o sistema de distribuição e controle de energia de alta potência utilizado no aparelho de diagnóstico por visualização de ressonância magnética deverá ser produzido atendendo seu respectivo Processo Produtivo Básico, quando aplicável.

§ 1º O sistema referido no caput é o equipamento necessário para assegurar a correta administração da alimentação elétrica de potência para os diversos módulos que integram o APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, por meio do gerenciamento e distribuição de energia elétrica.

§ 2º Alternativamente à obrigatoriedade constante no caput, a empresa fabricante poderá optar entre:

I - investir 0,5% (cinco décimos por cento) adicional ao estabelecido pela legislação, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) conforme estabelecido no art. 5º; ou

II - investir em novas tecnologias que, comprovadamente, agreguem valor na fabricação do APARELHO DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA produzido no País, tais, como exemplo, subconjuntos da bobina eletromagnética, gerenciamento local do processo de resfriamento criogênico da bobina eletromagnética, dentre outras tecnologias a serem comprovadas junto ao Governo Federal.

Art. 5º O percentual adicional a que se refere esta Portaria deverá ser calculado tomando por base o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, dos APARELHOS DE DIAGNÓSTICO POR VISUALIZAÇÃO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA que usufruam da dispensa, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de bens da mesma forma incentivados, no ano calendário.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa dos Processos Produtivos Básicos poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 26, de 9 de fevereiro de 2010.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 29, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.012116/2007-70, de 26 de julho de 2007, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DIGITAL DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM MEIO MAGNÉTICO (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM), estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 215, de 3 de novembro de 2010, passa ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

II - integração das placas de circuito impresso montadas e dos demais subconjuntos elétricos e mecânicos na formação do produto final; e

III - formatação, configuração e testes finais.

§ 1º Alternativamente à obrigatoriedade estabelecida no inciso I, a empresa poderá optar pelo cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos abaixo:

I - corte, dobra e furação ou outro processo de puncionamento, corte a laser ou estampagem das chapas metálicas da estrutura mecânica e das partes de fechamento do gabinete ou alojamento (gavetas) de discos, tais como portas, tetos, laterais e tampas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - soldagem ou rebitagem das partes metálicas do gabinete ou alojamento (gaveta) de discos;

III - tratamento superficial e pintura das partes metálicas do gabinete ou alojamento (gaveta) de discos;

IV - injeção das partes plásticas do gabinete ou alojamento (gaveta de discos); e

V - investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicional de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do faturamento líquido no mercado interno advindo da comercialização das UNIDADES DIGITAIS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM MEIO MAGNÉTICO (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM).

§ 2º A etapa estabelecida no inciso I do caput deste artigo deverá contemplar a montagem e soldagem de todos os componentes na(s) placa(s) de circuito impresso necessária(s) à realização de pelo menos duas das seguintes funções:

I - comunicação com a unidade controladora do disco;

II - posicionamento da informação nos conjuntos de leitura e gravação;

III - leitura e gravação lógica da informação; e

IV - memória.

§ 3º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção definidas no caput e no §1º do art. 1º poderão ser realizadas por terceiros, exceto uma etapa que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como UNIDADE DIGITAL DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM MEIO MAGNÉTICO, as unidades digitais classificadas na NCM 8471.70.19, com as seguintes características:

I - ter a função única e exclusiva de armazenar dados em meio magnético de forma digital, tanto o gabinete principal como os possíveis gabinetes de expansão; e

II - ter como elemento de conexão física e lógica externa pelo menos a uma unidade de processamento digital, contidos na NCM: 8471.50.

§ 1º A UNIDADE DIGITAL DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM MEIO MAGNÉTICO (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM) poderá ser formada por gabinetes de expansão que possuem conexão física e lógica apenas com o gabinete principal.

§ 2º Para os gabinetes de expansão que não possuam placas de circuitos impressos, a etapa estabelecida no inciso I do art. 1º fica dispensada, mas deverão atender as etapas estabelecidas nos incisos II e III do art. 1º.

Art. 3º Ficam dispensados da obrigatoriedade de cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos de I a IV do § 1º do art. 1º, os seguintes componentes mecânicos: fechaduras, elementos de fixação e de vedação gasket, dobradiças, puxadores, peças injetadas de magnésio e peças injetadas em plástico com volume anual inferior a 5.000 (cinco mil) unidades.

Art. 4º Opcionalmente à obrigatoriedade constante no inciso V do § 1º do art. 1º, o percentual de 5% (cinco por cento) em aplicação em P&D poderá ser reduzido proporcionalmente até 2% (dois por cento), caso a empresa fabricante realize exportações anuais de até 10% (dez por cento) da sua produção anual, em quantidade.

Art. 5º Adicionalmente às informações e documentação prevista nesta Portaria, as empresas fabricantes deverão apresentar, quando aplicável, autorização do cedente da tecnologia quando da habilitação da empresa fabricante à redução ou isenção do IPI, prevista no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 6º Anualmente, as empresas fabricantes deverão encaminhar, até 31 de março do ano posterior, relatório contendo a quantidade de insumos adquiridos no mercado nacional e internacional, apresentando as seguintes informações:

I - nome do fornecedor;

II - especificações técnicas dos componentes/partes e peças; e

III - informar se os componentes/partes e peças adquiridos no mercado nacional foram produzidas de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos.

Art. 7º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 215, de 3 de novembro de 2010.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 30, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.012116/2007-70, de 26 de julho de 2007, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DIGITAL DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM MEIO MAGNÉTICO (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM), industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 216, de 3 de novembro de 2010, passa ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

II - integração das placas de circuito impresso montadas e dos demais subconjuntos elétricos e mecânicos na formação do produto final; e

III - formatação, configuração e testes finais.

§ 1º Alternativamente à obrigatoriedade estabelecida no inciso I, a empresa poderá optar pelo cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos abaixo:

I - corte, dobra e furação ou outro processo de puncionamento, corte a laser ou estampagem das chapas metálicas da estrutura mecânica e das partes de fechamento do gabinete ou alojamento (gavetas) de discos, tais como portas, tetos, laterais e tampas;

II - soldagem ou rebitagem das partes metálicas do gabinete ou alojamento (gaveta) de discos;

III - tratamento superficial e pintura das partes metálicas do gabinete ou alojamento (gaveta) de discos;

IV - injeção das partes plásticas do gabinete ou alojamento (gaveta de discos); e

V - investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicional de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do faturamento líquido no mercado interno advindo da comercialização das UNIDADES DIGITAIS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM MEIO MAGNÉTICO (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM).

§ 2º A etapa estabelecida no inciso I do caput deste artigo deverá contemplar a montagem e soldagem de todos os componentes na(s) placa(s) de circuito impresso que implementem pelo menos duas das seguintes funções:

I - comunicação com a unidade controladora do disco;

II - posicionamento da informação nos conjuntos de leitura e gravação;

III - leitura e gravação lógica da informação; e

IV - memória.

§ 3º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção definidas no caput e no §1º do art. 1º poderão ser realizadas por terceiros, exceto uma etapa que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como UNIDADE DIGITAL DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM MEIO MAGNÉTICO, as unidades digitais classificadas na NCM 8471.70.19, com as seguintes características:

I - ter a função única e exclusiva de armazenar dados em meio magnético de forma digital, tanto o gabinete principal como os possíveis gabinetes de expansão; e

II - ter como elemento de conexão física e lógica externa pelo menos a uma unidade de processamento digital, contidos na NCM: 8471.50.

§ 1º A UNIDADE DIGITAL DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM MEIO MAGNÉTICO (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM) poderá ser formada por gabinetes de expansão que possuem conexão física e lógica apenas com o gabinete principal.

§ 2º Para os gabinetes de expansão que não possuam placas de circuitos impressos, a etapa estabelecida no inciso I do art. 1º fica dispensada, mas deverão atender as etapas estabelecidas nos incisos II e III do art. 1º.

Art. 3º Ficam dispensados da obrigatoriedade de cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos de I a IV do § 1º do art. 1º, os seguintes componentes mecânicos: fechaduras, elementos de fixação e de vedação gasket, dobradiças, puxadores, peças injetadas de magnésio e peças injetadas em plástico com volume anual inferior a 5.000 (cinco mil) unidades.

Art. 4º Opcionalmente à obrigatoriedade constante no inciso V do § 1º do art. 1º, o percentual de 5% (cinco por cento) em aplicação em P&D poderá ser reduzido proporcionalmente até 2% (dois por cento), caso a empresa fabricante realize exportações anuais de até 10% (dez por cento) da sua produção anual, em quantidade.

Art. 5º Adicionalmente às informações e documentação prevista nesta Portaria, as empresas fabricantes deverão apresentar, quando aplicável, autorização do cedente da tecnologia quando da habilitação da empresa fabricante à redução ou isenção do IPI, prevista no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 6º Anualmente, as empresas fabricantes deverão encaminhar, até 31 de março do ano posterior, relatório contendo a quantidade de insumos adquiridos no mercado nacional e internacional, apresentando as seguintes informações:

I - nome do fornecedor;

II - especificações técnicas dos componentes/partes e peças; e

III - informar se os componentes/partes e peças adquiridos no mercado nacional foram produzidas de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos.

Art. 7º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 216, de 3 de novembro de 2010.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 31, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52000.020058/2006-77, de 29 de dezembro de 2006, resolvem:

Art. 1º Incluir a alínea "a", do inciso II, do § 6º, do art.1º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 232, de 24 de dezembro de 2009, que estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "NETBOOK e NOTEBOOK", com a seguinte redação:

"II - .....

a) caso o percentual estabelecido neste inciso não seja alcançado, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual, em unidades produzidas, até 30 de junho de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 32, DE 10 DE FEVEREIRO DE2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52000.020058/2006-77, de 29 de dezembro de 2006, resolvem:

Art. 1º Incluir a alínea "a", do inciso II, do § 6º, do art.1º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 231, de 24 de dezembro de 2009, que estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "NETBOOK e NOTEBOOK", produzido na Zona Franca de Manaus, com a seguinte redação:

"II - .....

a) caso o percentual estabelecido neste inciso não seja alcançado, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual, em unidades produzidas, até 30 de junho de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 33, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52000.020056/2006-88, de 29 de dezembro de 2006, resolvem:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Incluir a alínea "a", do inciso II, do § 6º, do art. 1º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 234, de 24 de dezembro de 2009, que estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, BASEADA EM MICROPROCESSADOR, E MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE (NCM: 8471.50.10), industrializado na Zona Franca de Manaus, com a seguinte redação:

"II - .....

a) caso o percentual estabelecido neste inciso não seja alcançado, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual, em unidades produzidas, até 30 de junho de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 34, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52000.020056/2006-88, de 29 de dezembro de 2006, resolvem:

Art. 1º Incluir a alínea "a", do inciso II, do § 6º, do art. 1º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 233, de 24 de dezembro de 2009, que estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, BASEADA EM MICROPROCESSADOR, E MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE (NCM: 8471.50.10), com a seguinte redação:

"II - .....

a) caso o percentual estabelecido neste inciso não seja alcançado, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual, em unidades produzidas, até 30 de junho de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 35, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.004525/2011-79, de 14 de dezembro de 2011, resolvem:

Art. 1º O processo produtivo básico para os produtos REFRIGERANTES (EXCETO DE GUARANÁ), REFRESCOS, BEBIDAS ISOTÔNICAS E BEBIDAS ENERGÉTICAS, industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 12, de 23 de fevereiro de 2000, passa a ser o seguinte

I - formulação do xarope simples ou do preparado;

II - adição do concentrado;

III - gaseificação (quando aplicável); e

IV - envasamento.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto uma delas, além da etapa de envasamento, que não poderão ser terceirizadas.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 12, de 23 de fevereiro de 2000.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 36, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 01200.007092/2001-54, de 14 de janeiro de 2002, resolvem:

Art. 1º Os Processos Produtivos Básicos para os produtos CARTÕES INTELIGENTES (smart cards), industrializados no País, estabelecidos pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 72, de 22 de março de 2011, passam a ser os seguintes:

I - CARTÕES INTELIGENTES COM CONTATO - LAMINADO:

a) fresamento da cavidade do cartão plástico;

b) separação e preparação do módulo do circuito integrado monolítico ou microchip;

c) aplicação do adesivo na cavidade do cartão; e

d) fixação do módulo do microchip no cartão.

II - CARTÕES INTELIGENTES COM CONTATO - INJETADO:

a) injeção plástica do cartão;

b) separação e preparação do módulo do microchip;

c) aplicação do adesivo na cavidade do cartão; e

d) fixação do módulo do microchip no cartão.

III - CARTÕES INTELIGENTES SEM CONTATO:

a) fresagem da folha de PVC (formação do calço);

b) impressão das folhas de PVC, quando aplicável;

c) montagem do microchip na antena; e

d) fusão (laminação) do conjunto calço, antena, folhas de PVC e folha de cristal de PVC.

§ 1º Todas as etapas dos Processos Produtivos Básicos acima descritas deverão ser realizadas no País.

§ 2º Desde que obedecidos os Processos Produtivos Básicos, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção estabelecidas neste artigo poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas estabelecidas nos incisos "c" e "d" dos incisos I e II e a alínea "d" do inciso III, que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 3º A etapa estabelecida na alínea "a" do inciso II, referente à injeção plástica do cartão, deverá atender ao seguinte cronograma, tendo como base o percentual, em quantidade de cartões produzidos, no ano-calendário:

I - de 1º de outubro de 2009 até 31 de dezembro de 2010: dispensada;

II - de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011: 50% (cinquenta por cento); e

III - de 1º de janeiro de 2012 em diante: 90% (noventa por cento).

§ 4º O cumprimento do percentual estabelecido no inciso II do § 3º poderá ser dispensado mediante aplicação de percentual adicional de 2% (dois por cento) sobre o faturamento bruto incentivado da empresa, no ano-calendário de 2012, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos dos arts. 3º e 4º desta Portaria.

§ 5º Os cartões plásticos mencionados no inciso I deverão ser produzidos no País a partir da fusão das folhas plásticas.

Art. 2º Os circuitos integrados monolíticos mencionados nos incisos I, II e III do art. 1º deverão atender, a partir de 1º de janeiro de 2010, ao seguinte Processo Produtivo Básico, para um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da produção do ano-calendário.

I - montagem de pastilha semicondutora, não encapsulada;

II - encapsulamento da pastilha montada;

III - teste (ensaio) elétrico ou optoeletrônico; e

IV - marcação (identificação).

§ 1º Os circuitos integrados monolíticos ou microchips de que trata este artigo poderão ser adquiridos de terceiros, desde que cumprido o Processo Produtivo Básico estabelecido neste artigo.

§ 2º Caso o percentual referido no caput não seja alcançado, para a produção referente ao ano-calendário de 2010, no todo ou em parte, a empresa fabricante ficará obrigada a cumprir a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2011, sem prejuízo das obrigações correntes de cada ano-calendário.

§ 3º O prazo constante do § 2º poderá ser estendido até 31 de dezembro de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes, mediante aplicação de percentual adicional de 1% (um por cento) sobre o faturamento incentivado da empresa, do ano de 2010, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos dos arts. 3º e 4º desta Portaria.

§ 4º Caso o percentual referido no caput não seja alcançado, para a produção referente ao ano-calendário de 2011, no todo ou em parte, a empresa fabricante ficará obrigada a cumprir a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes de cada ano-calendário.

§ 5º O prazo constante do § 4º poderá ser estendido até 31 de dezembro de 2013, sem prejuízo das obrigações correntes, mediante aplicação de percentual adicional de 1% (um por cento) sobre o faturamento incentivado da empresa, do ano de 2011, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos dos arts. 3º e 4º desta Portaria.

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2014, o percentual estabelecido no caput deste artigo passa a ser de 90% (noventa por cento).

§ 7º Para os cartões sem contato, constantes do inciso III do art. 1º, o disposto no caput deste artigo fica temporariamente dispensado.

Art. 3º Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, adicionais aos exigidos pela legislação, a que se refere esta Portaria, serão calculados sobre o faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de CARTÕES INTELIGENTES, com fruição do benefício fiscal, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de bens da mesma forma incentivados.

Art. 4º Os investimentos referidos no art. 3º serão aplicados em projetos previamente aprovados pela SEPIN/MCTI e realizados sob a forma de convênio com Instituições de Ensino e Pesquisa credenciadas pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

Art. 5º As empresas deverão apresentar à Secretaria de Política de Informática - SEPIN, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e à Secretaria do Desenvolvimento da Produção - SDP, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, até 31 de março de cada ano, relatório específico demonstrando o cumprimento das obrigações constantes desta Portaria, relativas ao ano anterior, contemplando pelo menos:

I - total de produtos vendidos no mercado nacional com a utilização dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

II - quantidades de insumos adquiridos no mercado nacional e produzidos de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos;

III - nome do fornecedor; e

IV - informações referentes à utilização dos percentuais, previstos nesta Portaria.

§ 1º As informações deverão ser encaminhadas por meio de ofício e em meio digital.

§ 2º O não envio das informações citadas neste artigo, bem como o não cumprimento de quaisquer dispositivos estabelecidos nesta portaria, caracterizará o descumprimento do Processo Produtivo Básico, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa dos Processos Produtivos Básicos poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 72, de 24 de março de 2011.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 37, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.007092/2001-54, de 14 de janeiro de 2002, resolvem:

Art. 1º Os Processos Produtivos Básicos para os produtos CARTÕES INTELIGENTES (smart cards), industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecidos pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 73, de 22 de março de 2011, passam a ser os seguintes:

I - CARTÕES INTELIGENTES COM CONTATO - LAMINADO:

a) fresamento da cavidade do cartão plástico;

b) separação e preparação do módulo do circuito integrado monolítico ou microchip;

c) aplicação do adesivo na cavidade do cartão; e

d) fixação do módulo do microchip no cartão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - CARTÕES INTELIGENTES COM CONTATO - INJETADO:

a) injeção plástica do cartão;

b) separação e preparação do módulo do microchip;

c) aplicação do adesivo na cavidade do cartão; e

d) fixação do módulo do microchip no cartão.

III - CARTÕES INTELIGENTES SEM CONTATO:

a) fresagem da folha de PVC (formação do calço);

b) impressão das folhas de PVC, quando aplicável;

c) montagem do microchip na antena; e

d) fusão (laminação) do conjunto calço, antena, folhas de PVC e folha de cristal de PVC.

§ 1º Todas as etapas dos Processos Produtivos Básicos acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as etapas constantes das alíneas "a" dos incisos I e II, que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º Desde que obedecidos os Processos Produtivos Básicos, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção estabelecidas neste artigo poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas estabelecidas nos incisos "c" e "d" dos incisos I e II e a alínea "d" do inciso III, que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 3º A etapa estabelecida na alínea "a" do inciso II, referente à injeção plástica do cartão, deverá atender ao seguinte cronograma, tendo como base o percentual, em quantidade de cartões produzidos, no ano-calendário:

I - de 1º de outubro de 2009 até 31 de dezembro de 2010: dispensada;

II - de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011: 50% (cinquenta por cento); e

III - de 1º de janeiro de 2012 em diante: 90% (noventa por cento).

§ 4º O cumprimento do percentual estabelecido no inciso II do § 3º poderá ser dispensado mediante aplicação de percentual adicional de 2% (dois por cento) sobre o faturamento incentivado da empresa, no ano-calendário de 2012, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos dos art. 3º e 4º desta Portaria.

§ 5º Os cartões plásticos mencionados no inciso I deverão ser produzidos no País a partir da fusão das folhas plásticas.

Art. 2º Os circuitos integrados monolíticos mencionados nos incisos I, II e III do art. 1º deverão atender, a partir de 1º de janeiro de 2010, ao seguinte Processo Produtivo Básico, para um percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da produção do ano-calendário.

I - montagem de pastilha semicondutora, não encapsulada;

II - encapsulamento da pastilha montada;

III - teste (ensaio) elétrico ou optoeletrônico; e

IV - marcação (identificação).

§ 1º Os circuitos integrados monolíticos ou microchips de que trata este artigo poderão ser adquiridos de terceiros, em qualquer região do País, desde que cumprido o Processo Produtivo Básico estabelecido neste artigo.

§ 2º Caso o percentual referido no caput não seja alcançado, para a produção referente ao ano-calendário de 2010, no todo ou em parte, a empresa fabricante ficará obrigada a cumprir a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2011, sem prejuízo das obrigações correntes de cada ano-calendário.

§ 3º O prazo constante do § 2º poderá ser estendido até 31 de dezembro de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes, mediante aplicação de percentual adicional de 1% (um por cento) sobre o faturamento incentivado da empresa, do ano de 2010, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos dos art. 3º e 4º desta Portaria.

§ 4º Caso o percentual referido no caput não seja alcançado, para a produção referente ao ano-calendário de 2011, no todo ou em parte, a empresa fabricante ficará obrigada a cumprir a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2012, sem prejuízo das obrigações correntes de cada ano-calendário.

§ 5º O prazo constante do § 4º poderá ser estendido até 31 de dezembro de 2013, sem prejuízo das obrigações correntes, mediante aplicação de percentual adicional de 1% (um por cento) sobre o faturamento incentivado da empresa, do ano de 2011, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos dos art. 3º e 4º desta Portaria.

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2014, o percentual estabelecido no caput deste artigo passa a ser de 90% (noventa por cento).

§ 7º Para os cartões sem contato, constantes do inciso III do art. 1º, o disposto no caput deste artigo fica temporariamente dispensado.

Art. 3º Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, adicionais aos exigidos pela legislação, a que se refere esta Portaria, serão calculados sobre o faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de CARTÕES INTELIGENTES, com fruição do benefício fiscal, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de bens da mesma forma incentivados.

Art. 4º Os investimentos referidos no art. 3º serão aplicados em projetos previamente aprovados pela Suframa, realizados em parceria com Instituições de Ensino e Pesquisa credenciadas pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA.

Art. 5º As empresas deverão apresentar à Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, até 31 de março de cada ano, relatório específico demonstrando o cumprimento das obrigações constantes desta Portaria, relativas ao ano anterior, contemplando pelo menos:

I - total de produtos vendidos no mercado nacional com a utilização dos benefícios fiscais da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991;

II - quantidades de insumos adquiridos no mercado nacional e produzidos de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos;

III - nome do fornecedor; e

IV - informações referentes à utilização dos percentuais, previstos nesta Portaria.

§ 1º As informações deverão ser encaminhadas por meio de ofício e em meio digital.

§ 2º O não envio das informações citadas neste artigo, bem como o não cumprimento de quaisquer dispositivos estabelecidos nesta portaria, caracterizará o descumprimento do Processo Produtivo Básico, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no § 9º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e no art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa dos Processos Produtivos Básicos poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 73, de 24 de março de 2011.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 77, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea i do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para compor comissões técnicas para o desenvolvimento de instrumentos efetivos de operacionalização de Programas de Avaliação da Conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 76, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2011, seção 1, páginas 172 e 173, que aprovou a primeira revisão do Regimento Interno das Comissões Técnicas para assessorar o Inmetro no desenvolvimento destes Programas, resolve:

Art. 1º Criar a Comissão Técnica para os "Programas de Avaliação da Conformidade de Panelas", com a seguinte composição:

I - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

a) Coordenação Geral de Acreditação - Cgcre;

b) Diretoria da Qualidade - Dqual;

c) Diretoria de Metrologia Científica - Dimci;

d) Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ;

II - APL de Utensílios Domésticos e Produtos em Alumínio do Sudoeste do Paraná;

III - Associação Brasileira do Alumínio - ABAL;

IV - Avaliações Brasil da Conformidade e Ensaios Ltda. - Abrace;

V - Associação do Aço do Rio Grade do Sul - AARS;

VI - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos - Eletros;

VII - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC;

VIII - Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL;

IX - Instituto Falcão Bauer da Qualidade - IFBQ;

X - Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais Não Ferrosos no Estado de São Paulo - Siamfesp, e

XI - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul - Simecs.

Parágrafo Único - Cada uma das instituições supramencionadas deverá ser representada por um titular e um suplente, conforme estabelecido no Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão Técnica ora criada tem como objetivo propor instrumentos efetivos de operacionalização, implementação e melhoria das atividades relativas aos Programas de Avaliação da Conformidade de Panelas.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera o art. 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI , VII, VIII, IX e X, §§ 1º e 2º, acrescenta o § 3º ao art. 2º e altera o art. 5º, inciso VIII, da Resolução nº 6, de 6 de agosto de 2009, que constitui o Grupo de Trabalho de Sistemas, no âmbito da Secretaria-Executiva do CGSIM; altera o art. 5º, inciso III, art. 2º, §§ 1º e 2º da Resolução nº 7, de 6 de agosto de 2009, que constitui o Grupo de Trabalho de Normas, no âmbito da Secretaria-Executiva do CGSIM; altera o art. 5º, inciso VII, art. 2º, §§ 1º e 2º da Resolução nº 8, de 6 de agosto de 2009, que constitui o Grupo de Trabalho de Licenciamento e Avaliação de Risco, no âmbito da Secretaria Executiva do CGSIM; altera o art. 5º, incisos VII e VIII, art. 2º, §§ 1º e 2º da Resolução nº 19, de 9 de abril de 2010, que constitui o Grupo de Trabalho de Comunicação, no âmbito da Secretaria-Executiva do CGSIM; altera o art. 1º da Resolução nº 05, de 06 de agosto de 2009.

O COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM, consoante deliberação tomada em reunião de 8 de dezembro de 2011 e no uso das competências que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 6.884, de 25 de junho de 2009, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 6, de 6 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - um representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que terá a incumbência de coordenação do Grupo de Trabalho;

II - um representante do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

III - um representante da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG-BR;

IV - um representante do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ;

V - um representante dos Integradores Estaduais conveniados;

VI - um representante da Coordenação-Geral de Modernização e Informática da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VII - um representante da Associação Nacional de Presidentes de Juntas Comerciais ANPREJ;

VIII - um representante das entidades de representação nacional dos Municípios brasileiros que cumprirem os requisitos do art. 2º, § 3º, da Lei Complementar nº 123; de 14 de dezembro de 2006;

XI - um representante da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF; e

X - um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Art. 2º Os parágrafos 1º e 2º do art. 2º, da Resolução nº 6, de 6 de agosto de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Os representantes, titulares e suplentes, das entidades referidas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e IX serão indicados à Secretaria Executiva do CGSIM, pelo órgão ou entidade a ser representada, por via epistolar.

§ 2º O representante da entidade referida no inciso VIII será indicado, à Secretaria Executiva do CGSIM, pelo membro titular que a represente no CGSIM, por via epistolar".

Art. 3º Acrescenta o parágrafo 3º ao art. 2º, da Resolução nº 6, de 6 de agosto de 2009, com a seguinte redação:

§ 3º O representante referido no inciso V será indicado pelos órgãos estaduais responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção dos respectivos Integradores Estaduais aderentes, por via epistolar.

..... (NR)"

Art. 4º O art. 5º, inciso VIII, da Resolução nº 6, de 6 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

VIII - propor ao CGSIM texto de resolução ou portaria referente a temas de sua competência, que deverá ser enviado ao Grupo de Trabalho de Normas, nos termos da Resolução CGSIM Nº. 07/2009, para que sejam revistos previamente os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica normativa, propondo a redação final a ser encaminhada ao CGSIM;

..... (NR)"

Art. 5º Os parágrafos 1º e 2º, do art. 2º, da Resolução nº 7, de 6 de agosto de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Os representantes, titulares e suplentes, das entidades referidas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, IX e X serão indicados à Secretaria Executiva do CGSIM, pelo órgão ou entidade a ser representada, por via epistolar.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º O representante da entidade referida no inciso VIII será indicado, à Secretaria Executiva do CGSIM, pelo membro titular que a represente no CGSIM, por via epistolar.

..... (NR)"

Art. 6º O art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 6 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

III - revisar previamente as propostas de resolução ou portaria sob os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica normativa, propondo a redação final a ser encaminhada ao CGSIM;

..... (NR)"

Art. 7º Os parágrafos 1º e 2º, do art. 2º, da Resolução nº 8, de 6 de agosto de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O representante da entidade referida no inciso I será indicado, à Secretaria Executiva do CGSIM, pelo membro titular que a represente no CGSIM, por via epistolar.

§ 2º Os representantes, titulares e suplentes, das entidades referidas nos incisos II, III, IV e V serão indicados à Secretaria Executiva do CGSIM, pelo órgão ou entidade a ser representada, por via epistolar.

..... (NR)"

Art. 8º O art. 5º, inciso VII, da Resolução nº 8, de 6 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

VII - propor ao CGSIM texto de resolução ou portaria referente a temas de sua competência, que deverá ser enviado ao Grupo de Trabalho de Normas, nos termos da Resolução CGSIM Nº. 07/2009, para que sejam revistos previamente os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica normativa, propondo a redação final a ser encaminhada ao CGSIM;

..... (NR)"

Art. 9º Os parágrafos 1º e 2º, do art. 2º, da Resolução nº 19, de 9 de abril de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Os representantes, titulares e suplentes, das entidades referidas nos incisos I, II, III, IV, VI e VII serão indicados à Secretaria Executiva do CGSIM, pelo órgão ou entidade a ser representada, por via epistolar.

§ 1º O representante da entidade referida no inciso V será indicado, à Secretaria Executiva do CGSIM, pelo membro titular que a represente no CGSIM, por via epistolar.

..... (NR)"

Art. 10 O artigo 5º, incisos VII e VIII, da Resolução nº 19, de 9 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

VII - propor a divulgação das ações e projetos em andamento em relação à REDESIM;

VIII - propor ao CGSIM texto de resolução ou portaria referente a temas de sua competência, que deverá ser enviado ao Grupo de Trabalho de Normas, nos termos da Resolução CGSIM Nº. 07/2009, para que sejam revistos previamente os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica normativa, propondo a redação final a ser encaminhada ao CGSIM;

..... (NR)"

Art. 11 O art. 1º da Resolução nº 05, de 06 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º Fica instituído Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) com o objetivo de assessorar a Secretaria-Executiva do Comitê para Gestão da REDESIM - CGSIM, composto, por titulares e suplentes, de cada um dos órgãos e entidades participantes de que trata o art. 3º do Decreto nº 6.884, de 25 de junho de 2009.

..... (NR)"

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Comitê

Ministério do Meio Ambiente

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RETIFICAÇÕES

No art. 16, inciso I, da Resolução nº 420, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, de 28 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2009, Seção 1, páginas 81 a 84, onde se lê "artigos 16, 17 e 18", leia-se "artigos 17, 18 e 19"; no art. 16, inciso II, onde se lê "artigo 12", leia-se "artigo 13"; e no art. 16, inciso III, onde se lê "artigo 19", leia-se "artigo 20";

No Anexo III da Resolução CONAMA nº 420, de 2009, onde se lê "Fluxograma das etapas de gerenciamento de áreas contaminadas, conforme preconizado no art. 21", leia-se "Fluxograma das etapas de gerenciamento de áreas contaminadas, conforme preconizado no art. 23."

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6 de 1º de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2010, resolveu outorgar à:

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, rio Araguaia, Município de Alto Araguaia/Mato Grosso, esgotamento sanitário.

O inteiro teor da Resolução de outorga e seu anexo 1, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001 e no art. 31 do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º.....

.....

(...)

"Art 4º-A Nos casos de dispensa estabelecidos no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 1993, deverá ser comprovada pelas pessoas jurídicas a quitação com o INSS, FGTS e Fazenda Federal e, pelas pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal." (NR)

"Art. 5º A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI é o órgão responsável pelo planejamento e funcionamento do SICAF e pela orientação aos usuários." (NR)

(...)

"Art.12.....

.....

Parágrafo único. Quando houver alteração da linha de fornecimento, o fornecedor deverá atualizar a informação." (NR)

(...)

"Art. 19. O balanço patrimonial apresentado pelo empresário ou sociedade empresária, para fins de habilitação no SICAF, deve ser registrado na Junta Comercial. (NR)

§ 1º A Administração poderá exigir, para confrontação com o balanço patrimonial as informações prestadas pelo interessado à Receita Federal do Brasil. (NR)

§ 2º As pessoas jurídicas, não previstas no caput deste artigo, deverão apresentar o balanço patrimonial com assinatura de seu representante legal e do contador responsável, em cópia autenticada ou via original." (NR)

(...)

"Art. 25.....

.....

§ 1º A unidade cadastradora encaminhará a solicitação prevista no caput ao Departamento de Logística e Serviços Gerais - DLSG da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. (NR)

§ 2º A exclusão prevista no caput não poderá ser efetivada quando o cadastrado estiver executando obrigações contratuais ou cumprindo sanção ou pena registrada no SICAF."

(...)

"Art. 29. Os servidores incumbidos de cadastrar os fornecedores no SICAF serão indicados e/ou designados pelo dirigente da Unidade Administrativa para obtenção de credenciamento e acesso ao sistema por meio de senha, a ser concedida pelo cadastrador parcial dos órgãos setoriais e seccionais do SISG." (NR)

(...)

"Art. 36. O registro cadastral no SICAF, bem como a sua renovação, serão válidos em âmbito nacional pelo prazo de um ano, sendo que o registro cadastral inicial passa a vigorar a partir da validação da documentação no Sistema pela Unidade Cadastradora, conforme estabelecido no § 2º do art. 8º desta norma." (NR)

(...)

"Art. 40.....

.....

(...)

§ 2º A aplicação da sanção prevista no inciso IV deste artigo impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (NR)

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V deste artigo impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção:

I - da União, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade da União;

II - do Estado ou do Distrito Federal, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade do Estado ou do Distrito Federal; ou

III - do Município, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade do Município." (NR)

(...)

"Art. 42. Decorrido o prazo da penalidade registrada no Sistema, o fornecedor estará apto a participar de licitações e contratações públicas.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica à declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o fornecedor deverá requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DELFINO NATAL DE SOUZA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

PORTARIA Nº 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAPÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, Seção 2, Página 75, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro e demais elementos que integram o processo nº 05315.000470/2011-12, resolve:

Art. 1º Aceitar a Doação, sem ônus, que faz o município de Laranjal do Jarí/AP à União, do imóvel urbano constituído de terreno com 5.721,28m², situado na Quadra 07, Setor 13, Lotes 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, Gleba Samaúma, Bairro Loteamento Cajarí I, Município de Laranjal do Jarí/AP, com as características e confrontações na matrícula 001, Livro nº 2, folhas 001/001 - V, datada de 08/04/1994, do registro de imóveis no cartório de Laranjal do Jarí, Estado do Amapá.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à instalação da Subseção da Justiça Federal em Laranjal do Jarí/AP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LIELY GONÇALVES DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 15, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA PARAÍBA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria/SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como, alínea "a", do inciso II, do art. 2º, da Portaria nº 144, de 09 de julho de 2001, e os elementos que integram o Processo nº 04931.001359/2011-13, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Gratuito à Prefeitura Municipal de Mulungu-PB, do imóvel constituído por terreno urbano, localizado na Rua Projetada, s/nº, Centro, na cidade de Mulungu - Estado da Paraíba, avaliado em R$ 329.415,98 (Trezentos e vinte e nove mil quatrocentos e quinze reais e noventa e oito centavos), que se destina a regularização do Uso de uma Creche e um Posto do PSF (Programa de Saúde da Família), adquirido por incorporação em razão da extinção da LBA - Legião Brasileira de Assistência, conforme a averbação do Registro do imóvel às margens do Livro B-2, fls. 66, sob o nº 127, datada de 14/11/2006, nas notas do Oficial José da Silva Segundo, Tabelião Público da Comarca de Alagoinha - PB, com as seguintes características e confrontações: Terreno com área total de 8.389,75m², que se limita ao Norte com o Rio Mamanguape, com 95,00m; ao Sul com a Rua projetada, com 85,00m; ao Leste com o Cemitério local, com 100,00m; e a Oeste com a Rua Projetada, com 85,00m; o terreno é constituído de duas Edificações, sendo: uma creche localizada na Rua Projetada, s/nº, com 332,28m² de área construída; e outro imóvel, onde funciona um Posto do PSF (Programa de Saúde da Família), perfazendo uma área construída de 692,28m²; As edificações estão implantadas em um terreno urbano, na cidade de Mulungu - Estado da Paraíba.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se a regularização do Uso de uma Creche e um Posto do PSF (Programa de Saúde da Família), administrados pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. A cessão terá vigência pelo prazo de dez anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 3º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLA ALMEIDA BANDEIRA
DE MIRANDA PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 7, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO PARANÁ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº. 40 de 18 de março de 2009 publicada no DOU, Seção 2, em 20 de março de 2009 e nº. 200 de 29 de junho 2010, publicada em 30 de junho de 2010, ambas da Secretaria do Patrimônio da União, e, tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do novo Código Civil Brasileiro de 2002, e os elementos que integram o Processo nº 04936.000041/2006-08 resolve:

Art. 1º Aceitar por Escritura Pública de Desapropriação de imóvel, na forma do Artigo 3º do Decreto 56.274, de 10 de maio de 1965, o imóvel constituído por um terreno situado na Fazenda Capão, no Município de Pinhais/PR, com área de 159,72 ha, sem benfeitoria, objeto da Transcrição das Transmissões sob nº de Ordem 39.126 da 3ª Circunscrição do Registro Imobiliário da Comarca de Piraquara/PR.

Art. 2º O imóvel a que se refere o Art. 1º foi desapropriado visando a ampliação das obras da Fazenda Experimental da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná.

Art. 3º esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 8, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SPU/RN, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 474, de 12.06.2003, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e de acordo com o artigo 22 da Lei nº 9.636, de 15/05/1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.725, de 10/1/ 2001 e Portaria nº 06/SPU de 31.01.2001, resolve:

Art. 1º Declarar regularizada, sob o regime de Permissão de uso, a título oneroso e precário, ao Serviço Social do Comércio - SESC-AR/RN, cadastrado no CNPJ nº 03.591.097/0001-42, da área de uso comum do povo, com 2.244,00m², na praia Pirangi do Norte, Parnamirim/RN, para instalação de estruturas para a realização do evento denominado "PARCERIAS SINFÔNICAS/SESC" , parte da programação cultural do "CIRCUITO SESC INTERTV CABUGI", que se realizou no dia 28 de Janeiro de 2012, de acordo com os elementos constantes do Processo nº 04916.000894/2012-10.

Art. 2º Foi cobrado do Permissionário o valor total de R$ 3.092,02 (três mil, noventa e dois reais e dois centavos), sendo R$ 2.642,02 (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e dois centavos), referente à retribuição pela Permissão de Uso, e R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais) a título de ressarcimento do custo administrativo da União, nos termos do disposto no parágrafo 6º, art. 14 do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3º Durante o período a que se refere a presente Permissão de Uso, o Permissionário fica obrigado afixar na área em que se realizou o evento e em locais visíveis ao público, 01 (um) banner horizontal ou placa, confeccionado segundo o Manual de Placas da SPU e modelo encaminhado ao Permissionário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 6, de 26 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 6 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, referente à Permissão de Uso, a título oneroso e precário ao VMAS Serviços Promocionais e Logisíticas LTDA-ME/RN, onde se lê: "Permitir o uso", leia-se "Declarar regularizada, sob regime de Permissão de uso"; e onde se lê: "que se realizará" leia-se "que se realizou".

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 8, DE 31 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, Inciso VII, da Portaria n.º 200, de 29 de julho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e, tendo em vista o disposto no art.º 6º, do Decreto-lei 2398/87, com nova redação dada pelo art 33 da Lei n.º 9636, de 15 de maio de 1998, e, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo n.º 04967.009279/2010-18 resolve;

Art.1º Autorizar o INEA - Instituto Estadual do Ambiente a realizar obra, em área de domínio da União, na Baía de Sepetiba, Município do Rio de Janeiro, Estado Rio do Janeiro, para executar obras de engordamento da Praia de Sepetiba, conforme projeto.

Art. 2º A obra se destina a recuperação ambiental da Praia de Sepetiba e revitalização da região.

Art. 3º As áreas a que se referem o Art.º 1 assim se descrevem e caracterizam:

§1º - A área denominada de 01

Partindo do ponto P-15 com coordenada Norte= 7.459.401,186 e coordenada leste= 631.900,067. distância de 81,614 metros e azimute 240°41 '46", chegamos ao ponto P- 01, limitando-se com o terreno da base aérea de Sepetiba. Partindo do ponto P-01 com coordenada Norte= 7.459.361,241 e coordenada Este= 631,828,897, distância de 289,54 metros e azimute 236°53'20", chegamos ao ponto P-31, limitando-se com o terreno da base aérea de Sepetiba. Partindo do ponto P-31 com coordenada Norte= 7.459.203,078 e coordenada Este= 631.586,378, distância de 187,90 metros e azimute 267° 13'52", chegamos ao ponto N-01, limitando-se com o terreno da base aérea de Sepetiba. Partindo do ponto N-01 com coordenada Norte= 7.459.194,000 e coordenada Este= 631.398,693, distância de 187,62 metros e azimute 189°56'02", chegamos ao ponto N-02, limitando-se com o terreno da base aérea de Sepetiba. Partindo do ponto N-02 com coordenada Norte= 7.459.018,060 e coordenada Este= 631.367,879, distância de 945,523 metros e azimute 111°26'21", chegamos ao ponto N-03, limitando-se com o oceano atlântico. Partindo do ponto N-03 com coordenada Norte= 7.458.672,459 e coordenada Este= 632.247,978, distância de 1.522,933 metros e azimute 138°42'55", chegamos ao ponto N-04, limitando-se com o oceano atlântico. Partindo do ponto N-04 com coordenada Norte- 7.457.528,068 e coordenada Este= 633.252,813, distância de 39,923 metros e azimute 43°05'09", chegamos ao ponto N-05, limitando-se com o terreno do corpo de bombeiros da praia de Sepetiba. Partindo do ponto N- 05 com coordenada Norte= 7.457.557,225 e coordenada Este= 633.280,084, distância de 459,139 metros e azimute 331°20'45", chegamos ao ponto P-14, limitando-se com a rua da praia de Sepetiba. Partindo do ponto P-14 com coordenada Norte= 7.457.960,133 e coordenada Este= 633.059,916, distância de 533,553 metros e azimute 332°02'36", chegamos ao ponto P-05, limitando-se com a rua da praia de Sepetiba. Partindo do ponto P-05 com coordenada Norte= 7.458.431,422 e coordenada Este= 632.809,784, distância de 315,788 metros e azimute 327°38'33", chegamos ao ponto P-20, limitando-se com a rua da praia de Sepetiba. Partindo do ponto P-20 com coordenada Norte= 7.458.698,176 e coordenada Este= 632.640,774, distância de 200,268 metros e azimute 322°39'31", chegamos ao ponto P-19,limitando-se com a rua da praia de Sepetiba. Partindo do ponto P-19 com coordenada Norte= 7.458.857,396 e coordenada Este= 632.519,299, distância de 403,284 metros e azimute 319°32'56", chegamos ao ponto N-05, limitando-se com a rua da praia de Sepetiba. Partindo do ponto N-05 com coordenada Norte= 7.459.164,279 e coordenada Este= 632;257,649, distância de 197,458 metros e azimute 304°55'54", chegamos ao ponto P-16, limitando-se com a rua da praia de Sepetiba. Partindo do ponto P-16 com coordenada Norte= 7.459.277,343 e coordenada Este= 632.095,766, distância de 231,593 metros e azimute 302° 19'36", chegamos ao ponto P-15, limitando-se com a rua da praia de Sepetiba, assim fechando a poligonal com área de 746.108,012m² e perímetro de 5.587,098m.

§2° - A área denominada de 02 é a área da jazida próxima a restinga da Marambaia, sendo esta área submersa na Baia de Sepetiba, com aproximadamente 280.000,00m² e perímetro de 2.857,220m, na localidade de Sepetiba, situada no município do Rio de Janeiro/RJ:

Partindo do ponto P-01 com coordenada Norte= 7.451.475,000 e coordenada Este= 635.620,000, distância de 1236,942 metros e azimute 295°06'53", chegamos ao ponto P-04. Partindo do ponto P-04 com coordenada Norte= 7.452.000,000 e coordenada Este= 634.500.000, distância de 500,000 metros e azimute 180°00'00", chegamos ao ponto P-08. Partindo do ponto P-08 com coordenada Norte= 7.451.500,000 e coordenada Este= 634.500.000, distância de 1.120,28 metros e azimute 91°16'43", chegamos ao ponto P-01, fechando a poligonal com área de 280.000m² e perímetro de 2.857,220m.

§3° - A área denominada de 03 é a área da jazida em fase de prospecção, sendo esta área submersa na Baia de Sepetiba, com aproximadamente 1.824.191,904m² e perímetro de 6.333,149m, na localidade de Sepetiba, situada no município do Rio de Janeiro/RJ:

Partindo do ponto BZ-37 com coordenada Norte= 7.461.060,320 e coordenada Este= 629.002,210, azimute 210°05'10" e distância de 999,50 metros, chegamos ao ponto BZ-21. Partindo do ponto BZ-21, com coordenada Norte= 7.460.195,480 e coordenada Este= 628.501,160, com azimute 119°16'36" e distância de 764,903 metros, chegamos ao ponto BZ-21A. Partindo do ponto BZ-21A com coordenada Norte= 7.458.897,380 e coordenada Este= 627.749,100, azimute de 119°16'36" e distância de 634,487 metros, chegamos ao ponto BZ-21B. Partindo do ponto BZ-21B com coordenada Norte= 7.458.587,090 e coordenada Este= 628.302,54, azimute de 35°02'52" e distância de 1500,00 metros, chegamos ao ponto BZ-11. Partindo do ponto BZ-11 com coordenada Norte= 7.459.821,420 e coordenada Este= 629.168,360, com azimute 35°02'52" e distância de 701,60 metros, chegamos ao ponto BZ-64. Partindo do ponto BZ-64 com coordenada Norte= 7.460.395,800 e coordenada Este 629.571,260, com azimute 358°25'38" e distância de 345,38 metros, chegamos ao ponto BZ-59. Partindo do ponto BZ-59, com coordenada Norte= 7.460.741,05 e coordenada Este= 629.561,780, com azimute 299°42'27"e distância de 644,25 metros, chegamos ao ponto BZ-37, fechando a poligonal com área de 1.824.191,904m² e perímetro total 6.333,149 metros.

§4° - A área denominada de 04 é a área do canteiro de obras, sendo esta área localizada na rua praia de Sepetiba n° 696, com aproximadamente 2.098,957m² e perímetro de 212,121m, na localidade de Sepetiba, situada no município do Rio de Janeiro/RJ:

Partindo do ponto P-01 com coordenada Norte= 7.458.166,523 e coordenada Este= 632.974,294, distância de 39,53 metros e azimute 152°34'33", chegamos ao ponto P- 02. Partindo do ponto P-02 com coordenada Norte- 7.458.131,438 e coordenada Este= 632.992,499, distância de 19,37 metros e azimute 59°42'43", chegamos ao ponto P-03. Partindo do ponto P-03 com coordenada Norte= 7.458.141,210 e coordenada Este= 633.009,230, distância 2,97 metros e azimute 58°35'31", chegamos ao ponto P-04. Partindo do ponto P-04 com coordenada Norte= 7.458.142,759 e coordenada Este=633.011,768, distância de 7,30 metros e azimute 32º23'53", chegamos ao ponto P-05.Partindo do ponto P-05 com coordenada Norte= 7.458.148,708 e coordenada Este = 633.015,995, distância de 7,26 metros e azimute 52°22'48", chegamos ao ponto P-06. Partindo do ponto P-06 com coordenada Norte= 7.458.153,139 e coordenada Este= 633.021,744, distância de 19,89 metros e azimute 140°56'24", chegamos ao ponto-P-07. Partindo do ponto P-07 com coordenada Norte= 7.458.137,695 e cordenada Este= 633.034,277, distância de 7,22 metros e azimute 54°39'44", chegamos ao ponto P-08. Partindo do ponto P-08 com coordenada Norte= 7.458.141,874 e coordenada Este= 633.040,170, distância de 15,03 metros e azimute 333°14'59", chegamos ao ponto P-09. Partindo do ponto P-09 com coordenada Norte= 7.458.155,296 e coordenada Este= 633.033,405, distância de 0,53 metros e azimute 42°52'34", chegamos ao ponto P-10. Partindo do ponto P-10 com coordenada Norte= 7.458.155,686 e coordenada Este= 633.033,767, distância de 15,36 metros e azimute 354°59'35", chegasse ao ponto P-11. Partindo do ponto P-11 com coordenada Norte= 7.458.170,987 e coordenada Este= 633.032,427, distância de 21,66 metros e azimute 338°43'20", chegamos ao ponto P-12. Partindo do ponto P-12 com coordenada Norte= 7.458.191,173 e coordenada Este= 633.024,565, distância de 55,99 metros e azimute 243°52'44", chegamos ao ponto P-01 fechando a poligonal com área de 2.098,957m² e perímetro de 212,121m.

Art. 4º As áreas referidas no Art. 3º, estão com projeção de coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), DATUM horizontal SAD 69.

Art. 5º A presente autorização não exime o INEA, de obter antes do efetivo inicio das obras, todos os licenciamentos e autorizações necessários para realização da mesma, emanadas dos órgãos competentes bem como observar rigorosamente a legislação de regência e os regulamentos daqueles órgãos.

Art. 6º A presente autorização é concedida, por um prazo de 12 meses, em caráter precário, para a implantação do projeto.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA ESTEVES

PORTARIA Nº 9, DE 31 DE JANEIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 200, de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no art.º a nova redação dada pelo art. 33 da lei 9636/98 e com os elementos que integram o Processo Administrativo n.º 04967.027740/2011-97 resolve:

Art.1º Autorizar o INPH - Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias, vinculado a Secretária de Portos -SEP, da Presidência da República, a realizar obra em espelho d'água e solo subaquático em área com 150m², no Mar Territorial Brasileiro, na zona ante-praia, da localidade denominada Praia do Leme, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A área a que se refere o Art. 1º assim se descreve e caracteriza; área em forma de triângulo, medindo cinco (5) metros de frente, vértice "A" (22º 57'55,18"S - 43º 10'05.00"W), por dezessete e meio (17,5) metros de extensão nas laterais, e dez (10) metros de fundos entre o vértice "B"(22º57'54.36"S - 43º10'05.22"W) e o vértice "C"(22º57'54.51"S - 43º10'05.55"W). O vértice "A" encontra-se a onze(11) quilômetros de distância do marco testemunho, o farol da ilha Rasa(23º03'S - 43º08'W) da instituição DHN, carta náutica 1.501. O posicionamento global por satélite do ponto médio da área em UTM é X:687877.85 e Y:7459281.01, cuja referência em DATUM WGS84 é de Lat: 22º57'50.7864"S; Long; 043º10'02.7051"W

Art. 3º O obra se destina à instalação de blocos de concreto na zona submersa da ante-praia para realização de pesquisa visando obtenção de dados de controle da arrebentação de ondas com o objetivo de definir uma alternativa viável de proteção costeira contra o avanço das marés de ressaca e a consequente perda do patrimônio público.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º A presente autorização não exime o INPH de obter, antes do efetivo início das obras, todos os licenciamentos e autorizações necessários para a realização do projeto, especialmente dos órgãos ambientais competentes e da Capitania dos Portos, bem como em observar rigorosamente a legislação de regência e os regulamentos emanados daqueles órgãos.

Art.5º A presente autorização é concedida em caráter precário para implantação do projeto por um período de 24 meses.

Art.6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 16, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 6, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto nº 3.725 de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título oneroso e precário, entre os dias 30 de novembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, à NÁUTICA TURISMO FLUTUANTE LTDA - ME, de área de uso comum do povo com 35,00m², na faixa de areia da praia oceânica, na altura do nº 5041 da Avenida Miguel Stéfano, no Município de Guarujá, Estado de São Paulo. Tal área será destinada à montagem de estruturas provisórias para bilheteria de atividade recreativa denominada "TOBOCEAN", de acordo com os elementos constantes do Processo nº 04977.009801/2011-15, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º Serão cobrados do Permissionário, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente à utilização do espaço, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001, além de valor de R$ 1.512,00 correspondente à utilização onerosa da área.

Art. 3º Durante os períodos a que se refere a presente permissão de uso, fica o Permissionário obrigado a afixar na área e em local visível ao público, uma (01) placa, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "AREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU", indicando ao final: "GUARUJÁ/SP".

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

PORTARIA Nº 17, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 6, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto nº 3.725 de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título oneroso e precário, entre os dias 07 de fevereiro de 07 de março de 2012, ao AQUÁRIO DO GUARUJÁ LTDA, de área de uso comum do povo com 310,00m², entre a faixa de areia da praia oceânica e a Av. Miguel Stéfano, próx. ao alinhamento da Rua Chile, no Município de Guarujá, Estado de São Paulo. Tal área será destinada à montagem de estruturas provisórias para realização de evento recreativo denominado "Verão 2012 Acquamundo", de acordo com os elementos constantes do Processo nº 04977.013967/2011-36, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º Serão cobrados do Permissionário, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente à utilização do espaço, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001, além de valor de R$ 4.464,00 correspondente à utilização onerosa da área.

Art. 3º Durante os períodos a que se refere a presente permissão de uso, fica o Permissionário obrigado a afixar na área e em local visível ao público, uma (01) placa, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "AREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU", indicando ao final: "GUARUJÁ/SP".

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

PORTARIA Nº 18, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 6, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto nº 3.725 de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título oneroso e precário, entre os dias 10 e 13 de fevereiro de 2012, à BRAVO CONSULTORIA EM MARKETING ESPORTIVO LTDA, de área de uso comum do povo com 234,00m², na faixa de areia da praia oceânica, em frente à Av. Vicente de Carvalho, na altura da Concha Acústica, Praia do Gonzaga, no Município de Santos, Estado de São Paulo. Tal área será destinada à montagem de estruturas provisórias para realização de evento esportivo denominado "Circuito Paulista de Beach Tennis", de acordo com os elementos constantes do Processo nº 04977.013946/2011-11, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º Serão cobrados do Permissionário, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente à utilização do espaço, nos termos do disposto no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001, além de valor de R$ 4.016,03 correspondente à utilização onerosa da área.

Art. 3º Durante os períodos a que se refere a presente permissão de uso, fica o Permissionário obrigado a afixar na área e em local visível ao público, uma (01) placa, confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "AREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU", indicando ao final: "SANTOS/SP".

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

PORTARIA Nº 20, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso VI, da Portaria n° 200, de 29 de Junho de 2010, art. 1º, VI, da Portaria n° 211, de 28 de Abril de 2010, art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 05026.001985/2003-77, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito para o DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES/SP, de parte do imóvel localizado na Rodovia BR 153, Km 59,5, antiga Vila Militar, Jardim Alto Alegre, constituído das construções: a) Edificio Sede/Administração (Prédio 01) com área total de 436,63 m², e; b)- Guarita (Prédio 07) com área total de 20,59 m²; que assim se descreve e caracteriza na Transcrição nº. 41.973 do 1º RI/SJRP: da área total do imóvel, constituído por um terreno de forma triangular, com área de 20.767m² aproximadamente, com as divisas, metragens e confrontações seguintes: partindo da estaca nº. 01, que dista 318m do marco quilométrico 59 da BR-14 (atual BR-153), lado 58 e distância de 229m até a estaca 2, e desta com o rumo de 41º09' e distância de 191m até a estaca 3, e daí toma o rumo de 17º00'NE até atingir a estaca 01. Os confrontantes são: entre as estacas 01 e 03, com a BR-14/SP (atual BR 153); entre as estacas 01 e 02, Pedro José de Carvalho; e entre as estacas 02 e 03 com sucessores de Lino José de Seixas; Transcrição nº. 26.019 do 2º Oficial do Registro de Imóveis diversos imóveis situados no Jardim Alto Alegre, Bairro da Cidade de São José do Rio Preto, com área total de 4.738,46m², Estado de São Paulo.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se, a instalação do DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES/SP, no Município de São José do Rio Preto /SP.

Art. 3º A presente cessão gratuita de utilização é válida pelo prazo de 20 (vinte) anos;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LUCIA DOS ANJOS

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 4 de novembro de 2011

Registro Sindical.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 1332/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.023294/2010-29 de acordo com art. 10 inciso V da Portaria 186/2008 e CONCEDER o registro sindical a FESERP - MINAS - Federação Estadual Única, Democrática dos Sindicatos de Servidores, Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Prefeituras Municipais de Minas Gerais CNPJ: 11.480.870/0001-21 processo n° 46245.000585/2010-76 para representar a categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais, representando o somatório das categorias e bases territoriais das entidades a ela filiadas, na base territorial do estado de Minas Gerais. Entidades fundadoras: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Associações Civis da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa-MG CNPJ: 06.771.615/0001- 06; SINDISCANDARAI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Carandaí - MG CNPJ: 01.418.030/0001-85, Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Nepomuceno-MG CNPJ: 09.303.605/0001-26; Sindicato dos Funcionários e Servidores Municipais da Administração Direta, Indireta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Associações Civis da Prefeitura do Município de Juiz de Fora - SINSERPU-JF CNPJ: 21.181.276/0001-93; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ijaci - SINDSMI-MG CNPJ: 08.442.971/0001-01; Sindicato dos Servidores Públicos de São João Nepomuceno- SISEP CNPJ: 26.124.214/0001-63..

Em 19 de dezembro de 2011

Pedido de Registro Sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo. 53 da Lei 9.784/1999 e na Nota Técnica Nº. 1333/2011/DICNES/CGRS/SRT resolve DESARQUIVAR o processo de pedido de registro nº 46220.003287/2009-82, de interesse do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Xanxerê e Região, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria n.º 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria n.º 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008:

Processo	46220.003287/2009-82
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Xanxerê e Região
CNPJ	10.993.554/0001-90
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuaçu, Lageado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxere, Xavantina e Xaxim- SC
Categoria	Econômica dos Transportadores autônomos de cargas

Em 7 de fevereiro de 2012

Registro Sindical.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, e na Nota Técnica RES Nº. 0084/2012/CGRS/SRT/MTE, resolve conceder o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas de Material Elétrico e Eletrônico Intermunicipal do Estado do Tocantins, STIMMMEI/TO n°. 46000.020315/2010-54, CNPJ 12.238.866/0001-14, para representar a categoria profissional dos Empregados que prestem serviços nas dependências das empresas, contratadas por estas ou por terceiras, ou ainda os que direta ou indiretamente trabalhem na indústria de ferro (siderúrgicas), indústria de trefilação e laminação de metais ferrosos, indústria de fundição, indústria de artefatos de ferros e metais em geral, indústria de serralheria, indústria mecânica, indústria de proteção, tratamento e transformação de superfícies, indústrias de máquinas, indústrias de balanças, pesos e medidas, indústria de cutelaria, indústria de estamparia de metais, indústria de móveis de metal, indústria de construção naval, indústria de materiais e equipamentos rodoviários e ferroviários (compreensiva das empresas industriais fabricantes de carrocerias para ônibus e caminhões, viaturas, reboques e semi-reboques; locomotivas, vagões, carros e equipamentos ferroviários); motocicletas, motonetas, indústria de metais não ferrosos, indústria de geradores de vapor (caldeiras e acessórios), indústria de parafusos, porcas, rebites, pregos, indústria de tratores, caminhões, ônibus, automóveis e veículos, indústria de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação, indústria de condutores elétricos, trefilação e laminação de metais não ferrosos, indústria de aparelhos elétricos e eletrônicos, indústria de aparelhos de radiotransmissão, indústria de peças para automóveis, indústria de construção aeronáutica, indústria de reparação de veículos e acessórios, indústria de funilaria, indústria de forjaria, indústria de refrigeração, indústria produtora e de manutenção de elevadores, aquecimento de tratamento de ar, indústria de preparação de sucata ferrosa e não ferrosa, indústria de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares, indústria de informática, indústria de rolhas metálicas com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Abreulândia, Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Aparecida do Rio Negro, Aragominas, Araguacema, Araguaína, Araguanã, Araguatins, Arapoema, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Barra do Ouro, Barrolândia, Bernardo Sayão, Bom Jesus do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Campos Lindos, Carmolândia, Carrasco Bonito, Caseara, Centenário, Chapada de Areia, Colinas do Tocantins, Colméia, Couto Magalhães, Cristalândia, Darcinópolis, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Esperantina, Fátima, Fi-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ladélfia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Goiatins, Guaraí, Itacajá, Itaguatins, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Juarina, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lizarda, Luzinópolis, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Maurilândia do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Muricilândia, Nazaré, Nova Olinda, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Oliveira de Fátima, Palmas, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Pau D'Arco, Pedro Afonso, Pequizeiro, Piraquê, Pium, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Praia Norte, Presidente Kennedy, Pugmil, Recursolândia, Riachinho, Rio dos Bois, Rio Sono, Sampaio, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Félix do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantínia, Tocantinópolis, Tupirama, Tupiratins, Wanderlândia e Xambioá - TO. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve excluir a categoria profissional dos Trabalhadores que exercem suas atividades nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, Eletrônico e Similar, Informática, Siderurgia, Fundição, Oficinas Mecânicas, inclusive as de Empresas Concessionárias de Automóveis, Peças para Automóveis, Construção Aeronáutica, Construção, Reparação e Manutenção de Elevadores, Reparação de Veículos e Acessórios, Funilaria, Forjaria, Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar, Reparação de Sucata Ferrosa e não Ferrosa, Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares e Rolhas Metálicas, nos municípios de Abreulândia, Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Aparecida do Rio Negro, Aragominas, Araguacema, Araguaína, Araguanã, Araguatins, Arapoema, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Barra do Ouro, Barrolândia, Bernardo Sayão, Bom Jesus do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Campos Lindos, Carmolândia, Carrasco Bonito, Caseara, Centenário, Chapada de Areia, Colinas do Tocantins, Colméia, Couto Magalhães, Cristalândia, Darcinópolis, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Esperantina, Fátima, Filadélfia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Goiatins, Guaraí, Itacajá, Itaguatins, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Juarina, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lizarda, Luzinópolis, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Maurilândia do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Muricilândia, Nazaré, Nova Olinda, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Oliveira de Fátima, Palmas, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Pau D'Arco, Pedro Afonso, Pequizeiro, Piraquê, Pium, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Praia Norte, Presidente Kennedy, Pugmil, Recursolândia, Riachinho, Rio dos Bois, Rio Sono, Sampaio, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Félix do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantínia, Tocantinópolis, Tupirama, Tupiratins, Wanderlândia e Xambioá - TO da representação do Sindicato Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Distrito Federal e dos Estados de Goiás e Tocantins - STIMMME/DF/GO/TO , Processo 46000.017631/2004-09, CNPJ: 00.409.045/0001-14, conforme determina o art. 25 da portaria 186/2008.

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 9 de fevereiro de 2012

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46094036752201179 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: NISHANTH SAHAYARAJA Passaporte: F9944397, Processo: 46094003675201090 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: RUNE GULLIKSEN Passaporte: 25080304, Processo: 46094008418201044 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: VIKAS AMRUT SHIRODKAR Passaporte: Z1727844, Processo: 46094000102201195 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: CARLOS CAÑESO EBIO Passaporte: UU0007430, Processo: 46094010748201181 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: GAVIN HAMISH FRASER Passaporte: 080129174, Estrangeiro: GERALD BRANDT Passaporte: 465890535, Estrangeiro: JAMES ALAN ROSS Passaporte: 093174566, Processo: 46094016406201174 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Estrangeiro: CHAD MICHAEL TROSCLAIR Passaporte: 405708074, Processo: 46094017209201172 Empresa: DAN SWIFT DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: LEIF CHRISTEN DAHL Passaporte: 200589108, Processo: 46094022877201111 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Estrangeiro: CRISTIAN DARIO BAEZ Passaporte: 31794829N, Processo: 46094032189201160 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Estrangeiro: JAMES WILSON Passaporte: 099058719, Processo: 46094017914201099 Empresa: ERNST & YOUNG TERCO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Estrangeiro: FABIEN PIERRE FRANÇOIS MENDEZ Passaporte: 08AB06426, Processo: 46094029227201105 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Estrangeiro: CONSTANTINO NIÑO PINTO Passaporte: CC1098614149, Processo: 46094034450201166 Empresa: AGENCIA JUDAICA DE INTERCAMBIO CULTURAL Estrangeiro: MATAN ROSENSTRAUCH Passaporte: 10897344, Processo: 46094005551201049 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Estrangeiro: DAVID STEPHEN DE FREITAS Passaporte: LB0082006, Processo: 46094015951201062 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: SONJA HELENE HAUGE Passaporte: 26207029, Processo: 46094005025201160 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Estrangeiro: DOUGLAS BRUCE WEBBER Passaporte: WF 754766, Processo: 46094007572201180 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: ALBERTO ADOLFO BELLINA Passaporte: 442316049, Processo: 46094009600201101 Empresa: PREM - SERVICOS TECNICOS LTDA. Estrangeiro: LUIS ALEJANDRO MESTANZA VERA Passaporte: 0916664303, Processo: 46094013389201113 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Estrangeiro: Daniel Beaudoin Passaporte: BA390741, Processo: 46094026193201199 Empresa: C-MAR DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JASON RONALD DOWNEY Passaporte: BA620560, Processo: 46094026202201141 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Estrangeiro: GEORGE ROBERTSON GRANT Passaporte: 650885289, Processo: 46094029365201186 Empresa: MINERCONSULT ENGENHARIA LTDA Estrangeiro: JORGE EDUARDO MATAMALA PEDREROS Passaporte: 8.834.065-5, Processo: 46094038198201164 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Estrangeiro: CHAD HOWARD DUTEL Passaporte: 401460502, Processo: 46094026434201108 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Estrangeiro: MARTIN DROLET Passaporte: QC721043, Processo: 46094012724201085 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: MICHAEL NATHAN HRDLICKA Passaporte: JR579034, Processo: 46094013721201069 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: BARRY EOIN FLOOD Passaporte: PB3490569, Processo: 46094016570201009 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: SERGEY KOSTYLEV Passaporte: 63Nº7041884, Processo: 46094010747201136 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: BARRY PATRICK O´FLYNN Passaporte: PB1020979, Processo: 46094010747201136 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: DARREN JOHN HARTIGAN Passaporte: PC3078809, Processo: 46094020989201138 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Estrangeiro: RICHARD ANTHONY HUDSON Passaporte: 800919185, Processo: 46094028164201161 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Estrangeiro: ALAIN ROGER FRANÇOIS GUÉZENNEC Passaporte: 10CC69070, Processo: 46094029443201142 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Estrangeiro: BRUCE MICHAEL JAMESON Passaporte: 099017863, Processo: 46094035514201146 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Estrangeiro: STANLEY ARTHUR DESONIA Passaporte: 475441749, Processo: 46094001360201199 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER MORENAS ESPARZA Passaporte: AAA932438, Processo: 46094015839201111 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Manuel Alejandro Zavala Becerra Passaporte: 07140183664, Processo: 46094019643201197 Empresa: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Estrangeiro: MASAHIRO HATA Passaporte: TH 4887295, Processo: 46094031603201113 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Estrangeiro: LEANDRO DOMINICUS SAVIO CARVALHO Passaporte: H9409834, Processo: 46094037383201131 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: FRED-ESPEN LEPSOEE Passaporte: 25882181, Processo: 46094039954201172 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: LEIF HELGE EIKESETH Passaporte: 27070207, Processo: 46094041571201164 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ARTURO PINO SELLES Passaporte: 1594186,

Processo: 46094032251201113 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: HEIN GERRIT AUST Passaporte: C1T0Y3FTH, Processo: 46094039106201163 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Estrangeiro: WILLY-JUERGEN DR LUECK Passaporte: 583700189, Processo: 46094004792201071 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: MICHAEL JORGE CRUCERO SALVILLA Passaporte: XX5652106, Processo: 46094008313201095 Empresa: SCORPION SERVICOS OFFSHORE LTDA Estrangeiro: RICHARD CHARLES NAUTEL JR Passaporte: 135403264, Processo: 46094008280201083 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: ANGELO GALANG TOLENTINO Passaporte: ZZ 202200, Processo: 46094011439201047 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Estrangeiro: Karlo Occidentale Passaporte: 001025025, Processo: 46094010743201158 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: CHRISTER SVEN GUNNAR ENGSTRÖM Passaporte: 81212068, Estrangeiro: HANS ERIC HEDENDAHL Passaporte: 56635262, Processo: 46094010746201191 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: BRIAN CUTHBERTSON Passaporte: 454827031, Estrangeiro: MATTHEW GERALD MCBRIDE Passaporte: 105285589, Processo: 46094010741201169 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: CHRISTOPHER GALLAGHER Passaporte: 800450366, Estrangeiro: MICHAEL WILLIAM JUBB Passaporte: 465516668, Processo: 46094010742201111 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: BRIAN HENRY ELEY Passaporte: 400741202, Estrangeiro: PHILIP HANSEN Passaporte: 710784426, Processo: 46094011619201118 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Estrangeiro: CLAYTON ROY TURNER Passaporte: 402713837, Processo: 46094016400201105 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Estrangeiro: LYMAN LEE MEAUX Passaporte: 401637481, Processo: 46094014790201171 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: GEORGE GORDON SEWELL Passaporte: 652020005, Estrangeiro: MICHAEL MCKNIGHT Passaporte: 093084007, Estrangeiro: SIMON RENNARD CAWKWELL Passaporte: 085144741, Estrangeiro: STUART ANDREW FOWLER Passaporte: 099211913, Processo: 46094016382201153 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ANTHONY PHILLIP STONEY Passaporte: 040529902, Estrangeiro: THOMAS ALEXANDER MATHESON Passaporte: 505391071, Processo: 46094018424201191 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: DEREK JOHN MCLEOD Passaporte: 403097342, Estrangeiro: ROBERT JAMES EDDON Passaporte: 800579942, Processo: 46094020971201136 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: CONRADO BAUTISTA MEDRIANO Passaporte: UU0407670, Processo: 46094039082201142 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MARK STERLING BIDDULPH Passaporte: L3596186, Processo: 46094042061201112 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: STEPHEN TERRENCE MAGEE Passaporte: 464067961, Processo: 46094010197201074 Empresa: LABORATORIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MATTHIEU CLAUDE FRANÇOIS BEZIAT Passaporte: 09PF45204, Processo: 46094004966201186 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Estrangeiro: IVAN GRANADOS HEREDIA Passaporte: AAB638399, Processo: 46094014492201181 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Estrangeiro: SANG WOONG LEE Passaporte: M23978769, Processo: 46094015238201108 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Estrangeiro: HUANG CHENG Passaporte: G29877573, Processo: 46094023325201121 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Estrangeiro: SHENGQI JIN Passaporte: G33998614, Processo: 46094038312201156 Empresa: CHARTIS SEGUROS BRASIL S.A. Estrangeiro: GERMAIN DENONCOURT Passaporte: WQ718993, Processo: 46094005122201152 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Estrangeiro: SHAWN MICHAEL FRENCH Passaporte: 135606387, Processo: 46094005120201163 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Estrangeiro: STEPHEN ANDREW SMITH Passaporte: 135361839, Processo: 46094009334201117 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: AMIT ARUN JANGLE Passaporte: G0447850, Processo: 46094009362201126 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: SUDHANSHU KUMAR SINHA Passaporte: E2460276, Processo: 46094003967201022 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: LOCK CHEE CHING Passaporte: A15592528, Processo: 46094012226201032 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: MANOJ PULIYATH Passaporte: J0467830, Processo: 46094006487201102 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: ASHOKKUMAR CHUNILAL PATEL Passaporte: J3564389, Processo: 46094010749201125 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: DAVID SAMUEL VAN AESCH Passaporte: BRD17PDP0, Processo: 46094010745201147 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: JAROSLAW JANUSZ CYDEJKO Passaporte: AJ 8190847, Processo: 46094010745201147 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: MARCIN TADEUSZ KOLODZIEJSKI Passaporte: AM 7106358, Processo: 46094010745201147 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: MIROSLAW LESZEK KORCZ Passaporte: AP 1972831, Processo: 46094012018201114 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: MACIEJ ZDZISLAW KACZMAREK Passaporte: AT 6590753, Processo: 46094014791201115 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ANDRZEJ MIL Passaporte: AR 3054588, Processo: 46094014789201146 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: BRYAN MAIN Passaporte: 401020154, Processo: 46094014789201146 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: RAY DUDFIELD Passaporte: 099038739, Processo: 46094014789201146 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: ROBERT KENNETH SUMMERS Passaporte: 307057240, Processo: 46094014789201146 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: STEPHEN DAVID HAMILTON Passaporte: 205205542, Processo: 46094014789201146 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: WILLIAM COLIN MCILHONE Passaporte: 093195580, Processo: 46094016760201107 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: MICHAEL GRANT ANDREW Passaporte: 099055096, Processo: 46094016761201143 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: TREVOR KENNETH HAWKINS Passaporte: 462520527, Processo: 46094018816201150 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Estrangeiro: CATHAL KIRWAN Passaporte: PB0179319, Processo: 46094019873201156 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: EMMANOUIL ASKIANAKIS Passaporte: AH4054179, Processo: 46094022466201126 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Estrangeiro: STEPHEN JOHN PARFITT Passaporte: M9382677, Processo: 46094039074201104 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Estrangeiro: COLIN WILLIAM GRAHAME Passaporte: 099100727, Processo: 46094039764201155 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JASON NICHOL Passaporte: 099057343, Processo: 46094001866201106 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Estrangeiro: RUI VASCO VICENTE DUARTE Passaporte: H204339, Processo: 46223.003744/2011-23 Empresa: LUZEIROS HOTEIS S/A. Estrangeiro: EDUARDO COSTA CABRAL PAIS Passaporte: H197389, Processo: 46223.024060/2011-88 Empresa: BALFOUR BEATTY DO BRASIL FERROVIAS LTDA Estrangeiro: Aimee Kitchen Passaporte: 457592005, Processo: 46094.028532/2011-71 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Estrangeiro: Anthony Hankey Passaporte: 801340213, Processo: 46094037652201160 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Estrangeiro: SVETOSLAV VA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

SILEV VALCHEV Passaporte: 380642423, Processo: 46000032330200910 Empresa: FNF TITLE (BRAZIL) CONSULTORIA EM SEGUROS LTDA. Passaporte: 462860465 Estrangeiro: ZACHARY SETH KLUGHAUPT, Processo: 46000030450200893 Empresa: ROBERT BRASIL LOGISTICA E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA Passaporte: 08CH59221 Estrangeiro: VINCENT CREFF, Processo: 46000014061200900 Empresa: MAERSK DRILLING E FPSO BRASIL SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E PERFURAÇÃO MARITIMOS LTDA Passaporte: 102207989 Estrangeiro: RICHARD MATHEW OLIVER LAMB, Processo: 46000006974200944 Empresa: HESS BRASIL PETRÓLEO LTDA Passaporte: 421487561 Estrangeiro: OSIRIS MADERA, Processo: 46094002191201023 Empresa: FIVE STARS DE MACAÉ SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Passaporte: 204309407 Estrangeiro: KRISTIAN KAASING LARSEN, Processo: 46000010824201079 Empresa: BRITISH AMERICAN TOBACCO AMERICAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA. Passaporte: F1444128 Estrangeiro: ANDREW PETER SCHWAGER, Processo: 46000006332201089 Empresa: SIEMENS LTDA Passaporte: L06946110 Estrangeiro: ERWIN WEITLANER, Processo: 46000001872201076 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Passaporte: 099134863 Estrangeiro: NICHOLAS THOMAS SAYERS, Processo: 46094000348201086 Empresa: MAERSK DRILLING E FPSO BRASIL SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E PERFURAÇÃO MARITIMOS LTDA Passaporte: 707231223 Estrangeiro: PHILLIP ANTHONY JONES, Processo: 46000017152201022 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA. Passaporte: 093048553 Estrangeiro: JOHN CHARLES NORRIE, Processo: 46000011134201037 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Passaporte: 060202507 Estrangeiro: STUART ALEXANDER SASS, Processo: 46000008612201021 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: XX0035817 Estrangeiro: NOEL CAMPIT BRIZA, Processo: 46000005134201006 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Passaporte: 652046865 Estrangeiro: GORDON PETER NICOL, Processo: 46000002698201089 Empresa: SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Passaporte: 447573819 Estrangeiro: BRIAN DERL MARTIN, Processo: 46000011750200873 Empresa: FERTILIZANTES MITSUI S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO Passaporte: TZ0448321 Estrangeiro: YOSHINOBU WATANABE.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094042331201187 Empresa: LEONARDO VIGGIANI VIEIRA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVER PECHARROMAN GARCIA Passaporte: AAB895207, Processo: 46094041651201110 Empresa: GOWIRELESS TELECOM CONSULTORIA EM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LUIS DE JESUS MARQUES DA SILVA Passaporte: L593748, Processo: 46215044882201161 Empresa: LAURENT MAURICE MARCEL VENOT PRODUCAO AUDIOVISUAL E MULTIMIDIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAMIEN LIONEL VENOT Passaporte: 08AD98777, Processo: 46215044881201117 Empresa: LAURENT MAURICE MARCEL VENOT PRODUCAO AUDIOVISUAL E MULTIMIDIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CYRIL MATTHIEU VENOT Passaporte: 11AI37540, Empresa: EISA - ESTALEIRO ILHA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS ENDE Passaporte: C29CV6HW8, Processo: 46094000554201258 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/02/2012 Estrangeiro: SASA MAJICA Passaporte: 001193286, Processo: 46205019314201141 Empresa: SIL INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO CARLOS ALBERTO DE CARVALHO PLAZA Passaporte: L685679, Processo: 46094038948201106 Empresa: RESERVA REAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO PAULO ALVES DOMINGUES Passaporte: G683385, Processo: 46094041453201156 Empresa: CJR WIND BRASIL INSTALACAO DE PROJETOS EOLICOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO JOSE COROADO DINIS Passaporte: L743632.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu por decurso de prazo os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46217004555201157, Processo: 46217005549201117, Processo: 46215037338201163, Processo: 46215035424201131, Processo: 46215034344201169, Processo: 46094026408201171, Processo: 46205012583201187, Processo: 46224003484201186, , Processo: 46217005862201155, Processo: 46217005863201108, Processo: 46212016519201186, Processo: 46304000671201118, Processo: 46294000788201168, Processo: 46094019731201199, Processo: 46212011188201198, Processo: 46094023904201173, Processo: 46215027724201147, Processo: 46094026128201163, Processo: 46094030372201121, Processo: 46094025604201129, Processo: 46094027204201158, Processo: 46094033354201109, Processo: 46094028712201153, Processo: 46205018073201113, Processo: 46094033510201123, Processo: 46094032877201120, Processo: 46094032875201131, Processo: 46207008604201140, Processo: 46094010186201175, Processo: 46094010193201177, Processo: 46094030561201101, Processo: 46094030560201159, Processo: 46094021708201164, Processo: 46094030558201180, Processo: 46094027969201198, Processo: 46094026767201129, Processo: 46094031846201151, Processo: 46215035426201121, Processo: 46215035425201186, Processo: 46094032208201158, Processo: 46094033564201199, Processo: 46094033566201188, Processo: 46094033563201144, Processo: 46215037014201125, Processo: 46094035372201117, Processo: 46094035373201161, Processo: 46094017963201111, Processo: 46094018904201151, Processo: 46094021195201191, Processo: 46094026309201190, Processo: 46094026275201133, Processo: 46094028738201100, Processo: 46094032347201181, Processo: 46094033562201108, Processo: 46207007883201124, Processo: 46094034964201111, Processo: 46094034965201166, Processo: 46094032396201114, Processo: 46094034544201135, Processo: 46094032876201185, Processo: 46094023874201103, Processo: 46094023875201140, Processo: 46094023880201152, Processo: 46094023879201128, Processo: 46094030526201184, Processo: 46205018863201107, Processo: 46207005510201119, Processo: 46094027744201131, Processo: 46094024510201132, Processo: 46212015917201185, Processo: 46094033755201151, Processo: 46094033757201140, Processo: 46220004505201111, Processo: 46204008885201161.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0060/2012 de 03/02/2012, 0062/2012 de 06/02/2012, 0063/2012 de 07/02/2012 e 0066/2012 de 08/02/2012, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46215001908201268 Empresa: INSTITUTO DE LOGICA FILOSOFIA E TEORIA DA CIENCIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAYAT SÁNCHEZ PI Passaporte: AAA705044.

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094003372201239 Empresa: LONDRINA ESPORTE CLUBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lucho Dethie Samb Passaporte: A 00341238, Processo: 46094003374201228 Empresa: LONDRINA ESPORTE CLUBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Diederrick Joel Tagueu Tadjo Passaporte: 01278853, Processo: 46094004075201219 Empresa: SANTOS FUTEBOL CLUBE Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: Jorge Ciro Fucile Perdomo Passaporte: C127572, Processo: 46094003945201224 Empresa: NACIONAL ESPORTE CLUBE LIMITADA - ME Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: SEBASTIAN VIAFARA CARABALI. Passaporte: RN 24015097, Processo: 46094003946201279 Empresa: NACIONAL ESPORTE CLUBE LIMITADA - ME Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JUAN CAMILO ÂNGULO VILLEGAS Passaporte: RN 12996718.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094040538201117 Empresa: CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO E ESPORTE MAGNO S/S LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IAIN MURRAY LOCH Passaporte: 457802052, Processo: 46094032878201174 Empresa: FLIMS PROPAGANDA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Ji Shengkai Passaporte: G28963112, Processo: 46094036744201122 Empresa: SUNGWON INTELIGENCIA EM INSTALACAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MINUK NA Passaporte: GJ0697536, Processo: 46094036675201157 Empresa: SUNGWON INTELIGENCIA EM INSTALACAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: DOHYUN LEE Passaporte: GJ0890013, Processo: 46094036032201111 Empresa: THE BLACK HORSE RESTAURANTE LTDA.ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RONAN GEARD COMMINS Passaporte: PA0445178, Processo: 46094036970201111 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER ANDREAS STEFAN IVAR KARL MARCUSSON Passaporte: 82100529, Processo: 46094041663201144 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUCA NOVARA Passaporte: YA2505940, Processo: 46094044183201135 Empresa: GEOQUASAR ENERGY SOLUTIONS PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LUIS CAMARGO PIRELA Passaporte: 048376862, Processo: 46094040679201130 Empresa: MARIELA NORMA MURUGA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ASSEN LAPEYRE DE CABANES Passaporte: 05DK06894, Processo: 46094044748201184 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alfredo Gonzalez Zavala Passaporte: G06191582, Processo: 46094040008201179 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURIZIO DI DONATO Passaporte: F663944, Processo: 46094039615201196 Empresa: GRUPO VICTORIA ALIMENTOS LTDA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carolina Palacios Jiménez Passaporte: BB657756, Processo: 46094044677201110 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FREDDIE CLARK COOPER Passaporte: 444701563, Processo: 46094040583201171 Empresa: JAIPUR COMERCIO E CONFECCOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Raju Lal Parihar Passaporte: F8389151, Processo: 46094040584201116 Empresa: JAIPUR COMERCIO E CONFECCOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Dharmendra Kumar Sharma Passaporte: J1527425, Processo: 46094044330201177 Empresa: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NORBERTO VLADIMIR SILVA PEREZ Passaporte: 038397785, Processo: 46094041950201154 Empresa: BANCO CITIBANK S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GABRIELLE ANNE RAPKE HOFFMAN Passaporte: 484670075, Processo: 46094040843201117 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QIANG GUO Passaporte: G22953302, Processo: 46094044234201129 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TANIA CAPOZZI Passaporte: E700808, Processo: 46094042357201125 Empresa: SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOLONG HAO Passaporte: P01358352, Processo: 46094040845201106 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIANPENG TIAN Passaporte: G26650243, Processo: 46094044194201115 Empresa: HSBC SOFTWARE DEVELOPMENT (BRASIL) - PRESTACAO DE SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO ALEJANDRO COMASCHI Passaporte: 477071973, Processo: 46094041612201112 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: INDRANEEL GANGULY Passaporte: Z1961805, Processo: 46094044233201184 Empresa: ROYAL HOLIDAY BRASIL NEGOCIOS TURISTICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARLA LILIANA GARNICA GUZMAN Passaporte: G07587350, Processo: 46094041623201101 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tsutomu Mabune Passaporte: TH2084541, Processo: 46094044391201134 Empresa: ABB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BEKIM TAHIRI Passaporte: X0750326, Processo: 46094041794201121 Empresa: BLOOMBERG DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Juan Bernardo Mejia Reyes Passaporte: CC1018425833, Processo: 46094041614201110 Empresa: SINTO BRASIL PRODUTOS LIMITADA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIROAKI KOGA Passaporte: TH7762642, Processo: 46094041946201196 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER KELM Passaporte: C77ZYCWN7, Processo: 46094044387201176 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL KIM Passaporte: IC1086438, Processo: 46094044292201152 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EVAN NELSON MC LAUGHLIN Passaporte: 017172708, Processo: 46094044108201174 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT SASSOLAS Passaporte: 09AK13349, Processo: 46094044195201160 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIMANSHU SHARMA Passaporte: H3536642, Processo: 46094044200201134 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHNNY PABEL REYES SANCHEZ Passaporte: CC7249165, Processo: 46094044159201104 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAVIER RICARDO OSORIO Passaporte: 449595096, Processo: 46094044197201159 Empresa: GENESIS BRASIL OIL & GAS ENGENHARIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM RICHARD DAVID HALL Passaporte: 801053533, Processo: 46094044198201101 Empresa: GENESIS BRASIL OIL & GAS ENGENHARIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EVA DRUK Passaporte: M9271543, Processo: 46094044242201175 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATSUYOSHI SUGIYAMA Passaporte: TH1705408, Processo: 46094044193201171 Empresa: TREVES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEROME MARCEL PASCAL RICHARD Passaporte: 08AT72759, Processo: 46094044076201115 Empresa: SONY BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUKIKO MIHARA Passaporte: TH9659388, Processo: 46094044179201177 Empresa: BURCKHARDT COMPRESSION (BRASIL) INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPRESSORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN LUZI VALÄR Passaporte: F2880182, Processo: 46094044509201124 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XINGZU ZHOU Passaporte: G31430276, Processo: 46094044795201128 Empresa: UNITIKA DO BRASIL INDUSTRIA TEXTIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NOBUHIRO FUJIKAWA Passaporte: TH7808914, Processo: 46094044728201111 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUNIL KRISHNA ARJUN Passaporte: 430456150, Processo: 46094044235201173 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HONGGUANG LI Passaporte: G32006330, Processo: 46094044326201117 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIZHENG YANG Passaporte: G35352185, Processo: 46094044192201126 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KURT HOEFLI Passaporte: 217129676, Processo: 46094044148201116 Empresa: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nicholas Kirk Martin Passaporte: 482518382, Processo: 46094044690201179 Empresa: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIACOMO FRANCHINI Passaporte: AA3298474, Processo: 46094044510201159 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GENGLIN LI Passaporte: G35389327, Processo: 46094044150201195 Empresa: SAN ANTONIO INTERNACIONAL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andres Aguel Osorio Passaporte: CC 9874446, Processo: 46094044141201102 Empresa: BAR E RESTAURANTE ANDINO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO ENRIQUE VARGAS MORA Passaporte: CC1032396396, Processo: 46094044327201153 Empresa: ARIMA COMUNICACOES BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUODONG WU Passaporte: G36077691, Processo: 46094044135201147 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATEUS FILIPE MIRANDA RAMOS Passaporte: J640860, Processo: 46094044134201101 Empresa: MARTIFER - CONSTRUCOES METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SILVIA MADUREIRA ANTUNES FERREIRA Passaporte: L445021, Processo: 46094044137201136 Empresa: MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL HUBERTI Passaporte: 333414096, Processo: 46094044133201158 Empresa: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TIRO COM ARCO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEEKYUNG WANG Passaporte: M21645879, Processo: 46094044359201159 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM REED STACEY Passaporte: 470850320, Processo: 46094044342201100 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIMOTHY JOHN AGLE Passaporte: 440712437, Processo: 46094044353201181 Empresa: LINDE GASES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Steffen Hohberger Passaporte: 951621889, Processo: 46094044707201198 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE BERNABE PEREZ PEDRAZA Passaporte: D0755541, Processo: 46094044468201176 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO PONCE LOPEZ Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AC934493, Processo: 46094044680201133 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTORIA EUGENIA UPEGUI VELEZ Passaporte: CC52152886, Processo: 46094044804201181 Empresa: TAUIL E CHEQUER ADVOGADOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAM JAMES WEBSTER Passaporte: 303659818, Processo: 46094044536201105 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Peter A. E. De Backer Passaporte: EH455570, Processo: 46094044828201130 Empresa: DOW BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LORI KAY PUTT Passaporte: 2111534873, Processo: 46094044879201161 Empresa: CARLOS VENDAS - SERVICOS DE ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nilton Leyden Lopez Miñano Passaporte: 3802247, Processo: 46215047954201122 Empresa: BRASIL TELECOM S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRIQUE MARIA COSTA NEVES DE SOUSA BOTELHO Passaporte: L288605, Processo: 46094044865201148 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FREDRIK BERENTZEN HOFSTAD Passaporte: 28075473.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 46094001247201294 Empresa: COMANDO DO EXERCITO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETER GERSTNER Passaporte: CF2Z04PZN.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094026864201111 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Bo Sun Passaporte: G50948817, Processo: 46094035599201162 Empresa: IVM PROJETOS AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HARSHA CHIKKAVEERAPPA SOMASHEKARA Passaporte: J0381971, Processo: 46094044419201133 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAUL MARINO MACHACA PUMALEQUE Passaporte: 4028820, Processo: 46094044420201168 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SANDRO MIGUEL VILLAGRAN Passaporte: 20877655N, Processo: 46094044277201112 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS JOSE AULAR VASQUEZ Passaporte: 046940249, Processo: 46094039257201111 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMANUEL BORG Passaporte: 0909474, Processo: 46094039260201135 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DUNCAN ATTARD Passaporte: 0916570, Processo: 46094039259201119 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS OWAIN DAVIES Passaporte: 761294957, Processo: 46094039258201166 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROMAN KAZIMIERZ DEPCZYNSKI Passaporte: AP3084996, Processo: 46094039256201177 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN BYRON LEWIS Passaporte: 761294958, Processo: 46094039255201122 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IAIN LEE TUCKER Passaporte: 761299176, Processo: 46094044274201171 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVAN SALEHI Passaporte: 82877135, Processo: 46094041904201155 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LISI CHEN Passaporte: G30599094, Processo: 46094041711201102 Empresa: HIGHLAND GROUP BRASIL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CESAR ERNESTO CANALES PEREA Passaporte: 09816657354, Processo: 46094040313201161 Empresa: AERNNOVA AEROSPACE ENGENHARIA DO BRASIL LTDA Prazo: até 31/10/2012 Estrangeiro: PABLO JOSE BOMBIN ORTEGA Passaporte: AAD514045, Processo: 46094040315201150 Empresa: AERNNOVA AEROSPACE ENGENHARIA DO BRASIL LTDA Prazo: até 31/10/2012 Estrangeiro: IVAN LAFUENTE ITURRATE Passaporte: AAE449960, Processo: 46094040386201152 Empresa: EVERIS BRASIL CONSULTORIA DE NEGOCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO AUGUSTO SANCHEZ QUINTERO Passaporte: CC9728049, Processo: 46094039898201176 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Lukas Emanuel Bärtschi Passaporte: F1729517, Processo: 46094039899201111 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Markus Reich Passaporte: F0598851, Processo: 46094041745201199 Empresa: FUNDACAO GETULIO VARGAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO CONTARDI Passaporte: YA0047799, Processo: 46094041723201129 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HOLGER KARL-HEINRICH RUHL Passaporte: C5T3Y9WVW, Processo: 46094042878201182 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIO VACCA Passaporte: YA1182178, Processo: 46094042778201156 Empresa: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAGNAR JOHAN HAKSTAD Passaporte: 28781697, Processo: 46094042790201161 Empresa: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OLE ANDREAS SELLAEG Passaporte: 27745292, Processo: 46094042789201136 Empresa: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALF YRJAN HOLE HANEKAMHAUG Passaporte: 28766289, Processo: 46094042788201191 Empresa: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OYSTEIN NEDREGOTTEN Passaporte: 25169373, Processo: 46094041615201156 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL ANGEL RELANO CANAS Passaporte: BC856662, Processo: 46094044253201155 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENJI KAWAI Passaporte: TH5358888, Processo: 46094044255201144 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKAAKI SATO Passaporte: TK4124882, Processo: 46094044248201142 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASANORI IDO Passaporte: TG8668472, Processo: 46094045102201114 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FEDERICO PAOLONE Passaporte: Y504147, Processo: 46094045103201169 Empresa: BATIMAT DO BRASIL ISOLAMENTO E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN SWIATEK Passaporte: EB5612267, Processo: 46094045099201139 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BALAZS GABOR LOGODI Passaporte: BA5760726, Processo: 46094045101201170 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBERT JOACHIM WEBER Passaporte: 249644894, Processo: 46094044493201150 Empresa: MINERCONSULT ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN DAVID DEVORE Passaporte: 490512806, Processo: 46094043434201164 Empresa: MIROGLIO DO BRASIL TEXTIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FEDERICO SECCO Passaporte: YA2487110, Processo: 46094045097201140 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AXEL FRIEDRICH MALBURG Passaporte: C3JNKLNJY, Processo: 46094045100201125 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO GUARDIA TOBEÑAS Passaporte: BC133555, Processo: 46094043818201187 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANILO KNEZEVIC Passaporte: F02UB2233, Processo: 46094045096201103 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMMY PORSCH Passaporte: 267232426, Processo: 46094044017201139 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: THOMAS VAN EYMEREN Passaporte: C72ZWG3WL, Processo: 46094044016201194 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: GERHARD KARL JOSEF PESCHKE Passaporte: C8RJ49TJ6, Processo: 46094044992201147 Empresa: TOZZI DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN NELSON GOVONI Passaporte: YA2084201, Processo: 46094044204201112 Empresa: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: até 12/11/2012 Estrangeiro: CARLOS RODOLFO HERNANDEZ LINARES Passaporte: AM777969, Processo: 46094044250201111 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HARUYUKI SHIMA Passaporte: TH5028576, Processo: 46094044254201108 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOBUYUKI NAKANE Passaporte: TH5030152, Processo: 46094043291201191 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PHILLIP DAVID STANDIFER Passaporte: 476538720, Processo: 46094043292201135 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO RAUL CAFFARATTI Passaporte: 11747162N, Processo: 46094043359201131 Empresa: INDUSTRIA NAVAL DO CEARA SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIESBETH WILLEM SPRENGHERS Passaporte: EG115246, Processo: 46094043358201197 Empresa: INDUSTRIA NAVAL DO CEARA SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHAN ROBERT MARIA SEYMUS Passaporte: EI655327, Processo: 46094044770201124 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/08/2012 Estrangeiro: YUKARI OKAMOTO Passaporte: TK2606533, Processo: 46094044264201135 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/08/2012 Estrangeiro: MASAHIDE SHINODA Passaporte: TK5631843, Processo: 46094044107201120 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: até 17/12/2012 Estrangeiro: DANIEL LAWRENCE WALDING Passaporte: E4041413, Processo: 46094044105201131 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: até 17/12/2012 Estrangeiro: IAN PETER PROTHERO Passaporte: 093232679, Processo: 46094044110201143 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESSE BALUYOT ABILLE Passaporte: ZZ236976, Processo: 46094044246201153 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/08/2012 Estrangeiro: MASAYA KATO Passaporte: TH1931739, Processo: 46094044265201180 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: até 31/08/2012 Estrangeiro: KEISUKE AOYAGI Passaporte: TK3688185, Processo: 46094045190201154 Empresa: NOKIA SIEMENS NETWORKS DO BRASIL SISTEMAS DE COMUNICACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SÓNIA MARGARIDA VAZ LOPES Passaporte: H273015, Processo: 46094044213201111 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE FRANCO VILANOVA Passaporte: C87RNRX8K, Processo: 46094045087201112 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE TIBURCIO MARTINEZ NAVARRO Passaporte: G03819211, Processo: 46094044328201106 Empresa: GESTAMP EOLICA BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO SANTACLARA VALVERDE Passaporte: AAA846999, Processo: 46094044769201108 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASAYUKI AZUMA Passaporte: TG8399419, Processo: 46094045363201134 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIKATSU KAWAI Passaporte: TH3780116, Processo: 46094044773201168 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHINGO FUJIMOTO Passaporte: TH5904763, Processo: 46094044836201186 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNICHI URABE Passaporte: TG2129537, Processo: 46094045362201190 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHINICHI KAWABATA Passaporte: TG7880327, Processo: 46094044934201113 Empresa: TERMOMECANICA SAO PAULO S A Prazo: 8 Mês(es) Estrangeiro: MARCO DALLA VECCHIA Passaporte: AA0582097, Processo: 46094044269201168 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ESKO JUHANI VEHMAAN KREULA Passaporte: PP9968998, Processo: 46094044272201181 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS WEICHLBAUER Passaporte: J02240910, Processo: 46094044132201111 Empresa: MAUVE CORPORATE SYSTEMS BRASIL LTDA. Prazo: até 31/07/2012 Estrangeiro: EHVIE RUTH PANTALEON CARCEDO Passaporte: EB0348475, Processo: 46094043842201116 Empresa: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MR NATTAPONG KONGKHUNKAEW Passaporte: V938182, Processo: 46094044528201151 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIANO CUBAIU Passaporte: YA2734783, Processo: 46094044842201133 Empresa: COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGGIL KWAK Passaporte: M69024316, Processo: 46094044845201177 Empresa: COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYUNSUNG LEE Passaporte: KR0445928, Processo: 46094044525201117 Empresa: MASTER DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELMER SANTA CRUZ ASPIROS Passaporte: 3599230, Processo: 46094044455201105 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONALD MAURICE SNODGRASS Passaporte: 215776248, Processo: 46094045459201101 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW PETER TOWERS Passaporte: C1M8P49VG, Processo: 46094040047201176 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS MARCANI SANCA Passaporte: 4527993, Processo: 46094044324201110 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JOHN PEARS Passaporte: 801353207, Processo: 46094044465201132 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TROY IRVIN GILBERTSON Passaporte: QD284356, Processo: 46094044462201107 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES CLINTON THOMAS PARLEE Passaporte: BA336338, Processo: 46094045460201127 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARC SCHAEFER Passaporte: C8RN25ZP9, Processo: 46094045484201186 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHIAS GEORGI Passaporte: C3HT57GXW, Processo: 46094045458201158 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VEIT DITTRICH Passaporte: C3VGFTWRP, Processo: 46094044877201172 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jeroen Antonius Maria Leijssen Passaporte: NN996PFJ7, Processo: 46094045327201171 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORENZO VERONESI Passaporte: Y307959, Processo: 46094045169201159 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Erik Teunis de Later Passaporte: NU22B2837, Processo: 46094045032201102 Empresa: MASTERFOODS BRASIL ALIMENTOS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MARTIJN KUIPERS Passaporte: NV6337BR5, Processo: 46094044672201197 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE JEAN JACQUES ROUE Passaporte: 10CX38284, Processo: 46094044914201142 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMIR JONES Passaporte: AA8710702, Processo: 46094044917201186 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PABLO ANTONIO PEREZ CLAURE Passaporte: A098415, Processo: 46094044915201197 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS MIGUEL GOMEZ BOJANIC Passaporte: 4669026, Processo: 46094044913201106 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL CARRETERO Passaporte: 10CY97302, Processo: 46094044919201175 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 07/11/2012 Estrangeiro: PAULO JORGE DUARTE MOREIRA Passaporte: WL668349, Processo: 46094045118201127 Empresa: BATIMAT DO BRASIL ISOLAMENTO E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEN SAMARDZIJA Passaporte: 036150278, Processo: 46094045116201138 Empresa: BATIMAT DO BRASIL ISOLAMENTO E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARKO JOZINOVIC Passaporte: 004201275, Processo: 46094045065201144 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SVEIN OLAV VATLAND Passaporte: 21062662, Processo: 46094045188201185 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 07/11/2012 Estrangeiro: MAURICE GLEN LEHMAN Passaporte: QD216334, Processo: 46094045076201124 Empresa: BATIMAT DO BRASIL ISOLAMENTO E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZELJKO RADIC Passaporte: 048744243, Processo: 46094045257201151 Empresa: BATIMAT DO BRASIL ISOLAMENTO E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TADEUSZ WALENTY WALKOWIAK Passaporte: EB4627886, Processo: 46094045254201117 Empresa: BATIMAT DO BRASIL ISOLAMENTO E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZBIGNIEW MAZUR Passaporte: EA8664125, Processo: 46094045063201155 Empresa: AKER SOLU-

IMPRENSA NACIONAL EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

TIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAI AADNE KOSTOEL Passaporte: 25489360, Processo: 46094045067201133 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KOLBJOERN FOELLVIK Passaporte: 20719829, Processo: 46094045062201119 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LARS ERIK OLSEN Passaporte: 28237239, Processo: 46094045064201108 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STIG FOSSE Passaporte: 27782089, Processo: 46094045061201166 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILLY DRETVIK Passaporte: 01306911, Processo: 46094045075201180 Empresa: CNH LATIN AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ASTICK SHUKLA Passaporte: G3869413, Processo: 46094045433201154 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK REINHARTSEN Passaporte: 21074793, Processo: 46094045470201162 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO RODRIGUEZ FERNANDEZ Passaporte: BD 581085, Processo: 46094045466201102 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANA LIDIA NAVARRO HUERCIO Passaporte: BA 842667, Processo: 46094045467201149 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO DIAZ CANO Passaporte: BD 072874, Processo: 46094045474201141 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARMEN SAIZ COSIO Passaporte: AAD 549916, Processo: 46094045468201193 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER BARRIENTOS ORTIZ Passaporte: BC 558728, Processo: 46094045464201113 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVAN LOPEZ AGUILERA Passaporte: AAE 318833, Processo: 46094045471201115 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KHAOULA LEJRI Passaporte: WO33369, Processo: 46094045472201151 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIA DEL MAR GARCIA LAJUSTICIA Passaporte: AAD 096194, Processo: 46094045473201104 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL NICOLAS DEL CASTILLO Passaporte: 26372408N, Processo: 46094045469201138 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGI ASCASO GONZALEZ Passaporte: BC 434315, Processo: 46094045574201177 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gjorn Simen Sanna Passaporte: 27616808, Processo: 46094045475201195 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAUL JUAN MARTINEZ Passaporte: AAE 032392, Processo: 46094045465201150 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL CARRERA HURTADO Passaporte: AAD 568675, Processo: 46094045629201149 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN HANSEN Passaporte: C2GCK6R61.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094045258201103 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSEPH ANTHONY NUNLEY Passaporte: 113010418, Processo: 46094041236201166 Empresa: ABB LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANG HYUN KIM Passaporte: M91922151, Processo: 46094040981201198 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ORIFIEL YAP BARREDO Passaporte: XX1960100, Processo: 46094041739201131 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HUYNH TUAN DANG Passaporte: N1203363, Processo: 46094045093201161 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: COLIN LESLIE GIBBSONS Passaporte: 500788475, Processo: 46094045124201184 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUDWIG MARIA WAGNER Passaporte: CGXFKL713, Processo: 46094040983201187 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETRI ARMAS HUHTALA Passaporte: PC3146371, Processo: 46094041994201184 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVAN DOUGLAS STRONACH Passaporte: 099173252, Processo: 46094041993201130 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DINDO LONZAGA SACAY Passaporte: XX3038094, Processo: 46094041641201184 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BINQUAN WANG Passaporte: G53150229, Processo: 46094041637201116 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUANGDONG PAN Passaporte: G55920549, Processo: 46094041638201161 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DONG WANG Passaporte: G38480192, Processo: 46094041639201113 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIANQIU CAO Passaporte: G24405827, Processo: 46094041642201129 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LILIANG SHAN Passaporte: G54295473, Processo: 46094041644201118 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUAN LIU Passaporte: G43312647, Processo: 46094041643201173 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUE XU Passaporte: G51839627, Processo: 46094042494201160 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHANJOO KIM Passaporte: SM0302553, Processo: 46094042495201112 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHOUNGGIL CHOI Passaporte: M86343719, Processo: 46094042504201167 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GWANG HAENG LEE Passaporte: M71495148, Processo: 46094042496201159 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUNKYU KIM Passaporte: M09417484, Processo: 46094042497201101 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAE KYU LEE Passaporte: M21463506, Processo: 46094043413201149 Empresa: SBP DO BRASIL PROJETOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIAGO SILVA DE CARVALHO Passaporte: L085762, Processo: 46094042498201148 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAI HWAN JEONG Passaporte: M75617168, Processo: 46094042499201192 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONGRYUL CHOI Passaporte: M46455885, Processo: 46094042500201189 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEONG GEUN LEE Passaporte: M53524236, Processo: 46094042501201123 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEUNGHO CHEON Passaporte: YP2072797, Processo: 46094042502201178 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUKJIN JUNG Passaporte: M78722123, Processo: 46094042503201112 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUNG HYUN YOUN Passaporte: M75620327, Processo: 46094042505201110 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNGNAM KIM Passaporte: M51585346, Processo: 46094041815201117 Empresa: AGN SERVICOS MARITIMOS, AGENCIAMENTO E LOGISTICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Francisco Javier Lorenzo Hernandez Passaporte: BD365423, Processo: 46094041816201153 Empresa: AGN SERVICOS MARITIMOS, AGENCIAMENTO E LOGISTICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORBERTO CASADO MARQUEZ Passaporte: AAC250522, Processo: 46094042335201165 Empresa: SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DILONG YANG Passaporte: G46214685, Processo: 46094000137201213 Empresa: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DECLAN ANTHONY CARROLL Passaporte: PC2592955, Processo: 46094000135201216 Empresa: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT REISEL Passaporte: PO0719054, Processo: 46094041977201147 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEON SALAZAR Passaporte: 421799447, Processo: 46094041976201101 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEAN YVES MARTINEZ Passaporte: 135278865, Processo: 46094045329201160 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHOU GUANGLEI Passaporte: P00436823, Processo: 46094045337201114 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: XIA SHAOREN Passaporte: P01445220, Processo: 46094045330201194 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: JIANG YUBING Passaporte: P01445221, Processo: 46094042493201115 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNGWAN KIM Passaporte: M26338335, Processo: 46094042147201137 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOBIAS SEBASTIAN MEIER Passaporte: C4YL78445, Processo: 46094045545201113 Empresa: ROBERT BOSCH TECNOLOGIA DE EMBALAGEM LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZACHARIAS KURT WELLER Passaporte: C8J0ZMHTZ, Processo: 46094042148201181 Empresa: ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEZA KOULADJIAN Passaporte: WD 303667, Processo: 46094045534201125 Empresa: ATLAM OFF-SHORE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KNUT HAVARD ENGLI Passaporte: 26231549, Processo: 46094042338201107 Empresa: MANROLAND DO BRASIL SERVICOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RONALD STEPHAN SCHONBECK Passaporte: CGP8RYFMW, Processo: 46094043182201173 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHANNES FREDERIK GIJSEN Passaporte: BKHC2D9K0, Processo: 46094043184201162 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HENRIK HIERONYMUS SIEGEL Passaporte: 26996853, Processo: 46094043183201118 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VIKTOR NILSSEN Passaporte: 25193575, Processo: 46094043181201129 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: INGAR MELHEIM Passaporte: 26983166, Processo: 46094043179201150 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GORDON HØSTLAND Passaporte: 25479626, Processo: 46094045154201191 Empresa: CALMENA ENERGY SERVICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ELIAS RAMON ROSAS Passaporte: 007851944, Processo: 46094043185201115 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEAN EDWARD MARK GLEDHILL Passaporte: 761079901, Processo: 46094045632201162 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Gerald Peter Schwalb Jr Passaporte: 455701855, Processo: 46094043180201184 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAURIZIO MORETTI Passaporte: YA0112609, Processo: 46094045631201118 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK DEWAYNE FELLS Passaporte: 461738496, Processo: 46094000130201293 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAREK TUCEK Passaporte: BR0 789 121, Processo: 46094000293201276 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUN WOO PARK Passaporte: M49950252, Processo: 46094042910201120 Empresa: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERD THOMAS GOEHL Passaporte: C2Y50J4P8, Processo: 46094044632201145 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Liao Long Fang Passaporte: G55120413, Processo: 46094045630201173 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CORY KOPEN Passaporte: WG411587, Processo: 46094045332201183 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: GUO DAZHONG Passaporte: P01445438, Processo: 46094045331201139 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: SHEN JIANGANG Passaporte: P00722092, Processo: 46094045333201128 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: SI ANQUAN Passaporte: P00549240, Processo: 46094045335201117 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: SUN YUFENG Passaporte: P00438357, Processo: 46094045336201161 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: YAN MING Passaporte: P00735242, Processo: 46094045338201151 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: ZHANG ZHONGPEI Passaporte: P01445439, Processo: 46094042911201174 Empresa: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEINZ JOSEF KOESER Passaporte: C2Y5YPF8R, Processo: 46094044649201101 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Yuan Wan Fu Passaporte: G25724193, Processo: 46094042940201136 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL WERNIG Passaporte: L0819536, Processo: 46094042941201181 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN LUDWIG KELHAR Passaporte: 2769825, Processo: 46094043773201141 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AMIR BIN MOHD TAIB Passaporte: E0904054B, Processo: 46094042936201178 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIROSLAV STUDENÝ Passaporte: 38355673, Processo: 46094043774201195 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL WILLIAM O'DONNELL Passaporte: 461147901, Processo: 46094043775201130 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ANTHONY JELLEY Passaporte: 099133786, Processo: 46094042937201112 Empresa: SSI SCHAEFER LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN HIDEN Passaporte: P3332692, Processo: 46094045518201132 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAZLAN BIN YUSOF Passaporte: A24537212, Processo: 46094043776201184 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARTMUT GOEBEL Passaporte: 151329312, Processo: 46094043777201129 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT MORGAN SORBET Passaporte: 406878737, Processo: 46094045519201187 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HARRY ANAK SIRA Passaporte: K23761241, Processo: 46094043597201147 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERICH HERBERT WICHTEL Passaporte: C9H8J72LV, Processo: 46094000253201224 Empresa: TADANO BRASIL EQUIPAMENTOS DE ELEVACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KATSUHISA MIYOSHI Passaporte: MS3493460, Processo: 46094043661201190 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUN-GI HWANG Passaporte: GK1984273, Processo: 46094000050201238 Empresa: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PENGCHAO ZHANG Passaporte: P01262611, Processo: 46094000256201268 Empresa: PANDURATA ALIMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Samuele Merlini Passaporte: A840018, Processo: 46094000257201211 Empresa: PANDURATA ALIMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Giampaolo Santi Passaporte: AA3706464, Processo: 46094000255201213 Empresa: PANDURATA ALIMENTOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Riccardo Zecchini Passaporte: YA1131471, Processo: 46094045411201194 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN PONESS Passaporte: CCJCPLN4J, Processo: 46094045410201140 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TILO SCHATTE Passaporte: CCR4W8330, Processo: 46094000248201211 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHOTA YAMAMOTO Passaporte: TH5788237, Processo: 46094045522201109 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT ANTONIUS JOHANNES VAN DEN ACKER Passaporte: NT6KB17L0, Processo: 46094045521201156 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TILL ULRICH VAN TOL Passaporte: NW51HFC54, Processo: 46094000087201266 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID LEVI VARGAS Passaporte: 135 297 273, Processo: 46094000085201277 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMI MICHAEL COFFIN SR Passaporte: 477 673 770, Processo: 46094000086201211 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN TODD STEWART Passaporte: 448 029 686, Processo: 46094045361201145 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YASUHIRO KUSHIBIKI Passaporte: TK5748727, Processo: 46094045359201176 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MAKOTO NISHIYAMA Passaporte: TK5500182, Processo: 46094000154201242 Empresa: BLADE OFFSHORE BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL PATRICK EASTON Passaporte: 093141402, Processo: 46094043973201101 Empresa: ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WAYNE ROSS EDGECOMBE Passaporte: LA636473, Processo: 46094043974201148 Empresa: ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL ANTHONY HEDZIK Passaporte: M59320779, Processo: 46094044939201146 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOUNG SOO KIM Passaporte: MP0473501, Processo: 46094044237201162 Empresa: PAIC PARTICIPACOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Linda Stojanovic Passaporte: BA541558, Processo: 46094000291201287 Empresa: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL MAST Passaporte: C9RXY1ZN4, Processo: 46094045171201128 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID LEGGE Passaporte: 109874310, Processo: 46094045523201145 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GEERT VAN DER VOSSEN Passaporte: NN5RK0F54, Processo: 46094045529201112 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS ANTENS Passaporte: NY92D5709, Processo: 46094000289201216 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Miguel Arnoldo Rodriguez Passaporte: 028131482, Processo: 46094044984201109 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MYLIEN THI LE Passaporte: 439155551, Processo: 46094000183201212 Empresa: GLENMARK FARMACEUTICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAJESH NAMDEORAO BHOSALE Passaporte: E9401973, Processo: 46094045172201172 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEREK FOSTER Passaporte: BA491478, Processo: 46094045530201147 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILHELMUS JOHANNES ADRIANA MEGENS Passaporte: NS6D6KR54, Processo: 46094044660201162 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Wang Xuan Passaporte: G53471061, Processo: 46094044755201186 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ke You Qing Passaporte: G25846315, Processo: 46094044642201181 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Lei Long Passaporte: G56011453, Processo: 46094000288201263 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Naresh Mittal Passaporte: G1411681, Processo: 46094044750201153 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Li Qiang Qiang Passaporte: G56002838, Processo: 46094045525201134 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER JOHANNES ADRIANUS JACOBUS MARIA VAN DER MEER Passaporte: NT3BHRCJ7, Processo: 46094000071201253 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EWAR BENITO NAVA TERAN Passaporte: 029 635 441, Processo: 46094045527201123 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BASTIAAN GEERTS Passaporte: NUBJKD2K2, Processo: 46094000092201279 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE IGNACIO IZQUIERDO PEREIRA Passaporte: 000 355 894, Processo: 46094000247201277 Empresa: FURUKAWA INDUSTRIAL SA PRODUTOS ELETRICOS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROY DONALD BROCHTRUP Passaporte: 483088280, Processo: 46094045026201147 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HEIK KLAUS-DIETER MULLER Passaporte: CGG5V2P1R, Processo: 46094044883201120 Empresa: FORSHIP ENGENHARIA S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Suresh Ramasamy Passaporte: A22334845, Processo: 46094000095201211 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NESTOR APARICIO SILVA BETANCOURTH Passaporte: 004 885 766, Processo: 46094000096201257 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT ANDRES MENDOZA TORTOZA Passaporte: 035 790 974, Processo: 46094000018201252 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Wang Yue Passaporte: G52798879, Processo: 46094000016201263 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Yang Ji Bin Passaporte: G57342778, Processo: 46094000012201285 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zhang Yun Passaporte: G22425976, Processo: 46094044823201115 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUI PEDRO FILIPE CARDOSO LOUREIRO Passaporte: L587845, Processo: 46094000017201216 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Shao Fan Passaporte: G52353765, Processo: 46094045524201190 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRAM JOHANNES MARIA VERHOEF Passaporte: NS7L873K1, Processo: 46094000020201221 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zhao Ju Chun Passaporte: G39154925, Processo: 46094045357201187 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KUNIO MIZUNO Passaporte: TZ0262505, Processo: 46094000021201276 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Wu Ming Passaporte: G55855711, Processo: 46094000015201219 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Dong Wei Xi Passaporte: G56051417, Processo: 46094000014201274 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Li Yu Hui Passaporte: G40809099, Processo: 46094000023201265 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Lin Yuan Passaporte: G56764580, Processo: 46094000013201220 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Hsiao Wei Lang Passaporte: 210814932, Processo: 46094000019201205 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Lin Qiang Passaporte: G50954707, Processo: 46094000034201245 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Peng Ya Wu Passaporte: G55006527, Processo: 46094000024201218 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Pei Hong Xing Passaporte: G52387002, Processo: 46094045526201189 Empresa: QUIP SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO MANUEL CRUZ ARANDA Passaporte: BD598495, Processo: 46094044826201141 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FABIO ROSARIO PASCUCCI Passaporte: F3576244, Processo: 46094045352201154 Empresa: VIDEOLAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Roland Herbert Scholz Passaporte: 413713903, Processo: 46094045349201131 Empresa: VIDEOLAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andy Beyer Passaporte: CGFX3F0V2, Processo: 46094045351201118 Empresa: VIDEOLAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Edward Lee Biggs Passaporte: 451773501, Processo: 46094045350201165 Empresa: VIDEOLAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Adam Christof Kowalewski Passaporte: C7Z6X3XN9, Processo: 46094045170201183 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DARIUSZ MICHAL POMYKALA Passaporte: AS6276137, Processo: 46094044993201191 Empresa: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM VELEZ CASTRO Passaporte: 441088753, Processo: 46094044995201181 Empresa: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDWINK ARMANDO RODRIGUEZ RICART Passaporte: 710132630, Processo: 46094044975201118 Empresa: GEOSERV PESQUISAS GEOLOGICAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Alexandr Varakin Passaporte: N07549201, Processo: 46094044994201136 Empresa: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN R PECORA Passaporte: 403174104, Processo: 46094045358201121 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ISAO KOIKE Passaporte: TH3396746, Processo: 46094045360201109 Empresa: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKAMASA YASUDA Passaporte: TG4920991, Processo: 46094045436201198 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Celestino Manuel Miranda Martins Passaporte: L954362, Processo: 46094045437201132 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Domingos Manuel Magalhães Dias Passaporte: L962121, Processo: 46094045540201182 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Joaquim Antonio Peixoto de Azevedo Passaporte: L953940, Processo: 46094045438201187 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Joaquim Dias da Silva Passaporte: L279429, Processo: 46094045121201141 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROY EDWARD ANDERSEN Passaporte: 465585404, Processo: 46094045122201195 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PAUL ANTHONY LIBBY Passaporte: 113025111, Processo: 46094044996201125 Empresa: LUFTHANSA CARGO A G Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HERNANDO WAGEMANN Passaporte: C5NT4CXPX, Processo: 46094045125201129 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FLORIAN MATTHIAS GAIL Passaporte: CGNC2W6G8, Processo: 46094045033201149 Empresa: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Arturo Patricio Chia Torres Passaporte: 106833427, Processo: 46094045126201173 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PETER BERNHARD Passaporte: CGXJY0ZJT, Processo: 46094045037201127 Empresa: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ricardo Aguirre Guzman Passaporte: G03590754, Processo: 46094045035201138 Empresa: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ismael Daniel Chay Garcia Passaporte: G03146470, Processo: 46094000259201200 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ESKO ERKKI JUHANI VENERANTA Passaporte: PZ6551366, Processo: 46094045439201121 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL DOS SANTOS FARIA Passaporte: L953685, Processo: 46094045440201156 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL AFONSO PINTO PEREIRA COUTINHO Passaporte: L956008, Processo: 46094045441201109 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PEDRO VASCO TOMAS INFANTE LEAL Passaporte: L984165, Processo: 46094045442201145 Empresa: POWERMETAL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL ANTONIO DE JESUS BRITO DOS SANTOS Passaporte: L990562, Processo: 46094045034201193 Empresa: TERMOPERNAMBUCO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Hernán Pablo Vieyra Marfán Passaporte: 7.521.037-K, Processo: 46094045367201112 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL OCHOA GANDARILLA Passaporte: G07894221, Processo: 46094045404201192 Empresa: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL IVAN CAMACHO Passaporte: 308693628, Processo: 46094045531201191 Empresa: OCEANICA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHARLIE FRAZER ROBERTS Passaporte: 099205450, Processo: 46094000047201214 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DYLAN MURRAY WEDDING Passaporte: EA513101, Processo: 46094045405201137 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID BALLESTRACCI Passaporte: AA1220669, Processo: 46094045366201178 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUAN ALBERTO LOPEZ RAMIREZ Passaporte: 07350041318, Processo: 46094045368201167 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JESUS JOAQUIN TERRAZAS FERNANDEZ Passaporte: G06065103, Processo: 46094000003201294 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Li Zhen Long Passaporte: G53638520, Processo: 46094000011201231 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zhu Shui Cheng Passaporte: G51873823, Processo: 46094000004201239 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Zhu Xiao Xiang Passaporte: G52203266, Processo: 46094000005201283 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Song Xiao Passaporte: G52619455, Processo: 46094000002201240 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Yang Pu Tsun Passaporte: 216274816, Processo: 46094000006201228 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Chen Xi Hua Passaporte: G56672846, Processo: 46094000009201261 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Bai Jun Po Passaporte: G56478850, Processo: 46094045570201199 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONAS BAUMANN Passaporte: F3182891, Processo: 46094045568201110 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL GILLMANN Passaporte: F2286499, Processo: 46094045569201164 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANNIS ALEXANDROS AFTHINOS Passaporte: F3029295, Processo: 46094045567201175 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: OLIVIER MAURICE MARIE NORVEZ Passaporte: 08CX28371, Processo: 46094045479201173 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YONGLIANG GUO Passaporte: P01463514, Processo: 46094045542201171 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HUI KOK KEONG Passaporte: A23463893, Processo: 46094045543201116 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIANG QI Passaporte: G44804073, Processo: 46094045478201129 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YONGQUAN LIANG Passaporte: P00516298, Processo: 46094045481201142 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HAO CAO Passaporte: P01359969, Processo: 46094045480201106 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YAN JIAO Passaporte: G38905373, Processo: 46094045575201111 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Anders Holmen Passaporte: 28816771, Processo: 46094045576201166 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Knut Skullestad Passaporte: 28078332, Processo: 46094045573201122 Empresa: VILLARES METALS SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: John Ronald Salonek Passaporte: 426369495, Processo: 46094045614201181 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KANGHYUN CHOI Passaporte: M57677925, Processo: 46094000316201242 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Pieter Johan Croezen Passaporte: NS0LDD664, Processo: 46094000290201232 Empresa: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHANNES KIRCHER Passaporte: CGRJZ26PF, Processo: 46094000292201221 Empresa: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT STAWIARSKI Passaporte: AT5044475, Processo: 46094000367201274 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN BUCHBERGER Passaporte: CGXL0GV5Y.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094001592201228 Empresa: JWAP PROMOCOES E EVENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANATOLY GRIGOREV Passaporte: 70 0888004 Estrangeiro: ANTONIO RICARDO JUAREZ GOMEZ Passaporte: G02035827 Estrangeiro: CARMEN GISELLA VARGAS SAENZ Passaporte: 5162512 Estrangeiro: ELVIS ARIEL LATORRE Passaporte: 33961639N Estrangeiro: EMMA JAYNE SHELDON Passaporte: 112027166 Estrangeiro: FRANCIS JOSEPH JEAN LOUIS MARC DEMARTEAU Passaporte: EH813595 Estrangeiro: GUSTAVO DAMIAN GOMEZ Passaporte: 28924610N Estrangeiro: HUGO MARTIN MUÑOZ CISNEROS Passaporte: 5162513 Estrangeiro: LARYSA LYSENKO Passaporte: EC380661 Estrangeiro: LEONID SOROKIN Passaporte: EK085981 Estrangeiro: NATALIIA KOCHUBEI Passaporte: EC133088 Estrangeiro: PAVEL KUKUSHKIN Passaporte: 51N4894894 Estrangeiro: PAVEL LETUNOV Passaporte: 64N3991866 Estrangeiro: VADIM SHAGUNIN Passaporte: 51N4172050 Estrangeiro: VLADIMIR SHAVRIN Passaporte: 63N6772612 Estrangeiro: VYACHESLAV SHAGUNIN Passaporte: 51N4172029, Processo: 46094003269201299 Empresa: SMARTBIZ MUSICA ELETRONICA LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SVEN WALTER VÄTH Passaporte: C5HTN0ZLH, Processo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

46094002308201231 Empresa: CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: OLGA MARIA DE RAMOS RORIZ SEQUEIRA Passaporte: L895721, Processo: 46094002813201285 Empresa: ETHOS PRODUTORA DE ARTE E CULTURA LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL D BRANTIGAN Passaporte: 443126967 Estrangeiro: KATHERIN ELIZABETH KING Passaporte: 467481514 Estrangeiro: MIGUEL ANTONIO BARELLA TESTA Passaporte: XD304816, Processo: 46094003103201272 Empresa: THC CURSOS, PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 13 Dia(s) Estrangeiro: DOMINIC NICHILO Passaporte: 441718642 Estrangeiro: Stephen Robert Guyger Passaporte: 305764692, Processo: 46094002847201270 Empresa: NUU BAR & LANCHES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRENT ALAN MAYES Passaporte: 078475545 Estrangeiro: IAN DAVIS NYGAARD Passaporte: 482816102 Estrangeiro: JARED WILLIAM SIMONSON Passaporte: 486763633 Estrangeiro: JORDAN JEFFREY GATESMITH Passaporte: 484558525 Estrangeiro: MAX IAN PETREK Passaporte: 451604797, Processo: 46094003102201228 Empresa: THC CURSOS, PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 13 Dia(s) Estrangeiro: JOHN GREGORY WILSON Passaporte: 443367313 Estrangeiro: PAUL ALLAN OSCHER Passaporte: 219955833 Estrangeiro: ROBERT ALEXANDER SALIAMONAS Passaporte: 038738550, Processo: 46094003167201273 Empresa: CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PEDRO SANTIAGO CAL Passaporte: G642840, Processo: 46094003604201259 Empresa: CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SYLVIA KAZUMI RIJMER Passaporte: NP5F79624, Processo: 46094003576201270 Empresa: ANDREY MEIRELLES HERMUCHE - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ZDENEK RANDA Passaporte: 38076289, Processo: 46094003623201285 Empresa: BRASIL 10 ORGANIZACAO, PRODUCAO E PROMOCAO DE EVENTOS LTDA EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW RUDOLPH Passaporte: WA041256 Estrangeiro: GRAHAM RICHARD EPP Passaporte: WA043697 Estrangeiro: JESSE MATTHEW WARKENTIN Passaporte: WM945787 Estrangeiro: SCOTT ANDREW ELLENBERGER Passaporte: WS785951, Processo: 46094003746201216 Empresa: RISADARIA EVENTOS CULTURAIS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN GRAIG BANKS Passaporte: 208641115, Processo: 46094003976201285 Empresa: REC-BEAT DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARIA PAULA RIVERA Passaporte: 28366759N Estrangeiro: YUSIMIL LOPEZ BRIDON Passaporte: H151705, Processo: 46094003394201207 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAVIER PERIANEZ GRANERO Passaporte: BF120228, Processo: 46094003820201202 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DONALD LITAKER Passaporte: 469968584, Processo: 46094003819201270 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CÉDRIC MARC JEAN TIBERGHIEN Passaporte: 10CZ56074, Processo: 46094004297201223 Empresa: FOCUSPAR PARTICIPACOES S/A Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE JEAN GUSTAVO ROCH Passaporte: 05TV60028 Estrangeiro: CÉDRIC ARMENGAUD Passaporte: 07AB59693 Estrangeiro: DAVID CLOTAIRE Passaporte: 10CT97054 Estrangeiro: DAVID DANIEL DELANCEMOUGNE Passaporte: 01DA39697 Estrangeiro: DOMINIQUE GAUDEAUX Passaporte: 11AC68707 Estrangeiro: FRANCK OLIVIER JEZEQUEL Passaporte: 02ZB98862 Estrangeiro: GUILLAUME ROGER FRANÇOIS PIAT Passaporte: 07AK47535 Estrangeiro: JULIEN CLAUDE CHARRIERE Passaporte: 06AR75803 Estrangeiro: SEBASTIEN GILBERT ROBERT PANIER Passaporte: 07 AI 18609 Estrangeiro: YANNICK JAMPY Passaporte: 06HR66630, Processo: 46094003977201220 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BEAU PAUL SMART Passaporte: 039450608 Estrangeiro: BENNY CLARKE MEDINA Passaporte: 442063021 Estrangeiro: GEETANJALI GRACE IYER Passaporte: 483090980 Estrangeiro: GUSTAVO ADOLFO ZAMBRANO Passaporte: 462737575 Estrangeiro: JENNIFER L. MUNIZ Passaporte: 483091146 Estrangeiro: L. MARTIN JR. Passaporte: 461338003 Estrangeiro: LUIS MANUEL MARRERO Passaporte: 483093238 Estrangeiro: MARIEL AUSTIN HAENN Passaporte: 113217382 Estrangeiro: MARK EUGENE YOUNG Passaporte: 460544667 Estrangeiro: MARY ELIZABETH PHILLIPS Passaporte: 447613628 Estrangeiro: ROBERT A. ZANGARDI Passaporte: 450096117 Estrangeiro: YARIMAR HERNANDEZ Passaporte: 039367385, Processo: 46094004193201219 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TORSTEN MANFRED KERL Passaporte: 504313178, Processo: 46094004681201226 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD DEAN ANDERSON Passaporte: 038862439.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094001365201201 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FREDDY ESCLETO ALOCILJA Passaporte: EB1599301 Estrangeiro: JUAN PABLO ORTEGA ORTIZ Passaporte: SC3759147 Estrangeiro: MANUEL MARTINS GONÇALVES Passaporte: J401565, Processo: 46094003285201281 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DERICK DAVID MATHIAS Passaporte: Z1779016 Estrangeiro: HANS LUDWIG HUBER MONARDE Passaporte: 163026546 Estrangeiro: I WAYAN DARSANA Passaporte: S794834 Estrangeiro: JOAQUIM ANGELO MENEZES Passaporte: J0170500, Processo: 46094003927201242 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GLENN LEONARD STANISLAUS FERNANDES Passaporte: Z1986037 Estrangeiro: RICARDO DANIEL HERNANDEZ Passaporte: AA2411214, Processo: 46094003926201206 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL LAGO RODRÍGUEZ Passaporte: AAE928071, Processo: 46094003925201253 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GLENY GABRIELA RUESTA TALAVERANO Passaporte: 3142088, Processo: 46094003924201217 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUAN DAVID GARDEAZABAL GIRALDO Passaporte: CC6200357 Estrangeiro: MIGUEL ANDRES RAMIREZ MARTINEZ Passaporte: AM768023 Estrangeiro: RAHMAN Passaporte: R190066, Processo: 46094003923201264 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANA FRANCISCA GUERRERO CABRAL Passaporte: SE1078082 Estrangeiro: BERNARD DOMNIC ANDRADES Passaporte: E3974576 Estrangeiro: NASIRUTDIN Passaporte: S996378, Processo: 46094003929201231 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BLASCO FERNANDES Passaporte: H4918324 Estrangeiro: JAMES TIMOTHY BUNANI BALANE Passaporte: XX2249491, Processo: 46094004167201291 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALLAN ESCOBAR ROLDAN Passaporte: EB4255503 Estrangeiro: ARMANDO ADLAON ACEBU Passaporte: XX4547236 Estrangeiro: ARVIND ANANT MAHADESHWAR Passaporte: E9049915 Estrangeiro: BRIAN DENN AGUILAR YUTUC Passaporte: XX2496086 Estrangeiro: CARLITO JR NAVARRO SAUSAL Passaporte: XX1564178 Estrangeiro: CHRISTOPHER CAJURAO EUSEBIO Passaporte: XX0138819 Estrangeiro: DARWIN TAMBONGCO GASALAO Passaporte: XX1850289 Estrangeiro: DENNY LESMANA Passaporte: S 646807 Estrangeiro: EVA LYNE GUTIERREZ DE TORRES Passaporte: XX1654837 Estrangeiro: GENARO TUMULAK PADILLO Passaporte: EB2070310 Estrangeiro: I WAYAN BALIK ARIADI Passaporte: W 386436 Estrangeiro: IKHSAN ALMAZID Passaporte: W 912242 Estrangeiro: JASON SISON AGUINALDO Passaporte: XX2903343 Estrangeiro: JEFFREY JIMENO BERTULANO Passaporte: EB0926114 Estrangeiro: JESSA THERESE AVILA ANTONIO Passaporte: XX4175895 Estrangeiro: JESUS BERROCAL CASTRO Passaporte: 5574238 Estrangeiro: JOSEPH ALLAIN REYES PAJO Passaporte: EB1315263 Estrangeiro: MARIO MANUEL II FLORES YAP Passaporte: XX3160109 Estrangeiro: MICHAEL ALICIO SAGUIL Passaporte: XX1294223 Estrangeiro: MICHAEL NELSON GARCIA CERIA Passaporte: EB1277280 Estrangeiro: NELLY MAE AGBING BARSAGA Passaporte: XX0300167 Estrangeiro: RANDY DERIGE MARTINEZ Passaporte: EB4151516 Estrangeiro: ROMMEL AMBA MONIS Passaporte: XX1589406 Estrangeiro: RYAN CAYANAN OCAMPO Passaporte: EB3408280 Estrangeiro: STEFANUS DANU SUSANTO Passaporte: R 490600 Estrangeiro: TARSEM MAGAYONES SANGER Passaporte: EB1477785 Estrangeiro: WINSETTE SANTOS REGONDOLA Passaporte: EB4284146, Processo: 46094003931201219 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANANT ALIAS ASHRAY RAMESH NAIK Passaporte: H4918992 Estrangeiro: ARMANDO ALEJANDRO FUENTES VAIZ Passaporte: 5577203 Estrangeiro: ASTON AMBROSIO VIEGAS Passaporte: G3197900 Estrangeiro: DEBORA GABRIELA RIOS DE LA CRUZ-MELO Passaporte: 5492911 Estrangeiro: ENRIQUE GARCIA VALDERA Passaporte: 4350380 Estrangeiro: ERWAN SURYONO Passaporte: V 284711 Estrangeiro: GABRIEL MOISES ALMEIDA SANCHEZ Passaporte: 3556733 Estrangeiro: HARISH KRISHNA POOJARI Passaporte: E5270659 Estrangeiro: I MADE GEDE ARTHA WIJAYA Passaporte: A 0489646 Estrangeiro: JEREMY STEFAN LOPEZ OSORIO Passaporte: 5332052 Estrangeiro: MAHESH DANDIBA GAUDI Passaporte: J9747233 Estrangeiro: RAHUL SUNIL JOSHI Passaporte: H0199847 Estrangeiro: RAMKARAN CHAURASIYA Passaporte: J5601203 Estrangeiro: TOSHIRO SALVADOR PEREZ MINEI Passaporte: 5501876 Estrangeiro: VERONIKA HUEMER Passaporte: P 3057959 Estrangeiro: ZICO RICHARD LOBO Passaporte: H6023518, Processo: 46094004168201235 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CAMILO SABADO OLORES Passaporte: XX0535364 Estrangeiro: CRISTINA DELLI GATTI Passaporte: AA4363525 Estrangeiro: EDUARDO PAUL BERNAL PIMINCHUMO Passaporte: 4988986 Estrangeiro: IRWIN ROMELLE DAVID OSENA Passaporte: XX1233226 Estrangeiro: MA CORAZON GALANG SAJULAN Passaporte: XX0240986 Estrangeiro: MARIA DEL CARMEN DAVILA ARENAS Passaporte: 4696852 Estrangeiro: MARY MARGARET ESCLAVIA PORRAS Passaporte: XX1177374 Estrangeiro: MITOS CORSINO ESCOBAR Passaporte: XX0529337 Estrangeiro: RAFAEL CRUZ SIOCHI Passaporte: XX0379333, Processo: 46094004169201280 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID SPENCER MC WILLIAMS Passaporte: 432626572, Processo: 46094004170201212 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO CHACON MERINO Passaporte: BD073691 Estrangeiro: ROGELIO CURARATON LAYOS Passaporte: XX1890769.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094039088201110 Empresa: ODFJELL GESTAO DE PERFURACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MALCOLM LAMOND BEATON Passaporte: 761213656 Estrangeiro: STEPHEN JOHN MARSH Passaporte: LA603194, Processo: 46094039527201194 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES TUCKER Passaporte: 402044857 Estrangeiro: LEROYAL HESTER II Passaporte: 481585006 Estrangeiro: LOREN EUGENE MASSEY Passaporte: 212866500, Processo: 46094040442201159 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GORDON PETER NICOL Passaporte: 652046865, Processo: 46094001253201241 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 05/05/2013 Estrangeiro: GAETANO SPARACINO Passaporte: AA1828284, Processo: 46094042372201173 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: CHAD MICHAEL TROSCLAIR Passaporte: 405708074, Processo: 46094001252201205 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRETT LOUIS WINSPEAR Passaporte: 461687647, Processo: 46094001254201296 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHAN PIERRE GARDIE Passaporte: 09PL66025, Processo: 46094043979201171 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEWART NICHOLAS WILSON Passaporte: 099252879 Estrangeiro: WILLIAM DUNCAN MCBAIN Passaporte: 099057592, Processo: 46094043374201180 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DMITRIY SUCHKOV Passaporte: 63Nº4473825, Processo: 46094043609201133 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/11/2013 Estrangeiro: Konstantin Domnikov Passaporte: 20515729, Processo: 46094043898201171 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEAN TASNEY Passaporte: 109601074, Processo: 46094001257201220 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUKHVINDER SINGH Passaporte: E 1608693, Processo: 46094044205201167 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: JOHN PEREZ MENESES Passaporte: XX3030658, Processo: 46094001256201285 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 05/05/2013 Estrangeiro: TOR JONNY EDVARDSEN Passaporte: 25337348, Processo: 46094045627201150 Empresa: DAN SWIFT DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TORBEN NIELSEN Passaporte: 101969592, Processo: 46094045090201128 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 25/06/2013 Estrangeiro: LEE WILLIAM BELL Passaporte: 506462965, Processo: 46094044476201112 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTON NOVIKOV Passaporte: EK262775 Estrangeiro: OLEKSIY DEYNEGA Passaporte: EK115490, Processo: 46094044267201179 Empresa: QUEIROZ GALVAO OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: João Paulo Moreira de Magalhães Passaporte: L07407, Processo: 46094001255201231 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 05/05/2013 Estrangeiro: KRISTIAN KRISTIANSEN Passaporte: 26118307, Processo: 46094044997201170 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: KEITH JOSEPH HASSAGE Passaporte: 222089246, Processo: 46094044681201188 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/06/2013 Estrangeiro: JAVIER BERNARDO BERTEA Passaporte: 25038303N, Processo: 46094044892201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2012 Estrangeiro: AMOL VENKAT Passaporte: F8796541, Processo: 46094045004201187 Empresa: CEPEMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 26/12/2013 Estrangeiro: ELVIN MIGUEL SUAZO NORALES Passaporte: C889015, Processo: 46094000235201242 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RONALD ANTHONY BASS Passaporte: 017276658, Processo: 46094044923201133 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 11/02/2012 Estrangeiro: DMITRY SIDOROV Passaporte: 64Nº0945835 Estrangeiro: MAKSYM SVYNARENKO Passaporte: AK037145, Processo: 46094045246201171 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO CRUZ DELA CRUZ Passaporte: XX4665502 Estrangeiro: CHARLIE GATDULA CENTENO Passaporte: EB1025969, Processo: 46094045634201151 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARK NICHOLAS FOOTITT Passaporte: 304863794, Processo: 46094045390201115 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARL VESTERGAARD JEPPESEN Passaporte: 202910643, Processo: 46094045648201175 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BILLY JAMES WALTMAN Passaporte: 422193391, Processo: 46094045445201189 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 30/06/2013 Estrangeiro: JOAQUIM ALEJANDRO FERNANDES CARMONA Passaporte: 049409891, Processo: 46094045623201171 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 30/04/2013 Estrangeiro: ALEX TAURO TORDESILLAS Passaporte: XX3797802 Estrangeiro: BENNY AGSALDA LEANO Passaporte: XX3234420 Estrangeiro: JESUS TADLE ADAPTAR Passaporte: EB4065893 Estrangeiro: JONATHAN CALA-OR LUNTAO Passaporte: XX0268589 Estrangeiro: JOSELITO CLARISA DELUSO Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XX4451877 Estrangeiro: JOSEPH RODEL SAN ANDRES Passaporte: EB1107360 Estrangeiro: LEGASPI NAVARRA AGOJO Passaporte: EB1720091 Estrangeiro: NIMROD CACHO BABIEIRA Passaporte: XX3604284 Estrangeiro: ORWELL BUSARANG ARANGOTE Passaporte: UU0798449 Estrangeiro: RODRIGO HERNANDEZ VILLANUEVA Passaporte: EB1081459 Estrangeiro: RYSZARD CZABAN Passaporte: AK2106230, Processo: 46094045620201138 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 28/02/2013 Estrangeiro: JARLE HALVARD SOERENSEN Passaporte: 25196035, Processo: 46094000212201238 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGEY KOSTYLEV Passaporte: 63Nº7041884, Processo: 46094000272201251 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 20/12/2012 Estrangeiro: KERRY PAUL BONVILLAIN Passaporte: 433981952, Processo: 46094000841201268 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARSEN ROSANDIC Passaporte: 002005271 Estrangeiro: Bradley Thomas Berg Passaporte: BA332541 Estrangeiro: JAMES ALEXANDER GAGE BRICKENDEN Passaporte: 205456455 Estrangeiro: NEIL JAMES GOW Passaporte: 801150517, Processo: 46094000827201264 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/12/2013 Estrangeiro: SANTHANA RAJA THIRAVIAM NADAR Passaporte: Z2075270, Processo: 46094000343201215 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: KETIL GLIMSJO Passaporte: 28693347, Processo: 46094000768201224 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MERVYN KEEVAN SUPERVILLE Passaporte: TA522309, Processo: 46094000769201279 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: MARIO DAVID GONZÁLEZ CARVALLO Passaporte: 80465130, Processo: 46094000823201286 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 22/08/2013 Estrangeiro: MATTEO PALMIERI Passaporte: YA 2092670, Processo: 46094001298201216 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KARL ADRIANUS LEGGE Passaporte: 208006591, Processo: 46094001055201288 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRUCE MICHAEL JAMESON Passaporte: 093206842, Processo: 46094001258201274 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/12/2013 Estrangeiro: FABRIZIO D'ESTE Passaporte: YA0075692, Processo: 46094000322201208 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: DAVID ROSS STRANGE Passaporte: 476463229 Estrangeiro: MR SAMIP PANT Passaporte: 2940221 Estrangeiro: RYAN CHRISTOPHER GREGUREK Passaporte: 135709517, Processo: 46094000822201231 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BIJU MATHEW Passaporte: J8747368, Processo: 46094000818201273 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: YVES JEAN EMILE MARIE RASTOIN Passaporte: 02VD16113, Processo: 46094000661201286 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALLAN SPAANS Passaporte: NVH816307 Estrangeiro: AMNUAY UDOM Passaporte: L851788 Estrangeiro: CHAIRAT INPOOWONG Passaporte: P938128 Estrangeiro: KHANIT SOPHAN Passaporte: S901789 Estrangeiro: MERWIN MICHAEL SANTAN FERNANDES Passaporte: F1608022 Estrangeiro: WANNADERM PAKSAMSRI Passaporte: M728210, Processo: 46094001681201274 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Piotr Pawel Stawecki Passaporte: AJ 1586120, Processo: 46094001683201263 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Gregory Lamont Baillie Passaporte: 478858103, Processo: 46094000539201218 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODELIO CAMPIT BRIZA Passaporte: UU0314971, Processo: 46094001684201216 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Bartlomiej Hubert Glogucki Passaporte: AT 5133526, Processo: 46094000821201297 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GOPAL GOBINDRAM GHANSHANI Passaporte: J9055693, Processo: 46094001687201241 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Andrzej Szymichowski Passaporte: AS 5147731, Processo: 46094001682201219 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: RAFAL ANDRZEJ ZYSKOWSKI Passaporte: AH8599211, Processo: 46094001686201205 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Eike Matysik Passaporte: C1C7XLTKF, Processo: 46094000536201276 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 30/11/2012 Estrangeiro: LOUIE DE VERA PERALTA Passaporte: EB4117775 Estrangeiro: WILFREDO CIAR TRABALLO Passaporte: EB4258835, Processo: 46094001300201257 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: NOEL CAMPIT BRIZA Passaporte: EB3889981, Processo: 46094000816201284 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BIRINDER SINGH PURBA Passaporte: E8728567, Processo: 46094000538201265 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: JONATHAN LAPIDEZ LOJA Passaporte: XX0348641 Estrangeiro: REY ALBERT RICO REQUILME Passaporte: VV0709394 Estrangeiro: SATHISH PONNUSAMY Passaporte: E5767937, Processo: 46094000815201230 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAM KISHOR Passaporte: F7050250, Processo: 46094000862201283 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEREK GRANT RABIE Passaporte: 448120661, Processo: 46094001161201261 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: SHAI TOPAZ Passaporte: 705621869, Processo: 46094000824201221 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 22/08/2013 Estrangeiro: RAFFAELLO NICOLIS Passaporte: YA2686453, Processo: 46094000857201271 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF MIROSLAW FEDORUK Passaporte: EB8435663, Processo: 46094000858201215 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES RYANN MAGTIBAY REYES Passaporte: EB1330366, Processo: 46094001096201274 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAJU PULICKAL PAILY Passaporte: Z1933910, Processo: 46094000863201228 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICKEY JOHN HICKEY Passaporte: BA620467, Processo: 46094000856201226 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCIN WITOLD WEREMCZUK Passaporte: AS9262740, Processo: 46094001095201220 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEREK THOMAS SCOTT Passaporte: 400317953, Processo: 46094000689201213 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/10/2013 Estrangeiro: MICHAIL ANDREOU Passaporte: AH3344466 Estrangeiro: RYSZARD KRZYSZTOF IDEC Passaporte: EB7049856, Processo: 46094001164201203 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 22/08/2013 Estrangeiro: LUCA PUNZONE Passaporte: YA0266928, Processo: 46094000849201224 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVOR MARKOVIC Passaporte: P01JR1171, Processo: 46094000850201259 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIE REY GUILLERMO ABACARO Passaporte: EB0773653, Processo: 46094001160201217 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: ROBERT JOHN SCHRAM Passaporte: 480839031, Processo: 46094000848201280 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/12/2013 Estrangeiro: ALEJANDRO SILVA CODILLA Passaporte: EB4168931, Processo: 46094001152201271 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: até 22/11/2013 Estrangeiro: BARRY EOIN FLOOD Passaporte: PB3490569, Processo: 46094000842201211 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CIARAN PADRAIG MURPHY Passaporte: PC2905807 Estrangeiro: GRAHAM MACIVER Passaporte: 458816293 Estrangeiro: IAN ROWE Passaporte: 801605529 Estrangeiro: JAMES ANDREW DAVIDSON Passaporte: 800678052 Estrangeiro: JOHN LEON GERARD LEGERE Passaporte: JV678380 Estrangeiro: SCOTT ROSS MCINTOSH Passaporte: 650972927 Estrangeiro: SEBASTIAN BURETA Passaporte: AF9140315 Estrangeiro: ZANE BERRY Passaporte: 801680961, Processo: 46094000796201241 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN GREGORY DUBOIS Passaporte: 136227079, Processo: 46094000854201237 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRZEJ PAPIERZ Passaporte: EB0724965, Processo: 46094000795201205 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENNIS EDWARD SCOTT Passaporte: 481642354, Processo: 46094000794201252 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUART RAFAEL PERNALETE NOGUERA Passaporte: 001428414, Processo: 46094000846201291 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/01/2014 Estrangeiro: EDVILLE CLIANO BELTRAN Passaporte: XX1178539 Estrangeiro: RUBEN ALMERON DELA CRUZ Passaporte: XX2826826, Processo: 46094000859201260 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MELJUN MARTIN PALENCIA BONO Passaporte: EB1517548 Estrangeiro: MELQUISEDE PONDOYO VILLAS Passaporte: EB3283994 Estrangeiro: REUBEN BINGHOY PROFETANA Passaporte: EB0394332 Estrangeiro: ROBERT YRAD DADOLE Passaporte: XX3093684 Estrangeiro: RONNIE ARIETE GAJE Passaporte: EB0761385, Processo: 46094000851201201 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WOJCIECH MARCIN STASIAK Passaporte: EA9400216, Processo: 46094001070201226 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: CHRISTOPHER O'NEAL CHAVIS Passaporte: 135295047, Processo: 46094000855201281 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAL GRZEGORZ OWANEK Passaporte: AM4291804, Processo: 46094000853201292 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUKASZ SEBASTIAN STEINKE Passaporte: AF3375915, Processo: 46094001302201246 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMMANOUIL ASKIANAKIS Passaporte: AH4054179, Processo: 46094000928201235 Empresa: DAN SWIFT DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIUS LAMCES GASMEN Passaporte: EB4054697, Processo: 46094000852201248 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEOMIDES BALOY LAGDA Passaporte: XX2937925 Estrangeiro: GOGA MELADZE Passaporte: 10AA49642, Processo: 46094001186201265 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLIFFORD MORENO DIPUTADO Passaporte: XX2967898, Processo: 46094001297201271 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: REY BRILLO ESTOR Passaporte: EB0972445, Processo: 46094001295201282 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: KRISNELLE MARU TARASINA PORTADES Passaporte: WW0311698, Processo: 46094001194201210 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERICK WYNNIEL TATLONGHARI SANCHEZ Passaporte: XX2979437, Processo: 46094001190201223 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/08/2012 Estrangeiro: RAUL SAJONA DELLUPAC Passaporte: EB0128018, Processo: 46094001187201218 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: CHRISTOPHER GUBATANGA MAQUILING Passaporte: XX1031381 Estrangeiro: ELENITO ROSETE MONDALA Passaporte: XX3650640 Estrangeiro: JAIME MANGISEL MENDOZA Passaporte: EB1891002 Estrangeiro: MARIO RACOMA CASIÑO Passaporte: EB2641113 Estrangeiro: SERAPIO JR. AGATINTO PROVIDO Passaporte: XX1242140, Processo: 46094001457201282 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESUS FRANCISCO MELO Passaporte: 217183227, Processo: 46094001188201254 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELEFTHERIOS MIZAS Passaporte: AI1566875, Processo: 46094001189201207 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/08/2012 Estrangeiro: GIANCARLO AVERSA Passaporte: YA2454524, Processo: 46094001163201251 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 22/08/2013 Estrangeiro: ZENO PANGRAZIO Passaporte: D482783, Processo: 46094001296201227 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: VALERII TONKONOG Passaporte: EE446316, Processo: 46094001178201219 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAUL JASON SQUIRES Passaporte: WJ246000, Processo: 46094001179201263 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT KOLECKI Passaporte: AS0931609, Processo: 46094001180201298 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WOJCIECH HENRYK ROZANSKI Passaporte: EC4302362, Processo: 46094001551201231 Empresa: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yusof Abang Morshidi Passaporte: C0132986, Processo: 46094001176201220 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2012 Estrangeiro: JOSIP APOLONIO Passaporte: 002277341 Estrangeiro: LUKA KORENOV Passaporte: 225617232, Processo: 46094001204201217 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DERMOT MASTERSON Passaporte: PC8858587 Estrangeiro: KNUT HADDENLAND Passaporte: 25624429 Estrangeiro: SASIKIT TAMNOI Passaporte: W862180, Processo: 46094001181201232 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/10/2012 Estrangeiro: OLEKSIY TARASOV Passaporte: EE338729, Processo: 46094001177201274 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALVARO JOSE PAREDES CARDENAS Passaporte: 000787398 Estrangeiro: ANOLSON AGUSTIN LEON CAMACHO Passaporte: 008103338 Estrangeiro: ARMANDO JESUS HERDE FIGUEROA Passaporte: 012906185 Estrangeiro: DANIEL JOSE ELIGON Passaporte: D0377078 Estrangeiro: DOUGLAS REINALDO RODRIGUEZ QUILARQUEZ Passaporte: 026648392 Estrangeiro: EDREY MIGUEL BOADA HERNANDEZ Passaporte: 000716888 Estrangeiro: EMENEGILDO JOSE MEDINA GONZALEZ Passaporte: 033871767 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER GONZALEZ VELASQUEZ Passaporte: D0737873 Estrangeiro: GERALD MINN RIZO MOLINA Passaporte: 023047053 Estrangeiro: IVAN DOMINGO SILVA Passaporte: 047883057 Estrangeiro: IVAN JOSE RODRIGUEZ PENOTH Passaporte: 036435696 Estrangeiro: JOSE PEDRO SANTOS FERNANDEZ Passaporte: 031275084 Estrangeiro: LESNY JOSE CAMBERO GOMEZ Passaporte: D0768366 Estrangeiro: LUIS ALEXANDER ESTABA GONZALEZ Passaporte: 033929288 Estrangeiro: MARLON ANTONIO PARRA GARRIDO Passaporte: 007332287 Estrangeiro: NUMAN DARIO GUTIERREZ URIBE Passaporte: 044681087 Estrangeiro: RAMON ANTONIO SILVA SARMIENTO Passaporte: 049349333 Estrangeiro: VICTOR JHON DIAZ FIGUEROA Passaporte: 014838738 Estrangeiro: WILLIAM DAVID VARGAS GERMAN Passaporte: 031861607, Processo: 46094001175201285 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: VASILE CRISTIAN MANTOIU Passaporte: 11674858, Processo: 46094001195201256 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALWYNN CORDOVA MANSUETO Passaporte: XX5097281, Processo: 46094001182201287 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2012 Estrangeiro: VITALII PRIKHODKO Passaporte: 64N0562541, Processo: 46094001196201209 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: EDWARD GABASA GANGE Passaporte: XX2838996 Estrangeiro: JOHNITO LABTIC MERCADERO Passaporte: EB4003650, Processo: 46094001199201234 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: ELMER MENDOZA PACARDO Passaporte: XX3948047, Processo: 46094001200201221 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEONARDO CAYETANO DELOS SANTOS Passaporte: XX1354118 Estrangeiro: REYNALDO III OCAMPO MAGNO Passaporte: XX2623306, Processo: 46094001689201231 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Karl Antrobus Passaporte: 453546462, Processo: 46094000886201232 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS JEAN BENJAMIN MARIE ZALTRON Passaporte: 08CL00046 Estrangeiro: PATRICE JEAN ANDRÉ BLANC Passaporte: 11DD13134 Estrangeiro: PHILIPPE EMMANUEL PAUL PERRON Passaporte: 05RT16361, Processo: 46094001518201210 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/09/2012 Estrangeiro: RONNEL DECAYANAN PARALA Passaporte: EB2570525, Processo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

46094001151201226 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: até 22/11/2013 Estrangeiro: JESUS ORILLO PACHECO Passaporte: EB0545261, Processo: 46094001073201260 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PER INGE BERGE Passaporte: 28831000, Processo: 46094001507201221 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ORFEAS SKORDIDIS MOURAS Passaporte: AH3049743, Processo: 46094001099201216 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS HENNING KRUCKOW Passaporte: 202534970, Processo: 46094001460201204 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 05/05/2013 Estrangeiro: PIETRO PITTALUGA Passaporte: AA 3663556, Processo: 46094001685201252 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 25/07/2013 Estrangeiro: Tomasz Ryszard Kondraciuk Passaporte: EA2654867, Processo: 46094001673201228 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 30/04/2013 Estrangeiro: ANICETO HERNANDEZ NOZA Passaporte: XX3365558 Estrangeiro: CHARLEMAGNE JR EBUENA GANUHAY Passaporte: XX2828267 Estrangeiro: DANILO TANINAS EGE Passaporte: XX4262236 Estrangeiro: ELY CYR LARUPAY LASARA Passaporte: XX2680342 Estrangeiro: EMMANUEL PONCE ESPADILLA Passaporte: EB0431104 Estrangeiro: FERDINAND BARRIOS BARANGAS Passaporte: VV080477 Estrangeiro: GEREMIAS JARAMEL BUQUING Passaporte: EB0105512 Estrangeiro: ISAAC LUCRESIO RELOBA Passaporte: XX0017062 Estrangeiro: MARVIN FRANCIS VELASQUEZ GANZON Passaporte: XX4784958 Estrangeiro: RAUL PETEROS PABLEO Passaporte: EB2159501 Estrangeiro: RUDOLPH VINCENT TAN FEROLINO Passaporte: EB0618053, Processo: 46094001290201250 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: ARTHUR JUMANAN TOLEDO Passaporte: EB0070688, Processo: 46094001197201245 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: EDGAR EJES DIOLA Passaporte: XX5006442, Processo: 46094001198201290 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: MARVIN PINEDA CABALLES Passaporte: XX3192419, Processo: 46094001192201212 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/12/2012 Estrangeiro: ELEFTHERIOS BALAVOURIS Passaporte: AI0473609, Processo: 46094001193201267 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/12/2012 Estrangeiro: STAMATIOS MENDRINOS Passaporte: AI0444017, Processo: 46094001074201212 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NEMESIO TOMAS CANTILLO SAMIA Passaporte: CC73162180, Processo: 46094001069201200 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: SANTISHA TAMIKIA DAVIS Passaporte: 492452189, Processo: 46094001289201225 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIC MASI DONADO Passaporte: EB0483343 Estrangeiro: MARK ARTHUR MARAVILLAS NEBRES Passaporte: XX4728335 Estrangeiro: SANCHO ALBO MANALO Passaporte: EB4032538 Estrangeiro: STAVROS LAZARIKOS Passaporte: AH3250569, Processo: 46094001292201249 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAWEL MACIEJ PAKULA Passaporte: ED5198310, Processo: 46094001244201251 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARIUSZ KOWALSKI Passaporte: AV2376243 Estrangeiro: PIOTR KLUSKIEWICZ Passaporte: EA5511853, Processo: 46094001293201293 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO UMLAS MERCADO Passaporte: EB1837657 Estrangeiro: JERME LLAMELO ROBELO Passaporte: EB4174050, Processo: 46094001068201257 Empresa: FUGRO IN SITU GEOTECNIA LTDA Prazo: até 31/01/2013 Estrangeiro: JEREMY ADRIAN MICHAEL BARFIELD Passaporte: 210745452, Processo: 46094001278201245 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN HOEEG LARSEN Passaporte: 200283132, Processo: 46094001075201259 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/07/2013 Estrangeiro: ALESSANDRO ROBBA Passaporte: AA4492492, Processo: 46094001231201281 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 23/05/2012 Estrangeiro: KASHIF MUNIR Passaporte: BC0729541, Processo: 46094001279201290 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEINRICH CHRISTIAN JESPERSEN Passaporte: 101838028, Processo: 46094001510201245 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/10/2013 Estrangeiro: FERDINAND CAFE SAMONTINA Passaporte: XX2296567 Estrangeiro: RICARDO BORERO FRANCISCO Passaporte: XX3512281, Processo: 46094001511201290 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERDINAND ALMO FULGUERAS Passaporte: XX5248354, Processo: 46094001509201211 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STIAN HAGEVIK HEGGELAND Passaporte: 28170468, Processo: 46094001236201212 Empresa: BP ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHANIE ANN WILSON Passaporte: 218993771 Estrangeiro: WAYNE DOUGLAS NIXON Passaporte: N4629175, Processo: 46094001229201211 Empresa: FUGRO IN SITU GEOTECNIA LTDA Prazo: até 31/01/2013 Estrangeiro: ADAM JAMES LEE COOK Passaporte: 099270588 Estrangeiro: BENJAMEN MARTIN DEAN Passaporte: 800317332 Estrangeiro: RONALD JOHN THOMAS Passaporte: 099194632, Processo: 46094001281201269 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DMYTRO RODIONOV Passaporte: EE497086, Processo: 46094001280201214 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: EMILIANO JAVIER CARRILLO Passaporte: G02918101 Estrangeiro: FABIAN OLGUIN CADENA Passaporte: 07060060014 Estrangeiro: MELQUÍADES RASGADO GARCIA Passaporte: G06241018, Processo: 46094001230201237 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 24/04/2012 Estrangeiro: GLENNFORD E WOOTEN Passaporte: 134541450, Processo: 46094001352201223 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2013 Estrangeiro: ANA RITA TAVARES DA QUINTA Passaporte: L993167 Estrangeiro: ANA TERESA BORGES MARTINS DE FREITAS MORNA Passaporte: L992996 Estrangeiro: CRISTIAN RADU EPURE Passaporte: 050066766, Processo: 46094001277201209 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANK DRANSFELDT Passaporte: 205401858, Processo: 46094001353201278 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2013 Estrangeiro: HENRIQUE RÉZIO SALTA FIGUEIREDO Passaporte: L970341 Estrangeiro: IRENE LOPEZ RODRIGUEZ Passaporte: AAE1152219, Processo: 46094001232201226 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAHIM AKBAR Passaporte: KG484470, Processo: 46094001459201271 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GAMAL MAHMOUD METWALLI RAMADAN Passaporte: 1036620 Estrangeiro: HAMDY MOHAMED FEKRY ELSAYED MOSTAFA Passaporte: A02047510 Estrangeiro: MAHMOUD MOHAMED AHMED SHAHIN Passaporte: 644629, Processo: 46094001508201276 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2012 Estrangeiro: MATJAZ RAKOVEC Passaporte: PB0608653, Processo: 46094001519201256 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2013 Estrangeiro: CONRADO BAUTISTA MEDRIANO Passaporte: EB4200070, Processo: 46094001520201281 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMRIT PAL SINGH BINDRA Passaporte: F2614203 Estrangeiro: ANIL RICHARD QUADROS Passaporte: Z1884573 Estrangeiro: PARITOSH CHAUHAN Passaporte: J6923642, Processo: 46094001521201225 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: VIKAS AMRUT SHIRODKAR Passaporte: Z1727844, Processo: 46094001522201270 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: CARLOS CAÑESO EBIO Passaporte: EB1796003, Processo: 46094001438201256 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINCENT CHARLES DOHERTY Passaporte: PB4441498, Processo: 46094001506201287 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG JOANNES VAN DEN BROEK Passaporte: EH542149, Processo: 46094001576201235 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 01/02/2014 Estrangeiro: STIG MORTEN TANGENES Passaporte: 27789770, Processo: 46094001409201294 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 18/08/2013 Estrangeiro: ANDRÉ PISANI Passaporte: 28772512 Estrangeiro: PER ODD PETTERSEN Passaporte: 26769381, Processo: 46094001517201267 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF KOMARNICKI Passaporte: AT8614415, Processo: 46094001571201211 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CATHEL ROSS Passaporte: 108148168 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAN DOWIE Passaporte: 453521407 Estrangeiro: GEIR KORSMO Passaporte: 27743057 Estrangeiro: IGNACIO HUGO MANTELLO Passaporte: 14287271N Estrangeiro: KARL STEVEN GAY Passaporte: 460257125 Estrangeiro: PAULO JORGE ESTRELINHA LEONARDO Passaporte: L355090 Estrangeiro: SEBASTIAAN DAVID DE RUITER Passaporte: NMH544830 Estrangeiro: WINSTON GEORGE Passaporte: Z1758758, Processo: 46094001514201223 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEIR ARNE HANSEN Passaporte: 27433998 Estrangeiro: JOSTEIN VADA Passaporte: 26241760, Processo: 46094000461201223 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARIUSZ BULSKI Passaporte: AH1079536.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006 (Artigo 1°, Parágrafo 1°):

Processo: 46094000861201239 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL MILLER Passaporte: 455195840.

Temporário - Sem Contrato - RN 79 - Resolução Normativa, de 12/08/2008:

Processo: 46094042543201164 Empresa: VALE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZAHI MIKHAEL Passaporte: RL1946233.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094041899201181 Empresa: LIBERTY INTERNATIONAL BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JUAN PABLO BARAHONA FLORES Passaporte: 86287838.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094044079201141 Empresa: M&O PARTNERS REPRESENTACOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: STIAN BORGEN THYNESS Passaporte: 28611786.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 188 de 29/09/2011, Seção 1, pág. 108, processo: 46094.029187/2011-93 onde se lê: PAUL ENGENE GOLDHORN, leia-se: PAUL EUGENE GOLDHORN.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 7 de 10/01/2012, Seção 1, pág. 46, processo: 46094.042068/2011-26 onde se lê: KEVIN RICHARDSON, leia-se: KEVIN ROBERT RICHARDSON.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 10 de 13/01/2012, Seção 1, pág. 60, processo: 46880.000161/2011-05 onde se lê: SANTIAGO MARQUEZ, leia-se: SANTIAGO SANTIAGO MARQUEZ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 18 de 25/01/2012, Seção 1, pág. 85, processo: 46094.043695/2011-84 onde se lê: Prazo: 01/02/2012, leia-se: Prazo: 31/03/2012.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 21 de 30/01/2012, Seção 1, pág. 177, processo: 46094.043696/2011-29 onde se lê: Prazo: 01/02/2012, leia-se: Prazo: 31/03/2012.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 10 de fevereiro de 2012

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

1	46205.003110/2009-74	017549078	Araruna Plásticos Indústria e Comércio Ltda.	CE
2	46284.001279/2009-57	017546433	Grendene S.A>	CE
3	46205.005754/2009-05	013319949	Iracema Indústria e Comércio de Castanhas de Caju Ltda.	CE
4	46234.000104/2007-56	013156136	Café Solúvel Brasília S.A.	MG
5	47747.007323/2008-20	014893231	Drogaria Araújo S.A.	MG
1	46239.000391/2006-73	505.697.629	M.F. Montagem e Transportes Ltda.	MG
2	46239.000407/2007-29	100.096.328	M.F. Montagem e Transportes Ltda.	MG
6	46245.001556/2007-26	014517019	Refrigerantes Minas Gerais Ltda.	MG
3	46312.003794/2010-21	100.173.578	Safi Brasil Energia S.A.	MS
4	47533.005002/2008-04	506.181.162	Alerta Serviços de Vigilância Ltda.	PR
5	47533.004880/2009-85	506.317.609	Maria de Fátima Françolin Faila	PR
6	46215.046919/2005-48	505.597.951	Bingo Tijuca Ltda.	RJ
7	46215.019969/2006-33	505.695.464	Botafogo Futebol e Regatas	RJ
8	46230.002796/2004-64	505.355.205	Centro Educacional Integral Ltda.	RJ
9	46215.033279/2006-97	505.758.377	Falta Prestação de Serviços Gerais S/C Ltda.	RJ
10	46231.000002/2008-41	506.008.398	Hospital de Cantagalo	RJ
7	46215.011024/2006-73	013840711	Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda.	RJ
8	46215.012618/2006-37	013843265	Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda.	RJ
9	46215.012625/2006-01	013843303	Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda.	RJ
10	46215.012627/2006-92	013843290	Rádio e Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro Ltda.	RJ
11	46215.020777/2006-70	505.692.341	Transportes Oriental Ltda.	RJ
11	46617.002620/2007-11	012630110	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	RS
12	46218.006139/2009-69	506.234.746	Celta Terceirização e Serviços Empresariais Ltda.	RS
1	46617.002233/2007-84	012556009	Dell Computadores do Brasil Ltda.	RS
13	46218.022220/2006-43	100.088.864	Evaldo Rodrigues da Silva e Cia. Ltda. ME	RS
14	46218.011476/2007-14	505.924.501	Mineração Mônego Ltda.	RS
13	46617.003606/2007-34	012583146	Resgate Emergências Médicas Ltda.	RS
15	46218.010291/2007-84	100.098.380	Rosangela do Carmo Marchi Deves	RS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14	46617.007358/2006-10	012570435	Shell Brasil Ltda.	RS
15	46617.007359/2006-64	012472468	Shell Brasil Ltda.	RS
16	46617.002567/2007-58	012537039	V. Weiss & Cia. Ltda.	RS
17	46258.001682/2009-01	015895793	Agrícola Rubi Ltda.	SP
18	46258.001683/2009-48	015895807	Agrícola Rubi Ltda.	SP
19	46258.002160/2009-19	015558983	Agrícola Rubi Ltda.	SP
20	46258.002161/2009-63	015558967	Agrícola Rubi Ltda.	SP
21	46258.002162/2009-16	015558975	Agrícola Rubi Ltda.	SP
22	46258.003521/2008-63	015370143	Agrícola Rubi Ltda.	SP
23	46267.002712/2009-89	015577341	Alessandra Esteves Thomazelli	SP
24	46267.002713/2009-24	015577350	Alessandra Esteves Thomazelli	SP
25	46267.002714/2009-79	015577368	Alessandra Esteves Thomazelli	SP
26	46261.000662/2009-56	015797236	Banco Nossa Caixa S.A.	SP
27	46267.000430/2010-81	015484572	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
28	46219.004642/2010-11	015917096	Centro Comunitário Jardim Autodromo	SP
16	47999.001200/2008-13	506..036.162	Companhia Operadora de Rodovias	SP
29	46267.002432/2007-18	015681220	Componam Componentes para Calçados Ltda.	SP
30	46258.001014/2009-76	015557898	Destilaria Santa Fany Ltda.	SP
31	46258.001156/2009-33	015557294	Destilaria Santa Fany Ltda.	SP
32	46258.001158/2009-22	015557308	Destilaria Santa Fany Ltda.	SP
33	46258.001159/2009-77	015558207	Destilaria Santa Fany Ltda.	SP
34	46258.001161/2009-46	015558223	Destilaria Santa Fany Ltda.	SP
35	46258.001162/2009-91	015558231	Destilaria Santa Fany Ltda.	SP
36	46267.004132/2009-27	015483126	Elizete Rodrigues Rifaina ME	SP
37	46267.004218/2009-69	015429253	Elizete Rodrigues Rifaina ME	SP
38	46473.010307/2007-38	015778886	Fort Knox Sistemas de Segurança S/C Ltda.	SP
39	46265.000213/2008-97	015694313	Hospital Mazternidade de Guaraçaí	SP
40	46267.002935/2009-47	015577384	M Clarete da Silva Pesponto ME	SP
41	46267.003039/2009-03	015577406	M Clarete da Silva Pesponto ME	SP
42	46267.003355/2009-77	015577503	M Clarete da Silva Pesponto ME	SP
43	46219.006576/2010-14	019757565	Nova Recursos Humanos Ltda.	SP
44	47998.003208/2010-49	021729867	Robert Bosch do Brasil Ltda.	SP
45	46219.005112/2010-82	015917134	Tim Celular S.A.	SP
17	46472.017965/2009-22	506.344.762	TNT Araçatuba Transportes e Logistica S.A.	SP
18	46260.001104/2008-37	506.029.387	Usina Santa Lydia S.A	SP

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46504.001743/2005-40	010604651	Gerdau Açominas S.A.	MG
2	46504.001746/2005-83	013013866	Gerdau Açominas S.A.	MG
3	46258.001786/2009-16	015895939	Companhia Agrícola Quata	SP
4	46258.001160/2009-00	015558215	Destilaria Santa Fany Ltda.	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46243.000065/2007-88	505.844.605	Ismontec Eletromecânioca Ltda.	MG
2	46319.000619/2009-88	506.221.695	Maternidade Master Dei SC Ltda.	PR
3	46334.003252/2006-13	505.750.813	Barbamanda Acessórios de Couros Ltda.	RJ
4	46334.001803/2006-12	505.696.371	Jardim Escola Reino da Cultura Ltda. ME	RJ

1.4 Pelo não conhecimento do auto de infração ou da notificação de débito, por ser intempestivo

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46206.008956/2010-24	019856776	Casa Anareka Restaurante Ltda.	DF
2	46300.001538/2008-13	012451312	Imesul Metalurgica Ltda.	MS
3	46300.001539/2008-68	012451290	Imesul Metalurgica Ltda.	MS
4	46300.001540/2008-92	012451320	Imesul Metalurgica Ltda.	MS
5	46300.001541/2008-37	012451339	Imesul Metalurgica Ltda.	MS

1.5 Pelo não conhecimento do auto de infração ou da notificação de débito, por ausência de pressuposto de admissibilidade, mantendo a procedência.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46202.009893/2008-49	018662358	Fundação Boas Novas	AM
2	46202.009894/2008-93	018662366	Fundação Boas Novas	AM
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46202.008112/2007-18	505.930.200	Francisco de Assis Mourão Junior	AM
2	46202.009895/2008-38	506.117.715	Fundação Boas Novas	AM
3	46215.048963/2007-54	505.993.911	Associação de Ensino Campo Grande	RJ
4	46334.003101/2005-84	505.557.657	Centro Educacional Novo Amanhecer	RJ
5	46666.002313/2006-73	100.084.001	Universidade Católica de Petrópolis	RJ
6	46252.000073/2011-00	506.458.822	Vicente Rodrigues Fernandes	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	47533.003933/2009-41	019718071	Clube de Campo Pró Vida	PR
2	46017.002308/2011-72	019231911	Fasttel Engenharia Ltda.	PR
3	46017.002309/2011-17	019231920	Fasttel Engenharia Ltda.	PR
4	46301.001368/2009-48	016398904	Broch Empreendimentos Ltda.	SC
5	46259.005244/2010-38	021410747	Saver Resinas e Produtos Químicos Ltda.	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46259.005245/2010-82	506.402.240	Saver Resinas e Produtos Químicos Ltda.	SP

2.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46017.002304/2011-94	019231873	Fasttel Engenharia Ltda.	PR

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I	EMPRESA	UF
1	46016..006015/2008-79	014228823	Gilberto Antonio Telli	PA
2	46016.006002/2008-08	014276089	Edemar Telli	PA
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46223.004475/2006-55	505.781.387	Covap Construtora Vale do Paraíba Ltda.	MA
2	46319.001842/2008-61	506.126.838	Dutra e Silva Refeições Ltda.	PR
3	46770.001352/2006-94	100.078.494	Associação dos Proprietários do Loteamento Olga Diuana Zacarias	RJ
4	46215.054723/2004-46	505.438.283	Associação Educacional Souza Marques S/C	RJ
5	46215.456566/2009-14	506.202.437	Botafogo de Futebol e Regatas	RJ
6	46740.001176/2004-58	505.412.594	Cia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu)	RJ
7	46215.025819/2006-14	100.080.103	Fundação Técnico Educacional Souza Marques	RJ
8	46215.045652/2009-03	506.185.648	GB Cars Distribuidora de Veículos Ltda.	RJ
9	46215.020519/2005-11	505.496.305	Instituto de Beleza Docelina Ltda.	RJ
10	46215.009472/2005-26	505.468.638	Odonto Saúde Ltda.	RJ

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46293.001875/2002-51	006375251	Til Transportes Coletivos Ltda.	PR

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 3 de fevereiro de 2012

Arquivamento.

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica Nº. 0085/2012/CGRS/SRT/MTE resolve arquivar o Pedido de registro nº 46000.020575/2005-62 de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Altinho/PE CNPJ: 01.604.699/0001-61, com fundamento no art. 51 da Lei 9.784/99.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PORTARIA Nº 36, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 1390/GAB/MTE, publicada no DOU nº 129 de 07/07/2011 e, Portaria nº 153 de 12/02/09, publicada no DOU de 13/02/09 e,

Considerando as novas competências incorporadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao longo dos últimos anos;

Considerando o crescimento econômico e populacional do Estado do Pará;

Considerando a necessidade de a Superintendência do Trabalho e Emprego no Pará atender às demandas decorrentes daquele crescimento e daquelas competências;

Considerando a necessidade de ser fixadas as áreas de competências, deixando-se evidenciadas a abrangência da cada circunscrição;

Considerando os Termos da Portaria nº. 153, de 12 fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º - Redefinir a área de abrangência direta da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará, bem como das unidades descentralizadas e suas respectivas circunscrições.

Art. 2º - A área de abrangência direta da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Pará compreende os municípios de Abaetetuba, Acará, Afuá, Anajás, Ananindeua, Bagre, Baião, Barcarena, Belém, Benevides, Breves, Bujarú, Cachoeira do Arari, Cametá, Chaves, Colares, Curralinho, Gurupá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Marituba, Melgaço, Mocajuba, Moju, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Cruz do Arari, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Tailândia, Tome-Açú, Vigia e Concórdia do Pará.

Art. 3º - São unidades descentralizadas da Superintendência do Trabalho e Emprego do Estado do Pará, as Gerências e as Agências Regionais do Trabalho e Emprego.

Art. 4º - São Gerências Regionais do Trabalho e Emprego: a de Altamira, a de Castanhal, a de Marabá e a de Santarém;

Art. 5º - A área de abrangência das unidades descentralizadas, obedecendo a critérios razoáveis de proximidade entre os municípios englobados e identidade sócia econômicas fica distribuída nos termos do artigo 6º e seguinte.

Art. 6º - São Agências Regionais vinculadas à sede Belém: a de Ananindeua, a de Barcarena, a de Breves;

Art. 7º - As demais Agências Regionais têm suas circunscrições assim distribuídas:

7.1. - Vinculadas à Gerência Regional de Trabalho e Emprego em Castanhal, as agências de Capanema e a de Paragominas;

7.2. - Vinculadas a Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Marabá, a agências de Conceição do Araguaia, a de Tucuruí e a de Redenção;

7.3. - Vinculadas a Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Santarém, a agência de Itaituba e a de Monte Dourado;

Art. 8º - As circunscrições das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego ficam assim distribuídas:

8.1. Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Altamira: os municípios de Altamira, Medicilândia, Uruará, Brasil Novo, Placas, Anapu, Pacajás, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz;

8.2. - Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Castanhal: os municípios de Aurora do Pará, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Curuçá, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Igarapé Açu, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Irituia, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Maria do Pará, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São Miguel do Guamá, São João da Ponta, São João de Pirabas, Tracuateua, Terra Alta, Ulianópolis e Viseu;

8.3. - Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Marabá: os municípios de Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Banaach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã do Carajás, Conceição do Araguaia, Curionopolis, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupíranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Norte, Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Sapucaia, São Domingos do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Félix do Xingú, São João do Araguaia, Tucumã, Tucuruí e Xinguara;

8.4. - Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Santarém: os municípios de Almerim, Alenquer, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Rurópolis, Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão, Terra Santa;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODAIR SANTOS CORREA

PORTARIA Nº 11, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº.1390/GAB/MTE, publicada no DOU nº 129 de 07/07/2011 e, Portaria nº.153 de 12/02/09, publicada no DOU de 13/02/09 e, tendo em vista a instituição ministerial do Sistema Homologuet e a normatização da Secretaria de Relações do Trabalho para o gradual, mas obrigatório, uso deste sistema no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Gerências Regionais do Trabalho e Emprego e Agências do MTE, resolve:

Art. 1º - O Sistema de Homologuet, de que trata a portaria MTE nº. 1.620 e a Instrução Normativa SRT/MTE n º. 15, ambas de 14 de julho de 2010, utilizado para fins de assistência na rescisão do contrato de trabalho, prevista no § 1º, do art. 477, da Consolidação das Leis Trabalhista - CLT passará a ser obrigatoriamente adotado nos atendimentos realizados no prédio sede da SRTE-PA, em Belém, a partir de 1º de abril do corrente ano;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

ODAIR SANTOS CORREA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 27, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo N.º 46266.005427/2011-45, resolve conceder autorização à empresa: DHL LOGISTICS BRAZIL LTDA - OPERAÇÃO CUMBICA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.836.056/0002-97, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado na Rua Indubel, nº 686/688, Parte 15, Bairro Jardim Cumbica Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 28, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo N.º 46257.003779/2011-75, resolve conceder autorização à empresa: KLOCKNER PENTAPLAST DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 59.201.087/0001-08, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado na Estrada dos Estudantes, 0, Km. 28,3 Granja Viana II, Município de Cotia, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

PORTARIA Nº 29, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46264.002264/2011-69, conceder autorização à empresa: RICLAN S/A., inscrita no CPNJ sob o nº 56.370.364/0003-80, situada à Avenida Brasil, nº 4801, Distrito Industrial, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 11 de março de 2012, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários e os setores a serem observados são os constantes às fls. 06 à 08 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 30, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46264.002276/2011-93, conceder autorização à empresa: RICLAN S/A., inscrita no CPNJ sob o nº 56.370.364/0001-18, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 754, Bairro do Estádio, Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 11 de março de 2012, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários e os setores a serem observados são os constantes às fls. 07 e 08 do referido processo.Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.370, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

Arquiva o Processo nº 50300.000830/2010-19 e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000830/2010-19 e tendo em vista o que foi deliberado na 308ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 26 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Arquivar o processo nº 50300.000830/2010-19, pela ausência de amparo legal e hábil, à garantir devida legalidade na aplicação de penalidade em face da Autoridade Portuária por essa Agência, não sendo aplicável ao presente caso, as disposições da Resolução nº 858/ANTAQ, de 2007.

Art. 2º Determinar que a SUAPE informe a esta Agência:

a - as providências adotadas para o fim de adequação da exploração da área objeto do Contrato Operacional nº 028/2004;

b - qual o tratamento dispensado à gestão da área pela Administração Portuária, bem como, quaisquer outras medidas praticadas no sentido de garantir a utilização isonômica da retro-área pertinente ao Cais 1;

c - a situação atual da exploração da área perante a Receita Federal; e,

d - acerca da implantação, e efetiva operação do cais público;

e - sobre a conclusão do procedimento apuratório objeto da Portaria nº 020/2010, de 9 de abril de 2010.

Art. 3º Fica condicionado o prazo de 90 (noventa) dias à SUAPE para que apresente os devidos esclarecimentos, sob pena de responsabilização com espeque no art. 13, inciso LV, da Resolução nº 858/ANTAQ, de 2007.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.371, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a empresa Hidrovias do Brasil S.A., a operar, como empresa brasileira de navegação interior, com a finalidade específica de obter financiamento do Fundo de Marinha Mercante - FMM para a construção de embarcações em estaleiro brasileiro, sem direito a afretamento de embarcações.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002778/2011-16 e tendo em vista o que foi deliberado na 308ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 26 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa HIDROVIAS DO BRASIL S.A., CNPJ nº 12.648.327/0001-53, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1.912, 21º andar - Conj. 21-L, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, a operar, como empresa brasileira de navegação interior, com a finalidade específica de obter financiamento do Fundo de Marinha Mercante - FMM para a construção de embarcações em estaleiro brasileiro, sem direito a afretamento de embarcações, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.372, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza o empresário individual F. T. R. BARBARY, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga, na Bacia Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da união.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002913/2011-15 e tendo em vista o que foi deliberado na 308ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 26 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar o empresário individual F. T. R. BARBARY, CNPJ nº 02.909.707/0001-40, com sede na av. Desembargador Távora, nº 29, Térreo, Centro, Cruzeiro do Sul - AC, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga, na Bacia Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.373, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a Empresa Navegação Guajará Ltda., a operar por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o Rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim-RO (BRASIL) e Guayaramerín-Beni (BOLÍVIA).

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002411/2011-94 e tendo em vista o que foi deliberado na 308ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 26 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa NAVEGAÇÃO GUAJARÁ LTDA., CNPJ nº 04.698.924/0001-64, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Beira Rio nº 580 - Porto Oficial, Centro, Guajará-Mirim-RO, a operar por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim-RO (Brasil) e Guayaramerín-Beni (Bolívia), na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo 1º entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.374, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Adita o Termo de Autorização nº 718-ANTAQ, da Empresa Vixmar Serviços Marítimos Ltda-ME.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50301.001483/2010-23 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 718-ANTAQ, de 13 de dezembro de 2010, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de alteração de endereço.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.377, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

Adita o Termo de Autorização nº 542-ANTAQ, aditado pelo 1º termo aditivo, da Empresa Marinho Transportes Hidroviários da Amazônia LTDA. - ME

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50306.000869/2009-34 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 542-ANTAQ, de 16 de julho de 2009, aditado pelo Primeiro Termo de Aditamento, publicado no DOU de 8 de abril de 2011, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 2º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em razão de alteração de esquema operacional.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.378, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

Adita o Termo de Autorização nº 582-ANTAQ, aditado pelo 1º Termo Aditivo, da Empresa R. T. Bitencourt - EPP.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50302.001227/2009-92 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 582-ANTAQ, de 15 de setembro de 2009, aditado pelo Primeiro Termo de Aditamento, de 16 de setembro de 2010, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 2º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em razão de alteração de endereço.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.379, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

Adita o Termo de Autorização nº 181-ANTAQ, da Empresa Bos Navegação SA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.000035/2003 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 181-ANTAQ, de 21 de dezembro de 2004, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização, em decorrência de alteração da razão social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.380, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Aprova o edital de licitação e seus anexos, bem como a minuta do contrato de arrendamento proposto pela Companhia Docas do Pará.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.003107/2011-64 e tendo em vista o que foi deliberado na 308ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o edital de licitação e seus anexos, bem como a minuta do contrato de arrendamento, constantes no processo nº 50300.003107/2011-64.

Art. 2º Pela regularidade e continuidade do procedimento licitatório a ser promovido pela Companhia Docas do Pará, de forma a proceder o arrendamento do Terminal de Carvão Mineral, do Terminal de Placas e Bobinas e a construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 - TMU2, do Porto de Vila do Conde, em Barcarena/PA, nos termos da Lei 8.666/93.

Art. 3º A realização do processo licitatório fica condicionada a obtenção da licença ambiental referente ao TMU2

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.381, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

AProva Revisão da Tarifa do Porto de São Sebastião - SP.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 27, inciso VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e pelo artigo 3°, inciso VIII, do Regulamento da ANTAQ, aprovado pelo Decreto n° 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, considerando o disposto na Portaria n° 118, de 17 de maio de 2002, do Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.003132/2010-67 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 306ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1° Aprovar revisão da tarifa do porto de São Sebastião - SP, que passa a ter a estrutura e os valores apresentados a seguir:

"TARIFA DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

TABELA I - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO

TAXAS DEVIDAS PELO REQUISITANTE

1. Por tonelada de porte bruto (TPB), das embarcações que acessam o canal do porto organizado de São Sebastião, conforme enquadramento e respectivo cálculo, utilizando tabela abaixo:

PORTE DA EMBARCAÇÃO EM TPB

CÁLCULO DO VALOR A PAGAR (R$)

Até 10 t

> de 10 até 50 t

> de 50 até 100 t

> de 100 até 500 t

> de 500 até 1.000 t

> de 1.000 até 10.000 t

> de 10.000 até 100.000 t

> de 100.000 t

Valor fixo R$ 56,00

R$ 56,00+(X-10t) * R$ 2,80

R$ 168,00+(X-50t) * R$ 1,40

R$ 238,00+(X-100t) * R$ 0,70

R$ 518,00+(X-500t) * R$ 0,35

R$ 693,00+(X-1.000t) * R$ 0,17

R$ 2.223,00+(X-10.000t) * R$ 0,09

R$ 10.323,00 +(X-100.000t) * R$ 0,05

X = tonelagem bruta (DWT) da embarcação

2. Por utilização de fundeadouros, por dia ou fração R$ 1.166,00

NORMAS DE APLICAÇÃO:

As taxas desta tabela remuneram as obrigações da Administração do Porto, definidas no artigo 33 da Lei nº 8.630/93, mais especificamente em seus incisos II e VI do parágrafo 1º, garantindo à navegação e ao comércio marítimo, condições satisfatórias de abrigo, sinalização e profundidades dos canais de acesso, das bacias de evolução e das frentes de acostagem, inclusive no que se refere às instalações do Terminal de Uso Privativo da Petrobras/Transpetro - TEBAR, localizado dentro da área do porto organizado.Os valores constantes nesta tabela não incluem tributos de qualquer natureza.

O conceito de TPB equivale ao de DWT.

A taxa 2 será cobrada cumulativamente à taxa 1, para navios que apenas fundeiem em áreas do porto organizado.

Para a movimentação de combustível, água e vitualhas, destinados exclusivamente ao consumo de bordo e para retirada de lixo de bordo, será cobrada a taxa mínima.

Caberá à Petrobras/Transpetro o restabelecimento da profundidade nominal de projeto das frentes de acostagem relativas ao TEBAR para que, a partir de então, a Autoridade Portuária assuma as responsabilidades pela dragagem de manutenção, que obedecerá aos preceitos contidos no artigo 39 e seguintes do Decreto Federal nº 6.620, de 29 de outubro de 2008.

No que tange a Tabela I, fica limitado em R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), o valor anual para pagamento da utilização da infraestrutura de acesso aquaviário pelos usuários do porto organizado.

ISENÇÕES:

Navios da Marinha do Brasil, quando não em operação comercial.

TAXAS MÍNIMAS:

No caso da taxa nº. 1 será cobrado R$ 56,00 (cinquenta e seis reais), que corresponde a embarcação de 10 t.

TABELA II - UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM

TAXAS DEVIDAS PELO ARMADOR OU REQUISITANTE

ITEM ESPÉCIE E INCIDÊNCIA VALOR EM R$

1. Por metro linear de embarcação atracada por período de 06 (seis) horas ou fração, em berços de até 9,0 m de profundidade R$ 6,65

NORMAS DE APLICAÇÃO:

A taxa desta tabela remunera a parcela do patrimônio do Porto relativa à edificação dos cais, pieres e pontes de acesso, bem como outras obrigações previstas no artigo 33, da Lei nº 8.630/93.

Os valores constantes nesta tabela não incluem tributos de qualquer natureza.

A taxa desta tabela aplica-se com 50% de desconto, às embarcações atracadas a contrabordo de outras atracadas ao Cais.

Os períodos de 06 (seis) horas pré-definidos são: 07:00 às 13:00 h / 13:00 às 19:00 h / 19:00 à 01:00 h / 01:00 às 07:00 h.

As taxas desta tabela serão aplicadas em dobro sempre que a embarcação permanecer atracada sem realizar movimentação de embarque ou desembarque de carga ou tripulantes. Para os navios em operação de embarque/desembarque de mercadorias, nos berços 101 ou 201, não será aplicada esta penalidade se sua atracação ocorrer no período imediatamente anterior ao do início dos serviços previamente requisitados, ou sua desatracação ocorrer no período imediatamente posterior ao término da operação.

Ficarão isentas do pagamento em dobro da taxa, aquelas embarcações que deixarem de operar em razão de condições atmosféricas adversas ou expostas aos infortúnios do mar.

As normas de aplicação são válidas para todos os berços em operação no cais público do Porto de São Sebastião.

ISENÇÕES:

Embarcações da Marinha do Brasil, quando não estiverem em operação comercial.

TABELA III - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TERRESTRE

TAXAS DEVIDAS PELO OPERADOR PORTUÁRIO, PROPRIETÁRIO OU

CONSIGNATÁRIO DA CARGA MOVIMENTADA

ITEM ESPÉCIE E INCIDÊNCIA VALOR EM R$

1. Por período de 06 (seis) horas ou fração, para a mesma embarcação, por lote de carga embarcada/desembarcada pela empresa Operadora Portuária R$ 4.405,00

2. Por período de 06 (seis) horas ou fração, para operação de carga ou descarga, em apoio portuário, de mesmo lote, destinado ou proveniente de mesmo navio, no costado de/ou para armazéns R$ 88,00

3. Por período de 06 (seis) horas ou fração, para a mesma embarcação, por lote de carga embarcada/desembarcada pela empresa Operadora Portuária, em apoio marítimo, nos berços 201 a 204 R$ 1.101,00

NORMAS DE APLICAÇÃO:

Para aplicação desta tabela, são adotadas as seguintes definições:

Apoio portuário - Operação realizada basicamente nos portos e terminais aquaviários para atendimento às embarcações e instalações portuárias - RESOLUÇÃO Nº 494-ANTAQ.

Apoio Marítimo - Operação realizada em águas territoriais nacionais e na Zona Econômica, para apoio logístico às embarcações e instalações que atuem nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos - RESOLUÇÃO Nº 052-ANTAQ.

As taxas desta tabela remuneram a utilização da infraestrutura terrestre do Porto, que permite ao Operador Portuário, acesso a execução de suas operações de embarque e desembarque, abrangendo: arruamento, pavimentação, sinalização e iluminação, dutos e instalações de combate a incêndio, redes de água e esgoto, instalações sanitárias, áreas de estacionamento, sistemas de segurança patrimonial e policiamento, sistemas de proteção ao meio ambiente e de segurança do trabalho, e demais recursos necessários para que a Administração do Porto exerça suas atribuições previstas no Artigo 33 da Lei 8.630/93.

Os períodos de 06 (seis) horas pré-definidos são: 07:00 às 13:00 h /13:00 às 19:00 h / 19:00 à 01:00 h / 01:00 às 07:00 h;

Os valores constantes nesta tabela não incluem tributos de qualquer natureza.

Nos períodos pré-definidos de 06 (seis) horas em que ocorram chuvas e a operação de embarque ou desembarque tenha que ser interrompida por esta razão, o tempo de duração será fracionado, sendo cobrada a utilização da seguinte forma:

R$ 734,23 por hora ou fração superior a 30 minutos pelas horas efetivamente operadas.

R$ 489,49 por hora ou fração superior a 30 minutos pelas horas paradas por chuva.

Considera-se carga embarcada/desembarcada pela mesma empresa Operadora Portuária, Proprietária ou Consignatária da mercadoria movimentada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

As taxas constantes desta Tabela III, também serão aplicadas para as mercadorias destinadas à embarque que ficarem armazenadas no porto e dele sejam retiradas por via terrestre, independentemente de qualquer justificativa apresentada. Nesta hipótese o enquadramento para fins de faturamento será efetuado com base na natureza da carga ou da operação.

TABELA IV - UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ARMAZENAGEM DE CARGAS

TAXAS DEVIDAS PELO OPERADOR PORTUÁRIO OU PELO

PROPRIETÁRIO DA MERCADORIA OU SEU CONSIGNATÁRIO

ITEM ESPÉCIE E INCIDÊNCIA VALOR EM R$

1. Carga geral solta ou unitizada, por período de 10 (dez) dias, ou fração, por tonelada bruta:

1.1 Em armazéns cobertos:

1º período 1,52

2º período 2,28

3º período 3,04

4º período 3,80

1.2 Em pátios descobertos:

1º período 0,98

2º período 1,47

3º período 1,96

4º período 2,45

2. Contêineres, por período de 10 (dez) dias ou fração, por unidade, em pátios:

2.1 Contêineres de 20` CHEIOS VAZIOS

1º período 31,00 10,50

2º período 46,50 16,00

3º período 62,00 21,00

4º período 77,50 26,00

2.2 Contêineres de 40` CHEIOS VAZIOS

1º período 63,00 21,00

2º período 93,00 32,00

3º período 124,00 42,00

4º período 155,00 52,00

3. Veículos montados, por período de 10 (dez) dias ou fração, por unidade:

Até ou igual a 2000 Kg

1º período..... 31,00

2º período..... 46,50

3º período..... 62,00

4º período..... 77,50

Acima de 2000 Kg

1º período..... 63,00

2º período..... 93,00

3º período..... 124,00

4º período..... 155,00

4. Pela utilização de áreas não alfandegadas, para beneficiamento de mercadorias, estocagem de matérias primas para beneficiamento, montagem final, atividades conexas, apoio marítimo, armazenagem de cargas de/ou para cabotagem, estufagem e desestufagem de contêineres, no estado em que se encontram, por metro quadrado, por mês ou fração..... R$ 10,00

NORMAS DE APLICAÇÃO:

As taxas desta tabela remuneram a fiel guarda de mercadorias importadas, a exportar ou em trânsito, depositadas sob a responsabilidade da Administração do Porto. A contagem dos períodos de armazenamento inicia-se após o término da descarga do navio, desde que ocorra em períodos ininterruptos.

Os valores constantes nesta tabela não incluem tributos de qualquer natureza.

Após o 4º período de permanência de cargas em armazéns e pátios do Porto, as taxas sofrerão um acréscimo de 20 % a cada novo período de 20 (vinte) dias;

Após o pagamento das respectivas taxas de armazenagem, fica assegurado ao dono das mercadorias importadas um prazo de 4 (quatro) dias corridos para sua retirada (com a liberação aduaneira), sem incidência de novo período.

Para contêineres vazios, a contagem dos períodos de armazenagem só se inicia após decorridos 10 (dez) dias de armazenagem livre.

ISENÇÕES:

Pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos:

Mercadorias importadas pelo Governo Federal para uso direto e exclusivo, devidamente comprovado.

Bagagem e objetos pessoais de Embaixadores, Ministros e Diplomatas, credenciados perante o Governo Federal.

Pelo prazo de 15 (quinze) dias corridos:

Contêineres recebidos vazios ou esvaziados no Porto.

TAXA MÍNIMA:

Carga geral, por período, por Nota Fiscal ou Guia de Recolhimento, em armazéns e pátios, será cobrado o valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais).

TABELA V - ACESSÓRIOS DA INFRAESTRUTURA

TAXAS DEVIDAS PELO REQUISITANTE

ITEM ESPÉCIE E INCIDÊNCIA VALOR EM R$

1. Fornecimento de água, por metro cúbico, através de canalização ou pontes de atracação R$ 19,24

2. Fornecimento de energia elétrica em ponto exclusivo, por Kw/h de potência fornecida, cobrança mínima de 10 (dez) Kw/h R$ 0,79

3. Pesagem de veículos de terceiros (particulares), na balança rodoviária do Porto, desde que previamente autorizados, com ou sem carga, quando não relacionados à movimentação do Porto R$ 9,33

4. Fornecimento de Normas para pré-qualificação do Operador Portuário, por empresa R$ 290,00

5. Outros não especificados Convencional

NORMAS DE APLICAÇÃO:

As taxas desta tabela remuneram as vantagens acessórias que possam ser oferecidas pela Administração do Porto, mediante requisição.

Os valores dos itens 1 e 2 serão automaticamente reajustados pelos mesmos índices de reajustes que forem concedidos às respectivas concessionárias de serviços, a partir do 1° dia útil do mês subsequente ao da vigência para a concessionária."

Art. 2º Determinar que a tarifa aprovada conforme artigo 1º somente entrará em vigor após sua homologação pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP, nos termos do artigo 30, parágrafo 1°, inciso VIII, da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A homologação referida neste artigo levará em conta as competências relacionadas no artigo 30, incisos III, IV, V, VII, IX e XIII, da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e, no que diz respeito aos valores tarifários, poderá ser feita de forma integral, parcial ou parceladamente.

Art. 3º Determinar que a Companhia Docas de São Sebastião - CDSS publique no Diário Oficial da União - D.O.U. a tarifa completa do porto de São Sebastião, incluindo tabelas de valores, normas de aplicação, isenções e taxas mínimas, na forma em que for homologada pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP.

Art. 4° Determinar que a Companhia Docas de São Sebastião - CDSS encaminhe à ANTAQ, para ciência e acompanhamento, cópia da Resolução ou Deliberação do Conselho de Autoridade Portuária - CAP que homologar a presente revisão tarifária.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.382, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Conhece o recurso administrativo formulado pelo TVV, contra decisão da codesa, e no mérito nega provimento.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002533/2011-81 e tendo em vista o que foi deliberado na 309ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 9 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Conhecer o recurso administrativo formulado pelo Terminal de Vila Velha S/A - TVV, contra decisão da Companhia Docas do Estado do Espírito Santo - CODESA, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo-se a cobrança da Movimentação Mínima Contratual, efetuada pela CODESA, com base na Cláusula Quinta - Das Movimentações, e da Cláusula Décima Primeira - Preços do Contrato nº ASSJUR 016/98 datado de 10 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.383, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Conhece o pedido de revisão da decisão constante do Acórdão nº 16-ANTAQ, formulado pela CDI, e, no mérito, nega provimento.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000959/2003 e tendo em vista o que foi deliberado na 309ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 9 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Conhecer o pedido de revisão da decisão constante do Acórdão nº 16-ANTAQ, de 27 de junho de 2011, formulado pela Companhia Docas de Imbituba - CDI, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão do citado Acórdão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 825, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, de 11 de dezembro de 2009 e demais normas regulamentares aplicáveis, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50300.002778/2011-16 e tendo em vista o que foi deliberado na 308ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 26 de janeiro de 2012, resolve:

I - Autorizar a empresa HIDROVIAS DO BRASIL S.A., CNPJ nº 12.648.327/0001-53, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1.912, 21º andar - Conj. 21-L, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, a operar, como empresa brasileira de navegação interior, com a finalidade específica de obter financiamento do Fundo de Marinha Mercante - FMM para a construção de embarcações em estaleiro brasileiro, sem direito a afretamento de embarcações.

II - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, já citada.

III - A Autorizada deve informar à ANTAQ, no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do fato, mudança de endereços, alterações no estatuto social e a eventual desistência ao financiamento do Fundo da Marinha Mercante - FMM.

IV - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

V - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 826, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, de 11 de dezembro de 2009 e demais normas regulamentares aplicáveis, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50300.002913/2011-15 e tendo em vista o que foi deliberado na 308ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 26 de janeiro de 2012, resolve:

I - Autorizar o empresário individual F. T. R. BARBARY, CNPJ nº 02.909.707/0001-40, doravante denominado Autorizado, com sede na av. Desembargador Távora, nº 29, Térreo, Centro, Cruzeiro do Sul - AC, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga, na Bacia Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União.

II - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção do Autorizado, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ, já citada.

III - O Autorizado deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereços, alterações no requerimento do empresário, encerramento permanente da operação e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

IV - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

V - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 827, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 1.274-ANTAQ, de 3 de fevereiro de 2009 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50300.002411/2011-94 e tendo em vista o que foi deliberado na 308ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 26 de janeiro de 2012, resolve:

I - Autorizar a empresa NAVEGAÇÃO GUAJARÁ LTDA., CNPJ nº 04.698.924/0001-64, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Beira Rio nº 580 - Porto Oficial, Centro, Guajará-Mirim-RO, a operar por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e cargas, na navegação interior de travessia internacional, na Bacia Amazônica, sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim-RO (Brasil) e Guayaramerín-Beni (Bolívia).

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 20, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.274-ANTAQ.

IV - A Autorizada fica obrigada a respeitar o "TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO FLUVIAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA BOLÍVIA", firmado em 12 de agosto de 1910 e promulgado pelo Decreto nº 8.891, de 9 de agosto de 1911.

V - A prestação do serviço será realizada com a utilização da embarcação FERA e conforme frequência do esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Travessia de Guajará-Mirim-RO (Brasil) a Guayaramerín-Beni (Bolívia)	
DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA DE VIAGENS
Segunda-feira	12
Terça-feira	13
Quarta-feira	12
Quinta-feira	10
Sexta-feira	15
Sábado	20
Domingo	10

VI - A Autorizada deverá manter em local visível das embarcações e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, semestralmente e quando solicitado pela ANTAQ, as informações coletadas na forma do disposto no inciso VIII do art. 14 da Norma já citada.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

1º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 181, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, considerando o que consta do processo nº 50300.000035/2003 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização nº 181 - ANTAQ, de 21 de dezembro de 2004, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa FARSTAD SHIPPING S.A., CNPJ n° 02.873.539/0001-80, doravante denominada Autorizada, com sede na rua Abílio Moreira de Miranda nº 606, Pq. Valentina Miranda, Macaé-RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

1º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 718, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, considerando o que consta do Processo nº 50301.001483/2010-23 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização nº 718 - ANTAQ, de 13 de dezembro de 2010, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa VIXMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA-ME., CNPJ nº 10.739.535/0001-32, doravante denominada Autorizada, com sede à av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 451, sala 1215, Ed. Pedro Tower, Enseada do Suá, Vitória - ES, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 800HP.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

2º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 542, DE 16 DE JULHO DE 2009

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos. 43 e 44 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e com base na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007, alterada pela Resolução nº 2.030-ANTAQ, de 25 de abril de 2011 e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50306.000869/2009-34 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Interior, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização nº 542-ANTAQ, de 16 de julho de 2009, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa MARINHO TRANSPORTES HIDROVIÁRIOS DA AMAZÔNIA LTDA. - ME, CNPJ nº 07.794.294/0001-10, doravante denominada Autorizada, com sede à Travessa Frei Ambrósio, 410, B. Fátima, Santarém-PA, a operar por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviço de transporte de passageiros e misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Bacia Amazônica, entre os municípios de Santarém-PA e Manaus-AM e Monte Alegre-PA e Manaus-AM.

II - A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo a ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

III - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

IV - A prestação do serviço será realizada com a utilização das embarcações SÃO BARTOLOMEU II e SÃO BARTOLOMEU III e ocorrerá conforme o esquema operacional apresentado pela empresa, abaixo relacionado:

ESQUEMA OPERACIONAL SÃO BARTOLOMEU II (LINHA SANTARÉM-PA a MANAUS-AM)					
PARTIDA			CHEGADA		
LOCAL	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	LOCAL	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Santarém-PA	6ª feira	14:00	Óbidos-PA	6ª feira	19:00
Óbidos-PA	6ª feira	19:15	Juruti-PA	Sábado	01:00
Juruti-PA	Sábado	01:15	Parintins-AM	Sábado	08:00
Parintins-AM	Sábado	08:30	Itacoatiara-AM	Sábado	21:00
Itacoatiara-AM	Sábado	21:30	Manaus-AM	Domingo	10:00
Manaus-AM	3ª feira	14:00	Itacoatiara-AM	3ª feira	19:00
Itacoatiara-AM	3ª feira	19:15	Parintins-AM	4ª feira	07:00
Parintins-AM	4ª feira	07:15	Juruti-PA	4ª feira	12:00
Juruti-PA	4ª feira	12:15	Óbidos-PA	4ª feira	16:30
Óbidos-PA	4ª feira	17:00	Santarém-PA	4ª feira	21:00

ESQUEMA OPERACIONAL SÃO BARTOLOMEU III (LINHA MONTE ALEGRE-PA a MANAUS-AM)					
PARTIDA			CHEGADA		
LOCAL	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	LOCAL	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Monte Alegre-PA	3ª feira	20:00	Santarém-PA	4ª feira	03:00
Santarém-PA	4ª feira	13:00	Óbidos-PA	4ª feira	18:00
Óbidos-PA	4ª feira	18:15	Juruti-PA	4ª feira	24:00
Juruti-PA	5ª feira	00:15	Parintins-AM	5ª feira	05:00
Parintins-AM	5ª feira	05:30	Itacoatiara-AM	5ª feira	18:00
Itacoatiara-AM	5ª feira	18:30	Manaus-AM	6ª feira	05:00
Manaus-AM	Sábado	13:00	Itacoatiara-AM	Sábado	18:00
Itacoatiara-AM	Sábado	18:15	Parintins-AM	Domingo	04:00
Parintins-AM	Domingo	04:15	Juruti-PA	Domingo	08:00
Juruti-PA	Domingo	08:15	Óbidos-PA	Domingo	11:00
Óbidos-PA	Domingo	11:30	Santarém-PA	Domingo	16:00
Santarém-PA	2ª feira	13:00	Monte Alegre-PA	2ª feira	17:00

V - A Autorizada fica obrigada a enviar à ANTAQ, bimestralmente, as informações discriminadas no inciso IX do art. 12 da Norma já citada.

VI - A Autorizada deverá manter em local visível da embarcação e nos postos de venda de passagens o quadro de horários de saída, os preços a serem cobrados pela prestação do serviço, o número do respectivo documento de outorga e o telefone da Ouvidoria da ANTAQ, 0800 644 5001.

VII - A Autorizada deve informar à ANTAQ, qualquer ocorrência de mudança de endereço, qualquer interrupção da prestação do serviço autorizado e alterações de qualquer tipo na frota em operação, observado o prazo que a Norma estabelece.

VIII - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capítulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

IX - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

2º ADITAMENTO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 582, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei º 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e nos regulamentos aplicáveis, considerando o que consta do processo nº 50302.001227/2009-92 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Navegação Marítima e de Apoio, conforme delegação contida na Portaria nº 033/2009-DG, de 23 de janeiro de 2009, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização nº 582-ANTAQ, de 15 de setembro de 2009, aditado pelo Primeiro Termo de Aditamento, de 16 de setembro de 2010, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa R. T. BITENCOURT - EPP, CNPJ nº 10.769.116/0001-43, doravante denominada Autorizada, com sede na rua Domingos Tavolaro, nº 128, sala 8, Centro, São Sebastião - SP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência de até 800 HP.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO CHEFE
Em 6 de dezembro de 2011

Nº 3 - O CHEFE DA UNIDADEADMINISTRATIVA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - UARRJ DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIO - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final (fls. 13 a 15), elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº. 50301.002704/2011-61 instaurado em 30 de agosto de 2011, de acordo com a Ordem de Serviço Nº. 000085-2011-UARRJ, decide aplicar a ADVERTÊNCIA, conforme discriminado abaixo, à empresa Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos Ltda, CNPJ nº. 33.112.152/0001-35, com sede na Rua Jardim Botânico, nº. 518 - 3º andar, Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ, na forma do inciso II, do artigo 78-A, da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº. 2.217-3, de 04 de setembro de 2001, considerando o inciso II, do artigo 66, da Resolução nº. 987-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2008, nos termos dos artigos 5º da Resolução nº. 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução nº. 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007, por não apresentar o Certificado de Segurança de Navegação - CSN, prevista nos termos do inciso II, do artigo 5º do § 2º da Resolução nº. 843-ANTAQ.

HAMILTON JOSÉ RIBEIRO QUINTAES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 3.772, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

Autoriza a abertura ao tráfego público ferroviário de cargas do novo trecho compreendido entre Alto Araguaia e Itiquira da Ferronorte operada pela ALL - Malha Norte.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere inciso I do art. 109 do Capítulo I do Título IV da Resolução n° 3000, de 18 de fevereiro 2009, e, tendo em vista o definido no §1º do art. 3º do Regulamento dos Transportes Ferroviários - RTF, aprovado pelo Decreto nº 1.832, de 04 de março de 96, fundamentada no Voto DJB - 009/12, de 25 de janeiro de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.131116/2011-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a abertura ao tráfego público ferroviário de cargas do novo trecho ferroviário compreendido entre Alto Araguaia - km 500,4 e o km 618,2, abrangendo o Terminal de Itiquira (entre os km 612 e 617), no Estado de Mato Grosso, integrante da concessão outorgada à América Latina Logística S.A. - Malha Norte - ALL MN.

Art. 2º Determinar que o início da operação comercial fique condicionado à plena conclusão das seguintes etapas e condições:

I - Publicação da Licença Ambiental de Operação - LO pelo IBAMA;

II - Conclusão das sinalizações definitivas nas passagens em nível, implantação dos marcos de entrevia em AMV's e da sinalização das chaves de entrada e saída dos pátios de cruzamento, e

III - Fixar a Velocidade Máxima Autorizada (VMA) em 40 km/h nos sub-trechos onde foi executado apenas o 1º levante do lastro. Nos demais sub-trechos fica autorizada a velocidade de projeto. À medida que for executando o 2º levante e a correção geométrica final no absoluto a Concessionária pode instituir a velocidade de projeto.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.083080/2011-60, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de esgoto na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 139+850m e o km 139+863m, na Pista Norte, e travessia no km 139+863m, em São José dos Campos/SP, de interesse da SABESP - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de esgoto, a SABESP deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A SABESP não poderá iniciar a implantação da rede de esgoto objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A SABESP assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de esgoto, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A SABESP deverá concluir a obra de implantação da rede de esgoto no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a SABESP verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de esgoto no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de esgoto.

Art. 8º A SABESP deverá apresentar, à URSP e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de esgoto por meio de ocupação longitudinal e travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 1.715,28 (um mil, setecentos e quinze reais e vinte e oito centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A SABESP abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 16, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.083078/2011-91, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de esgoto na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de travessia no km 137+861m, em São José dos Campos/SP, de interesse da SABESP - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de esgoto, a SABESP deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A SABESP não poderá iniciar a implantação da rede de esgoto objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A SABESP assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de esgoto, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A SABESP deverá concluir a obra de implantação da rede de esgoto no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a SABESP verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de esgoto no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de esgoto.

Art. 8º A SABESP deverá apresentar, à URSP e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de esgoto por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 1.633,60 (um mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A SABESP abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 17, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50520.054717/2010-51, resolve:

Art. 1º Autorizar novo prazo de 120 (cento e vinte) dias para execução das obras de implantação de travessia de rede de esgoto no km 042+450m da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, no município de Joinville/SC, de interesse da Companhia de Saneamento Básico Águas de Joinville.

Art. 2º Ratificar as recomendações contidas na Portaria n.º 053/2010/SUINF/ANTT, de 04 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2010.

Art. 3º O novo prazo autorizado será contado a partir da data do Ofício que der conhecimento sobre a publicação desta Portaria à Autopista Litoral Sul S/A.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo CNMP nº 0.00.000.000082/2012-34
Requerente: Marcelo Paiva Coelho
DESPACHO
[…] Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

No entanto, diante da situação relatada, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Maranhão, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000091/2012-25
Requerente: João Roberto do Monte
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por meio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo CNMP nº 0.00.000.000113/2012-57
Requerente: Luiz Otávio da Rosa Borges
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por meio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 976 DATA:09/02/2012 HORA:14:49

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000114/2012-00
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : São Paulo/SP
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000116/2012-91
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Teresina/PI
Relator : Alessandro Tramujas Assad

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001275/2011-21
RECLAMANTE: SIDNEI SOARES DA ROSA E ELIANA HANATIUK BOROWIK ROSA
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas, relativamente aos fatos ocorridos nos anos de 2005 e 2007, impõe-se o arquivamento dos autos, haja vista incidência de prescrição.
Quanto à reclamada (…), a Reclamação Disciplinar deve ser arquivada, na forma do art. 74, §6, do RICNMP.
Com referência aos argumentos deduzidos acerca da contrarrazão de fls. 1311/1316, subscrita pela Reclamada (…), impõe-se o arquivamento do presente procedimento, na forma do art. 74, §2º, do RICNMP, uma vez que os fatos descritos não configuram, a toda evidência, infração disciplinar.

Brasília - DF, 3 de fevereiro de 2012
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 1323/1327, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e artigo 74, §§2º e 6º, do RICNMP.
Dê-se ciência à Corregedoria-Geral de origem, aos reclamantes e aos reclamados, nos termos regimentais
Publique-se,
Registre-se.

Brasília - DF, 6 de fevereiro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2012

Inquérito civil público.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDEAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:
CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos - artigo 129, inciso III, CF;
Considerando o teor das informações colhidas na reunião realizada nesta data (termo de reunião anexo), no sentido de que a concessionária de telefonia fixa OI, sucessora da Brasil Telecom S/A, não tem prestado serviços regulares de manutenção das linhas telefônicas instaladas na Linha Alcântara, situada no Distrito de Faria Lemos, neste Município, inclusive quando demandada pelos consumidores;
CONSIDERANDO que tal omissão da concessionária deveria ensejar a adoção de medidas fiscalizatórias por parte da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a fim de proporcionar a satisfatória utilização da telefonia fixa aos consumidores que contrataram esse tipo de serviço;
DETERMINA-SE a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de apurar os fatos em toda a sua extensão e, se for o caso, adotar as providências cabíveis.
Como diligência inicial, oficie-se à concessionária de telefonia fixa OI e à ANATEL, a fim de que prestem esclarecimentos acerca dos fatos relatados pelos moradores no termo de reunião, no prazo de 20 dias. Instruam-se as missivas com cópia do referido termo.
Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão para fins de publicação da presente Portaria (arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/06).

ALEXANDRE SCHNEIDER

PORTARIA Nº 19, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, Representante Estadual da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de questões referentes ao consumidor e à ordem econômica, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, "e", da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93; e pelo artigo 8º, §1º, da Lei no 7.347/85 e:
CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Carta Magna de 1988;
CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil);
CONSIDERANDO que a tutela da figura do consumidor constitui uma garantia fundamental da República Federativa do Brasil (CF, artigo 5º, inciso XXXII) e que a defesa do consumidor encontra-se elencado como um dos princípios gerais da ordem econômica (art. 170, inciso V);
CONSIDERANDO que são direitos básicos do consumidor a adequada e eficaz prestação do serviço público em geral (art. 6º, inciso. X do Código de Defesa do Consumidor);
CONSIDERANDO que a Caixa Econômica Federal - CEF é empresa prestadora de serviços, definindo a Lei 8078/90 - Código de Defesa do Consumidor - como qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista, submetendo-se, dessa forma, a referida instituição ao disposto naquele Código;
CONSIDERANDO a Peça de Informação - PI 1.31.001.000230/2011-06, encaminhada pela Procuradoria da República em Ji-Paraná, que traz documentação comprobatória da situação vivenciada por consumidor, que teria aguardado mais de 03 (três) horas na fila para ser atendido, restando demonstrado que a CEF vem desrespeitando lei municipal que estabelece o limite de tempo razoável de permanência nas filas de agências bancárias;
CONSIDERANDO que o caso sob o ponto de vista individual não permitiria a autuação do Ministério Público Federal, porém a situação de fato demonstra ser hipótese de interesse individual homogêneo, uma vez que o atendimento bancário foi realizado em fila comum, havendo, em tese, uma pluralidade de usuários na mesma situação; resolve:
INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando a realização das diligências necessárias para o esclarecimento cabal dos fatos e viabilização das ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.
NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.
DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:
1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente.
2. Oficie-se a CEF - Ji-Paraná, requisitando-lhe que informe por que o atendimento na agencia é tão demorado, quais medidas serão tomadas para sanar o problema da espera na fila, visto possuir este Ministério Público Federal documentos demonstrando que consumidores chegam a esperar mais de 3 (três) horas na fila, tempo totalmente desproporcional ao mínimo tolerado.
3. Expeça-se ofício ao PROCON do Município de Ji-Paraná para, no prazo de 30 (trinta dias, a contar do recebimento, realizar averiguação in loco na agência bancária da Caixa Econômica Federal do referido município com o objetivo de coletar as seguintes informações:
1. quanto tempo o consumidor demora para ser atendido no caixa (sugere-se utilizar pessoas presentes no local como parâmetro para fixar seu tempo de permanência nas filas dos caixas, podendo ser arguido acerca do atendimento em outros dias);
2. qual a quantidade de funcionários no atendimento do caixa;
3. caso a quantidade de funcionários seja insuficiente, qual a quantidade ideal de funcionários para a agência;
4. se existe aviso aos clientes, em local visível, sobre a quantidade de funcionários que atendem no caixa, com os respectivos horários de trabalho e escala;
5. qual a quantidade de caixas eletrônicos em funcionamento;
6. caso a quantidade de caixas eletrônicos seja insuficiente, qual a quantidade ideal para a agência;
7. se existe funcionário para auxiliar os clientes nos caixas eletrônicos (quantidade e horário);
8. se existem bebedouros suficientes à disposição dos clientes;
9. se existem assentos nas filas de atendimento dos caixas (quantidade);
10. caso a quantidade de assentos seja insuficiente, qual a quantidade ideal para a agência;
11. se existe, em local visível, informe sobre as tarifas cobradas;
12. se são distribuídas senhas para os atendimentos nas filas do caixa, como é feita tal distribuição e se as senhas contém informação do horário e do tipo de atendimento;
13. se existem banheiros exclusivos para os clientes (quantidade e descrição quanto ao gênero);
14. se existe banheiro adaptável a cliente portador de necessidades especiais;
15. se o local designado para a implantação do banheiro destinado aos clientes não expõe estes, os funcionários e/ou a instituição bancária a riscos (exemplo: banheiro em área interna, restrita aos empregados das agências);
16. se existe caixa eletrônico adaptável a cliente portador de necessidades especiais;
17. se o acesso do cliente portador de necessidades especiais à agência é satisfatório (instalações físicas, porta, elevador, rampa, etc);
18. se existe, durante todo o horário de expediente, caixa exclusivo para idoso, gestante, deficiente e lactante;
19. outras informações pertinentes.
4. Após a vinda das informações, venha o procedimento concluso para deliberação.
Cientifique-se a 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, encaminhando-lhe cópia do presente e solicitando sua devida publicação na Imprensa Oficial.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:
a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;
Converta-se o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.34.016.000192/2011-11, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, notadamente apurar eventuais irregularidades estruturais em apartamentos existentes no Condomínio Residencial Primaveras, localizado em Itu, SP, cuja aquisição ocorreu com recursos do Programa de Arrendamento Residencial.
Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.
Determino, ainda, que seja observado o prazo determinado no ofício de fl. 391 e, caso em seu interregno não venha aos autos resposta, reitere-se a medida.
Após os registros habituais, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RUBENS JOSÉ DE CALASANS NETO

PORTARIA Nº 21, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, Representante Estadual da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de questões referentes ao consumidor e à ordem econômica, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, "e", da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93; e pelo artigo 8º, §1º, da Lei no 7.347/85 e:
CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Carta Magna de 1988;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, entre outras, promover o inquérito civil público e a ação civil pública para proteção irrestrita do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, conforme previsão constitucional estatuída no inciso III do artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a tutela da figura do consumidor constitui uma garantia fundamental da República Federativa do Brasil (CF, artigo 5º, inciso XXXII);

CONSIDERANDO que o artigo 170 da Carta Magna estabelece, dentre os princípios gerais da ordem econômica, a defesa do consumidor (inciso V);

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo, dentre outros, a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo que possam causar prejuízos aos consumidores (artigo 4º, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO a Denúncia nº 105, cadastrada nesta Procuradoria em 11 de outubro de 2011, na qual consumidor relata que funcionários da ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA deixaram em sua residência o Termo de Compromisso nº 005721 para compra de material elétrico e substituição de caixa de medição, bem como cartão da empresa Construtora Rodrigues e Materiais Elétricos e Construção; resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando apurar por qual razão a ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA teria solicitado ao consumidor a assinatura de termo de compromisso para aquisição de materiais elétricos e substituição de caixa de medidor.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1) Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente.

2) Expeça-se Ofício à ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, requisitando-lhes, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar de seu recebimento, esclarecer de forma detalhada:

a) no que consiste o termo de compromisso nº 005721 de compra de materiais elétricos e por qual razão foi deixado na residência localizada na Av. Calama, nº 1362, Bairro Olaria, Porto Velho/RO em 10/10/2011;

b) qual a necessidade de se realizar a compra do material indicado no referido termo e realizar a substituição da caixa do medidor, bem como por qual motivo o gasto está sendo imputado ao consumidor;

c) se a realização desse tipo de procedimento é prática costumeira da instituição ou se foi em virtude de atividade fiscalizatória;

d) encaminhe-se cópia de toda documentação pertinente ao questionamento, incluindo o referido termo de compromisso, bem como de eventual autuação ou relatório relacionado aos fatos descritos no item "a".

3) Efetue-se contato com o denunciante solicitando que: a) encaminhe a esta Procuradoria cópia do termo de compromisso nº 005721 e do cartão da empresa Construtora Rodrigues; b) esclareça se foi procurado novamente pela ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA e se optou por realizar os serviços solicitados.

Após a vinda das informações requisitadas, venham os autos conclusos para deliberação.

Comunique-se esta instauração à 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

PORTARIA Nº 11, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - CONSUMIDOR - Representação protocolizada nesta Procuradoria da República, pela TV Imperial, versando sobre funcionamento e exploração de serviço de TV a cabo em Petrópolis/RJ.

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 2º, §4° da Resolução n° 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a representação protocolizada nesta Procuradoria da República, pela TV Imperial, versando sobre funcionamento e exploração de serviço de TV a cabo em Petrópolis/RJ,

Em observância aos termos da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e dos artigo 2º, §§ 4º e 7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE CONVERTER o Procedimento Administrativo nº 1.30.007.000197/2002- 01 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de prosseguir na apuração dos fatos, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Retifique-se o sistema ÚNICO, bem como o rosto dos autos;

Após cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para novas deliberações.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA

PORTARIA Nº 5, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO:

o preceituado nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988, competindo ao Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, dos interesses difusos e coletivos, bem como dos interesses individuais indisponíveis;

ser função institucional do Ministério Público Federal, nos termos do art. 129, I, da Constituição Federal, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

que, de acordo com o Art. 1° da Lei nº 8.630 de 25 de fevereiro de 1993, cabe à União explorar, diretamente ou mediante concessão, o porto organizado;

que, de acordo com o Art. 27 da Lei nº 10.233 de 05 de junho de 2001, cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

I - promover estudos específicos...;

II - promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados;

a representante Empresa TWSM - Agenciamentos e Operações Portuárias, aduz que a empresa CRB Operações S.A está cobrando preço abusivo para descarga de navios, visando excluir a empresa representante do mercado;

que, segundo representação, está ocorrendo a utilização indevida de guindastes MHC(Mobile Harbor Grane), de uso público e, de propriedade da arrendatária, CRB Operações S.A, os quais estão, possivelmente, servindo de meios à prática de concorrência desleal no âmbito do Porto de Imbituba, visto que os aludidos guindastes estão atrelados ao contrato de arrendamento da CRB firmado para com a CIA Docas de Imbituba, em razão desta não possuir referidos equipamentos, os quais são de uso público.

o parágrafo terceiro da Minuta de Contrato de Arrendamento firmado entre a CIA Docas de Imbituba e a CRB Operações S.A, onde são determinados limites para os preços praticados pela empresa arrendatária:

Preços da Arrendatária

- Os preços dos serviços cobrados pela arrendatária e demais operadores portuários credenciados para a execução de serviços nas instalações arrendadas, serão determinados pela arrendatária, tendo como limite máximo de cobrança o valor máximo dos serviços semelhantes prestados em portos e terminais da região sul do Brasil, levando em conta os custos dos encargos de operação, conservação, ampliação e modernização das instalações e equipamentos portuários, assegurada em caráter permanente à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deste contrato;

- Os valores poderão ter como parâmetro critérios baseados em taxas mínimas de rentabilidade;

- Sempre que forem atendidas as condições do controle de arrendamento, considera-se mantido seu equilíbrio econômico e financeiro;

- Visando a defesa do direito econômico, a CDI e a ANTAQ, quando caracterizado o abuso deste direito, poderão ter acesso aos dados que compõem os custos dos serviços básicos, obrigatórios ou essenciais prestados pela arrendatária;

- Caberá à CDI efetuar o acompanhamento dos preços a serem cobrados, sem embargo da competência da ANTAQ, conforme disposto no inciso IX, do art. 3° , do Decreto n° 4122, de 13 de fevereiro de 2002:

Art. 3º À ANTAQ compete, em sua esfera de atuação, adotar as medidas necessárias ao atendimento do interesse público e ao desenvolvimento das atividades portuária e de transporte aquaviário e, em especial:

VIII - aprovar as propostas de revisão e reajuste de tarifas encaminhadas pelas Administrações Portuárias, após comunicação ao Ministério da Fazenda com antecedência mínima de quinze dias;

IX - acompanhar os preços, nos casos de serviços públicos autorizados.

que o instrumento de averiguação do Ministério Público Federal, nos termos do artigos 129, III da Constituição Federal e artigo 7º, I da Lei Complementar nº 75/93 é o Inquérito Civil Público, resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL com o fim de apurar suposta concorrência desleal no âmbito do Porto de Imbituba, no Município de Imbituba/SC.

Diante do exposto, DETERMINO:

a) autue-se a Portaria;

b) encaminhe-se correio eletrônico à 3ª CCR comunicando a instauração do presente Inquérito Civil, anexando cópia da Portaria;

c) oficie-se à CIA Docas de Imbituba, requisitando informações sobre: c.1) o preço máximo cobrado sobre os serviços de utilização de guindastes MHC (Mobile Harbor Grane), de uso público e, de propriedade da arrendatária, CRB Operações S.A; c.2) o preço máximo cobrado sobre os serviços de utilização de guindastes MHC, de uso público, semelhantes aos existentes no Porto de Imbituba/SC, prestados em portos e terminais da região sul do Brasil, transcrevendo a cláusula do contrato;

d) oficie-se à ANTAQ, requisitando informações sobre o preço praticado sobre os serviços de utilização de guindastes MHC(Mobile Harbor Grane), de uso público e, de propriedade da arrendatária, CRB Operações S.A, no Porto de Imbituba, no município de Imbituba/SC.

MICHAEL VON MÜHLEN DE BARROS GONÇALVES

PORTARIA Nº 23, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, Representante Estadual da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de questões referentes ao consumidor e à ordem econômica, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5º, III, "e", da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93; e pelo artigo 8º, §1º, da Lei no 7.347/85 e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Carta Magna de 1988;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, entre outras, promover o inquérito civil público e a ação civil pública para proteção irrestrita do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, conforme previsão constitucional estatuída no inciso III do artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a tutela da figura do consumidor constitui uma garantia fundamental da República Federativa do Brasil (CF, artigo 5º, inciso XXXII);

CONSIDERANDO que a Constituição da República de 1988 consagrou a defesa do consumidor como princípio da ordem econômica (art. 170, inciso V, CF/88) e que, segundo o art. 5º da Lei n.º 9.472, de 16/07/1997, na disciplina das relações econômicas no setor de telecomunicações, deverão ser observados, entre outros princípios, a defesa do consumidor e a repressão ao abuso do poder econômico;

CONSIDERANDO que a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo, dentre outros, a segurança do consumidor, atentando ao princípio da proteção pela garantia de serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, buscando a racionalização e melhoria dos serviços públicos (artigo 4º, inciso II, "d", e inciso VII, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que a Lei 9.672, de 16/07/1997, ao criar a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, deu-lhe a incumbência de adotar medidas que propiciem padrões de qualidade compatíveis com a exigência dos usuários (art. 2º, III), bem como as providências necessárias ao atendimento do interesse público, tais como a repressão das infrações aos direitos dos usuários (art. 19, XVIII);

CONSIDERANDO que os serviços de telecomunicações se inserem no âmbito das relações de consumo, estando sujeitos ao regramento estabelecido na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, devendo ser prestados de forma adequada e eficaz, um dos direitos básicos do consumidor (artigo 6º, X);

CONSIDERANDO o teor da matéria intitulada por "Problemas inutilizam aparelhos", publicada no jornal "Diário da Amazônia", edição de 29 de julho de 2011, a qual noticia a precariedade e o mau funcionamento dos telefones de uso público (orelhões) no município de Porto Velho; resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando apurar se há deficiência na manutenção preventiva e corretiva dos telefones públicos (orelhões) da operadora OI no município de Porto Velho/RO.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente.

2. Expeça-se Ofício à GERÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) EM RONDÔNIA, requisitando-lhes, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento, a realização de fiscalização com o objetivo de verificar a adequação quantitativa, o funcionamento e o serviço de manutenção, preventiva e corretiva, dos telefones públicos (orelhões) no município de Porto Velho/RO, com a elaboração do relatório pormenorizado de fiscalização, e a lavratura, se for o caso, de Auto(s) de Infração em desfavor da concessionária responsável pela prestação do serviço nessa localidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Expeça-se Ofício à GERÊNCIA DA OI EM RONDÔNIA, requisitando-lhes, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de seu recebimento, esclarecimentos acerca da notícia de mau funcionamento dos telefones públicos (orelhões) existentes no município de Porto Velho/RO, principalmente em relação aos localizados na região da Rodoviária e do Bairro Nacional.

Após a vinda das informações requisitadas, venham os autos conclusos para deliberação.

Comunique-se esta instauração à 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 21, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

A Dra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, Procuradora da República, lotada na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 2º Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a existência do Procedimento Administrativo Cível 1.22.000.002789/2011-48, no qual se apura especificamente a infestação das edificações de cidades históricas por xilófagos;

Resolve, em cumprimento à Resolução 23/2007, artigo 2º, inciso III, § 6º, do E. CNMP, converter o PAC em epígrafe em inquérito civil público.

Oficie-se à Universidade Federal de Viçosa e IPHAN conforme minuta.

Cumpra-se a Resolução 87/06 do E. CSMPF.

ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA

PORTARIA Nº 20, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

A Dra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, Procuradora da República, lotada na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 2º Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo cível nº 1.22.000.002705/2011-18, instaurado com o escopo de apurar indícios da prática de lavra ilegal de minério de granito na área do processo administrativo DNPM nº 830.527/1990, realizada pela empresa Pedreira Irmãos Machado Ltda, no município de Ouro Preto - MG.

Resolve converter o PAC em tela em inquérito civil público.

Cumpra-se o determinado no despacho.

ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA

PORTARIA N° 21, DE 23 DE JANEIRO DE 2012

Inquérito Civil Público nº 1.29.000.000066/2012-78

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.29.000.000066/2012-78, tendo como objeto averiguar a atuação irregular de Edmundo dos Santos, (AI nº 498212-D), criador amadorista de pássaros para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o presente expediente administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

CELSO TRES

PORTARIA Nº 34, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

Considerando ser função institucional do Ministério Público, dentre outras: I - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF e 2º, Lei Complementar nº 75/93); II - promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, III, da Carta Magna, art. 6º, VII, e alíneas, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 1º da Resolução CSMPF nº 87/2006); III - a defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente e patrimônio cultural (art. 129, III, da Carta Magna e art. 5º, III, da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando a alteração promovida pela Resolução CSMPF nº 106/2010 no art. 4º, § 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006;

Considerando a necessidade de análise, sob a ótica do patrimônio histórico-cultural, do interesse na preservação das estações ferroviárias de Camaragibe e Paudalho, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.;

Resolve DETERMINAR:

I. A conversão do Procedimento Administrativo MPF/PRPE nº 1.26.000.001767/2011-55 em Inquérito Civil (área temática Patrimônio Cultural) tendo por objeto "verificar o interesse de preservação, do ponto de vista do patrimônio nacional cultural, das Estações Ferroviárias de Camaragibe/PE e Paudalho/PE, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA".

II. A autuação da presente Portaria em conjunto com o procedimento em referência, bem como a remessa de sua cópia para fins de publicação, nos termos do art. 5º, VI, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006;

III. Oficie-se ao Sr. Presidente da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário, instituída pela Portaria Iphan nº 407, de 21.12.2010, a fim de que se manifeste sobre o interesse na preservação das estações ferroviárias objeto deste procedimento e, em caso positivo, as medidas que serão adotadas para sua preservação.

IV. Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º da Resolução CSMPF nº 87/2006.

ANTONIO CARLOS DE V. COELHO BARRETO CAMPELLO
Procurador da República

PORTARIA Nº 10, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende /RJ, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CRFB, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei nº 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita, no âmbito da Procuradoria da República do Município de Resende/RJ, o Procedimento Administrativo nº 1.30.008.000017/2005-15, instaurado a partir de denúncia anônima noticiando a produção de polição sonora e lançamento de esgoto diretamente em um curso d'água, pelos responsáveis pelo estabelecimento comercial denominado "Bar do Miguel";

CONSIDERANDO ser necessário o aprofundamento das investigações para a colheita de maiores elementos, a fim de se verificar se persistem as irregularidades inicialmente consatatas ;

Resolve transformar o Procedimento SOTC nº 1.30.008.000052/2006-15 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de obter a reparação dos danos ambientais decorrentes da abertura de estrada sem autorização do órgão ambiental competente.

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) Registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - MEIO AMBIENTE - POLUIÇÃO SONORA E POLUIÇÃO HÍDRICA - BAR DO MIGUEL - SERRINHA DO ALAMBARI - MUNICÍPIO DE RESENDE.

b) Comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, remetendo-se extrato desta Portaria, e solicitando que providenciem a publicação no Diário Oficial da União.

c) Publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria.

d) Junte-se aos autos cópia do Ofício nº 0578/AMAR/2011, remetido ao MPF para juntada ao PA n. 1.30.008.000002/2009-81;

e) Oficie-se ao Parque Nacional do Itatiaia requisitando que seja informado ao MPF se estabelecimento comercial denominado Bar do Miguel, localizado na Serrinha do Alambari, município de Resende, está inserido na zona de amortecimento do Parque Nacional do Itatiaia, tendo em vista a edição da Resolução CONAMA nº 428/10, ou na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira. Caso seja positiva a resposta, deverá ser informado se osfatos apurados nestes autos causam, efetivamente, algum impacto (direto ou indireto) sobre as unidades de conservação, especificando-o se for o caso. O ofício deverá ser instruído com cópia dos documentos de fls. 05, 37/38 e 56/57.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 12, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

Inquérito Civil nº 1.33.002.000471/2005-14. Assunto: Acompanhar, fiscalizar e sobretudo apurar eventuais irregularidades no cumprimento das condicionantes descritas no licenciamento ambiental que autoriza a construção da Usina Foz do Chapecó. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, entre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, inciso III, da Carta Magna e artigo 5º, III, alínea "e", da Lei Complementar nº. 75/1993).

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO, também, que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo, inclusive o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO, ainda, a construção de Usina Hidrelétrica no Rio Uruguai, em municípios da Subseção Judiciária de Chapecó, e as importantes interferências ao meio ambiente daí advindas;

CONSIDERANDO, por fim, que a Licença de Operação expedida pelo IBAMA condiciona a sua validade ao cumprimento de medidas específicas na área ambiental, bem como, nos anexos do processo de licenciamento;

CONSIDERANDO o transcurso do prazo estabelecido pelo art. 4º, § 4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

O Procurador da República no Município de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 129, inc. II, III e VI da CF/88; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85; art. 6º, inc. VII, art. 7º, inc. I e art. 8º, todos da Lei Complementar nº. 75/93; art. 1º, caput, art. 4º, inc. II e 5º, todos da Resolução nº. 87/2006, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Federal e art. 2º e art. 4º da Resolução nº. 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público), resolve:

Converter o presente procedimento preparatório de inquérito civil em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para dar continuidade à instrução, fiscalizar e sobretudo apurar eventuais irregularidades no cumprimento das condicionantes descritas no licenciamento ambiental que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, determinando a adoção das seguintes medidas:

a) Registro da presente portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº. 87/2006 do CSMPF e da Resolução nº. 23/2007 do CNMP;

b) Expedição de cópia da presente Portaria de Instauração à 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, para fins do disposto nos artigos 6º e 16 da Resolução nº. 87/2006 e, nos artigos 4º e 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, procedendo-se à juntada aos autos da comprovação do envio do documento.

c) Após, voltem os autos conclusos para análise das informações prestadas pelo empreendedor.

Proceda-se às anotações no sistema de acompanhamento processual do Ministério Público Federal (ÚNICO), inclusive a respeito da conversão do procedimento preparatório de inquérito civil em inquérito civil público.

RENATO DE REZENDE GOMES

PORTARIA Nº 15, DE 1° DE FEVEREIRO DE 2012

Ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - Meio Ambiente - notícia de realização de queimada em Área de Proteção Ambiental no Loteamento Vale da Boa Esperança, Petrópolis/RJ.

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 2º, §4° da Resolução n° 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar notícia de realização de queimada em Área de Proteção Ambiental no Loteamento Vale da Boa Esperança, Petrópolis/RJ,

Em observância aos termos da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e dos artigo 2º, §§ 4º e 7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE CONVERTER o Procedimento Administrativo nº 1.30.007.000031/2002-86 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de prosseguir na apuração dos fatos, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Retifique-se o sistema ÚNICO, bem como o rosto dos autos;

Após cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para novas deliberações.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA

PORTARIA Nº 17, DE 31 DE JANEIRO DE 2012

Ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - Patrimônio Histórico - Matéria publicada no Jornal Tribuna de Petrópolis em 04/11/1998, mencionando a necessidade de reabertura do Palácio Rio Negro aos turistas.

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 2º, §4° da Resolução n° 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar notícia publicada no Jornal Tribuna de Petrópolis em 04/11/1998, mencionando a necessidade de reabertura do Palácio Rio Negro aos turistas,

Em observância aos termos da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e dos artigo 2º, §§ 4º e 7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE CONVERTER o Procedimento Administrativo nº 1.30.007.000247/2008-37 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de prosseguir na apuração dos fatos, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3. Retifique-se o sistema ÚNICO, bem como o rosto dos autos;

Após cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para novas deliberações.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 7, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O Ministério Público Federal, através do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, bem como no art. 6º, VII, b, art. 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75/1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no âmbito das atribuições do Ministério Público Federal, consoante arts. 109, 127 e 129 da Constituição Federal, e Lei Complementar nº 75/1993;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23 de 2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução nº 87 de 2006, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Federal; e

d) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

decide converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público nº 1.34.016.000227/2011-11, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, especialmente, o estado de conservação de aviões da União com cessão de uso ao Aero Clube de Sorocaba-SP.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Aguarde-se a conclusão e o resultado dos trabalhos referidos no ofício de fls. 54, oriundo da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Não havendo resposta no prazo de 60 (sessenta) dias, oficie-se a fim de saber o resultado dos trabalhos da Comissão Especial mencionada no referido ofício.

Após os registros e providências de praxe, comunique-se esta instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para publicação, nos termos da Resolução nº 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, e da Resolução nº 87/2006, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VINICIUS MARAJÓ DAL SECCHI

PORTARIA Nº 35, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA, Procurador da República no Município de Divinópolis, com fundamento nas atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal de 1988 e pelo art. 5º e seguintes da Lei Complementar nº 75/93:

CONSIDERANDO a representação, formulada e tomada a termo nesta Procuradoria da República, que noticia a insatisfação dos alunos do campus de Formiga do IFMG - antigo campus do CEFET-MG - em razão das péssimas condições da infraestrutura do prédio onde assistem às aulas e da baixa qualidade do ensino ministrado;

CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme dispõe o art. 210 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 206, VII, da Constituição Federal, o ensino será ministrado com garantia do padrão de qualidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível n.º 1.22.012.000062/2011-21 em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 4º, VI, da Resolução nº 23, de 17/9/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, mediante correspondência eletrônica, para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, mediante certificação nos autos;

3) a nomeação do servidor Lindomar Salvino Rodrigues, técnico administrativo, para funcionar como Secretário, nos termos do art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87/2006, que será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício na Secretaria Jurídica desta PRM;

4) o cumprimento do despacho proferido nesta data.

Em observância ao disposto no art. 9º da Resolução CNMP nº 23/2007 e no art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006, incumbe ao Secretário o acompanhamento do prazo inicial de 1 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão, após o seu transcurso.

Cumpra-se.

CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA

PORTARIA Nº 43, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000494/2007-69 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a prática de possíveis irregularidades praticadas pelo INCRA/MT no processo de desapropriação da "Fazenda Panorama" localizada no Município de Cláudia/MT, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências:

a) oficiar à Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso com o fim de se obter informações sobre o andamento do processo de desapropriação da "Fazenda Panorama", localizada no Município de Cláudia/MT. Prazo: 20 (vinte) dias;

b) oficiar a Subseção Judiciária de Sinop para que informe o andamento dos processos nº 2007.36.03.001247-7, 2007.36.03.001248-0, 2008.36.03.001160-9 e 2009.36.03.006839-4, bem como os demais que versam sobre questões relativas a "Fazenda Panorama".

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA N° 57, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.15.003.000392/2010-89, instaurado em face do ex-gestor municipal, Sr. Leandro Pontes Dias, por supostas irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 2925/2006, firmado com o Fundo Nacional de Saúde, com vigência de 31/12/2006 a 01/08/2010, cujo objeto consistia na construção de unidades de saúde na cidade de Cariré.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, seja oficiado, à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, requisitando, no prazo de 10 dias, informações atualizadas acerca da prestação de contas do supracitado convênio.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO

PORTARIA Nº 61, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Peças de informação nº 1.26.001.000215/2010-39

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 5º, II, d, 6º, VII, b e c, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e, também, no art. 2º, II, c/c o art. 4º da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF);

c) considerando as incumbências previstas para o Ministério Público na Lei Complementar 75, no art. 5º, II, d, de zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente; no art. 6º, VII, b, de promover o inquérito civil para proteção do patrimônio público e social; bem como no art. 6º, XIV, f, de promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à probidade administrativa; e no art. 7º, I, de, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

d) considerando que a educação é um direito social (art. 6º da CF);

e) considerando que os objetos das peças de informação se inserem no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

f) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação; e

g) considerando, por fim, o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL para apuração dos fatos apontados abaixo:

REPRESENTANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF.

REPRESENTADO(S): MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/BA.

RESUMO: Cuida-se de peças de informação instauradas para apurar notícia de supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais do Ministério da Educação, referente ao Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), pelo Município de Sobradinho/BA.

Autue-se a presente portaria e, após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em seguida, determino, com fulcro no § 9º do art. 9º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que se oficie, com prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta:

ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para que informe se já houve prestação de contas e em que foro está o trâmite de apuração concernente ao PEJA, 2006.

ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JÚNIOR

PORTARIA Nº 105, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O Excelentíssimo Senhor Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida da defesa do patrimônio público, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO, outrossim, o presente procedimento administrativo, instaurado para apurar possível improbidade administrativa praticada pelo funcionário da Caixa Econômica Federal Antônio Pophirio Pinto dos Santos, ao cobrar ilegalmente valores de adquirentes de imóveis do complexo residencial "Pombal", localizado na Zona Leste de Porto Velho.

CONSIDERANDO, ademais, que as diligências ordenadas no procedimento ainda se encontram pendentes de cumprimento; sendo certo que a exiguidade do prazo de 90 (noventa) dias para conclusão do apuratório, imposto pela Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, dificulta, em demasia, o desenvolvimento da investigação;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de continuação da apuração das irregularidades, face sua gravidade, e conveniência de que a instrução passe a ocorrer em inquérito civil, resolve:

CONVOLAR o presente procedimento administrativo em inquérito civil público, colimando apurar, cabal e celeremente, os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR os servidores que estão lotados no 4° Ofício/5° CCR desta unidade do Ministério Público Federal para secretariar o presente feito, os quais, por serem funcionários do quadro efetivo, atuarão independentemente de compromisso.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

1. Junte-se a presente portaria aos autos.

2. Promovam-se as alterações necessárias no Sistema Único.

3. Extraia-se a tarja azul dos autos, indicativa de que se tratava, até então, de procedimento administrativo.

CIÊNCIA à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, por meio eletrônico, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), anexando-se cópia da presente para publicação.

Após, nova vista para outras diligências.

REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE

PORTARIA Nº 176, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

Interessados: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS E INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA. Ementa: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - PATRIMÔNIO PÚBLICO - Notícia de possível má execução das obras de recuperação da região do Vale do Cuiabá, Distrito de Itaipava - Petrópolis - RJ, área afetada pela enchente ocorrida em janeiro de 2011, especificamente no que toca às intervenções feitas às margens do Rio Santo Antônio, na altura da Rua Ministro Salgado Filho, nº 2.761, face a notícia de assoreamento do mesmo, bem como da existência de encosta na iminência de desabamento.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "a" e XIV, "f", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa da probidade administrativa;

CONSIDERANDO a notícia de possível má execução das obras de recuperação da região do Vale do Cuiabá, Distrito de Itaipava - Petrópolis - RJ, área afetada pela enchente ocorrida em janeiro de 2011, especificamente no que toca às intervenções feitas no Rio Santo Antônio, na altura da Rua Ministro Salgado Filho, nº 2.761, face a notícia de assoreamento do mesmo, bem como da existência de encosta na iminência de desabamento,

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos noticiados, determinando, desde logo, a adoção das seguintes providências:

1- Comunique-se à e. 5ª CCR/MPF, para a devida publicidade;

2- Expeça-se ofício à Prefeitura de Petrópolis, com cópia desta Portaria, requisitando:

a) informar se as obras de recuperação no local especificado vem sendo fiscalizadas pela Prefeitura, indicando se tem ciência do possível assoreamento do rio, bem como da existência de encosta na iminência de desabamento, indicando as providências adotadas;

b) outras informações que julgar pertinentes.

3- Expeça-se ofício ao INEA, com cópia desta Portaria, requisitando a realização de vistoria no local, com posterior envio de relatório acerca do possível assoreamento do rio, bem como da existência de encosta na iminência de desabamento.

4- Após anotações e registros necessários, voltem os autos conclusos para deliberação.

CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA

PORTARIA Nº 177, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011

Conversão de peças de informação.

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.000749/2011-56 foi instaurado para apurar as causas do colapso no fornecimento de energia elétrica ocorrido na Região Nordeste, a partir de requerimento da Câmara dos Deputados;

Considerando a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.000749/2011-56 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com estas peças informativas, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "apurar as causas do colapso de energia elétrica ocorrido na Região Nordeste, em 04.02.011, assim como as medidas preventivas e corretivas adotadas para minorar a possibilidade de ocorrência de novos fatos dessa natureza";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Andrew Limongi Sial, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 7º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - 5ª CCR, inclusive por meio eletrônico (para o endereço 5camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

De observar que, conforme informações prestadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, há procedimentos administrativos (nºs 48500.001311/2011-42 e 48500.001310/2011-06) instaurados para análise da questão, nos quais está em fase final a apreciação das manifestações da CHESF e do ONS aos termos de notificação da ANEEL/SFE. Outrossim, consta que a SFG da ANEEL lavrou o Auto de Infração nº 1011/2011/SFG em desfavor da CHESF, contra o qual foi interposto recurso pela autuada, que se encontra em análise no âmbito daquela secretaria. Desse modo, determina-se o acautelamento destes autos pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

No intuito de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

EDSON VIRGINIO CAVALCANTE JUNIOR

PORTARIA N° 185, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades, constantes na ausência de prestação de contas em relação a recursos públicos federais recebidos pela Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual (FAESPE) ligada à Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT, Resolve converter o presente Procedimento Administrativo (nº 1.20.000.000774/2009-39) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

JULIANO BAGGIO GASPERIN

PORTARIA N° 186, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades constatadas pela Controladoria-Geral da União - CGU, na 19ª Etapa do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, em programas do governo federal executados em Araputanga/MT, supervisionados pelo Ministério das Cidades, Resolve converter o presente Procedimento Administrativo (nº 1.20.000.000550/2006-84) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

JULIANO BAGGIO GASPERIN

PORTARIA N° 187, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar a notícia de que integrantes do movimento sem-terra, acampados nas margens da BR-070 em Cáceres/MT já constam como assentados, bem como, supostas irregularidades na obtenção de financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF, Resolve converter o presente Procedimento Administrativo (nº 1.20.001.000040/2008-69) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

IMPRENSA NACIONAL
EM FASE DE ASSINATURA

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

JULIANO BAGGIO GASPERIN

PORTARIA N° 188, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar suposto dano ao erário apontada pela condenação do ex-prefeito do município de Cáceres/MT no Acórdão do TCU nº 2319/2009, em decorrência da omissão no dever de prestar contas do convênio nº. 319/97 (SIAFI nº 340464), celebrado entre o Município de Cáceres/MT e a União Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente, Resolve converter o presente Procedimento Administrativo (nº 1.20.000.000432/2009-19) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

JULIANO BAGGIO GASPERIN

PORTARIA N° 190, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar suposta irregularidade na aplicação de verbas destinadas aos "quilombolas" para aquisição de um terreno e construção de uma escola no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, Resolve converter o presente Procedimento Administrativo (nº 1.20.000.000092/2011-31) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

JULIANO BAGGIO GASPERIN

PORTARIA N° 319, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011

Inquérito Civil Público n° 1.29.003.000042/2009-93. Verificação de possíveis irregularidades em substituição de pacientes com consultas já agendadas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais (arts. 127 e 129, II, III e VI, da Constituição Federal), legais (arts. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93) e regulamentares (Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inc. III art. 129 da CF/88);

CONSIDERANDO o recebimento de denúncia, feita por representantes do Grupo Hospitalar Conceição, sobre irregularidades verificadas na substituição de pacientes com consultas agendadas pelo Sistema Único de Saúde, visto que os documentos que formalizavam tais substituições apresentaram-se preenchidos de forma deficiente pelas Secretarias de Saúde dos Municípios, carecendo de informações, tais como o motivo da substituição, identificação do responsável pela comunicação da mesma, bem como identificação dos pacientes nas unidades hospitalares que prestam serviços pela rede pública de saúde.

CONSIDERANDO que quando convocados a prestarem depoimento nesta Procuradoria da República os pacientes cujas consultas médicas foram reiteradamente substituídas afirmaram que desconheciam as consultas marcadas em seus nomes pela Central de Marcação de Consultas, visto que nunca necessitaram de procedimentos médicos realizados na Capital.

CONSIDERANDO que a informação é fundamental para o encaminhamento a ser dado por este Órgão Ministerial;

Resolve instaurar, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de verificar os fatos noticiados e devidos encaminhamentos, caso necessários.

Para tanto, determina-se à Secretaria da Tutela Coletiva que:

- autue esta portaria e remeta cópia à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para comunicar a instauração deste inquérito civil e requerer a publicação deste, em observância aos arts. 5º, VI, 6º e 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/2010 do CSMPF;

CELSO TRES

PORTARIA Nº 396, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar irregularidades na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos exercícios de 2007/2008, no Município de Gentio do Ouro/BA, na gestão do Prefeito José Henrique Rodrigues de Queiroz, fatos noticiados no Relatório de Fiscalização nº 01493, relativo ao 30º Sorteio do Projeto de Fiscalização da CGU. Autos n.º 1.14.004.000238/2011-15

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 18/10/2011, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação encaminhada pela Procuradoria da República do Município de Ilhéus/BA, visando apurar irregularidades na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos exercícios de 2007/2008, no Município de Gentio do Ouro/BA, na gestão do Prefeito José Henrique Rodrigues de Queiroz.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 397, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo Ministério da Educação (FUNDEB, PDDE, PNATE, Programa Brasil Escolarizado e PNAE), nos exercícios de 2009/2010, ao Município de Uibaí, na gestão do Prefeito Pedro Rocha Filho, fatos constatados pela CGU por intermédio do Relatório de Fiscalização nº 01614 a partir do 32º Sorteio de Unidades Municipais. Autos n.º 1.14.004.000247/2011-14

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 09/11/2011, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em fatos constatados pela CGU por intermédio do Relatório de Fiscalização nº 01614 a partir do 32º Sorteio de Unidades Municipais, visando apurar irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo Ministério da Educação (FUNDEB, PDDE, PNATE, Programa Brasil Escolarizado e PNAE), nos exercícios de 2009/2010, ao Município de Uibaí, na gestão do Prefeito Pedro Rocha Filho.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 398, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar irregularidades na aplicação de recursos provenientes do FUNDEB (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE) no município de Presidente Dutra/BA, na gestão do Prefeito Roberto Carlos Alves de Souza (mandato 2009/2012) . Autos n.º 1.14.004.000252/2011-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 09/11/2011, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação anônima, visando apurar irregularidades na aplicação de recursos provenientes do FUNDEB (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE) no município de Presidente Dutra/BA, na gestão do Prefeito Roberto Carlos Alves de Souza.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 399, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar irregularidades na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), subprograma do Fome Zero, nos exercícios de 2008/2009, nos Municípios de Santa Bárbara e Ichu. Autos n.º 1.14.004.000239/2011-60

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 18/10/2011, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em reportagem do jornal A Tarde publicada em 28/10/2011, visando apurar irregularidades na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), subprograma do Fome Zero, nos exercícios de 2008/2009, nos Municípios de Santa Bárbara e Ichu .

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 400, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar irregularidades na exigência do CREF impedindo profissionais formados pela UEFS de atuarem em academias de atividade física. Autos n.º 1.14.004.000171/2011-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 14/07/2011, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação feita pelo Sr. Luiz Augusto Queiroz de Oliveira, visando apurar irregularidades na exigência do CREF impedindo profissionais formados pela UEFS de atuarem em academias de atividade física;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis; resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 402, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar conduta irregular de Jaciara Santos de Jesus por não ter comunicado o óbito de sua filha Keila Santos Aversa ao Cartório de Registro Civil e ao INSS na data correta, ocasionando a obtenção indevida de benefício assistencial no período de 2006 a 2009. Autos n.º 1.14.004.000237/2011-71

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 14/07/2011, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em cópia do Inquérito Policial nº 3000.2010.003305-7 encaminhado pela Procuradoria da República no estado de São Paulo, visando apurar conduta irregular de Jaciara Santos de Jesus por não ter comunicado o óbito de sua filha Keila Santos Aversa ao Cartório de Registro Civil e ao INSS na data correta, ocasionando a obtenção indevida de benefício assistencial no período de 2006 a 2009;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis; resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA

PORTARIA Nº 908, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1..20.00.001056/2011-02 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar supostas irregularidades no convênio nº 2062/2005, firmado com o Ministério da Saúde, que tinha por objeto o custeio para a implementação de ações de educação em saúde do idoso, em Chapada dos Guimarães/MT; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

THIAGO LEMOS DE ANDRADE

PORTARIA Nº 977, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000317/2008-63 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar irregularidades na aplicação de recursos federais, conforme consta no Relatório de Fiscalização nº 1019/07, oriundo da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

PORTARIA Nº 978, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter a Peça de Informação nº1.20.000.000414/2011-51 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar irregularidades na aplicação de recursos federais, conforme consta no Acórdão nº 325/2011, oriundo da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

PORTARIA Nº 979, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter a Peça de Informação nº1.20.000.000325/2002-14 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar irregularidades na desapropriação de área correspondente a fazenda de Tereza Wisoczynski.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

PORTARIA Nº 983, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000796/2009-07 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar irregularidades na aplicação de recursos federais, conforme noticia a representação do Partido Progressista -PP, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto da Serra, que receberam denúncia formulada por USIEL DA SILVA LARANJEIRA, referente a irregularidades em processos licitatórios em que favoreciam certas empresas a realizarem obras no Município de Planalto da Serra/MT, e que contaram com recursos federais repassados por diversos convênios;

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

PORTARIA Nº 985, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter a Peça de Informação nº1.20.000.000105/2001-18 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar irregularidades na instituição Abrigo Bom Jesus de Cuiabá.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

PORTARIA Nº 1.164, DE 23 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando o recebimento de representação do vereador do Município de Limoeiro do Ajuru, denunciando supostas irregularidades na aplicação das verbas de saúde no município;

Considerando que a irregularidade relatada constitui indícios da prática de atos de improbidade administrativa;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela Secretaria Municipal de Limoeiro do Ajuru-PA.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com a peças de informação, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) Oficie-se à Secretaria Municipal de Saúde do município para que se manifeste, acerca das irregularidades constantes na denúncia em anexo, no prazo de 10 dias úteis;

b) encaminhe-se cópia ao DENASUS para ciência e providências;

c) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 1.176, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

Referência Peças de Informação n° 1.23.000.002076/2011-81

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando o recebimento do Acórdão n° 9154/2011, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, referente à Tomada de Contas Especial (TC 010.144/2010-2), requerida pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor de Marta Dionísio Batista e Robert Douglas Sampaio Lopes.

Considerando que tal providência aconteceu em razão da não prestação de contas do Convênio n° 3110/2005, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), o qual foi celebrado entre a União, através do Fundo Nacional de Saúde, e a OSCIP, da qual os requeridos foram Presidentes.

Considerando ainda que a verba federal repassada tinha o objetivo de adquirir equipamentos e material permanente para o SUS.

Considerando que foi verificada a omissão dos requeridos quanto à devida prestação de contas do referido convênio, devendo os valores repassados serem ressarcidos à conta do Fundo Nacional de Saúde;

Considerando a necessidade de continuar as investigações para uma melhor definição do caso apresentado, a fim de adotar as medidas necessárias para garantir o atendimento do interesse público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto a investigação das irregularidades verificadas na aplicação de verbas federais nas ações de saúde em questão.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF;

3- Proceda-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) oficie-se aos requeridos indicados para que se manifestem a respeito do Acórdão n°9154/2011 do TCU;

b) oficie-se ao Tribunal de Contas da União, solicitando que remeta cópia integral do processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

c) após, conclusos.

4- Em razão de que a prescrição quanto à improbidade administrativa ocorrerá em 25/06/2012, proceda-se a tramitação deste procedimento com PRIORIDADE.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 1.187, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando a remessa de cópias de documentação referente a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde de São Domingos do Capim, noticiando possíveis indícios de irregularidades na aplicação de recursos oriundos de verba federal;

Considerando que a possível irregularidade relatada constitui indícios da prática de atos de improbidade administrativa;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades praticadas pela Secretaria Municipal de São Domingos do Capim-PA.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com a peças de informação, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) Oficie-se ao DENASS e à CGU, solicitando que informe se possuem relatórios das contas dos exercícios 2009 e 2010 de São Domingos do Capim relativas às verbas da Saúde;

b) oficie-se à Prefeitura de São Domingos do Capim, com cópia da documentação em anexo, para querendo, apresentar notificação em 10 dias úteis, em especial, acerca da compra de equipamentos técnicos de empresas que tem como objeto social o comércio de rações.

c) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 310, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0365.2011.01.006/5-603, tendo como assuntos: a) jornada de trabalho excessiva; b) pagamentos de comissões "por fora"; c) obrigatoriedade de aquisição de uniformes pelos próprios empregados; d) não fornecimento de água potável aos empregados..

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0365.2011.01.006/5-603 em face de DROGARIAS PACHECO S.A. CNPJ: 33.438.250/0344-95, cuja filial situa-se na Rua Dr. Siqueira nº 385, Centro, Magé/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 18, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000618.2011.20.000/9, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Anotação e Controle da Jornada e Atraso na Homologação do TRCT e Retenção de Documentos) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 95.591.723/0126-30. Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 5 (ORDINÁRIA)

Sessão em 15 de fevereiro de 2012, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-025.524/2009-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Federação Rondoniense de Mulheres (01.173.906/0001-70)
Responsável: Helena da Costa Bezerra (638.205.797-53)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-025.323/2006-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ - JE
Responsáveis: Carlinda Marques Dias Pires (759.778.267-53 e outros: Advogados constituídos nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-005.235/2004-2
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Fátima Marissue Martins Rodrigues (143.075.962-34); Heda Maria Mussiau Barbosa (460.031.269-49); Jessé Azevedo Machado (268.553.803-87); João Bosco Machado de Miranda (079.948.422-91); Mário Sérgio Lapunka (171.954.629-00); Olegário de Oliveira Reis (045.831.752-72); Raimundo José Zacarias da Costa (052.889.242-87); Roberto Müller Neto (816.700.369-87); Rosevaldo Gomes de Oliveira (220.738.682-15); Selma Correa Pacheco (089.789.562-20); Vulmar de Araujo Coelho Junior (507.309.167-15).
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região/AC-RO - JT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.105/2010-0
Natureza: Monitoramento
Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.493/2000-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Emanoel Messias França (132.179.501-78); Farmabem Medicamentos Ltda (01.437.293/0001-31); Grace Monica Alvin Coelho de Araujo Rocha (365.905.096-20); José Fernandes Ferreira Lima (183.181.182-00); Kilombo Distribuidora de Medicamentos Ltda. (02.984.077/0001-79); Paula Pinheiro da Silva (233.347.202-25); Prop e Vendas Representação Comercial Ltda (63.777.916/0001-72); Recol Distribuição e Comércio Ltda. (04.598.413/0001-70); Sebastião Wille Lopes das Neves (119.853.642-04); Takeda Rio Branco Ltda (14.366.827/0001-28)
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.694/2007-3
Apensos: TC 020.769/2009-3 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Denúncia
Responsáveis: Alexandra Reschke Stanislau Affonso (066.195.378-55); Edimar Fraga Rocha (621.642.367-34); Fernando Antônio Brito Fialho (214.178.143-49); Henrique Germano Zimmer (009.677.936-53); Orlando Jose Soares Valverde (312.727.707-53).
Órgão/Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.136/2000-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alberto da Fonseca Barbosa (108.661.674-04); Amaurilio Jose Ferreira Teles (153.261.364-49); Antonio Carlos Martins Newman (053.222.864-20); Carlos Eduardo Machado (229.669.864-68); Cesimar Claudino da Silva (466.120.094-20); Construtora Galvao Marinho Ltda (12.647.038/0001-30); Construtora Igarape Ltda (01.702.564/0001-39); Cornelia Rodrigues do Nascimento (567.793.054-72); Eriberto Cocentino Barreto (546.241.694-68); Fernando Antonio da Câmara Ferreira Melo (012.447.364-49); Fremar Engenharia e Comercio Ltda (01.100.096/0001-22); Henrique Eduardo Costa (457.961.064-49); Ivanaldo Lima (366.029.064-53); João Batista da Silva (129.794.814-91); Luiz Cláudio Leal Caldas (107.954.804-15); Milton Azevedo Filho (039.457.904-68); Orisvaldo Costa da Silva (553.512.714-00); Roque Bernardino Sobrinho (074.439.864-91); S S Construcoes & Projetos Ltda (09.114.877/0001-88); Zilne da Silva Maia Araujo (130.665.954-04)
Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.695/2011-8
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-008.769/2011-7
Natureza: Relatório de Levantamentos
Responsável: Olinda Batista Assmar, Reitora da FUAC (041.331.707-25)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - FUAC/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (Secex/AC)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.515/2007-5
Apensos: TC 019.538/2007-7 (Representação); TC 021.902/2007-3 (Representação)
Natureza: Prestação de Contas Simplificada -
Exercício: 2006
Responsáveis: Andréia Freitas da Costa (642.630.702-59); Antônio Elson Nunes da Costa (291.110.302-59); Antônio Marcos Teixeira Bitar (570.799.352-53); Arionilson da Silva e Silva (522.510.472-04); Carlos Orlando Silva Chaves (214.754.152-49); Emerson Silva de Queiroz (664.098.612-49); Erley Katleen Souza da Silva (476.487.162-91); Fabíola Viana Lemos (519.354.652-87); Francisco José da Costa Aires (738.095.197-15); Frank de Lima Lasmar (444.747.172-87); Jay da Silva Moreira (633.676.102-91); Joanildo da Silva Ribeiro (343.955.982-34); José Ribamar Ferreira da Silva (130.474.002-10); Luciana Lima da Rocha (746.443.782-91); Luiz Gonzaga Barbosa da Silva (275.816.672-00); Manoel de Oliveira Paixão Neto (522.800.552-87); Marcelo Ferreira Silveira (508.699.492-68); Nilciane Santos Silva (524.549.912-68); Pedro Gonzaga do Nascimento (320.704.542-15); Rogério Oliveira Correa (700.990.062-00); Sebastião de Souza Nunes (130.564.252-04)
Entidade: Fundação Nacional de Saúde/Coordenação Regional no Estado do Amazonas (Funasa/Core/AM)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex/AM)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.631/2010-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Alexandre Tadeu Salomão Abdalla (198.131.801-10); Geraldo Alves Teixeira (243.550.708-91); José Henrique Marinho de Oliveira (347.607.841-87); Prefeitura Municipal de Gurupi - TO (01.803.618/0001-52)
Entidade: Prefeitura Municipal de Gurupi/TO
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO (Secex/TO)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-008.799/2011-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira (066.814.761-04)
Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.174/2008-5
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Paulo José Sampaio Bastos (907.461.715-87)
Unidade: Prefeitura Municipal de Boninal/BA
Advogado constituído nos autos: Davi Magalhães da Silva (OAB/BA nº 30.323)

TC-022.407/2009-3
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade:
Entidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-000.646/2012-1
Natureza: Representação
Unidade: Justiça Federal - Seção Judiciária/SP - Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.204/2011-8
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo-MT (CNPJ 00.414.607/0009-75).
Unidade: Município de Diamantino/MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.485/2011-7
Natureza: Representação
Responsáveis: Karla Regina Lavratti (CPF 798.623.901-82); Permínio Pinto Filho (CPF 384.350.391-53); Rubens Mauro Ribeiro Leite Júnior (CPF 695.182.031-72); Validos Augusto Miranda (CPF 175.814.431-91).
Interessado: Quality Press Gráfica e Editora Ltda - EPP (CNPJ 10.482.914/0001-90).
Unidade: Município de Cuiabá/ MT.
Advogado constituído nos autos: Bruno de Andrade Monteiro Gerardi (OAB/DF 10.795-E).

TC-002.582/2012-0
Natureza: Representação
Responsável: Município de São José dos Pinhais - PR (CNPJ 76.105.543/0001-35).
Interessado: Conselho Municipal de Saúde de São José dos Pinhais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.541/2011-5
Natureza: Representação
Interessada: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Mato Grosso - Dnit/MT (04.892.707/0022-35).
Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Mato Grosso - Dnit/MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.337/2006-8
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Hegídio Henrique Lunkes (CPF 190.135.230-72).
Unidade: Município de Confresa/MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.691/2008-4
Natureza: Relatório de Levantamento
Responsável: Plínio Ivan Pessoa da Silva (CPF 145.889.862-87).
Interessado: Congresso Nacional.
Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.
Advogada constituída nos autos: Maíra Daniela G. Castaldi (OAB/DF 11.291-E).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-017.866/2011-1
Natureza: Monitoramento
Unidade: Banco do Brasil S.A..
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-000.515/2012-4
Natureza: Denúncia.
Entidade: Prefeitura Municipal de Simolândia/GO.
Interessado: Makbrazil Importação de Máquinas e Equipamentos Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-006.930/2004-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Alciomar Goersch (205.917.300-06); Alexandre Bacellar Raupp (482.637.610-34); Angela Beatriz Costa Câmara (758.726.926-68); Celso Gabriel Castro de Lucena (312.947.741-15); Daelson Oliveira Viana (503.456.307-00); Glorivan Bernardes de Oliveira (468.477.316-72); Glênio Alberto de Almeida Carvalho (098.491.301-72); Itanor Neves Carneiro (480.196.908-91); Joao Lauer Kneip (085.252.691-15); Jorge José Silva Ferreira (382.738.617-91); Jose Braun Chaves (085.026.501-06); Kênia Maria Costa de Sena (597.236.104-34); Paulo Fernando da Costa Lacerda (274.700.167-91); Valério Azambuja (237.651.511-49); Vera Lúcia Costa Guimarães (095.547.852-91); Vertice Engenharia e Comercio Ltda (01.588.805/0001-60).
Órgão: Departamento de Polícia Federal - MJ.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.731/2011-5
Natureza: Relatório de Auditoria.
Responsáveis: Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00); José Francisco das Neves (062.833.301-34); Luiz Carlos Oliveira Machado (222.706.987-20); Nelson Eustáquio Fernandes Gonçalves (077.415.456-04); Ricardo Humberto de Souza Wanderley (125.838.474-49).
Interessado: Congresso Nacional.
Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-011.264/2004-0
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I)
Natureza: Pedido de Reexame.
REVISOR: Ministro AUGUSTO NARDES (Ata 44/2011)
Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda - CGRH/MF.
Recorrente: Wanny de Souza Dias (CPF: 000.356.371-53).
Advogada constituída nos autos: Rita de Cássia Barbosa Lopes Vivas (OAB: 8.685).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-019.784/2011-2
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do RI)
Natureza: Representação
REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (Ata 39/2011)
Entidade: Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROBRAS - MME.
Responsável: Celso Santos Matheus (005.781.218-75)
Interessado: Interativa Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. Advogados constituídos nos autos: Humberto Vasconcelos de Oliveira, OAB/AC 384, Cauê Vecchia Luzia, OAB/SC 20.219.

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-013.179/2009-7
Apenso: TC 017.083/2010-9.
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Município de João Pessoa - PB.
Recorrente: Ana Cristina Costa Barreto (CPF 725.903.864-00), Maria Auxiliadora Martins Maroja Garro (CPF 095.670.464-68) e Suelma de Fátima Bruns (CPF 365.100.254-34).
Advogado constituído nos autos: Gibran Motta (OAB/PB 11.810).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-032.169/2011-6
Natureza: Relatório de Acompanhamento (Fiscalis nº 916/2011)
Órgão/Entidade: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco do Brasil S.A.
Interessado: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
Advogados constituídos nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-000.768/2012-0
Natureza: Representação.
Unidade Jurisdicionada: Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Representante: Ágil Serviços Especiais Ltda. (CNPJ 72.620.735/0001-29).
Interessada: Brasul Administração e Serviços Profissionais Ltda. (CNPJ: 06.959.859/0001-09).
Advogado constituído nos autos: André Puppin Macedo (OAB/DF nº 12.004).

TC-001.739/2012-3
Natureza: Representação
Unidade Jurisdicionada: Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern.
Representante: Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte (Sinduscon/RN)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-012.886/2005-2
Natureza: Embargos de Declaração
Entidades: Banco do Brasil S.A. - MF; Caixa Econômica Federal - MF; Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Responsáveis: Guilherme Narciso de Lacerda (142.475.006-78); Jorge Eduardo Levi Mattoso (010.118.868-47); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Rossano Maranhão Pinto (151.467.401-78); Sérgio Ricardo Silva Rosa (003.580.198-00); Wagner Pinheiro de Oliveira (087.166.168-39
Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia, OAB/RJ 67460.

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-031.713/2010-6
Natureza: Solicitação
Entidade: Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba
Interessado: Procuradoria da República no Estado da Paraíba
Advogados constituídos nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-003.857/2008-6
Natureza: Recurso de Revisão.
Entidade: Município de Igarapé-Miri/PA (05.191.333/0001-69).
Recorrente: Dilza Maria Pantoja Correa (394.614.322-91).
Interessado: Fundo Nacional da Sáude - FNS (26.989.350/0001-16).
Advogado constituído nos autos: Deusarina Lobato Correa (OAB/PA 11.891).

TC-009.758/2009-3
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras).
Interessado: Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras).
Advogado constituído nos autos: Eduardo Luiz Ferreira Araujo de Souza, OAB/RJ nº 140.563.

TC-012.238/2005-2
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS.
Responsáveis: Celita Cortes Tavares (725.352.297-49); José Gomes Temporão (487.471.497-87); Luiz Alberto Ladezenski (741.904.407-44); Maria da Graça Oliveira Rangel (436.034.837-15); Nelson dos Santos (489.802.347-91); Pedro Paulo Vereza Henriques (260.507.307-68); Reinhar Braun (740.262.167-72); Santa Bárbara Engenharia S/A (17.290.057/0001-75) e Valdemar da Silva Fagundes (222.083.561-87).
Interessado: Instituto Nacional do Câncer - MS (00.394.544/0171-50)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.820/2003-9
Natureza: Recurso de Revisão em Tomada de Contas - Exercício: 2002.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso - TRE/MT-JE.
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU.
Interessado: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MT - JE (00.509.018/0010-04).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-000.752/2011-8
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria.
Entidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Maranhão - DNIT/MA.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-037.535/2011-0
Natureza: Representação.
Entidade: Fundação Alexandre de Gusmão - MRE (Funag).
Interessado: Associação Brasileira da Indústria Gráfica - Regional do Distrito Federal (Abrigaf/DF).
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-022.137/2007-0
Apensos: TC 000.074/2008-0, TC 025.579/2008-3, TC 025.583/2008-6
Natureza: Recurso de Revisão em TCE.
Entidade: Prefeitura de Cumaru do Norte - PA (34.670.976/0001-93).
Responsável: Geraldo Temponi Barbosa (304.586.176-87)
Advogado constituído nos autos: Walmir Hugo P. dos Santos Junior (OAB/PA 15.317).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-008.869/2009-8
Natureza: Monitoramento
Unidade: Ministério da Integração Nacional - MI e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás - Seplan/GO.
Responsável: Marcelo Pereira Borges (132.543.594-53).
Interessada: Secretaria de Controle Externo em Goiás.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-001.972/1998-7
Natureza: Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração - TCE)
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Grupo Executivo para a Extinção do DNER (em Liquidação)
Vinculação: Ministério dos Transportes
Embargantes: Valdomiro Nery Moitinho (CPF 036.797.055-49); Antônio Contreiras Lima (CPF 000.697.285-34); Viriato Cardoso Construções e Projetos Ltda. (CNPJ 15.145.162/0001-95)
Advogados constituídos nos autos: Orlando de Mata e Souza (OAB/BA 2.024); Raquel Martins (OAB/DF 23.660); Marina Aragão de Paula Amorim (OAB/DF 27.721); Giovanni Riccardi (OAB/DF 12.118); Patrícia Tiana Pacheco Lamarão (OAB/PA 10.455)

TC-020.472/2004-1
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Responsáveis: Adenauher Figueira Nunes (031.193.352-15); Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (073.008.591-00-falecido); Erica Silvestri Duttweiler (199.958.418-00); Fernando Brendaglia de Almeida (051.558.488-65); Frederico de Queiroz Veiga (032.652.348-00); Josefina Valle de Oliveira Pinha (185.527.571-68); Moacir Carvalho Aires Filho (563.144.426-72); Márcia Gonçalves Chaves (599.728.827-72); Nelson Jorge Borges Ribeiro (049.230.817-91); Ozório Lucas Ferreira da Silva (161.809.416-53); Álvaro Luiz Miranda Costa (334.859.761-72)
Recorrentes: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero e Josefina Valle de Oliveira Pinha.
Advogados constituídos nos autos: Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998) e Evelise Cristina Balhesteros Bergamo (OAB/DF 26.736)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-014.098/2008-3
Natureza: Relatório de Levantamentos
Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
Responsáveis: Laerte Barbalho Júnior (CPF: 019.543.564-80); Márcio de Almeida Ferreira (CPF: 236.504.788-20); João Bernardo de Azevedo Bringel (CPF: 224.830.041-72); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF: 042.750.395-72).
Interessado: Petróleo Brasileiro S.A. - MME (CNPJ: 33.000.167/0001-01).
Advogado constituído nos autos: Carlos Roberto Siqueira Castro, OAB/DF nº 20.015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-007.041/2007-2
Apenso: TC 030.160/2010-3
Natureza: Revisão de Ofício (em Pensão Civil)
Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados - CD
Interessada: Auzenita Ferreira de Araujo (780.959.724-87);
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.016/2006-6
Natureza: Administrativo
Órgão: Tribunal de Contas da União
Interessado: Ministro Adylson Motta (006.729.710-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.263/2011-2
Natureza: Representação
Entidade: Eletrosul Centrais Eletricas S.A. - ELETROBRAS - MME.
Interessado: Ministério Público da União (26.989.715/0001-02)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.176/2006-8
Apensos: TC-006.499/2007-0 e TC-010.622/2007-1
Natureza: Representação
Interessada: 4ª Secretaria de Controle Externo - Secex-4.
Unidade: Ministério da Integração Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.204/2011-2
Natureza: Representação
Órgãos/Entidades: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC e Prefeitura Municipal de Americana - SP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.936/2011-0
Natureza: Representação.
Entidade: Companhia Energética de Alagoas (CEAL); ELETROBRAS; Ministério das Minas e Energia (MME) (vinculador).
Responsáveis: Pedro Carlos Hosken Vieira (CPF 141.356.476-34), Diretor Presidente da CEAL; Ronaldo Ferreira Braga (CPF 075.198.183-49), Diretor Econômico-Financeiro da CEAL.
Interessado: Conserg - Prestação de Serviços, Terceirização e Obras de Engenharia Ltda (02.297.645/0001-63).
Advogado constituído nos autos: Arley de Andrade Vieira (OAB-AL 7.319).

TC-037.183/2011-7
Apensos: TC 037.638/2011-4 e TC 002.095/2012-2
Natureza: Representação
Entidade: Desenvolvimento Rodoviário S.A. - Dersa (CNPJ 62.464.904/0001-25)
Interessados: Equipav Sa Pavimentacao Engenharia e Comercio (46.083.754/0001-53), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit (CNPJ 04.892.707/0001-00), Toniolo Busnello S.A. - Túneis, Terraplenagens e Pavimentações (CNPJ 89.723.977/0001-40) e Constran S.A - Construções e Comércio. Advogados constituídos nos autos: Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905), Luis Eduardo Patrone Regules (OAB/SP 137.416), Marcelo Augusto Puzone Gonçalves (OAB/SP 272.153), Fernanda Corvetto (OAB/SP 148.608), Eduardo Talamini (OAB/PR 19.920) Vitor Lanza Veloso (OAB/DF 35.110).

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-014.936/2007-1
Apenso: TC 026.200/2006-5
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.
Interessados: Consórcio Odebrecht/Andrade Gutierrez (CNPJ nº 08.084.573/0001-52).
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG nº 71.947), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG nº 90.456), Nayron Sousa Russo (OAB/MG nº 106.011) e Flávia da Cunha Gama (OAB/MG nº 101.817).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-001.574/2012-4
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-008.488/2009-1
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Construtora Paula Xavier Ltda. (CNPJ 24.195.760/0001-60)
Unidade: Prefeitura Municipal de Parazinho/RN
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.802/2006-1
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Representação)
Recorrente: Construtora OAS Ltda.
Unidade: Prefeitura do Município de Teresina/PI
Advogado constituído nos autos: João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A)

TC-018.112/2004-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Unidade: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras
Recorrente: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras (CNPJ 33.000.167/0001-01)
Advogado constituído nos autos: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF nº 20.015)

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-014.205/2011-4
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Senado Federal
Unidade Jurisdicionada: Ministério do Transportes
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-037.249/2011-8
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados
Unidade: Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-012.008/2008-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Armando Schneider Filho (114.760.521-15); Construtora Beter S/A (61.192.373/0001-04); Protásio Lopes de Oliveira Filho (057.064.082-20); Sergio Mauricio Brito Gaudenzi (047.158.885-72); Severino Pereira de Rezende Filho (192.675.097-72).
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) - Aeroporto de Macapá.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe I - Recursos

TC-005.035/2009-2
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Laércio José de Oliveira (CPF 056.482.464-04), Sione Ferreira de Souza Oliveira (CPF 791.957.504-44), Nobaldo Lima (CPF 254.273.694-49), Veneza Diesel Comércio Ltda. (CNPJ 00.306.218/0001-79), Via Diesel Distribuidora de Veículos Motores e Peças Ltda. (CNPJ 01.937.258/0001-81) e Victoire Automóveis Ltda. (CNPJ 70.154.968/0001-58)
Unidade: Município de São José do Campestre/RN
Advogados constituídos nos autos: Murilo Mariz de Faria Neto (OAB/RN 5691), Cristiano Luiz Barros Fernandes da Costa (OAB/RN 5695), Carlos Giordano Carlos Lopes (OAB/RN 6655), Sergio Luis Medeiros de Moura (OAB/RN 7989), Orlando Frye Peixoto (OAB/RN 4404-B) e Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14265).

TC-005.061/2009-2
Natureza: Embargos de Declaração
Embargante: Veneza Participações Ltda. (CNPJ 04.410.009/0001-21)
Unidade: Município de Luís Gomes/RN
Advogado constituído nos autos: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14.265)

TC-011.647/2007-5
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras).
Advogados constituídos nos autos: Rafael C. I. e Bartijotto (OAB/RJ 108.182) e Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073)

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-019.723/2011-3
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Senado Federal
Unidade: Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-021.001/2009-3
Apenso: TC 023.767/2009-2
Natureza: Monitoramento
Interessada: 3ª Secretaria de Controle Externo - 3ª Secex
Unidade: Procuradoria-Geral do Trabalho - PGT
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-001.530/2010-0
Natureza: Representação
Interessada: Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo (CNPJ 26.989.715/0013-46)
Responsável: Elizabeth Yazeji Hadad (CPF 881.582.177-53)
Unidade: Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - Governo do Estado do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.891/2009-8
Natureza: Administrativo
Interessada: Secretaria das Sessões (Seses)
Unidade: Tribunal de Contas da União (TCU)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-013.284/2011-8
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogados constituídos nos autos: Rafael de Almeida Giacomitti, OAB/DF n. 29.306.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe I - Recursos

TC-023.785/2009-0
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Estado do Piaui - Senac/PI
Interessados: Vicente de Paulo Santos Correia (007.238.353-49), Eliel da Rocha Santos (076.756.744-72), Lauro Antônio Cronemberg (014.278.733-72), Conegundes Gonçalves de Oliveira (014.107.093-53), Rosilda Maria Alves (307.203.703-53), Getulio Alves dos Santos (518.656.108-87), José Antônio de Araújo (065.820.953-15) e Elaine Rodrigues Rocha Dias (704.314.343-87)
Advogado constituído nos autos: Marcio Augusto Ramos Tinôco, OAB/PI nº 3.447.

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-028.955/2011-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Interessado: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-017.844/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Rolim de Moura/RO
Responsáveis: Adilson Julio Pereira (297.915.882-87); Dilmar Antonio Golin (492.002.839-34); Embrace Empresa Brasil Central de Engenharia Ltda (01.542.489/0001-96); Ivo Narciso Cassol (304.766.409-97); Jose Sanguanini (141.249.559-87); Maria Betânia Almeida de Oliveira (991.568.064-34); Prefeitura Municipal de Rolim de Moura - RO (04.394.805/0001-18)
Advogado constituído nos autos: Dirlaine Jaqueline Cassol de Souza, OAB/RO 1.463.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-020.918/2008-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul - Incra/MS
Responsáveis: Celso Benedito Torres de Souza (CPF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

287.385.436-72); Celso Cestari Pinheiro (CPF 078.656.431-87); Francisco Orlando Costa Muniz (CPF 146.588.443-20); Humberto de Mello Pereira (CPF 373.843.331-72); Ismael Sandoval Abrahão (CPF 164.164.061-87); Ivan de Oliveira Santos (CPF 031.413.688-64); Joatan Loureiro da Silva (CPF 798.738.128-49); José Antônio Felício (CPF 032.186.278-34); Luiz Carlos Bonelli (CPF 328.797.849-72); Marcelo Resende de Souza (CPF 640.804.476-04); Maria Rita Jacinto Rodrigues (CPF 967.443.401-15); Rolf Hackbart (CPF 266.471.760-04); Samuel de Campos Widal (CPF 108.938.901-97); Sandro César Fantini (CPF 353.559.059-00); Sebastião Azevedo (CPF 025.414.243-53); Valteci Ribeiro de Castro Junior (CPF 434.019.296-15)

Interessado: Congresso Nacional

Advogados constituídos nos autos: Gustawo Adolpho de Lima Tolentino (OAB/MS nº 7919-B) e Joaquim Basso (OAB/MS nº 13.115).

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe I - Recursos

TC-004.176/1999-5

Apenso: TC 012.054/2001-2.

Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas).

Interessado: Instituto de Estudos Juridicos da Atividade Rural (01.120.285/0001-67).

Responsáveis: Antonio Carlos Menna Barreto Filho (050.157.230-91); Antonio Ernesto Diel (008.100.100-20); Antonio Jorge Camardelli (157.222.440-15); Associação Sul Brasileira das Indústrias de Produtos Suinos (92.941.574/0001-82); Carlos Roberto Foschiera (012.700.520-04); Clóvis Antônio Schwertner (185.728.390-20); Dalila Silva dos Santos (282.887.340-49); Fundação de Cooperação para o Desenvolvimento Cultural (87.632.717/0001-34); Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (01.120.285/0001-67); João Adolfo Kasper (130.776.190-91); Julio Maria Porcaro Puga (189.692.246-53); Mario Pereira (171.321.000-25); Nelton Andrade de Azevedo (169.654.000-30); Odalniro Irineu Paz Dutra (196.888.490-49); Scala Serviços de Limpeza e Conservação Ambiental Ltda (74.107.897/0001-93).

Órgão: Delegacia Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul (DFA/RS). Advogados constituídos nos autos: Tanira de Moura Rivaldo (OAB/RS 43.851), Luiz Mário de Mello Pimenta Filho (OAB/RS 41.166), Odacir Klein (OAB/DF 1.931/A e OAB/RS 4.092), Jaqueline Franceschetti (OAB/RS 56.212), Paulo Antônio Müller (OAB/RS 13.449), Cleber Demétrio Oliveira da Silva (OAB/RS 56.211), Décio Gianelli Rodrigues Martins (OAB/RS 19.556), André Felkl Senger (OAB/RS 43.027), Carlos Eduardo Azevedo Olson (OAB/RS 46.721), Felipe Felkl Senger (OAB/RS 58.549), Luciana Farias (OAB/RS 50.581), Daniel Radici Jung (OAB/RS 47.874), Ricardo Barbosa Alfonsin (OAB/RS 9.275), Derna Helena Martinelli Tisato (OAB/RS 2.891).

Secretaria das Sessões, em 10 de fevereiro de 2012.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DA PAUTA Nº 5 (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 15 de fevereiro de 2012, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-015.269/2011-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-002.091/2012-7
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55,
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.737/2011-4
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-000.685/2012-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-035.195/2011-8
Natureza: Denúncia. Denunciante: Identidade preservada (art. 55,
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-010.941/2005-7
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - Art. 112 do R.I)
Natureza: Denúncia.
REVISOR: Ministro ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO (Ata 40/2011)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-033.616/2011-6
Natureza: Administrativo - Fiscobras 2012.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-027.795/2010-1
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-002.852/2012-8
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-014.978/2011-3
Natureza: Relatório de Levantamento
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-002.076/2012-8
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-015.427/2005-3
Natureza: Representação
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, em 10 de fevereiro de 2012.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

RETIFICAÇÃO

No ANEXO II da DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, publicada no Diário Oficial da União Nº 16, de 23 de janeiro de 2012, Seção 1, páginas 94 a 99.

B. NÚCLEO VARIÁVEL	
Onde se lê	**Leia-se**
2.1	17.
2.2	18.
2.3	19.
2.3.1	19.1
2.3.2	19.2
2.3.3	19.3
2.3.4	19.4
2.3.5	19.5
2.3.6	19.6
2.3.7	19.7
2.3.8	19.8
2.4	20.
2.5	21.
2.6	22.
2.7	23.
2.8	24.

Itens	**INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO BANCO DO BRASIL**
Onde se lê	**Leia-se**
1.2.3.4.4.1.	4.1
1.2.3.4.5.5.1.	5.1
1. **2.** **3.** **4.** **5.** **6.** **6.1.**	6.1
6.2.1.1.5.2	6.2
7.1.1.5.3	7.1

Itens	**INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA CONAB SEDE E DAS SUPERINTÊNCIAS REGIONAIS**
Onde se lê	**Leia-se**
2. **2.1.**	2.1
3. **3.1.**	3.1
4. **4.1.**	4.1
5. **5.1.**	5.1
6. **6.1.**	6.1
7. **7.1.**	7.1
8. **8.1.**	8.1
9. **9.1.**	9.1
1. **2.** **3.** **4.** **5.** **6.** **7.** **8.** **9.** **10.** **11.** **11.1.**	11.1
1. **2.** **3.** **4.** **5.** **6.** **7.** **8.** **9.** **10.** **11.** **12.** **12.1.**	12.1
1. **2.** **3.** **4.** **5.** **6.** **7.** **8.** **9.** **10.** **11.** **12.** **13.** **13.1.**	13.1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Itens	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA EMBRAPA
Onde se lê	Leia-se
2. 2.1.	2.1
3. 3.1.	3.1
4. 4.1.	4.1
5. 5.1.	5.1
6. 7. 8. 9. 10. 10.1.	10.1
11. 11.1.	11.1
12. 12.1.	12.1

Itens	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DAS UNIDADES CLASSIFICADAS COM SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS
Onde se lê	Leia-se
2. 2.1.	2.1
3. 3.1.	3.1
4. 4.1.	4.1
5. 5.1.	5.1
6. 7. 8. 9. 10. 10.1.	10.1
11. 11.1.	11.1

	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS REGIDAS POR CONTRATO DE GESTÃO
Onde se lê	Leia-se
2. 2.1.	2.1
3. 3.1.	3.1
4. 4.1.	4.1
5. 5.1.	5.1
6. 6.1.	6.1
7. 7.1.	7.1
9. 9.1.	9.1

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 185, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre reabertura de crédito especial.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Lei n. 12.465, de 12 de agosto de 2011, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 189/SOF/MP, datada de 19 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica reaberto ao Orçamento Fiscal, em favor da Justiça Federal, o crédito especial aberto pela Lei n. 12.560, de 15 de dezembro de 2011, no valor de R$ 9.622.961,00 (nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e um reais) para atender à programação constante do anexo desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ARI PARGENDLER

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Reabertura de Crédito Especial**
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	**Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**							**9.622.961**
		PROJETOS							
02 122	**0569 11RQ**	**Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais de São Paulo - SP**							**4.300.000**
02 122	0569 11RQ 0101	Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais de São Paulo - SP - No Município de São Paulo							4.300.000
			F	4	2	90	0	300	4.300.000
02 122	**0569 11YR**	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em União dos Palmares - AL**							**422.961**
02 122	0569 11YR 0101	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em União dos Palmares - AL - No Município de União dos Palmares - AL							422.961
			F	4	2	90	0	300	422.961
02 122	**0569 12R6**	**Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA**							**1.000.000**
02 122	0569 12R6 0101	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA - No Município de Salvador - BA							1.000.000
			F	4	2	90	0	300	1.000.000
02 122	**0569 14LR**	**Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP**							**3.900.000**
02 122	0569 14LR 0035	Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP - No Estado de São Paulo							3.900.000
			F	4	2	90	0	300	3.900.000
TOTAL - FISCAL									**9.622.961**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.622.961**

RESOLUÇÃO Nº 186, DE 8 FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n. 4, de 14 de março de 2008, referentes à prestação de serviço extraordinário no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. CF-PPN-2012/00008, na sessão de 6 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Dar nova redação ao caput e § 1º do art. 46 e ao art. 50-A, da Resolução n. 4, de 14 de março de 2008, na forma a seguir:

Art. 46. O valor da hora extraordinária será calculado dividindo-se a remuneração mensal do servidor, incluída a retribuição de função de confiança ou de cargo em comissão, por duzentos, com os seguintes acréscimos:

[...]

§ 1º O número duzentos, divisor da operação de que trata o caput, é encontrado a partir da divisão da jornada semanal (quarenta horas) por seis dias úteis de trabalho na semana, multiplicando-se o resultado obtido por trinta dias no mês.

[...]

Art. 50-A. A critério da autoridade de que trata o art. 43 desta resolução, as horas extraordinárias comprovadamente trabalhadas pelo servidor, inclusive aquelas em regime de plantão, poderão ser convertidas em banco de horas e deverão ser utilizadas até o final do exercício a que se referem.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput as horas extraordinárias trabalhadas nos meses de novembro e dezembro, que poderão ser utilizadas até o final do exercício subsequente.

§ 2º Os créditos de hora extraordinária não poderão ser acumulados para além dos prazos estabelecidos neste artigo nem exceder a trinta dias.

§ 3º Durante a compensação, deverá ser observada a permanência de, no mínimo, dois terços dos servidores lotados na unidade, quando cabível.

Art. 2º Revogar os §§ 1º e 2º do art. 50-B da Resolução n. 4/2008.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ARI PARGENDLER

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2006.38.00.741419-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MARIA VIEIRA VARGAS
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES FERREIRA DE ARAUJO OAB: MG-78872

DECISÃO - EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. PATOLOGIA PREEXISTENTE À FILIAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1. Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. A Turma Nacional de Uniformização, nos PEDILEFs n. 0506477-16.2006.4.05.8400 e 2008.71.59.000892-7, decidiu que a verificação da preexistência de patologia à filiação ao sistema previdenciário, questão debatida nos presentes autos, demanda o reexame de provas, análise vedada em pedido de uniformização.

3. Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 9 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.00.732102-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSA GOMES CAVALHEIRO
PROC./ADV.: JOSÉ LEVI GOMES DA SILVA OAB: MG-49010

DECISÃO - EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU.

1. Mediante a análise do conjunto probatório colacionado aos autos - que demonstra a incapacidade da parte segurada por ser portadora de hipertensão arterial sistêmica e cardiopatia chagásica conjugado às suas respectivas condições pessoais e sociais, quais sejam 68 anos e exercício de atividade de faxineira - foi constatada a sua incapacidade para o trabalho.

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 9 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2009.38.00.707121-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DOS ANJOS LOPES
PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOS OAB: SP-161110

DECISÃO - EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU.

1. Mediante a análise do conjunto probatório colacionado aos autos - que demonstra a incapacidade da parte segurada por ser portadora de osteoartrose com estenose foraminal em coluna lombosacra, osteoartrose incipiente em joelhos, tendinite de Aquiles à direita e síndrome do impacto em ombro esquerdo conjugado às suas respectivas condições pessoais e sociais, quais sejam 68 anos e exercício de atividade de faxineira - foi constatada a sua incapacidade para o trabalho.

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 9 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2009.70.61.000347-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EDSON LUIZ DUARTE DIAS
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000385-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALVARO CEZAR GONÇALVES
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000385-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALVARO CEZAR GONÇALVES
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.53.000603-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IVO COLLETES JUNIOR
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.50.002145-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SILVIA KAORI NAKAO KASIKAWA
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: EMERSON BUSANELLO OAB: PR-20342

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.50.001580-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EUCLIDES GARDENAL
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066

REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: JOÃO CORREA SOBANIA OAB: PR-11173

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.53.000284-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LEONILDO ZAFALON
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066

REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.53.000559-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ BENTO BOTTARO
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000286-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ISALTINO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066

REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.72.57.002621-9
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LINO MELO
PROC./ADV.: SANDRO VOLPATO OAB: SC-11749
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0500883-36.2011.4.05.8500
ORIGEM : SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC/ADV. : ANA CLAUDIA DA SILVA CABRAL OAB: SE-399
REQUERIDO (A) : FABIANA DO COUTO GABRIEL
PROC/ADV. : LARISSA ANGÉLICA GOIS SANTOS OAB: SE-5602

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização e suscitado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela responsabilidade civil da recorrente e condenou-a ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão impugnado está em contrariedade com a legislação em vigor que rege a matéria e com a jurisprudência pátria. Argumenta que, em razão da ausência de declaração do conteúdo da correspondência postada, não há como verificar o dano moral alegado. Aduz ainda que o mero dissabor ocasionado pelo inadimplemento contratual - extravio da correspondência, atraso, não entrega em tempo hábil - não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.

O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal.

É o relatório. Decido.

Diante da multiplicidade de recursos de mesmo objeto na Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, com base no art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, determino:

a) a imediata distribuição deste feito e sua inclusão em pauta na próxima sessão de julgamento;

b) a devolução às turmas recursais de todos os incidentes nacionais de mesmo objeto que já tenham sido remetidos a esta Turma Nacional e o sobrestamento desses e daqueles em trâmite nas turmas recursais;

c) após o trânsito em julgado do presente incidente, a expedição de ofício aos presidentes das turmas recursais e regionais para que, em observância ao disposto no art. 15, § 3º, do supracitado ato normativo, bem como às diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e arts. 7º, VII, alíneas "a" e "b", e 15, § 2º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n. 163 de 9/11/2011, sejam readequados ou mantidos os acórdãos recorridos.

Comunique-se aos demais membros da Turma Nacional o teor desta decisão.

Oficie-se aos Presidentes das Turmas Recursais e Regionais.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 9 de fevereiro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000318-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JAIME BECKHAUSER
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.51.001546-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JAYME LINHARI TROYA
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: DANIELA PAZINATTO OAB: PR-27238

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.51.000957-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALICE GATTI VARALLO
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ELAINE GARCIA MONTEIRO PEREIRA OAB: PR-27747

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000293-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IRACI VIEGAS MORETTI
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000297-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIO VEIGA
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000321-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ESPOLIO DE ROSALINA GATO
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000362-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MAURO RUI
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000364-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDA POLESEL FALDÃO
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000255-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: REGINA DE FATIMA RAZENTE FASSINA
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000259-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DOMINGOS OSORIO BRAGUIM
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000262-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VERA LUCIA MOCCI
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000265-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOANA DA SILVA LUIZ
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000268-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GILVAN ALMEIDA DE MENEZES
PROC./ADV.: ROBSON PERIN OAB: PR-46199
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.61.000279-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PAULO SERGIO SOBERLINE
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.53.005507-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDETE DE LURDES FREDERICO
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.53.027010-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GERALDO TADEU GOMY
PROC./ADV.: ANDREIA DA ROSA RACHE OAB: PR- 22144
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MOACYR FACHINELLO OAB: PR- 18991

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.53.005100-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALCIONE TREVISANI GHIZONI
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.53.005352-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FELIPE GONÇALVES
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR OAB: PR-15066
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: BEATRIZ FONSECA DONATO OAB: PR-18990

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Juizado Especial Federal extinguiu o feito sem julgamento do mérito, reconhecendo a coisa julgada em relação ao pedido de incidência de juros remuneratórios sobre as diferenças apuradas na caderneta de poupança, uma vez que tal matéria fora objeto de sentença proferida em sede de ação civil pública.

3. O afastamento da coisa julgada em razão da suposta falta de identidade de parte, pedido e causa de pedir envolve a apreciação de matéria de natureza processual, procedimento incabível na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, porquanto, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissão do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4. Incidência da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5. Acórdão recorrido em consonância com o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a declaração de existência ou não de coisa julgada constitui, em ações que envolvam a execução de sentença proferida em sede de ação civil pública proposta pela APADECO/PR (Associação Paranaense de Defesa do Consumidor), mera questão de direito processual (PEDILEF n. 2007.70.50.0007133-8, relatora Juíza Federal Maria Divina Vitória, DJe de 16.1.2009).

6. Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.70.50.015816-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ELISÂNGELA CRISTINA DE OLIVEIRA OAB: PR-33954
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.72.50.005977-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALCIONE JOSE SCHWINDEM
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505729-06.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GERSON LINHARES NETO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501406-22.2009.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: NEUSA EMÍLIA REGES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.51.007397-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARILU BOENA GERONASSO
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.51.009839-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CLEONICE GOMES TORÍBIO
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500691-07.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NAZARÉ COSTA ALVES
PROC./ADV.: FRANCISCA PEREIRA FELIZARDA OAB: CE-4833
PROC./ADV.: GERALDA FURTADO DE LACERDA OAB: CE-10545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.72.51.008611-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MILTON NEWS
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA OAB: SC 9.105
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.53.002528-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA APARECIDA CHIESI DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA OAB: PR-16802
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505411-54.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GILVAN DA COSTA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO - OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500719-09.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: OSSEAN FERNANDES FREIRE
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES - OAB: CE-14553
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511731-26.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARILENE SILVA SANTOS
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503659-50.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NEILANE BEZERRA NASCIMENTO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513335-22.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO HONORIO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA - OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.50.010922-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AMANDA BARBOSA ARRUDA
PROC./ADV.: ALEIXO FERNANDES MARTINS OAB: DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507225-98.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AMÉLIA CARLA ROCHA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507343-74.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO CARMO SILVA DA COSTA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.51.004945-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARICELLI CARVALHO FAJARDO DOS REIS
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO - OAB: PR-30452
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504745-90.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REGIANE GADELHA DA SILVA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE OAB: CE-12235
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.63.04.006336-7
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA ROSA CELESTINO RIBEIRO
PROC./ADV.: FERNANDO RAMOS DE CAMARGO - OAB: SP-153313
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503480-53.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO CLEILSON FERREIRA DAMIÃO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502601-43.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ADRIANA DOS SANTOS MELO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB:CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505356-77.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ FERNANDO SOARES MARQUES
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2006.71.55.000351-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: REINALDO MACHADO DE ARAÚJO
PROC./ADV.: CARLOS E. ROSSATO - OAB: RS-66383
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505538-51.2006.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: TAUAN PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2005.63.03.022692-5
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANA SENHORA DA SILVA
PROC./ADV.: EDUARDO PERÓN - OAB: SP-165241
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestados por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2006.51.19.000868-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MOEMA CARVALHO DA SILVA
PROC./ADV.: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS COELHO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. ISONOMIA/EQUIVALÊNCIA SALARIAL. REAJUSTE CONCEDIDO AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELO STF. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão jurídica constante dos autos - a ausência de previsão legal de equiparação salarial/Súmula n. 339 do STF - está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 592.317 RG/RJ, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.38.00.733526-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Conclusão do acórdão pela inexigibilidade de início de prova material para a comprovação da dependência econômica de mãe para com o filho segurado.

2.Indicação de paradigma que trata de requisitos para a concessão de pensão por morte de ex-companheira de segurado. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de fevereiro de 2011.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.38.00.738722-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CECÍLIA FÉLIX DE SOUZA
PROC./ADV.: MÁRCIA FÁTIMA PEREIRA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. DOENÇA PREEXISTENTE À FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NOS AUTOS. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de aposentadoria por invalidez julgado procedente por juizado especial federal.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.Reconhecimento da incapacidade da parte autora pelo acórdão recorrido e manutenção da sentença. Alegação do INSS de que a doença preexiste à filiação à Previdência Social. Matéria não debatida no acórdão a quo.

5.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.38.00.742100-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MAURO PEREIRA CAIXETA
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ ALVES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.004182-7/RS, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO. LAUDO EXTEMPORÂNEO. RUÍDO. REVISÃO DA SÚMULA 32 DA TNU. EPI. SÚMULA 09 DA TNU.

1. "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. Precedentes da própria TNU que cancelou a Súmula 16". (PEDILEF 200461840622448, Relator(a) JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. A efetiva exposição aos agentes nocivos de forma permanente, não ocasional nem intermitente, somente passou a ser exigida a partir da Lei n.º 9.032/95, não sendo possível exigir essa comprovação para períodos anteriores.

3. "Trata-se de entendimento igualmente consolidado nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que a exigibilidade de laudo técnico para comprovação de insalubridade apontada nos formulários DSS-8030 somente se impõe a partir da promulgação da Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, que convalidou os atos praticados com base na MP n.º 1.523, de 11/10/1996, alterando o §1º do art. 58 da Lei n.º 8.213/91. A exigência é inaplicável à espécie, que se refere a período anterior". (PEDILEF 200571950189548, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 05/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 24/05/2011, SEÇÃO 1).

4. Revisão da Súmula n. 32 TNU: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído".

5. Súmula 09 da TNU: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado".

6. "O laudo pericial não contemporâneo, realizado por profissional especializado, consubstancia início razoável de prova material para comprovação das condições especiais de trabalho a que foi submetido o trabalhador". (PEDILEF 200483200008814, Relator(a) JUÍZA FEDERAL MARIA DIVINA VITÓRIA, Data da Decisão 25/04/2007, Fonte/Data da Publicação DJU 14/05/2007).

7. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

8. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 09 fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.38.00.740112-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO CUSTODIO BORGES
PROC./ADV.: JANES GOMES SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.004182-7/RS, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO. LAUDO EXTEMPORÂNEO. RUÍDO. REVISÃO DA SÚMULA 32 DA TNU. EPI. SÚMULA 09 DA TNU.

1. "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. Precedentes da própria TNU que cancelou a Súmula 16". (PEDILEF 200461840622448, Relator(a) JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. A efetiva exposição aos agentes nocivos de forma permanente, não ocasional nem intermitente, somente passou a ser exigida a partir da Lei n.º 9.032/95, não sendo possível exigir essa comprovação para períodos anteriores.

3. "Trata-se de entendimento igualmente consolidado nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que a exigibilidade de laudo técnico para comprovação de insalubridade apontada nos formulários DSS-8030 somente se impõe a partir da promulgação da Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, que convalidou os atos praticados com base na MP n.º 1.523, de 11/10/1996, alterando o §1º do art. 58 da Lei n.º 8.213/91. A exigência é inaplicável à espécie, que se refere a período anterior". (PEDILEF 200571950189548, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 05/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 24/05/2011, SEÇÃO 1).

4. Revisão da Súmula n. 32 TNU: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído".

5. Súmula 09 da TNU: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado".

6. "O laudo pericial não contemporâneo, realizado por profissional especializado, consubstancia início razoável de prova material para comprovação das condições especiais de trabalho a que foi submetido o trabalhador". (PEDILEF 200483200008814, Relator(a) JUÍZA FEDERAL MARIA DIVINA VITÓRIA, Data da Decisão 25/04/2007, Fonte/Data da Publicação DJU 14/05/2007).

7. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

8. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.38.00.742264-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JESUS LOPES CARDOSO
PROC./ADV.: FERNANDO GONÇALVES DIAS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU.

1.Mediante a análise do conjunto probatório colacionado aos autos - que demonstra a incapacidade da parte segurada por ser portadora de hipertensão arterial e fratura do cotovelo esquerdo conjugado às suas respectivas condições pessoais e sociais, quais sejam 65 anos com baixa grau de instrução e exercício de atividade de lavrador - foi constatada a sua incapacidade para o trabalho.

2.Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3.Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.38.00.743470-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WANDERLEY GOMES CAMACHO
PROC./ADV.: NEUZA MENDES

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. DOENÇA PREEXISTENTE À FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NOS AUTOS. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de aposentadoria por invalidez julgado procedente por juizado especial federal.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.Reconhecimento da incapacidade da parte autora pelo acórdão recorrido e manutenção da sentença. Alegação do INSS de que a doença preexiste à filiação à Previdência Social. Matéria não debatida no acórdão a quo.

5.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0027714-87.2007.4.01.3600
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO ANTONIO ROMÃO
PROC./ADV.: WOLMY BARBOSA DE FREITAS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ART. 14, § 4º, DA LEI N. 10.259/2001. FUNASA. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. ART. 15 DA LEI N. 8.270/1991. DECRETO N. 5.554/2005. ADICIONAL DE DESLOCAMENTO INCIDENTE SOBRE O VALOR DAS DIÁRIAS. REAJUSTAMENTO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização dirigido ao STJ com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001. Manutenção da proporcionalidade no reajuste das indenizações de campo. Observância da mesma data e dos mesmos percentuais de revisão dos valores das diárias (art. 15 da Lei n. 8.270/1991).

2.Ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida.

3.Indicação de paradigmas que concluíram pela necessidade de manutenção da proporção entre o valor da indenização de campo e o da diária, conforme dispõe o art. 15 da Lei n. 8.270/1991.

4.Acórdão recorrido que concluiu que os Decretos n. 5.554/2005, 5.992/2006 e 6.258/2007 não reajustaram o valor das diárias dos servidores da FUNASA, tendo apenas modificado o rol dos destinos que autorizam o pagamento do adicional, razão pela qual não se justifica a pretendida majoração da indenização de campo. Ausência de similitude fático-jurídica.

5.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.35.00.703062-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: ANTÔNIA MARIA MARTINS
PROC./ADV.: CARLOMAN GALHEIRO MARINHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL E PENSÃO POR MORTE. NÃO CUMULAÇÃO. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Verificada pelo Juizado Especial Federal a impossibilidade de pagamento e cumulação de benefício assistencial e pensão por morte.

2.Paradigma apresentado relacionado à fixação do termo inicial de benefício previdenciário. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2011.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.00.729961-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA SOUTO JUSTINO
PROC./ADV.: REGINA DA PAIXÃO CAETANO CABRAL VALENTE

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Acórdão que concluiu pela inexigibilidade de início de prova material para a comprovação da dependência econômica de mãe para com o filho segurado.

2.Paradigma apresentado que trata de requisitos para concessão de pensão por morte de ex-companheira do segurado. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de fevereiro de 2011.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.72.50.006504-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO JOSÉ DE MELLO
PROC./ADV.: FABIANO MATOS DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 3 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.72.59.001962-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SIBILA ALVES VELOSO
PROC./ADV.: FABIANO CRÊSPO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo INSS, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, em face acórdão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que restou assim ementada, verbis:PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. PREENCHIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS ETÁRIO E CARÊNCIA. INEXIGIBILIDADE.

1. É pacífico o entendimento de que, para concessão do benefício de aposentadoria por idade, não é necessária a concomitância do implemento do requisito etário e da carência.

2. Precedentes desta TNU e do STJ.

3. Incidente conhecido e provido.

Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados.

Sustenta o recorrente, em síntese, violação ao art. 5º, XXXVI, da CF/88, aduzindo que, segundo o art. 142 da Lei nº 8.213/91, a concessão de aposentadoria somente pode dar-se quando implementadas todas as condições necessárias à obtenção do benefício, o que não se resume ao implemento do requisito tempo de serviço, inexistindo com isso afronta ao direito adquirido da segurada. Afirma ainda que, se mantido o entendimento ora combatido, flagrante será a violação aos arts. 195, § 5º, e 201, da Carta Política, visto que concedido benefício sem que apontada a sua respectiva fonte de custeio.

Em preliminar, o recorrente procura demonstrar a repercussão geral do tema trazido a debate, justificando que relacionado está diretamente aos critérios de concessão de aposentadoria, podendo gerar, se adotados os termos da decisão hostilizada, dificuldades de manutenção do equilíbrio atuarial da Previdência e fragilização política do sistema de seguridade pública.

É o relatório. Decido.

Verifica-se que a questão inserta nos arts. 195, § 5º, e 201, da CF/88, foi trazida originariamente pelo ora recorrente apenas nos embargos de declaração que aviou contra a decisão colegiada da TNU, resssaltando-se que sequer apresentou contrarrazões ao PU (fl. 198-v). Assim, com a rejeição dos embargos de declaração aludidos, extrai-se nítida a ausência de prequestionamento a viabilizar o recurso extraordinário neste particular. Incidência dos enunciados sumulares nº 282 e 356 do STF. Nessa linha: citam-se os seguintes julgados do STF, verbis:

1.Servidor público do Estado de Pernambuco: vencimentos: valor básico de referência. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos por violados: incidência das Súmulas 282 e 356.

2. Recurso extraordinário: prequestionamento e embargos de declaração. Os embargos declaratórios só suprem a falta de prequestionamento quando a decisão embargada tenha sido efetivamente omissa a respeito da questão antes suscitada. Precedentes.

(omissis)

5. Agravo regimental manifestamente infundado: condenação do agravante ao pagamento de multa, nos termos do art. 557, § 2º, do C. Pr. Civil (AI nº 396.075 AgR, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, DJ de 04-08-2006, p. 00034, EMENT VOL-02240-05, p. 00882)

Agravo regimental em agravo de instrumento.

2. Processual trabalhista. Prequestionamento.

3. Matéria não suscitada no momento oportuno. Embargos de declaração ineficazes. Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AI nº 541.721 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ de 03-02-2006, p. 00055, EMENT VOL-02219-18, p. 03719)

Quanto à suposta afronta ao art. 5º, XXXVI, da CF/88, extrai-se da própria argumentação do recorrente que a análise de tal violação implicaria, em primeiro lugar, no exame da negativa de vigência ao art. 142 da Lei nº 8.213/91, donde se infere que, se ofensa houver ao dispositivo constitucional apontado, esta se terá dado de forma indireta ou reflexa, não ensejando o cabimento do recurso extraordinário como cediço.

A ilustrar esse entendimento, colaciono os seguintes julgados do Excelso Pretório, lilteris:

ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA OFENSA AO ART. 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGENS. LEI 14.547/1992. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO.

I - É inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido (Súmulas 282 e 356 do STF).

II - Necessidade de análise de legislação ordinária. Inadmissibilidade do RE, porquanto a ofensa à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Precedentes.

III - Para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição, faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais locais, o que inviabiliza o extraordinário, atraindo a Súmula 280 do STF. Precedente.

III - Agravo regimental improvido (RE nº 569.416 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, DJe-145 DIVULG 05-08-2010, PUBLIC 06-08-2010, EMENT VOL-02409-07, p. 01630) .

Recurso extraordinário inadmitido.

2. Agravo de instrumento. Interposição de embargos de declaração. Recurso conhecido como agravo regimental, eis que interposto contra decisão monocrática do relator.

3. Não cabe ver ofensa, por via reflexa, a normas constitucionais, aos fins do recurso extraordinário.

3. Se, para dar pela vulneração de regra constitucional, mister se faz, por primeiro, verificar da negativa de vigência de norma infraconstitucional, esta última é o que conta, para os efeitos do art. 102, III, a, da Lei Maior.

4. Falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos como violados.

5. Agravo regimental desprovido (AI nº 207.449 ED, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, Segunda Turma, DJ de 17-05-2002, p. 00072, EMENT VOL-02069-02, p. 00345)

Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente recurso extraordinário.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 3 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.33.00.701688-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ANTÔNIA ALVES DE JESUS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Admito, para melhor exame, o incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VII, "d", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.38.00.703410-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ODETE DE CARVALHO BARBOSA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Conclusão do acórdão pela inexigibilidade de início de prova material para a comprovação da dependência econômica de mãe para com o filho segurado.

2.Indicação de paradigma que trata de requisitos para a concessão de pensão por morte de ex-companheira de segurado. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2011.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.38.00.704481-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO MATIAS DA SILVA
PROC./ADV.: IRIS VILELA DE LIMA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2007.71.95.004182-7/RS, em acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO. LAUDO EXTEMPORÂNEO. RUÍDO. REVISÃO DA SÚMULA 32 DA TNU. EPI. SÚMULA 09 DA TNU.

1. "É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período, inclusive após 28 de maio de 1998. Precedentes da própria TNU que cancelou a Súmula 16". (PEDILEF 200461840622448, Relator(a) JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN, Data da Decisão 16/11/2009, Fonte/Data da Publicação DJ 13/05/2010).

2. A efetiva exposição aos agentes nocivos de forma permanente, não ocasional nem intermitente, somente passou a ser exigida a partir da Lei n.º 9.032/95, não sendo possível exigir essa comprovação para períodos anteriores.

3. "Trata-se de entendimento igualmente consolidado nesta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência que a exigibilidade de laudo técnico para comprovação de insalubridade apontada nos formulários DSS-8030 somente se impõe a partir da promulgação da Lei n.º 9.528, de 10/12/1997, que convalidou os atos praticados com base na MP n.º 1.523, de 11/10/1996, alterando o §1º do art. 58 da Lei n.º 8.213/91. A exigência é inaplicável à espécie, que se refere a período anterior". (PEDILEF 200571950189548, Relator(a) JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, Data da Decisão 05/06/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 24/05/2011, SEÇÃO 1).

4. Revisão da Súmula n. 32 TNU: "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído".

5. Súmula 09 da TNU: "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado".

6. "O laudo pericial não contemporâneo, realizado por profissional especializado, consubstancia início razoável de prova material para comprovação das condições especiais de trabalho a que foi submetido o trabalhador". (PEDILEF 200483200008814, Relator(a) JUÍZA FEDERAL MARIA DIVINA VITÓRIA, Data da Decisão 25/04/2007, Fonte/Data da Publicação DJU 14/05/2007).

7. Pedido conhecido e provido, determinando-se o retorno dos autos à TR de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

8. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 09 fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.38.00.705272-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIA JOSINA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU.

1 Mediante a análise do conjunto probatório colacionado aos autos - que demonstra a incapacidade da parte segurada por ser portadora de fibromialgia, hipotiroidismo e depressão conjugado às suas respectivas condições pessoais e sociais, quais sejam 61anos e exercício de atividade de vendedora de jornal - foi constatada a sua incapacidade para o trabalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3.Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização. Publique-se. Intime-se.

Brasília, 09 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.38.00.705620-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZILDA PEREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MAURÍCIO FERREIRA CARVALHO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. VERIFICAÇÃO DAS PROVAS. ANALISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS DO SEGURADO. PRICINPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU.

1. Mediante a análise do conjunto probatório colacionado aos autos - demonstra o laudo pericial que a parte autora encontra-se em estado deplorável de saúde - conjugado às suas respectivas condições pessoais e sociais, foi constatada a sua incapacidade para o trabalho.

2. Conforme a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, pode o juiz, levando em consideração as provas dos autos e as condições sociais do segurado, reconhecer a incapacidade para o exercício de atividade laboral e conceder o beneficio previdenciário.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 13 da Turma Nacional de Uniformização: "Não cabe pedido de uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

5. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 01 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.72.51.000463-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GERALDO MEYER
PROC./ADV.: PEDRO ROBERTO DONEL
PROC./ADV.: JOSÉ GERALDO RAMOS VIRMOND
PROC./ADV.: TATIANA MARIA RAMOS VIRMOND
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 3 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.72.63.002494-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: TEREZINHA DAL TOÉ
PROC./ADV.: ILSA MARIA LINK
PROC./ADV.: DALTO EDUARDO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PARADIGMA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INADMISSIBILIDADE.

1.Pedido de concessão de benefício previdenciário julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

2.Divergência com fundamento em paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 e 6º do Regimento Interno da TNU.

3.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2011.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002625-72.2010.4.04.7254
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZELINDA SAVIO MATIAS
PROC./ADV.: BARTIRA DE PELEGRIN

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria por idade julgado parcialmente procedente por Juizado Especial Federal.

2.Decisão atacada que não conhece do incidente de uniformização de jurisprudência visto não ter havido comprovação de divergência entre decisões proferidas por turmas recursais na interpretação de lei federal, no que tange a questão de direito material. Paradigma apresentado relacionado a tempo de serviço de empregado rural para aposentadoria por idade urbana. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 6 de fevereiro de 2011.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES PRESIDENTE

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0351422-55.2005.4.03.6301
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
PROC./ADV.: SINVAL MIRANDA DUTRA JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2012.
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001134-03.2006.4.03.6315
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ROGÉRIO FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ ALEXANDRE FERREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.71.58.007581-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FREDERICO SCHAEFER
PROC./ADV.: LEANDRO LISKOSKI

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - auxílio-doença - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7 e no PEDILEF n. 2009.71.50.005078-4.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001281-94.2008.4.03.6303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LUCIRA MARTINS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.55.000379-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVANIR DA SILVA FONSECA
PROC./ADV.: ACADIO DEWES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA PROCESSUAL. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULAS N. 42 E 43TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3.A suposta nulidade do acórdão impugnado em decorrência de cerceamento de defesa constitui matéria de natureza processual, sendo incabível a apreciação de tal questão na via do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 14, caput, da Lei n. 10.259/2001, a admissibilidade do incidente restringe-se às hipóteses de divergência sobre questões de direito material.

4.Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

5.Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6.Incidência das Súmulas n. 42/TNU TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

8.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511572-49.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO IRINEU LIMA DE CASTRO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512765-02.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIANE LIMA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por Turma Recursal.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, a ausência de incapacidade para o trabalho. Paradigmas que, diante do caso concreto, concluem pela concessão do benefício previdenciário devido à constatação de incapacidade do segurado.

3.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

6.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513048-07.2009.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DANIEL DOS SANTOS MARIANO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 3 de fevereiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502193-50.2010.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA DUARTE
PROC./ADV.: JOSE NARCELIO PIRES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. INCIDENTE INADMITIDO. ART. 7º DO REGIMENTO INTERNO DA TNU.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2.Declaração de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença no âmbito do Juizado Especial Federal ao fundamento de inexistência de incapacidade laboral da parte autora.

3.Ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial diante da falta de indicação de acórdãos paradigma tidos por divergentes, acarretando a impossibilidade de verificação da similitude fático-jurídica. Petição do pedido de uniformização que não conseguiu expressar a impugnação da parte requerente nem demonstrar os fatos que fundamentariam o pleito.

4.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501688-59.2010.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PAULO VIEIRA DUARTE
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. QUESTÃO DE ORDEM N. 10/TNU. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Constatada, com base nas provas dos autos, especificamente no laudo pericial, a ausência de incapacidade da parte autora.

4.Indicação de paradigmas nos quais se concluiu não caber cancelamento, por suspeita de fraude, de aposentadoria por invalidez sem o devido processo legal. Não prequestionamento da tese jurídica desenvolvida. Aplicação da Questão de Ordem n. 10/TNU: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

5.Apresentação também de paradigmas que reconheceram ser o laudo pericial insuficiente à comprovação de capacidade para o exercício de atividade laboral.

6.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

7.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

8.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da TNU.

9.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0502169-22.2010.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE ALBERNE LUCIO ALVES
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Constatada, com base nas provas dos autos, especificamente no laudo pericial, a ausência de incapacidade da parte autora. Inexistência de outras provas hábeis a elidir a conclusão do perito.

4.Indicação pela parte recorrente de paradigmas que concluíram ser o laudo pericial, isoladamente, insuficiente à comprovação da incapacidade para o exercício de atividade laboral, devendo o magistrado considerar as especificidades do caso concreto.

5.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

6.Incidente não admitido em consonância com o art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da TNU.

7.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505322-63.2010.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROBERTO CARLOS DA SILVA BATALHA
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Constatada, com base nas provas dos autos, especificamente no laudo pericial, a ausência de incapacidade da parte autora para o exercício da atividade laboral.

4.Verificação da incapacidade alegada - reexame de provas.

5. A fundamentação do acórdão recorrido e a da sentença demonstram não ter o julgador baseado o indeferimento do benefício exclusivamente na constatação médica de ausência de incapacidade, mas também na inexistência de elementos que recomendassem a desconsideração dessa conclusão.

6.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da TNU.

8.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500330-44.2010.4.05.8105
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO NUNES DE LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de restabelecimento de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Constatada, com base nas provas dos autos, especificamente no laudo pericial, a ausência de incapacidade da parte autora para o exercício da atividade laboral.

4.Verificação da incapacidade alegada - reexame de provas.

5.A fundamentação do acórdão recorrido e a da sentença demonstram não ter o julgador baseado o indeferimento do benefício exclusivamente na constatação médica de ausência de incapacidade, mas também na inexistência de elementos que recomendassem a desconsideração dessa conclusão.

6.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da TNU.

8.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509989-58.2011.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARINETE PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JOSE NARCELIO PIRES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. INCIDENTE INADMITIDO. ART. 7º DO REGIMENTO INTERNO DA TNU.

1.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez fundado na incapacidade laboral da parte autora.

2.Declaração de improcedência do pedido no âmbito do Juizado Especial Federal.

3.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

4.Ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial diante da falta de indicação de acórdãos tendentes a demonstrar a alegada divergência. Impossibilidade de verificação da similitude fático-jurídica.

5.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510520-81.2010.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO GADELHA VIDAL
PROC./ADV.: ALEXSANDRA HONORATO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de restabelecimento de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Constatada, com base nas provas dos autos, especificamente no laudo pericial, a ausência de incapacidade da parte autora.

4.Pedido de uniformização que afirma a existência de incapacidade laboral, apesar da possibilidade de restabelecimento.

5.Verificação da incapacidade alegada - reexame de provas.

6.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno da TNU.

8.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2012.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES JUIZ RELATOR

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 0005771-68.2007.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: MARIA DA PAZ TAVEIRA GOMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - FILHA INVÁLIDA - INCAPACIDADE POSTERIOR AO ÓBITO - AUSÊNCIA DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA - REAPRECIAÇÃO DE PROVA - RECURSO NÃO CONHECIDO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Acre que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, que determinou a distribuição do feito para melhor exame.

Ocorre que o acórdão trazido não se presta para embasar a alegada divergência pois retrata entendimento análogo ao da decisão impugnada. O julgado paradigma esclarece que, para fazer jus à pensão por morte, a parte requerente deverá ostentar a qualidade de dependente na época do óbito, seja em razão da idade, seja por doença incapacitante. A decisão impugnada, por sua vez, destaca que a autora não comprovou o requisito invalidez anterior ao falecimento de seu genitor e também não era dependente dele, pois o CNIS acostado aos autos demonstra que manteve diversos contratos de trabalho.

É certo que, preenchidos os requisitos, o direito à pensão se dá na data do óbito de seu instituidor, entretanto, tais requisitos, que garantem o direito à pensão, devem ser aferidos quando do falecimento deste, e não em data futura. Portanto, demonstrado que a autora não era inválida na época do óbito de seu genitor e que também não dependia deste economicamente, não faz jus ao benefício pleiteado.

Por fim, é evidente que a conclusão da decisão recorrida fundamentou-se, preponderantemente, na análise fática, de modo que a análise do caso em tela importaria o reexame da prova então produzida, matéria esta que não se insere no âmbito do incidente de uniformização nacional, conforme o Enunciado da Súmula nº 42 desta Turma Nacional: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato. "

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. P. R. I.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2012.
VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.34.00.700547-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO PEREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: DANIELA BARBOSA RODRIGUES
PROC./ADV.: BRUNO RODRIGUES PENA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO - RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO LABORADO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS - CANCELAMENTO DO ENUNCIADO Nº 16 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO - ENTENDIMENTO PACÍFICO DO STJ - FATOR DE CONVERSÃO 1.4 - RECURSO NÃO CONHECIDO.

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela Autarquia-ré, em face de acórdão da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Nacional de Uniformização, tendo sido admitido na origem.

Verifica-se, de plano, que os paradigmas trazidos aos autos, pelo recorrente se encontram superados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A jurisprudência recente do E. STJ e desta Turma Nacional, é no sentido de que a conversão do tempo de serviço exercido em condições especiais para tempo de serviço comum, poderá ser realizado a qualquer tempo, inclusive após 28.5.1998, dependendo, exclusivamente, da comprovação do exercício de atividade perigosa, insalubre ou penosa, quando a lei de regência do período pleiteado assim o exigir.

Ressalte-se que o enunciado nº 16 desta Turma Nacional de Uniformização, que previa que só seria possível a conversão em tempo de serviço comum, do período laborado em condições especiais até 28 de maio de 1998, foi cancelado.

Quanto ao fator utilizado para conversão, o entendimento firmado na Corte Especial é de que deverá ser aplicado 1,4 (REsp n. 1.151.363/MG e Pet. 7519).

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELO INSS. Dê-se baixa e remetam-se os autos ao juizado de origem.P. R. I.

Rio de Janeiro,25 de janeiro 2012.

VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
Juiz Federal Relator

ACÓRDÃOS JUIZ RELATOR

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2009.32.00.703466-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: DANIEL IBIAPINA ALVES
REQUERIDO(A): ELIDA SANTANA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REEXAME DE PROVAS E DE SUA VALORAÇÃO ESPECIALMENTE QUANDO COLHIDA EM JUIZADOS ITINERANTES. INADMISSIBILIDADE DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. VIA RECURSAL INADEQUADA. PRECEDENTES DO STJ E DA TNU.

1. A parte requerente aponta como divergência a valoração conferida pela Turma Recursal de origem às provas apresentadas quanto à caracterização da atividade rural.

2. A jurisprudência do STJ (Súmula nº 07), acolhida analogicamente por esta Turma Nacional, afasta o reexame da prova como hipótese permissiva à interposição do Pedido de Uniformização.

3. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por maioria, não conhecer do incidente, nos termos do voto da juíza federal relatora. Salvador, 02 de agosto de 2011.

ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2006.50.50.004325-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
EMBARGANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: VINICIUS RIETH DE MORAES
PROC./ADV.: MARIANA NUNES SCANDIUZZI
PROC./ADV.: FERNANDO AUGUSTO RICARDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MÁRCIO YOSHIO TAZAKI
EMBARGADO(A): MARLY DA PENHA FELIX
PROC./ADV.: LUCIANA PATROCÍNIO BORLINI
PROC./ADV.: LUANA MACHADO CAETANO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 48 DA LEI N. 9.099/95. RECURSO PROTELATÓRIO. CONDENAÇÃO EM MULTA. ARTIGO 538 DO CPC.

1. Não se conhece dos embargos de declaração quando inexiste omissão no julgado, sendo evidente a intenção de rediscussão da matéria pela parte.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

3. Aplicação do artigo 538, parágrafo único, do CPC. Condenação da ECT em multa de 1% do valor da causa em favor da parte adversa, tendo em vista o caráter meramente protelatório dos embargos de declaração.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Turma Nacional De Uniformização não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Brasília, 15 de dezembro de 2012.

ASS ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
CAR Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004138-96.2010.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MARLENE GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. DESCONTINUIDADE DO TEMPO DE SERVIÇO RURAL. IMPOSSIBILIDADE DE ESTIPULAÇÃO DE PRAZO CERTO. NECESSIDADE DE NÃO CARACTERIZAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA DO CAMPO. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE.

1. Para fins de concessão de aposentadoria rural por idade, exige-se o exercício de labor rural pelo tempo equivalente ao período de carência, ainda que de forma descontínua.

2. A cláusula de descontinuidade, que não se coaduna com a estipulação de prazo certo, tem o sentido de proteger o trabalhador rural que dedicou toda uma vida ao trabalho no campo, devendo ser afastada somente na hipótese de restar configurada a saída definitiva do meio rural, ou então, por período tão longo, que o eventual retorno ao campo evidenciaria o fim exclusivo de obtenção do benefício previdenciário rural.

3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, conhecer deste Pedido de Uniformização e por unanimidade dar-lhe parcial provimento, nos termos do relatório, voto e ementa constantes dos autos, que passam a fazer parte deste julgado.

Brasília, 2 de agosto de 2011.
SIMONE LEMOS FERNANDES
Juíza Federal Relatora

DESPACHOS JUIZ RELATOR

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2007.70.60.000297-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BOTELHO
PROC./ADV.: MARCELO DAL PONT GAZOLA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

DESPACHO

Considerando a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça neste feito, à Secretaria da Turma Nacional para que baixem os autos à origem.

Brasília, 15 de dezembro de 2011.
ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2008.70.95.002659-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: ANTONIO ROBERTO BASSO
REQUERIDO(A): ANTONIO ROCHA
PROC./ADV.: JOAREZ DA NATIVIDADE
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA

DESPACHO

Tendo em vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça às fls. 253/256 que reformou o julgado desta Turma Nacional das fls. 239/241, determino a restituição dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado.

Cumpra-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2011.
ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA
Juiz Federal Relator

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Fixa o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Trabalho para o exercício de 2012.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Fixar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Trabalho, referente ao exercício de 2012, nos termos do art. 66 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012

Artigo 66 da Lei Nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012) — Em R$ 1,00

MÊS (até)	Categoria "A"		Categoria "C"	TOTAL GERAL
	Pessoal e Encargos Sociais Vinculação 310	Cump. de Sent. devidas pela União, Aut. e Fund. (Art. 100, CF) Vinc. 140,141 e 142	Outras Despesas Correntes ede Capital Vinculações 412, 500 e 510	
ATÉ JANEIRO	1.129.138.093	2.100.000	143.877.528	1.275.115.621
ATÉ FEVEREIRO	2.763.758.133	83.782.282	287.755.056	3.135.295.471
ATÉ MARÇO	3.591.710.282	83.782.282	431.632.584	4.107.125.148
ATÉ ABRIL	4.420.423.168	614.520.159	575.510.112	5.610.453.439
ATÉ MAIO	5.419.991.857	615.232.206	719.387.640	6.754.611.703
ATÉ JUNHO	6.262.826.909	615.944.254	863.265.168	7.742.036.331
ATÉ JULHO	7.107.686.377	615.944.254	1.007.142.696	8.730.773.327
ATÉ AGOSTO	7.952.963.274	615.944.254	1.151.020.224	9.719.927.752
ATÉ SETEMBRO	8.799.467.807	615.944.254	1.294.897.752	10.710.309.813
ATÉ OUTUBRO	9.647.604.102	615.944.254	1.438.775.280	11.702.323.636
ATÉ NOVEMBRO	10.806.663.152	615.944.254	1.582.652.808	13.005.260.214
ATÉ DEZEMBRO	11.424.328.670	615.944.254	1.726.530.336	13.766.803.260

(1) Este cronograma será alterado nos casos de aprovação de crédito adicional, limitação de empenho/movimentação financeira e novas descentralizações de dotações para precatórios (Administração Direta, Indireta e Requisições de Pequeno Valor).

(2) Excluídas Fontes 0150 e 0181

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 25, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regimentais, e considerando a determinação contida no § 6º do art. 39 da Constituição Federal, bem como o disposto no art. 11 da Resolução nº 13, de 21/3/2006, do Conselho Nacional de Justiça, resolve:

Tornar públicos os valores dos subsídios dos magistrados, dos vencimentos dos cargos efetivos e da retribuição dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Min. JOÃO ORESTE DALAZEN

ANEXO I

TABELA DE SUBSÍDIOS DE MAGISTRADOS
LEIS Nos 9.655/1998 e 12.041/2009

DISCRIMINAÇÃO	SUBSÍDIO
JUIZ DE TRT	24.117,62
JUIZ TITULAR DE VARA DO TRABALHO	22.911,74
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO	21.766,15

TABELA DE RETRIBUIÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO (CJ)
LEI Nº 11.416/2006 (ANEXOS VI e VII)

CJ	VALOR INTEGRAL (ART. 18)	OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO (ART. 18)
CJ-04	11.686,76	7.596,39
CJ-03	10.352,52	6.729,14
CJ-02	9.106,74	5.919,38
CJ-01	7.945,86	5.164,81

TABELA DE RETRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)
LEI Nº 11.416/2006 (ANEXOS IV e VIII)

FUNÇÃO COMISSIONADA	VALOR INTEGRAL (ART. 18)	OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO (ART. 18)
FC-06	4.726,70	3.072,36
FC-05	3.434,43	2.232,38
FC-04	2.984,45	1.939,89
FC-03	2.121,65	1.379,07
FC-02	1.823,15	1.185,05
FC-01	1.567,95	1.019,17

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS
LEI Nº 11.416/2006 (ANEXO IX)

CARREIRA	CLASSE PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	GAJ	VENCIMENTOS
ANALISTA JUDICIÁRIO	C-15	6.957,41	3.478,71	10.436,12
	C-14	6.754,77	3.377,38	10.132,15
	C-13	6.558,03	3.279,01	9.837,04
	C-12	6.367,02	3.183,51	9.550,52
	C-11	6.181,57	3.090,78	9.272,35
	B-10	5.848,22	2.924,11	8.772,33
	B-09	5.677,88	2.838,94	8.516,83
	B-08	5.512,51	2.756,25	8.268,76
	B-07	5.351,95	2.675,97	8.027,92
	B-06	5.196,07	2.598,03	7.794,10
	A-05	4.915,86	2.457,93	7.373,80
	A-04	4.772,68	2.386,34	7.159,02
	A-03	4.633,67	2.316,84	6.950,51
	A-02	4.498,71	2.249,36	6.748,07
	A-01	4.367,68	2.183,84	6.551,52
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C-15	4.240,47	2.120,23	6.360,70
	C-14	4.116,96	2.058,48	6.175,44
	C-13	3.997,05	1.998,52	5.995,57
	C-12	3.880,63	1.940,31	5.820,94
	C-11	3.767,60	1.883,80	5.651,40
	B-10	3.564,43	1.782,21	5.346,64
	B-09	3.460,61	1.730,30	5.190,91
	B-08	3.359,82	1.679,91	5.039,72
	B-07	3.261,96	1.630,98	4.892,93
	B-06	3.166,95	1.583,47	4.750,42
	A-05	2.996,17	1.498,08	4.494,25
	A-04	2.908,90	1.454,45	4.363,35
	A-03	2.824,17	1.412,09	4.236,26
	A-02	2.741,92	1.370,96	4.112,88
	A-01	2.662,06	1.331,03	3.993,08
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C-15	2.511,37	1.255,69	3.767,06
	C-14	2.403,23	1.201,62	3.604,85
	C-13	2.299,74	1.149,87	3.449,61
	C-12	2.200,71	1.100,36	3.301,07
	C-11	2.105,94	1.052,97	3.158,91
	B-10	1.992,37	996,19	2.988,56
	B-09	1.906,58	953,29	2.859,87
	B-08	1.824,48	912,24	2.736,72
	B-07	1.745,91	872,96	2.618,87
	B-06	1.670,73	835,37	2.506,10
	A-05	1.580,63	790,32	2.370,95
	A-04	1.512,57	756,29	2.268,86
	A-03	1.447,43	723,72	2.171,15
	A-02	1.385,10	692,55	2.077,65
	A-01	1.325,46	662,73	1.988,19

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 140, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 54, § 1º, inciso II, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, combinado com o art. 4º da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 4, de 30 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 90.199.459,00 (noventa milhões, cento e noventa e nove mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor de R$ 90.199.459,00 (noventa milhões, cento e noventa e nove mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA

ANEXOS

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.435.917
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							21.435.917
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							21.435.917
			S	1	1	90	0	156	21.435.917
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							68.763.542
		ATIVIDADES							
02 122	0567 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							57.419.428
02 122	0567 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							57.419.428
			F	1	1	90	0	100	57.419.428
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0567 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							11.344.114
02 122	0567 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							11.344.114
			F	1	0	91	0	100	11.344.114
TOTAL - FISCAL									68.763.542
TOTAL - SEGURIDADE									21.435.917
TOTAL - GERAL									90.199.459

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							36.606.021
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 00FB	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões							21.435.917
28 846	0901 00FB 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões - Nacional							21.435.917
			S	1	1	90	0	156	21.435.917
28 846	0901 00FK	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo							13.012.503
28 846	0901 00FK 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo - Nacional							13.012.503
			F	1	1	90	0	100	13.012.503
28 846	0901 00FO	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)							2.157.601
28 846	0901 00FO 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Nacional							2.157.601
			F	1	0	91	0	100	2.157.601
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							53.593.438
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 122	0909 00H7	Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações							9.186.513
02 122	0909 00H7 0001	Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional							9.186.513
			F	1	0	91	0	100	9.186.513
02 122	0909 0C04	Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo							44.406.925
02 122	0909 0C04 0001	Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo - Nacional							44.406.925
			F	1	1	90	0	100	44.406.925
TOTAL - FISCAL									68.763.542
TOTAL - SEGURIDADE									21.435.917
TOTAL - GERAL									90.199.459

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.241, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Estabelece normas para realização de eleições nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis - CRECIs, integrantes do Sistema COFECI-CRECI, para o triênio 2013/2015. "Ad referendum".

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso da competência que lhe conferem o artigo 10, incisos III e XXI, do Decreto nº 81.871/78, e o artigo 4º, inciso XXVIII do Regimento do COFECI, aprovado com a Resolução-COFECI nº 1.126/09; CONSIDERANDO que 2012 é o último ano do triênio do atual mandato nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis; CONSIDERANDO o sucesso das eleições para composição dos Conselhos Regionais realizadas com o uso da Internet em eleições anteriores; CONSIDERANDO que cabe ao COFECI - Conselho Federal de Corretores de Imóveis, como órgão máximo do Sistema COFECI-CRECI, garantir que o processo eleitoral nos Conselhos Regionais que o integram seja conduzido com a maior lisura e transparência possíveis, livre de qualquer interferência que o possa macular; CONSIDERANDO que, no ano de 2012, o Sistema COFECI-CRECI estará comemorando seu cinqüentenário com a realização de inúmeros eventos, inclusive, um congresso internacional com a participação de cerca de 30 países, todos concentrados no mês de agosto/2012; CONSIDERANDO as disposições legais e Regimentais que determinam competir ao COFECI normatizar e comandar os procedimentos eleitorais de observância obrigatória pelos Conselhos Regionais; resolve:

Art. 1º - Baixar NORMAS REGULAMENTADORAS (NORMAS ELEITORAIS) para o Processo Eleitoral a ser promovido em cada CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS, integrantes do SISTEMA COFECI-CRECI, até 31 de outubro de 2012, para suprimento do mandato composto pelo triênio de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORMAS ELEITORAIS REGULAMENTADORAS DO PROCESSO DE ELEIÇÃO NOS CONSELHOS REGIONAIS DE CORRETORES DE IMÓVEIS - CRECIs, INTEGRANTES DO SISTEMA COFECI-CRECI, PARA O MANDATO DE 1º DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015. CAPÍTULO I. DAS GENERALIDADES. Art. 1º - Mediante voto pessoal indelegável, obrigatório e secreto, incumbe aos Corretores de Imóveis, regularmente inscritos no Sistema COFECI-CRECI, elegerem vinte e sete membros efetivos e igual número de suplentes para comporem o Conselho Pleno de seus respectivos Conselhos Regionais, considerando-se eleitos os candidatos integrantes da chapa que obtiver a maioria dos votos válidos. Parágrafo Único - As candidaturas, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 6.530/78, com a redação dada pela Lei nº 10.795/03, serão registradas em chapas. Art 2° - O Processo Eleitoral em cada Regional inicia-se com a publicação resumida do Edital de Convocação e termina com o arquivamento no COFECI dos documentos componentes dos respectivos autos, devendo as eleições ocorrer em período não superior a 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital resumido, e estarem concluídas em todo o Sistema até o dia 31 de outubro de 2012, de acordo com calendário elaborado pela Diretoria do COFECI, em consonância com as exigências do sistema informatizado a ser utilizado. § 1° - Para conduzir e comandar o Processo Eleitoral até a apuração dos votos, o Presidente do COFECI nomeará, para cada Regional, mediante Portaria específica, uma COMISSÃO ELEITORAL composta de 2 (dois) Conselheiros Federais, efetivos ou suplentes, não pertencentes à região da eleição, e um Advogado. § 2° - Ressalvada a hipótese do artigo 19, § 5º, a Comissão Eleitoral decide soberanamente sobre o Processo Eleitoral, podendo nomear Subcomissões com a atribuição de auxiliá-la, sem poder de decisão. Art. 3º - As eleições nos Regionais serão realizadas: I - pela Internet, através de Assembléia Geral virtual; II - excepcionalmente, pelo sistema convencional de cédulas de papel, através de Assembléia Geral presencial, onde, por motivo de força maior, não for possível a realização do pleito eletronicamente. Art. 4º - Não se realizando a eleição na data pré-estabelecida, o Coordenador da Comissão Eleitoral oficiará o fato ao COFECI no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; recebida a comunicação, o Presidente do COFECI a apreciará e fixará nova data para a realização do pleito. Parágrafo Único - Encerrando-se o mandato no Regional sem a realização da eleição ou a posse dos novos Conselheiros, o COFECI nele intervirá temporariamente, nomeando-lhe Diretoria provisória para administrá-lo e, nos termos regimentais: I - promover a eleição, em nova data estabelecida pelo Presidente do COFECI, proclamar os eleitos; e/ou II - dar posse aos novos Conselheiros, com os conseqüentes atos de eleição e posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal, para cumprimento do restante do mandato. CAPÍTULO II. DO ELEITOR. Art. 5º - Será considerado eleitor o Corretor de Imóveis que, na data da realização da eleição, satisfaça aos seguintes requisitos: I - tenha inscrição principal no Regional da respectiva Região, formalizada até a data da remessa do banco de dados de que trata o artigo 52 destas Normas; II - esteja em dia com as obrigações financeiras para com o Regional, inclusive a anuidade do exercício corrente; III - não esteja cumprindo pena de suspensão; IV - tenha votado na eleição anterior, ou tenha apresentado justificativa válida de ausência à eleição, ou tenha quitado a multa respectiva, quando for o caso. § 1º - O voto não será permitido à pessoa jurídica. § 2º - O parcelamento de débitos para habilitação ao exercício do voto, vedada a aceitação de cheque pré-datado para o primeiro pagamento, só será admitido até 5 (cinco) dias úteis antes do pleito. Após essa data e até o dia da eleição, só serão aceitos pagamentos à vista. Art. 6º - O direito/dever de votar é pessoal e indelegável e será exercido: I - pela Internet, mediante as seguintes condições: a) havendo chapa única, o Regional fornecerá aos seus eleitores, através de correspondência pessoal, senha individual que preserve o seu sigilo. O eleitor que deixar de receber a senha individual ou que não disponha de acesso à internet poderá votar na sede de seu Regional ou em um dos Postos Eleitorais; b) havendo mais de uma chapa, a eleição dar-se-á somente de forma presencial nos Postos Eleitorais estabelecidos, mediante apresentação do Cartão de Habilitação Eleitoral individual ou liberação pelo Coordenador de uma das mesas coletoras de votos, depois de confirmada a condição de eleitor. II - pelo sistema convencional de cédula de papel, somente nos Postos Eleitorais, mediante apresentação do Cartão de Habilitação Eleitoral individual ou liberação pelo Coordenador de uma das mesas coletoras de votos, depois de confirmada a condição de eleitor. Art. 7º - O profissional que deixar de votar estará sujeito a multa em valor equivalente ao de uma anuidade do ano da realização da eleição, corrigida até o dia do efetivo pagamento, se não for validamente justificada sua ausência em até 60 (sessenta) dias corridos, contados do primeiro dia útil após a realização do pleito. § 1° - O profissional que deixar de votar por motivo de doença impeditiva, comprovada

mediante atestado médico que declare sua impossibilidade, poderá justificar a ausência em até 60 (sessenta) dias corridos, contados do primeiro dia útil após a realização do pleito. § 2° - A multa prevista no caput aplica-se também aos inscritos que deixarem de votar por estarem em débito com o seu Regional. § 3º - Para cobrança da multa eleitoral, o Regional poderá aplicar o disposto no art. 2º da Resolução COFECI nº 315/91 ou, se for o caso, adotar as providências descritas nos itens 5 e 6 da Resolução COFECI nº 176/84. Art. 8º - O voto é facultativo ao profissional inscrito que, até a data da realização da eleição, inclusive, tenha completado 70 (setenta) anos de idade, não se lhe aplicando as disposições do artigo anterior. Art. 9º - Até 20 (vinte) dias antes do pleito, cada Regional providenciará remessa de aviso de débito a todo inscrito inadimplente, destacando a data de realização do pleito e o valor da multa que lhe será aplicada automaticamente, caso deixe de votar, ressaltando a data limite e eventuais facilidades para parcelamento de suas obrigações financeiras. Art. 10 - Até 10 (dez) dias antes do pleito: I - no caso de eleição pela Internet em que haja apenas uma chapa, o COFECI providenciará remessa postal da senha individual a todos os inscritos que atendam às condições de eleitor; II - no caso de eleição pela internet, quando houver mais de uma chapa, ou no caso de eleição pelo sistema convencional de cédulas de papel, o Regional providenciará confecção e remessa postal de CARTÃO DE HABILITAÇÃO ELEITORAL individual a todos os inscritos que atendam às condições de eleitor: Parágrafo Único - O inscrito que deixar de receber a senha individual para votação ou o Cartão de Habilitação Eleitoral, por não preencher as condições de eleitor, deverá comparecer à sede do seu Regional ou a uma de suas Delegacias Subregionais e/ou Seccionais, a fim de regularizar a situação para exercer seu direito/dever de votar. Art. 11 - Cada Regional disponibilizará, em todos os Postos Eleitorais: I - no caso de eleição pela Internet, pelo menos um computador conectado à Rede mundial de computadores, oculto por cabine indevassável, em condições de recepcionar os votos; II - no caso de eleição pelo sistema convencional de cédulas de papel, pelo menos uma urna oculta por cabine indevassável, em condições de recepcionar os votos. CAPÍTULO III. DOS CANDIDATOS E DA CÉDULA. Art. 12 - Nenhum candidato poderá inscrever-se em mais de uma chapa. § 1º - Os requerimentos de registro de chapas, dirigidos à Comissão Eleitoral, serão protocolizados na sede principal do respectivo Regional, no prazo estabelecido no edital de convocação da eleição, a requerimento de um de seus componentes. § 2º - Considera-se como representante legal de cada chapa registrada o componente da chapa que assinar o requerimento de seu registro ou, secundariamente, o candidato que figurar na chapa em primeiro lugar. § 3º - Será indeferido requerimento de registro de chapa que contenha documentação incompleta ou inválida de qualquer de seus candidatos e que não contemple o número previsto de 54 (cinqüenta e quatro) candidatos, conforme determina o artigo 11 da Lei nº 6.530/78, com a redação dada pela Lei nº 10.795/03. § 4º - A condição de candidato a Conselheiro efetivo ou suplente será definida pela ordem constante do requerimento de inscrição da chapa. Os 27 (vinte e sete) primeiros serão candidatos a Conselheiros Efetivos e os 27 (vinte e sete) seguintes serão candidatos a Conselheiros Suplentes, desconsiderados candidatos eventualmente impugnados. § 5º - A numeração das chapas obedecerá à ordem de protocolo dos requerimentos de registro, sendo desconsiderada a chapa que tiver seu requerimento de registro indeferido, que vier a desistir ou que tenha impugnação provida. Art. 13 - Somente poderão integrar chapa Corretores de Imóveis que satisfaçam às exigências do Art.12 da Lei nº 6.530/78, com a regulamentação dada pelo art. 21 do Decreto nº 81.871/78, e que satisfaçam às mesmas condições exigidas para o eleitor, constantes do art. 5º destas Normas, comprovadas mediante certidão expedida pelo respectivo Regional, sem ônus para o requerente, constando ser para fins eleitorais. § 1º - A certidão a que se refere o caput tem fé pública e terá de ser requerida especificamente pelo próprio interessado, no máximo 3 (três) dias úteis antes do prazo limite para protocolização de requerimentos de registro de chapas, devendo o Regional expedi-la em 24 (vinte e quatro) horas. Nenhum outro documento será exigível do Regional para fins eleitorais. § 2º - Não será permitido o parcelamento de débitos para candidatos depois de publicado o Aviso Resumido do Edital. Aquele que vier a se tornar inadimplente junto ao seu Regional, no decorrer do processo eleitoral, terá sua candidatura automaticamente impugnada. § 3º - Os 2 (dois) anos a que se refere o art. 12 da Lei nº 6.530/78 contam-se ininterruptos a partir de 1º de janeiro de 2011, inclusive. Art. 14 - Aos requerimentos de registro de chapas, a serem protocolizados exclusivamente na sede principal do Regional, deverão ser anexados os seguintes documentos: I - relação nominal de todos os membros da chapa, candidatos a Conselheiro, com os respectivos números de inscrição no Regional; II - ficha de qualificação de cada membro da chapa, assinada pelo próprio, na qual conste: a) Declaração de conhecimento e concordância com as regras do processo eleitoral estabelecidas nestas Normas; b) Concordância do candidato em participar do pleito; c) Declaração do candidato, sob as penas da lei, de que não sofreu condenação criminal com pena superior a 2 (dois) anos, destituição ou afastamento de cargo, função ou emprego em decorrência de comprovada prática de improbidade, com trânsito em julgado, bem como de que não responde a processo falimentar; III - Certidão para fins eleitorais emitida pelo respectivo Regional; IV - Certidão emitida pela Receita Federal comprovando inscrição e situação cadastral regular do candidato no CPF/MF (Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda); V - Cópias reprográficas autênticas da cédula de identidade profissional, ou outro documento oficial de identificação, e do Cartão de Identificação de Contribuinte do Ministério da Fazenda de cada candidato, podendo a autenticação ser feita por funcionário da Secretaria do Regional. Art. 15 - O Regional fornecerá ao representante de cada Chapa, até o quinto dia útil após o prazo de inscrição de chapas, mediante requerimento e assinatura de Termo de Responsabilidade relativo ao resguardo do sigilo das informações, por meio eletrônico, relação com endereço completo de todas as pessoas físicas nele inscritas. Art. 16 - A Cédula Eleitoral será apresentada: I - virtualmente, no caso de eleição pela Internet, indicando na tela do computador, quando selecionado (clicado) o número de registro da Chapa escolhida, sua denominação, bem como, abaixo, os nomes de todos os candidatos nela registrados, em duas colunas, sendo a primeira com os nomes dos candidatos a Conselheiros Efetivos e a segunda com os nomes dos candidatos a Conselheiros Suplentes. II - em cédulas de papel, no caso de eleição pelo sistema convencional, segundo modelo a ser instituído pelo COFECI, de tal sorte que, dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la. CAPÍTULO IV. DOS ATOS PREPARATÓRIOS. Art. 17 - A eleição será convocada pelo Presidente do COFECI, por Edital, no qual se mencionarão, obrigatoriamente: I - indicação do Sistema COFECI-CRECI, do Conselho Federal e do Regional em que se realiza a eleição, em destaque; II - data e horário da votação; III - número de vagas a serem preenchidas; IV - prazo para protocolização de requerimento de registro de chapas; V - horário de funcionamento da Secretaria da Sede principal do CRECI durante o período eleitoral, que não poderá ser inferior a 6 (seis) horas nos dias úteis; VI - prazo de 48 (quarenta e oito) horas para impugnação de candidaturas, depois de publicadas as chapas cujos requerimentos de registro tenham sido deferidos. § 1º - Na mesma data definida para a convocação da eleição, o COFECI fará publicar Aviso Resumido do Edital, pelo menos uma vez, no Diário Oficial da Unidade da Federação do Regional, ou em jornal de grande circulação no território de sua jurisdição. § 2º - Cópias do Edital a que se refere este artigo deverão ser afixadas em painel de avisos públicos na sede principal do CRECI e nas de suas Delegacias Subregionais e/ou Seccionais, no dia da publicação do Aviso Resumido do Edital. § 3º - Além de outros locais, a critério da Comissão Eleitoral, a sede principal do CRECI, bem como a de cada uma de suas Delegacias Subregionais e/ou Seccionais, serão constituídas obrigatoriamente em Postos Eleitorais. § 4º - Os locais onde funcionarão os Postos Eleitorais, determinados com observância do que dispõe o parágrafo anterior, serão informados através de publicação até 5 (cinco) dias corridos antes da eleição, pelo menos uma vez em jornal de grande circulação, na região do respectivo Regional, em forma de aviso, podendo ainda o Regional encaminhar aos eleitores ofício informando os locais de votação. Art. 18 - O aviso resumido do Edital deverá conter: I - indicação do Sistema COFECI-CRECI, do Conselho Federal e do Regional em que se realiza a eleição, em destaque; II - data e horário da votação; III - número de vagas a serem preenchidas; IV - prazo para protocolização de requerimento de registro de Chapas; V - horário de funcionamento da Secretaria da sede principal do Regional durante o período eleitoral; VI - prazo de 48 (quarenta e oito) horas para impugnação de candidaturas, depois de publicadas as chapas cujos requerimentos de registro tenham sido deferidos. Art. 19 - O prazo para protocolização de requerimento de registro de Chapas será de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do Aviso Resumido do Edital. § 1º - Encerrado o prazo para protocolização de requerimento de registro de chapas, a Comissão Eleitoral providenciará a imediata lavratura da Ata de encerramento do prazo, que será assinada por pelo menos um de seus membros, além de outros que, estando presentes, queiram assiná-la. § 2º - No prazo de 24 (vinte e quatro) horas a Comissão Eleitoral analisará toda a documentação acostada aos requerimentos de registro de chapas, e decidirá pelo deferimento ou indeferimento dos registros requeridos. § 3º - A chapa que apresentar documentação incompleta ou inválida de qualquer de seus integrantes terá seu requerimento de registro indeferido pela Comissão Eleitoral. § 4º - Da análise dos documentos referida no parágrafo anterior, a Comissão Eleitoral providenciará a lavratura de Ata circunstanciada, explicitando, se for o caso, os motivos de eventuais indeferimentos de requerimentos de registro chapas, e providenciará: I - fixação de cópias da Ata em painel de avisos públicos na Sede principal do Regional; II - publicação no Diário Oficial da Unidade da Federação do Regional, ou em Jornal de grande circulação no respectivo território, de extrato da Ata contendo: a) denominação e o número correspondente à ordem de inscrição das chapas cujos registros tenham sido deferidos, os nomes de seus integrantes e o prazo para eventuais impugnações de candidaturas; b) informação sobre eventuais indeferimentos de registro de chapas, seguidas de suas respectivas denominações, e o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para oferecimento de contra-razões aos indeferimentos. § 5º - Recurso contra indeferimento de registro de chapa deve ser dirigido ao Presidente do COFECI e protocolizado na sede principal do Regional, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo a Comissão Eleitoral encaminhá-lo incontinenti, por via eletrônica, ao Presidente do COFECI, que sobre ele decidirá em 24 (vinte e quatro) horas. CAPÍTULO V. DOS POSTOS ELEITORAIS E DAS MESAS COLETORAS DE VOTOS. Art. 20 - Os Postos Eleitorais funcionarão por 08 (oito) horas ininterruptas e poderão ter uma ou mais Mesas Coletoras de votos. § 1º - A sede principal do Regional, bem como cada uma de suas Delegacias Subregionais (ou Seccionais) funcionarão como Postos Eleitorais. § 2º - Cada chapa inscrita poderá indicar para cada Posto Eleitoral, até 2 (dois) dias antes da eleição, dois corretores de imóveis para atuarem um como Fiscal efetivo e outro como Fiscal suplente, mediante lista contendo a qualificação de cada um dos indicados. § 3º - As Mesas Coletoras, constituídas pela Comissão Eleitoral, serão compostas de um Coordenador e três mesários, os quais substituem o Coordenador pela ordem de precedência. § 4º - Não poderão ser nomeados membros de Mesa Coletora: I - integrantes de chapa, seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau; II - conselheiros e diretores do Regional. § 5º - Os mesários substituirão o Coordenador da Mesa Coletora, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela segurança do material eleitoral e pela ordem e regularidade dos trabalhos. § 6º - Todos os membros da Mesa Coletora deverão estar presentes no ato de abertura e de encerramento dos trabalhos, salvo motivo de força maior. § 7º - Não comparecendo o Coordenador da Mesa Coletora até 30 (trinta) minutos antes da hora determinada para início da votação, assumirá a coordenação o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo ou o terceiro mesário. § 8º - Observados os impedimentos do § 4º deste artigo, poderá o Coordenador da Mesa Coletora nomear, dentre as pessoas presentes, os membros que forem necessários para completar a mesa. § 9º - Somente poderão permanecer no recinto dos Postos Eleitorais os membros das Mesas Coletoras, os fiscais designados e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor. § 10 - A composição de cada uma das chapas inscritas, com indicação do número de ordem da inscrição, nome da chapa e nomes dos candidatos a Conselheiros efetivos e suplentes, será impressa em papel branco, formato A4, e afixadas em cada um dos Postos Eleitorais. CAPÍTULO VI. DA VOTAÇÃO. Art. 21 - A votação dar-se-á da seguinte forma: I - no caso de eleição pela Internet: a) quando houver uma única chapa inscrita, mediante uso da senha individual, através do site www.votacreci.com.br, que, no dia da eleição, poderá ser acessado a partir da 0 (zero) hora local até o final do horário destinado à votação constante do Edital, de qualquer parte do Brasil ou do exterior, e, nos locais designados como Postos Eleitorais, exclusivamente no intervalo de horas destinado à votação constante do Edital de convocação. O eleitor poderá salvar no computador o comprovante de votação ou extraí-lo de forma impressa, pela Internet, no endereço www.votacreci.com.br; b)quando houver mais de uma chapa inscrita, a eleição dar-se-á somente de forma presencial nos Postos Eleitorais estabelecidos de acordo com estas Normas, no intervalo de horas destinado à votação constante do Edital, mediante apresentação do Cartão de Habilitação Eleitoral individual ou liberação pelo Presidente de uma das mesas coletoras de voto, depois de confirmada a condição de eleitor. II - no caso de eleição pelo sistema convencional de cédulas de papel, exclusivamente no dia da eleição, somente nos locais designados como Postos Eleitorais, no intervalo de horas destinado à votação constante do Edital de convocação. Neste caso, a Mesa Coletora expedirá comprovante de votação ou fará anotação de que o eleitor votou, em sua própria Carteira de Identidade Profissional (vermelha). Art. 22 - Nos Postos Eleitorais, iniciada a votação, cada eleitor que a ele comparecer, pela ordem de chegada, depois de identificado e solucionada eventual pendência, será encaminhado para votação. § 1º - Eleitores portadores de senha individual de votação ou de Cartão de Habilitação Eleitoral que quiserem votar em Posto Eleitoral devem a ele comparecer e, pela ordem de chegada, serão encaminhados para votação, respeitada a preferência de idosos, gestantes e deficientes físicos, na forma da lei. § 2º - Em cada mesa coletora de votos haverá uma lista de presenças para ser preenchida à mão, que será assinada obrigatoriamente por todo Eleitor que nela votar, observando-se que: I - a lista de presenças conterá espaços individualizados, em linha, para anotação de: número de ordem de chegada, número de inscrição no Regional, nome do eleitor e assinatura; II - não deverão assinar a lista de presenças eleitores que, mesmo comparecendo ao Posto Eleitoral, estejam impedidos de votar ou deixem de votar por qualquer motivo. § 3º - À Comissão Eleitoral cabe decidir sobre a organização do processo eleitoral. Art. 23 - Ficarão impedidos de votar os eleitores que não conseguirem cumprir as condições exigidas para o eleitor constantes do artigo 5º e seus incisos, destas Normas. § 1º - Eleitores que alegarem regularidade junto ao Regional, mas não puderem comprová-la no momento da votação ficarão igualmente impedidos de votar, assegurado, entretanto, o prazo de 60 (sessenta) dias após o pleito para comprovarem que estavam em condições de votar no dia da eleição e, assim, evitar a aplicação da multa eleitoral. Neste caso, o comparecimento ao Posto Eleitoral deverá ser comprovado em formulário próprio, fornecido na data da eleição pela mesa coletora de votos. § 2º - Eleitores que não receberem a senha individual de votação ou o Cartão de Habilitação Eleitoral, somente poderão votar na sede do Regional ou nas de suas Delegacias Subregionais (ou Seccionais), depois de comprovada a regularidade de sua inscrição. § 3º - Não haverá voto em separado. Art. 24 - No momento determinado no Edital para encerramento da votação, havendo eleitores para votar em Posto Eleitoral, serão eles, em voz alta, convidados a entregar documento que os identifique ao Coordenador de uma das Mesas Coletoras, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor. Caso não haja mais eleitores para votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos. Art. 25 - Encerrada a votação, o Coordenador de cada Mesa Coletora fará lavrar Ata, que será assinada por ele e pelos Fiscais de chapas que se fizerem presentes, registrando-se data, hora do início e do encerramento dos trabalhos, número total de eleitores votantes e eventuais protestos apresentados por escrito por eleitores, candidatos ou Fiscais de chapas. CAPÍTULO VII. DA APURAÇÃO. Art. 26 - No caso de eleição pela Internet, encerrado o prazo estipulado para a votação, a apuração será processada pela Central de Processamento de Dados contratada pelo COFECI para compilar e armazenar os dados eleitorais, e o resultado será repassado ao Coordenador da Comissão Eleitoral. § 1º - De posse do resultado eleitoral, o Coordenador Eleitoral, objetivando a segurança e a ordem dos trabalhos, depois de evacuada a sede do Regional ou o local de acompanhamento da apuração, reunir-se-á, em ambiente fechado, com os representantes de cada uma das chapas concorrentes e lhes comunicará o resultado. § 2º - Na medida em que se forem processando as eleições em cada Regional, seus resultados estarão sendo coligidos pela Central de Processamento de Dados e repassados ao COFECI, para divulgação posterior de todos os resultados eleitorais havidos no país. § 3º - As listas de votantes e Atas de votação obtidas a partir das mesas coletoras de votos serão arquivadas junto ao Processo Eleitoral para elucidação de eventuais dúvidas que venham a surgir sobre o pleito. Art. 27 - Obtidos os dados finais da apuração, o Coordenador da Comissão Eleitoral proclamará seu resultado e determinará a lavratura de Ata circunstanciada dos acontecimentos. § 1º - A Ata mencionará, obrigatoriamente: I - dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos; II - locais em que funcionaram as mesas coletoras de votos, com os nomes dos respectivos componentes; III - número total de eleitores que votaram; IV - resultado geral da apuração; V - registro resumido dos protestos apresentados

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

por escrito; VI - demais ocorrências relacionadas com a apuração; VII - no caso de eleição pelo sistema convencional de cédulas de papel, a Ata conterá, ainda, o resultado da apuração de cada urna apurada, especificando-se o número de votantes, votos atribuídos a cada chapa inscrita, votos nulos e votos em branco. § 2º - A Ata será assinada por pelo menos um dos membros da Comissão Eleitoral, e pelos presentes que a queiram assinar. Art. 28 - Em caso de empate, será declarada vencedora a chapa que obtiver o menor número resultante da soma dos números de inscrição de seus membros no Regional. CAPÍTULO VIII. DAS NULIDADES E IMPUGNAÇÕES. Art. 29 - Será nula a eleição quando descumprida qualquer formalidade essencial contida nestas Normas. Art. 30 - Será anulável a eleição quando ocorrer vício que comprometa sua legitimidade, acarretando prejuízo a qualquer chapa concorrente. Art. 31 - No caso de eleição pelo sistema convencional de cédulas de papel, havendo urna cuja votação tenha sido anulada, se o número dos votos for superior à diferença entre as chapas mais votadas, ou em caso constatado de grave irregularidade, não haverá proclamação de resultado, cabendo ao Presidente do COFECI determinar data para a realização de eleições suplementares, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, circunscritas aos eleitores constantes da lista de votação da urna correspondente. Art. 32 - A anulação de votos de urna eleitoral, ainda que total, não implicará anulação da eleição. Parágrafo Único - Nenhuma nulidade poderá ser invocada por quem lhe der causa nem aproveitará ao seu responsável. Art. 33 - A impugnação de candidaturas poderá ser feita por qualquer inscrito no CRECI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data da publicação das chapas cujos requerimentos de registro tenham sido deferidos. Parágrafo Único - A impugnação, expostos os fundamentos que a justifiquem, será dirigida à Comissão Eleitoral e entregue contra recibo na Secretaria do Regional. Art. 34 - Cientificado, em 24 (vinte e quatro) horas, pela Comissão Eleitoral, o candidato impugnado terá, igualmente, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para contestar a impugnação. § 1º - Instruído o processo, a Comissão Eleitoral decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. § 2º - A chapa que, depois de deferido seu registro, tiver parte de seus candidatos impugnados poderá concorrer desde que o número de candidatos restantes não seja inferior a 48 (quarenta e oito). Art. 35 - É facultada a substituição de candidato que venha a renunciar ou a falecer, para as chapas que já tenham seu registro deferido, até 5 (cinco) dias antes do pleito. § 1º - Em caso de renúncia ou falecimento de qualquer integrante de chapa, a substituição pode ser requerida, sem alteração da cédula única eventualmente já confeccionada, em papel ou eletronicamente, considerando-se votado em lugar do substituído o seu substituto. § 2º - Candidato que vier a renunciar de chapa cujo requerimento de registro já tenha sido protocolizado no CRECI ficará impedido de participar de qualquer outra chapa. Art. 36 - O registro de candidato inelegível será indeferido por ato de ofício da Comissão Eleitoral. CAPÍTULO IX DOS RECURSOS. Art. 37 - As chapas inscritas inconformadas com o resultado das eleições poderão dele recorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do término do pleito. § 1º - O recurso será dirigido à Comissão Eleitoral e entregue em duas vias, contra recibo, na Secretaria do Regional, no horário normal de funcionamento. § 2º - Protocolado o recurso, a Comissão Eleitoral anexará sua primeira via ao Processo Eleitoral e encaminhará a segunda, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao COFECI. § 3º - Recebido o recurso, o Presidente do COFECI, proferirá sua decisão fundamentada em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis. Art. 38 - O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido e comunicado oficialmente ao Regional, pelo Presidente do COFECI, antes da posse. CAPÍTULO X. DO PROCESSO ELEITORAL. Art. 39 - O Processo Eleitoral inicia-se com a publicação do AVISO a que se referem o art. 2º e art. 17, § 1° destas Normas. Art. 40 - À Comissão Eleitoral incumbe organizar o Processo Eleitoral e entregá-lo ao COFECI, em até 5 (cinco) dias após a proclamação do resultado, para arquivamento pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos. § 1° - O COFECI providenciará cópia digitalizada do Processo Eleitoral e a remeterá ao Regional, para arquivamento, no prazo de 60 (sessenta) dias. § 2° - São peças essenciais do Processo Eleitoral: I - Edital e aviso resumido do edital; II - Folhas dos exemplares dos jornais em que se publicarem o aviso resumido do edital e os locais de votação; III - Cópias dos requerimentos dos registros de chapas e fichas de qualificação dos candidatos e demais documentos; IV - Relação dos votantes; V - Expedientes relativos à composição dos Postos Eleitorais; VI - Atas do Processo Eleitoral; VII - Impugnações, recursos, contra-razões e informações da Comissão Eleitoral; VIII - Resultado da eleição e proclamação dos eleitos. CAPÍTULO XI. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. Art. 41 - O mandato dos Conselheiros eleitos para os Conselhos Regionais será de 3 (três) anos, e começará em 1º de janeiro de 2013. Art. 42 - A partir do 11º (décimo primeiro) até o trigésimo dia após a proclamação do resultado eleitoral, cada Regional providenciará a realização de uma Sessão Plenária Especial, da qual participarão somente os eleitos como Conselheiros Regionais efetivos na forma prevista por estas Normas, convocados pela Presidência do respectivo Regional, com a seguinte pauta técnica: I - diplomação dos Conselheiros eleitos; II - eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e representantes do Regional junto ao COFECI; III - outorga formal de posse aos eleitos, para cumprimento do mandato no período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015. § 1º - A posse efetiva nos cargos de Conselheiros, Diretores, Conselheiros Fiscais e representantes do Regional junto ao COFECI de que trata o presente artigo dar-se-á no dia 1º de janeiro de 2013, mediante simples Termo de Posse. § 2° - Os Conselheiros Regionais eleitos pelos Regionais para representá-los junto ao COFECI exercerão mandato de Conselheiro Federal do dia 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015. Art. 43 - Se, por qualquer que seja o motivo, a eleição de que trata o artigo 1º destas Normas vier a ocorrer fora de época, de modo a inviabilizar o exercício do mandato dos eleitos a partir de 1º de janeiro de 2013, terão eles o tempo de seus mandatos reduzido e adaptado para que coincida a data de seu término com a dos demais Regionais. Parágrafo Único - O disposto neste artigo deverá ser divulgado, quando for o caso, nos Editais e Avisos eleitorais do processo. Art. 44 - Além das previstas nestas Normas e no Código de Ética Profissional, constituem infrações disciplinares sujeitas a punição o fornecimento gracioso de documento de quitação no CRECI, a argüição de inelegibilidade ou a impugnação de registro de candidatura feita sob falsa motivação ou por espírito de emulação, mero capricho ou erro grosseiro. § 1º - Fica também sujeito a penalidade disciplinar quem tentar aliciar votos dentro dos locais destinados à votação, ou promover propaganda eleitoral nas suas imediações, em distância inferior a 50 (cinqüenta) metros. § 2º - A chapa que promover propaganda eleitoral mediante a utilização de carro de som ou similar será considerada inelegível e excluída do pleito. Art. 45 - Exceto quando expressamente constar tratar-se de dias úteis, os prazos estabelecidos nestas Normas serão considerados sempre como dias corridos, iniciando-se a contagem a partir do 1º dia útil subseqüente, não podendo terminar em sábados, domingos ou feriados. Art. 46 - Para analisar e decidir sobre recursos e demais assuntos eleitorais referentes às eleições nos Regionais o Presidente do COFECI poderá designar Comissão Especial de Trabalho, com poderes específicos, que decidirá sempre com respaldo em parecer jurídico, na forma estabelecida no artigo 19, inciso XI do Regimento do COFECI. Art. 47 - No caso de haver contenda entre duas ou mais chapas em algum Regional, a eleição somente terá como locais de votação os Postos Eleitorais designados, obedecendo-se às mesmas regras estabelecidas nestas Normas para eleições eventualmente realizadas com a utilização de urnas convencionais. Art. 48 - A eleição regulamentada por estas Normas, quando realizada pelo sistema convencional de cédulas de papel, excepcionalmente previsto no seu art. 3º inciso II, respeitados os prazos nela estabelecidos, dar-se-á, no que couber, segundo as normas da Resolução COFECI nº 809/03. Art. 49 - O resultado das eleições realizadas segundo o disposto nas presentes Normas prevalecerá para o próximo mandato nos Regionais, qualquer que seja a data de seu início, independente de legislação ordinária superveniente. Art. 50 - Dúvidas sobre casos eventualmente omitidos nestas Normas serão dirimidas pelo Presidente do COFECI ou por Comissão designada nos termos do artigo 46. Art. 51 - No caso de eleição pela Internet, no período de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de encerramento do prazo para protocolização de registro de candidaturas, cada chapa inscrita poderá designar, às suas expensas, auditoria independente, através de empresa especializada, para auditar o sistema aplicativo eleitoral, na sede do COFECI. § 1º - Realizada a auditoria de que trata este artigo, o seu resultado, em laudo técnico, será apresentado ao COFECI no prazo de 72 (setenta e duas) horas. § 2º - A não utilização da prerrogativa concedida por este artigo, ou a não apresentação do laudo de auditoria no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará aceitação tácita e irrevogável do sistema aplicativo eleitoral contratado pelo COFECI, abdicando, automaticamente, a chapa resignatária de qualquer recurso contra o sistema proposto. Art. 52 - Até 15 (quinze) dias antes da realização do pleito, cada Regional remeterá ao COFECI, por meio eletrônico, banco de dados contendo a relação completa dos inscritos que atendam às condições de eleitor, com os respectivos endereços e qualificações. Parágrafo Único - Os Conselhos Regionais ficam proibidos de promover a entrega de credenciais a novos Corretores de Imóveis após a remessa do banco de dados de que trata este artigo, até a data da realização da eleição. Art. 53 - Os Regionais, às suas expensas, colocarão à disposição da Comissão Eleitoral designada pelo COFECI toda a estrutura necessária à consecução do Processo Eleitoral tais como locais para votação e apuração eleitoral, computadores, material gráfico, publicações, etc. e todo o pessoal que venha a se fazer necessário, mesmo que tenha de ser contratado especificamente para o pleito. Art. 54 - Estas normas entram em vigor na data da publicação da Resolução que as aprova.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

EDECIO NOGUEIRA CORDEIRO
Diretor-Secretário

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 413, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, em sua 219ª Reunião Ordinária realizada no dia 19 de janeiro de 2012, em sua sede, situada no SRTVS Quadra 701 Edifício Assis Chateaubriand, Bloco II salas 602/614, Brasília - DF, e ajustes ocorridos em sua 220ª Reunião Plenária Ordinária.

Considerando os princípios constitucionais que regem a administração e o ato administrativo, notadamente a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a legalidade, a eficiência, a proporcionalidade, consagrados pela norma do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o conteúdo do julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 1717-A pelo Supremo Tribunal Federal;

Considerando a autonomia administrativa e financeira afeita a cada uma das Autarquias Regionais que compõe o Sistema COFFITO-CREFITOS;

Considerando o dever do COFFITO, enquanto Autarquia Federal, de prestar contas dos recursos públicos que administra ao Tribunal de Contas da União - TCU, nos termos das normas previstas pelo artigo 70 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando as funções institucionais normativa e julgadora a que o plenário do COFFITO deve se ater, segundo concebido pela Lei nº 6.316/75;

Considerando as funções executivas e de representação a que a Diretoria deve desempenhar para a administração da Autarquia e para o cumprimento das deliberações normativas e decisórias afeitas ao Plenário do COFFITO;

Considerando que o Regimento vigente data de 1997, portanto, representativo de época anterior à atual posição do Supremo Tribunal Federal quanto à natureza dos Conselhos Profissionais, e a imperiosa necessidade de se adequar o funcionamento da Autarquia aos atuais ditames jurídicos, resolve:

Art. 1º. - Ficam aprovadas, nos termos dos incisos II, VI do artigo 5º e do artigo 6 º da Lei nº. 6.316, de 17 de dezembro de 1975, o Regimento Interno do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional nos termos do Regulamento Regimental constante do Anexo que fará parte desta Resolução.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - O Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - COFFITO e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - CREFITOS têm seus objetivos, natureza, circunscrição, sede, foro e competência definidos na Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, assim considerada sob a interpretação adotada por ocasião do julgamento da ADIN 1717-A pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo Único - Os Conselhos Regionais de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - CREFITOS são organizados e instalados por Resolução específica do COFFITO, nos termos do inc. IV, do art. 5º, da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e segundo critério da divisão do país em regiões com circunscrições que, em função do número de profissionais e pessoas jurídicas em atividade, assegure funcionamento autônomo e regular, administrativo e financeiro, segundo dispõe a Resolução COFFITO nº. 323.

Art. 3º - O Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - COFFITO é a Instituição central e dirigente do Sistema COFFITO-CREFITOS, no que respeita à normatização do exercício profissional da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional e ao controle social e ético dos respectivos profissionais, bem como no que refere aos posicionamentos institucionais relativos ao exercício profissional do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional perante toda sociedade, entes Federados e respectivos órgãos da administração, agindo como responsável pelo atendimento dos objetivos de interesse público que determinaram a sua criação e a dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITOS, que poderão atuar em compartilhamento institucional naquilo cuja competência se referir ao COFFITO, mas que tenha implicação direta nas funções de competência dos CREFITOS, nos termos da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e do Decreto-Lei 938/69.

Art. 4º - O Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - COFFITO, nos termos dos incisos II, III e IV do art. 5º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, exerce função normativa, baixa atos necessários à interpretação e execução do disposto na Lei nº 6.316/75, e à fiscalização do exercício profissional, adotando providências indispensáveis à realização dos objetivos institucionais; supervisiona, mediante a aferição de cumprimento de suas Resoluções, a fiscalização do exercício profissional em todo o território nacional; organiza, instala e orienta os Conselhos Regionais de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - CREFITOS; funciona como Superior Tribunal de Ética, sendo última e definitiva instância nos assuntos relacionados ao exercício das profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional e suas respectivas áreas de intervenção (Fisioterapia e Terapia Ocupacional).

Art. 5º - O Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - COFFITO é instância superior nas áreas: deliberativa, normativa, contenciosa e disciplinar, adotando, para tanto, processo administrativo que assegure a ampla defesa e o contraditório mediante o procedimento previsto na Lei n° 9.784/99, para as decisões cujo procedimento não houver sido regulado por Resolução própria.

Art. 6º - Os Conselhos Regionais de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - CREFITOS são Autarquias Federais Regionais, com independência administrativa e financeira, cabendo a tais entes a observância dos princípios e deveres da Administração Pública estatuídos na Constituição Federal e nas Leis Federais, inclusive da Lei nº 6.316/75 e das Resoluções do COFFITO.

Art. 7º - Ficam mantidas as siglas: COFFITO, para o Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, e CREFITO, para Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL E SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º - A estrutura administrativa do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - COFFITO compreende:

I - Plenário;

II - Diretoria;

III - Comissões Superiores de Ética e Deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional - CSEDF e CSEDTO;

IV - Controladoria Interna;

V - Procuradoria Jurídica;

VI - Coordenação Geral;

VII - Comissão de Licitação.

Art. 9° A estrutura institucional do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - COFFITO compreende:

I - Assessoria Técnica Normativa - ATN;

II - Comissão de Assuntos Parlamentares - CAP;

a) Sub-Comissão Política Suprapartidária do Sistema COFFITO-CREFITOS;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - Comissão de Relações Internacionais;
IV - Comissão de Desenvolvimento Científico e Educação;
V - Comissão de Políticas Públicas e Controle Social;
VI - Comissão Superior do Sistema Único de Saúde;
VII - Comissão Superior do Sistema Único de Assistência Social;
VIII - Comissão de Comunicação e Divulgação;
IX - Comissão de Relações em Trabalho e Especialidades Profissionais;
X - Comissão Superior de Fiscalização;
XI - Comissões de Referenciais Nacionais de Honorários da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional - CRNHF e CRNHTO;
XII - Comissão Superior de História das Profissões.
§1° - A critério do Plenário do COFFITO poderão ser criadas outras comissões de interesse institucional.
§2° - A organização, o funcionamento e a composição das comissões que compõem a estrutura institucional do COFFITO serão reguladas mediante Portaria editada pelo Presidente do COFFITO.
Seção I
Do Plenário
Art. 10º - O Plenário é o órgão de deliberação superior da Instituição, constituído por nove membros efetivos eleitos, nos termos do art. 2º, da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975.
Parágrafo Único - Os eleitos serão empossados no cargo de conselheiro na primeira reunião Plenária a ser realizada logo após o término do processo eleitoral, nos termos de Resolução específica, e serão empossados pelo Presidente do Colégio Eleitoral ou, na sua ausência, por quem estiver no exercício desta função ou, não havendo quem a exerça, por qualquer profissional fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional presente à sessão e terão os mandatos com duração de quatro anos.
Art. 11° - O Plenário exerce a competência legal discriminada no art. 5º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e tem a seguinte competência regimental:
I - eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e Vice-Presidente;
II - elaborar e aprovar propostas de Resoluções no exercício regulamentar e normativo das atividades da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional;
III - julgar, em grau de recurso administrativo, por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) de seus membros efetivos, cassação de mandato de conselheiro regional, nos termos da Lei 6.316/75 e de Resolução específica a ser editada;
IV - regular o processo e o procedimento de cassação de mandato de Conselheiro Federal nos termos do art. 4° da Lei n° 6.316/75;
V - fixar as contribuições anuais obrigatórias devidas pelos profissionais e empresas (pessoas físicas e jurídicas), assim como taxas, multas e emolumentos, a serem arrecadadas pelos Conselhos Regionais - CREFITOS;
VI - dispor, com a participação de todos os Conselhos Regionais, sobre o Código de Ética Profissional;
VII - regular e homologar o processo eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais;
VIII - estimular a exação no exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom nome dos que a exercem, mediante a aprovação de políticas de valorização profissional, nos termos dos eixos de administração quadrienal apresentado pelo Presidente do COFFITO;
IX - apreciar e julgar os recursos de penalidades impostas pelos Conselhos Regionais - CREFITOS;
X - processar e julgar, em última e única instância, infrações éticas praticadas por membros efetivos ou suplentes dos Conselhos Regionais e Federal;
XI - conhecer balancetes, aprovar reformulações orçamentárias, orçamento-programa e proposta orçamentária do COFFITO; autorizar a abertura de créditos adicionais, bem como operações referentes a mutações patrimoniais;
XII - conhecer as prestações de contas do COFFITO e o relatório anual de suas atividades;
XIII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, bem como as alterações ou adequações que se façam necessárias;
XIV - autorizar o Presidente do COFFITO a onerar ou alienar bens móveis, imóveis, veículos e a contratação de locação de imóveis;
XV - instituir as insígnias das profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional;
XVI - conceder distinções ou honrarias em nome do COFFITO;
XVII - instituir os modelos de carteira, de cédula de identidade e de licença temporária de fisioterapeutas e de terapeutas ocupacionais, bem como aprovar campanhas de recadastramento dos profissionais;
XVIII - reconhecer, criar e disciplinar áreas de atuação e especialidades profissionais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional;
XIX - fixar os padrões das cédulas de identidade funcional para os membros efetivos do COFFITO e dos CREFITOS, bem como de seus colaboradores;
XX - fixar o padrão da credencial do agente-fiscal do Conselho Regional- CREFITO;
XXI - baixar normas para utilização por terceiros do cadastro do Sistema COFFITO/CREFITOS;
XXII - decidir sobre a delegação de suas atribuições à Diretoria e ao Presidente do COFFITO, mediante provocação do Presidente;
XXIII - aprovar as atas de suas reuniões;
XXIV - cumprir e fazer cumprir este Regimento e deliberar sobre os casos omissos;
XXV - referendar atos de sua competência praticados pelo Presidente.

Art. 12º - As reuniões do Plenário são ordinárias e extraordinárias, nelas observado o quórum mínimo para deliberação representada pela presença da maioria absoluta de seus membros.
§ 1º - A reunião ordinária será convocada pelo Presidente do COFFITO, mediante apresentação prévia da pauta de reunião.
§ 2º - A reunião extraordinária é convocada pelo Presidente do COFFITO ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário quando da ocorrência de evento que, por sua importância e urgência, justifique a medida - vedada a inclusão na pauta respectiva de assunto estranho ao que tenha justificado a convocação.
§ 3º - A inexistência do quórum referido no art.11, em segunda convocação observado o intervalo de 30 (trinta) minutos, implica na transferência da reunião para outra hora e outro dia, responsabilizando os conselheiros que haviam confirmado sua presença e que não compareceram às reuniões plenárias pela ausência de justificativa ou pela não aceitação de justificativa pelo Plenário.
§ 4º - Transferida a reunião, é facultado ao Presidente do COFFITO, de maneira preventiva, convocar suplentes em número suficiente para alcançar o quórum mínimo necessário, caso nessa oportunidade se renove as ausências que inviabilizem a composição do quórum mínimo para deliberação, caso em que somente não assumirão a função no Plenário se ocorrer o quórum de conselheiros efetivos.
§ 5º - Em reuniões plenárias que tenham pautas de cujas matérias submetidas ao Plenário decorram decisões administrativas colegiadas, o conselheiro poderá pedir vista dos autos pelo prazo máximo de 7 (sete) dias, após a leitura do relatório, devendo manifestar sua pretensão nessa oportunidade, caso não tenha condições técnicas de proferir seu voto na aludida reunião. Deve a matéria ser colocada em pauta de julgamento da próxima reunião plenária, sendo que todos os interessados sairão intimados para o comparecimento na próxima reunião convocada.
§ 6º - Caso haja pedido de vistas por mais de um conselheiro, o Presidente do COFFITO definirá prazo e ordem para a referida concessão de vista.
§ 7º - Após o voto do relator, é vedado ao conselheiro o pedido de vistas do processo administrativo submetido ao exame.
§ 8º - Nas matérias de caráter normativo, sem conteúdo decisório, a vista aludida no parágrafo 5º será em reunião plenária, cabendo ao Presidente do COFFITO a sua concessão em prazo não superior a uma hora para cada conselheiro solicitante da vista.
Art. 13° - Ocorrida a vacância de cargo de conselheiro, o Plenário, em reunião convocada pelo Presidente do COFFITO, elege - inclusive com o voto do Presidente - dentre os suplentes de conselheiros que manifestarem interesse em se candidatar, o que deve preencher a vaga durante o restante do mandato.
Parágrafo único - Caso o número de suplentes de conselheiros atingir número igual ou inferior a 4 (quatro), o Presidente do COFFITO instaurará Processo Administrativo Eleitoral, nos termos da Resolução que regulamenta a eleição no COFFITO, de caráter especial, para a recomposição do quadro de suplentes de conselheiros que prestará compromisso pelo prazo remanescente do mandato que estiver em curso.
Art. 14° - Nos casos de licença, de impedimento ou de falta eventual de conselheiro, o Presidente do COFFITO pode convocar um dos suplentes para substituí-lo durante o período de afastamento.
Parágrafo Único - O suplente convocado, após assinar o termo de compromisso em livro próprio, fica investido das prerrogativas inerentes à função de conselheiro.
Art. 15° - O Plenário decide e aprova suas Resoluções pela maioria simples dos votos dos membros efetivos participantes da reunião, excluindo o Presidente ou, quando for o caso, o membro que esteja, eventualmente, na Presidência dos trabalhos.
Parágrafo Único - O Presidente ou o membro que esteja, eventualmente, na Presidência dos trabalhos profere voto de qualidade no desempate de votação.
Art. 16° - Podem participar da reunião do Plenário, quando convocados ou mesmo convidados, suplentes, procuradores jurídicos, assessores, colaboradores e outras pessoas cuja participação seja do interesse da Instituição.
Parágrafo Único - A participação referida neste artigo é plena, salvo quanto o direito ao voto.
Art. 17° - As convocações e os convites mencionados no art. 15 são feitas a critério do Presidente, cabendo a qualquer conselheiro a proposição de convocação ou convite cuja decisão caberá ao Presidente da Autarquia.
Seção II
Da Diretoria
Art. 18° - A Diretoria é o órgão executor das deliberações do Plenário e da administração da Instituição;
Art. 19° - Compete à Diretoria:
I - promover, por iniciativa do Presidente, a elaboração das suas normas e a execução dos procedimentos necessários ao Plenário para exercício de sua competência legal e regimental;
II - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Plenário;
III - submeter ao Plenário o relatório de sua gestão;
IV - aprovar as atas de suas reuniões;
V - exercer qualquer outra competência delegada pelo Plenário ou pelo Presidente da Autarquia.
Art. 20° - A Diretoria é composta:
I - Presidente e Vice-Presidente, eleitos e empossados nos termos do inciso I do art. 5º, da Lei nº 6.316/75;
II - Diretor-Secretário, designado pelo Presidente entre os membros efetivos do Plenário;
III - Diretor-Tesoureiro, designado pelo Presidente entre os membros efetivos do Plenário;
Parágrafo Único - O Diretor-Secretário e o Diretor-Tesoureiro são destituíveis "ad nutum", por ato do Presidente.

Art. 21° - A eleição e a posse do Presidente e do Vice-Presidente e a designação do Diretor-Tesoureiro e do Diretor-Secretário procedem-se na reunião do Plenário imediatamente após a solenidade de posse do Colegiado.
Art. 22° - Na ocorrência de licença, impedimento ou falta eventual de membro da Diretoria em sua reunião, a substituição é automática, válida durante o período de afastamento, formalizada pela assinatura de termo de compromisso e processada da seguinte forma:
I - o Vice-Presidente acumula o exercício de seu cargo com o de Presidente;
II - o Diretor-Secretário acumula o exercício de seu cargo com o de Vice-Presidente e/ou Diretor-Tesoureiro;
III - o Diretor-Tesoureiro acumula o exercício de seu cargo com o de Diretor-Secretário.
§1º - No afastamento simultâneo e definitivo do Presidente e do Vice-Presidente, o Plenário elege, dentre seus membros, os substitutos do Presidente e do Vice-Presidente, em próxima reunião plenária convocada por qualquer conselheiro.
§2º - Em caso de afastamento do Vice-Presidente, o Presidente acumula o exercício do seu cargo com o de Vice-Presidente.
§3º - Havendo afastamento do Diretor-Secretário e do Diretor-Tesoureiro, cabe ao Presidente designar, dentre os membros efetivos do Plenário, os respectivos substitutos.
Art. 23º - É vedado ao conselheiro afastar-se do exercício de cargo da Diretoria por mais de 60 (sessenta) dias seguidos ou intercalados.
Art. 24° - Na vacância definitiva do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assume o cargo até o final do mandato e, no caso de vacância do cargo de Vice-Presidente, o Plenário, na primeira reunião que realizar após a vacância, elege o substituto para cumprir o respectivo mandato remanescente.
Parágrafo Único - Até a realização da eleição referida neste artigo, a substituição é feita de acordo com o disposto no art. 21.
Art. 25° - A Diretoria reúne-se por convocação do Presidente do COFFITO.
Parágrafo Único - Aplicam-se à reunião da Diretoria, no que couber, as disposições pertinentes à do Plenário.
Art. 26° - Incumbe ao Presidente do COFFITO, além das previstas em outros dispositivos deste Regimento, as seguintes atribuições:
I - administrar e representar o COFFITO:
II - convocar, determinar a pauta e presidir as reuniões do Plenário e da Diretoria, nelas proferindo o voto de qualidade;
a) Em Reunião plenária, caberá ao Presidente o cumprimento da pauta, iniciando pelas discussões, cabendo-lhe declarar o seu encerramento e o início das votações, podendo, entretanto, retirar matéria de pauta desde que não iniciada a votação.
III - nomear, convocar, designar membros das Comissões e Órgãos administrativos e institucionais:
IV - credenciar representantes, colaboradores e procuradores do COFFITO, mediante edição de Portarias específicas, inclusive nos casos de composição de comissões, grupos de trabalho, câmaras técnicas, entre outros;
V - designar relatores e revisores em processos administrativos de competência do Plenário;
VI - assinar, com o Diretor-Secretário, os atos decorrentes das deliberações do Plenário e da Diretoria;
VII - movimentar, com o Diretor-Tesoureiro, as contas bancárias do COFFITO, assinando cheques e tudo mais exigido para o referido fim;
VIII - elaborar, com o Diretor-Tesoureiro, a proposta orçamentária do COFFITO;
IX - assinar, com o Diretor-Tesoureiro, os balancetes, o balanço geral, as reformulações orçamentárias, o orçamento-programa e o processo de prestação de contas da instituição e submetê-los à aprovação do Tribunal de Contas da União, nos termos dos procedimentos adotados pela Controladoria Interna;
X - autorizar o pagamento de despesas orçamentárias, observadas as normas legais e pertinentes;
XI - autorizar a expedição de certidões, declarações, atestados e documentos similares extraídos de registros próprios do COFFITO;
XII - conceder vista de autos de processo, nos termos deste Regimento;
XIII - autorizar a realização de sindicância e a instauração de inquéritos;
XIV - elaborar, com o Diretor-Secretário, o relatório anual de atividades do COFFITO e submetê-lo à aprovação do Plenário;
XV - decidir sobre alterações eventuais do horário de expediente;
XVI - autorizar a admissão e a dispensa de empregados;
XVII - aprovar a escala de férias dos empregados;
XVIII - autorizar o trabalho de empregados fora do horário normal de expediente;
XIX - conceder elogios aos empregados e aplicar penalidades;
XX - nomear e exonerar assessores e ocupantes de cargo em comissão nos termos de Resolução específica;
XXI - praticar todos os atos inerentes à administração dos recursos financeiros e humanos da Autarquia;
XXII - decidir pela instauração de processo ético disciplinar em face de conselheiro efetivo e suplente de conselheiro federal e regional, bem como instaurar o processo administrativo em grau de recurso dos regionais e dos profissionais.
Art. 27° - Incumbe ao Vice-Presidente, além das atribuições previstas em outros dispositivos deste Regimento, substituir o Presidente em suas faltas em reuniões plenárias e de diretoria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 28° - Incumbe ao Diretor-Secretário, além das referidas em outros dispositivos deste Regimento, as seguintes atribuições:

I - secretariar as reuniões do Plenário e da Diretoria, procedendo à verificação do quórum, assessorando o Presidente na condução dos trabalhos e elaborando as respectivas atas;

II - supervisionar os serviços e atividades compreendidas na área administrativa da Secretaria Geral.

Art. 29º - Incumbe ao Diretor-Tesoureiro, além das mencionadas em outros dispositivos deste Regimento, as seguintes atribuições:

I - zelar pelo atendimento dos compromissos financeiros do COFFITO nos respectivos prazos;

II - supervisionar os serviços e atividades compreendidas na área econômico-financeira da Secretaria Geral;

III - participar e supervisionar os trabalhos de elaboração das reformulações orçamentárias, dos orçamentos-programas, dos balancetes, do balanço geral e do processo de prestação de contas do exercício da Instituição.

Seção III

Das Comissões Superiores de Ética e Deontologia

Art. 30° - As Comissões Superiores de Ética e Deontologia, órgãos assessores do Plenário de caráter consultivo, são compostas por três membros, sendo um presidente, um secretário e um vogal, todos indicados pelo Presidente do COFFITO, vedada a participação de membro da Diretoria.

§ 1° - A Presidência será exercida por conselheiro efetivo

§ 2° - A função de secretário e vogal poderá ser exercida por conselheiros efetivos ou suplentes de conselheiros.

Art. 31º - Incumbe ao Presidente do COFFITO indicar, dentre os conselheiros efetivos ou suplentes de conselheiros não integrantes das Comissões Superiores de Ética e Deontologia, o substituto a ser designado quando do licenciamento, impedimento ou falta eventual de seus membros.

Art. 32° - A reunião das Comissões Superiores de Ética e Deontologia é convocada pelo seu Presidente após validação do Presidente do COFFITO.

Art. 33° - Compete às Comissões Superiores de Ética e Deontologia, entre outros, instruir com pareceres conclusivos os processos que lhe forem encaminhados pelo Presidente do COFFITO e a serem submetidos ao julgamento do Plenário.

Art. 34° - Podem as Comissões Superiores de Ética e Deontologia, por ato de seus Presidentes e de acordo com aprovação do Presidente do COFFITO, credenciar fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais, ou constituir Comissão de Sindicância composta por esses profissionais, com a finalidade de efetuar sindicância ou promover diligências necessárias à instrução de processo a seu cargo.

Art. 35° - As atribuições dos membros das Comissões Superiores de Ética e Deontologia são definidas em regulamento próprio, aprovado pelo Plenário.

Seção IV

Da Controladoria Interna

Art. 36° - A Controladoria Interna é órgão permanente, assessor do Presidente e do Diretor-Tesoureiro, de caráter consultivo e fiscal, composto por três componentes designados pelo Presidente do COFFITO, sendo, entre eles, escolhidos o controlador, o assessor contábil e um procurador jurídico.

Art. 37° - São atribuições da Controladoria Interna:

I - verificar a regularidade do processamento de arrecadação da receita e da respectiva documentação comprobatória, inclusive quanto ao recebimento de legados, doações e subvenções;

II - verificar a regularidade no processamento de aquisição de material, prestação de serviços e adiantamento de numerários;

III - verificar a regularidade no processamento da despesa e da respectiva documentação comprobatória, inclusive quanto a inversões e aquisição, alienação e baixa de bem patrimonial;

IV - elaborar relatório de suas atividades, que conterá parecer contábil e jurídico relativamente à gestão financeira do COFFITO;

V - indicar fundamentadamente, quando for o caso, desconformidades em processos financeiros e licitatórios, bem como em quaisquer atos que envolvam dispêndio de recursos do COFFITO;

VI - enviar ao Tribunal de Contas da União as prestações de contas de cada ano de exercício do COFFITO, após conhecimento das mesmas pelo Plenário e da respectiva realização de auditoria contábil externa e independente.

Art. 38° - No exercício de suas atribuições, a Controladoria solicitará ao Presidente do COFFITO a contratação de Auditoria Contábil Externa e, quando necessário, a designação de outros colaboradores do COFFITO para o apoio das atividades meio correspondentes.

Art. 39º - A Controladoria Interna poderá, por meio do Controlador, solicitar a entrega de documentos ao Presidente do COFFITO para melhor cumprimento de suas atribuições.

Art. 40º - Incumbe ao Presidente do COFFITO e demais órgãos diligenciar o atendimento do que for solicitado pela Controladoria Interna para o exercício da competência referida nesta Seção, inclusive o apoio administrativo e o assessoramento técnico.

Seção V

Da Procuradoria Jurídica

Art. 41° - A Procuradoria Jurídica é órgão de assessoria permanente do COFFITO, subordinado diretamente ao Presidente da Autarquia.

Parágrafo Único - A Procuradoria Jurídica será representada por um procurador-chefe, designado pelo Presidente do COFFITO.

Art. 42° - Os procuradores jurídicos são independentes em seus posicionamentos e manifestações jurídicas, cujas manifestações serão submetidas ao procurador-chefe para que, aprovada a atuação do referido procurador, proceda ao encaminhamento do expediente para o Presidente do COFFITO para adoção das providências necessárias.

Parágrafo único - O procurador-chefe elaborará Portaria contendo o regimento da Procuradoria cuja vigência dependerá de aprovação do Presidente do COFFITO.

Art. 43° - Incumbe à Procuradoria Jurídica:

I - Assessoramento do Plenário, da Diretoria e da Presidência do COFFITO;

II - assessoramento dos Órgãos Administrativos e Institucionais do COFFITO;

III - representação do COFFITO em Juízo, em todas as instâncias, ordinárias, especiais e extraordinárias;

IV - representação dos interesses do COFFITO perante a Administração Pública Direta e Indireta, inclusive órgãos de Controle Externo;

V - elaboração de pareceres no âmbito dos processos administrativos em geral, nos processos éticos e nos processos eleitorais dos CREFITOS, quando couber a intervenção do COFFITO.

Parágrafo Único - A Procuradoria Jurídica igualmente poderá solicitar parecer técnico com a finalidade de instruir processo administrativo, bem como deverá participar do procedimento de construção de minutas de resolução, no que disser respeito à constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa da proposta.

Art. 44° - Aos Procuradores Jurídicos é obrigatório a observância:

I - da Lei nº 8.906, de 1994, do Código de Ética e do Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil;

II - das convocações realizadas pelo Presidente do COFFITO, estando vedada a ausência do procurador convocado, salvo por justo motivo apresentado ao procurador-chefe e ao Presidente do COFFITO, cabendo ao último a aceitação da justificativa;

Art. 45º - A Procuradoria Jurídica é composta por:

I - Procuradores jurídicos nomeados em cargo em comissão ou concursados;

II - auxiliar administrativo;

III - estagiários.

Art. 46° - Ao procurador-chefe caberá o encaminhamento final dos processos para o Plenário, a Diretoria e a Presidência, após a confecção de parecer com o posicionamento em cota do procurador-chefe, nos termos do regimento interno.

Parágrafo Único - O Presidente do COFFITO poderá convocar quaisquer dos procuradores para reuniões plenárias e demais atos oficiais, independente da oitiva do procurador-chefe.

Art. 47° - Ao Presidente do COFFITO incumbirá a designação de procuradores jurídicos para oficiar perante os Órgãos Administrativos e Institucionais do COFFITO, dando ciência ao procurador-chefe.

Art. 48° - Os colaboradores do COFFITO que desempenham as suas atividades na Procuradoria Jurídica terão suas atribuições determinadas pela Coordenação Geral.

Seção VI

Da Coordenação Geral

Art. 49° - A Coordenação Geral, subordinada diretamente ao Presidente do COFFITO, é órgão encarregado da execução dos serviços e das atividades administrativas de apoio, necessárias ao pleno funcionamento do COFFITO, conservação e guarda de seu patrimônio.

Art. 50° - Os serviços e as atividades da Coordenação Geral são executados sob a chefia de um Coordenador Geral, designado pelo Presidente do COFFITO, sendo distribuídos nas áreas administrativa, econômico-financeira e contábil, tendo como atribuições a execução e/ou acompanhamento dessas atividades, entre outras designadas pelo Presidente do COFFITO.

Art. 51° - Incumbe ao Coordenador Geral:

I - Chefiar os serviços e atividades da Coordenação Geral, zelando pela disciplina e pelo cumprimento das normas legais e regulamentares vigentes;

II - zelar pelo cumprimento do horário de expediente no COFFITO;

III - manter atualizado um demonstrativo cronológico dos compromissos financeiros do COFFITO;

IV - providenciar as medidas necessárias para a efetivação, dentro dos respectivos prazos, dos pagamentos das despesas autorizadas;

V - zelar pela atualização dos registros e da documentação de contabilidade da Instituição;

VI - controlar a aquisição, os estoques e o consumo de material;

VII - instruir processos administrativos e financeiros, quando for o caso;

VIII - receber, abrir e distribuir a correspondência;

IX - zelar pela remessa à divulgação nos órgãos respectivos dos atos e outros expedientes a serem publicados, mantendo atualizada a conferência e o controle dos textos publicados;

X - zelar pela atualização dos registros, arquivos e cadastros de responsabilidade do COFFITO;

XI - fornecer dados estatísticos de serviços e atividades para elaboração de relatórios;

XII - zelar pela guarda e conservação de instalações, mobiliário, máquinas, equipamentos, livros, utensílios e outros bens do COFFITO ou que estejam sob a responsabilidade da Instituição;

XIII - zelar pela arrumação e higiene dos ambientes de trabalho e das dependências do imóvel da sede da Instituição.

Seção VII

Da Comissão de Licitação

Art. 52º - A Comissão de Licitação é regida pela Lei Federal n° 8.666/91.

CAPÍTULO III

DOS ATOS NORMATIVOS E DE AUTORIDADE

Art. 53º - As deliberações do Plenário e da Diretoria constam das atas das respectivas reuniões e são formalizadas mediante:

I - Resoluções e Acórdãos, as do Plenário;

II - Decisões, as da Diretoria.

Parágrafo Único - O Acórdão formaliza a deliberação do Plenário no julgamento dos processos de natureza ética e disciplinar ou administrativa.

Art. 54° - A Resolução e o Acórdão são divulgados obrigatoriamente na imprensa oficial, assim como as Decisões, Portarias, Ordens de Serviços e Despachos quando destinados a produzir efeitos fora do âmbito da Autarquia.

Art. 55° - Os atos do Presidente são formalizados mediante:

I - Portarias;

II - Ordens de Serviços;

III - Despachos;

IV - Decisões.

Art. 56º - As Resoluções e Acórdãos têm numeração por espécie cronológica e infinita.

Art. 57° - As Decisões, Portarias e Ordens de Serviço têm numeração por espécie cronológica e anual.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58º - O item de pauta que deixar de ser votado em duas reuniões consecutivas do Plenário por falta de quórum é tido como aprovado.

Art. 59º - A nomenclatura dos cargos e respectivas funções, os níveis salariais e as formas de progressão dos colaboradores do COFFITO serão criados de acordo com os interesses da Autarquia, por iniciativa e aprovação do Presidente.

Art. 60º - As atribuições dos assessores e ocupantes de cargos em comissão, quando não empregados efetivos, devem constar expressamente dos respectivos atos de nomeação.

Art. 61° - Compete ao Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional a regulação do seu Regimento Interno, devendo observar as regras de competência previstas pelas normas dos artigos 6° e 7° da Lei Federal 6316/75 e na presente Resolução, de modo que assegure o funcionamento autônomo da Autarquia Regional segundo os dispositivos constitucionais, previstos pela norma do artigo 37 da Constituição da República e demais normas de Direito Público de acordo com os conteúdos dos incisos V e VI do artigo 5° da referida Lei Federal 6316/75.

Art. 62º - Este Regimento somente poderá ser alterado mediante proposta encaminhada por maioria absoluta dos membros efetivos do Conselho Federal.

Art. 63º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução COFFITO n º. 181, de 25 de novembro de 1997, e artigo 8º da Resolução COFFITO nº. 349, de 26 de maio de 2008.

ELINETH DA CONCEIÇÃO DA SILVA BRAGA
Diretora-Secretária

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

Altera a Resolução CFP n.º 003/2007 que institui a Consolidação das Resoluções do CFP, a Resolução CFP n.º 010/2007 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o teor da Resolução CFP n.º 003/2007 às demais Resoluções editadas pelo Conselho Federal de Psicologia;

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em sessão realizada no dia 26 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º. Alterar os seguintes dispositivos da Resolução CFP n.º 003/2007, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - As zonas de jurisdição e respectivas sedes dos Conselhos Regionais de Psicologia são as seguintes:

I - 1ª Região, de sigla CRP 01, com jurisdição no Distrito Federal, tendo sua sede na cidade de Brasília;

II - 2ª Região, de sigla CRP 02, com jurisdição no estado de Pernambuco e em Fernando de Noronha, tendo sua sede na cidade de Recife;

III - 3ª Região, de sigla CRP 03, com jurisdição nos estados da Bahia e de Sergipe, tendo sua sede na cidade de Salvador;

IV - 4ª Região, de sigla CRP 04, com jurisdição no estado de Minas Gerais, tendo sua sede na cidade de Belo Horizonte;

V - 5ª Região, de sigla CRP 05, com jurisdição no estado do Rio de Janeiro, tendo a sua sede na cidade do Rio de Janeiro;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - 6ª Região, de sigla CRP 06, com jurisdição no estado de São Paulo, tendo sua sede na cidade de São Paulo;

VII - 7ª Região, de sigla CRP 07, com jurisdição no estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Porto Alegre;

VIII - 8ª Região, de sigla CRP 08, com jurisdição no estado do Paraná, tendo sua sede na cidade de Curitiba;

IX - 9ª Região, de sigla CRP 09, com jurisdição nos estados de Goiás e de Tocantins, tendo sua sede na cidade de Goiânia;

X - 10ª Região, de sigla CRP 10, com jurisdição nos estados do Pará e do Amapá, tendo sua sede na cidade de Belém;

XI - 11ª Região, de sigla CRP 11, com jurisdição nos estados do Ceará, do Piauí e do Maranhão, tendo sua sede na cidade de Fortaleza;

XII - 12ª Região, de sigla CRP 12, com jurisdição no estado de Santa Catarina, tendo sua sede na cidade de Florianópolis;

XIII - 13ª Região, de sigla CRP 13, com jurisdição no estado da Paraíba, tendo sua sede na cidade de João Pessoa;

XIV - 14ª Região, de sigla CRP 14, com jurisdição nos estados de Mato Grosso do Sul, tendo sua sede na cidade de Campo Grande;

XV - 15ª Região de sigla CRP 15, com jurisdição no estado de Alagoas, tendo sua sede na cidade de Maceió;

XVI - 16ª Região de sigla CRP 16, com jurisdição no estado do Espírito Santo, tendo sua sede na cidade de Vitória;

XVII - 17º Região de sigla CRP 17, com jurisdição no estado do Rio Grande do Norte, tendo sua sede na cidade de Natal.

XVIII - 18ª Região de sigla CRP 18, com jurisdição no estado do Mato Groso, tendo sua sede na cidade de Cuiabá.

XIX - 19ª Região de sigla CRP 19, com jurisdição no estado de Sergipe e sede na cidade de Aracaju.

XX -20ª Região, de sigla CRP 20, com jurisdição nos estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e com sede na cidade de Manaus (AM).

Art. 8º (...)

§ 1º - Os documentos deverão ser apresentados em original, com cópia autenticada pelo Conselho Regional de Psicologia, o qual devolverá o original e reterá a cópia autenticada. O documento de identificação não será aceito em mau estado de conservação, com prazo de validade expirado, ou se não contiver o nome atualizado em razão de qualquer alteração.

Art. 9º (...)

§ 2º - Considera-se inscrição secundária o comunicado formal do psicólogo, ao CRP da jurisdição onde o trabalho será realizado, recebendo este um certificado de autorização do Conselho.

§ 5º O certificado de que trata o parágrafo 2º será padronizado pelo CFP.

Art. 10 - O requerimento de inscrição secundária será acompanhado dos seguintes documentos, conforme descrito no art. 8º e seu parágrafo 1º:

Art. 16 (...)

I - viagem ao exterior, com permanência superior a 6 (seis) meses dentro do ano em que ficou ausente do país;

II - doença devidamente comprovada, que impeça o exercício da profissão por prazo superior a 6 (seis) meses dentro do ano em que esteve em licença de saúde.

Art. 17 (...)

§ 2º - Em caso de pagamento de anuidade já efetuado, a importância correspondente ao período da suspensão será creditada para posterior compensação, proporcionalmente ao protocolo do pedido.

Art. 17 - A - O Conselho Regional de Psicologia poderá efetuar o crédito da anuidade em pecúnia nas hipóteses em que o psicólogo tiver a sua inscrição cancelada ou for beneficiado por qualquer situação que o isente do pagamento da anuidade.

Art. 17- B - Os Conselhos Regionais de Psicologia poderão isentar os psicólogos do pagamento de anuidades aos acometidos de tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), hepatopatia grave e fibrose cística (mucoviscidose), e outras doenças que venham a ser alcançadas pela legislação do imposto de renda.

Parágrafo único - Para efeito de reconhecimento de isenção, a doença deve ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço de saúde oficial da União, dos Estados, do DF e/ou do Município, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial, no caso de doenças passíveis de controle.

Art. 22 - Em caso de transferência, a dívida referente ao ano civil em curso e aos exercícios anteriores é devida ao Conselho Regional de origem.

§ 1º - O ano civil refere-se ao período de 1˚ de abril a 31 de março do ano seguinte.

§ 2º - Na hipótese do pedido de transferência ser solicitado até 31 de março, a anuidade ficará com o Conselho Regional de Psicologia de destino, e se solicitado após esta data, a anuidade será devida ao Conselho Regional de Psicologia de origem, o qual poderá renunciar ao direito de cobrança.

Art. 25 - Os empresários individuais serão registrados e isentos do pagamento como pessoa jurídica nos Conselhos Regionais de Psicologia competente, devendo este profissional pagar a anuidade como pessoa física.

Art. 29 - Deferido o pedido, o Conselho Regional de Psicologia emitirá certificado de registro com validade de 3 (três) anos em toda a área de sua jurisdição, que deverá ser afixado em local visível ao público, durante todo o período de atividades.

§ 1º - A renovação do certificado deverá ser requerida pela empresa antes da data de vencimento do documento, apresentando os seguintes documentos:

I - termo de responsabilidade técnica;

II - carta da empresa assinada pelo(s) sócio(s), conforme contrato social da empresa, solicitando a renovação do certificado de licença para prestar atividades de psicologia.

§ 2º - Na hipótese da pessoa jurídica possuir filial na mesma jurisdição do registro, mas com responsável técnico diverso da matriz, a filial deverá requerer o registro profissional, ficando dispensada do pagamento da anuidade.

Art. 40 - O cancelamento do registro ou cadastro de pessoa jurídica dar-se-á a pedido da entidade, em decorrência de processo disciplinar ordinário, em virtude do cometimento de falta disciplinar ou mediante constatação do encerramento de suas atividades.

§ 1º - O cancelamento a pedido será deferido com a constatação do encerramento das atividades da pessoa jurídica (distrato social) ou das atividades de prestação de serviços em Psicologia (alteração contratual excluindo serviços de Psicologia).

§ 2º - A constatação do encerramento das atividades da pessoa jurídica pode ser feita mediante verificação da baixa do CNPJ na receita federal, e/ou baixa na inscrição na prefeitura.

Art. 71 - Os valores das anuidades, taxas, multas e emolumentos serão fixados em moeda corrente.

§ 1º - No período regular de cobrança, as anuidades dos profissionais e das pessoas jurídicas já registradas serão pagas em cota única ou em até 5 parcelas, vencíveis nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio.

§ 2º - Os pagamentos das parcelas referentes aos meses de abril e maio, se efetuados fora das datas de vencimento, serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e de juros de acordo com a taxa SELIC, além da correção de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice oficial que venha a substituí-lo.

§ 3º - A Assembleia de cada Conselho Regional de Psicologia poderá conceder desconto de até 10% (dez por cento), quando o pagamento da cota única for efetuado no mês de janeiro; se o pagamento for efetuado no mês de fevereiro, o desconto poderá ser de até 5% (cinco por cento) não sendo previsto desconto para o pagamento no mês de março.

§ 4º - Os pagamentos a vista efetuados após 31 de março serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e de juros de acordo com a taxa SELIC, além da correção monetária de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice oficial que venha a substituí-lo.

§ 5º - O Conselho Regional de Psicologia poderá, a seu critério, decidir pelo parcelamento do pagamento da primeira anuidade.

§ 6º - A Assembleia Geral de cada Conselho Regional de Psicologia poderá conceder desconto de até 20% (vinte por cento) sobre o valor integral da anuidade do recém-formado (vinte e quatro meses) caso o pagamento seja efetuado em cota única.

Art. 2º - Alterar os seguintes dispositivos da Resolução CFP n.º 010/2007, que passam a ter a seguinte redação:

"Norma 02

9.4 Providências Jurídicas - O Setor de Cobrança ou equivalente é a instância competente para promover o registro dos débitos no LIVRO DA DÍVIDA ATIVA, que será feito, após ser verificada a legitimidade e legalidade do débito, com base nos dados informados no PAC, adotando a seguinte forma:

a) Elabora o TERMO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA (Anexo III) para cada inadimplente, numerando-o sequencialmente, em três vias, com a seguinte destinação:

1ª via - encadernada em ordem numérica sequencial, constituindo-se no Livro da Dívida Ativa.

2ª via - anexada ao Processo Administrativo de Cobrança - PAC.

3ª via - anexada à notificação.

b) Feita a inscrição da Dívida Ativa, o Livro é encaminhado à Contabilidade para o registro contábil, após o que deverá ser encaminhado à Assessoria Jurídica.

9.5 Cobrança Administrativa daDívida Ativa - Antes de inscrever o débito em Dívida Ativa, o Setor de Cobrança ou equivalente deverá promover a cobrança amigável, notificando o devedor para, no prazo de 30 dias, efetuar o pagamento, sob pena de inscrição e execução da dívida. Essa providência poderá ser feita pela Assessoria Jurídica ou pelo próprio Conselho Regional"

Art. 3º - Alterar o item 1 da Norma 07 da Resolução CFP n.º 10/2007, o qual passa a ter a seguinte redação:

"1. DIÁRIAS

É o valor a ser concedido a conselheiros, convidados, funcionários ou a prestadores de serviço, quando em deslocamento fora do município sede, a serviço do Conselho, por dia de evento, exclusivamente para cobrir as despesas de alimentação e locomoção urbana".

Art. 4º - Dispensar do pagamento de anuidade o Psicólogo que completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, a partir do exercício em que vier a completar tal idade.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CFP n.º 001/90.

HUMBERTO COTA VERONA
Presidente do Conselho

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

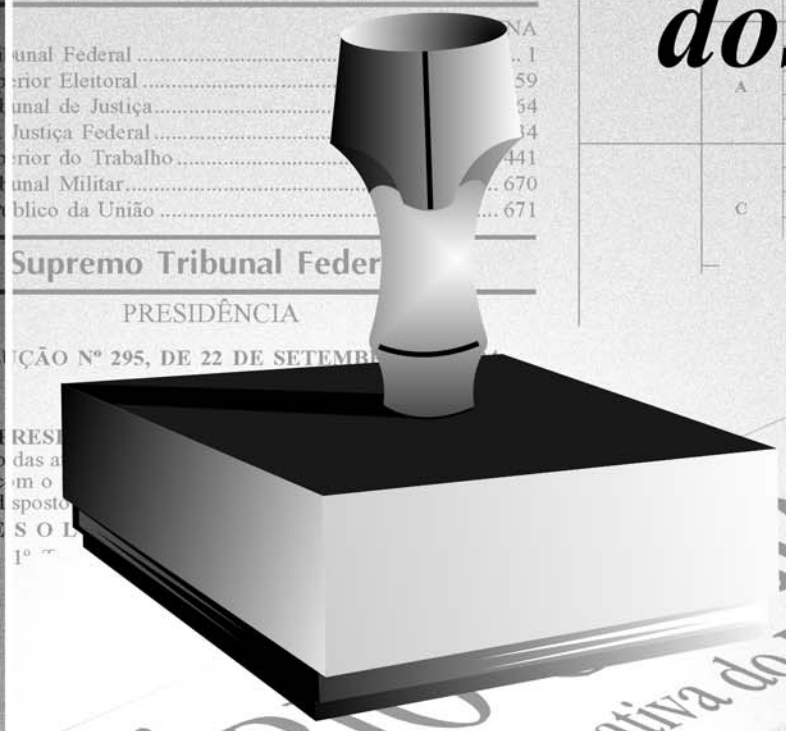
Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012021300184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.